UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Júnia Marques Caldeira

A PRAÇA BRASILEIRA

TRAJETÓRIA DE UM ESPAÇO URBANO: ORIGEM E MODERNIDADE

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Maria Stella Martins Bresciani

Campinas, 2007

Júnia Marques Caldeira

A PRAÇA BRASILEIRA – TRAJETÓRIA DE UM ESPAÇO URBANO: ORIGEM E MODERNIDADE.

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Maria Stella Martins Bresciani

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 09/11/2007

Banca:

Prof.ª Dr.ª Maria Stella Martins Bresciani

Prof. Dr. Murilo Marx

Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee

Prof.ª Dr.ª Silvana Rubino

Prof. Dr. Marcos Tognon

Campinas, agosto, 2007

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CESAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Caldeira, Junia Marques

C127p **A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade / Junia Marques Caldeira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2007.**

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.

Título em inglês: The Brazilian Square: change of urban space – foundation and modernity

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Squares
Public space
Urbanization - History
Modernity
Squares - Brazilian

Área de Concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora: **Maria Stella Martins Bresciani, Murilo Marx, Andrey Rosenthal Schlee, Silvana Rubino, Marcos Tognon,**

Data da defesa: 09-11-2007

Programa de Pós-Graduação: História

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS xi

RESUMO xiii

INTRODUÇÃO 1

PARTE I

PANORAMA HISTÓRICO 11

A PRAÇA COMO ESPAÇO COLETIVO 13

O ESPAÇO DA VIDA SOCIAL 15

A ESFERA PÚBLICA E A ESFERA PRIVADA 15

A PRAÇA MEDIEVAL 23

O *DÉCOR* URBANO E A PRAÇA 27

ANTECEDENTES PORTUGUESES 37

REFERÊNCIAS URBANAS 39

A PRAÇA BRASILEIRA 55

TERRA DE VERA CRUZ 59

VILAS E CIDADES COLONIAIS 69

A PRAÇA COLONIAL 73

PRAÇAS BRASILEIRAS – MODELOS 93

A PRAÇA DA CÂMARA E O TERREIRO DE JESUS – SALVADOR 94

O PAÇO IMPERIAL (O LARGO DO CARMO) – RIO DE JANEIRO 105

O LARGO DO PAÇO 111

A MODERNIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS 125

PRAÇAS AJARDINADAS 127

O CAMPO DE SANTANA 138

O LARGO DA MATRIZ – A PRAÇA DA IGREJA – SÃO PAULO 146

A PRAÇA DA SÉ – O MARCO ZERO 158

A PRAÇA CÍVICA – PRAÇA DA LIBERDADE – BELO HORIZONTE 172

CONSIDERAÇÕES 188

PARTE II

A PRAÇA MODERNA 191

O LUGAR DA PRAÇA NO URBANISMO MODERNO 193

ANTECEDENTES 193

AS TEORIAS URBANAS DO SÉCULO XIX 197

AS UTOPIAS SOCIALISTAS – A PRAÇA COMO ESPAÇO LIVRE 198

OS MANUAIS DE ARQUITETURA 205

A ESTÉTICA URBANA 207

CAMILO SITTE A PRAÇA COMO PROTAGONISTA URBANO 207

EBENEZER HOWARD – O MODELO DA CIDADE JARDIM 211

A CIRCULAÇÃO COMO PROTAGONISTA DO ESPAÇO 219

A PRAÇA COMO ESPAÇO DE PASSAGEM 219

ARTURO SORIA Y MATA E O MODELO DA CIDADE LINEAR 221

A PRÁTICA URBANA DO SÉCULO XX 227

TONY GARNIER – LA CITÉ INDUSTRIELLE
O MODELO DO CENTRO CÍVICO 229

EUGÈNE HÉNARD – A TEORIA DA CIRCULAÇÃO
A PRAÇA *CARREFOUR* 239

O CONCEITO DE ESPAÇO LIVRE – A NOVA ESCALA DA CIDADE 245

O URBANISMO RACIONALISTA: WALTER GROPIUS 245

O URBANISMO FUNCIONALISTA: LE CORBUSIER 257

OUTRAS PROPOSTAS URBANISTICAS 271

LE PLAN VOISIN 271

LA VILLE RADIEUSE 274

A CARTA DE ATENAS 279

CONSIDERAÇÕES 282

PARTE III

AS PRAÇAS DE BRASÍLIA 283

OS PRINCÍPIOS DO URBANISMO MODERNISTA 286
BRASÍLIA – UMA EXPERIÊNCIA URBANA 298
O CONCURSO 309
A PRAÇA MODERNISTA – CENTRO CÍVICO E ESPAÇO LIVRE 313
O PLANO PILOTO DE LUCIO COSTA 330
BRASÍLIA E SUAS ESCALAS 341

O ESPAÇO LIVRE NA ESCALA COTIDIANA 341
A PRAÇA CENTRAL – A ESCALA GREGÁRIA 353
SETOR CULTURAL E DE DIVERSÕES 358
SETOR BANCÁRIO-COMERCIAL E O SETOR DE ESCRITÓRIOS 363

A ESCALA MONUMENTAL 367

A PRAÇA DOS TRÊS PODERES 371
A ESPLANADA 381
A PRAÇA MUNICIPAL 385

CONSIDERAÇÕES FINAIS 389

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 403

LISTA DE IMAGENS 425

Para Laura, Letícia e
Maurício, com meu eterno amor.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese não é um processo realizado de forma isolada, pois existem sempre pessoas com as quais estabelecemos um diálogo permanente, uma troca constante de idéias, que enriquecem e contribuem de maneira decisiva para o trabalho. Nesse percurso, muitas delas tiveram um papel fundamental e merecem o meu profundo agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora Maria Stella Martins Bresciani pelo crédito e a dedicação, desde o mestrado, nessa jornada. Foi uma longa parceria realizada com e-mails, encontros diversos, telefonemas, leituras, que muitas vezes ocuparam férias e fins de semana. Stella me introduziu no universo da História, abriu *portas* e me permitiu descobrir olhares impensados sobre o campo da arquitetura. Essa experiência me possibilitou o contato com a atividade de pesquisa, incorporada integralmente ao meu cotidiano.

Aos funcionários da secretaria da pós-graduação do IFCH, particularmente aqueles que se dedicam a resolver nossos problemas à distância, poupando idas e vindas à Instituição. Agradeço à Lurdinha, à Gil e ao Júnior, pela dedicação e orientação nas questões burocráticas.

Ao professor Antônio Carpintéro agradeço o acolhimento na FAU-UnB, o incentivo e as contribuições realizadas na leitura da tese, desde a fase inicial, nas discussões metodológicas e no empréstimo de materiais e anotações. Como especialista em Brasília, suas observações foram preciosas. Também da FAU-UnB, agradeço à professora Sílvia Ficher, pela leitura e, sobretudo, pelas críticas.

Aos colegas da UNIP, agradeço pelo apoio e suporte em sala de aula. Em especial à Patrícia Melasso, pelo empréstimo *infinito* de livros, doações de material, imagens fotográficas, dicas bibliográficas e pelas sugestões.

Aos alunos que contribuíram direta e indiretamente, sobretudo pelo suporte fotográfico, meus agradecimentos especiais ao Fabrício, à Helena, à Beatriz, à Yara e à Denise. Ao Leonardo (UnB), obrigado pelo empréstimo da relíquia dos *Mapas Históricos de Salvador*.

Aos amigos, Sandra, Paula, Mônica, Nilton, Marcinha, José, Carlinhos, Helena, Mônica, Zé, e todos àqueles não citados, agradeço o carinho por compartilhar os momentos importantes de realização dessa tese. À amiga, Tânia, "filósofa" e arquiteta, o meu obrigado especial

pelo incentivo nas horas mais difíceis, pela constante troca de idéias, pela leitura mais que atenta, pelas diversas críticas, pelas horas de correção ortográfica, enfim, pela infinita paciência em compartilhar anseios, dúvidas e certezas desse processo.

À minha família, que esteve sempre presente, sou grata pelo apoio, especialmente, aos meus pais, pelo carinho com as meninas, aos meus irmãos, Rogério e Juliana e a todos àqueles que se juntaram nesses anos.

Às minhas filhas, Laura e Letícia, pelas horas e horas divididas com o computador, pela ausência em tantos momentos, agradeço à compreensão e o apoio, nesse longo processo.

Maurício, qualquer agradecimento não seria capaz de expressar o incentivo e o apoio, tão necessário, nessa tarefa, particularmente pela presença constante, pelas inúmeras leituras, pelas críticas que muitas vezes fortaleceram argumentos. Seu carinho e sua dedicação foram fundamentais nessa trajetória.

Resumo: A presente tese tem como objetivo central investigar a trajetória da praça brasileira, importante elemento compositivo do espaço urbano, a partir da noção de espaço de uso coletivo. Nesse sentido, procurou-se compreender sua gênese no território brasileiro, tendo como ponto de partida a chegada dos portugueses e o processo de colonização implementado; suas transformações históricas, em sintonia com o desenvolvimento político da Nação; e, como ponto de ruptura, a divulgação dos princípios modernistas e a experiência de consolidação da cidade moderna brasileira, cristalizada na elaboração do Plano Piloto de Brasília. Essa investigação ocorreu segundo duas linhas de orientação: a primeira fundamentou-se no desenvolvimento dos espaços coletivos perante os processos urbanísticos ocorridos na civilização ocidental, em particular o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, a praça reflete uma forma de ocupação e apropriação do espaço própria da sociedade capitalista, e que independe da sua geografia; a segunda teve como fio condutor a trajetória da praça no Brasil, atrelada ao desenvolvimento dos processos urbanísticos no nosso território. Para entender a configuração da praça brasileira na sua modernidade, foi necessário compreender também a transformação da organização espacial no movimento moderno internacional, a partir do desenvolvimento teórico e prático da urbanística moderna e do próprio conceito de cidade. Essas duas linhas de orientação cruzaram-se, de forma incisiva, na transposição e divulgação desses princípios no Brasil, tendo como personagens principais o arquiteto Le Corbusier e o urbanista Lúcio Costa. Tratando-se de um tema multidisciplinar, na tese procurou-se estabelecer uma leitura do espaço, que, além de abordar o seu desenvolvimento formal como desenho, apresentou também sua trajetória do ponto de vista funcional, associado às principais mudanças no uso e na apropriação da praça, ao desenvolvimento do seu papel no contexto urbano, bem como ao seu caráter simbólico. A definição de modelos urbanos originou-se no encontro de princípios semelhantes estabelecidos ao longo dos processos urbanísticos ocorridos nas cidades brasileiras. Por fim, aborda-se qual conceito de praça aparece idealizado no projeto do Plano Piloto de Brasília, de autoria de Lúcio Costa, referência mundial de organização espacial modernista. Busca-se definir o papel da praça modernista mediante a criação de uma nova espacialidade urbana, configurada na organização da cidade setorizada. Para tanto, estuda-se o plano tendo como base as escalas urbanas definidas na proposta e a configuração espacial das diversas praças projetadas, identificando-se a vinculação desses espaços a modelos presentes na história do urbanismo brasileiro e, ao mesmo tempo, atestando a sua total ruptura com o conceito de espaço livre urbano.

***Abstract*:** This thesis has as main purpose to investigate the evolution of the square in Brazil, considering it as a central feature of the urban space from the notion of collective use. To understand this evolution, the analyses investigates the characteristics of the settlement process implemented in Brazil by the Portuguese and its impacts on urban space; the historical transformations of the urban space caused by the political development of Brazil; and the spreading of modernist principles and the formation of the Brazilian modern city, to which the elaboration of the Plan Pilot of Brasilia is a central event.

The analysis follows two specific but complementary lines of investigation. The first one relates the role of urban collective spaces to the urban transformation in the western civilization, mainly in the capitalist system. In this context, the square is understood as a specific form of using the urban space in a capitalist society, whatever is its geography. The second line of investigation looks at the evolution of the square in Brazil, as defined by the changing of urban processes in our territory. The hypothesis is that the square in our modern city expresses also the conceptual e actual development of space organization and of the city in the world. The two lines of investigation are intertwined in the spreading of the modernist architectural principles in Brazil, having as main characters the architect Le Corbusier and the city planner Lúcio Costa. Taking a multidisciplinary view, the thesis relates the main changes in the use and the appropriation of the square to the development of its role in the urban context, as well as its symbolic character in the city.

Finally, we discuss the concept of square embodied in the project of the Plan Pilot of Brasilia. Planned by Lúcio Costa, the Plan Pilot of Brasilia redefines the role of square in a city that is organized by sectors. The urban scales defined in the proposal and the space configuration of the planned squares are analyzed to identify their relation to other Brazilian historical experiences and to stress their rupture with the concept of urban free space.

INTRODUÇÃO

"Não se pode chamar de cidade um lugar onde não existam praças
e edifícios públicos."
(PAUSÂNIAS apud SITTE, 1992).

A beleza de uma praça[1] é constituída a partir da história que ela carrega, de seu desenho paisagístico e de seu conjunto urbanístico. A integração entre morfologia, estética e apropriação é que permite a formação de praças, como espaços simbólicos, lugares de memória, *alma* da cidade. É desse modo que podemos entender a frase acima, pois, na Antigüidade, as cidades se formavam a partir dos seus espaços de convivência. Pertencer à cidade, ser cidadão, era habitar os lugares de reunião, era compartilhar o culto, participar das assembléias, assistir às festas, acompanhar as procissões, vivenciar os espaços, participando da vida pública. A praça simbolizava a própria cidade, pois era nesse espaço que as atividades cotidianas se desenvolviam (COULANGES,1975:106).[2]

Na Antigüidade greco-romana, a praça era o espaço público de maior importância da cidade e funcionava como seu centro vital. Materializada na figura da *Ágora* ou do *Fórum*, a praça, com seu conjunto arquitetônico, desempenhava um papel crucial: era o *locus publicci* da vida citadina. Era nesse espaço que o conceito de *civitas* se fazia presente.[3]

Marcus Vitruvius, arquiteto romano do século primeiro, ao descrever os parâmetros de formação da cidade em sua obra *De Architectura Libri Decem*[4] (Livro I, VII), destaca a importância da constituição de espaços de uso coletivo na formação das cidades. Descreve a necessidade de existência de uma praça, situada em posição de destaque e conformada pelos principais edifícios institucionais.

---

1 O conceito de praça aqui utilizado apóia-se na definição de território concebida por ROLNIK (1992:28), no texto *História urbana: História na cidade?* Segundo a autora, "território é uma noção que incorpora a idéia de subjetividade", pois reflete um espaço real vivido, ocupado por indivíduos que estabelecem entre si relações que se configuram espacialmente. "É a idéia do espaço como marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais." ROLNIK, Raquel. *"História Urbana: História na Cidade?"*. In FERNANDES, e GOMES, M. A. de F. Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. UFBA, Faculdade de Arquitetura, ANPUR, Salvador, 1992:27-29.

2 COULANGES, Fustel. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma.* Trad. José Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: HEMUS, 1975. Segundo COULANGES (1975:157) cidadão é aquele "que segue a religião da cidade". É aquele que tem direito ao voto; que pratica a arte da palavra, nas conversas e debates diários; que participa da vida pública.

3 Na Antigüidade, observa-se a existência de dois termos para se conceituar a experiência de cidade: 1) *urbs*, *urbis*; e 2) *civitas, civitatis,* origem do termo português *cidade*. O termo *urbs* refere-se ao espaço geográfico citadino distinto do *rus*, rural, campo. O termo *civitas* significa o espaço da possibilidade da convivência humana sob um mesmo princípio. Nesse sentido, *civitas* representa a dimensão humana da *urbs*.

4 VITRUVIUS, Marcus Pollio. *The Ten Books on Architecture*. New York: Dover Publication, 1960.

Com seus diversos significados – funcionais ou morfológicos – a praça representava o espaço de maior vitalidade urbana. Eram espaços referenciais, atuando como marcos visuais e como "pontos focais na organização da cidade".[5] Esse *status* alcançado pela praça ainda se faz presente no imaginário urbano. Embora apresentem transformações significativas, as praças representam verdadeiros nós de confluência social e são espaços essenciais ao cotidiano da cidade.

Como elemento urbano, as praças representam espaços de sociabilidade propícios ao encontro e ao convívio. Na cultura ocidental, esses espaços têm desenvolvido um papel essencial. Toda cidade possui uma praça que se destaca como símbolo urbano, palco de eventos históricos, espaço agregador, ou local de confluência. As praças são espaços permanentes no desenvolvimento das cidades. Sua função e morfologia, porém, estão atreladas aos processos de formação política, social e econômica próprios da *gênese* urbana.[6]

Desse modo, as praças marcam a estrutura das cidades. Diferenciam-se de outros espaços por constituírem vazios na malha urbana. Associadas a conjuntos arquitetônicos, funcionam como pontos de descompressão ao proporcionarem uma ruptura na paisagem conformada pelas edificações. Imagens como a Praça Tiradentes, de Ouro Preto, a Praça XV, no Rio de Janeiro ou a Praça dos Três Poderes, em Brasília, retratam notadamente esse universo simbólico. São espaços-síntese da memória urbana, pois contam a própria história dessas cidades.

Diante da diversidade de configurações urbanas existentes, observa-se que a praça se apresenta como um *locus* privilegiado da cidade, sobretudo pelo seu caráter de espaço multifuncional. Atualmente, as praças desfrutam de um enorme prestígio, sobretudo a partir da voga pela "qualidade de vida", presente nos projetos de revitalização urbana. Constituem, também, tema central dos debates que envolvem a cena urbana contemporânea. Essa importância pode ser constatada nas políticas de intervenção, nas quais a praça aparece como elemento fundamental. Busca-se resgatar valores históricos, evidenciando certa nostalgia de significados perdidos tanto na escala arquitetônica quanto na escala urbana.[7]

---

5 ZUCKER, P. *Town and Square – from the Ágora to the Village Green.* New York: Columbia University Press, 1959:2.

6 KOSTOF, S. *The City Assembled: The elements of Urban Form through History*, Bulfinch Press Book Little, Brown and Company, London, 1992.

7 A voga pela reconquista do direito à cidade, através de uma política urbana de preservação e restauração patrimonial vincula suas ações, sobretudo na "restauração" de espaços públicos. Conjuntos urbanos, antigos depósitos, armazéns, fábricas e indústrias sofrem processos de intervenção, visando à recuperação e à introdução de novas funções, a partir da reintegração de áreas degradadas.

Em vários países, políticas urbanas destacam a questão da melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades por meio do resgate de espaços públicos e coletivos, assim como de estruturas arquitetônicas degradadas. Assim, projetos de intervenção em conjuntos urbanos ou áreas de praças têm ocorrido com maior freqüência. A recuperação da Praça XV de Novembro, do Largo do Carmo, e o projeto Rio-Cidade, cujo programa incluía a intervenção em dezenas de praças, no Rio de Janeiro; o projeto do conjunto cultural da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte; a intervenção na Praça da Sé, em São Paulo; a reforma do conjunto do Pelourinho, em Salvador, são amostras da sintonia que regem os processos de intervenção urbana.

Embora esse prestígio esteja presente nas políticas contemporâneas, houve períodos nos quais o modelo da praça tradicional perdeu força como lugar de referência social. Esse ponto de inflexão na história da praça ocorreu, como afirma SENNETT (1988), vinculado a processos sociais, sobretudo ao enfraquecimento da vida pública e sua manifestação nos espaços urbanos, com o conseqüente esvaziamento desses espaços.

Entender o "lugar do espaço praça", diante de suas transformações, a partir da noção de espaço de uso coletivo, constitui o objetivo central desta pesquisa. O percurso estabelecido fundamenta-se na busca pela trajetória histórica desse espaço, destacando seus conceitos. Por se tratar de um tema multidisciplinar, a pesquisa procurou estabelecer uma leitura do espaço que, além de abordar o seu desenvolvimento formal na condição de desenho, apresentasse também sua trajetória do ponto de vista funcional, associado às principais mudanças no uso e na apropriação, ao desenvolvimento do seu papel no contexto urbano, bem como ao seu caráter simbólico.[8]

A leitura do espaço praça ocorre segundo duas linhas de orientação: a primeira tem como fio condutor o desenvolvimento dos espaços coletivos perante os processos urbanísticos ocorridos na civilização ocidental, em particular o desenvolvimento do capitalismo; a segunda fundamenta-se na trajetória da praça brasileira, atrelada ao desenvolvimento dos processos urbanos no nosso território. Nesse sentido, a praça – como manifestação de espacialidade urbana – reflete uma forma de ocupação, organização e apropriação do espaço próprio da nossa cultura urbana.

Este trabalho compõe-se de três partes. Na primeira parte, a investigação sobre o lugar da praça esboça um panorama histórico, no qual se pretende identificar os momentos mais importantes da transformação do espaço praça no contexto das cidades, procurando destacar os diferentes papéis que esse elemento urbano desempenhou; investigar o caráter simbólico do

8 Ver Bernard LEPETIT. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.

espaço praça nos diversos momentos de ruptura e mudança estrutural no desenho da cidade, analisando as relações de apropriação estabelecidas pela sociedade com tal espaço; e analisar a concepção estética das praças, em particular, a mudança da constituição espontânea do espaço (praça) para o espaço projetado, visto como um objeto concebido a partir de um "modelo" de cidade. Destacam-se, nessa trajetória, praças como a *Ágora* grega, o *Fórum* romano, a Praça medieval, as praças renascentistas e barrocas, bem como as praças monumentais do séc. XIX.

SENNETT (1988) lembra que, em um primeiro momento, a praça surge como um dos elementos que organizam o espaço urbano, redefinindo os papéis sociais. Posteriormente, a partir do séc. XIX, a praça passa a ser redefinida em função de uma nova concepção de cidade, a cidade moderna, pois, como afirma BRESCIANI (1992), é na primeira metade do séc. XIX que as cidades "associadas à idéia de modernidade [...] são problematizadas em questão urbana, concebidas como um espaço de tensões empíricas e conceituais, concepção que perdura na formulação do paradigma que orienta o conhecimento e a vivência nas cidades contemporâneas"[9].

Em relação à praça brasileira, o trabalho procura estabelecer sua gênese tendo como ponto de partida a chegada dos portugueses, sua herança urbanística e o processo de colonização implementado; suas transformações históricas, em sintonia com o desenvolvimento político da Nação; e, como ponto de ruptura, a divulgação dos princípios modernistas e a experiência de consolidação da cidade moderna brasileira, cristalizada na elaboração do Plano Piloto de Brasília.

Nesse contexto, destaca-se a formação da praça colonial com seus edifícios institucionais, responsável pelos significativos conjuntos arquitetônicos das cidades históricas, tendo na cidade de Salvador o primeiro modelo de praça cívica brasileira; o Paço Imperial, espaço-símbolo da vida da corte brasileira, na capital Rio de Janeiro; a Praça da Sé, na cidade de São Paulo, marco zero da formação urbana e símbolo de praça religiosa; e a Praça da Liberdade, na cidade de Belo Horizonte. Espaço republicano originado a partir da introdução de novos princípios urbanísticos,

---

9 Partindo da abordagem teórica proposta por BRESCIANI (1992), é possível identificar "cinco portas de entrada conceituais" para estudar as transformações das cidades, que "se estruturam enquanto problemas a serem solucionados pontualmente". Ela define as seguintes portas conceituais: a questão técnica, a questão social, o espaço de formação de novas identidades sociais, a formação de uma nova sensibilidade e a cidade conceitual como sinônimo de progresso e lugar da história. A terceira porta nos possibilita pensar a cidade como o espaço de formação das "novas identidades sociais". No processo de transformação social, em particular a ascensão da classe burguesa no final do séc. XIX, os territórios urbanos vão ser reformulados e reconcebidos para instituírem uma nova forma de apropriação do espaço que reflita a consolidação de uma nova classe dominante.
BRESCIANI, Stella M. "*Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades*". In FERNANDES, A. e GOMES, M. A. de F. Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. UFBA, Faculdade de Arquitetura, ANPUR, Salvador, 1992:11-26.

essa praça revela a internacionalização de um padrão paisagístico europeu, como a valorização de espaços ajardinados, bem como de práticas cotidianas burguesas.

Para entender a praça em sua modernidade, foi necessário compreender também a transformação da organização espacial no movimento moderno internacional, a partir do desenvolvimento teórico e prático da urbanística moderna e do próprio conceito de cidade. Este é o tema da segunda parte: a praça moderna, sua formação e antecedentes teóricos. Destacam-se as teorias e propostas urbanas do séc. XX, notadamente a formação da urbanística moderna e os princípios elaborados nos CIAMs, sob a ótica do espaço da praça.

As teorias urbanas do séc. XIX apresentam-se como antecedentes da constituição de um novo pensar sobre a cidade e de suas estruturas, como praças, vias e ruas. A partir desse período, desenvolve-se uma gama de teorias e propostas que evidenciam diferentes abordagens sobre o espaço praça. Exemplos como a intervenção monumental na cidade de Paris, empreendida pelo então prefeito, George-Eugène Haussmann (1853-70), e o projeto de expansão da cidade de Barcelona, idealizado pelo engenheiro Ildefonso Cerda (1859), consolidam princípios urbanísticos arraigados à crença de transformação social e construção de um novo mundo.

Nesse conjunto de propostas, observa-se a ruptura com o conceito de espaço urbano tradicional a partir da introdução do conceito de espaço livre. O espaço da praça comparece englobado na visão macro de uma cidade ideal. Formulam-se espaços dedicados ao convívio perfeito, ao lazer e à pratica de exercícios. Essa concepção, presente nas utopias socialistas, reforça o *mito* da educação do corpo e da mente pela disciplina espacial, da cidade higiênica, dos amplos espaços abertos, do traçado racional, ordenado e da linha reta. Jean-Baptiste Godin, utopista francês, reafirma a importância existente na "*grandiosidade dos pátios, dos jardins*" como espaços disciplinadores das condições físicas e mentais necessárias ao bem viver.[10]

Na busca dessa nova ordem urbana, observam-se duas tendências – uma voltada para a renovação da cidade tradicional e a conservação da sua estrutura espacial, e outra, que defende o processo de tábula rasa, propondo uma ruptura radical com a morfologia existente. Nessas duas abordagens, o papel da praça apresenta-se de forma distinta, porém com certa coerência. No primeiro, nota-se a busca pela recuperação do papel desempenhado pela praça e pelo espaço público a partir de certa nostalgia do mundo medieval. A praça é pensada como um lugar de

[10] GODIN apud CHOAY (1979:106). Trechos transcritos do livro de J.B. Godin, *La Richesse au Service du Peuple: le Familistère de Guise*, Paris, 1874. Godin, idealizador do Familistério de Guise, espécie de comunidade operária, defendia a criação de uma cidade voltada à comunidade operária, cujo modelo materializava-se na figura de um Palácio Social. Godin afirmava que os interesses da coletividade deveriam ser o motor da cidade.

destaque na estrutura urbana, na qual concentram-se edificações importantes – escolas, prefeituras, instituições. Recuperar sua dimensão como espaço coletivo torna-se primordial. Valorizam-se modelos como a praça renascentista e a *square* inglesa, na intenção de proporcionar uma experiência e convivência dos espaços citadinos. Exemplos como o conceito de praça desenvolvido na teoria urbanística do arquiteto vienense Camilo Sitte e as propostas urbanas elaboradas pelo inglês Ebenezer Howard, a *cidade-jardim*, evidenciam essa postura de revalorização da praça, concebida como marco urbano.

Na segunda abordagem, o espaço urbano, visto sob a ótica da técnica, representa a cidade como parte de uma engrenagem. Seu perfeito funcionamento deve adequar-se às novas demandas da sociedade industrial. O trabalho, o tempo, o deslocamento não possibilitam a experiência e a fruição do espaço urbano. A praça comparece em todas as propostas, porém interligada à questão da eficiência da circulação, prioridade máxima da cidade capitalista, em que se desenvolvem espaços de praças como *rond-points* e *praças-carrefours*.

A praça faz parte do desenho e da elaboração teórica da nova cidade, mas desempenha um papel, sobretudo de lugar de passagem, voltado para o embelezamento e o ordenamento urbano. É o caso da proposta da *Ciudad Linear* do espanhol Soria Y Mata, da *Cité Industrielle* e da *Ville Motorisée,* respectivamente dos franceses Tony Garnier e Eugene Hénard.

No séc. XX, a consolidação da urbanística moderna expõe gradativamente a transformação do desenho da cidade. A princípio, a prática urbana incide sobre partes da cidade, modificando a sua paisagem. Em resposta ao crescimento urbano, aos problemas de reconstrução do pós-guerra e à criação de novos centros, surgem projetos de loteamentos, de novos bairros, de conjuntos habitacionais, de vilas operárias, entre outros. Essas propostas consolidam princípios como o zoneamento e a setorização espacial. Recusa-se o modelo da cidade tradicional em detrimento da independência da edificação no solo, com a implantação de torres, blocos e lâminas.

O conceito de espaço livre desenvolve-se notadamente como ordenamento espacial, produzindo a dissolução do desenho da praça tradicional. Grandes superfícies passam a constituir o espaço da cidade; a praça transforma-se no vazio e no espaço isolado, caracterizado por dimensões monumentais.

A leitura das propostas urbanísticas de Walter Gropius e Le Corbusier propicia o entendimento dessas referências urbanas, tendo como tema central a nova configuração dos espaços livres de uso coletivo e a desmaterialização da praça. Essas linhas de orientação teórica

cruzaram-se, de forma incisiva, na transposição e divulgação dos princípios modernistas no Brasil, destacando figuras como o arquiteto Le Corbusier e o arquiteto Lúcio Costa, entre outros.[11]

O tema da terceira parte do trabalho refere-se à formação da praça brasileira a partir das concepções da urbanística modernista, consolidadas no projeto da cidade de Brasília[12]. Nascida sob a égide da modernidade, a cidade representa a concretização de uma espacialidade inovadora, fundamentada nos princípios da cidade funcionalista. É nesse contexto que se estabelece a investigação sobre as praças de Brasília, tomando como objeto o concurso realizado para a construção da nova capital e o projeto vencedor de Lúcio Costa, sob a ótica do novo espaço urbano presente nas propostas.

O processo do concurso, com sua diversidade de propostas, torna-se revelador de certa coerência conceitual e formal do espaço público modernista, sobretudo do papel a ser desempenhado pelo espaço da praça. O Plano Piloto de Lúcio Costa reafirma a preferência por esses princípios, elaborando uma morfologia urbana baseada na setorização, na idéia dos grandes eixos de circulação e na supremacia de espaços vazios e livres. Essa estrutura urbana comparece organizada a partir do conceito de escalas espaciais.

Nessa direção, serão abordadas algumas questões fundamentais na leitura do projeto de Lúcio Costa: qual o "lugar da praça" na cidade modernista? Como se estabelece o espaço da praça, do ponto de vista conceitual? Qual o papel desempenhado pelo espaço coletivo moderno? E qual a implicação dessa formulação urbana no desaparecimento ou não da estrutura da praça tradicional em relação aos processos de sociabilidade?

Estudar a trajetória de um espaço urbano não se resume a "um exercício cronológico" de momentos urbanos. O ambiente urbano, como considera CAUQUELIN (1982), representa um espaço em permanente transformação, conformado como um "depositário" de sucessivas camadas simbólicas[13]. Portanto, pensar no conceito de praça é também resgatar símbolos

---

11 Como afirma CAVALCANTI (2006:42), a propósito das influências do movimento europeu no Brasil, "o modernismo na arquitetura brasileira foi, sobretudo, uma reinterpretação das idéias de Le Corbusier e, em menor medida, daquelas de Walter Gropius". O grupo brasileiro contava com a participação de inúmeros profissionais como Carmem Portinho, Affonso Reidy, Oscar Niemeyer, Flávio de Carvalho, Gregori Warchavchik, entre outros.

12 O termo modernismo (ou movimento moderno) refere-se ao conjunto de movimentos culturais que permearam as artes e o design na primeira metade do séc. XX. Urbanismo "modernista" refere-se aos princípios urbanos fundamentados no modelo da cidade funcional, nas proposições do CIAMs e nas orientações da Carta de Atenas.

13 Filósofa francesa, Anne CAUQUELIN vem desenvolvendo pesquisas sobre o espaço pictural e urbano. Trabalhando com a noção de "eixo do tempo urbano". O "eixo do tempo urbano" é apreendido como o eixo de construção da memória urbana: a cidade é representada por um corpo simbólico regida por mitos recorrentes (ANSAY et alli,1990).

presentes em nossa memória urbana, que definem padrões espaciais ou que apontam para modelos mais freqüentes.[14]

A complexidade que envolve a análise de um espaço urbano em um contexto multidisciplinar exige uma investigação em diversas fontes. Foram consideradas as várias formas de narrativa escrita, sejam os documentos oficiais, as crônicas literárias, os memorialistas; os depoimentos e entrevistas que permitem reconstruir o cenário imaginário do cotidiano; a iconografia, fundamental em um trabalho cujo objeto de análise é um projeto urbano. As imagens aqui utilizadas não são apenas ilustrações – fazem parte do escopo analítico do trabalho, permitindo um maior entendimento das transformações do espaço da praça e do cenário urbano estudado.

Em sua obra "*Essai de Philosophie Urbaine*", CAUQUELIN (1982) faz uma leitura do espaço urbano a partir das "*memórias diversas da cidade*". Defende a hipótese de que o vínculo dos habitantes com seu entorno natural, e a sua busca pela apreensão do espaço urbano baseiam-se num frágil sistema de redes simbólicas em que palavras, nomes e ficções têm um importante papel.

[14] A expressão "*não existem praças em Brasília*" é comum e muito recorrente, embora espaços de sociabilidade tenham sido conformados e sejam apropriados pelos moradores da cidade, constituindo locais de encontro e lazer.

PARTE I

PANORAMA HISTÓRICO

A PRAÇA COMO ESPAÇO COLETIVO

> Praça – [do grego platéia – "rua larga"], lugar público cercado de edifícios; largo; mercado; feira.[1]

Um breve estudo dos espaços coletivos encontrados nas cidades nos permite observar a complexidade de formas e funções que estes adquirem nas diversas civilizações. Espaços abertos, fechados, vazios, irregulares, uniformes, monumentais, espontâneos ou formais estão sempre presentes no desenho da cidade e fazem parte estrutural da sua organização.

A praça constitui um importante espaço urbano na cultura ocidental. Como espaço coletivo abrigou importantes acontecimentos da vida cotidiana, estando atrelada aos diversos momentos de transformação das cidades. Da Antigüidade Clássica à era contemporânea, as praças representam elementos-síntese da organização urbana por constituírem lugares de manifestação e de culto, propícios à interação social.[2]

Em relação à morfologia da cidade, as praças diferenciam-se de outros espaços por representarem vazios na malha urbana, os quais proporcionam uma ruptura na paisagem conformada pelas edificações. Constituem espaços referenciais, atuando como marcos visuais e "como pontos focais na organização da cidade".[3] Essas características são observadas desde os primeiros assentamentos humanos – cuja composição colocava em destaque um espaço central diferenciado – até as cidades contemporâneas, nas quais a valorização deste espaço aparece nas políticas de revitalização urbana.

Marcus Vitruvius, arquiteto romano do século primeiro, ao descrever os parâmetros de formação da cidade em sua obra *De Architectura Libri Decem*[4] (Livro I, VII), destaca a importância da constituição de espaços de uso coletivo na formação das cidades. Descreve a necessidade de

---

1 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Ed. Nova Fronteira, 1986.

2 KOSTOF, S. *The City Assembled: The elements of Urban Form through History*, Bulfinch Press Book Little, Brown and Company, London, 1992.

3 ZUCKER, Paul. *Town and Square – from the Ágora to the Village Green***.** New York: Columbia University Press, 1959:2. Neste livro, o autor elabora um panorama sobre as transformações das cidades e suas praças, a partir de uma concepção estética e funcional. Zucker investiga o papel desempenhado pela praça, em uma perspectiva histórica.

4 VITRUVIUS, Marcus Pollio *The Ten Books on Architecture*. New York: Dover Publication,1960.

existência de uma praça, situada em posição de destaque e conformada pelos principais edifícios institucionais.[5]

Diante da diversidade de configurações urbanas existentes observa-se a praça como um *locus* privilegiado da cidade, sobretudo pelo seu caráter de espaço multifuncional. Tal importância pode ser constatada nas políticas contemporâneas de intervenção urbana, nas quais a praça aparece como elemento fundamental. Busca-se resgatar valores históricos, evidenciando certa nostalgia de significados perdidos tanto na escala arquitetônica quanto na escala urbana.[6]

Em vários países, políticas urbanas destacam a questão da melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades por meio do resgate de espaços públicos e coletivos, assim como de estruturas arquitetônicas degradadas. Projetos de intervenção em conjuntos urbanos ou áreas de praças têm ocorrido com maior freqüência. A restauração da Praça XV de Novembro, do Largo do Carmo e o projeto Rio-Cidade (cujo programa incluía a intervenção em dezenas de praças), no Rio de janeiro; o projeto do conjunto cultural da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte; a intervenção no Vale do Anhangabaú, em São Paulo; a restauração do conjunto do Pelourinho, em Salvador, são amostras da sintonia que rege os processos de intervenção urbana contemporâneos.[7]

A praça representa uma espécie de espaço camaleônico, capaz de se modificar e se adaptar às transformações das cidades, possibilitando apropriações diversas. Essa peculiaridade fez com que a praça adquirisse, historicamente, uma diversidade de formas e funções, sem perder sua essência como espaço coletivo.[8]

---

5 "Estabelecidas as ruas menores e maiores, deve-se tratar das áreas oportunas para o uso comum da cidade, como seus templos, fóruns e demais lugares públicos. Se a cidade for marítima, a área junto ao fórum se localizará próxima ao porto: porém sendo distante do litoral, se localizará no centro. As áreas para os templos dos deuses titulares da cidade; como também para Júpiter, Netuno e Minerva, se localizarão no ponto mais elevado, de onde se visualiza a maior parte da cidade" (VITRUVIO apud ANSAY,1989:156). Vitruvio ainda destaca a importância da presença dos edifícios administrativos no espaço do fórum.

6 A voga pela reconquista do direito à cidade, através de uma política urbana de preservação e restauração patrimonial vincula suas ações, sobretudo na "restauração" de espaços públicos. Conjuntos urbanos, antigos depósitos, armazéns, fábricas e indústrias sofrem processos de intervenção, visando à recuperação e à introdução de novas funções, a partir da reintegração de áreas degradadas.

7 Para maiores detalhes ver: FAVOLE, Paolo. *La Plaza em la arquitectura contemporânea*. Barcelona: GG,1995; GEHL, Jan e GEMZOE, Lars. *Nuevos espacios urbanos*. Barcelona: G.G., S.A. 2002; e BORJA,J. e MUXI, Z. *El Espacio público*: *ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.

8 Segundo a definição de BORJA e MUXI (2003:15), "la historia de la ciudad es la de su espacio público. Las relaciones entre los habitantes y entre el poder y la ciudadanía se materializan, se expresan en la conformación de las calles, las plazas, los parques, los lugares de encuentro ciudadano, en los monumentos". Entender o processo de formação das cidades, de seus elementos morfológicos e suas relações estabelecidas historicamente é fundamental para se questionar o papel desses espaços na cidade.

O ESPAÇO DA VIDA SOCIAL

Diversos são os campos disciplinares que estudam a praça como espaço coletivo, comum ou público. Pensado como espaço coletivo, o termo "praça" engloba questões socioculturais, uma vez que representa o lugar do encontro, onde se desenvolve a vida social, e o espaço de identidade, onde os grupos sociais se reconhecem e onde existe a possibilidade de trocas. O termo envolve também uma questão política, pois, segundo LOUISY (1988:18), a imagem da cidade forma-se a partir da relação dos habitantes com seus espaços públicos.[9]

O uso do termo "espaço público" é recente e, nos meios urbanísticos, parece derivar do conceito de "espaço urbano", freqüentemente associado a uma função: espaço urbano da praça, do mercado, do teatro, da estação, etc. Essa abordagem exprime uma maior complexidade, uma vez que não se refere apenas ao espaço geográfico, mas a todo espaço de manifestação pública. Nesse sentido o termo vincula-se a outras dimensões, constituindo o domínio da *esfera pública* e da *esfera privada*.[10]

A ESFERA PÚBLICA E A ESFERA PRIVADA

Como questão conceitual, o tema aparece nas teorias filosóficas de Hannah Arendt e Jürgen Habermas.[11] Ambos buscaram entender as transformações estruturais do que denominam esfera pública e privada nas sociedades contemporâneas. ARENDT (1987) fundamentou sua teoria no modelo da pólis grega, enquanto HABERMAS (1984) estudou a esfera política burguesa do séc. XIX.[12]

---

9 A. LOUISY (coord.). PLAN URBAIN. *Espaces Publics*. Direction de l'Architecture et de L'Urbanisme et Délégation à la Recherche et à L'Innovation. Ministère de L'Equipement et du Logement. Paris: La Documentation Française, 1988. Um estudo sobre a origem do termo, os campos disciplinares envolvidos e as diversas abordagens que envolvem o objeto "espaço público" foi desenvolvido pelo *Ministère de l'Equipement et du Logement* francês. Este ensaio representa uma tentativa de precisar as diretrizes políticas adotadas para abordar a questão do espaço público contemporâneo. Neste estudo encontramos referência ao termo "praça" como importante espaço de manifestação pública.

10 LOUISY, 1988:20.

11 A leitura de Habermas baseia-se na distinção entre esfera pública, esfera do mercado e esfera do governo. O termo esfera pública, na concepção desse autor, refere-se ao local onde os cidadãos podem manifestar sua participação política.

12 ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Outro importante estudo dedicado ao tema, realizado por Richard Sennet, abordou a formação do espaço público articulando-o ao tema das práticas sociais vigentes na vida pública e sua manifestação nos espaços urbanos. Analisando o fenômeno de "enfraquecimento" da vida pública, SENNET (1988) buscou retratar a sociedade contemporânea, a qual ele denominou de sociedade *intimista*, identificando, no séc. XIX, os fatores que deram origem à extinção da *res pública*.[13]

A referência mais antiga ao termo "*esfera pública*" – que compreende a noção de coisa comum – aparece, segundo HABERMAS (1984), na organização da cidade-Estado grega: a pólis. As categorias público/privada nos teriam sido transmitidas segundo o Direito Romano e permaneceram ainda na organização das cidades medievais traduzidas na esfera pública, *res pública,* e na esfera do particular.[14]

A vinculação do termo "espaço público"[15] a um espaço geográfico está presente no estudo desenvolvido por ARENDT (1987) sobre a cidade-Estado grega. Em sua análise, Arendt identificou na pólis a existência de duas esferas distintas: a privada (a família; *oikos*) e a pública (a vida na cidade; a ação e o discurso), sendo esta última representada pelo espaço urbano da Ágora. Também HABERMAS (1984:15) estabeleceu uma distinção entre a "esfera da pólis, que é comum aos cidadãos livres" e a "esfera do *oikos*, que é particular a cada indivíduo (*idia*)". Em sua abordagem, a manifestação da esfera da *vida pública* e, portanto, do exercício da *vita activa,* da ação pública, ocorreria no espaço da Ágora.[16]

---

[13] SENNET, R. *O Declínio do Homem Público: as Tiranias da Intimidade*. trad. Lygia Araújo Watanabe, São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Segundo SENNET (1988:16) "uma *res pública* representa, em geral, aqueles vínculos de associação e de compromisso mútuo que existem entre pessoas que não estão unidas por laços de família ou de associação íntima: é o vínculo de uma multidão, de um "povo", de uma sociedade organizada, mais do que vínculo de família ou de amizade".

[14] HABERMAS (1984:17) destaca que "a contraposição entre *publicus* e *privatus*, embora corrente, não tinha vínculo de obrigatoriedade. Exatamente a precária tentativa de uma aplicação nas relações jurídicas da dominação feudal fundiária e de vassalagem fornece, sem querer, indícios de que não existiu uma antítese entre esfera pública e esfera privada segundo o modelo clássico antigo (ou moderno)".

[15] A origem deste conceito se encontra na *Pólis Grega* representada pelo espaço geográfico da *Ágora*. É neste lugar que os cidadãos se expressam e regem suas cidades. O mesmo se pode dizer do *Fórum Romano*, lugar da vida pública da cidade, onde se localizam os principais edifícios públicos, administrativos, templos; uma espécie de sala de visitas.

[16] Se para HABERMAS (1984) a vida pública, *bios politikos*, não se restringe a um local, pois "o caráter público" constitui-se de uma prática de conversação (*lexis*), que pode assumir a forma de um conselho, de um tribunal, de uma práxis comunitária; o seu correspondente urbano estaria representado pelo espaço da *Ágora*. Essa praça seria o espaço simbólico de representação da esfera pública.

Como espaço urbano, a Ágora constituiu a principal praça da civilização grega, representando o lugar de encontro dos cidadãos. Essa praça era formada por um pátio aberto, circundado por edifícios públicos e administrativos. Nela situavam-se o *bouleuterium*, uma espécie de sala de conselho da cidade, e o *prytaneum*, a câmara privada dos chefes oficiais do magistrado. Um dos lados era ocupado por uma construção em pórticos, a *Stoa*, onde funcionava o mercado.

Na reconstituição da Ágora de Atenas pode-se observar a importância dimensional da praça, a partir da formação arquitetônica do conjunto, destacando o contraste do vazio com o denso tecido urbano. Os limites da praça eram precisamente definidos pela localização periférica dos edifícios. (FIG. 1 e 2)

Esse conjunto formava o centro político-social da cidade e sua configuração reforçava esse simbolismo. Estrategicamente situado, podia ser visualizado por toda a comunidade e representava um imenso vazio cercado por edifícios institucionais, sagrados, e comerciais. A percepção desse espaço não representava apenas a oposição ao espaço privado. Sua concepção legitimava uma função estética a uma prática citadina primordial. Essa praça representava o *lugar* do domínio político.

Na Ágora, os cidadãos livres exerciam a política, por meio da ação e do discurso. A palavra era compartilhada, e decisões eram estabelecidas. A vida pública manifestava-se nesse espaço.

Assim como a Ágora, a praça do Fórum, na civilização romana, desempenhou um papel central na vida da *urbs.* Espaço urbano principal, o Fórum era delimitado por edificações institucionais, religiosas e comerciais, e cercado por colunatas. Decorado com esculturas, arcos e colunas, sua configuração também se destacava na malha urbana, sobretudo pelo caráter monumental do seu conjunto arquitetônico. (FIG. 3)

A praça do Fórum alcançou um importante destaque nas cidades de origem militar – o *castrum*. Nessa estrutura, o Fórum localizava-se no cruzamento dos principais eixos ordenadores da cidade – o *cardo* e o *decumanus* –, representando o centro vital da malha urbana. Nesse cruzamento formava-se o coração da cidade, com seu aparato político administrativo. Timgad e Pompéia constituem exemplos desta ordenação urbana. (FIG. 4 a 6)



FIG. 1 – RECONSTITUIÇÃO DA *ÁGORA* DE ATENAS - Século II a.C.
FONTE: The City Assembled: The elements of Urban Form through History (KOSTOF,1992).

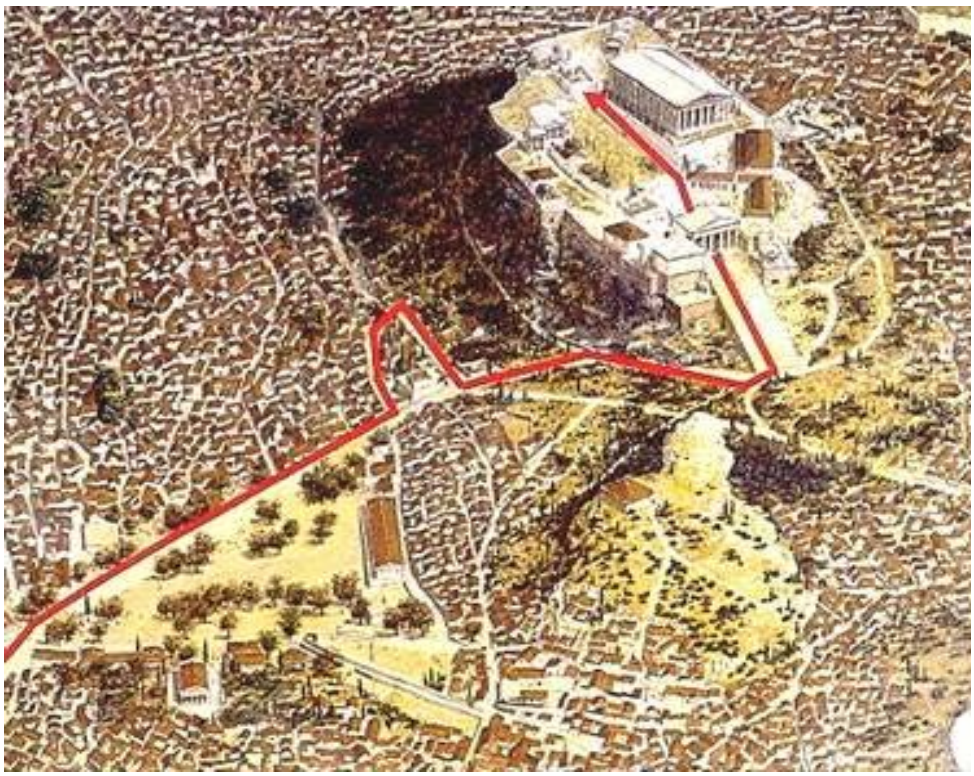


FIG. 2 – RECONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE ATENAS
Vista da Acrópole e da praça da Ágora. Em vermelho destaca-se a via partenaica – trajeto destinado à desfiles e apresentações cívicas.
FONTE: The Ancient City (CONNOLLY e DODGE, 1998)



FIG. 3 – RECONSTITUIÇÃO DO FÓRUM ROMANO

A praça era bem delimitada pelas edificações monumentais. Elementos como escadarias e colunatas realizavam a integração da arquitetura com o espaço urbano.

FONTE: Roma Antica (GABUCCI, 2000)

Os romanos construíam edificações para toda e qualquer atividade. Havia poucos espaços vazios para acolher atividades coletivas. Semelhante à pólis grega, a cidade romana caracterizava-se pelo contraste entre o vazio do Fórum e o denso tecido urbano composto de edificações homogêneas e edifícios de caráter monumental.[17]

Na Roma Imperial, cidade mais importante do período, esse contraste adquiriu outra dimensão em função do tamanho da cidade. Roma era a capital do Império. Seu prestígio e simbolismo político renderam-lhe o título de a maior cidade da Antigüidade. Seu espaço físico simbolizava o apogeu alcançado pela civilização romana. No detalhe da maquete, observam-se grandes estruturas espalhadas pelo tecido urbano, com destaque para a seqüência de Fóruns que se formaram na capital. (FIG. 7)

[17] A civilização romana possuía um conhecimento de engenharia e arquitetura bastante desenvolvido. O uso do sistema em arco possibilitou aos romanos a construção de edificações grandiosas, proporcionando certo destaque na paisagem urbana.

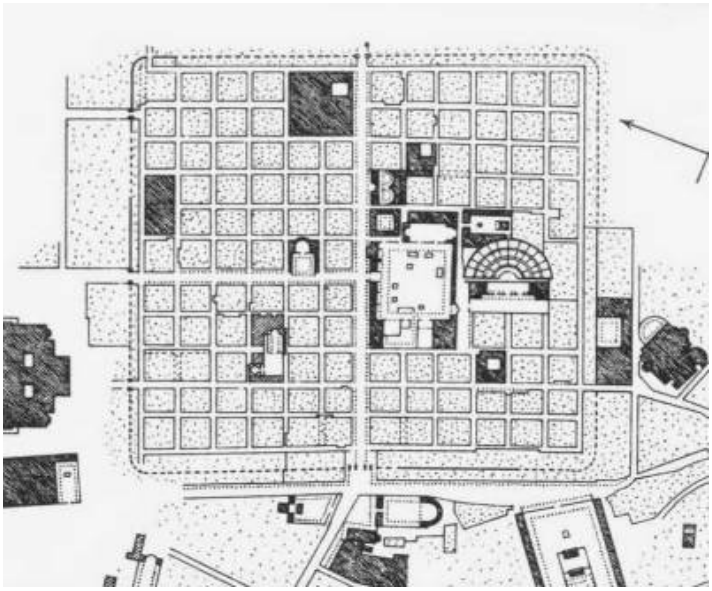


FIG. 4 – PLANO DA CIDADE DE TIMGAD

A área em destaque representa o local do Fórum

FONTE: Historia de la Forma Urbana. (MORRIS, 1992)

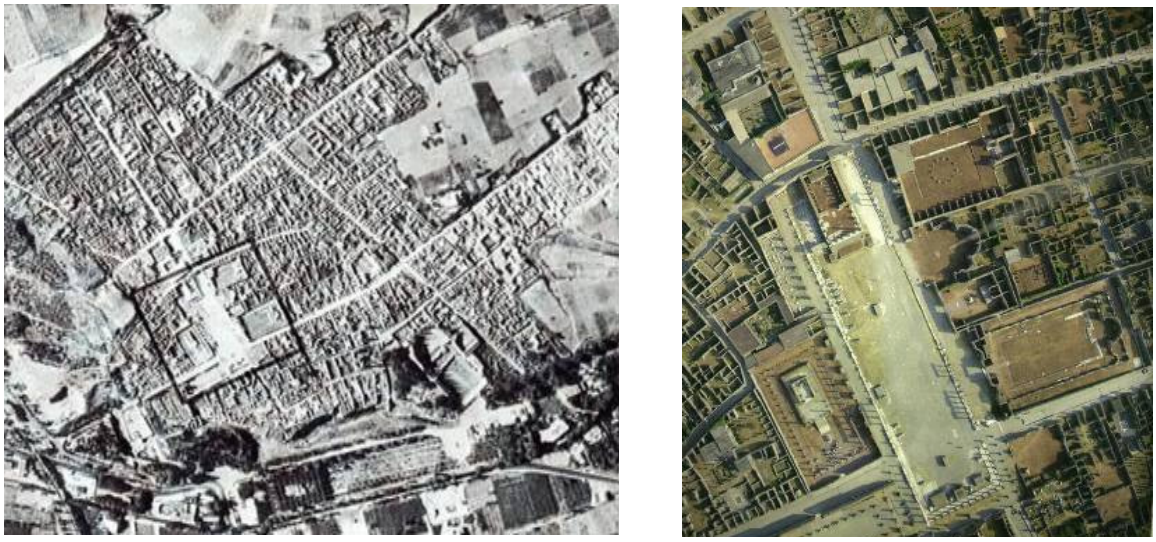


FIG. 5 e 6 – VISTA AÉREA da CIDADE DE POMPÉIA E DETALHE DO FÓRUM

FONTE: pompeii.virginia.edu/.../ tti/images/images.html- fev/2006

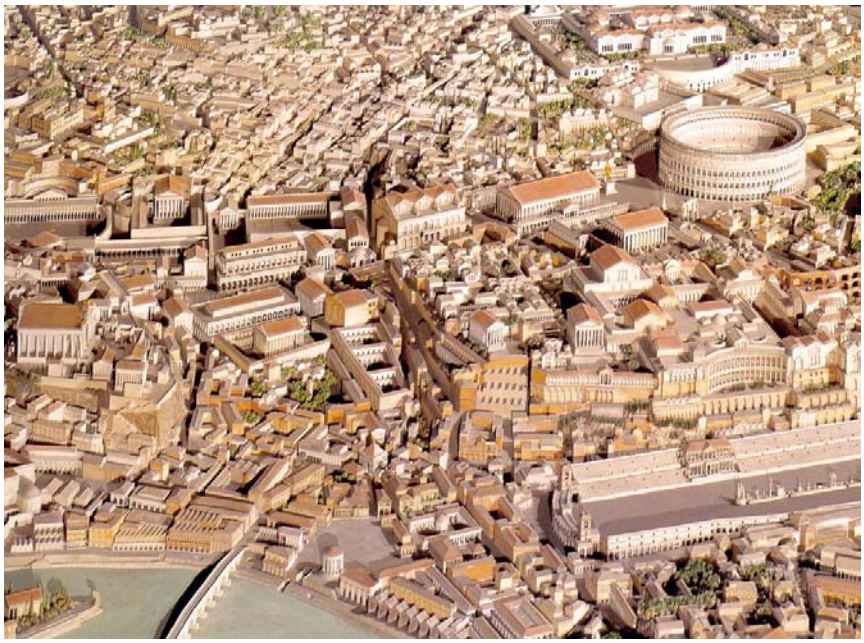


FIG. 7 – ROMA IMPERIAL – detalhe da maquete da cidade antiga

Destaca-se ao centro a área dos Fóruns Imperiais

FONTE: Roma Antica (GABUCCI, 2000)

O Fórum representava o coração da cidade romana. Conjugando as atividades de mercado "com um lugar de assembléia ou de *comitium*", ali se realizavam encontros políticos, podia-se assistir às disputas atléticas, oradores dirigiam-se às multidões, comerciantes fechavam negócios, realizavam-se cultos e, principalmente, administrava-se a cidade nos tribunais e edifícios institucionais. Segundo HAROUEL (1990:25), era no Fórum das cidades provinciais que se reuniam as assembléias populares, bem como se desenvolvia o "centro da vida religiosa". Antes da construção dos anfiteatros, essa praça abrigava também o combate dos gladiadores e outras atividades esportivas.

O poder simbólico emanado do Fórum era tão significativo que na Roma Imperial notava-se a existência de diversos espaços dessa categoria. MUMFORD (1991:168) observa que, apesar da Ágora e do Fórum apresentarem configurações morfológicas semelhantes, na Grécia, o espaço da Ágora era independente da figura do governante. A praça era única e estava atrelada à formação da pólis como cidade-Estado. Na Roma Imperial, ao contrário, o Fórum estava vinculado ao Imperador e à sua representação política – a criação de um novo espaço marcava o poderio da

sua gestão. Esse ato era completado pela toponímia do espaço: o Fórum recebia o nome do seu fundador.[18] (FIG. 8)

Espaço coletivo por excelência, a Ágora e o Fórum representaram o lugar da *"vida cívica"* e o lugar de encontro dos cidadãos. Na condição de nó, *centro vital* da cidade, esses espaços mantiveram-se presentes na estrutura das cidades ocidentais, constituindo-se como verdadeiros centros da vida social.

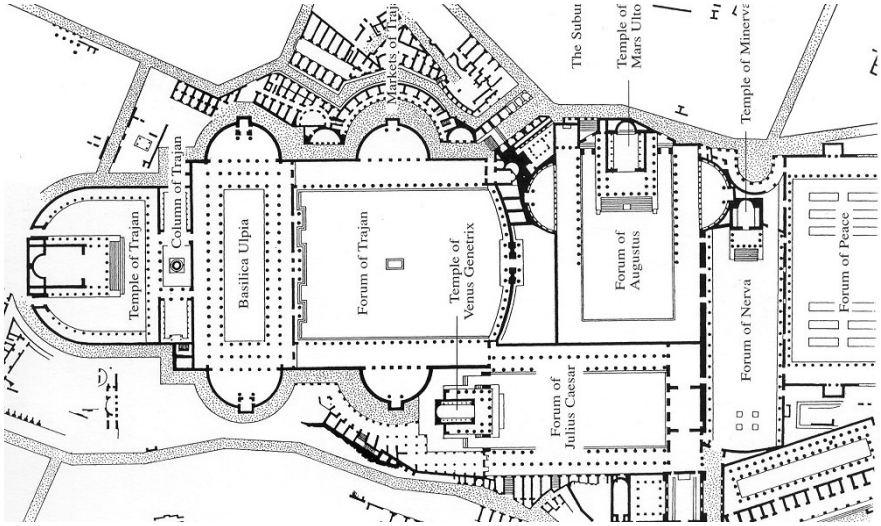


FIG. 8 – PLANTA DOS FÓRUNS IMPERIAIS, ROMA

1 - *Fórum* de Trajano; 2 - *forum* de Augusto; 3 - *forum* de Nerva; *forum* de Vespasiano; 4 - *forum* de Julio César.

O Fórum abrigava as principais Instituições Administrativas do poder Imperial: basílicas, assembléias, senado, templos, entre outros.

FONTE: O Império Romano (STIERLIN,1997)

[18] Diversos fóruns podiam coexistir na mesma cidade. Roma chegou a ter sete espaços destacados na malha urbana.

A PRAÇA MEDIEVAL

> Na Idade Média [...], essas praças ricamente adornadas eram o orgulho e a alegria de toda cidade independente; aqui, concentrava-se o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizavam-se as exibições, empreendiam-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhantes. De acordo com o tamanho de cada comunidade ou o tipo de sua administração, serviam a essas necessidades práticas duas ou três das praças principais, raramente uma só, pois as praças também eram manifestação da diferença entre autoridade secular e eclesiástica, distinção que a Antigüidade não fazia da mesma maneira (SITTE, 1889).

Espaço livre, lugar onde se desenvolvem os principais acontecimentos coletivos da vida cotidiana, na definição de SITTE (1889:24), a praça medieval representou o espaço de interação social. Articulada à escala urbana, a configuração da praça medieval definiu-se pelo contraste do vazio com a densa paisagem, estruturando uma diversidade de espaços: praças de mercado, praça da igreja, praça cívica, praça de entrada, praça central, ou mesmo conjunto de praças.

Analisando a organização social das cidades medievais, HABERMAS (1984:18) assinala que a *res pública,* ou o "domínio comunal", manifestava-se nos espaços públicos, representados pelo espaço da rua e da praça: o "poço, a praça do mercado", era "para uso comum, publicamente acessíveis, *loci communes, loci publici*".

FIG. 9 – *PROVÉRBIOS HOLANDESES*
PIETER BRUEGEL, 1568.

A vida cotidiana se desenvolve nos espaços coletivos: ruas e praças abrigam trabalho, comércio e lazer como feiras, festas, procissões, representações teatrais, mas é também onde se realizam julgamentos e execuções públicas.



FONTE: gallery.euroweb.hu/.../ pieter_e/painting/ - fev/2006



FIG. 10 – PIAZZA DEL CAMPO E PIAZZA DEL CATEDRAL – SIENA

O vazio proporcionado pela praça assume proporções monumentais em contraste com as ruas estreitas e escuras

FONTE: Plazas of Southern Europe (KATO,1990)



FIG. 11 – PIAZZA DELLA SIGNORIA

Praça cívica da cidade de Florença

FONTE: Plazas of Southern Europe (KATO,1990)

O contraste espacial, juntamente com o papel desenvolvido pela praça, seria responsável pela noção de marco visual adquirida por esse espaço. Cidades como Siena e Florença exemplificam esta relação de marco urbano presente nas cidades medievais. (FIG. 10 e 11)

A importância da praça como espaço de manifestação popular aparece em destaque na obra de BAKHTIN (1987:132).[19] Analisando as práticas e o comportamento social da cultura medieval, o autor descreve a praça como sinônimo de liberdade e expressão da palavra:

> A praça pública no fim da Idade Média e no Renascimento formava um mundo único e coeso onde todas as "tomadas de palavra" (desde as interpretações em altos brados até os espetáculos organizados) possuíam alguma coisa em comum, pois estavam impregnadas do mesmo ambiente de liberdade, franqueza e familiaridade. [...] A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de "exterritorialidade" no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra.

Além das feiras, festas, procissões e representações teatrais, outra atividade ocupava o espaço da praça: os julgamentos e as execuções públicas. Para além de um espaço de sociabilidade, a praça era o lugar onde se demonstrava o poder das leis.[20] (FIG. 12 e 13)

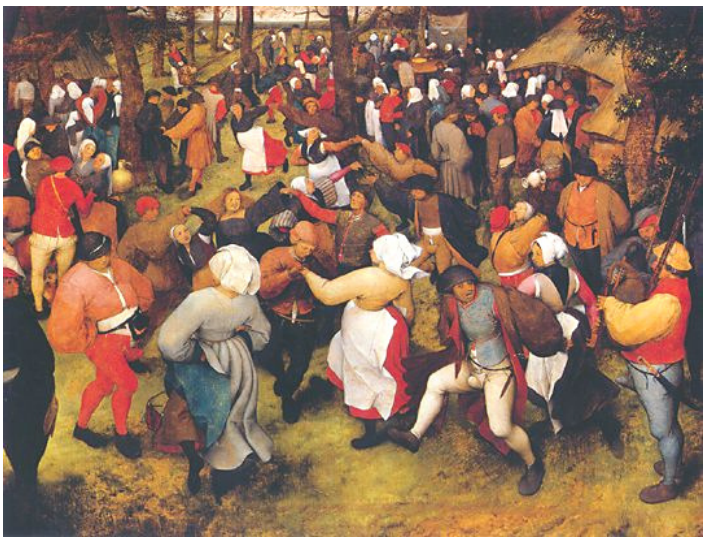


FIG. 12 – PIETER BRUEGEL - DANÇA DE CASAMENTO AO AR LIVRE, 1566
FONTE: www.mystudios.com/.../ bruegel-wedding-dance.html – fev/2006

[19] A partir da análise da obra de Rabelais, BAKHTIN (1987) traça um estudo sobre a cultura popular na Idade Média e no Renascimento. A praça representava o espaço da multidão, era o campo da feira, do carnaval e das festas.

[20] Ver descrição das práticas de julgamento e execuções públicas que eram realizadas no espaço da praça. In Michel FOUCAULT, *Vigiar e Punir, história da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1977.



FIG. 13 – GRAVURA REPRESENTANDO UMA EXECUÇÃO PÚBLICA – ***prática comum realizada nas praças.***
FONTE: L'Homme et les villes (RAGON, 1995)

O *DECOR* URBANO E A PRAÇA

No período do Renascimento, a praça adquire importância estética com as transformações sociais desencadeadas. O crescimento urbano, o desenvolvimento do mercantilismo e das pequenas indústrias, e a reestruturação da sociedade com o surgimento da burguesia acarretaram novas atitudes em relação ao espaço citadino.[21]

A partir desse momento, o ambiente urbano torna-se objeto de estudo. Como afirma ZUCKER (1959:99), "design arquitetônico, teoria estética e princípios de urbanização voltam-se para idéias idênticas": a busca pela ordem e disciplina, em contraste com a espontaneidade do espaço medieval. Praças, ruas e avenidas transformam-se nos principais elementos de reformas e intervenções urbanas.

Com o surgimento dos *Tratados de Arquitetura e Urbanismo* e o desenvolvimento do modelo de *cidade ideal*, retoma-se a valorização da estética urbana, presente na civilização clássica. Nas concepções dos tratados renascentistas, segundo ZUCKER (1959:104), a cidade representa "cada vez mais um símbolo de uma ordem social e governamental. Muitas utopias foram desenvolvidas baseadas em conceitos teológicos e sócio-filosóficos combinados a uma prática sugestiva. Todas tendo como referência a imagem da cidade de Thomas More (Utopia) e Tommaso Campanella (a cidade do Sol)". As características dessas cidades foram representadas na organização e ordenação precisa do plano urbano e traduzidos numa rígida geometrização e regularidade de ruas e avenidas. A praça adquire a função de elemento estruturante do desenho urbano, definido por uma rígida geometria.[22]

---

[21] SENNET (1988:31) aponta para o sentido da palavra "público" no Renascimento: "público veio a significar uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente. E o centro dessa vida pública era a capital". Essa mesma noção está presente nos Gregos.

[22] Alguns importantes tratados merecem ser destacados pela importância dada ao espaço da praça. Antônio FILARETE em seu *Trattato d'Architettura,* escrito no período 1457-1464, foi o primeiro a apresentar uma cidade ideal planificada. Francesco di Giorgio MARTINI destacou, na sua obra *Trattato d'Architettura* (1495), a importância da praça central inscrita na cidade poligonal fortificada. Pietro CATANEO (*Quattro Libri del L'Architettura*,1554), Bounaiuto LORINI (*Delle Fortificatione Libri Cinque*, 1592) e VASARI (*Città Ideale*) idealizaram praças situadas no encontro das principais ruas da malha urbana (ZUCKER,1959). Tal modelo de praça compareceu no traçado de cidades como Grammichele (1693), Washington D.C. (1791), e Belo Horizonte (1897)

As praças comparecem como elementos de composição essenciais para a ordenação da paisagem urbana. Nas palavras de SEGAWA (1996:48), "o emaranhado tecido de estreitas e abafadas vielas e ruas do passado vai, gradativamente, sendo substituído por largas, luminosas e arejadas vias de comunicação – o espaço urbano ganha novas referências com as perspectivas inéditas de avenidas retas" e praças formais.[23]

A imagem abaixo reflete notadamente o conceito de cenário que o espaço urbano adquire. A geometria e a perspectiva tornam-se a base da ordenação espacial. (FIG. 14) O edifício passa a representar um monumento em si, ao mesmo tempo em que destaca a noção de conjunto urbano. Cada elemento da composição possui seu devido lugar, relacionando-se ao todo.



FIG. 14 – A PRAÇA IDEAL NA CIDADE RENASCENTISTA, SÉCULO XV
FONTE: La citté ideale em Occident (VERCELLONI, 1996)

[23] Entende-se por praça formal a configuração de praças regulares e geométricas. Dentro dessa concepção de praça formal, podem-se destacar alguns modelos: a *Piazza* italiana, a *Place Royal* francesa e a *Square* inglesa (ZUCKER, 1953).

Projetos como a *Piazza di Santíssima Annunziata* (1426-1642) de Brunelleschi, em Florença, a *Piazza del Campidoglio* (1537-1664) de Michelangelo, em Roma, bem como a *Place Dauphine* (1607), em Paris, ilustram esse processo de ordenação ocorrido nas cidades renascentistas. (FIG. 15 a 17)



FIG. 15 – PIAZZA SS. ANNUNZIATA

Brunelleschi introduz o tema da ordenação espacial.

A geometria reina soberana no desenho da praça

FONTE: Plazas of Southern Europe (KATO, 1990)



FIG. 16 – PIAZZA DEL CAMPIDOGLIO

Michelangelo desafia o olhar – a elipse inserida no poligono.

FONTE: www.roma-o-matic.com – dez/2005



FIG. 17 – PLACE DAUPHINE
A geometria triangular da praça põe em destaque o monumento
FONTE: Au-dessus de Paris (CAMERON e SALINGER, 1987)

A partir da metade do séc. XVIII, o equilíbrio entre as esferas pública e privada começa a alterar-se. O desenvolvimento da burguesia mercantil e intelectual promove uma reestruturação no sentido da *vida pública*, a praça e a rua perdem força como símbolos de espaços públicos. Teatros, bares e cafés tornam-se alternativas a espaços de sociabilidade e firmam-se como instituições no imaginário da sociedade burguesa. A cidade, com as suas galerias, *boulevards* e jardins, torna-se o espaço de afirmação de uma burguesia ascendente.[24]

Analisando as conseqüências do deslocamento progressivo do comércio e das atividades coletivas para espaços fechados e ambientes restritos, SENNET (1988:32) observa o fenômeno de esvaziamento dos espaços públicos, como a praça.

> À medida que as cidade cresciam e desenvolviam-se redes de sociabilidade independentes do controle real direto, aumentaram os locais onde estranhos podiam regularmente se encontrar. Foi a época da construção de enormes parques urbanos, das primeiras tentativas de se abrir ruas adequadas à finalidade precípua de passeio de pedestres, como uma forma de lazer. Foi a época em que os cafés (coffeehouses) e mais tarde bares (cafés) e estalagens para paradas de diligências

[24] Como ressalta SEGAWA (1996:47) "as transformações sociais que se processaram no final da Idade Média com a expansão das classes mercantil e burguesa, nas capitais européias, trouxeram outras categorias [...] distintas das posições sociais tradicionais". SEGAWA (1996:48) explora bem esta questão do surgimento dos jardins públicos, em relação ao espaço de sociabilidade da praça, definindo o jardim como o "antídoto da praça". Defende a contraposição das noções de *polivalência versus hierarquização*, segundo o qual na época de transição da Idade Medieval para a Era Moderna, a praça medieval, espaço de uso múltiplo, "vai cedendo lugar à disciplina, [...] à transformação de ordenamentos sociais contraditórios em arranjos organicamente articulados", traduzidos na figura do jardim público.

> tornaram-se centros sociais; época em que o teatro e a ópera se abriram para um grande público graças à venda aberta de entradas, no lugar do antigo costume pelo qual patrocinadores aristocráticos distribuíam lugares. A difusão das comodidades urbanas ultrapassou o pequeno círculo da elite e alcançou um espectro muito mais abrangente da sociedade, de modo que até mesmo as classes laboriosas começaram a adotar alguns hábitos de sociabilidade, como passeios em parques, antes terreno exclusivo da elite, caminhando por seus jardins privativos ou promovendo uma noite no teatro.

Destacam-se as passagens parisienses: novos espaços que refletem novos hábitos burgueses.



FIG. 18 – GALERIA COLBERT, 1830

As passagens parisienses refletem os novos hábitos burgueses

FONTE: Histoire Mondiale de l'architecture et de l'urbanisme modernes (RAGON, 1972)

A partir do séc. XIX, nota-se uma mudança estrutural na escala da cidade. O crescimento rápido e acelerado da cidade exige que as intervenções urbanas sejam abrangentes e não restritas a pontos específicos, como a configuração de cenários pontuais – surgem as estratégias globais. A cidade moderna deveria refletir o avanço tecnológico propiciado pelo desenvolvimento industrial.



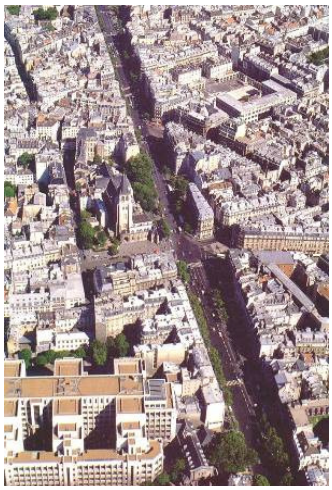


FIG. 19 e 20 – LE BOULEVARD HAUSSMANN

A intervenção de Haussmann rasga o tecido da Paris medieval propondo uma nova experiência do espaço urbano. O modelo do boulevard torna-se símbolo da metrópole moderna.

FONTE: expositions.bnf.fr – dex/2005 e Paris-Haussmann (CARS e PINON, 1991)



FIG. 21 – PLACE De L'ETOILE, PARIS.

Adequando-se à nova escala urbana, a praça adquire novas funções e perde força enquanto espaço de sociabilidade.

FONTE: Plazas of Southern Europe (KATO, 1990)

Desenvolve-se a cidade monumental dos grandes eixos, com seus *boulevares e* suas *avenues*. Michel RAGON (1995:177) descreve essas transformações, comentando sobre o novo papel da circulação na cidade de Paris:

> Dans la ville nouvelle qui apparaît, la rue est primordiale, l'habitat secondaire. Impératif numéro un, la circulation conduit aux cinq kilomètres en ligne droite de la rue La Fayette, prouesse technique dont Haussmann se montrait très fier. [...] Cent soixante-cinq kilomètres de voies publiques sont creés par Haussmann [...] Autres "ouvres capitales", les grands magasins, type nouveau de boutique pour une consommation de masse [...]. L'époque des grands magasins comence à Paris en 1852 avec le Bon Marché [...], se porsuit avec le Printemps en 1864, la Belle Jardinière en 1866, la Samaritaine en 1869.[25]

Essas intervenções modificam e transformam a configuração urbana das cidades. O modelo da rua tradicional é substituído por um sistema de circulação de fluxo contínuo. Novos elementos urbanos surgem para compor um repertório de signos. A praça assume o papel de elemento de composição do sistema viário – lugar de passagem, entroncamento, *carrefour, rond-points.* Duas imagens refletem a dimensão dessa nova metrópole: o *Boulevard* Haussmann e a *Place de l'Etoile* – a *praça-carrefour*. (FIG. 19 a 21)

Essa nova escala da metrópole moderna anuncia um novo fenômeno para os espaços públicos: o esvaziamento e a perda de características tradicionais. Esse processo consolida-se no séc. XX, sobretudo a partir da implantação de planos viários e complexos sistemas de circulação urbana. A instituição de grandes espaços urbanos e de grandes estruturas materializa-se em auto-estradas, viadutos, eixos rodoviários, trincheiras e passarelas.

A circulação, sobretudo dos meios de transportes, não se restringe mais ao nível do solo, pois a tecnologia permite explorar espaços subterrâneos e aéreos, introduzindo uma nova dimensão urbana. Nesse contexto, a rua e a praça assumem papéis distintos: a primeira torna-se o lugar da circulação e do deslocamento, e a segunda transforma-se em um amplo espaço vazio. Dependente cada vez mais de superfícies destinadas ao sistema viário, o espaço público da cidade moderna torna-se totalmente desconectado de suas áreas adjacentes.

---

[25] Michel RAGON, *L´Homme et le ville*, Paris: Editions Albin Michel, 1995:178. "Na nova cidade que surge, a rua é primordial, a moradia secundária. Imperativo número um, a circulação que se impõe aos cinco quilômetros em linha reta da Rua Lafayette, proeza técnica da qual Haussmann é orgulhoso [...]. Cento e sessenta e cinco quilômetros de vias públicas são criadas por Haussmann. [...] Outras 'obras capitais', os grandes magazines, novo tipo de boutique feito para um consumo massificado [...]. A época dos grandes magazines começa em Paris, em 1852 com o Bom Marché [...], em seguida o Primtemps, em 1864, a Belle Jardinière, em 1866, a Samaritaine, em 1869".

Cidades como Los Angeles e Brasília refletem essa dimensão do sistema viário, configurando o paradigma da cidade: viadutos e eixos viários impõem-se no desenho da cidade. (FIG. 22 e 23)





FIG. 22 e 23 – LOS ANGELES e BRASÍLIA – *viadutos e eixos.*

FONTE: L'homme et le ville (RAGON,1995) e www.aboutbrasilia.com/ maps/eixao.html – fev/2006

A praça da cidade moderna, segundo preconizou SITTE (1889:61)[26], transformar-se-ia no vazio diluído na imensidão urbana, em meio ao ruído dos automóveis e do intenso tráfego de pedestres e de veículos. Ao declínio da praça, como espaço de representação pública, corresponderia o fenômeno, identificado por SENNET (1988:29), de enfraquecimento da *res pública* e de recolhimento do citadino para os lugares fechados em busca de um ambiente mais seguro e tranqüilo. (FIG. 24 e 25)

O papel da praça parecia estar condenado à escala monumental, desempenhando somente a função de grande vazio. Contudo, uma mudança nas políticas de intervenção urbana recolocou em foco a questão da retomada do espaço público. Nesse contexto, o espaço da praça ressurgiu como o protagonista dos espaços coletivos, principalmente nas ações de resgate de qualidade urbana concretizadas em intervenções de áreas centrais, de locais históricos, e mesmo de espaços reabilitados de pequenas praças.

Essa tendência de intervenção pontual parece alinhar as propostas urbanas contemporâneas, caracterizando-se como uma reação aos grandes planos urbanos paradigmáticos do séc. XX. Segundo questiona BORJA e MUXI (2003:16), estaríamos diante de uma "síntese entre Sitte e Le Corbusier", na qual a escala monumental da cidade ainda prevalece, porém associada à "policentralidade" e ao reconhecimento das diversidades dos espaços locais. Para uma real valorização dos espaços públicos, as estratégias deveriam fundamentar-se na "recuperação da dimensão simbólica" a partir da identificação dos "espaços urbanos de referência citadina". O objetivo principal seria "fazer dos lugares de conexão ou nós, um lugar simbólico, um *hito* cívico", atribuindo "características de ponto focal, ou seja: monumentalidade, multifuncionalidade, intercâmbio, lugar de encontro e de expressão".

A praça contemporânea, a partir dessas estratégias, reafirma sua vocação de espaço coletivo, reassumindo seu papel de principal espaço da cidade.

[26] Na análise de SITTE (apud SCHORSKE,1989:81), a cidade moderna com "a mania de espaços abertos" – a rua larga que escapa ao olho, as amplas praças – isolava edifícios e seres humanos" e produzia nos homens modernos "uma nova neurose: a *agorafobia* (*Platzscheu*), o medo de atravessar vastos espaços urbanos. As pessoas se sentiam diminuídas pelo espaço, impotentes frente aos veículos a que eles foram entregues".



A praça constitui-se de um grande vazio. No piso – fragmento do desenho da cidade – ruas retas e avenidas em diagonal.

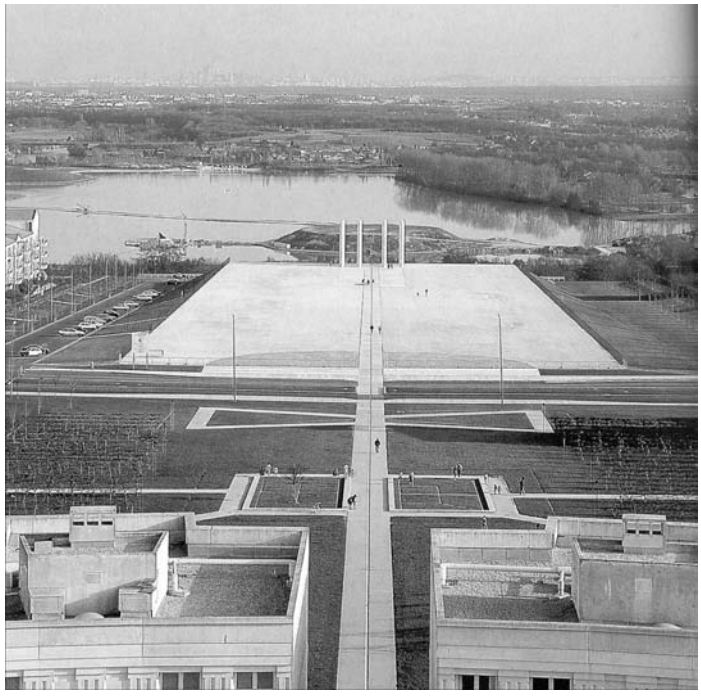


FIG. 24 e 25 FREEDOM PLAZA, WASHINGTON E PLACE DES COLONNES, CERGY-PONTOISE
FONTE: La Plaza em la Arquitectura Contemporânea (FAVOLE, 1995)

ANTECEDENTES PORTUGUESES

REFERÊNCIAS URBANAS

O processo de formação da praça brasileira está diretamente ligado aos princípios urbanísticos da tradição portuguesa utilizados na colonização da América. Estudando o urbanismo português e sua influência ultramarina, TEIXEIRA (2000) identifica a existência de padrões que aparecem na "estrutura global da cidade". Esses padrões estão presentes desde a escolha topográfica dos sítios e do traçado implementado, até a constituição dos elementos morfológicos – quarteirões, lotes, ruas, praças –, resultando em certa composição arquitetônica.[1]

A presença dessas características nas cidades coloniais brasileiras confirma a existência de princípios, não como uma transposição direta de modelos urbanos, mas como uma adaptação às novas condições. Entender a tradição urbana portuguesa, bem como o processo de estruturação dos seus espaços simbólicos, é resgatar a gênese da praça brasileira. A praça, como elemento urbano estrutural, está notadamente vinculada à formação do núcleo urbano. Sua estrutura tem origem na composição formal de elementos morfológicos como vias, ruas principais, traçado, casario, edificações institucionais, muralhas, entre outros, mas está sujeita também aos aspectos sociais que envolvem a hierarquia, o uso e a forma de apropriação pela sociedade em cada época.[2]

Na história do urbanismo português, segundo TEIXEIRA (2000:1), a formação das cidades tem origem em duas vertentes: uma vernácula, tradicional, apoiada nos processos de formação característicos das cidades medievais, e outra erudita, cujas bases fundamentaram-se na concepção de sistemas ortogonais.

A tradição vernacular predominou a partir do séc. XIII, quando as principais cidades portuguesas passaram por um processo de rápido desenvolvimento. De acordo com PAIO (2001:27), esse período representou o auge da formação das cidades:

> Os séculos XIII-XIV, são marcados por toda a Europa com o nascimento na paisagem de novas vilas, estabelecendo uma nova rede viária ou consolidando a já existente, com base: no aumento demográfico, nas novas técnicas de cultivo agrícola, na renovação do pensamento religioso unido a uma renovação eclesiástica, na reanimação de caminhos como geradores de riqueza e de melhores acessibilidades e no renascer do comércio nos núcleos urbanos. [...]

---

1 TEIXEIRA, M. *Os Modelos Urbanos Portugueses da Cidade Brasileira*. Colóquio "A Construção do Brasil Urbano", Convento da Arrábida, Lisboa, 2000.

2 PAIO, A.C.R. "*Praças nas novas vilas medievais, séculos XIII-XIV. Estudo comparativo"* in TEIXEIRA, M. (coord.) *A praça na cidade Portuguesa*. Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, (2001:36).

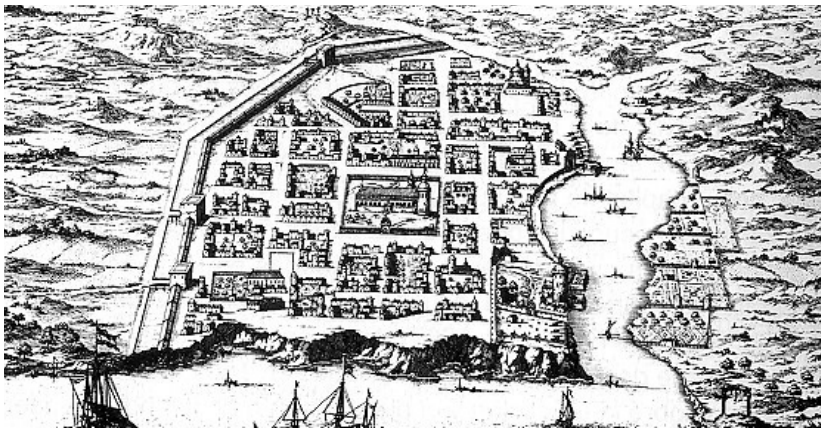


FIG. 26 – CIDADE DE SAN DOMINGO, 1671

A planta representa um típico traçado espanhol

FONTE: Historia de la forma urbana (MORRIS, 1992)



FIG. 27 – DETALHE PLANTA DA CIDADE DE BUENOS AIRES, 1750

FONTE: www.la-floresta.com.ar/cronologia.htm - jan/2006



FIG. 28 – PLANTA DA CIDADE DE "SÃO SALVADOR", 1615

FONTE: Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

> Neste processo, os núcleos urbanos tornam-se centros especializados das novas actividades. Cada um deles ou permanecia ligado a uma pequena área agrícola, ou desenvolvia um conjunto de iniciativas comerciais, industriais, com vista a comercializar os seus produtos com outras partes do continente (PAIO, 2001:27).[3]

Ao longo do séc. XV, passa a predominar a vertente erudita, cuja principal característica corresponde à racionalização e à regularização dos traçados urbanos. Essa vertente manifesta-se na transformação da composição morfológica das cidades e tem influência direta na formação das cidades de origem portuguesa.

A necessidade de criação de vilas e núcleos urbanos para o povoamento das colônias portuguesas serviu como laboratório para implementar novas diretrizes urbanas e, posteriormente, constituíram parâmetros morfológicos e urbanísticos portugueses. As cidades coloniais ultramarinas, como aponta TEIXEIRA (2000:1), demonstram essa influência do urbanismo português, sobretudo na adoção crescente do modelo erudito:

> A partir do século XV começam também a construir-se nas ilhas atlânticas, e a partir do século XVI no Brasil, traçados urbanos regulares, evidenciando as influências daqueles modelos planeados. **Os traçados urbanos quinhentistas e seiscentistas brasileiros vão afirmando a crescente regularidade e geometrização do urbanismo de origem portuguesa**. Os traçados setecentistas que se desenvolvem quer no Brasil quer em Portugal representam o aparente triunfo e predomínio da racionalidade sobre os outros princípios vernáculos de estruturação urbana. (grifos meus)

Na identificação dessa herança, independentemente da vertente que constitui o traçado urbano, existem especificidades que se tornaram marca registrada das cidades portuguesas, como por exemplo o respeito e a interação com a geografia e a topografia do sítio escolhido para a implantação das cidades. TEIXEIRA (2000:2) afirma que em "todos os tempos, quer se desenvolva gradualmente ou de acordo com um plano pré-definido, a cidade portuguesa é planeada e projectada no sítio, e com o sítio, atendendo de perto às características do território em que se implanta".

[3] PAIO (2001:33) localiza nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis a implantação de uma "forte política de povoamento" e de consolidação do Estado. "O governo era estabelecido pelo fundador da nova vila, que administrava a justiça e a coleta de impostos." Seus fundadores eram responsáveis pela estrutura física, econômica e política do núcleo urbano.

Essa especificidade do processo de formação de cidades gerou uma maior diversidade de traçados urbanos na América portuguesa, estabelecendo diferenças fundamentais com o traçado quadriculado, ou em *tabuleiro*, empreendido nas cidades da América Espanhola, como por exemplo, o traçado de San Domingo e Buenos Aires. Ademais, foi justamente essa diversidade que propiciou a riqueza paisagística encontrada nas cidades coloniais do território português ultramarino.[4] (FIG. 26 e 27).

A adaptação do traçado urbano às características naturais dos terrenos acidentados acarretou uma outra questão na formação das cidades: o descompasso entre o uso do traçado racional sob uma topografia irregular. A cidade de Salvador, como demonstram as imagens, ilustra bem tal situação: embora tenha o traçado quadriculado, a topografia do sítio dificulta a leitura da vertente racional, sobressaindo-se na paisagem ladeiras e morros. (FIG. 28 e 29)

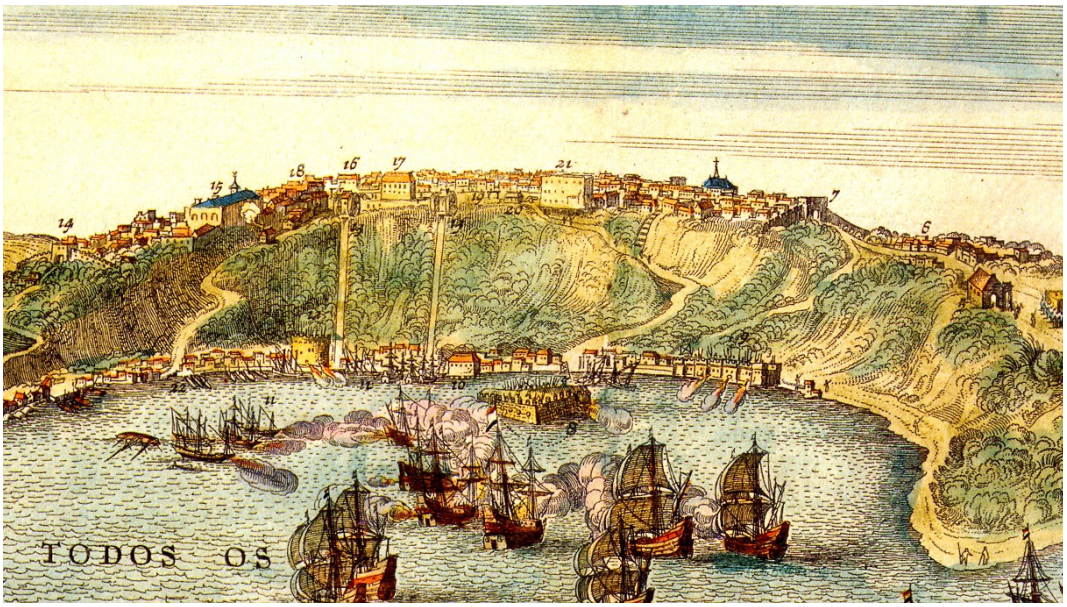


FIG. 29 – DETALHE DO PERFIL DA CIDADE DE "SÃO SALVADOR"
Traçado regular adaptado à topografia – cidade baixa e cidade alta
FONTE: Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

[4] O respeito ao sítio original, marca da ordenação espacial portuguesa, deu margem a interpretações de autores como Sérgio Buarque de Holanda e Robert Smith, que concluíram que no processo de formação das cidades brasileiras não houve um planejamento prévio, como as espanholas, acarretando um desenho mais espontâneo. Pesquisas recentes tendem a admitir a presença de distintos fatores na constituição da América Espanhola e da Portuguesa, porém anulam qualquer oposição centrada na questão do traçado urbano, vinculado ao conhecimento e aplicação dos parâmetros presentes nas Leis das Índias. Sobre esse assunto ver: REIS FILHO (1968), DELSON, M. (1997), ROSSA, W. (1998) e TEIXEIRA, M. org. (2001).

Nos modelos urbanísticos desenvolvidos pelos portugueses, a configuração dos espaços públicos adquire um papel essencial. Dentre eles, destaca-se o espaço da praça.

O processo de formação da praça portuguesa ocorreu gradualmente e sua consolidação correspondeu, na maioria dos casos, ao próprio processo de desenvolvimento das cidades medievais. Segundo TEIXEIRA (2001:69), somente a partir do séc. XIV é que se inicia a conformação de praças:

> Na maior parte das cidades medievais planeadas no século XIII e princípio do século XIV, as praças não existiam ou os espaços urbanos que cumpriam estas funções não tinham as características morfológicas ou a localização na malha urbana que nos permitam caracterizá-las como praças.

E essa conformação aparece, sobretudo em áreas vazias adjacentes ao núcleo principal:

> A praça urbana só lentamente se implanta na cultura urbanística portuguesa. No início de muitos aglomerados urbanos portugueses, incluindo muitas cidades medievais planeadas, não existiam praças rigorosamente estruturadas. Os espaços que cumpriam estas funções eram habitualmente espaços marginais à estrutura urbana, localizados junto às portas ou adjacentes às muralhas (TEIXEIRA, 2001:69).

A estruturação da praça esteve sujeita aos mesmos processos ocorridos no contexto urbano português e resultou na criação de espaços bastante diversificados, originados a partir de dois princípios: a praça espontânea, presente no universo medieval, e a praça formal, gerada a partir da aplicação de princípios racionais.[5]

Em fins do séc. XV, observou-se uma nova postura em relação às cidades, traduzida no "entendimento dos espaços urbanos como palco de manifestações culturais". Esse entendimento foi seguido por uma nova conduta por parte dos dirigentes, cujos objetivos visavam à implantação de um processo de modernização do espaço urbano e arquitetônico.[6]

Esse movimento de modernização transformou o espaço da praça no foco principal dos projetos de intervenção e reforma, de alteração e expansão de cidades, destacando de maneira inédita o modelo de "praças urbanas regulares". A partir desse momento, estabeleceu-se uma

---

5 TEIXEIRA, 2001:71.

6 Segundo TEIXEIRA (2001:71) o processo de modernização das cidades iniciou-se com a implantação do Código de Leis e Forais, no séc. XIII. Essas codificações deram origem às Ordenações Afonsinas e Manuelinas, cujo conteúdo incluía desde questões sobre abastecimento público, ofícios artesanais e públicos, limpeza e saúde pública, festas, realização de obras, até diretrizes construtivas.

mudança no *status* da praça: o espaço adquiriu importância como elemento formal, tornando-se marco central na estrutura urbana portuguesa.

Em relação à constituição espacial das praças portuguesas, TEIXEIRA (2001:83) destaca a existência de dois momentos: o primeiro teve origem a partir do séc. XVI, com a introdução da estética renascentista. Esse processo resultou na implantação de uma política de regularização formal dos espaços públicos e caracterizou-se pelo contraste dos espaços formais sobre o tecido medieval. O segundo desenvolveu-se nas cidades setecentistas, caracterizadas pela estrutura urbana regular, de base geométrica. A morfologia da praça decorre do traçado racional e planejado.

Analisando as reformas dos espaços públicos portugueses, ROSSA (2001:50) destaca que, juntamente com o processo de valorização estética da praça, muitas cidades tiveram a oportunidade de associar às intervenções a reconstrução de edifícios institucionais e religiosos, como Casas de Câmara, Igrejas Matrizes e Misericórdias (hospitais). Essa nova praça, conformada por um conjunto arquitetônico relevante, tornara-se palco para abrigar estes novos monumentos.[7]

> Os “rossios”, “terreiros” ou “largos” junto às portas das cidades, por regra sempre exteriores, [...], foram gradualmente reformados em praças onde freqüentemente se construiu de novo a casa da Câmara, o quase inseparável açougue e se ergueu o pelourinho. São espaços, equipamentos ou instituições velhos com novo significado, atribuições e poder, símbolos de um Estado já bem enraizado.

O modelo de praça desenvolvido nessas intervenções baseou-se não apenas na valorização dos aspectos estéticos mas também nos aspectos simbólicos e funcionais. Esses projetos de reestruturação urbana visavam à constituição de um cenário marcante, destacado pelos edifícios e pelas funções que desempenhavam no conjunto urbano. Essas praças cumpriam o papel de marco urbano, de ponto de referência na estrutura da paisagem e, em função dessas características, ainda permanecem como espaços simbólicos na atualidade (TEIXEIRA, 2001:77).

[7] ROSSA, W. apud MADEIRA, T. *A Evolução dos Espaços urbanos públicos na cidade de São Tomé.* Lisboa: Livros Horizontes, ISCTE, 2001.

Inúmeros são os exemplos de praças portuguesas que se originaram dessa conformação.[8] A Praça da República, em Viana do Castelo, aparece citada no estudo de TEIXEIRA (2001:73) como um modelo típico. A origem da cidade remonta ao séc. XIII, com a formação do núcleo original composto de um conjunto de quarteirões retangulares e poucos espaços públicos. Os espaços públicos mais significativos como o poço, o mercado, a praça de armas e a Torre de Menagem situavam-se, inicialmente, na área vazia entre o núcleo e a muralha. A construção da Matriz e do hospital, no séc. XV, estruturou o primeiro conjunto urbano: a Praça Central (atual Praça Velha). (FIG. 30 e 31)

O processo de crescimento e estruturação da cidade, ocorrido ao longo do séc. XVI, propiciou a expansão e ocupação de áreas extramuros, configurando novas centralidades. Ocupando o Campo do Forno, antigo rossio próximo à porta de São Tiago, surge o novo centro cívico: a Praça do Campo do Forno. As imagens ao lado mostram a formação desses espaços: a Praça Velha, ou Praça da Matriz (B), e a Praça do Campo – atual Praça da República.

A estruturação dessa nova área deu origem a um importante espaço público, transformado gradualmente na nova região central da cidade. Essa região, juntamente com a nova praça, tornou-se o palco central para a instalação dos novos edifícios institucionais (Paço do Concelho[9], Misericórdia, chafariz), acarretando o deslocamento de funções públicas exercidas anteriormente na Praça Velha. A Praça do Campo do Forno transformou-se na Praça da República – centro municipal da cidade – sede das principais estruturas do poder: prefeitura, igreja e hospital. (FIG. 32 a 34)

As praças portuguesas apresentadas a seguir são exemplos típicos desse modelo de configuração urbana, originado a partir da reestruturação das cidades.

---

8 TEIXEIRA (2001:72) afirma que esse processo de estruturação de praças atingiu principalmente as cidades de origem portuária, em virtude do crescimento e da expansão comercial. Cita Lisboa, Porto, Setúbal, Lagos, Aveiro, Viana do Castelo, como exemplos litorâneos, Niza, Elvas e Beja, como cidades do interior que receberam praças novas, e cidades como Funchal e Ponta Delgada, nas Ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores, que tiveram parte da cidade reestruturada.

9 Ortografia portuguesa.

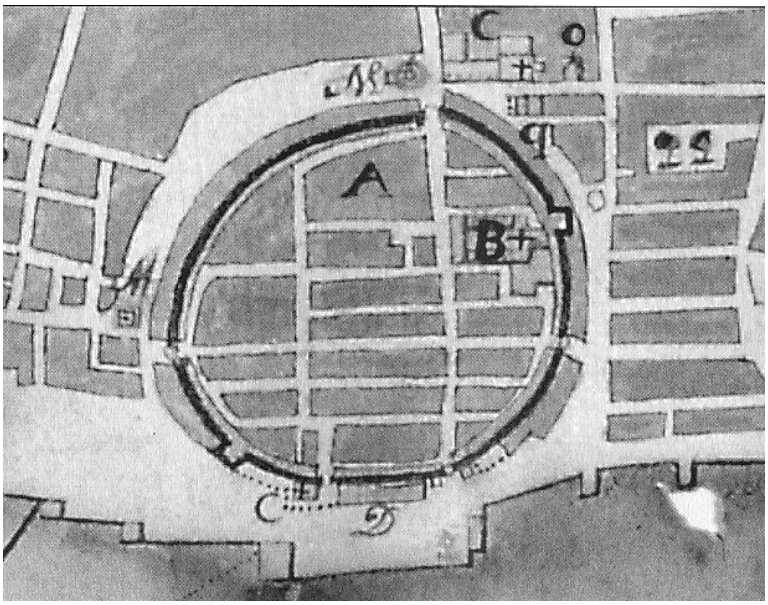


FIG. 30 – PLANTA DA CIDADE DE VIANA DO CASTELO, 1756

Núcleo original da cidade – Praça Velha



FIG. 31 – VISTA DO CENTRO HISTÓRICO ATUAL

Em destaque a Praça Velha e a Praça do Campo.

FONTE: A praça na cidade portuguesa (TEIXEIRA, 2001) e www.googleearth – ago/2006.

Praças portuguesas:





FIG. 32 e 33 – PRAÇA DA REPÚBLICA, ANTIGA PRAÇA DO CAMPO – VIANA DO CASTELO

Vista e detalhe - à esquerda Igreja da Misericórdia e ao fundo "Paço do Concelho" (prefeitura).

FONTE: www.cm-viana-castelo.pt – dez/2005

e www.galenfrysinger.com/ viana_do_castelo.htm – nov/2005



FIG. 34 – PRAÇA DA REPÚBLICA, ANTIGA PRAÇA DO CAMPO – VIANA DO CASTELO

Praça formal quinhentista.

FONTE: www.corbis.com - set/2007



FIG. 35 – PRAÇA DO PELOURINHO, ATUAL PRAÇA DA REPÚBLICA – CIDADE DE CHAVES

FONTE: hpserra.blogs.sapo.pt/ arquivo/2005_01.html – dez/2005





FIG. 36 e 37 – PRAÇA DA REPÚBLICA - CIDADE DE BRAGA

Vista do conjunto urbano e em destaque o prédio da Prefeitura

FONTE: www.cm-braga.com.pt e www.rplusrcreative.ca/ page2/page4/page4.html – dez/2005



FIG. 38 – LARGO DA SÉ, ATUAL PRAÇA DO MUNICÍPIO - CIDADE DO FUNCHAL

Vista do Largo da Sé – atual Praça do Município

FONTE: www.indispensaveis.blogspot.com – mar/2006



FIG. 39 – PRAÇA DO MUNICÍPIO - CIDADE DO FUNCHAL

FONTE: www.indispensaveis.blogspot.com – mar/2006

O segundo momento de estruturação da praça portuguesa manifestou-se a partir do séc. XVIII e atingiu não apenas as cidades portuguesas, mas também as cidades ultramarinas, onde a rigidez formal da malha urbana, ditada pelas Cartas Régias e pelos Autos de Fundação, constituiu um espaço regular, geralmente centralizado na estrutura da cidade, e por onde se desenvolveu a malha urbana. Segundo TEIXEIRA (2001:83), essa praça apresenta-se de forma quadrada ou retangular e assume, desde sua formação, o papel de centro formal e funcional da cidade:

> Nos traçados urbanos setecentistas, as praças adoptam de raiz uma **forma regular octogonal, localizam-se no centro da malha urbana e são pensadas de início como o centro da cidade, em termos simbólicos, funcionais e espaciais.** As praças deixam assim de ser espaços que nalguns casos quase se poderiam considerar residuais, não fossem as importantes funções que neles se localizavam e, pelo contrário, passam a assumir **o papel de geradores da malha urbana**. (grifos meus)

A reconstrução da cidade de Vila Real de Santo Antônio pelo Marquês de Pombal, em 1774, demonstra esse processo de ordenação e geometrização racional de espaços urbanos, com a aplicação de traçados retilíneos, abertura e redesenho de novas ruas. Característica principal dessas intervenções são os modelos de praças fechadas e regulares, como é o caso da Praça Real (atual Marquês de Pombal).[10] (FIG. 40 e 41)

A descrição abaixo reflete notadamente a expressão estética dos conjuntos de praças regulares:

> De base quadrada a praça Marques de Pombal, espaço principal da cidade, representa um modelo típico de praça fechada e regular. Está inserida em uma malha quadriculada e seu conjunto urbanístico é composto por edificações institucionais. Estas edificações desempenham um papel fundamental para compor o limite visual e formar as paredes da praça. O trabalho de pavimentação no piso, referência à estética clássica, é caracterizado por linhas que confluem radialmente para o centro, destacando a presença de um obelisco. Estas linhas terminam na periferia da praça, onde um renque de árvores contorna o quadrado.[11]

[10] Aliada aos processos de reestruturação urbana encontra-se também a consolidação de novos programas arquitetônicos. Esse fato torna-se de extrema relevância, uma vez que novos edifícios institucionais representativos do poder governamental, bem como do poder religioso vão se localizar no entorno da praça, formando os chamados conjuntos urbanos (TEIXEIRA, 2001:71).

[11] FONTE: www.monumentos.pt/scripts/zope.pcgi/ ipa/pages/ficha_ipa?nipa=0816020003 – acesso em 10 de mar/2006.



FIG. 40 – PRAÇA MARQUES DE POMBAL – Vila Real de Santo Antonio, Portugal.
FONTE: emanseerden.babyhomepage.nl/ fotoboek_categori.. – dez/2005.



FIG. 41 – PRAÇA MARQUES DE POMBAL – obelisco central.
FONTE: www.portugaltravelguide.com – dez/2005.

Comparando plantas e desenhos referentes a essas cidades com as características descritas por TEIXEIRA (2001:82), observa-se notadamente a influência da herança portuguesa em tais espaços:

> Nestas novas fundações, **uma praça ou, freqüentemente, duas praças, de forma quadrada ou rectangular e localizadas no centro da povoação constituíam o elemento gerador da estrutura física da cidade.** Era a partir delas que se definia o traçado das ruas, e se estruturavam o conjunto da malha urbana, geralmente segundo um sistema ortogonal. Quando se tratava de uma única praça, era nela que se localizava a Igreja, a casa de Câmara e Cadeia e o pelourinho. **Quando existiam duas praças, elas destinavam-se a funções distintas. Enquanto numa se localizava a Casa de Câmara e Cadeia e era centrada no pelourinho, na outra localizava-se a Igreja, com o cruzeiro no centro.** grifos meus

Em relação ao conceito de praça, essas configurações esboçam a permanência de determinadas características presentes no tratado "*Dez livros de Arquitetura*", de Vitrúvio, redescoberto no Renascimento e amplamente utilizado como fundamento teórico. São espaços simbólicos projetados para servirem de nós referenciais da malha urbana. (FIG. 42 a 43)



FIG. 42 – NOVA VILA DE PORTALEGRE, 1772

Observa-se a presença da praça central, religiosa e cívica

FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)



FIG. 43 – VILA VIÇOSA (1769) E VILA ALCOBAÇA, CAPITANIA DE PORTO SEGURO, 1774, BRASIL

Traçado quadriculado, presença da praça religiosa e cívica (pelourinho)

FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

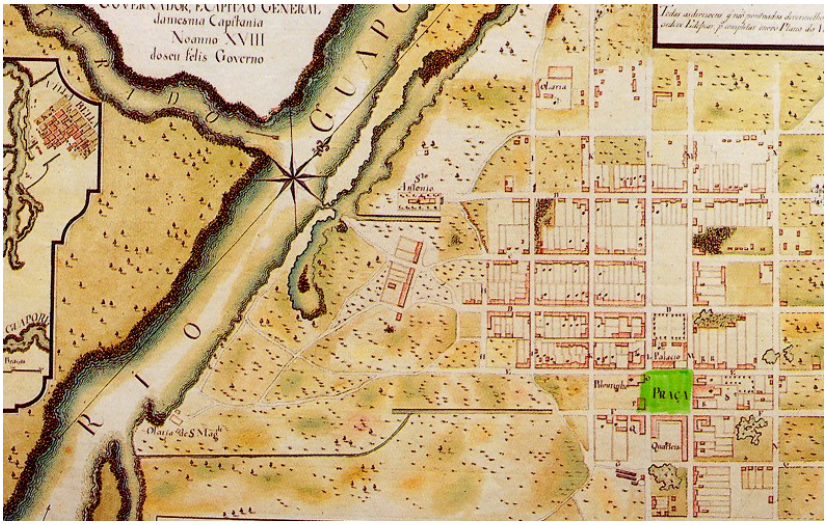


FIG. 44 – DETALHE DO PLANO DA CIDADE DE VILA BELLA (1789), Brasil

FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

Esse modelo de praça regular, desenvolvido nas cidades ultramarinas, manifestou-se nas concepções pombalinas e foi concretizado nos projetos de reestruturação das praças do Rossio e do Terreiro do Paço, em Lisboa. Nas palavras de TEIXEIRA (2001:15), tais espaços representam "os dois últimos grandes exemplos de praças urbanas cujo tratamento formal, do ponto de vista urbano e arquitetônico, as funções que nelas se exercem e a sua articulação com a estrutura urbana envolvente, ainda radicam na tradição da cultura urbana portuguesa". (FIG. 45)

Independentemente da vertente de origem, a estruturação da praça portuguesa consolidou-se na formulação de vários modelos de praças multifuncionais. A formação de conjuntos urbanos, de caráter cívico, religioso e comercial, foi uma característica fundamental observada nesses espaços. É a partir desta noção de conjunto que a praça portuguesa deixou sua marca nas vilas e cidades ultramarinas da América.



FIG. 45 – VISTA DA PRAÇA DO COMÉRCIO, LISBOA
FONTE: Google-Earth.htm – dez/2006

A PRAÇA BRASILEIRA

> Todas as cidades, grandes ou pequenas, têm sempre uma praça onde aconteceram fatos que, pela sua importância, trazem para aquela área um valor histórico bem maior do que o representado pela sua função urbana (Marcos Tamoio apud FERREZ, 1978).

Conceitualmente, o espaço da praça, apesar de assumir papéis distintos e apresentar uma diversidade morfológica, possui em sua gênese, o caráter de espaço coletivo, lugar de manifestação, de culto e de ritos, propício à interação social.[1] Esses espaços, no solo brasileiro, constituíram duas formas distintas: uma, nas aldeias e assentamentos indígenas existentes, e outra, nas vilas e cidades implantadas no âmbito urbano. Essas duas formas vão entrelaçar-se após a descoberta pelos portugueses, no início do processo de colonização. Em um primeiro momento, o desconhecimento do território, pelos portugueses, vai aproximar essas culturas a partir do aprendizado das técnicas indígenas; porém, quando se inicia o processo de dominação portuguesa, observa-se um esfacelamento da cultura indígena em detrimento das políticas colonizadoras. Nesse contexto, a ordenação espacial indígena aparece subjugada à lógica de organização espacial portuguesa, restringindo-se gradativamente.[2]

O espaço da praça encontra-se presente nas aldeias e assentamentos indígenas, constituindo um espaço centralizado e apropriado de forma ritualística – representa o local sagrado. Na construção do Brasil urbano, a praça comparece segundo o conceito vitruviano de centro político-administrativo – local propício à implantação dos principais edifícios da cidade, ponto de encontro, local de trocas comerciais e de manifestações, porém concretizadas a partir da cultura urbana portuguesa. Conhecer como se estabeleceu a relação entre esses dois momentos de ordenação territorial é fundamental para se compreender a formação da praça brasileira.

---

1 Ver KOSTOF (1992).

2 Segundo dados pesquisados na FUNAI-2006, existiam aproximadamente 2,5 milhões de índios, na época do descobrimento, organizados em diversos grupos étnicos. Para maiores informações: http://www.funai.gov.br.
Ver PERRONE-MOISÉS, B. "*A vida nas aldeias dos Tupi da costa*" in *Viver no Brasil colônia*, Revista OCEANOS, n. 42 – abril/junho. Lisboa: CNCDP, 2000. Como afirma Perrone-Moisés (2000:8), após a chegada dos portugueses, "as aldeias indígenas da costa do Brasil se viram cada vez mais envolvidas pela nascente colonização européia, até serem dizimadas, e o que restava de sua população transferido para as aldeias jesuíticas".

TERRA DE VERA CRUZ

> E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro.
> Então lançamos fora os batéis e esquifes. E logo vieram todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor. E ali falaram. E o Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte.
> Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio (trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha, 1500).

A conquista do Novo Mundo, no séc. XV, resultou da política de expansão mercantil empreendida pelos europeus, cujo objetivo centrava-se no comércio de especiarias asiáticas, tecidos e jóias. Portugueses e espanhóis dominavam a arte da navegação e foram os primeiros a arriscar-se em novas rotas marítimas.[3]

Quando os portugueses desembarcaram na costa brasileira, depararam com uma situação bastante diversa daquela encontrada em suas outras colônias.[4] O cenário constituía-se de território habitado por população indígena, de hábitos e costumes particulares.

Esses habitantes, os *tupis*, viviam em um ambiente muito distinto das referências urbanas portuguesas. Eram nômades e agrupavam-se em pequenos núcleos, denominados aldeias. Tais assentamentos, que ocupavam a costa do Brasil, constituíram a primeira forma de organização espacial encontrada pelos portugueses.[5]

---

[3] Ver HAYWOOD, John. Atlas histórico do Mundo. Alemanha: Könemann, 2001. Em 1492, Cristóvão Colombo alcançou o continente americano e iniciou sua ocupação a partir do Caribe. Em 1494, o Tratado de Tordesilhas concedeu à Espanha o direito de exploração, bem como os territórios situados a oeste de uma linha imaginária, traçada de norte a sul do Atlântico; e a Portugal, as terras situadas a leste.

[4] Quando os portugueses aqui chegaram, eles já possuíam núcleos coloniais na costa ocidental da África e nas ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores.

[5] Antes dos descobrimentos, o continente americano era ocupado, tradicionalmente, por diferentes culturas e civilizações nativas. Os assentamentos pré-históricos remontam a 12 mil anos. A existência de sítios arqueológicos

As aldeias possuíam uma configuração intimamente relacionada aos costumes de cada tribo. A mais simples restringia-se à formação da *casa-tribo* (ou casa-aldeia), na qual toda a população habitava uma única construção. Encontramos essa configuração na tribo dos *tucanos,* habitantes da fronteira Brasil-Colômbia, na tribo dos *pano*, situada no Alto do Solimões e na tribo dos *marubos.*[6]

A ordenação espacial dessa casa-tribo apresenta pequena variação. Organizada em torno de um pátio interno, possui formato elíptico ou retangular e uma hierarquia espacial bem definida. Segundo WEIMER (2005:43), a divisão interior é realizada por "biombos de folhas de palmeira trançadas, formando nichos". Cada nicho pertence a uma família e sua localização depende da hierarquia tribal. O uso e apropriação do espaço interno são definidos segundo o gênero – a parte central é reservada aos homens e a parte posterior às mulheres. Conforme indicado nos desenhos da casa-tribo abaixo, essa organização dá destaque a um espaço central voltado às celebrações, aos rituais e às assembléias. Representa o núcleo central, destinado à apropriação do coletivo.

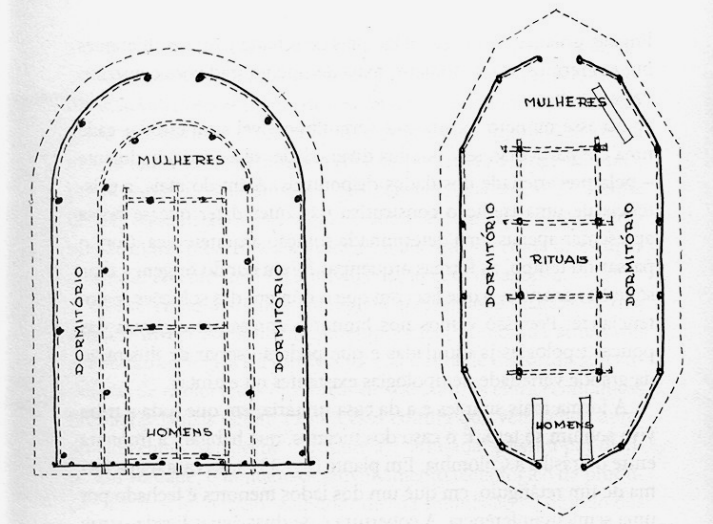


FIG. 46 – PLANTA CASA-TRIBO

Organização mais simples encontrada nas tribos indígenas. Em destaque o espaço central

FONTE: Arquitetura Popular Brasileira (WEIMER, 2005)

brasileiros na região de São Raimundo Nonato, no Piauí, e região dos pampas atestam a existência dessas aldeias tribais. Não é objetivo deste trabalho explorar essa ocupação. A pesquisa se restringe às formações espaciais encontradas em 1500, por entender que esses grupos envolveram-se diretamente com os colonizadores.

6 A diversidade de famílias lingüísticas encontradas no Brasil demonstra que existiam à época do descobrimento cerca de 70 culturas diferentes, "com tradições construtivas específicas". Esses dados apontam para a complexidade de se estudar a organização dessas tribos. Esta pesquisa se limita a estudar algumas aldeias indígenas, cuja organização foi representativa das formas encontradas. Ver WEIMER, G. Arquitetura Popular Brasileira. Coleção Raízes. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

Dentre as variações de casa-aldeia encontradas, a dos *yanomamis,* habitantes da fronteira Brasil-Venezuela, merece destaque por apresentar uma praça central aberta e um formato circular. O espaço pertencente a cada família está voltado diretamente para esse pátio central, que também possui funções ritualísticas. (FIG. 47 a 49)



FIG. 47 – CASA-TRIBO YANOMÂMI
A formação circular põe em destaque a figura do pátio central.
FONTE: www.antenna.nl – out/2005



FIG. 48 – CELEBRAÇÃO RITUAL YANOMAMI
FONTE: www.giemmegi.org/ immagini_1.htm – jan/2006

As aldeias indígenas reproduzem certos princípios da ordenação espacial da casa-aldeia, porém com a presença de um número maior de edificações. A configuração típica consiste na forma circular, composta de quatro ou cinco cabanas distribuídas em torno de um espaço central. Ao analisar a morfologia das aldeias indígenas existentes no Brasil, DERENJI (2002:38) afirma que, apesar da organização espacial se dar conforme as tradições de cada grupo, a distribuição circular aparece na maior parte dos assentamentos aqui encontrados, quase que como regra geral, conformando um modelo morfológico.[7]

Essa morfologia aparece no estudo realizado por COUTO (2002).[8] Sua descrição das tribos *tupis* confirma a semelhança da ordenação espacial, retratada nos registros que foram realizados pelos primeiros exploradores. Desse material, as gravuras feitas por Hans Staden, entre 1548 e 1551, constituem um rico acervo iconográfico. Esses desenhos esboçam a organização nuclear desenvolvida pelas pequenas comunidades.[9] (FIG. 49 e 50)

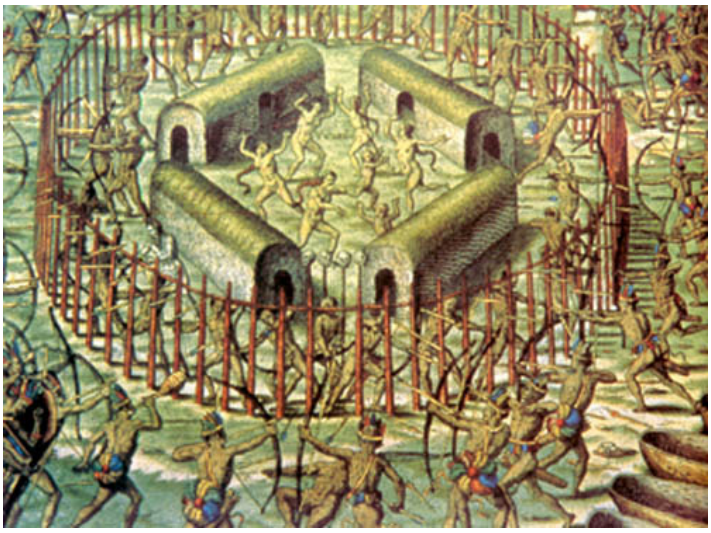


FIG. 49 – REPRESENTAÇÃO DA ALDEIA *TUPI* - HANS STADEN, *Duas Viagens ao Brasil*, 1557
Combate entre portugueses e índios, no litoral de Pernambuco. Observar a ordenação espacial circular.
FONTE: www.multirio.rj.gov.br/. ./desc_brasil.html - out/2005.

7 Ver DERENJI, J. "*Indígena*" in Roberto MONTEZUMA, org. *Arquitetura Brasil 500 anos*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

8 Ver COUTO, J. *A Construção do Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1995. Neste estudo, o autor analisa as condições de povoamento do território brasileiro desde o descobrimento, passando pelas sociedades indígenas até os diversos períodos econômicos. Em relação à organização da aldeia, COUTO afirma ter variações em torno dessa configuração, resultando em disposições retangulares ou lineares. Em todas, porém, se observa a presença do pátio central.

9 Ver STADEN, H. *Suas viagens e cativeiro entre os índios do Brasil* (1945).



FIG. 50 – REPRESENTAÇÃO DA ALDEIA *TUPI* – HANS STADEN, *Duas Viagens ao Brasil*, 1557

As casas coletivas eram edificadas em círculo, dispostas à volta de uma praça central ou terreiro – que tinham funções comunitárias e rituais – a algumas dezenas de metro umas das outras. Nas regiões onde os conflitos se revestiam de maior intensidade, os ameríndios construíam estruturas defensivas: as caiçaras, paliçadas de pau-a-pique, frequentemente duplas, protegidas por cercas de espinhos e dispondo de seteiras **(COUTO, 1995:91).**

FONTE: www.multirio.rj.gov.br/. ./desc_brasil.html - out/2005.

Essa configuração ainda permanece nas aldeias *tupi-guaranis* da Amazônia: "quatro construções, ortogonais entre si e ordenadas" em torno de uma grande praça quadrada. A praça central representa o espaço do coletivo, a "unidade indissolúvel da tribo": o local de reunião e de culto, o espaço simbólico (WEIMER, 2005:48).

A morfologia atual de muitas aldeias ainda reproduz tal modelo de ordenação espacial, confirmando a tendência das comunidades indígenas a denotar um caráter diferenciado ao espaço central, tornando-o seu *lócus* sagrado.

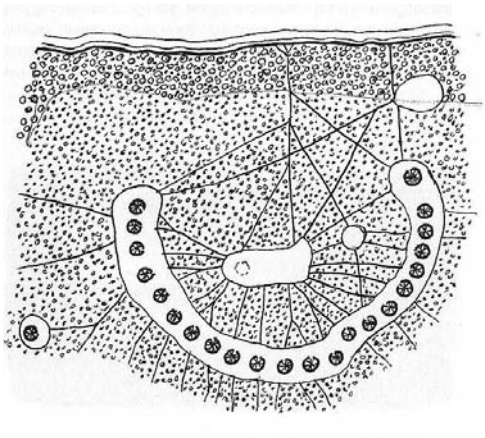


FIG. 51 – ALDEIA XAVANTE

Desenho esquemático indicando a organização em forma semicircular. Destaque para a praça central, warã, e os principais caminhos estruturados

FONTE: Arquitetura Popular Brasileira (WEIMER, 2005)

Algumas aldeias costumam marcar esse pátio no ato de construir muitas unidades habitacionais em torno, formando um pátio circular ou elíptico. Esse é o caso das tribos *xavantes, bororo, tapirapé e tampitauá*, descritas por DERENJI (2002) e representadas no esquema abaixo. (FIG. 51 a 53)

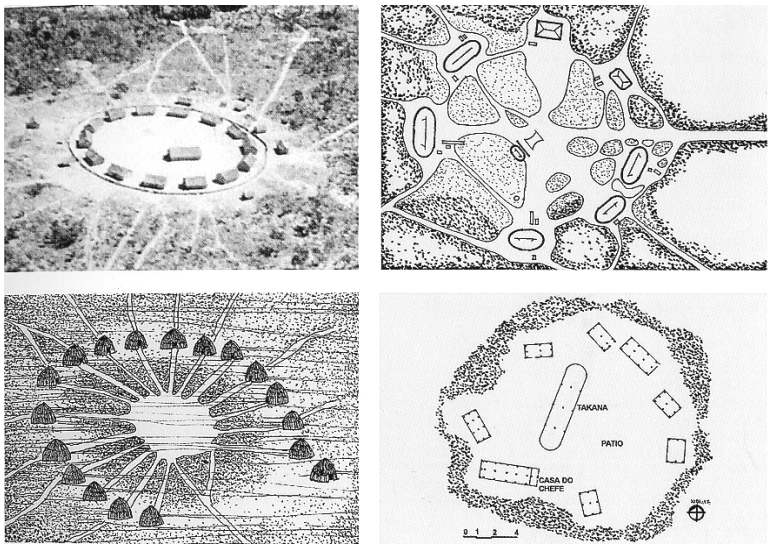


FIG. 52 – ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL INDÍGENA
***Aldeias Bororo* (A), *Yawalaiti* (B), *Xavante* (C), *Tapirapé* e *Tampitauá* (D)**
FONTE: Arquitetura Brasil 500 anos (MONTEZUMA, 2002)

Existem casos em que a praça central adquire conotações restritivas, como é o caso dos *xavantes.* Na descrição de WEIMER (2005:50), observa-se este aspecto:

> Esses índios habitavam aldeias formadas por duas a três dezenas de casas que se dispunham de forma semicircular, em torno de um pátio cerimonial denominado warã. [...] O warã era freqüentado exclusivamente por homens, que lá se reuniam para tomar resoluções e realizar as cerimônias tribais. As casas eram de chão batido, que também era o acabamento do warã. Entre estas duas faixas havia um gramado, cortado por trilhas que ligavam cada casa ao pátio cerimonial. Deste saía o caminho principal, para o rio, que ficava a certa distância.

A existência desse pátio central, ou praça, na ordenação espacial indígena esboça a necessidade que esses habitantes tiveram de hierarquizar seus espaços de convivência, privilegiando espaços de uso coletivo para a celebração de cerimônias e rituais. Na história das civilizações ocidentais, espaços sagrados ou ritualísticos sempre estiveram presentes nos agrupamentos humanos e estavam vinculados a crenças e ritos próprios de cada cultura, resultando em configurações específicas.



FIG. 53 – TRIBO XINGUANA

Habitações dispostas em torno de um pátio circular

FONTE: www.estadao.com.br – dez/2005



FIG. 54 – CELEBRAÇÃO RITUAL YANOMAMI

FONTE: www.giemmegi.org/ immagini_1.htm – jan/2006



FIG. 55 – TRIBO KAYAPO-XIKRIN – 1988

Cena de ritual indígena realizado no espaço central da aldeia

FONTE: www.uni-bamberg.de/. ../feldforschung – fev/2006

Alguns elementos morfológicos essenciais, presentes na organização social da comunidade indígena, são também observados nas aldeias primitivas. MUNFORD (1991:26) destaca que existe uma estrutura embrionária presente na organização espacial das aldeias, formada a partir dos elementos da casa, do oratório, do poço, da via e da praça. A praça representa o espaço comunal, e a casa, o núcleo familiar. Noções como direito, justiça e governo estão representados pelo "Conselho de Anciãos", dirigido pelo chefe da aldeia e que se legitima nesse espaço comunal.

De certa forma, as primeiras experiências portuguesas de ocupação territorial esboçaram influências da forma de organização das aldeias brasileiras, apresentando certos padrões espaciais. No campo da arquitetura, as técnicas indígenas foram determinantes para que os portugueses aproveitassem os recursos disponíveis, de modo a se estabelecerem. WEIMER (2005:61) cita exemplos, como a relação natureza–localização da aldeia e a presença de elementos que serão incorporados na arquitetura brasileira, e como a varanda e a posição da cozinha.

Os jesuítas, por exemplo, tiveram um importante papel no processo de catequização e "interação" índios–portugueses. WEIMER (2005:69) ressalta que os jesuítas se instalavam nos aldeamentos e seu primeiro ato era fincar um "cruzeiro no meio da *ocara*", espécie de praça. O segundo passo consistia na construção de uma capela, em face do cruzeiro ou substituindo alguma casa. Essa apropriação da forma de organização espacial indígena, seguida pela introdução de símbolos cristãos, facilitou a penetração no ambiente tribal por parte dos jesuítas.

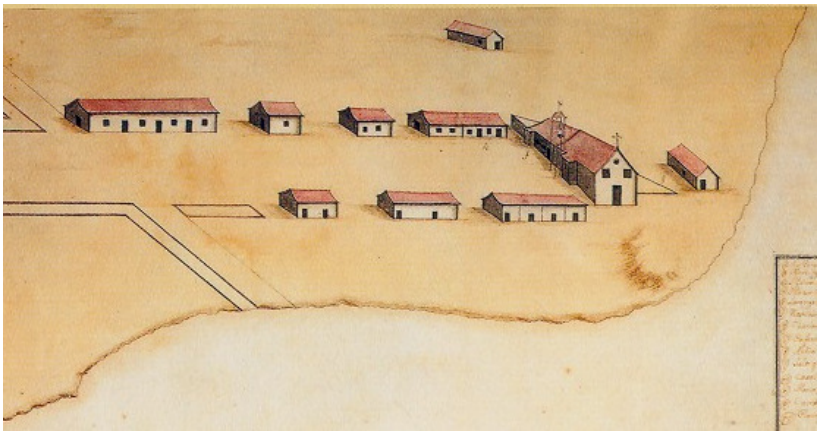


FIG. 56 – DETALHE DA ALDEIA DE S FIDELIS, 1782
FONTE: Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

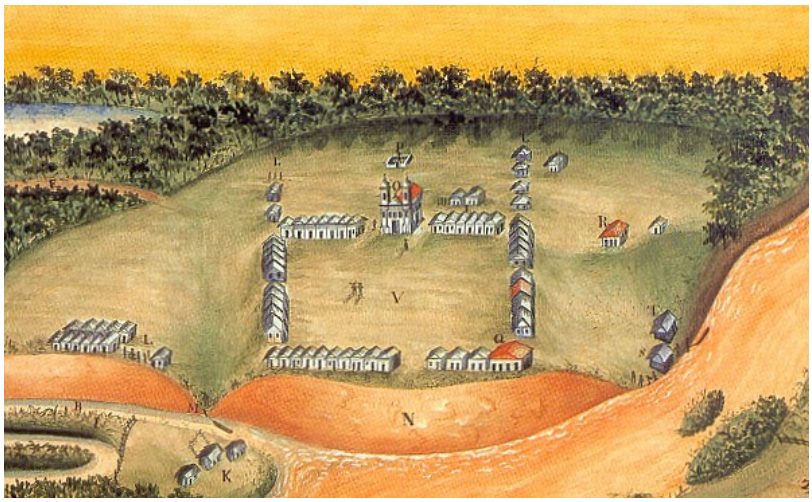


FIG. 57 – DESENHO DA POVOAÇÃO DE LINHARES, 1879

FONTE: Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

O resultado dessa implantação foi responsável pelo desenvolvimento de um modelo espacial refletido na presença da praça, da cruz central e da igreja situada lateralmente, como observados no desenho abaixo. (FIG. 58 a 60)

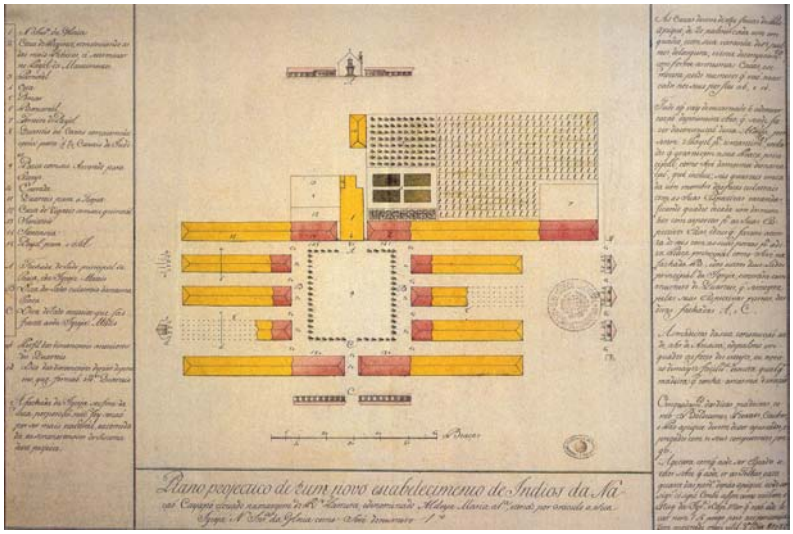


FIG. 58 – ALDEIA MARIA, 1782

Plano projetivo de um estabelecimento indígena

FONTE: Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

Essa ordenação está presente em várias aldeias e atesta um modelo muito utilizado nas vilas portuguesas: o "binômio praça–igreja", também presente nos largos e terreiros da tradição portuguesa.[10]

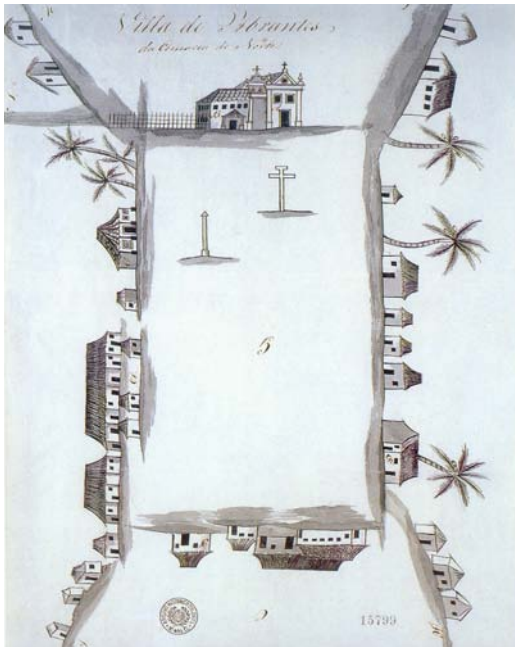




FIG. 59 e 60 – VILA DE ABRANTES e VILA DE SANTARÉM, 1794
FONTE: Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

[10] Ver REIS FILHO, N. *Imagens de vilas e cidade do Brasil colonial*, São Paulo: Edusp e Fapesp, 2000. O trabalho faz um levantamento das aldeias existentes no Brasil. Ver especialmente REIS FILHO (2000:54, 62-63, 151, 202, 207, 248, 280).

VILAS E CIDADES COLONIAIS

No momento da descoberta do território americano, os portugueses tinham como prioridade o comércio no Oriente, que se encontrava em pleno apogeu. Segundo PRADO JR. (2002:55), a política portuguesa em relação à colônia americana tinha como principal objetivo transformar o território em "uma simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano", possibilitando "grandes lucros nos mercados europeus". Era o comércio, baseado na exploração de recursos naturais e matérias-primas, que lhes interessava.[11]

A implantação de uma política colonial representou um desafio à Coroa Portuguesa, uma vez que a situação encontrada no Brasil foi "inteiramente diversa" das demais colônias portuguesas.[12] As primeiras tentativas de se aplicar o sistema tradicional fracassaram, demonstrando desde o início a dificuldade de implantação desse projeto colonizador. Segundo PRADO JR. (2002:16), esses condicionantes exigiram dos portugueses uma política precisa de ocupação e defesa do território, resultando na estratégia de "colonizar" a partir da "idéia de povoar".[13]

Diante desse cenário, representado por um imenso território quase deserto habitado por uma população indígena esparsa, os portugueses deram início ao processo de ocupação e exploração da *Terra de Vera Cruz*, optando, em princípio, pelo estabelecimento de pequenos núcleos urbanos fortificados, situados no litoral. Após a instalação desses núcleos, o território foi dividido em faixas, quando foi implantado um sistema de doação de terras por parte da Coroa Portuguesa: as capitanias hereditárias. (FIG. 61)

---

[11] Ver PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 45 reimpressão, 2002. Compartilhando desta opinião, REIS FILHO (1995:5) afirma que os portugueses visavam "à conquista de bases em territórios já densamente povoados, onde a produção organizada fosse capaz de oferecer produtos de interesse do mercado europeu, com expressivas vantagens financeiras".
REIS FILHO, Nestor G. *Notas sobre o urbanismo no Brasil*. Primeira Parte: período colonial in Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo, São Paulo: FAUUSP, n. 9, jul-ago, 1995.

[12] A mudança de interesses nos objetivos dos colonizadores decorreu gradualmente, com Portugal iniciando a exploração agrícola, da cana-de-açúcar.

[13] PRADO JR. (1998:16) refere-se ao sistema de exploração utilizado pelos portugueses nas colônias da Ásia e da África, na Madeira, e em Cabo Verde, que consistia no estabelecimento de feitorias comerciais.



FIG. 61 – MAPA DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

FONTE: geodesia.ufsc.br - dez/2005



FIG. 62 – PAISAGEM URBANA – AS PRIMEIRAS POVOAÇÕES, FRANZ POST

FONTE: www.itaucultural.org.br – dez/2006.

As medidas tomadas pela Coroa para a ocupação da imensa costa corresponderam a uma política de incentivos e vantagens àqueles interessados em arriscar-se na nova terra. Foram delegados plenos poderes de posse e de ação aos interessados, que teriam como única obrigação tornar produtivas as terras doadas.[14]

Os núcleos agrícolas foram se desenvolvendo e conformando as primeiras vilas e cidades do Brasil. A constituição da "rede urbana" iniciou-se por volta de 1532, tendo como primeiro núcleo São Vicente. Esse processo seguiu estável até meados do séc. XVII, quando fatores econômicos ligados ao mercado internacional modificaram a dinâmica entre a Metrópole e a Colônia. Dessas ações resultou a implantação de uma política urbana mais centralizadora por parte da Coroa.[15]

Em 1549, a Corte portuguesa retomou a posse de algumas cidades estratégicas do litoral brasileiro. Instalou na capitania da Bahia um Governo-Geral, marcando o nascimento da sede da Corte na Colônia: a cidade de Salvador[16]. Em seguida, fundou a cidade do Rio de Janeiro, após retomar o território que estava sob domínio francês, e iniciou um processo de criação de vilas nas capitanias que passaram para o seu controle.

A fundação da cidade de São Salvador, como sede do Governo-Geral, representou uma nova postura da Metrópole em relação ao território colonial e marcou o primeiro passo para a consolidação da rede urbana. Essa estratégia, como afirma SANTOS (2001:87), tinha como objetivo a implantação de um "centro militar, administrativo, fazendário e judiciário de toda a Colônia".[17]

---

[14] Ver DELSON, R. Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII,* Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997. Segundo DELSON (1997:10), "entre os anos de 1532 e 1536, a Coroa portuguesa dividiu o litoral do Brasil em 15 capitanias" (porções de terra que se iniciavam na costa e cobriam cerca de 30 a 100 léguas), constituindo "largas faixas de terras concedidas a 12 homens de alto prestígio no reino. O donatário era obrigado a assinar uma escritura formal com a Coroa", restando totalmente responsável pelo seu patrimônio e pelo processo de instalação. Eram direitos dos donatários: fundação de vilas, concessão de terras agrícolas e urbanas, criação e recebimento de taxas e impostos, controle de entrada e saída do território, escolha de autoridades administrativas, bem como escolha de juízes; eram obrigações: ocupação e investimento na economia local e a defesa militar da capitania.

[15] Ver REIS FILHO, Nestor Goulart. *Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil*, in Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo, São Paulo: FAUUSP, n. 3, nov.-dez. 1994. Segundo REIS FILHO (1994:11), a mudança no mercado internacional estava relacionada à crise da agricultura açucareira e sua repercussão na Colônia. O governo português decide então desenvolver um processo de centralização política tendo como conseqüência direta a "dinamização da vida urbana" nas principais cidades. Foram criadas 18 vilas ao longo de 50 anos.

[16] A capitania de Salvador foi requerida pela Corte após ter sido perdida por seu donatário. Nessa época a cidade possuía o nome de Bahia de todos os Santos e era o terceiro povoamento a ser fundado no Brasil, após São Vicente (1532) e Olinda (1537).

[17] A criação do Governo-Geral representou um momento importante para o desenvolvimento teórico do urbanismo, pois foi a partir de então que verificamos a migração de alguns profissionais, técnicos em engenharia, arquitetura, e artes,

A partir do séc. XVIII, o crescimento dos núcleos urbanos sofreu um novo impulso, causado por dois acontecimentos: a descoberta do ouro e a mudança de *status* da colônia, transformada em Vice-Reino de Portugal. O primeiro afetou diretamente o panorama urbano, promovendo uma onda de migração portuguesa. O segundo fator teve como conseqüência a transformação do papel desempenhado pela Colônia no âmbito externo, promovendo uma reorganização da sua política interna. O Governo-Geral decidiu então transferir a sede administrativa de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, como estratégia para intensificar o controle das atividades auríferas.[18]

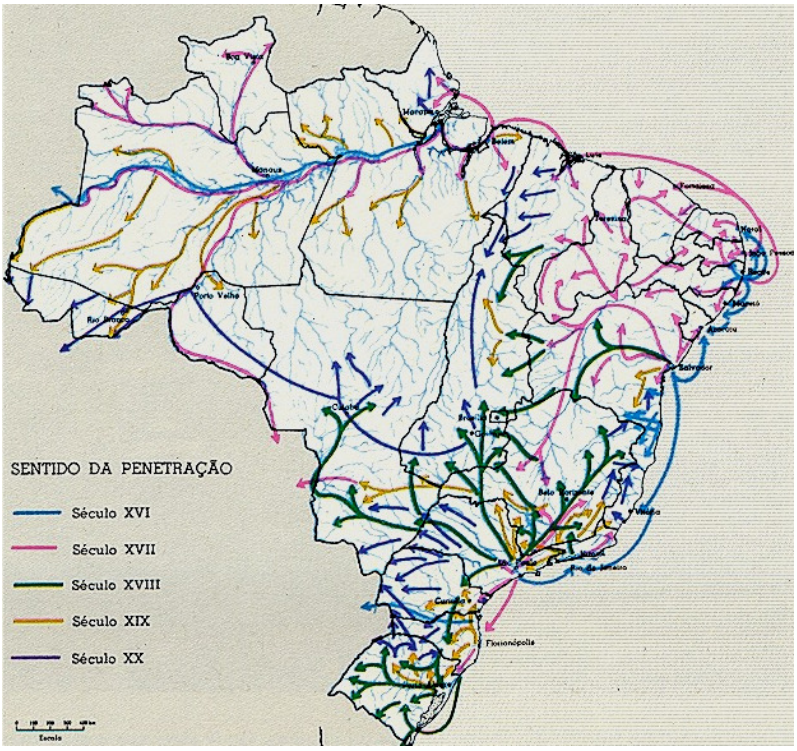


FIG. 63 – PROCESSO DE FORMAÇÃO DE VILAS E CIDADES NO BRASIL, SÉCULO XVI -XX.

FONTE: A cidade Brasileira (MARX, 1980)

para direcionar a formação e o crescimento de núcleos urbanos. Em Salvador o responsável por essa política foi o mestre Luiz Dias.

[18] De acordo com REIS FILHO (1995:44), nesse período o Marques de Pombal, então ministro de D José I, foi o responsável pela implantação da política de desenvolvimento urbano português, que resultou em amplo programa de reformas e intervenções. Em relação à colônia, Pombal colaborou no processo de crescimento urbano, defendendo a implantação e o aumento de vilas no interior como "medida de controle e dominação" territorial. Ver também DELSON (1997).

Analisando a formação dessas cidades entre os sécs. XVI e XVIII, SANTOS (2001:81) identificou alguns procedimentos que foram determinantes na constituição da rede urbana: um primeiro momento, situado nos dois primeiros séculos, no qual as cidades originaram-se do *processo de afirmação de posse e defesa da costa*, com a implantação das chamadas praças-fortes. Cidades como Santos, Salvador e Rio de Janeiro constituem exemplos desse processo. Um segundo momento desenvolve-se a partir do séc. XVII, no qual a conquista do interior acelerou o processo de *criação de vilas resultante dos movimentos das bandeiras e da atividade mineradora*. Mariana, Ouro Preto, Cuiabá constituem exemplos pertencentes a esse Ciclo do Ouro. E uma terceira fase, que corresponde às vilas originadas a partir *da penetração rumo às fronteiras oeste e sul*. Os núcleos implantados nessa fase buscaram estabelecer fronteiras e limites determinados pelos tratados e acordos com a Espanha, ao mesmo tempo em que asseguraram a tomada de posse do território pelos portugueses. Constituem exemplos dessa fase o plano da cidade de Vila Bela, região de Mato Grosso, as cidades de Bragança e São José de Macapá, na região do Pará e as cidades de Barcellos e Borba, na região do Amazonas.[19]

O quadro ao lado mostra o processo de ocupação do território, a partir da formação de vilas no séc. XVI. No séc. XVIII, verifica-se uma aceleração na criação de vilas e cidades, em relação aos períodos anteriores, acentuando uma ocupação em direção ao interior.[20] (FIG. 63)

A PRAÇA COLONIAL

Desde a formação dos primeiros núcleos urbanos, a herança do urbanismo português fez-se presente. As vilas e cidades foram constituindo-se com base em características precisas de uso e ocupação do território, apoiadas na tradição portuguesa.

Os primeiros núcleos urbanos nasceram com o objetivo de proteção e defesa do território. Constituíam-se de pequenos sítios, onde muralhas e paliçadas demarcavam o espaço urbano. A situação topográfica foi determinante no assentamento desses núcleos, uma vez que a função de defesa e proteção era essencial ao papel desempenhado pela vila. REIS FILHO (2000:126) afirma que, nas primeiras décadas, "praticamente todas as vilas e cidades fundadas [...] foram

[19] Ver SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. No estudo realizado por Paulo Santos ainda acrescentam-se as *cidades do Ciclo do Café,* na região fluminense, Vale do Paraíba, São Paulo e Paraná; *do Ciclo da Borracha,* na região da Amazônia; e as *cidades do Ciclo Industrial,* no séc. XIX.

[20] SANTOS, 2001.

assentadas sobre colinas que facilitassem sua defesa pela altura e o controle das vias de acesso, principalmente as marítimas e fluviais".

Essas características faziam parte das estratégias de defesa territorial adotadas pela tradição portuguesa e foram aplicadas na maioria das cidades ultramarinas. Estudando essa relação de apropriação do território, TEIXEIRA (2000:6) destaca a implantação desses procedimentos:

> Nos aglomerados urbanos costeiros, o núcleo de ocupação primitiva, que era simultaneamente o primeiro núcleo defensivo, localizava-se habitualmente na colina ou no morro mais proeminente, ou pelo menos num local mais elevado com boas condições de defesa. Daqui resultava que muitas cidades portuguesas se estruturavam em duas partes distintas: **a cidade alta,** local do poder institucional, político, militar e religioso, e os espaços habitacionais de estatuto mais elevado, e a **cidade baixa,** dedicada às actividades marítimas e comerciais, e às áreas habitacionais mais pobres [...].
>
> A primeira fase de desenvolvimento da cidade baixa fazia-se através da estruturação e da ocupação de um caminho ao longo do mar, ligando dois pólos localizados em posições extremas da baía. Era ao longo deste percurso que, de um lado e outro, **se construíam as primeiras casas e se estruturava a primeira rua – a rua Direita – até hoje em muitos casos a principal rua da cidade.** Fases subseqüentes de desenvolvimento do núcleo urbano continuavam a realizar-se estreitamente associadas às características físicas do território, através da construção de sucessivas ruas longitudinais paralelas à primeira, e das transversais a ligá-las, e através da escolha de sítios proeminentes para a localização de edifícios singulares, do desenvolvimento de linhas estruturantes fundamentais de acordo com o território e da sujeição do plano urbano a pré-existências naturais. (grifos meus)

A origem da cidade de Salvador enquadra-se exatamente nessa descrição. Na gravura realizada por C. J. Visscher e H. Gerritsz, observa-se essa composição: o sítio primitivo localizava-se na cidade alta, cumpria funções militares e administrativas e era formado pelos edifícios institucionais e pelas casas dos proprietários rurais. O setor comercial localizava-se na cidade baixa, sobre a rua de grande extensão paralela à praia e era formado pelos armazéns e sobrados. (FIG. 64)

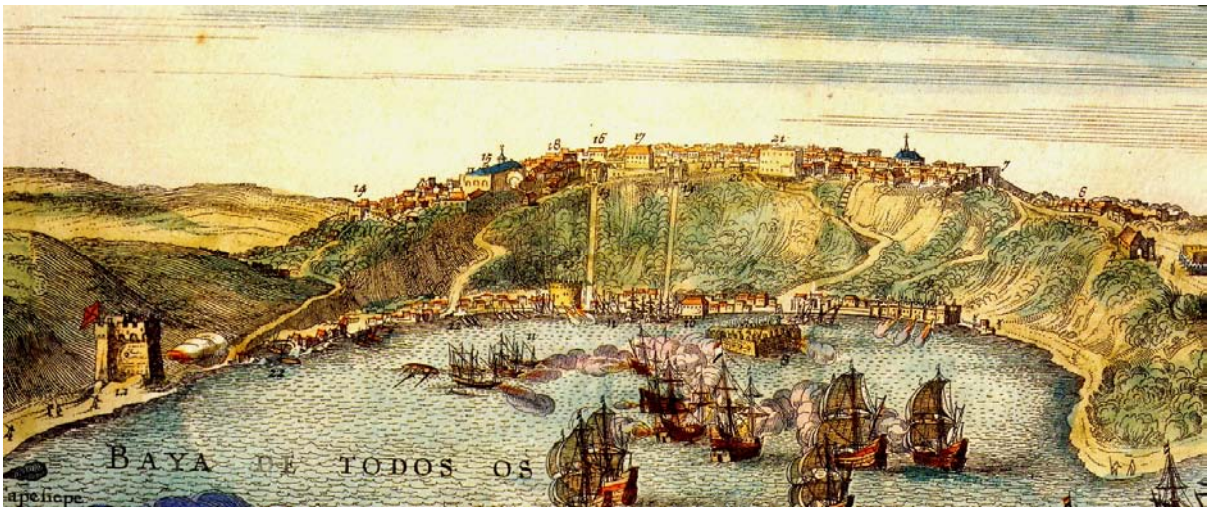


FIG. 64 – PANORÂMICA DA VILA DE SAN SALVADOR/*BAYA DE TODOS OS SANCTOS,* 1624
***A maior parte das cidades brasileiras desenvolveu-se ou em situações costeiras, à beira de uma baía, ou junto a rios ou outros cursos de água* (TEIXEIRA, 2000:14).**
FONTE: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

No início do processo de colonização e de estruturação das vilas, REIS FILHO (1995:16) assinala que a população dos núcleos era dispersa e oscilante, enquanto o campo apresentava uma maior estabilidade, com uma população mais consolidada. Em relação ao cotidiano citadino, as "vilas e cidades se animavam somente nos dias de festas e procissões, estabelecidas rigidamente pelo calendário oficial, ou nos períodos de embarque das safras":

> Vilas e cidades tinham papéis eminentemente administrativos. Não havia trocas urbano-rurais. Mas havia, inegavelmente, trocas entre a retaguarda rural, que era a Colônia, e os mercados urbanos europeus (REIS FILHO, 1995:16).

Esse universo urbano era formado por núcleos muito pequenos, cuja principal atividade girava em torno da administração e do comércio colonial. PRADO JR. (2002:50) assinala que, a partir de meados do séc. XVII, o perfil socioeconômico do Brasil começou a transformar-se em razão da intensificação da imigração portuguesa. É, portanto, nesse período, que os principais núcleos urbanos passam a apresentar uma população permanente, com um sistema administrativo local e certa infra-estrutura urbana.[21]

[21] Cidades importantes, como Salvador e Rio de Janeiro, apresentaram um aumento populacional significativo, acarretando uma reestruturação na própria configuração geral do espaço (REIS FILHO, 1995:28).

Em relação aos elementos morfológicos que compõem o espaço urbano, os portugueses possuíam estratégias precisas de ocupação e de distribuição no território. TEIXEIRA (2000:10) comenta que, independentemente do traçado (vernacular ou racional), a articulação desses elementos ocorria de forma paradigmática:

> Quer se tratasse de traçados urbanos vernáculos, muito articulados com o território, quer se tratasse de traçados urbanos eruditos, traduzidos num plano regular, existia a preocupação de articular o traçado das ruas com a localização de edifícios notáveis, tirando partido da sua arquitectura mais elaborada, **tornando-os pontos de referência na estrutura da cidade e elementos estruturantes na definição das hierarquias dos espaços urbanos.** grifos meus

Em relação ao espaço urbano, as praças aparecem justamente como locais de articulação urbanística e arquitetônica, cujo espaço reúne as principais estruturas institucionais da cidade. Característica fundamental na estruturação dessas praças é a formulação de vários modelos para abrigar funções e atividades diferentes. A configuração desses conjuntos urbanos consolidou um padrão urbanístico que se implantou na maioria das cidades brasileiras: espaços distintos de caráter cívico, religioso e comercial. Comentando sobre esses aspectos, TEIXEIRA (2001:11) afirma que:

> É habitual encontrarem-se nas praças portuguesas diferentes praças para diferentes funções: função de mercado, em espaços que muitas vezes tinha sua origem em campos e em terreiros localizados à margem das malhas urbanas e que posteriormente se transformavam em praças urbanas; funções militares, nomeadamente os campos associados às torres de menagem medievais e as praças de armas seiscentistas; funções políticas e administrativas, em que se incluem as praças associadas ao poder municipal, onde se localizavam a Casa de Câmara e o pelourinho; funções religiosas, associadas à origem de alguns destes espaços como adros de igreja, terreiros de igrejas matrizes ou de conventos. **Esta multiplicidade de praças associadas a diferentes funções, que encontramos inscritas nas cidades portuguesas de diferentes períodos, é rigorosamente formalizada nos traçados urbanos setecentistas, em que habitualmente encontramos pelo menos duas praças: uma associada ao poder político, outra ao religioso**. grifos meus

Esse fato parece extremamente relevante para compreendermos uma diferença fundamental ocorrida na colonização da América portuguesa em relação à espanhola: o papel desempenhado pela praça na morfologia urbana. Nas cidades coloniais espanholas, esse espaço público era denominado *Plaza Mayor*, representava o centro geográfico da cidade e era composto pelos principais edifícios institucionais. Sua configuração estava determinada nas *Leyes das Índias* e

consistia na aplicação de regras e diretrizes. Esse modelo de praça era único e correspondia ao núcleo original da cidade: seu marco zero.[22] (FIG. 65 a 67)



FIG. 65 – PLANTA DA CIDADE DE LIMA, AMÉRICA ESPANHOLA

Em destaque a "plaza mayor"

FONTE: www.vitruvius.com.br – dez/2005



FIG. 66 – PLAZA MAYOR DE LIMA, PERU

Observar o conjunto arquitetônico formado pelos principais edifícios institucionais

FONTE: www.corbis.com – jun/2007

[22] Conformada normalmente pela supressão de um módulo da quadrícula: a *Plaza Mayor* era definida por "oito ruas em esquadro, duas a duas em cada canto". A disposição central era a mais freqüente (Mendoza, San Juan de la Frontera, La Palma), porém encontra-se também a disposição lateral (Buenos Aires). Para maiores detalhes ver *Lei IX,* que discorre sobre o "*sitio, tamaño y disposición de la plaza* (*Leyes das Índias*, apud SANTOS, 2000:42).

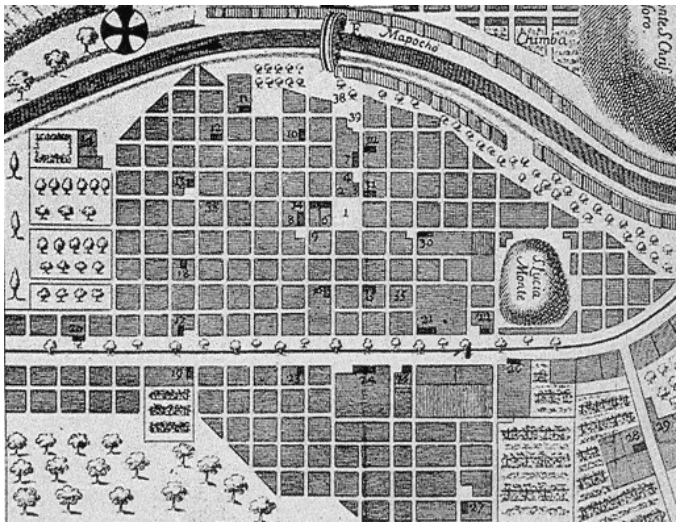


FIG. 67 – PLANTA DA CIDADE DE SANTIAGO DO CHILE
FONTE: www.auroradechile.cl – dez/2005

A praça portuguesa, diferentemente da ordenação espacial espanhola, resultou de uma prática urbanística cuja prioridade centrava-se na adaptação e adequação do traçado ao sítio de origem. Essa relação com o sítio e com seus aspectos topogeográficos representou uma forte característica dos núcleos urbanos portugueses. A "espontaneidade" morfológica encontrada nos diferentes modelos de praças portuguesas da fase inicial resultou da combinação entre os condicionantes territoriais específicos e as diretrizes de ordenação espacial.

Essa espontaneidade, no entanto, seguia certas orientações, correspondendo à existência de parâmetros em relação à distribuição e localização dos edifícios institucionais nos espaços urbanos. Aliado a esses aspectos, deve-se destacar o papel das instituições religiosas na formação de núcleos urbanos e sua relação com o processo de catequização indígena. TEIXEIRA (2000:6) afirma que:

> **Os principais edifícios da cidade – estruturas religiosas, políticas ou militares – localizavam-se em locais topograficamente dominantes e tornavam-se os principais pólos do crescimento urbano**. Por sua vez, estes edifícios eram ligados por caminhos que se sobrepunham às linhas naturais do território – linhas de festo ou as suas ramificações – os quais se tornavam geralmente nas principais ruas do aglomerado, que estruturavam o território urbano.
> **No encontro destas vias geravam-se por sua vez espaços urbanos com características de centralidade, potenciais praças urbanas, com formas que resultavam directamente do modo como as ruas neles confluíam.** Estes

> espaços eram – também eles – posteriormente pontuados **por Igrejas ou por outros edifícios singulares que se construíam nos seus pontos dominantes**. De várias formas, estabelecia-se assim uma estreita relação entre a estrutura territorial e a estrutura urbana. Quer os edifícios singulares, através da sua localização, quer as ruas que os ligavam, quer os espaços urbanos que geravam, estavam intimamente ligados à estrutura do território. grifos meus

Essas diretrizes para a estrutura arquitetônica e urbana são visíveis quando se observa a implantação de vilas e cidades do período colonial: edificações situadas em locais estratégicos e espaços vazios constituindo largos, terreiros e praças. Encontramos padrão paisagístico semelhante nessas cidades, sobretudo naquelas onde se nota a participação de mestres portugueses. Cidades como Santos, Belém, São Luís, Rio de Janeiro e Salvador, dentre outras, fornecem uma amostra dessa configuração urbana. (FIG. 68 a 72)

Observar a localização dos principais edifícios institucionais:
G – Armazém do Rei;
H – Casa da Moeda;
I – Convento do Carmo;
L – Casa do Governador e Alfândega.



FIG. 68 – PLANTA DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO do RIO DE JANEIRO, 1714
FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

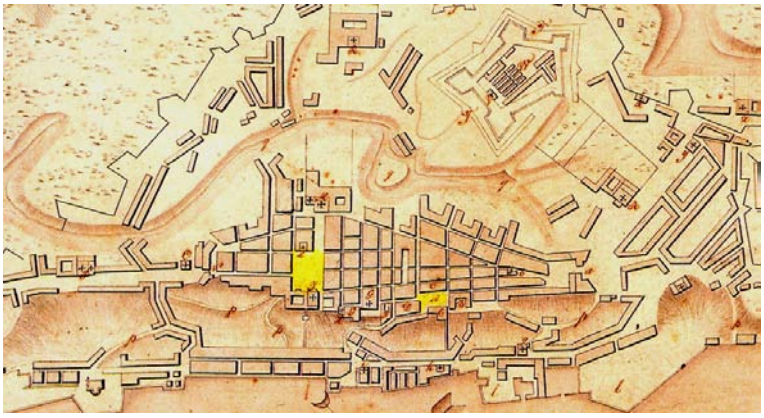


FIG. 69 – PLANTA DA CIDADE DE SALVADOR, 1715
Em destaque o terreiro de Jesus(à esquerda) e a praça Municipal(à direita)
FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)



FIG. 70 – PLANTA DA CIDADE DE SÃO LUÍS do MARANHÃO, 1660

FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)



FIG. 71 – PLANTA DA CIDADE de BELÉM do PARÁ, 1780

Em destaque largos, terreiros e praças

FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

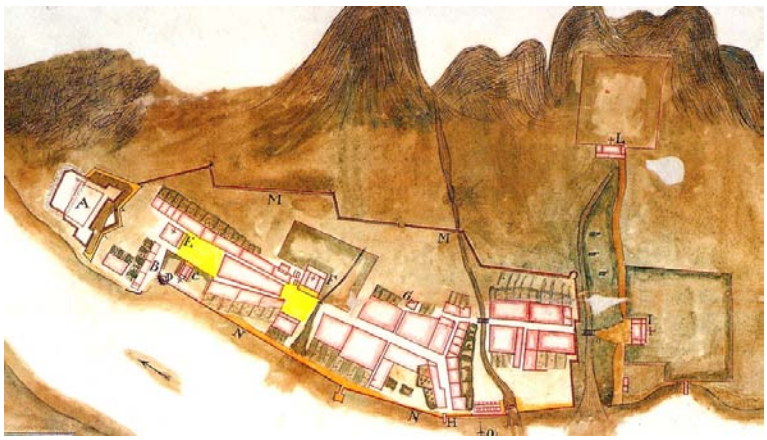


FIG. 72 – DETALHE DA PLANTA DA CIDADE DE SANTOS, 1714

FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

Observando a estruturação das praças brasileiras, pode-se afirmar que, na primeira fase de formação das cidades coloniais, encontra-se uma supremacia do modelo da praça religiosa. Essa composição espacial decorre da presença das diversas ordens religiosas na Colônia e atesta a importância dessas irmandades no processo de colonização do Brasil. Segundo MARX (1980:54), "uma igreja, uma praça; regra geral nas nossas povoações antigas". Na maioria das vezes, essas praças tornavam-se o centro vital da cena urbana: os "templos, seculares ou regulares, raramente eram sobrepujados em importância por qualquer outro edifício, nas freguesias ou nas maiores vilas. Congregavam os fiéis, e os seus adros reuniam em torno de si as casas, as vendas e quando não o paço da câmara".

A sua composição, na paisagem tradicional, constituía-se do edifício religioso e da presença do adro, do largo, do terreiro ou da praça. São espaços adjacentes à entrada da Igreja, delimitados, ou não, por uma pequena mureta. Denominações como Praça Matriz, Terreiro de Jesus, Largo do Carmo, Largo São Francisco, Praça da Sé, indicam a diversidade de praças religiosas que constituíram nossa paisagem urbana.



FIG. 73 – CONVENTO FRANCISCANO DE NOSSA SENHORA DAS NEVES, OLINDA

Convento franciscano mais antigo do Brasil, 1585.

Em seus adros, normalmente retangulares, situava-se o cruzeiro

FONTE: Patrimônio Mundial no Brasil (UNESCO, 2000)

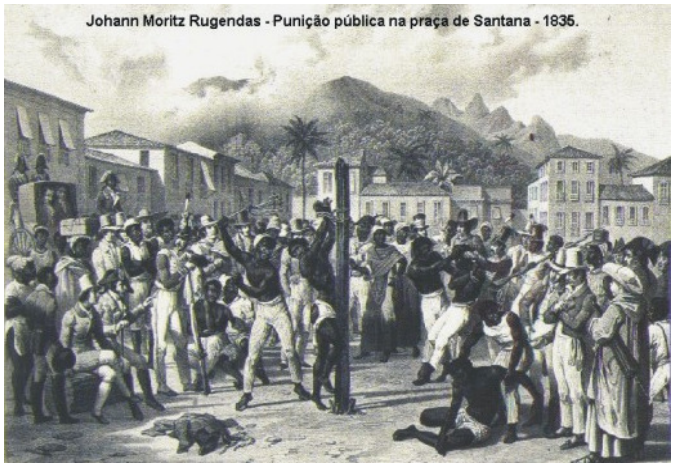


FIG. 74 PUNIÇÃO PÚBLICA NO PELOURINHO – GRAVURA DE J. RUGENDAS, 1835
FONTE: mgquilombo.com.br/html/ modules.php?op=modload... – mar/2006



FIG. 75 – PELOURINHO DA CIDADE DE ALCÂNTARA
FONTE: www.fotosdeviagem.hpg.ig.com.br – julho/2006



FIG. 76 – IGREJA DE SÃO FRANCISCO, SALVADOR
Praça religiosa da cidade colonial – adro e cruzeiro
FONTE: www.brasounds.hpg.ig.com.br/ barroco.html – mar/2006

O Estado, contrapondo-se ao poder religioso, marca sua entrada oficial na cidade com a instalação do pelourinho. Diante da necessidade de estabelecer mecanismos de controle no regime escravocrata, criou-se um espaço onde se realizavam punições públicas, em que os condenados, amarrados ao pelourinho, ficavam expostos à execração pública. A praça novamente será escolhida, na maior parte das cidades coloniais, como o local de instalação do pelourinho.



FIG. 77 – PRAÇA DO PELOURINHO – CIDADE DE FUNCHAL, PORTUGAL
Espaços típicos da tradição portuguesa
FONTE: www.madeira-web.com – jan/2006

Em relação à composição formal da praça brasileira, dois princípios podem ser apontados como sendo determinantes na sua estruturação: a praça de formato orgânico, derivada da formação espontânea do espaço urbano, e a praça formal, originada dos traçados racionais das cidades projetadas.

> Uma das vias transversais, localizada mais ou menos a meio do percurso longitudinal, liga-se muitas vezes ao castelo ou à casa do capitão, situada num morro proeminente, e torna-se a via transversal mais importante. **No cruzamento da via longitudinal primitiva e desta transversal desenvolve-se habitualmente uma praça. De uma forma gradual, estrutura-se deste modo um sistema de duas vias principais cruzando-se um ângulo recto, com uma praça no seu cruzamento.** Trata-se da estrutura urbana básica que os romanos haviam racionalizado e geometrizado. Esta praça transforma-se muitas vezes na praça da igreja matriz. A casa de câmara e cadeia, ou se implanta no primitivo ponto defensivo da cidade, ou se vai localizar nesta praça, que assume assim por vezes uma dupla função cívica e religiosa ou se implantará noutro local da cidade. Nestes casos, uma nova praça se desenvolverá em torno desta função cívica. Outras igrejas, outros edifícios singulares surgem espalhados pela malha urbana, gerando outras praças" (TEIXEIRA, 2000:15).

A praça de formato orgânico aparece, sobretudo, na primeira fase de formação das cidades. Essa praça estruturava-se ao longo de cruzamentos e caminhos oriundos dos principais acessos ao núcleo urbano, normalmente como alargamento da via principal de ligação ao centro urbano, ou como vazio, adro ou terreiro, da igreja matriz, do convento ou do mosteiro. A Praça Municipal, de Salvador, e a Praça da Sé, de São Paulo, constituem exemplos típicos dessa formação (TEIXEIRA, 2000). (FIG. 28, 69, 78 e 79)



FIG. 78 – PLANTA DA CIDADE DE CUIABÁ - PRAÇA PRINCIPAL
Em destaque a praça cívica e religiosa – Igreja Matriz
e ao centro Casa de Câmara e Cadeia
FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

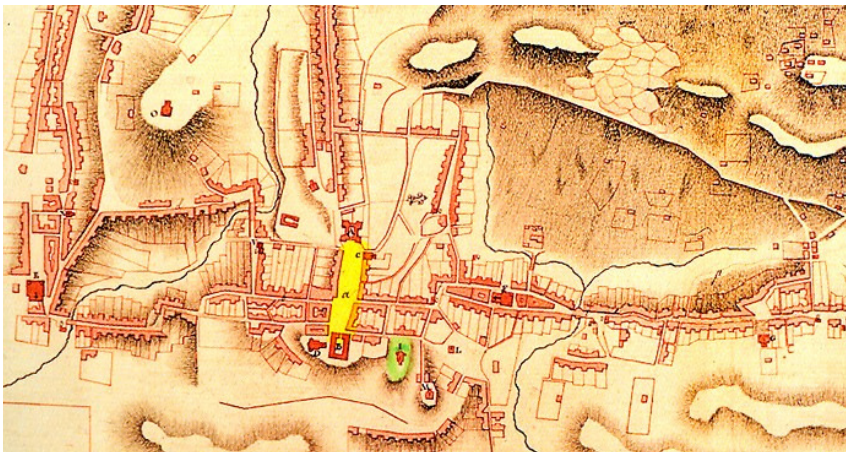


FIG. 79 – DETALHE DA PLANTA DA CIDADE DE OURO PRETO (1775)
Em destaque a praça central – formada a partir dos acessos principais
Casa de Câmara e Cadeia, Palácio do Governador e ao centro o Pelourinho
FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)



FIG. 80 – RECONSTRUÇÃO DO NÚCLEO ORIGINAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

Em destaque a praça da Matriz, formada ao longo de uma das principais vias de entrada da cidade – a rua Direita

FONTE: Cadernos de fotografia brasileira: São Paulo 450 anos (IMS, 2004)

As praças formais que se originaram da vertente racional podem ser observadas nas cidades planejadas do período pombalino. Tais cidades, originadas na sua maioria por ordem e determinação real, foram fundadas segundo normas existentes em Cartas Régias e Autos de Fundação. De acordo com REIS FILHO (1994:11), "a implantação dessa rede de vilas obedeceu a determinados padrões de regularidade, que permitiam atender a objetivos simultaneamente civis e militares". Esses documentos descreviam normas e procedimentos, que incluíam regras detalhadas de urbanização, como a implantação de ruas, praças e edifícios institucionais, o formato de quadras e o desenho de lotes e fachadas de edifícios.[23]

[23] Destaca-se como exemplo a *Carta de criação da Capitania de São José do Rio Negro*, na qual se encontram diretrizes para a adoção do traçado "hipodâmico" (em xadrez), bem como para o traçado de ruas e praças (SANTOS, 2001:62).

Determinações como essas estão presentes em diversos documentos analisados por SANTOS (2001). Nesses documentos, o espaço da praça adquire um caráter diferente, pois, não tendo sua origem relacionada ao processo de formação gradual da cidade, aparece como elemento fundador da cidade planejada – seu marco zero – a partir do qual a cidade se desenvolve. De acordo com TEIXEIRA (2000:18):

> Estamos perante uma concepção radicalmente diferente, e moderna, de espaço urbano e de estruturação urbana. Este novo conceito de estruturação urbana, em que o elemento dominante e gerador da malha urbana é a praça (e já não como anteriormente os edifícios singulares e as ruas que os articulavam entre si) irá influenciar não apenas as fundações jesuítas mas toda a teoria e a prática urbanística portuguesa, civil e militar. Desenvolvidos em múltiplas situações ao longo do século XVII, estes novos conceitos de estrutura e de desenvolvimento urbano irão expressar-se, plenamente desenvolvidos, nos traçados urbanos setecentistas – Joaninos e Pombalinos – construídos quer no Brasil quer em Portugal.[24]

A planta da Vila de São João do Parnaíba ilustra o papel que a praça assume nas concepções do período pombalino. A cidade desenvolve-se segundo um traçado quadriculado, em torno de uma praça central, em formato retangular. A presença da praça do pelourinho demonstra a existência de praças para distintas funções. (FIG. 81)

Na descrição da fundação da cidade de Içó, no Piauí, observam-se as diretrizes de formação da cidade, esboçando claramente esse papel adquirido pela praça:

> Fui servido determinar por resolução de 17 de outubro do ano passado em consulta de meu Conselho Ultramarino que se erija uma nova vila no Icó junto onde se acha a Igreja matriz elegendo-se para ela o sítio que parecer mais saudável e com provimento de água, **demarcando-se-lhe logo lugar da praça no meio da qual se levante pelourinho e em primeiro lugar se delineiem e demarquem as ruas em linha reta** com bastante largura deixando sítio para se edificarem as casas nas mesmas direituras e igualdade com seu quintais competentes de sorte que a todo tempo se conservem a mesma largura das ruas sem que em nenhum caso e com nenhum respeito se possa dar licença para se ocupar nenhuma parte delas e depois das ruas demarcadas se assine e demarque o sitio em o qual se hajam de formar a Casa da Câmara e das Audiências e a cadeia para que na mais

[24] A análise de Teixeira é bastante pertinente se observamos a morfologia das praças que aparecem nos traçados brasileiros setecentistas, onde o desenho regular aparece quase como regra geral, confirmando gradualmente a postura urbana racionalista. Ver também REIS FILHO (2000).

área se possam edificar as casas dos moradores com seus quintais na forma que parecer a cada um como fiquem a facia das ruas. grifos meus.[25]

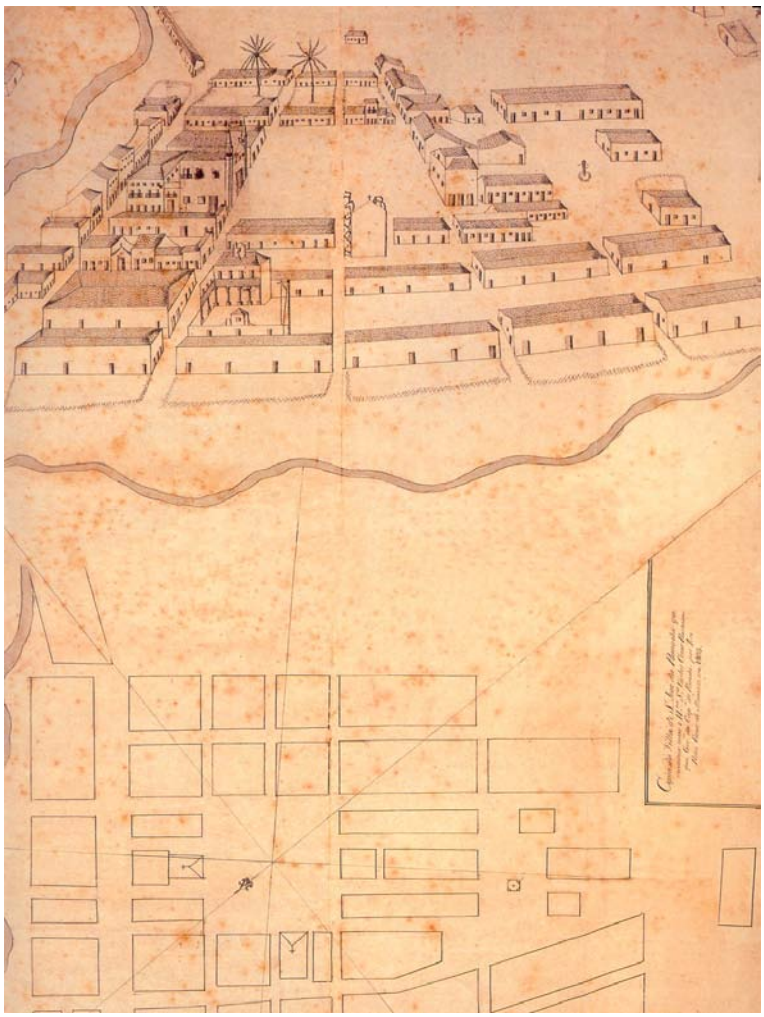


FIG. 81 – PLANTA DA VILA DE SÃO JOÃO DO PARNAÍBA, PIAUÍ, 1809

Em destaque a praça formal da Matriz e do Pelourinho

FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

[25] Trecho da Carta Régia de Fundação da cidade de Içoem1736 apud SANTOS (2001:51) – grifos meus.

As determinações referem-se não apenas ao espaço da praça, mas à formação do conjunto urbanístico típico das cidades coloniais: a Igreja, a casa de Câmara e Cadeia, e o Pelourinho. Ordenações como essas se repetem sistematicamente, como observadas no trecho dos autos de criação da Vila de Acarati:

> Autos da criação da vila que o muito alto e poderoso senhor d. João o quinto rei de Portugal mandou novamente erigir neste lugar do Aracati porto dos barcos do rio Jaguaribe pelo doutor Manuel José de Faria ouvidor-geral dessa comarca do Ceará Grande [...] e corregedor da comarca onde eu escrivão de seu cargo adiante nomeado fui vindo e sendo aí pelo dito ministro me foi mandado autuar uma ordem de sua Majestade pela qual determinava o dito senhor fizesse erigir no lugar acima declarado uma nova vila com todas as cláusulas e circunstâncias na mesma ordem declaradas [...] **é a que adiante se segue as demarcações tanto da praça ruas largas para edifícios públicos rossios e logradouros como do título da mesma vila**.[26]

Mais adiante, as diretrizes determinam o formato da praça, bem como o local do pelourinho:

> E desta sorte ficou fixada a praça **com figura quadrangular**, e se seguindo o rumo no nor-nordeste que é o que faz face pela parte do rio e chegando ao meio dele com cinqüenta e duas braças e meia se botou o rumo de lés-sudeste a buscar **o meio da praça demarcada com vinte e nove braças e uma quarta onde se assinou o lugar do pelourinho**, etc.

Outro exemplo de praça formal aparece nas ordenações dos autos de fundação da Vila de Montemor-o-Novo:

> Determino levantar e aclamar esta nova vila, na forma das sobreditas ordens do sobredito senhor [...], no lugar que para ela for destinado e demarcado, **e na sua praça hei de fazer levantar o pelourinho, assinando-lhe área suficiente e também para todos os edifícios públicos, como seja para a igreja, que sirva para matriz, em que se louve a Deus, casa da Câmara, cadeia, e açougue, e mais oficinas publicas e para habitação de cada um dos seus moradores em particular** [...].[27]

---

[26] Trecho do Auto de Fundação da cidade de Aracati apud SANTOS (2001:53) – grifos meus.

[27] Trecho do Registro dos Autos de ereção da Real Vila de América na capitania do Ceará Grande apud SANTOS (2001:55) – grifos meus.

Nos exemplos citados, destaca-se a diversidade dos espaços, cuja morfologia expressa o padrão regular e geométrico presente na vertente racional: praças centrais, praças de Igrejas, praças cívicas. (FIG. 82 a 84)

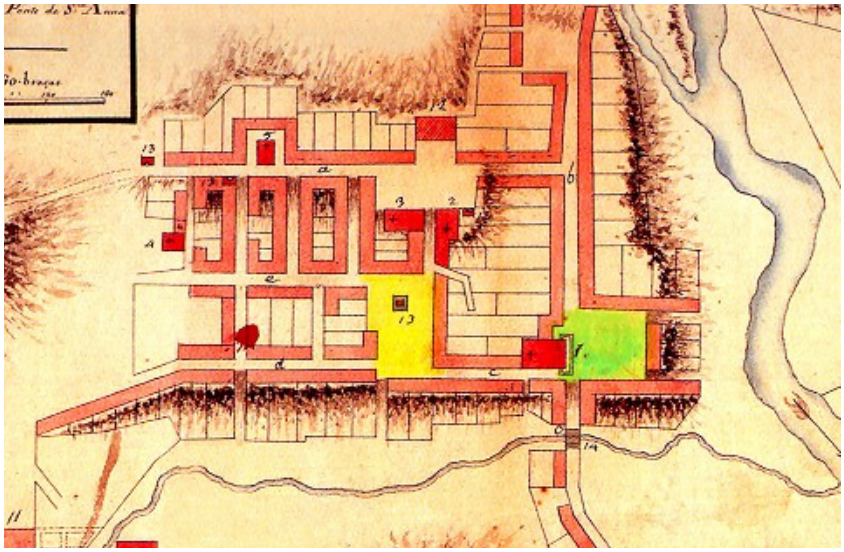


FIG. 82 – DETALHE DA PLANTA DA CIDADE DE MARIANA

2ª METADE DO SÉC. XVIII - ciclo do ouro. Em destaque Praça da Sé (1), Praça da Igreja de São Francisco (2) e da Igreja do Carmo (3), e Largo do Chafariz (13).

FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

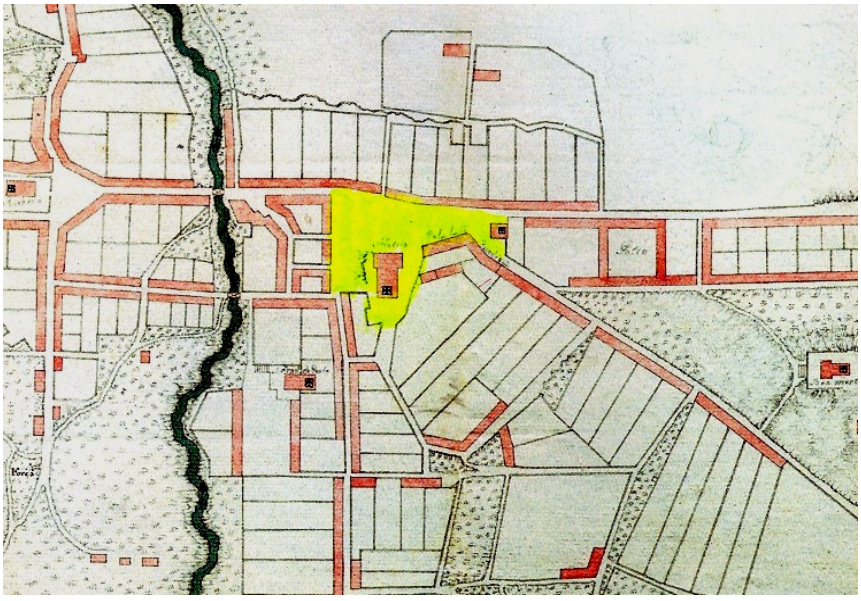


FIG. 83 – DETALHE PLANTA DA CIDADE DE GOIAS (1790)

Em destaque a praça central – igreja Matriz e Palácio do Governador.

FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

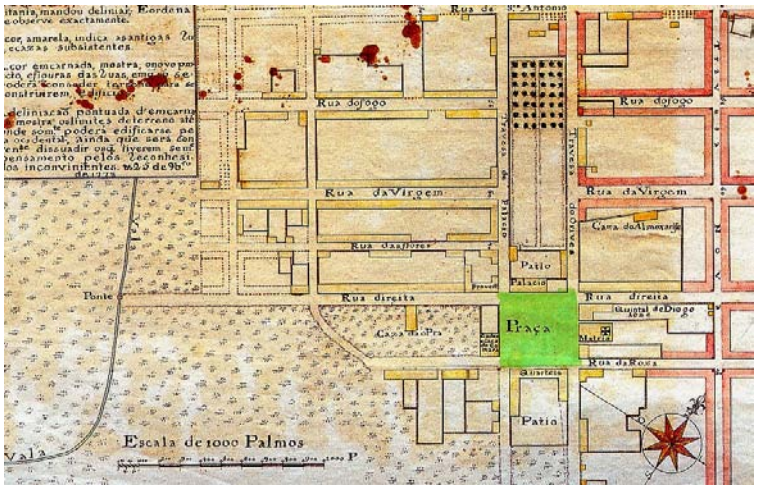


FIG. 84 – DETALHE DA PLANTA DA CIDADE DE VILA BELA

Em destaque a praça central, igreja Matriz, Palácio do Governador, Quartéis e casa de Câmara e Cadeia

FONTE: Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

Alcançando *status* de "marco referencial arquitetônico, urbano e funcional", as praças brasileiras tornaram-se pontos de referência da paisagem colonial. Esses conjuntos, na conclusão de TEIXEIRA (2000:9), desempenhavam um papel fundamental na leitura do espaço urbano:

> As posições topograficamente dominantes do território eram assim ocupadas por funções e por arquitecturas particularmente significativas, que se reforçavam mutuamente e justificavam, por uma e por outra razão, o seu papel estruturador. **O papel polarizador destes locais, que funcionavam como elementos de referência e como pontos de confluência do traçado das ruas, era justificado assim não apenas pelas suas características topográficas e pelo modo como os traçados urbanos portugueses se articulavam de perto com as condições físicas do território, mas também pela valorização funcional, arquitectónica e urbanística de que esses espaços eram objecto**.
>
> Quer se tratasse de traçados urbanos vernáculos, muito articulados com o território, quer se tratasse de traçados urbanos eruditos, traduzidos num plano regular, existia a preocupação de articular o traçado das ruas com a localização de edifícios notáveis, **tirando partido da sua arquitectura mais elaborada, tornando-os pontos de referência na estrutura da cidade e elementos estruturantes na definição das hierarquias dos espaços urbanos**. Estes edifícios tanto nos aparecem a pontuar colinas ou pontos importantes na lógica da organização física do território, no enfiamento de perspectivas, como deliberadamente colocados em pontos estratégicos das malhas urbanas planeadas**, no alinhamento de ruas, estruturando praças, pontuando perspectivas, fechando vistas**. grifos meus

Na constituição das vilas e cidades que se formaram ao longo do séc. XVIII, a praça brasileira foi gradualmente assumindo a forma mais racional e geométrica. Ao longo do séc. XIX, as intervenções ou projetos de embelezamento que incidiram sobre o espaço urbano consolidaram cada vez mais esse modelo de praça formal e regular. A característica de se estruturar diversos espaços para funções distintas permaneceu com o crescimento e desenvolvimento urbano, porém a praça adquiriu uma nova composição em função da introdução e valorização do verde na paisagem. Esse novo modelo de praça ajardinada priorizava funções como o lazer e a contemplação.[28]

[28] As propostas sanitaristas, empreendidas nas principais cidades coloniais brasileiras, acarretaram importantes transformações na paisagem urbana. Em relação aos espaços públicos, destaca-se a introdução do verde como elemento estético configurando parques urbanos, passeios públicos e praças ajardinadas em substituição ao espaço vazio da praça tradicional. Ver SEGAWA, Hugo. *Ao amor do Público: jardins no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996.

PRAÇAS BRASILEIRAS – MODELOS

A composição formal da praça brasileira originou-se de dois princípios básicos, observados na estruturação das cidades coloniais: a praça derivada de uma composição orgânica e a praça formal. Essas praças representaram o espaço mais importante do cotidiano da colônia, permitindo que o caráter inerente de espaço coletivo, ponto de encontro e de reunião, manifestasse-se plenamente. Algumas praças, em especial, tornaram-se símbolos espaciais consolidando-se como referência na história das cidades brasileiras.

Esses conjuntos representam espaços citadinos que se destacaram na formação e desenvolvimento da memória urbana brasileira. Representam modelos distintos de espaços públicos, porém significativos, uma vez que demonstram usos e apropriações de espaços que refletem os costumes de uma sociedade em formação. Cidades como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outras, produziram conjuntos urbanísticos que fazem parte do nosso patrimônio histórico.

Marcos urbanos como a Praça Municipal e o Terreiro de Jesus, em Salvador, constituem as primeiras praças brasileiras a se destacar como espaços coletivos, representando centros vitais da cidade colonial. O Largo do Carmo, no Rio de Janeiro, a Praça da Sé, marco zero da cidade de São Paulo, a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, refletem a diversidade de praças que se formaram nas cidades brasileiras e correspondem a importantes princípios urbanísticos herdados da tradição portuguesa. Tais princípios foram gradativamente instituindo-se como modelos de espaços urbanos no processo de urbanização do nosso território. Das praças coloniais – centro político-administrativo local –-, às praças da República – centros irradiadores regionais –, à Praça dos Três Poderes – centro do poder nacional –, esses espaços constituem o reflexo de importantes períodos políticos.

A identificação de modelos espaciais, com seus distintos contextos urbanos, permite-nos estabelecer a trajetória da praça brasileira, bem como observar a permanência e a transformação de princípios urbanísticos perante a mudança no próprio conceito de cidade e de espaços públicos.

A PRAÇA DA CÂMARA E O TERREIRO DE JESUS - SALVADOR

A cidade de Salvador foi um dos principais núcleos urbanos do período colonial. Sua importância deve-se ao fato de ter sido pólo econômico e comercial do ciclo da cana-de-açúcar e sede da Corte portuguesa na Colônia. Sua fundação, como afirma SANTOS (2001:87), marcou o início de uma política centralizadora, instituída de forma decisiva pela Coroa portuguesa, e representou um momento de amadurecimento na história da formação das cidades brasileiras.[29]

Designado como primeiro governador, Tomé de Sousa foi o responsável pela construção da vila que se tornaria a sede administrativa da Colônia, seguindo determinações reais descritas no trecho do Regimento oficial:[30]

> Eu, el-rei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, que vendo eu quanto serviço de Deus, e meu, é conservar e enobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil, e da ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações...
> Tanto que chegardes à dita Bahia tomareis posse da cerca que nela está, que fez Francisco Pereira Coutinho, a qual sou informado que está ora povoada de meus vasalos...
> Tanto que estiverdes em posse da dita cerca mandareis reparar o que nela está feito e fazer outra cerca junto dela, de valos e madeira ou taipal, como melhor parecer, em que a gente possa estar agasalhada...
> **E assim sou informado que o lugar em que ora está dita a cerca não é conveniente para aí se fazer e estar a fortaleza e povoação que ora ordeno que se faça e que será necessário fazer-se em outra parte mais para dentro da dita Bahia** [...]. (grifos meus) [31]

---

[29] O Regimento de Tomé de Sousa, instituído por D. João III, estabeleceu a formação do Governo-Geral, em 17 de dezembro de 1548, substituindo o sistema de capitanias hereditárias. A formação de uma praça-forte ou fortaleza, no território colonial, foi uma das primeiras diretrizes do Regimento (SANTOS, 2001:47).
A chegada de Tomé de Sousa no território colonial deu-se na vila do Pereira (posteriormente Vila Velha), importante povoação estabelecida pelo donatário da Capitania da Bahia, Francisco Pereira Coutinho. Segundo FLEXOR (2001:104), uma das primeiras medidas tomadas por Tomé de Sousa foi a sua transferência para um lugar mais seguro. Situado no alto de uma colina, "sobre uma falha geológica que, por si só, constituía uma fortificação natural", fundou a cidade de Salvador.

[30] A criação de vilas e cidades no Brasil colônia ocorria após o consentimento do governo português, que a partir de ato jurídico fornecia "uma carta de lei": o "*Regimento*" ou o "*Foral*". Ambos continham normas jurídicas e administrativas, bem como instruções para a estruturação do poder local, escolha do sítio, e constituição da própria cidade (FERREIRA, 1986; e CAVALCANTI, 2004:23).

[31] Regimento Tomé de Sousa in *História administrativa do Brasil*. Rio de janeiro, DASP, v. 2, pp. 223-6 apud SANTOS (2001:48).

A cidade de Salvador foi alvo de uma atenção privilegiada, pois desde o início recebeu investimentos e apoio técnicos necessários à sua criação. A presença de profissionais portugueses – "mestres de obras *del* Rei" –, enviados para direcionar o desenvolvimento urbano, comprovava a estratégia adotada pelos portugueses, que visava a um maior controle na execução e orientação do plano da cidade.[32]

A composição urbana implantada apresentava semelhanças com o traçado da cidade de Lisboa, bem como das cidades de Goa e Damão[33], reproduzindo modelos urbanos predefinidos, como por exemplo o núcleo original desenvolvido na parte mais alta. Esse núcleo, por sua vez, era formado por uma malha regular, dentro de um perímetro trapezoidal, composta por quarteirões retangulares. (FIG. 85)

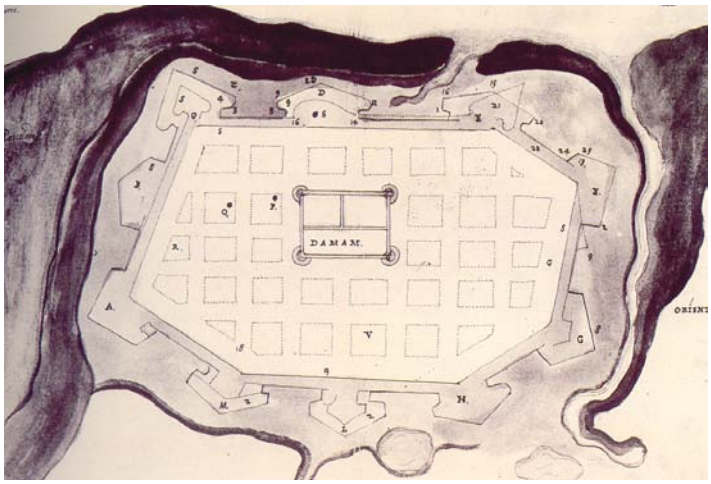


FIG. 85 – PLANTA DA CIDADE DE DAMÃO, 1560
Em destaque a praça central, com a da Casa dos Governadores, antigo forte.
FONTE: Revista Oceanos (janeiro/março 2000, n 41)

[32] Portugal tinha um cuidado especial com os territórios de posse da Coroa, deixando o desenvolvimento das outras capitanias a cargo dos seus proprietários. Em Salvador o responsável por esta política foi o mestre Luiz Dias, que para realizar tal tarefa recebera o título de "mestre das obras da fortaleza e cidade do Salvador". Sob a sua coordenação, e seguindo orientações da Coroa, estabeleceu a localização do núcleo original "no alto da colina" (REIS FILHO, 1995:17).
Luiz Dias era Cavaleiro da Casa Real, e fazia parte do grupo que acompanhou Tomé de Sousa na vinda para a Colônia. Este grupo era composto ainda por oficiais mecânicos, jesuítas, povoadores e mestres de diversas áreas (FLEXOR, 2001:104).

[33] Goa e Damão são cidades portuguesas construídas na Índia no séc. XVI. Em relação à semelhança do traçado de Salvador com outras cidades portuguesas ver: Mario Tavares Chicó, *A cidade ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia,* Lisboa, 1956; Ver também REIS FILHO (1995:20); ROSSA, org. (1998); TEIXEIRA (2000:16); e SANTOS (2001:92).

Apesar da aparente regularidade esboçada no desenho das ruas e quarteirões observados na planta da cidade, os aspectos topogeográficos do núcleo urbano impuseram certa irregularidade e diversidade paisagística, semelhante ao universo urbano medieval: ruas estreitas e íngremes, casas agrupadas formando conjuntos e, em destaque, os edifícios mais importantes. Na descrição de TEIXEIRA (2000:17), observam-se esses aspectos:

> O núcleo inicial da cidade alta, delineado por Luiz Dias, tinha um perímetro fortificado de forma trapezoidal, sendo constituído no seu interior por dois conjuntos de quarteirões de forma rectangular, mas de diferentes proporções. Um destes conjuntos era constituído por quarteirões que tinham a estrutura típica de quarteirões de cidades medievais planeadas: forma rectangular alongada, compostos por lotes urbanos dispostos paralelamente uns aos outros e que iam de uma a outra rua, alternadamente de frente e de traseiras. Os quarteirões do outro conjunto tinham uma forma mais quadrada e cada um deles era provavelmente composto por duas filas de lotes urbanos, dispostos costas-com-costas e virando-se para ruas opostas; estas já não se dispunham alternadamente, como ruas de frente e de traseiras, mas segundo hierarquias mais elaboradas e que tinham a ver com a sua articulação com outros elementos da malha urbana.[34]

Na planta da cidade de Salvador, de João Teixeira Albernaz, vê-se a cidade baixa, com a extensa rua conformada pelos sobrados e armazéns, e a cidade alta, ocupada por edifícios institucionais e sobrados, pertencentes aos proprietários rurais. (FIG. 86)



FIG. 86 – DETALHE PLANTA DA CIDADE DE SALVADOR – JÕAO TEIXEIRA ALBERNAZ, 1625

Formação tradicional de cidades litorâneas – cidade baixa e cidade alta. Na parte alta encontra-se o setor administrativo e o principal núcleo habitacional, e, na parte baixa, o setor portuário e mercantil

FONTE: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

[34] Na planta de Salvador de 1605, o perímetro fortificado descrito por TEIXEIRA (2000) aparece destacado em vermelho.

A cidade compunha-se de duas partes, com funções distintas: na parte alta, localizavam-se o setor administrativo e o principal núcleo habitacional, e, na parte baixa, o setor portuário e mercantil. Os primeiros edifícios construídos ocuparam a parte baixa da cidade (Armazém, ermida N. Sr.ª da Conceição, Alfândega e ferrarias), sendo posteriormente erguidos os edifícios da parte alta (o Palácio do Governo ou Casa dos Governadores, a casa da Audiência e da Câmara). Essas primeiras construções oficiais localizaram-se diante de espaços abertos, conformando posteriormente praças e terreiros.[35]

Observando a planta da cidade realizada em 1605, pode-se identificar três vazios que correspondem aos principais conjuntos urbanos da cidade: a praça da Câmara (ou praça Municipal), o Terreiro de Jesus (praça Grande) (X) e o adro da Igreja de Salvador (A). Estes espaços definiam, segundo análise de AZEVEDO (1998:57), dois setores importantes na origem da cidade: o "primeiro, fundacional, desenvolvido em torno do Largo do Paço, em que o traçado geométrico se ajusta a uma topografia muito acidentada, e o segundo, desenvolvido em torno do Terreiro de Jesus, seguindo uma quadrícula perfeitamente regular, que persiste até hoje".[36] (FIG. 86)

O conjunto representado pela Praça da Câmara constituía o núcleo social mais importante da cidade e, segundo MARX (1980:51), representou a primeira praça cívica brasileira. Apresentava um centro administrativo, onde se "reunia a Casa de Câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a Relação, os negócios da fazenda e a alfândega. No centro da nova cidade projetada, a praça marcava urbanisticamente o seu caráter de capital." [37] A presença do pelourinho (removido em 1618) reforçava sua importância no cotidiano da população. No seu espaço, ocorriam festividades cívicas e religiosas, encenações, paradas e desfiles.

---

[35] FLEXOR, M. H. e CÂMARA, M. P. de A. (2001:104). *A Praça municipal de Salvador* in TEIXEIRA, Manuel (coord.). A praça na cidade Portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

[36] AZEVEDO, P. O. "*Urbanismo de Traçado Regular nos dois primeiros Séculos da Colonização Brasileira – Origens"*, in ROSSA, W. (org.) *Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. O que Azevedo denomina Largo do Paço representa a praça Municipal.

[37] Existe certa controvérsia em relação à localização do edifício da Alfândega. FLEXOR, M. H. e CÂMARA, M. P. de A. (2001:105) discordam desta localização afirmando que "o próprio Luiz Dias as localizara na estreita faixa de terra à beira-mar". A justificativa seria a necessidade de a alfândega se localizar próximo à área do porto, "devido às dificuldades de transporte de cargas para o alto da montanha nessa época".

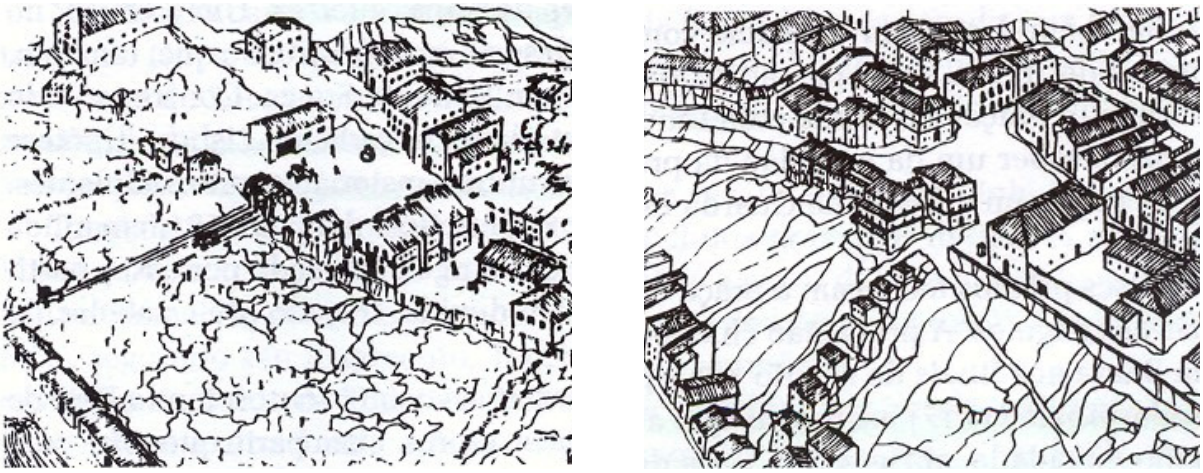


FIG. 87 – PRAÇA DA CÂMARA – DOIS MOMENTOS: 1580 E 1680
FONTE: A praça na cidade portuguesa (FLEXOR e CÂMARA, 2001)

Inicialmente denominada de Praça da Câmara, esse espaço desenvolveu a função de mercado, abrigando semanalmente uma feira, passando a chamar-se Praça da Feira. As diversas funções assumidas posteriormente pela praça influenciaram diretamente sua toponímia. Foi Praça de Mercado, Praça da Cidade, Praça da Parada, Praça do Palácio, Praça do Conselho e, em 1828, tornou-se Praça Municipal.[38]

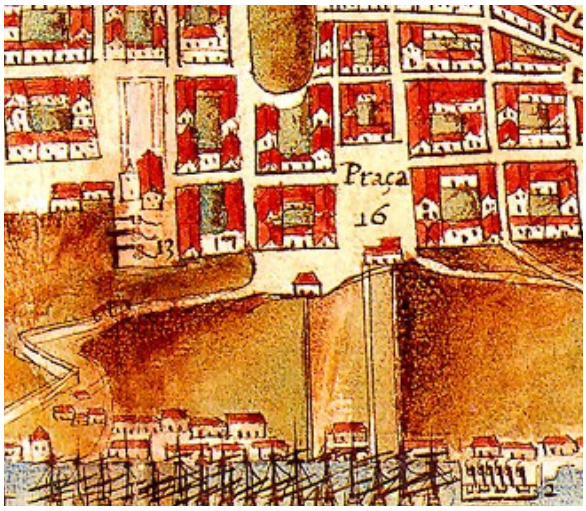


FIG. 88 – DETALHE DA PRAÇA MUNICIPAL,
Planta da cidade de Salvador, 1625

FONTE: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

[38] FLEXOR, Maria Helena e CAMARA, Marcos P. *A praça municipal da cidade de Salvador,* in TEIXEIRA, Manuel (coord.) A Praça na Cidade Portuguesa, Lisboa: Livros Horizontes, 2001, pp.103-4. Em relação às atividades da praça, Tomé de Sousa teria instituído a feira para realização de trocas entre portugueses e indígenas. Esta se tornou ponto de referência na estrutura urbana, até ser transferida para o Terreiro de Jesus: "em Salvador, centro de maior importância, realizava-se de início uma feira à beira-mar, na praia dos Pescadores e outra na praça da cidade, em frente à Câmara" (REIS FILHO, 2000:138).
A praça ainda mudaria de nome após a Proclamação da República, passando a chamar-se Praça Barão do Rio Branco, e, atualmente, Praça Tomé de Sousa.

A praça era aberta para o lado da baía, enquadrando a paisagem do mar e o horizonte. O cronista Gabriel Soares de Souza assim a descreve em fins do séc. XVI:

> **Está no meio desta cidade uma honesta praça**, em que se correm touros quando convém, em a qual estão da banda do sul umas nobres casas, em que se agasalham os governadores, e da banda do norte tem as casas do negócio da Fazenda, da alfândega e armazéns; e da parte leste tem a casa da câmara, cadeia e outras casas de moradores, com que fica esta praça em quadro e o pelourinho no meio dela, a qual **a banda do poente está desabafada com grande vista sobre o mar** onde estão assentadas algumas peças de artilharia grossa, donde a terra vai muito a pique sobre o mar ao longo do qual é tudo rochedo mui áspero.[39]

Essa descrição corresponde ao modelo de praça desenvolvido pela tradição urbanística portuguesa, mas reflete também um conceito idealizado desde a Antigüidade e explicitado na cidade vitruviana: o espaço político-administrativo da cidade.[40] Apesar de não ser a única praça da cidade, a Praça da Câmara consolidou-se como um dos espaços mais importantes do núcleo colonial.

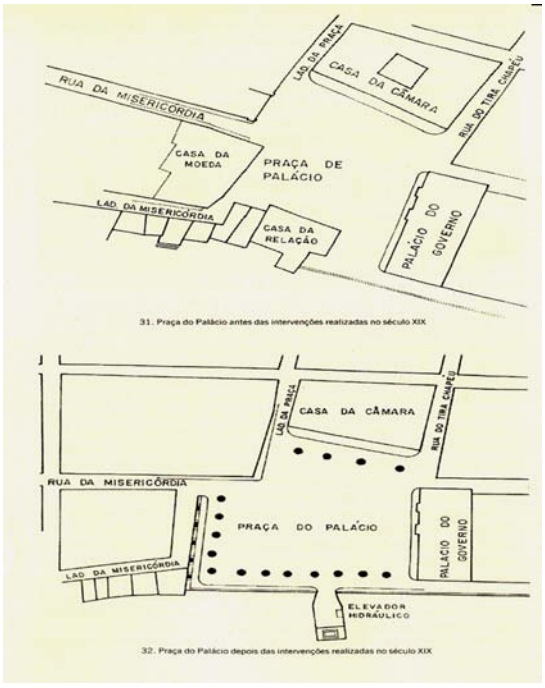


FIG. 89 – PRAÇA DO PALÁCIO
Dois momentos: antes e depois da intervenção do séc. XIX

FONTE: **Europa, França e *Bahia***
(PINHEIRO, 2002)

[39] Gabriel Soares de Souza, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938, 65. Apud FLEXOR, 2001:105.

[40] A relação entre as praças de tradição portuguesa e os princípios vitruvianos apresenta-se na p. 35. A praça da Câmara possui uma paisagem única, resultante da associação dos princípios urbanísticos portugueses aos aspectos compositivos do seu contexto paisagístico.



FIG. 90 – VISTA DA PRAÇA MUNICIPAL DE SALVADOR

FONTE: www.macalester.edu/.../ Templates/history.htm – jan/2006



FIG. 91 – PANORÂMICA DA PRAÇA MUNICIPAL DE SALVADOR (fins do séc. XIX)

FONTE: www.cidteixeira.com.br – jan/2007



FIG. 92 – PANORÂMICA ATUAL DA PRAÇA MUNICIPAL DE SALVADOR

FONTE: www.cidteixeira.com.br – jan/2007

Em termos formais, a Praça da Câmara de Salvador representou o modelo da praça colonial aberta. Sua conformação esboça a organização e a estrutura urbana das primeiras cidades coloniais litorâneas, cuja proximidade com a área portuária reforçava seu caráter de centro dominante na malha urbana. Situada na encosta e voltada para o mar, esse modelo reflete o momento político de dependência da metrópole portuguesa e a importância das relações ultramarinas.

Denominado Terreiro de Jesus, essa praça formava o segundo conjunto urbano mais importante da nascente cidade. Estava localizada em frente ao Colégio dos Jesuítas. Suas qualidades também foram destacadas por Gabriel Soares de Souza ao descrever a cidade: "um terreiro mui bem assentado e grande, aonde se representam as festas a cavalo, por ser maior que a praça, o qual está cercado de nobres casas. E ocupa este terreiro e parte da rua da banda do mar um suntuoso colégio dos padres da Companhia de Jesus, com uma formosa e alegre igreja, onde se serve o culto divino".[41] (FIG. 93)



FIG. 93 – DETALHE DO TERREIRO DE JESUS, 1625
FONTE: **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)**

Analisando a relação dos espaços públicos em Salvador, CARVALHO NETO (1991:124-5) destaca a importância dos dois conjuntos como centros simbólicos da cidade colonial. Observa-se que o Terreiro adquiriu, gradualmente, uma supremacia em relação à Praça Municipal, tornando-se o centro cultural da cidade. Os relatos e crônicas de jornais fornecem uma idéia da importância do ambiente e de seu caráter simbólico:

[41] SOUZA, 1938 apud REIS FILHO, 2000:137.

> Mais alguns passos e o visitante penetra no antigo Terreiro de Jesus, hoje Praça 15 de Novembro. [...] Foi testemunha das cenas de catequese, e, nos séculos XVII e XVIII, a Praça das Touradas e cavalhadas, tendo o Pelourinho da cidade existido aí outrora. Situam-se nesta Praça: A faculdade de Medicina desdobrada em anfiteatros e laboratórios. [...] Se algum lugar, no Brasil, se tivesse que escolher para ser considerado em todo o vigor da expressão, o berço da Cultura Brasileira, seria este, sem sombra de dúvida. Aqui, com os Jesuítas nasceu a primeira Escola e o primeiro Teatro. Educação e Arte brasileiras nasceram aqui. E também a Ciência Médica, com a instalação da primeira Faculdade de Medicina do Brasil.[42]

Ocupando um vasto espaço retangular, esse vazio cercado de sobrados imponentes conformava uma espécie de centro religioso da cidade.[43] Além do colégio, ali se instalaram o hospital militar, a Igreja dos Terceiros de São Domingos, a Irmandade dos Clérigos de São Pedro e, posteriormente, a Faculdade de Medicina.[44] Embora representasse uma extensão do ambiente religioso, sua vocação foi rapidamente diversificando-se, por possuir dimensões superiores àquelas da Praça da Câmara e se mostrar mais acolhedor.

Segundo CARVALHO NETO (1991:125), esse ambiente congregava dois aspectos importantes do universo citadino: a religiosidade e a cultura. Nas palavras do autor, "de fato, em torno daquela área desenvolveu-se um sentimento de intelectualidade e fé, como resultado da aliança jesuítica entre o Saber e a Doutrina. Nesse sentido, as procissões, as missas quotidianas (há cinco igrejas na área de influência da praça) e as reminiscências estudantis" marcavam fortemente o lugar como um dos principais pólos da cidade.

FIG. 94 – TERREIRO DE JESUS – PINTURA DE DIÓGENES REBOUÇAS
Era no Terreiro que ocorria a prática do footing, bem como as principais manifestações, como demonstrado na tela de Rebouças.

FONTE: http//www.facom.ufba.br/etnomidia/*jesus*
dez/2005



[42] CARVALHO NETO, I.de C.S. *Centralidade Urbana: Espaço & Lugar*. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 1991:125.

[43] O terceiro espaço coletivo importante da cidade colonial era representado pela Praça da Igreja, que juntamente com o Terreiro de Jesus, absorvia a vocação religiosa. Essa praça tornou-se basicamente uma praça religiosa.

[44] A Faculdade de Medicina instalou-se no edifício do Colégio, após a expulsão dos jesuítas do Brasil.

Em relação à sua morfologia, o terreiro, concebido “de raiz com uma geometria regular”, reproduzia o modelo de praça formal renascentista. Seu vazio significativo com a escala da cidade colonial proporcionava um excelente espaço de manifestações. A imagem abaixo comprova essa característica retratando um evento do calendário de festividades.[45]



FIG. 95 – TERREIRO DE JESUS “EXÉQUIAS DOS REIS DE PORTUGAL”, 1908

FONTE: www.cidteixeira.com.br – jan/2007

O Terreiro de Jesus ainda permanece como ponto de referência do centro histórico de Salvador. A sobrevivência desse *status* está relacionada ao fato de que sua estrutura é a mesma de origem, apesar do crescimento urbano da região. Sua organização espacial manteve-se quase inalterada, inclusive com a permanência das edificações religiosas, consolidando a identidade do conjunto urbano.



FIG. 96 – TERREIRO DE JESUS – BASÍLICA DE S. SALVADOR E DA FACULDADE DE MEDICINA

Observar o chafariz e os canteiros e jardins que ocupam o centro da praça

FONTE: Lembranças do Brasil (GERODETTI e CORNEJO, 2004)

[45] Observam-se aqui os canteiros e jardins introduzidos posteriormente, e que modificaram o caráter de vazio original. O ajardinamento de praças foi uma prática bastante difundida no séc. XIX.



FIG. 97 – VISTA ATUAL DO TERREIRO DE JESUS
Sua configuração original permanece quase intacta, na história da cidade
FONTE: Patrimônios da Humanidade no Brasil (TIRAPELLI, 2001)



FIG. 98 – NÚCLEO HISTÓRICO DA CIDADE DE SALVADOR, 2006
Em destaque, atual Praça Tomé de Sousa e Terreiro de Jesus
FONTE: www.googlearth – julho/2006

A Praça Municipal e o Terreiro de Jesus correspondem, na história da praça brasileira, a um dos primeiros espaços coletivos significativos do período colonial. Como afirma MARX (1980:28), esses espaços representaram as "maiores concentrações de vida e privilégio nas cidades", constituindo verdadeiros pólos de atração no tecido urbano. No universo colonial, as praças, com seus conjuntos urbanos, eram sinônimos da vida pública e representavam o centro vital da estrutura urbana.

O PAÇO IMPERIAL (O LARGO DO CARMO)

RIO DE JANEIRO

> Se Salvador foi a fortaleza-forte que centralizou a defesa da costa nordeste, Rio de Janeiro foi o castelo que exerceu funções idênticas para a costa sul. Ambas as cidades se criaram para atender a razões predominantemente políticas e militares (SANTOS, 2001:94).

O núcleo urbano do Rio de Janeiro estabeleceu-se por volta de 1565. Esse núcleo, fundado por Estácio de Sá, localizava-se no território compreendido entre o Morro do Cara de Cão (Urca) e o Pão de Açúcar. Constituía-se de um núcleo precário, porém estrategicamente situado na região da baía de Guanabara, donde serviu de posto crucial de vigilância contra as freqüentes investidas francesas. As condições geográficas adequadas à construção de uma cidade propiciaram o desenvolvimento rápido da região, transformando-a em importante centro para a Corte Portuguesa.[46]

A origem da cidade foi marcada pelas invasões francesas e pelos esforços de retomada que se estenderam por um longo período. Foi sob o comando de Estácio de Sá que a expulsão dos invasores obteve êxito e que o primeiro núcleo urbano foi edificado.[47]

As primeiras diretrizes urbanas foram ditadas pelo próprio Governo português, cuja intenção era de reafirmar a política de controle das cidades consideradas estratégicas.[48] A escolha da localização definitiva do Morro do Castelo para implantação da cidade, ocorreu sob as ordens de

---

[46] As tentativas francesas de se estabelecer no território português tiveram início por volta de 1504, quando o Capitão Binot Paulmier de Gonneville habitou a região de Santa Catarina, em São Francisco do Sul. Liderados por Nicolas Durand Villegaignon, tentaram instalar-se na região da Baía de Guanabara, entre 1555 e 1567. Em 1612, fundaram a colônia de Saint Louis, na região do atual estado do Maranhão. Em 1710, voltariam a perturbar a cidade do Rio de Janeiro em uma frustrada tentativa de saque. E por fim, em 1711, uma invasão, comandada pelo corsário René Dougay-Trouin, acabou em saque e prejuízos para a cidade do Rio.

[47] Estácio de Sá faleceu em batalha, sendo substituído pelo seu tio, Mem de Sá, que estabeleceu a governança e ergueu a cidade (SANTOS, 2001:95).

[48] Essa postura seria reforçada com a descoberta de ouro, no final do séc. XVII, e implicaria a formulação de um programa por parte da Coroa Portuguesa. O ciclo do ouro contribuiria de forma direta para a reestruturação geral do panorama urbano brasileiro, acarretando não só o deslocamento do centro do poder político, mas também a busca pela afirmação de posse da terra. DELSON (1997:9) afirma que a política portuguesa de ocupação das regiões interioranas do Brasil seguiu um programa legislativo, que redefiniu o direito sobre a terra, ampliando a autoridade real e possibilitando o desenvolvimento de núcleos urbanos.

Mem de Sá, em 1567, que se encarregou de mandar construir os muros, os baluartes, bem como os principais edifícios institucionais:[49]

> Escolhi um sítio que parecia mais conveniente para edificar nele a cidade de São Sebastião o qual o sítio era de um grande mato espesso cheio de muitas árvores e grossas em que se levou assaz de trabalho em as cortar e limpar o dito sítio o edificar uma grande [...] toda cercada de muro por cima com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia. E fiz **a igreja dos padres de Jesus** onde agora residem telhada e bem cortada, e **a sé** de três naves também telhada e bem cortada, fiz **a casa de câmara** sobradada telhada e grande, **a cadeia, as casas dos armazéns e para a fazenda** de sua alteza sobradadas e telhadas e com varandas, dei ordem e favor ajuda com que fizessem **outras muitas casas telhadas e sobradadas** [...].[50] (grifos meus)

Dessa primeira formação, uma paisagem configurou-se em torno de alguns marcos visuais, como a fortaleza de São Tiago, a igreja de São Sebastião, a casa dos Governadores da capitania, a casa de Câmara e a cadeia pública, o pelourinho, os armazéns do rei e o Colégio dos Jesuítas. A imagem ao lado reconstitui essa formação inicial. (FIG. 99 e 100)

Analisando a formação desse núcleo inicial, SISSON (2000:1) destaca a importância da típica implantação portuguesa na encosta de morros, originando marcos religiosos "como focos de articulação do espaço urbano":[51]

> Em lugar do acato a antigas normas, fixando o altar ao oriente de eixo litúrgico direcionado de oeste para leste, sua presença na paisagem primou por conteúdos expressivos obtidos através de magistral implantação em quadro natural privilegiado, compatível com a vocação lusa secularmente manifestada no trato do espaço em suas diferentes escalas.
>
> Impotentes volumes em encostas voltadas para a cidade, vendo e sendo vistos, foram implantados por beneditinos e franciscanos nos morros de São Bento e de Santo Antônio, e pelos jesuítas, no Castelo efeito acompanhado pelo palácio episcopal, no morro da Conceição.

A partir desse novo núcleo, a cidade começou a expandir-se em direção à várzea, em busca de terrenos mais firmes, uma vez que os solos argilosos do núcleo original não possibilitavam o crescimento da cidade. Os eixos principais dessa expansão iniciaram-se com a ligação do morro

---

[49] Segundo SANTOS (2001:95), a opção pelo sítio elevado confirma a tradição do urbanismo português pela preferência em assentar núcleos urbanos em regiões de encostas.

[50] Ver Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXVII (27), p. 136.

[51] SISSON, R. *Rio de Janeiro de D. João VI como Etapa na Formação da Cidade Contemporânea*. Rio de janeiro: I.H.P., http//:www.ihp.org.br/docs/ress20000103.htm, 2000 – jan/2006

com a região do porto, formando as ladeiras da Misericórdia, do Castelo e do poço do Porteiro (ou da Ajuda).[52]





FIG. 99 e 100 – MORRO DO CASTELO - NÚCLEO ORIGINAL DA CIDADE . DESENHO E MAQUETE, 1567
FONTE: www.almacarioca.com.br/index.htm - jan/2006 e www.geocities.com – jan/2007

O grande complexo [...], com muitas janelas, era o conjunto dos jesuítas, com escola, hospício e igreja. A outra igreja era a Sé. Na sua frente o fortim chamado de Baluarte de São Januário. Na várzea temos, na ponta do Calabouço, o forte de São Tiago, e os primeiros prédios da Santa Casa, o qual englobava a igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso, a única de pé até hoje. O tecido urbano já começa a se espraiar. Temos, como ruas traçadas, as seguintes [...]: A direita da foto temos a ladeira do Poço do Porteiro ou do Seminário, saindo do lado da Sé e se dirigindo a atual Cinelândia. Terminava mais ou menos onde hoje é a Biblioteca Nacional. À esquerda temos a ladeira da Misericórdia, da qual ainda sobra um pedaço junto à Santa Casa. Dirigindo-se para baixo da foto temos a ladeira do Castelo, que já na várzea se conecta com a rua São José, e rua da Misericórdia através do beco do Cotovelo. A rua da Misericórdia começava aos pés da ladeira do mesmo nome e iria se conectar mais a frente com a rua Direita **(André Decourt).**

[52] SANTOS, P., 2001:97. Esses focos de expansão desenvolveram-se segundo pontos importantes como a Capela de Nossa Senhora da Conceição, ocupada pelos beneditinos a partir de 1590; o morro do Santo Antônio, ocupado pelos frades carmelitas a partir de 1591 e repassados aos franciscanos em 1607; a Igreja e Colégio dos Jesuítas; a Sé e a Igreja de São Sebastião; o Hospital da Misericórdia, e a Casa de Câmara e Cadeia, erguida em torno de 1639, na parte baixa, na rua de Misericórdia, esquina com rua da Assembléia. Ver PEREIRA, S.G. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da Identidade Carioca.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

O processo de crescimento em direção à várzea foi estruturando caminhos e passagens, os quais constituíram as primeiras ruas da malha viária: caminho Manuel Brito (rua Direita), caminho de Santa Luzia, caminho da Carioca (rua da Glória), caminho de Capueruçu (rua do Areal), caminho do Engenho dos Padres (rua dos Barbonos), caminho da Bica (rua do Riachuelo), rua Antônio Nabo (São José) e rua da Ajuda.[53]

O crescimento da cidade desencadeou uma reorganização da malha urbana, dando origem a uma nova centralidade, estruturada em torno do núcleo formado pelas ruas da Misericórdia e da Direita. A mudança de centralidade para a região da várzea veio acompanhada de intensas reformas que duraram cerca de 200 anos após sua fundação: desmatamentos, obras de saneamento, terraplenagens e aterramento de lagoas. A partir dessas duas artérias, novas ruas paralelas e perpendiculares surgiram, estabelecendo um traçado regular, como se pode observar na planta da cidade. (FIG. 101)

Ao longo do séc. XVI, a cidade foi gradativamente definindo seus espaços públicos e edificando sua estrutura administrativa e religiosa: surgem o Convento do Carmo e a Ermida de Nossa Senhora do Ó e, posteriormente, a nova Casa da Câmara e Cadeia, a Casa da Moeda, os Armazéns do Rei, e a Casa dos Governadores. Um espaço se destacaria na paisagem, constituindo um belíssimo conjunto arquitetônico: o Largo do Carmo – "primeira praça formada na várzea" e centro da cidade colonial.[54]

Quanto à sua configuração formal, a praça reproduzia o modelo de espaço aberto semelhante à composição da Praça da Câmara de Salvador: espaço retangular emoldurado pelas edificações administrativas. Voltada para o mar, a praça evidenciava as atividades portuárias que ali se desenvolviam.[55]

---

53 CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa à chegada da Corte.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. A perda progressiva de *status* que ocorreu com o morro do Castelo após a conquista da várzea só seria "assegurada graças aos jesuítas" que aí permaneceram até a expulsão da Ordem, por volta de 1760. O colégio passaria, então, a sediar o Hospital Militar.
A região do Morro sofreria um processo de degradação marcado pela sua demolição em 1922. Nesse momento, o antigo centro da cidade colonial estaria sendo ocupado, sobretudo por residências encortiçadas, "estalagens e casas de cômodos" (PEREIRA, 1996:72).

54 Segundo PEREIRA (1995:72), em meados do séc. XVIII, a Casa de Câmara e Cadeia seria transferida para o Largo do Carmo, cedendo o edifício ao Tribunal da Relação.

55 A partir da descoberta do ouro, na segunda metade do séc. XVIII, intensificam-se as atividades portuárias na cidade do Rio de Janeiro.



FIG. 101 – PLANTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO de JOÃO MASSÉ, 1714

Em destaque o novo núcleo formado pela Rua da Misericórdia e Direita, e pela praça central.

FONTE: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

Nos dois séculos seguintes, a cidade colonial continuaria a expandir-se, em um processo de transformação constante. Em 1720, o Brasil torna-se vice-reino de Portugal e, no contexto das mudanças políticas empreendidas pela Corte, ordena-se a transferência da sede administrativa de Salvador, fato que só ocorre em meados do séc. XVIII, com a escolha da cidade do Rio de Janeiro para substituir Salvador.[56]

O novo *status* adquirido pela cidade do Rio de Janeiro – capital do vice-reinado – reforçou seu prestígio. Ela era à época o maior núcleo português da América. Essa mudança desencadeou uma série de intervenções no espaço urbano, esboçando a intenção de criar-se uma paisagem "digna de uma cidade-capital".[57] Essa preocupação tinha fundamento, pois a cidade apresentava uma fisionomia típica de um núcleo colonial edificado sobre o morro. Analisando a paisagem do Rio setecentista, SEGAWA (1996:78) descreve essas características:

---

[56] Esse período corresponde à administração do Marquês de Pombal, então ministro de D José I. Pombal foi o responsável por uma política de desenvolvimento urbano que criou um programa de reformas e intervenções nas cidades portuguesas. Em relação à colônia, Pombal foi totalmente favorável ao desenvolvimento de vilas no interior, implantando uma "política urbanizadora, como medida de controle e dominação da população" (REIS FILHO, 1995).

[57] Ver: BACZKO, B. "*Une Ville Nommée Liberté – L'Utopie et la Ville*". in *Lumières de L'Utopie*. Paris: Payot, 1978, que analisa a simbologia que envolveu as cidades-capitais do séc. XIX. Ele aponta para as representações isomórficas das cidades utópicas e o caráter simbólico que essas cidades concretizaram através do desenho arquitetônico. Baczko descreve tais cidades compostas de grandes e largas avenidas entrecortadas por praças "circulares ou quadradas". Essas praças constituíam lugares de festas e de alegria, lugares de destaque na paisagem, pontos centrais. Outro mito que se consolidou como modelo espacial das capitais foi a valorização do traçado regular como metáfora da harmonia social e da "ordem perfeita".

> A cidade não era muito mais do que isso: um núcleo que se caracterizava visto do mar pelo perfil de morros coroados de edifícios, que se destacavam de longe na paisagem. A cidade não era muito mais do que isso: um aglomerado organizado com uma lógica militar, apertado e intrometido por entre e sobre elevações [...] com seus habitantes enfrentando a pestilência e a dificuldade de ocupar as baixadas alagadiças.

Nos panoramas da cidade do Rio, realizados no sécs. XVII e XVIII, pode-se observar a paisagem descrita por SEGAWA (1996) e que também aparece em relatos da época, bem como as transformações urbanas introduzidas. No panorama de Froger visualizam-se os marcos religiosos – a Catedral (F), o colégio dos Jesuítas (D) e o Mosteiro de São Bento (B).

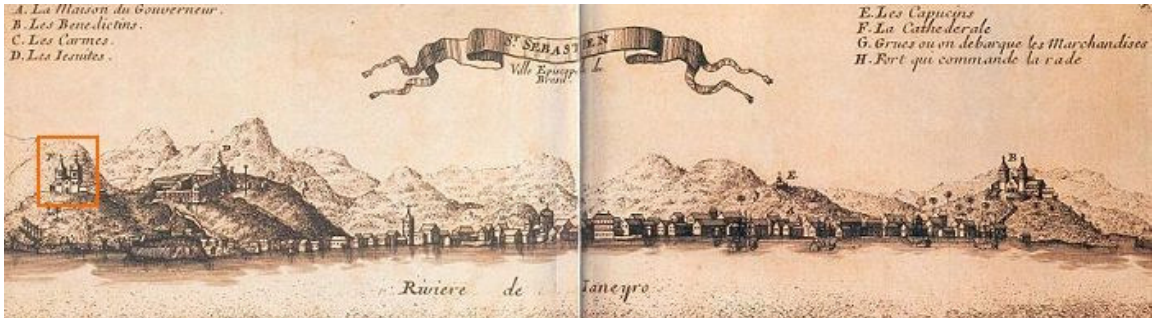


FIG. 102 – PANORAMA DO RIO DE JANEIRO – DE FRANÇOIS FROGER, 1695
FONTE: www.acmerj.com.br/ CMRJ_HIST.htm – jan/2006

No panorama de Luís S. Vilhena, quase um século depois, a cidade possui ainda semelhante paisagem. Algumas modificações podem ser observadas, como a área do Largo do Carmo, onde se visualizam os edifícios da Casa da Moeda e dos Armazéns do Rei.



FIG. 103 – PANORAMA DO RIO DE JANEIRO – Aquarela colorida atribuída a Luís dos Santos Vilhena, 1775
A cidade se modernizava com as obras do Marquês do Lavradio [58]
FONTE: www.geocities.com/ nunes_garcia/JM_P_Rio.htm (jan/2006)

[58] D. Luís de Almeida S. Portugal S. A. M. S. e Mascarenhas, conhecido como 2º Marquês do Lavradio, foi nomeado vice-rei em 1769 e permaneceu no cargo por 10 anos.

Por volta de 1780, durante o governo de Luís de Vasconcelos e Sousa, ocorreram novas intervenções com o intuito de dar continuidade ao programa de melhorias da cidade. Organizou-se um programa de infra-estrutura militar e urbana, com a construção da alfândega, a remodelação do cais, obras de aterros e implantação de equipamentos urbanos (chafarizes). Essas intervenções iriam configurar uma nova fisionomia, substituindo a imagem de "aglomerado urbano medíocre".[59]

Foi, contudo, no início do século seguinte, com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, que a cidade passou por uma intensa transformação, sobretudo dos seus espaços públicos mais significativos.

O LARGO DO PAÇO

Espaço estratégico no traçado da cidade, o Largo do Carmo surgiu a partir da formação da rua Direita, "quando a cidade recém-fundada desceu do morro do Castelo para se espraiar pela várzea entre este morro e o de São Bento". De início, era um espaço amplo, um grande vazio que foi tomando forma, conformado pelos edifícios que ali se instalaram; denominava-se *Várzea de Nossa Senhora do Ó.* Como descreve FERREZ (1978:9)[60], o nome *Terreiro do Carmo* surgiu em função do Convento do Carmo que ali se instalou:

> Em 1619 os frades Carmelitas iniciaram a construção do seu convento ao lado da antiga ermida de N. Sra. do Ó, que ficava no local onde hoje se ergue a ex-Catedral, e que fora dos Beneditinos, passando a servir de capela aos Carmelitas. Sucessivos despejos e aterros formaram, com o tempo, um espaço amplo em frente ao convento que passou a se chamar terreiro do Ó, terreiro da Polé e terreiro do Largo do Carmo" [61].

Em princípio, como assinala MARX (1980:50), os largos serviam como extensão de Igrejas e Conventos e abrigavam inúmeras atividades. Semelhante uso pode ser observado no espaço do Largo do Carmo, cuja função original confirmava essa prática social: procissões e festas religiosas.

---

[59] Na análise de SEGAWA (1996:79), a localização estratégica do porto e a passagem do ouro contribuíram para as reformas introduzidas na cidade pelos vice-reis que atuaram no séc. XVIII. Dentre as diversas obras arquitetônicas e urbanísticas que foram implementadas destaca-se a atuação de D. Luís de Vasconcelos e Souza (1779-90) responsável pela construção do Passeio Público no Rio de Janeiro.

[60] Ver FERREZ, G. *A Praça 15 de Novembro antigo Largo do Carmo*. Rio de Janeiro: RIOTUR, 1978.

[61] A denominação de Polé fazia referência ao pelourinho que durante certo tempo ficou instalado no largo e posteriormente foi removido para o Rossio Pequeno (atual Praça Tiradentes). Ver: http//:www.pacoimperial.com.br/enterhtm/histórico.

O perfil do Largo começou a transformar-se com a mudança da sua configuração espacial, empreendida no final do séc. XVII. A construção de novos edifícios, como a Casa da Moeda[62] e os Armazéns del Rei, iria emoldurar o vazio do largo, criando um cenário particular. A partir de então, esse conjunto urbano tornar-se-ia o "logradouro [...] mais representativo da cidade", emoldurando o "segundo conjunto de marcos instauradores de centralidade".[63]

Em meados do séc. XVIII, o Governador Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, resolveu construir um novo edifício para sediar a Casa dos Governadores e encomendou o projeto ao Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim. Iniciava-se então uma série de reformas que iriam conferir ao Largo o título de espaço cívico da cidade.

A remodelação de Alpoim, visível na planta de 1750, correspondeu à construção da casa do Governador, na área ocupada pelos Armazéns del Rei e da Casa da Moeda. O edifício reinava imponente. Com feições semelhantes aos sobrados portugueses, destacava-se na paisagem da cidade colonial. A fachada principal contemplava o mar e a lateral conformava uma parede voltada para o largo.

Como parte do processo de embelezamento do largo, Alpoim projetou um conjunto de casas no lado norte e introduziu um novo equipamento urbano, o chafariz. O conjunto de casas pertencente à família Teles de Meneses, de risco do próprio Alpoim, atendia às exigências do proprietário que pretendia regular a simetria da praça. Em relação à configuração morfológica introduzida no largo, este adquiriu uma maior regularidade, estruturando mais precisamente seus limites e eixos de perspectivas. Alpoim ordenou visualmente o espaço a partir do chafariz[64], inserido no centro do largo, e das edificações laterais. (FIG. 104 a 106)

---

[62] Após o surgimento do Convento, os Carmelitas resolveram construir algumas edificações no seu entorno, e para isso escolhem o logradouro situado em face. Tais edificações seriam ocupadas pela Casa da Moeda. Por trás destas e fazendo face para a praia, situavam-se os Armazéns do Rei. Esse conjunto delimitava o lado sul do terreiro.

[63] SISSON, 2000:1. Observa-se que essa configuração de praça aberta voltada para o mar reproduz o modelo da Praça da Câmara, em Salvador. Destaca-se na formação do *largo* sua origem como espaço religioso, diferentemente da *praça* em Salvador cuja origem foi a função cívica.

[64] Ver: LEBIGRE, A. M. S. *O papel do estrangeiro na formação e transformação da área central e pericentral do Rio de Janeiro.* Scripta Nova. III Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio). *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona* N. 94 (61), 1 de agosto de 2001.
LEGIBRE (2001) relata que o projeto do chafariz, assim como a remodelação do Largo, foi idealizado por Alpoim e "aprovado pela câmara da cidade". Enviado ao *Concelho Ultramarino,* este seria rejeitado "tanto em sua solução técnica quanto em sua estética". O Concelho, sob aprovação do Rei, encaminharia o encargo ao sargento-mor Charles Martel, então residente no reino. O novo chafariz seria então reprojetado por Martel e confeccionado em Lisboa. Alpoim seria responsável apenas pela montagem das peças. Comenta ainda que este fato explicitava bem o tipo de controle que a Coroa exercia sobre qualquer intervenção realizada na Colônia.



FIG. 104 – PLANTA DE ANDRE VAZ FIGUEIRA, 1750

Observa-se o crescimento da cidade em direção aos limites mostrados na planta de 1714. Em destaque o Largo do Carmo, já remodelado e o Largo da Igreja do Rosário (segundo Figueira, "a igreja que serve de Sé").

FONTE: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)

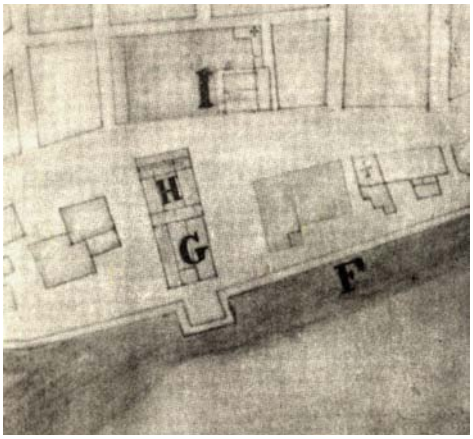




FIG 105 E 106 – LARGO DO PAÇO, 1713 E 1750

As imagens acima mostram em planta o desenvolvimento do conjunto do terreiro: um primeiro momento, onde predominam na paisagem os edifícios do convento, a casa da moeda e os armazéns (respectivamente I, H, G); e um segundo, após a remodelação do terreiro do Carmo, realizada pelo brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim em 1743, encontram-se presentes o convento, a casa do Governador, um conjunto de casas e o chafariz (respectivamente E, g, e).

FONTE: A praça XV de Novembro (G. FERREZ, 1978)

Se por um lado essa intervenção seria responsável por uma nova estrutura formal, por outro modificaria o uso prioritário do espaço. A construção da Casa dos Governadores marcaria a instalação do poder secular no largo do Carmo, transformando sua função original: de espaço religioso, passa a abrigar também funções cívicas. Esse fato, como afirma SISSON (2001:2), "contribuiu em definitivo para formalizar sua centralidade político-administrativa" e reafirmar seu papel como local símbolo da cidade colonial:

> A centralidade do largo do Paço – elemento focal símbolo de um distrito, irradiando sobre este sua influência – deu-se então sobre duas unidades espaciais concêntricas, a cidade e o território para o qual o Rio de Janeiro era sede governamental.

O panorama de D. Miguel Ângelo Blasco mostra esse novo cenário, composto pelo grande vazio do largo, delimitado pelas edificações e com a presença do primeiro chafariz ao centro. O vazio aberto para o mar apresentava-se como a sala de visita da cidade da *Várzea,* ao mesmo tempo em que destacava o contraste visual com a malha edificada. Essa paisagem encontra-se bem exemplificada também no panorama de Luís Vilhena, onde o Largo do Carmo encontra-se no centro da composição pictórica. (FIG. 103)

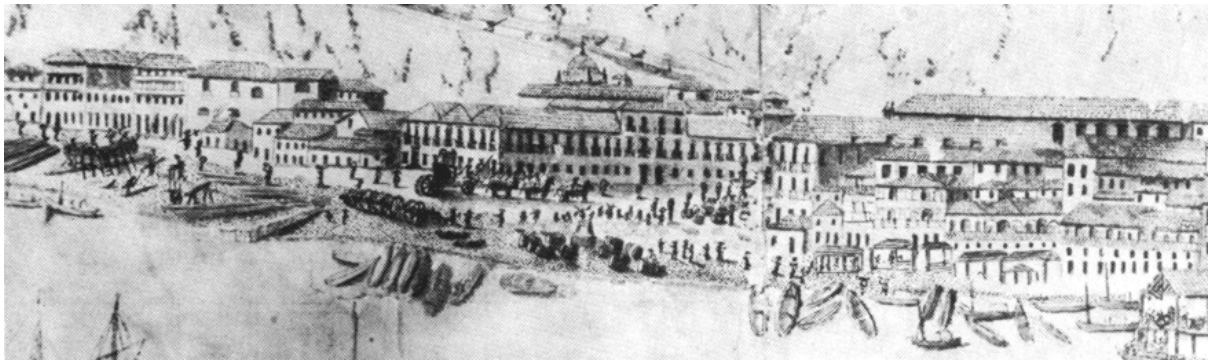


FIG. 107 – DETALHE PANORAMA DO RIO DE JANEIRO – MIGUEL ÂNGELO BLASCO
Observar o primeiro chafariz no cento da praça
FONTE: A praça XV de Novembro (G. FERREZ, 1978)

Após a transferência da sede administrativa para o Rio de Janeiro, em 1763, o Largo tornou-se novamente alvo de intervenções. A Casa dos Governadores transformou-se em Paço dos Vice-Reis – o edifício "*mais importante do poder civil colonial*". O prédio ganharia mais um andar, com doze janelas voltadas para o Largo. Melhorias urbanas seriam acrescentadas e um novo chafariz seria projetado para possibilitar a apropriação do espaço central. Na descrição de SISSON (2001:3), percebe-se o cuidado estético com o conjunto urbanístico e arquitetônico do Largo e do seu entorno:

> Até fins do Setecentos, medidas edilícias e urbanísticas incluíram melhorias na iluminação pública, aterro de pântanos, construção de pontes, exigências de sobrados à frente das edificações. O vice-rei Luiz de Vasconcelos fez construir o Passeio Público, obra inovadora de urbanização e saneamento, destinada ao lazer da população, [...].
> Em 1789, e para favorecer paradas militares, foi também calçado o largo do Paço, substituindo-se o antigo chafariz por outro a beira-mar, engastado no centro do novo cais de "pedra lavrada, com peitoris, e assentos, [...] com três escadas para o mar e uma rampa.

A aquarela de Richard Bate mostra o Paço dos Vice-Reis (acrescido do terceiro andar), o conjunto do Teles, ao fundo, o convento do Carmo, a Capela Real e a igreja da Ordem Terceira e, no primeiro plano, o novo chafariz, de autoria de Mestre Valentim.[65] (FIG. 108 a 111)

Essas transformações não apenas alteraram o cenário do Largo, mas também possibilitaram o surgimento de novas funções, além daquelas existentes, como as atividades do cais do porto. O Largo, além de sediar as atividades religiosas e cívicas, abria-se agora para o comércio e para as atividades militares.



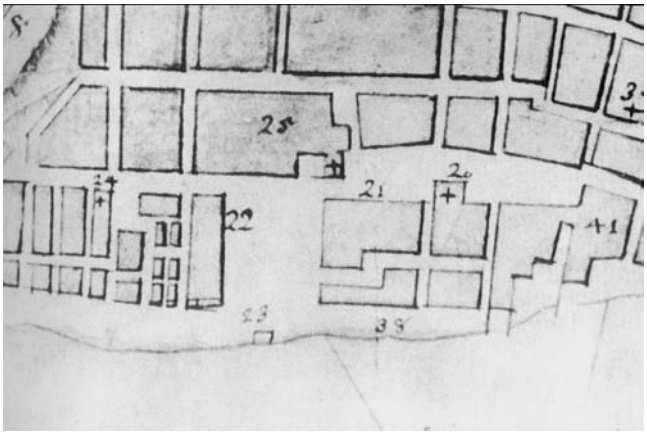
FIG. 108 – ANTIGO PALACIO DOS VICE-REIS, ATUAL PAÇO IMPERIAL
FONTE: www.klepsidra.net/klepsidra23/lavradio.htm - jan/2007

[65] A substituição do chafariz circular e a remodelação do cais seriam realizadas sob a administração do Vice-Rei Luís de Vasconcelos. A obra do Brigadeiro Jacques Funk consistia na remodelação do cais. Este, por sua vez, fora realizado em cantaria aparelhada, contendo rampas de embarque e escadas simétricas localizadas nas laterais do chafariz. Situado no cais, o novo chafariz, de autoria de Mestre Valentim, formava um belo conjunto de base quadrada e escadaria. Executado em Lisboa, o conjunto em pedra lioz era abastecido por um cano ligado ao chafariz do Largo da Carioca (FERREZ, 1978:11).



FIG. 109 – LARGO DO PAÇO – AQUARELA DE RICHARD BATE, 1808

FONTE: A praça XV de Novembro (G. FERREZ, 1978)



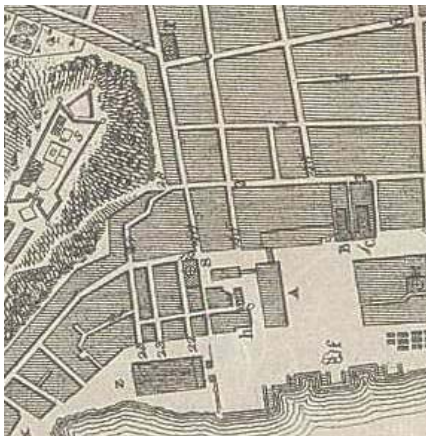


FIG. 110 e 111 – LARGO DO PAÇO – PLANTA LUIS DOS SANTOS VILHENA e DETALHE DA PLANTA R. J., 1808

Nestas plantas já aparece o conjunto dos novos edifícios, bem como o local designado para o novo chafariz (23).

FONTE: A praça XV de Novembro (G. FERREZ, 1978)

e www.brazilbrazil.com/ oldnew.html/ - jan/2006



FIG. 112 – REVISTA MILITAR NO LARGO DO PAÇO – PINTURA ATRIBUÍDA A LEANDRO JOAQUIM
FONTE: Revista Oceanos (ABRIL/JUNHO, 2000)

A nova composição estética do Largo nos remete a outro importante território de origem portuguesa: o Terreiro do Paço da cidade de Lisboa (FIG. 114 e 115). Sua configuração espacial, como destaca PEREIRA (1996:76), apresentava uma semelhança notável à posição paisagística do Largo do Paço:

> Esta comparação pode ser reforçada pelo confronto da inserção urbanística do Largo do Paço no Rio de Janeiro e a do Terreiro do Paço de Lisboa. A Baixada lisboeta era delimitada ao sul pelo rio Tejo, a leste pelas colinas de São Francisco, sendo a trama viária irregular que a recobria substituída, com a reconstrução da cidade feita pelo Marquês de Pombal após o terremoto de 1775, por traçado ortogonal, enquadrando o grande terreiro à beira-rio. Configuração semelhante existiu no Rio de Janeiro, com a várzea localizada entre o alinhamento dos morros do Castelo e Santo Antônio ao sul, de São Bento e Nossa Senhora da Conceição ao norte, pelo litoral a leste, junto ao qual se abria o Largo do Paço.

FIG. 113 – LARGO DO PAÇO, RIO DE JANEIRO, 1767

FONTE: Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial (REIS FILHO, 2000)







FIG. 114 e 115 – TERREIRO DO PAÇO, ATUAL PRAÇA DO COMÉRCIO, LISBOA
FONTE: www.googleearth – ago/2006 e
Town and Square: from the Agora to the Village Green (ZUCKER, 1959)

A localização do Largo contribuiu diretamente para que ele desempenhasse um papel de "centro afetivo da cidade". Na análise de PEREIRA (1996:74), o Largo, conformado pelas ruas da Misericórdia e Direita, "não apenas polarizava as principais edificações significantes do poder colonial, como se localizava exatamente no ponto de confluência dos mais importantes caminhos da cidade [...]. Por reunir essas duas características – concentração de edificações representativas da autoridade colonial e confluência de caminhos importantes –, o Largo passou a representar o *nó* da cidade. "Nenhum outro conjunto edificado até princípios do séc. XIX teve representatividade para o Rio de Janeiro comparável ao Largo do Paço e suas vizinhanças imediatas".

Em relação às práticas sociais que se desenvolveram no Largo do Paço, PEREIRA (1996:76) observa que o papel fundamental desempenhado pelo uso múltiplo do espaço vai conferir à cidade um caráter único:

O movimento fica mesmo por conta do porto e suas embarcações e por conta da própria movimentação dos seus usuários no espaço livre. Local de intensa tramitação, pelas inúmeras funções que abrigava, acesso ao porto, ao Paço, aos Carmelitas, o Largo do Carmo era também grande mercado de trabalho informal, sobretudo de vendedores ambulantes, e também local de lazer pela sua grande possibilidade de engendrar encontros e divulgar novidades.

Nas pinturas de Debret, observam-se cenas cotidianas de uma cidade efervescente. O cenário é o Largo do Paço.[66] (FIG. 116 e 117)



FIG. 116 – BARBEIROS AMBULANTES (DEBRET)

FONTE: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (DEBRET, 1989)



FIG. 117 – REFRESCOS DO LARGO DO PALÁCIO (DEBRET)

FONTE: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (DEBRET, 1989)

[66] O artista Jean Baptiste Debret, membro da Missão Artística Francesa, representou um viajante distinto daqueles que retrataram o Brasil no séc. XIX. Elaborando "cena a cena" a sociabilidade urbana de uma sociedade composta pela diversidade de tipos humanos, Debret representou em sua obra essa pluralidade de personagens – atores sociais – que habitavam a cidade carioca. A Missão Artística Francesa tinha como objetivo "o ensino artístico no Rio de Janeiro nos moldes do Liceu de Artes e Ofícios ou da Academia de Belas Artes do Instituto de France"; o projeto fazia parte de um processo "civilizatório" idealizado pela Corte portuguesa para o Brasil, cujo objetivo era fundar um instituto teórico-prático de aprendizagem artística – uma escola de "ciências, artes e ofícios" (BELLUZZO, 1994).

Com a vinda da Coroa portuguesa para o Brasil, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital do Reino Unido de Portugal e Algarves.[67] Esse fato desencadeou uma mudança profunda na cidade. Aportaram na capital cerca de 15 mil pessoas pertencentes à comitiva do Príncipe D. João e da Família Real, trazendo hábitos e costumes típicos de uma corte européia.[68]

A acomodação da Coroa, com a sua comitiva, não ocorreu tranquilamente. Edificações essenciais na estrutura da cidade foram sendo ocupadas: de um lado, antigos marcos foram reforçados, como o caso do Largo do Paço, de outro, novos usos foram destinados a edifícios existentes. SISSON (2001:3) comenta que o "Paço e prédios vizinhos [...] abrigaram o Príncipe Regente, família e comitiva. A Rainha-Mãe, seus criados e outros transmigrados alojaram-se no convento carmelita, para tal desocupado. A biblioteca Real [...] passou às dependências do hospital carmelita" e o mosteiro de São Bento tornou-se residência de fidalgos e servidores. O Palácio dos Governadores recebeu o título de Palácio Real e o Largo passou a sediar a residência oficial da família. A praça transformava-se no Paço Real.

Essas transformações tiveram suas implicações diretas na constituição de uma sociedade de corte em terras brasileiras.

> Quando d. João VI chegou ao Rio, naquele janeiro de 1808, trouxe consigo não apenas a chave para a abertura dos portos e a integração da colônia no mercado internacional, mas também a receita de uma nova sociedade que se instalaria em terras cariocas. Atualizando o poder da monarquia, que se achava um tanto combalido nestas paragens tropicais tão privatistas, d. João acomodaria aqui, com todos os rapapés e politesses ainda que um tanto gastos, uma sociedade cortesã (PECHMAN, 2002:67).

O momento tornou-se extremamente importante para promover uma ruptura com o sistema colonial, bem como reforçar um imaginário nacionalista, fundamentado na instalação de uma nova ordem. Nesse contexto, a cidade se transformou no *locus* de representação e contestação do

---

[67] A vinda da Coroa portuguesa para o Brasil acelerou um processo de modernização na cidade. Esta passava a representar a capital da monarquia portuguesa. Em fins do séc. XVIII, o Rio contava com uma população de 60 mil hab. (SISSON, 2000:3).

[68] A vinda da corte portuguesa e "seus desdobramentos na gestação de uma sociedade moderna" foram estudados por PECHMAN (2002) em sua obra *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista (*Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002). Segundo PECHMAN (2002:67) a introdução de uma sociedade cortesã nas terras brasileiras ocorreu de forma brusca e intensa: "dormimos colonos e acordamos cortesãos".
Não apenas pessoas foram trazidas, mas hábitos, costumes, utensílios, vestimentas, adornos, jóias, livros. Para se ter uma noção, milhares de volumes da biblioteca de Barbosa Machado foram instalados no Hospital Carmelita, que se transformou na Biblioteca Real.

poder real. Seus espaços públicos adquiriram visibilidade no sentido de tornarem-se o cenário para a introdução de noções como "civilidade", "*politesse*", "cortesia".[69]

A cidade do Rio de Janeiro, transformada em centro "hegemônico do Império", teria como foco a reformulação dos seus espaços urbanos: abertura e calçamento de ruas, reformulação e regularização de fachadas. Nesse contexto, algumas reformas seriam introduzidas no antigo Largo, contribuindo notadamente para adequá-lo à nova função.

A litografia de Debret representa o Largo, agora transformado em Paço Real, com suas pequenas alterações: um terceiro andar aparece na fachada principal do Palácio Real e uma torre sineira eleva-se na Igreja do Carmo, transformada em Sé. A estrutura formal do Paço permaneceria a mesma: o espaço central livre, delimitado pelo ritmo de fachadas contínuas. Numa composição estética singular, o Paço reuniria diversos estilos da arquitetura "luso-brasileira":

> Reunindo a sua volta construções maneiristas, barrocas e rococós, a praça faz uma verdadeira síntese do vocabulário formal de arquitetura luso-brasileira. Os dois grandes blocos paralelos formados pelo Paço dos Vice-Reis ao sul e as fachadas em torno do Arco do Telles ao norte reforçam pela sua forma compacta e regular o espaço livre central, evitando dispersão visual Ao fundo o conjunto formado pelo Convento e Igreja do Carmo, seguida da sua Ordem terceira, repete a função de demarcador de limite visual e de invólucro de um espaço centrípeto [...] (PEREIRA,1996:75).



FIG. 118 – VISTA DA PRAÇA DO PALÁCIO DO RIO DE JANEIRO – DEBRET, 1825
FONTE: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (DEBRET, 1989)

[69] PECHMAN, 2002:70. O comportamento público torna-se a ferramenta de divulgação de novos hábitos e instrumento de doutrinação e dominação. Regras e códigos de posturas surgem para gerenciar a instauração desta nova ordem.

Com a instalação da família real, o Paço tornou-se o centro das manifestações e comemorações políticas imperiais. Novas práticas de sociabilidade foram inseridas no seu cotidiano e um novo calendário passou a abrigar o *mise-en-scène* das cerimônias e festividades reais, com a presença da realeza e sua *entourage*. As imagens de Debret retratam uma amostra das festividades que se desenrolaram no Paço: aclamações, batizados e desfiles, entre outros.



FIG. 119 – BATISMO DE D. MARIA DA GLÓRIA
FONTE: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (DEBRET, 1989)



FIG. 120 – DESFILE MILITAR
FONTE: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (DEBRET, 1989)

Como espaço-símbolo da cidade Imperial, o Paço manteria o seu *status*, abrigando novos usos. Nas palavras de POTELET (1993), a descrição do novo cotidiano "imperial":

> A praça do Palácio seduz por sua animação. É lá que os cariocas se encontram, fazem a sua *toilettes*, conversam e tomam a fresca do fim de tarde, entre quatro e sete horas da noite, os capitães dos navios mercantes desembarcam e os charreteiros com seus cavalos alimentam-se com a água do chafariz. O térreo das casas situadas à beira-mar abrigam comércios de mercadorias. Com o fluxo de estrangeiros em 1818, os comerciantes portugueses alugaram as áreas reservadas aos *coches* (garagens) aos franceses, vendedores de refrescos, que ainda instalaram no primeiro andar mesas de bilhar e hospedagem. A praça tornou-se assim o lugar de encontro e o centro de um comércio internacional.

No contexto urbano, as ruas e praças representam o lugar de tudo e de todos: convívio de negros, mestiços e brancos, homens livres e escravos, ricos e pobres.[70] Ao final do séc. XIX, a região do Paço concentraria o comércio mais significativo da cidade, bem como o centro financeiro. Nas suas imediações situavam-se o Mercado Municipal e o Banco do Brasil.

O burburinho e a agitação da região central foram retratados por Debret na tela *A Rua Direita*.



FIG. 121 – CENAS COTIDIANAS: A RUA DIREITA
FONTE: www.geocities.com – dez/2005

[70] REIS FILHO (1995:45) aponta que a convivência entre a classe dominante e os escravos no ambiente colonial tinha sua justificativa na necessidade de tirar o maior proveito da relação de exploração existente, uma vez que a presença do escravo garantia o aparato de serviços a que eram submetidos.

Com o desenvolvimento da fotografia, as cenas urbanas, antes retratadas nas aquarelas e litogravuras, tornam-se tema dos fotógrafos. Na imagem de Marc FERREZ, o comércio de rua da cidade do Rio de Janeiro: vendedores e quiosques da praça.





FIG. 122 e 123 – CENAS DA PRAÇA: VENDEDOR AMBULANTE E QUIOSQUES DO MERCADO, 1890
FONTE: A praça XV de Novembro (G. FERREZ, 1978)

A importância do Paço Real no contexto urbano assemelha-se à trajetória de algumas praças que, pelo seu papel, tornaram-se marcos de um período histórico.[71]

[71] Ao final do séc. XIX, a cidade do Rio de Janeiro sofre uma grande transformação urbana, em razão do processo de modernização instituído nas principais cidades brasileiras. Esse processo acarretaria uma mudança na simbologia dos espaços públicos da cidade, com a conseqüente perda do *status* alcançado pelo Largo do Paço.

A MODERNIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

A transformação da cidade colonial em cidade moderna ocorreu no período que vai da Proclamação da República até o pós-Primeira Guerra. Esse processo de modernização impôs às cidades uma intensa atividade, sobretudo de renovação dos centros históricos, típica das realizações e intervenções do período republicano.

> As primeiras administrações republicanas tiveram como um de seus objetivos fundamentais a modernização das principais cidades, sobretudo da capital, a capital Rio de Janeiro, de forma a estabelecer um contraste com a administração anterior. Considerava-se como fundamental uma vinculação do regime republicano com a idéia de progresso. (REIS FILHO, 1994:9)

Duas questões básicas parecem justificar os investimentos públicos destinados às reformas implantadas a partir do final do séc. XIX: a primeira estaria relacionada aos aspectos simbólicos que envolveriam a negação de um passado colonial, monárquico e escravista e a consolidação de uma paisagem moderna, que representasse o *status* republicano. A segunda estaria fundamentada nas necessidades técnicas de implantação de uma política sanitária capaz de combater a precariedade das condições higiênicas encontradas em determinadas formas de habitação e trabalho.

A política urbana empreendida com essas intervenções marcou o caráter da administração do governo vigente, tanto federal como municipal, com o Estado assumindo a autoria dos programas de melhoramentos. Essa política seria implantada em quase todo o território brasileiro, destacando o papel autoritário e centralizador do Estado.[72]

No Rio de Janeiro, o prefeito Pereira Passos assume a tarefa de implantar "o plano de saneamento e embelezamento da capital federal". Priorizando a região portuária, o centro e as ligações com a zona norte e sul, a Prefeitura idealiza um plano de circulação viária com aberturas de ruas e grandes avenidas nos moldes das reformas parisienses.[73]

Na capital federal, o arrasamento do Morro do Senado e a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) rasgaram o centro, modificando os espaços públicos existentes (praças,

---

[72] Ver REZENDE, V. "*Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*" in LEME, M. C. *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP; FUPAM, 1999.

[73] Na década de 1860, Francisco Pereira Passos, adido da Legação Brasileira, reside em Paris onde realiza estudos de aperfeiçoamento em engenharia. Esse período coincide justamente com a implantação das grandes reformas urbanas idealizadas pelo Barão Haussmann.

logradouros, largos) e gerando uma nova paisagem urbana. Não apenas na cidade-capital, mas nas principais cidades brasileiras, a implantação de práticas sanitárias foi responsável por uma política urbana que resultou na destruição de vários edifícios pertencentes ao nosso passado arquitetônico colonial. Essas intervenções concentraram-se, principalmente, nas áreas centrais e na criação de bairros novos, priorizando as classes de renda média e alta, ao mesmo tempo em que buscavam "afastar a imagem de pobreza, de miséria, de atraso" relacionadas ao ambiente colonial (REIS FILHO, 1994:13).

O plano da cidade de Belo Horizonte é um exemplo fundamental das posturas racionais que conduziram o planejamento no Brasil ao final do séc. XIX. Resultante da sobreposição de um desenho geométrico rígido sobre um sítio montanhoso – linhas que se cortam em 45 graus –, a cidade expõe essa contradição, ao mesmo tempo em que consagra os fundamentos da urbanística moderna:

> Na declaração da mudança da Capital firma-se oficialmente o caráter conceitual da proposta: deve-se **construir um novo espaço, higiênico e grandioso, o que significa não colonial, limpo, varrido pela luz, visível para o controle, em suma, moderno**.[74] (grifos meus)

Dentre os espaços públicos surgidos com os programas de melhoramentos da República Nova, as praças tiveram um papel fundamental na constituição do cenário urbano. MARX (1890:53) destaca a criação das praças de caráter cívico – "praças regulares situadas diante de edifícios de função social, cultural ou educacional". Observam-se as praças da República das principais cidades capitais, como Recife, São Paulo e Belo Horizonte. Com a formação dos Estados regionais, desenvolvem-se nas capitais espaços urbanos com propósitos semelhantes às praças coloniais, destinados a abrigar o aparato político-administrativo: os chamados centros cívicos ou praças da República.

Essas novas praças reproduziram estruturas urbanas encontradas nas praças-símbolo da cidade colonial: espaços que se tornaram marcos a partir das funções desempenhadas pelo conjunto arquitetônico circundante. A diferença das praças republicanas corresponde ao fato de que, na origem do projeto, encontra-se mais explícita a intenção de estabelecerem-se marcos do poder republicano sobre um contexto urbano preexistente.

---

[74] MAGALHÃES e ANDRADE (1989:53). Assim como nas intervenções européias, a medicina urbana, o "sanitarismo", foram o fio condutor para se pensar a cidade. O discurso carregado de metáforas como *a cidade, um corpo doente,* adota como tema principal a *cura* e a solução de problemas, por meio de intervenções cirúrgicas. Como afirma PECHMAN (2001:389), no Brasil essas medidas constituem "a expressão da primeira forma de uma política urbana de enquadramento e controle da cidade".

PRAÇAS AJARDINADAS

As reformas empreendidas no Brasil republicano tiveram certa influência das grandes reformas ocorridas nas principais capitais da Europa, a partir de meados do séc. XIX, concretizadas na tendência à modernização das cidades com projetos de expansão e remodelação urbana. Cidades como Londres, Paris, Madri e Viena empenharam-se na busca de uma transformação que consolidasse o "espírito da modernidade".[75]

O paradigma consolidado pela urbanística européia do séc. XIX tinha como base a supremacia dos traçados viários, a geometrização desses traçados com o alargamento do leito viário, a concepção de um sistema global com abertura de grandes artérias viárias, a integração dos sistemas rodoviário e férreo, o desenvolvimento do transporte coletivo, a criação de parques e jardins públicos, a abertura de praças monumentais – praças-*carrefours* e *rond-points* –, a constituição de cenários urbanos com a divulgação de uma arquitetura neoclássica e eclética e a melhoria de infra-estrutura urbana.[76]

Nas décadas de 1850 e 1860, a reforma do barão Haussmann, implementada na cidade de Paris, realiza uma profunda reorganização da estrutura de circulação, com a abertura dos *grandes boulevards*, priorizando questões como a fluidez do tráfego no centro da cidade, a eliminação de áreas insalubres constituídas pelas habitações miseráveis e, sobretudo, a prioridade do traçado viário.[77]

---

[75] Comentando as transformações da cidade industrial, CHOAY (1979:4) ressalta que "do ponto de vista estrutural, nas velhas cidades da Europa, a transformação dos meios de produção e transporte, assim como a emergência de novas funções urbanas, contribuem para romper os velhos quadros, freqüentemente justapostos, da cidade medieval e da cidade barroca. Uma nova ordem é criada, segundo o processo tradicional da adaptação da cidade à sociedade que habita nela".

[76] GRAVAGNUOLO, B. *Historia Del urbanismo en Europa 1750 – 1960.* Madrid: Ediciones Akal, S.A. 1998. Concepções como a *Teoria geral de Urbanização* de Cerda; a *ciudad-linear* de Soria y Mata; a *Cité Industrielle* de Tony Garnier, as teorias de Stubben, Baumeister, Eberstadt; e a *Teoria da Circulação* de Eugene Henard representam o escopo teórico e os fundamentos dessas intervenções. Ver: RAGON (1972), BENEVOLO (1993) e CALABI (2000).

[77] Esse fenômeno típico das transformações ocorridas nas cidades industriais tem seu maior exemplo nas reformas implementadas em Paris pelo então prefeito Barão Haussmann. Michel RAGON (1995:178) analisa o impacto dessa intervenção comentando sobre o novo ambiente urbano: "Na cidade nova que surge, a rua é primordial, a moradia, secundária. Imperativo número um, a circulação se impõe aos cinco quilômetros em linha reta da rua de Lafayette, proeza técnica da qual Haussmann é orgulhoso. [...] Cento e sessenta e cinco quilômetros de vias públicas são criadas por Haussmann. [...] Outras 'obras capitais', os grandes magazines, novo tipo de boutique feito para um consumo massificado [...]. A época dos grandes magazines começa em Paris, em 1852, com o Bom Marché [...], em seguida o Primtemps, em 1864, a Belle Jardinière, em 1866, a Samaritaine, em 1869".

Na análise de GRAVAGNUOLO (1998:39), essa reforma transformaria a maneira de se pensar a cidade:

> La lógica de los *embellissements*, dirigida a intervenciones puntuales de recalificación de los tejidos urbanos, y la estrategia de la *ciudad-servicio*, fundada sobre la equilibrada difusión de las instituciones públicas, son sustituidas por la moderna idea de *metrópoli*, entendida como maquina urbana en la que la red de infraestructuras (de las calles y los equipamientos) asume una inédita preeminencia jerárquica. La arquitectura queda férreamente subordinada al dominio del trazado viario; los proprios monumentos del pasado, elegidos como puntos focales de las perspectivas, quedan reducidos, a fin de cuentas, al caráter de aislados *objets trouvés*, reciclados como signos visuales en un paisaje metropolitano radicalmente renovado.

O barão Haussmann realizou uma verdadeira operação cirúrgica na cidade, produzindo, ao final, a *metrópole* moderna. Seu plano de intervenção ecoou tanto na Europa como na América. Existe certo consenso em torno da influência de Haussmann nas políticas urbanas implementadas no Brasil no período inicial da Primeira República.[78]

Essa influência, contudo, ocorreu por motivos bem diferentes. Se na Europa tais reformas introduziram modificações no espaço urbano das cidades congestionadas, no Brasil a transformação respondia à implantação de políticas sanitárias, com a instalação de infra-estrutura e embelezamento urbano. Esse fato atingiu diretamente a estrutura dos espaços urbanos, modificando usos e costumes e gerando uma nova paisagem: a rua transformou-se no espaço do deslocamento, da velocidade, da circulação de pessoas, de mercadoria e de notícias; mercados, quiosques, e ambulantes passaram a disputar com lojas e galerias, a concorrência comercial.[79]

A introdução de novos equipamentos coletivos contribuiu para a mudança de hábitos, principalmente da população pobre. A distribuição de água encanada tiraria das praças a função de ponto de encontro, estabelecida pela rotina da coleta d'água no chafariz; embora ainda fizesse parte da paisagem, esse elemento perderia por completo seu sentido original. A gravura de Rugendas retrata notadamente esse ambiente, mostrando o burburinho das pessoas que se aglutinavam em torno do equipamento. (FIG. 124)

---

[78] Ver análises de REIS FILHO (1994:19), PEREIRA, M. (1995:144), LORTIE (1995), PEREIRA, S. (1996:58), e REZENDE (1999:40) e PINHEIRO (2002:93-152).

[79] PECHMAN (2002:393) analisa a introdução das políticas de urbanização, no Rio de Janeiro, patrocinadas pelo "Haussmann tropical", afirmando que a "experiência urbana ainda era [...] uma novidade entre nós", pois não tínhamos "problemas urbanos". A constituição de um campo teórico sobre a cidade, pensada como objeto de investigação, nasce do olhar desenvolvido pelos médicos higienistas sobre a contaminação do meio urbano. Esse saber sobre a cidade terá na figura dos engenheiros os interlocutores ideais.



FIG. 124 – CARREGADORES DE ÁGUA (RUGENDAS)
FONTE: www.galeriabrasil.com.br – mar/2006

Com a metrópole republicana, intensifica-se a cidade das regras – estéticas, técnicas, e posturais –, introduzidas desde o período joanino, com o intuito de se moldar a imagem de uma nação civilizada. Regularizar, ordenar, organizar, limpar, "sanear", embelezar são palavras de ordem de um novo mundo que deseja se distanciar do ambiente colonial. Para um melhor controle da população, aprimoram-se os códigos de conduta; trajetos são marcados e desenhados, conduzindo o ir-e-vir do cidadão; aos poucos, o espaço público vai transformando-se. Os "planos de melhoramentos" redesenham um novo espaço "higiênico", onde a palavra-chave é circular – mercadorias, veículos, pessoas.[80]

Essas transformações estabeleceram, na análise de LANNA (1996:1), novas formas de controle social e de exclusão, que constituíram distinções na apropriação do espaço urbano, refletindo diferenças marcadas pelo distanciamento entre as classes sociais: "por um lado o pelourinho, o patíbulo, a Igreja, os largos e chafarizes e por outro os bulevares, teatros, lojas, cafés e restaurantes".

---

[80] LANNA, A. L. D. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. In IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro, 27-29 nov. 1996. Neste trabalho, LANNA desenvolve uma análise sobre as diferenças e continuidades das cidades coloniais brasileiras, e suas transformações nos sécs. XIX e XX. Ver PECHMAN (2002:82) e o papel dos manuais de civilidade, introduzidos e divulgados na sociedade carioca, no início do séc. XIX.

Os planos de melhoramentos e as reformas sanitárias que foram implantados no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife, bem como o plano da cidade de Belo Horizonte, indicam, notadamente, a intenção de transformar o espaço urbano. Essas cidades consolidaram uma nova paisagem expressa nas grandes avenidas, nas ruas e nos *boulevards*, nas praças, nos passeios públicos, nos parques e nos jardins.[81]

A capital republicana servirá de palco para essas experiências urbanas. Segundo REZENDE (1999:39), o primeiro plano de intervenção na Capital data de 1875. Elaborado pela "Comissão de Melhoramentos", visava implantar melhorias sanitárias, procurando "solucionar principalmente os problemas de inundações" que ocorriam freqüentemente na cidade. Essas diretrizes seriam retomadas posteriormente no governo do prefeito Pereira Passos, com o nome de "Embelezamento e Saneamento da Cidade".[82]

Na análise de REZENDE (1999:40), o projeto de Pereira Passos "contribuiu decisivamente" para "o processo de modificação dos espaços públicos" da cidade do Rio de Janeiro. As principais intervenções foram realizadas pelo Governo Federal e pela prefeitura.[83]

A primeira etapa do plano de Pereira Passos consistiu na abertura da avenida Passos (antiga rua Sacramento, ligava a praça Tiradentes à rua Senhor dos Passos até a Marechal Floriano). O plano baseava-se na implantação de um complexo viário, com a criação das avenidas Beira-Mar, Mem de Sá, Salvador de Sá, Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e avenida Atlântica que, juntamente com a Avenida Central, instituíam os principais eixos viários do projeto; na criação das ruas Estácio de Sá e Visconde de Inhaúma; nas obras do Cais do Porto e do Túnel do Leme; na abertura de largos e praças e nas obras de higiene da região central. Na imagem ao lado, observa-se os planos de abertura das vias: supremacia da linha reta. (FIG. 125)

Os projetos de melhoramentos acarretavam a valorização de novas áreas, localizadas em torno de "centros comerciais tradicionais" e tinham uma implicação direta no processo de

---

81 Podemos citar o Plano de Melhoramentos para o Rio de Janeiro de 1875 e a Reforma de Pereira Passos 1902-1906; a intervenção em Niterói (1903); os Planos de Melhoramentos para São Paulo, sobretudo os projetos para o Vale do Anhangabaú (1906-1912); o plano da cidade de Belo Horizonte (1897); ampliação e reforma dos portos de Recife (1909-26); Projeto de saneamento e expansão de Saturnino de Brito para as cidades de Vitória e Santos; Plano de Melhoramentos de Porto Alegre de João Moreira Maciel (1914); entre outros (LEME, 1999:20).

82 Esse plano, ocorrido entre 1902-1906, representava uma reformulação dos princípios do Plano de 1875: consistia na construção do porto sob uma faixa de 25 m e na abertura de uma grande avenida que ligaria a região portuária à cidade. A obra do Porto assim como o canal do Mangue, o arrasamento do Morro do Senado e a avenida são de responsabilidade do Governo Federal, ficando o restante sob a responsabilidade do prefeito.

83 REZENDE, V. F. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965* in Urbanismo no Brasil, 1895-1965. Maria Cristina da S. Leme. São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP; FUPAM, 1999.

descentralização urbana. Modificando seus espaços públicos e promovendo uma reorganização na hierarquia dos espaços existentes, essas intervenções propiciaram a construção de uma nova centralidade na estrutura urbana voltada, sobretudo, para a elite carioca (LEME, 1999:24).

A referência às intervenções parisienses é visível, principalmente, segundo REZENDE (1999:40), na transformação da área central que vai se configurar como espaço da elite:[84]

> O sistema viário implantado é radioconcêntrico com a distribuição das vias a partir do centro, ligando este aos bairros mais antigos da zona sul e às áreas próximas ao novo cais do porto.
> Uma grande obra a cargo do governo federal, a abertura da avenida Central, atual avenida Rio Branco, rasga a antiga cidade a exemplo das obras do prefeito Haussmann em Paris. Para a sua realização, Pereira Passos esbarra com o problema da população de baixa renda que ali reside e desapropria cortiços, casas de cômodos e pequenos comércios. Como conseqüência da avenida Central, em 1904, é iniciado o alargamento da rua Sete de Setembro entre a praça XV e a rua Uruguaiana no centro e, em 1905, o seu prolongamento até o Largo da Carioca.



FIG. 125 – CENTRO DO RIO – AVENIDA CENTRAL, 1910
FONTE: O Álbum da Avenida Central (M. FERREZ, 1983)

[84] As intervenções que transformaram a paisagem da capital estabeleceram notadamente uma ruptura entre a região central e as áreas periféricas, revelando o descompasso e o contraste social materializado no espaço urbano: de um lado, a cidade de feições européias da elite carioca e, de outro, a cidade desordenada e descontrolada dos bairros populares. Segundo KOK (2005:27) a formação das primeiras favelas iniciou-se em fins do séc. XIX.

Na planta do centro do Rio de Janeiro de 1910, vemos a extensão da avenida Central, com os novos equipamentos e edifícios que se instalaram nas proximidades: o Passeio Público de Glaziou, o Supremo Tribunal, o Conselho Municipal, a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas Artes, o Teatro Municipal, o Teatro Lírico, a Imprensa Nacional, o edifício do Mercado e a Praça do Paço com o novo projeto paisagístico.[85] (FIG. 126 a 127)



FIG. 126 – AVENIDA CENTRAL – TEATRO MUNICIPAL E ACADEMIA DE BELAS ARTES
FONTE: www.almacarioca.com.br – dez/2005

[85] A história da avenida Central remonta a 1904, sob a gestão de Pereira Passos. O projeto idealizava uma avenida "que rasgasse todo o centro da cidade da Praça Mauá até a avenida Beira-Mar, com 33 metros de largura e 1.800 metros de comprimento". "Em vinte meses, Pereira Passos enfrentou preconceitos, desalojou milhares de pessoas, deslocou centenas de estabelecimentos comerciais, removeu escombros, loteou o terreno, fez instalações de esgoto, água, luz e eletricidade, nivelou, calçou, arborizou, numa obra que honrou quem a executou e quem a determinou." Em torno de 590 prédios foram demolidos no centro da cidade: "obra que ficou conhecida como bota-abaixo". Inaugurada em 15 de novembro de 1905, "seu calçamento era de pedras portuguesas", com a presença de canteiro central arborizado com exemplares de pau-brasil. Após a sua inauguração tornou-se "a principal artéria do coração financeiro da cidade, destronando a antiga rua Direita, que perdeu sua categoria de endereço mais elegante do Rio de Janeiro". Com a implantação da iluminação elétrica tornou-se o "lugar de passeio da população". A presença de inúmeros prédios de "grande beleza arquitetônica" marcou a paisagem da avenida. Exemplares ainda existentes são amostras desse conjunto arquitetônico: Teatro Municipal do Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional; Museu de Belas Artes; Câmara dos Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro e Clube Naval. "Seu principal arquiteto foi Morales de los Rios, herdeiro de Grandjean de Montigny. O primeiro prédio a ficar pronto na nova Avenida foi o da Tabacaria Londres, em 25 de março de 1905. Em 12 de fevereiro de 1912 a Avenida passou a chamar-se Avenida Rio Branco." (**http//: www.marcillio.com/ rio/enceribr.html – ago/2005**)
Ver também: KOK, Glória. *Rio de Janeiro na época da Av. Central*. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

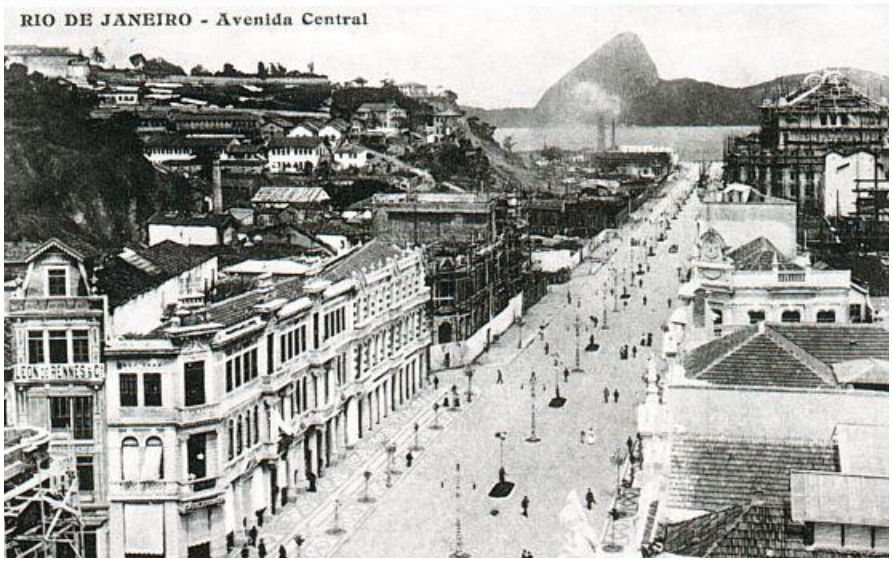


FIG. 127 – RIO DE JANEIRO – AVENIDA CENTRAL, 1906

Vista da Avenida Central, logo após sua abertura. Ao fundo - Morro do Castelo e Pão de Açúcar

FONTE: www.marcillio.com/ rio/enceribr.html. jan/2006

FIG. 128 – AVENIDA CENTRAL

A Avenida era moderna no meio de uma região que não era moderna, deveria assim, exercer sobre as ruas do centro uma modernidade que iria aos poucos se integrando, seu projeto era mais do que uma reforma urbana, era um projeto de vida moderna. Ela deveria transformar o Rio de Janeiro em uma capital digna do séc. XX, fazendo com que o Brasil ingressasse no cenário internacional e mostrasse a importância que ele possuía dentro da América Latina

FONTE: O Álbum da Avenida Central (M. FERREZ, 1983)



A preocupação que se estabelece com o ajardinamento decorativo aparece, segundo MARX (1980:67), depois do surgimento dos jardins públicos, e se institui como prática urbana:

> [...] Além dos jardins comuns, raros e criados apenas nas cidades principais, a imagem urbana desconhecia árvores e canteiros nas vias e nos largos. [...] Bem depois da criação dos primeiros jardins públicos, e coincidindo com a sua difusão pelas povoações de porte menor e interioranas, começaram os cuidados em arborizar e em ajardinar os logradouros existentes ou os que iam surgindo. As ruas mais importantes e, especialmente, as praças foram enfeitadas com árvores e canteiros de plantas ornamentais. E o sucesso dessa transformação foi tal, que logo se perdeu a noção das peculiaridades diferentes de uma praça e de um jardim.

A difusão dessa prática e o incentivo ao ajardinamento urbano estavam relacionados à onda de salubrismo que marcou as intervenções do séc. XIX. Na imagem ao lado, observa-se o Paço Imperial, agora transformado em praça ajardinada.

Na análise de SEGAWA (1996:73), esse foi um fator determinante de transformação de vazios urbanos como praças, campos e largos:

> O conhecimento sobre os benefícios das plantas na área urbana estava divulgado nas mais diversas instâncias sociais e plenamente aceito do ponto de vista técnico-científico. O processo de ajardinamento dos "vazios urbanos" que se registrou nessa época [...] derivou desse furor salubrista.

Na poesia abaixo vemos a nostalgia do poeta por um elemento urbano que já foi marco no cotidiano da cidade.[86]

SINGELO DIÁLOGO ENTRE UM TRANSEUNTE E O CHAFARIZ DE MESTRE VALENTIM

André Luís Mansur

> Olha que já vai tempo. Quanta glória, orgulho e imponência. Lembra? O poder tão próximo e você ali, bem na sua. Referência da cidade, cartão de visita para quem chegava d'além mar. Verdade, eram outros tempos. Os nomes também: Largo do Carmo, Palácio dos Governadores, tílburis indo e vindo, passando pelo Mercado Municipal e chegando ao Hotel Pharoux.

[86] FONTE: emendasesonetos.blogspot.com – jan/2007. O olhar do poeta nos instiga a pensar na cidade contemporânea e seus marcos atuais: *shoppings*, viadutos, vias expressas.

Hoje, é o que é. Até para mictório tu já servistes. Que coisa, hein? Com mais de 200 anos e agüentar a fumaça e o motor do mergulhão aí do lado... que jeito de envelhecer. Era melhor ter sido demolido lá por 1840, antes do aterro e da indiferença. Pobre do mestre Valentim.

Mesmo após o aterro, tu ainda deves guardar boas lembranças, não? Vou te ajudar. Lembra do Pereira Passos? Claro, não é? Pudera. O que ele fez por você no início do século foi demais. **Te deixaste cercado de jardins, no meio de uma singela pracinha... hein, que diferença. Que te viu... bem, deixa pra lá.**

Mas eu tenho certeza. Tu gostavas mesmo era daquela época de imperadores, barões, condessas e tudo o mais. Até onde eu sei, não faltavam elogios. Vaidoso, tu eras. E eu não o culpo. Do Arco do Teles, do Convento e até das janelas do Palácio, como te admiravam, meu velho! Isso "enche a bola" de qualquer um.

Você me desculpe a linguagem meio pobre às vezes. Sinal dos tempos, sabe como é. Mas até que eu tenho me esforçado, tenho inclusive usado deveras a segunda pessoa do singular. Gostou do deveras? Claro, você ouviu muita coisa rebuscada, quer o quê? Duvido que o Machado, ou o Alencar, não tenham conversado algum dia aos teus pés. Quantas juras de amor Bentinho não deve ter prometido a Capitu em sua sombra, ou quantas dúvidas em relação a Aurélia, Seixas não descobriu, escorado em ti?

Olha, já está anoitecendo. E aqui, na Praça Quinze, domingo à noite, sabe como é. Praça Quinze, não? Ah, claro, Largo do Carmo. Olha a saudade, hein. Bem, amanhã eu volto. Fica triste, não. Hoje até que tem muitos mendigos. E deve chover, olha as nuvens. Bem, tchau, eu vou ali pegar o meu tílburi, que já está saindo. Alô motô, güenta aí, güenta aí.



FIG. 129 – PAÇO IMPERIAL, 1880 (Marc Ferrez)

FONTE: A praça XV de Novembro (G. FERREZ, 1978)

O Paço após a realização do projeto de ajardinamento, implantado na remodelação da praça, em 1877



FIG.130 – VISTAS DO PAÇO IMPERIAL, 1893

Efetivamente, da concentração complexa e caótica da praça, buscou-se a concentração organizada e elegante do jardim. Praça pública e jardim público abrigaram dos séculos XVI ao XVIII a convivência dos opostos. Talvez o jardim como antídoto moderno à praça medieval. O jardim como antítese da praça **(SEGAWA, 1996:49)**

FONTE: Lembranças do Brasil (GERODETTI e CORNEJO, 2004)

Após a intervenção de Pereira Passos, a centralidade do antigo espaço colonial, tão bem representada no Largo do Carmo, redistribui-se pelos espaços emergentes: o novo centro urbano, formado pela Avenida Central e pela Praça Mauá; a Praça Ferreira Viana (Cinelândia) e o Campo de Santana.[87] O Paço Imperial perde sua força como espaço simbólico, para dividir com outras praças novos usos e funções.

A nova escala da cidade transforma seus marcos e símbolos, atingindo diretamente o modelo da praça, sobretudo em relação à sua configuração espacial. O contraste entre o vazio e a massa construída, característica da praça colonial, é rompido pela abertura de grandes vias e bulevares, perdendo força como espaço aberto na paisagem. Para destacar-se na malha urbana, a praça passa a assumir novas configurações e a desempenhar novos papéis. O caráter estético sobrepõe-se ao caráter funcional da praça, influenciando sua composição. Na metrópole do

[87] O Largo do Carmo perde o *status* de espaço público simbólico, nó vital da cidade, e o Campo de Santana começa a se estabelecer como novo centro: polarizando "uma série de atividades cívicas e de entretenimentos, mais propícias à sua maior extensão, e a congregar inúmeros prédios administrativos" (PEREIRA, 1996).

controle e das regras, a paisagem ordenada e organizada constitui-se como paradigma urbano, conferindo ao modelo da praça o conceito de natureza domesticada.[88]

A criação de outros espaços paisagísticos no Rio de Janeiro, como o Passeio Público, o Campo de Santana e as praças São Salvador, Tiradentes e o Largo da Lapa iriam modificar o perfil dos espaços públicos, anteriormente caracterizados pelos largos e campos. Essa política de ajardinamento empreendida na época baseava-se em dois aspectos fundamentais da urbanística moderna: o caráter funcional sanitarista, do uso do verde nas cidades e os aspectos estéticos demonstrados na beleza da flora brasileira.

A partir do séc. XX, o modelo de praça ajardinada passa a predominar na composição dos espaços urbanos. De norte a sul do Brasil, vê-se a implantação de praças ajardinadas de estética neoclássica ou eclética. Exemplos como a Praça Paris, no Rio de Janeiro; o Parque Municipal e a Praça Raul Soares, em Belo Horizonte; a Praça das Mangueiras, em Teresina; a Praça do Congresso, em Manaus; a Praça da Sé, em Belém e a Praça Santos Andrade, em Curitiba representam a inspiração nos jardins clássicos franceses.

A implantação do modelo da praça ajardinada representou um marco na trajetória da praça brasileira, pois consolidou uma prática urbana diferenciada do ambiente colonial. Na análise de ROBBA e MACEDO (2002:28), esse modelo alterou a função e o uso da praça no contexto urbano:

> O mercado foi transferido para edificações destinadas a atividades comerciais; as demonstrações militares de poder perdem força no Brasil republicano, não acontecem mais nos largos e campos, deslocando-se para as grandes avenidas. Assim a praça-jardim deixa de ser [...] o palco da vida mundana e religiosa, civil e militar da cidade. A praça agora é um belo cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio.

Nesse momento, as praças mais importantes das cidades tornam-se alvo de reformas paisagísticas, reconfigurando os espaços amplos e livres tradicionais em complexos cenários visuais. A trajetória do Campo de Santana representa notadamente esse processo.

[88] Ver: SEGAWA (1996).

O CAMPO DE SANTANA

A história do campo remonta ao início do séc. XIX, quando a Corte Portuguesa desembarcou no Brasil trazendo a família Real. Neste momento o Campo de Santana fazia parte dos limites das freguesias urbanas e não passava de um "típico rossio: vazio periférico à cidade, com terrenos alagadiços e vegetação rasteira, ocupada para pastagem e, sobretudo, local de despejo de detritos". No trecho da planta do Rio de Janeiro, de 1808, observa-se, em destaque, o rossio que deu origem ao Campo de Santana. Nesse período, o Campo se constituía de uma imensa área vazia (SEGAWA,1996:152). (FIG. 131)

As primeiras edificações remetem à Capela São Domingos, da confraria dos pretos, construída nas imediações e, posteriormente, à Igreja de Sant'Ana (1735).[89] A construção desta última daria não apenas o nome para o lugar, mas seria responsável pelas atividades desenvolvidas no campo: as festas religiosas. A partir do séc. XIX, o Campo começou a adquirir maior importância, revelando-se uma área bastante funcional para diversas atividades: exercícios e manobras militares, cerimônias reais e festas públicas.[90]

O fenômeno de crescimento e desenvolvimento do centro da cidade teria uma importância fundamental nas imediações do campo, mudando gradativamente sua estrutura local. A primeira mudança formal ocorreu com o processo de aterro e urbanização realizado nas áreas adjacentes. O campo, já incorporado à área urbana, veria o aparecimento de novas construções, como a criação de um quartel militar.[91] (FIG. 132 e 133)

---

89 Essa Igreja seria demolida posteriormente em 1856, para abrigar a primeira Estação Ferroviária do Rio: a Estação D.Pedro II.

90 Por volta de 1810, o Campo recebeu um equipamento denominado "*praça do curro*" – espécie de "anfiteatro para festas de cavalhadas e corridas de touros" –, construído para a cerimônia de casamento da princesa Maria Teresa. De partido arquitetônico oval, constituía-se de anfiteatros, camarotes e uma varanda e ocupava o centro da área (SEGAWA, 1996).

91 Ver TERRA, C. G. *O Jardim no Brasil do século XIX. Glaziou revisitado***.** Dissertação (Mestrado em História da Arte). Série Dissertações e Teses, nº 1. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/UFRJ, 1996. O projeto do quartel militar, elaborado por Manuel da Costa, foi determinado pelo Conde de Linhares que se aproveitou da vocação do campo para a realização de exercícios e manobras militares. O edifício foi concluído em 1818, tornando-se posteriormente o Ministério do Exército, após várias reformas e alterações (TERRA, 1996:68).



FIG.131 – DETALHE PLANTA DO RIO DE JANEIRO, 1808

Em destaque o rossio do Campo de Santana

FONTE: www.brazilbrazil.com/ oldnew.html/ - jan/2006





FIG.132 e 133 – CAMPO DE SANTANA – IGREJA E QUARTEL

FONTE: www.marcillio.com/ rio/enceribr.html. jan/2006

No primeiro plano o projeto do Passeio do Campo



FIG. 134 – CAMPO DE SANTANA – AQUARELA DE FRANZ J. FRÜHBECK (1818)
FONTE: Ao amor do público (SEGAWA, 1996)

Por volta de 1815, inaugurou-se no Campo de Santana uma área ajardinada dedicada ao lazer, constituindo-se de uma cerca de madeira de 200 m de comprimento, que fazia a proteção de canteiros e jardins de "plantas nativas e estrangeiras". Esse projeto deu o nome à área de Passeio do Campo. A aquarela de Franz Josef Frühbeck mostra o Campo de Santana, em 1818. Ao centro, visualiza-se a "praça do curro"; no primeiro plano, o Passeio do campo e, no entorno, o parcelamento já instituído.[92]

Em relação aos espaços públicos da cidade, o campo começa a destacar-se, tornando-se o espaço oficial da família real para festejos e comemorações. Nas palavras de SEGAWA (1996:159):

> A criação de um jardim de amenidades e festejos [...] – alternativo ao Passeio Público setecentista – indiciava o papel relevante e oficial que o Campo de Santana gradativamente iria assumindo ao longo do século 19. Efetivamente, a Corte elegeu – e a família imperial brasileira endossou – aquele espaço como cenário de suas exibições de pompa e circunstância em diversas oportunidades: já se mencionou a comemoração das bodas da princesa Maria Teres, em 1810, com a construção da praça do curro e de um simulacro de jardim. A aclamação de D. João VI em fevereiro de 1818 como o novo rei de Portugal, Brasil e Algarves ofereceu-se como nova oportunidade para a demonstração de feérica iluminação e cenografia comemorativa no Campo de Santana.

[92] Este primeiro jardim durou apenas seis anos, pois foi demolido após o retorno de D.João VI para Portugal (TERRA, 1996:68). Exemplos como o projeto de ajardinamento do Campo de Santana, posteriormente o aterro da várzea do Carmo, atual Parque D. Pedro II e o Vale do Anhangabaú representam bem o processo de saneamento submetido às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, neste período (SEGAWA, 1996).



FIG. 135 – ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO VI, 1818
FONTE: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (DEBRET, 1989)

Ao longo do séc. XIX, o Campo de Santana vai, gradativamente, transformando a paisagem de seu conjunto, com a instalação de equipamentos e edificações simbólicas: um chafariz (1818), o Real Museu de História Natural (1818), o Senado da Câmara (Câmara Municipal, 1825), o Senado Federal, o Teatro Provisório (Teatro Lírico Fluminense, 1831), a Estação Estrada de Ferro D. Pedro II (no local da Igreja de Santana, 1858), o Corpo de Bombeiros (1864), a Casa da Moeda (1868) e a Escola Normal (1874). A formação desse conjunto arquitetônico revela o processo de valorização contínua que se instaurou no Campo, com o deslocamento progressivo do centro nessa direção.

Nas palavras de PEREIRA (1996:104):[93]

> O desenvolvimento da Cidade Nova e do próprio Campo de Santana, onde se vão agrupando inúmeras repartições públicas, indica a importância deste vetor oeste da expansão da cidade, surgido inicialmente como ligação do centro com a zona norte, sobretudo São Cristóvão, mas intensamente impulsionado com a inauguração em 1858 da estação terminal da Estrada de Ferro D. Pedro II, posteriormente Central do Brasil.

Se o Largo do Carmo representou o nó simbólico da cidade colonial, foi em torno do Campo de Santana que se estruturou o nó da cidade republicana. Na definição de PEREIRA (1996:106),

[93] As sucessivas intervenções no Campo de Santana vão modificar a sua morfologia e ao mesmo tempo o seu conjunto arquitetônico: demolição das edificações religiosas, construção e ampliação dos quartéis, remoção do Chafariz e construção da Estação Ferroviária. Essa transformação na paisagem local vem em conjunto com o desenvolvimento da cidade e a construção da imagem de metrópole, que vai se instaurar no Rio de Janeiro, a partir da construção da Cidade Nova e da Avenida Central (SEGAWA, 1996).

forma-se um novo "*core",* um espaço de referência da nova centralidade urbana. Por volta de 1875, instalar-se-iam no local os edifícios do Congresso Nacional e a sede da Prefeitura, reforçando o caráter de centro político.[94] O ajardinamento da área do Campo ocorre em 1873, com o projeto paisagístico de autoria de Auguste-Marie Francisque Glaziou[95], responsável pela introdução da estética francesa, inspirada nos parques parisienses de Alphand. No Campo, seria priorizado o uso da natureza, explorando as atividades de passeio e contemplação.



FIG. 136 – PROJETO PAISAGÍSTICO DO CAMPO DE AUGUSTE-MARIE GLAZIOU
FONTE: rbm.yumyum.at – dez/2006 e www.brazilbrazil.com - jun/2005

94 No séc. XX agrupar-se-ia, em torno do Campo, a Biblioteca Nacional (1904), (PEREIRA, 1996:105).

95 O paisagista francês Auguste François Marie Glaziou veio ao Brasil, a convite de D. Pedro II, para ocupar o cargo de Diretor Geral de Matas e Jardins, residindo aqui por mais de 39 anos. Foi responsável pela maioria dos projetos paisagísticos no Rio, influenciando toda uma geração de paisagistas brasileiros. Dentre as suas obras constam projetos e intervenções urbanas como os jardins da Praça S. Francisco de Paula, da Praça da Estação, a General Osório, a Duque de Caxias, o cais da Glória, o Passeio Público, o Campo de Santana e os jardins do Parque Imperial. A experiência de Glaziou era notória, pois já havia realizado importantes trabalhos com o paisagista Jean Charles Adolphe Alphand, em Paris (TERRA, 1996:70).

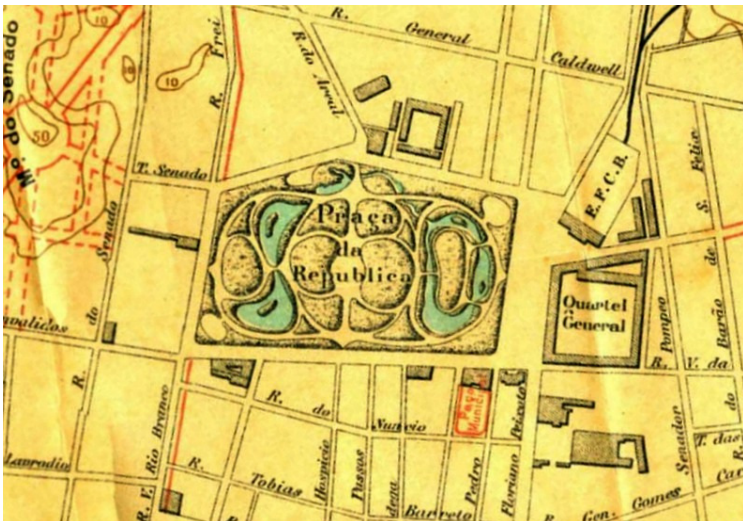


FIG. 137 – PROJETO PAISAGÍSTICO DO CAMPO – AUGUSTE-MARIE GLAZIOU, 1873
FONTE: www.brazilbrazil.com – jun/2006

Analisando a configuração do Campo a partir do projeto paisagístico, SEGAWA (1996:174) afirma que o "espaço de celebração popular" do antigo ambiente transformou-se gradativamente, rompendo com suas características originais. Associada ao processo de ocupação formal do Campo, a introdução do novo desenho priorizou aspectos contrários ao potencial tradicional do espaço:

> Intervenções isoladas no tempo foram desmanchando homeopaticamente as marcas originais do espaço: ampliações dos quartéis tomaram as edificações religiosas; a estação de trem desapropriou o signo instaurador do lugar – a igreja de Santana – passando a despejar milhares de cariocas na região. O jardim remove o chafariz, remove a amplidão e a liberdade do espaço – a chegada da República não encontra o tradicional descampado para a aclamação, mas uma nesga de rua para reunir poucos interessados. Na cartografia do século 19, o campo de Santana foi a articulação entre a cidade Velha e a cidade Nova, ou entre o núcleo colonial e a cidade Imperial; a confluência do espaço religioso, do espaço militar, do espaço mundano, do espaço da realeza. **O jardim de Glaziou liquidou essa rica sobreposição: instaurou uma norma, uma disciplina na qual o júbilo da festa, o temor do confronto, o ruído da manifestação popular dá lugar à celebração da natureza domesticada pelos humanos** (SEGAWA, 1996:174) – grifos meus.

Com o crescimento da cidade e a expansão do sistema viário, o desenho do Campo ainda seria modificado, por volta de 1940, para a abertura da Avenida Presidente Vargas.[96]

Na *panorâmica* do Campo, o novo paisagismo, materializado nos jardins de Glaziou – espaço de lazer e contemplação.



FIG. 138 – PANORÂMICA DOS JARDINS DO CAMPO

FONTE: O Jardim no Brasil do séc. XIX: Glaziou revisitado (TERRA, 1996)

[96] A abertura da Avenida Presidente Vargas foi responsável pela demolição da Igreja de São Pedro dos Clérigos (igreja de planta circular, séc. XVIII), o Paço Municipal (edifício neoclássico, projeto de José de Sousa Monteiro), criação da Praça da República e da transformação do Campo. Ver: SIQUEIRA, Ricardo (coord.). *Rio de Janeiro Ontem e Hoje 2*. Rio de Janeiro: o Autor, 2004.

O LARGO DA MATRIZ – A PRAÇA DA IGREJA

SÃO PAULO

> Na irregularidade usual e ao longo dos serpenteado de construções, encontravam-se os estabelecimentos religiosos com importante papel sócio-econômico-cultural no passado. Quase sempre, sua presença e influência superavam as de quaisquer outras instituições, incluindo as do governo local ou metropolitano. **Em torno das capelas, capelas curadas, paróquias, sés, irmandades e conventos surgiram as maiores concentrações de vida e privilégio nas cidades. A morada, o negócio e, quando não a sede administrativa, gravitaram à sombra. A tendência foi então a formação de núcleos variados de atração no tecido urbano, com o predomínio de largos, pátios e terreiros, cada um em seu setor ou freguesia eclesiástica.** Mais recentemente uma praça Matriz se impôs pelas povoações do interior com destaque indiscutível; ainda assim, outros pólos irradiadores de atividades já apareciam e estabeleceram se não a concorrência, pelo menos uma distribuição de funções. É o caso, afinal, das estações de trem ou de ônibus (MARX, 1980:28) – grifos meus.

A formação da cidade de São Paulo remonta a meados do séc. XVI e demonstra, na sua origem, a influência das instituições religiosas como co-responsáveis pela formação de núcleos urbanos no período colonial. Os jesuítas, por exemplo, foram responsáveis pela construção de colégios, pela criação de povoados e pela implantação de missões e reduções no território americano. Essa ordem religiosa, fundada por Ignácio de Loyola em 1540, desempenhou um papel crucial no processo de catequização indígena, sendo uma das primeiras a estabelecer uma forte ligação com os povos nativos. Em 1553, cinqüenta anos após a chegada dos portugueses, foi criada a Província Jesuítica do Brasil, iniciando-se assim as atividades religiosas. [97]

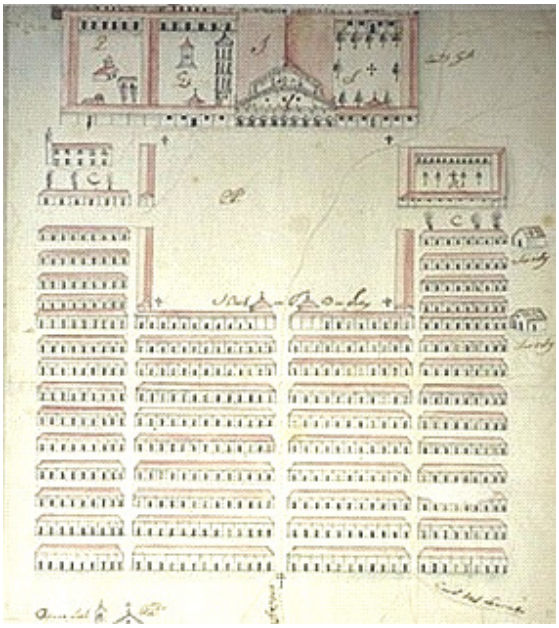
O processo de catequese no Brasil esteve vinculado ao processo de ocupação espacial introduzido pelos jesuítas. Seja na criação de núcleos, seja na apropriação de aldeamentos indígenas, os jesuítas seguiam orientações bem definidas para a iniciação da catequese. Utilizavam-se de estratégias na tentativa de exclusão dos símbolos tribais e na sua substituição por símbolos religiosos.[98]

---

[97] Ver CUSTÓDIO, Luiz Antônio B. *Arquitetura e o Urbanismo das Missões Jesuíticas dos Guaranis*. Comunicação apresentada no Colóquio "A Construção do Brasil Urbano", Convento da Arrábida – Lisboa, 2000. Uma das primeiras experiências constituiu o núcleo da região do Itaim, localizado ao sul do atual Estado de Mato Grosso.

[98] Uma das estratégias utilizadas consistia na introdução de elementos católicos, como a elevação do cruzeiro no espaço da aldeia e a construção da casa paroquial – a Igreja – na praça principal.

***Os planos da redução de São Miguel Arcanjo e da Candelária retratam o modelo descrito por CUSTÓDIO* (2000:8).**



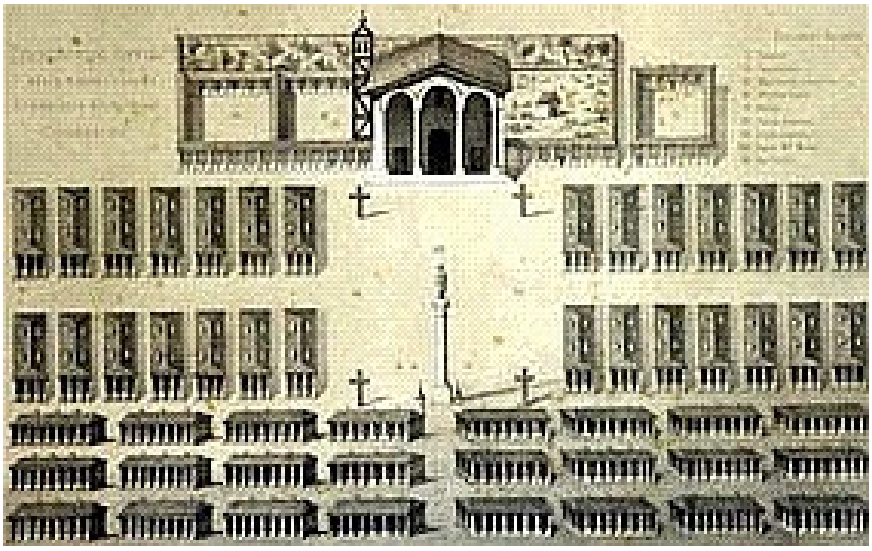


FIG. 139 E 140 – REDUÇÕES DE SÃO MIGUEL ARCANJO E CANDELÁRIA

O núcleo do povoado se organiza em torno da praça central.

FONTE: Arquitetura e o Urbanismo das Missões Jesuíticas dos Guaranis (CUSTÓDIO, 2000)

Segundo CUSTÓDIO (2000:8), a organização espacial implantada nos núcleos da redução apresentava certo padrão morfológico, traduzido na consolidação de duas áreas estratégicas: (FIG. 139 e 140)

> De um lado, geralmente a sul, **um conjunto formado pela igreja, tendo de um lado o cemitério, do outro, a casa dos padres, ao redor do claustro e um segundo pátio, com oficinas e depósitos**. Defronte a este conjunto, **a praça principal, estruturada como elemento ordenador da povoação**. Ao seu redor, nos outros três lados, localizavam-se as casas dos índios.
> **A igreja era sempre o prédio mais importante. A praça, o centro da redução** [...]. Em frente às igrejas, eram feitas as representações teatrais, os autos sacros. Uma rua principal de acesso chegava na praça defronte à igreja. Junto à igreja estavam a residência dos padres, o colégio, as oficinas, o cemitério e o cotiguaçu, onde viviam as viúvas e os órfãos. Ao redor da praça, ficavam as casas dos caciques. Atrás da igreja, havia a quinta dos padres, onde estavam a horta, o pomar e o jardim [...].
> Quando uma povoação atingia uma determinada população, entre 5 a 6 mil índios, era necessário planejar sua expansão, que era feita com a criação de uma nova redução e a divisão da população. Inicialmente eram destacados alguns índios que partiam para preparar o novo local e iniciar as plantações. Quando a estrutura básica já estivesse concluída, deslocava-se a população.

A cidade de São Paulo tem origem na criação de um aldeamento, implantado pela Companhia de Jesus e por seus colaboradores. Por volta de 1553, os jesuítas demandam à Coroa uma porção de terra, com o objetivo de fundar uma comunidade voltada à catequese dos índios. A área do planalto é escolhida como sítio ideal para fundar-se a Vila de Piratininga e erguer a nova sede do Colégio.[99]

A capitania de São Vicente contava nesse momento com três importantes povoações: a vila de São Vicente, fundada em 1532; a vila de Santos, fundada em 1539 e a vila de Santo André da Borba, fundada em 1553. Tais povoações tinham como característica comum estarem situadas no litoral. A escolha do local para se instalar a vila de Piratininga demonstrou o interesse pela ocupação mais ao interior, longe da região litorânea.

---

[99] Ver TOLEDO, R. *A Capital da Solidão. Uma história de São Paulo das origens a 1900.* São Paulo: Editora Objetiva, 2003. Planalto era a denominação do platô que compreendia a colina formada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú, onde se fundou a cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1554. Próximo a essa colina, os jesuítas ergueram a sede do Colégio. O nome Piratininga significava na língua tupi "peixe seco" ou "peixe a secar" e estava relacionado ao fenômeno das cheias que despejavam peixes nas margens do rio. Outra explicação seria o uso do nome pelos índios para localizar um acidente geográfico. O nome foi utilizado pelo padre Anchieta, que costumava assinar as cartas enviadas para Portugal – São Paulo de Piratininga (TOLEDO, R., 2003:101).

Na descrição de TOLEDO, R. (2003:98), vemos erguer o povoado, ainda de forma precária, porém situado cuidadosamente a partir das vantagens geográficas propiciadas pelo lugar:

> O local era uma elevação, na confluência de dois rios. Oferecia vantagens várias. Água próxima, bom clima, segurança. Como se trata de uma elevação, permitia que se divisasse o inimigo ao longe. [...] Tal elevação, uma colina exígua, ou pequeno platô, situada a 25 ou 30 metros acima dos campos ao redor, tem a forma aproximada de um triângulo. Um dos rios, o Anhangabaú, limitava-a no lado mais voltado para noroeste, o outro, o Tamanduateí, no lado nordeste, formando ambos o "V". O terceiro lado, além de protegido por escarpa abrupta, dava para uma várzea que, de tão úmida, oferecia como que uma terceira barreira aquática a quem pretendesse aceder à colina. Trata-se da área do chamado centro Velho de São Paulo.[100]

Reproduzindo práticas já observadas na formação de outras cidades coloniais, a vila se instala no ponto mais alto do planalto, abrigando a sede do Colégio Jesuíta. Essa localização, no alto da colina, retrata a preferência pelos padrões de defesa e proteção, típicos dos modelos portugueses que elegiam o cume dos morros o local ideal para situar a cidade.[101]

A formação inicial da vila constituiu-se basicamente na presença de algumas habitações indígenas e do Colégio[102]. Este era representado, nas palavras de TOLEDO, R. (2003:99), por uma "construção rústica, com paredes de barro e pau e telhado de palha, levantada pelos índios, com 14 passos de comprimento por dez de largura [...]. Seu único cômodo estava destinado a servir ao mesmo tempo de escola, enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e despensa".

O povoado original localizava-se próximo às aldeias de Piratininga e Maniçoba. Conformando a região do triângulo, encontravam-se as comunidades de Tibiriçá (atual Largo do São Bento), ao pé da colina, e a comunidade de Caiuby. O núcleo central era definido pela sede do Colégio Jesuíta, junto à residência paroquial; a Igreja Matriz da Sé e três ruas principais: a Direita de Santo Antônio (atual Direita); a Direita de São Bento (atual São Bento) e a rua do Rosário (atual 15 de Novembro). Como mostra o desenho, o pátio do Colégio e o largo diante da

---

[100] Ver TOLEDO, R. (2003:98). O núcleo original do povoado vai permanecer como nó central da cidade por muito tempo, e abrigará as principais instituições do período colonial.

[101] Fazendo referência ao modelo português implantado na criação de cidades brasileiras, MARX, M. (1980:19), afirma que a "preocupação com a defesa e a busca de condições topográficas especiais" foram motivos fortes que levaram à implantação da cidade.

[102] Nesse período de formação da vila, o edifício do Colégio Jesuíta não passava de um prédio em precárias condições. Em meados do séc. XVII, tal edifício seria demolido, dando lugar à construção que se encontra atualmente.

Sé formavam os espaços centrais do povoado. No entorno, existiam poucas ruas e quadras edificadas. (FIG. 141)



FIG. 141 – PLANTA ESQUEMÁTICA DE SÃO PAULO
O desenho esboça o triângulo original de ocupação, com a região da Sé e do Colégio, e as edificações existentes no período.
FONTE: São Paulo - *vila* cidade metrópole (REIS FILHO, 2004)

Diferentemente das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro, cuja ordenação espacial desenvolveu-se voltada para o mar, São Paulo configurou-se tendo como limite os rios Tamanduateí e Anhangabaú. Em relação aos seus espaços públicos originais, a presença da típica praça em forma de "u" – aberta na direção portuária, como a praça Municipal de Salvador, o Paço Imperial do Rio de Janeiro e o Terreiro do Paço em Lisboa – não foi identificada na estrutura urbana do povoado.

Estudando a ordenação espacial da cidade de São Paulo, REIS FILHO (2004) afirma que o traçado de ruas era resultante de certas diretrizes básicas: a primeira referia-se aos caminhos de acesso à povoação e a segunda, ao conjunto dos caminhos das águas. Essas duas referências direcionaram a formação e o crescimento da cidade, originando um núcleo mais concêntrico. [103] O

[103] A influência da região portuária e da presença de fortificações na formação do traçado das cidades litorâneas foi decisiva para estabelecer uma configuração radial. Essas cidades estavam subordinadas às funções que se desenvolviam além-mar com a Metrópole. A cidade era voltada para esse horizonte, de onde iam e vinham autoridades, pessoas, mercadorias... A localização do povoado de São Paulo, voltada para o interior, deu origem a uma configuração do tipo concêntrica. Pois, estando longe do porto, as trocas fundamentais para a sobrevivência da cidade eram realizadas por terra. Os caminhos de acesso à vila representavam o eixo principal do tráfego de pessoas

Largo da Matriz, enquanto conjunto urbano, configurou-se como um típico vazio defronte a igreja, emoldurado pelas edificações e pelo livre traçado resultante dos caminhos básicos da cidade:

> Naqueles tempos o traçado das ruas de uma vila atendia a algumas referências fundamentais. Em primeiro lugar era preciso manter desimpedidos os caminhos de acesso à povoação. Conhecendo os caminhos, poderíamos observar que tinham continuidade para dentro dos muros, em direção à praça central (REIS FILHO, 2004:19).

O desenho abaixo mostra o núcleo original configurado a partir dessas diretrizes. Em azul, o caminho das águas e, em bege, os caminhos de acesso à vila. O largo da Sé encontra-se na confluência do caminho das águas, bem como nas rotas de acesso ao povoado. (FIG. 142)

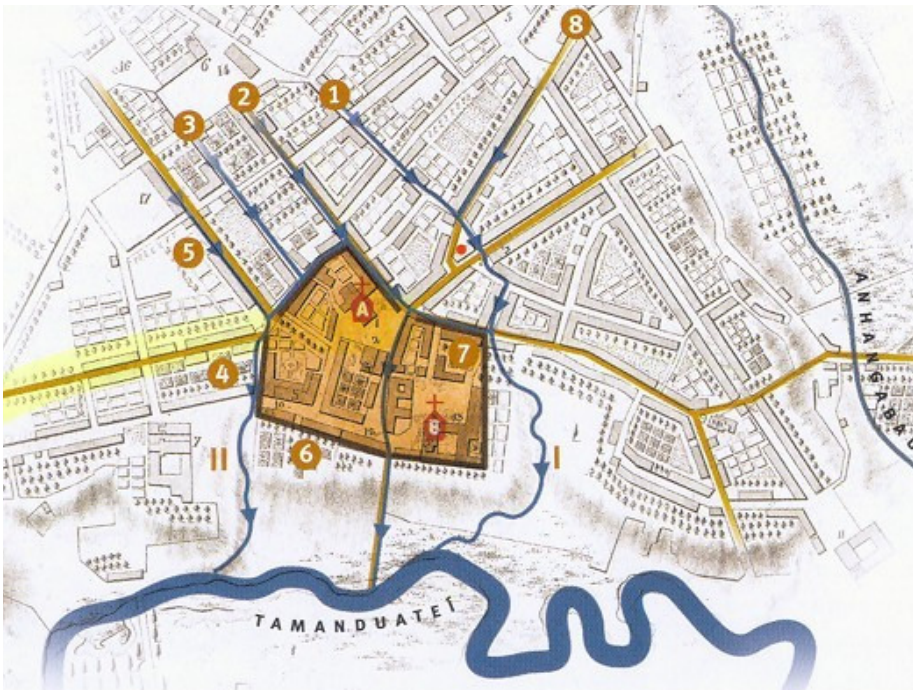


FIG. 142 – MAPA DE CAMINHOS DAS ÁGUAS E CHUVAS E PRINCIPAIS ACESSOS À VILA
r. Quintino Bocaiúva (1), r. de São Gonçalo (2), r. da Esperança (3), transversal à r. de Santa Teresa (4), r. do Quartel (5), r. do Carmo (6), r. das Casinhas (7), ladeira General (I) e Av. Rangel Pestana (II); Igreja Matriz (A) e Colégio Jesuíta (B).

FONTE: São Paulo - *vila* cidade metrópole (REIS FILHO, 2004)

e mercadorias, por onde se estabeleciam as trocas fundamentais. Ou seja, a cidade estava subordinada a um núcleo portuário, no caso Santos e São Vicente, "eixo de ligação com a Europa" (REIS FILHO 2004:19).

O povoado acede à categoria de vila por volta de 1560, quando o governador Mem de Sá transfere a vila de Santo André para as terras da Piratininga, inaugurando assim um período de independência administrativa. A mudança instituiu a demarcação das terras, compreendendo o rossio[104] e a transferência da Câmara e Cadeia, bem como do Pelourinho. Esse fato traz também a transformação da população residente no povoado: o pequeno núcleo deixa de ser um aldeamento constituído apenas por indígenas e passa a abrigar uma população de portugueses.[105]

O final do séc. XVI marca também a chegada de outras ordens religiosas à vila de São Paulo de Piratininga e a construção das respectivas sedes: o convento e a igreja do Carmo, construídos em 1594; o mosteiro de São Bento, de 1598 e, posteriormente, os franciscanos, formando o núcleo religioso da vila, observado no croqui da colina histórica. Essas ordens influenciaram diretamente o desenho da cidade, ao configurar, com suas igrejas, largos e praças, os espaços de uso coletivo, além de formar o que seria o núcleo central da cidade. No detalhe da paisagem retratada por Massaii, observa-se a cidade de taipa com seus monumentos religiosos mais importantes: a Igreja Matriz e o Colégio Jesuíta[106]. (FIG. 143)

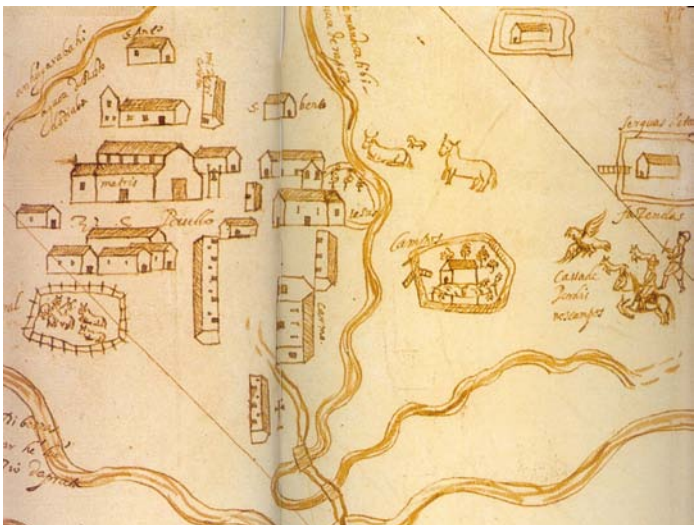


FIG. 143 – DETALHE do DESENHO da "*VILLA DE SPAULO*", ALESSANDRO MASSAII, 1608/16.

FONTE: São Paulo – *Vila,* Cidade, Metrópole (REIS FILHO, 2004)

[104] Denominava-se rossio ou rocio a porção de terra delimitada pelo governo, configurando um espaço de uso comum para os moradores (MARX, M., 1991).

[105] Como descreve TOLEDO, R. (2003:112) a vila de São Paulo muda totalmente o seu perfil populacional: os índios abandonam suas casas, sendo estas ocupadas por portugueses transferidos de Santo André. Além do mais, o próprio Colégio Jesuíta, após ser remontado em São Vicente, retorna a São Paulo para desempenhar outra função não mais como local de catequese indígena, mas de Colégio educativo para os filhos de portugueses.

[106] As ordens religiosas tiveram um importante papel na configuração dos espaços de uso coletivo no período colonial. Em Minas, onde a entrada das ordens primeiras foi proibida, desenvolveram-se as chamadas ordens terceiras, resultando na multiplicação de igrejas, capelas com seus largos e adros. A cidade de Ouro Preto é um exemplo no que diz respeito à quantidade de edificações religiosas.

A imagem da reconstituição abaixo mostra a área de formação inicial da vila de Piratininga, com o triângulo religioso:

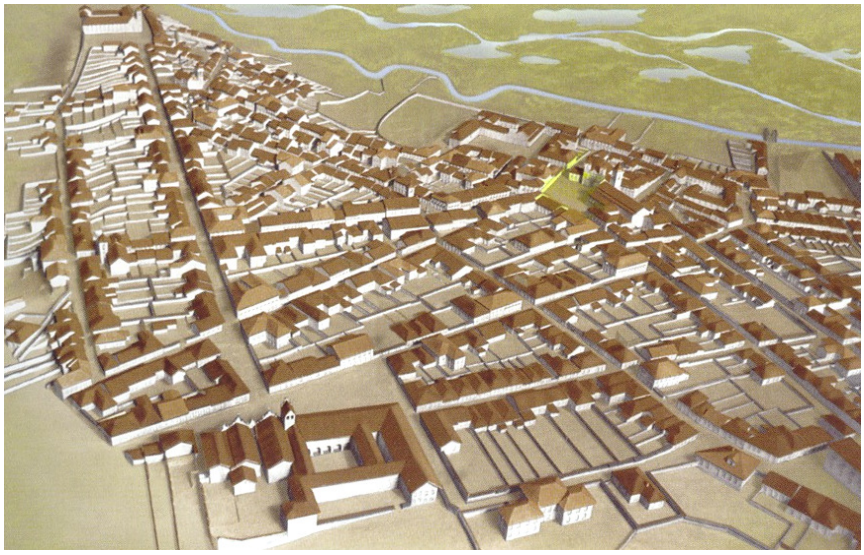


FIG. 144 – MAQUETE DE SÃO PAULO (SÉC. XVII) – MUSEU PAULISTA
Triângulo histórico – Carmo (1), São Bento (2), São Francisco (3) e o núcleo central (4)
FONTE: São Paulo – *Vila,* Cidade, Metrópole (REIS FILHO, 2004)

A consolidação dos espaços religiosos foi liderada pela Igreja Matriz, cuja função e hierarquia estavam acima das demais. O início da construção da Matriz original data de 1555, mas o edifício só foi completado por volta de 1612.[107] No seu interior ocorriam, além das cerimônias religiosas, algumas atividades administrativas, que denunciavam a falta de edifícios institucionais[108] nos primeiros anos da vila. O domínio visual das igrejas reinava absoluto na paisagem. A Igreja do Carmo era o edifício que mais se destacava, pelas suas proporções e por estar situado em uma cota mais alta.

O desenvolvimento da vila acontece no séc. XVII, com a atividade agrícola despontando como economia de exportação, sobretudo a cultura de trigo. A agricultura comercial de exportação de trigo para os centros do litoral, “em especial a capitania do Rio de Janeiro”, incide como fenômeno principal de desenvolvimento econômico do planalto paulista. Paralelamente, acontece o redesenho do núcleo urbano, com “uma intensa redistribuição de terra”, conferindo o surgimento

[107] Ver TOLEDO, R. (2003:132). Existe certa controvérsia sobre a data de conclusão da Igreja.

[108] REIS FILHO. (2004:27) afirma que a existência do edifício da Casa de Câmara só apareceu documentada por volta de 1575 e 1584. O edifício de taipa de mão não resistiria muito tempo: “de início não existia edifício para a Casa de Câmara; os edis se reuniam nas casas dos procuradores ou dos juízes”.

de algumas fazendas no planalto. Como descreve TOLEDO, R. (2003:147) “a vila não era mais só a vila”, correspondia a “um colar de chácaras, sítios e fazendas, quando não de aldeamentos”.[109]

Nesse período, destaca-se a figura do Governador-Geral, D. Francisco de Sousa, autoridade máxima, que comparece para orientar o desenvolvimento da cidade. Segundo REIS FILHO (2004:40), D. Francisco implantou diretrizes para a organização dos espaços urbanos, inclusive com a participação de técnicos de engenharia: propiciou o desenvolvimento de novas ruas, de traçado regular, bem como a expansão do núcleo urbano.[110]

Na cidade do séc. XVII, os limites do rossio compreendiam um retângulo aproximado de “meia légua”, contendo ao centro o Largo da Igreja Matriz. Este, por sua vez, simbolizava a centralidade urbana e, com o pátio do Colégio Jesuíta, constituía um dos conjuntos mais importantes da cidade. Segundo MILANESI (2002:64), um representava o domínio religioso, o outro viria a constituir o domínio político.[111] (FIG. 145)

A imagem abaixo mostra em destaque o núcleo original com suas principais construções, realizado sob a Planta da Restauração de 1765/1780:



FIG. 145 – DETALHE NÚCLEO ORIGINAL DA VILA DE SÃO PAULO PLANTA DA RESTAURAÇÃO 1765/1780

FONTE: São Paulo: vila, cidade e metrópole (REIS FILHO, 2004)

[109] O desenvolvimento da atividade agrícola na região do planalto paulista teve como problema a existência de mão-de-obra rural. Para suprir essa carência, buscou-se adequar a mão-de-obra indígena. Esse fenômeno de escravização do índio despertou outra questão: o papel dos jesuítas como defensores dos indígenas. O embate entre os jesuítas e as autoridades resultou em medidas radicais como a expulsão da companhia das terras paulistas, a 13 de julho de 1640.

[110] Em 1599 D. Francisco torna-se o responsável pela governança da cidade de São Paulo. Registra-se nessa época a presença do engenheiro militar Baccio da Filicaya e de Alessandro Massaii (REIS FILHO, 2004:40). Ao primeiro atribui-se a autoria do traçado retilíneo de novas ruas, bem como de novas áreas.

[111] Com a expulsão dos jesuítas, o Colégio passa a abrigar o Palácio do Governo.

Quanto ao desenvolvimento urbano da cidade, REIS FILHO (2004:42) destaca que "as principais diretrizes urbanísticas" correspondem à abertura de novas ruas na região central. Na imagem abaixo, observa-se o núcleo principal, limitado pela muralha e os principais eixos de crescimento da cidade. Em vermelho, as novas ruas.



FIG. 146 – PRINCIPAIS RUAS ABERTAS, EXTRAMUROS, SÉC. XVII

A – Matriz da Sé e B – Pátio do Colégio

FONTE: São Paulo: vila, cidade e metrópole (REIS FILHO, 2004)

O crescimento da cidade durante o séc. XVII caracterizou-se por uma ordenação e disciplina do traçado urbano. A importância do Largo da Matriz aparece nas primeiras intenções de embelezamento da cidade e de seus espaços coletivos. Uma nova conformação para a região central seria projetada para enobrecer a cidade e a "praça dela". Alguns terrenos seriam desapropriados e casas demolidas, para se criar uma praça *digna* do novo *status*. Tais intervenções modificariam gradativamente a aparência da cidade: sai a cidade modesta e entra a cidade dos sobrados. Nesse processo, algumas construções são refeitas e outras modificadas, como, por exemplo, o Colégio.

A descoberta do ouro nas Minas Gerais influenciou o destino da vila de Piratininga ao deslocar o foco da agricultura para a economia da mineração. Como resultado de estratégias políticas, funda-se a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. A vila, agora retomada pela Coroa

Portuguesa, tornava-se um dos centros urbanos mais importantes. A primeira providência a ser tomada foi a elevação da vila de São Paulo de Piratininga à categoria de cidade.[112]

A imagem da cidade de São Paulo, no séc. XVIII, assemelhava-se à maioria das típicas cidades coloniais brasileiras. Constituía-se de um conjunto de ruas conformando largos e becos. TOLEDO, R. (2003:233) retrata essa paisagem na sua descrição:

> As ruas eram estreitas e sujas e, além disso, freqüentemente atravancadas pelo abuso de moradores que nelas despejavam entulho ou abriam buracos, quando não as bloqueavam com o intuito arbitrário de ganhar exclusividade sobre seu uso. O estado em que se apresentavam os numerosos becos que se incrustavam, como vias secundárias, na malha urbana pode ser avaliado pelos nomes que ostentavam: beco Sujo, beco do Inferno, beco do Mosquito.

Por volta de 1765, a Coroa Portuguesa decide reinstalar a autonomia da Capitania de São Paulo e nomeia D. Luís A. de Souza Botelho Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, primeiro governador da cidade. Sua chegada ao planalto paulista caracterizou-se por um ciclo de reformas e reestruturação urbana, sobretudo nos espaços representativos da cidade. O conjunto do Colégio dos Jesuítas, "um dos lugares mais marcantes, se não o mais marcante da cidade", passou a sediar o Palácio do Governo, evidenciando assim a troca de poderes: de "largo do Colégio" passava a "largo do Palácio".[113]

Em relação à arquitetura, observa-se um maior apuro construtivo e estético, que se manifesta no desenvolvimento de detalhes ornamentais: aparece o uso de molduras, vergas arqueadas, sobrevergas e ombreiras. Segundo REIS FILHO (2004:91), essas mudanças corresponderam a "um modo mais formal de tratamento das fachadas, a um cuidado especial na apresentação dos edifícios perante os espaços públicos, a uma valorização das ruas e praças e simultaneamente, da própria arquitetura. As casas, como os conventos e as principais obras públicas, já não eram vistas apenas como construções de caráter utilitário".[114]

---

[112] O fato retratava a importância adquirida pela vila, pois apenas alguns núcleos urbanos possuíam o título. Dentre eles contavam: Bahia, Rio de Janeiro, Olinda, Paraíba, São Luís e Cabo Frio. Posteriormente, em 1720, a Capitania de São Paulo e Minas seria desmembrada (TOLEDO, R., 2003:202).

[113] Morgado de Mateus tinha formação militar e sua chegada a São Paulo teve como objetivo fortalecer a capitania e evitar a invasão espanhola na região. A cidade continha na época uma população de 14.760 habitantes (sem contar os escravos). Foi responsável pela organização das Companhias de Ordenanças, espécie de milícias locais, cuja função era de proteção das vilas e cidades (TOLEDO, R., 2003:220).

[114] Datam dessa época a construção da Igreja de São Pedro dos Clérigos (1740), a ampliação do Colégio Jesuíta (1741), a construção da nova Sé (1746), do Quartel (1775-90), da nova Casa de Câmara e Cadeia (1792), e a reforma de todos os conventos e Igrejas.

Os recintos religiosos foram de extrema importância na consolidação da paisagem colonial. Como descrito nas impressões de Morgado de Mateus, a cidade destacava-se pelos seus templos:[115]

> Está edificada a cidade de São Paulo, no meio de uma grande campina em sitio um pouco elevado, que a descobre toda em roda. O seu terreno é brando e tem as ruas planas, largas e direitas e algumas bem compridas, porém, não são calçadas, todas as paredes dos edifícios são de terra; [...], mas não deixa de ter conventos, e bons templos, e altas torres da mesma matéria com bastante segurança e duração**; os mais suntuosos e melhores são a Sé, este colégio que foi dos jesuítas, especialmente o seminário em que estou aquartelado, a Igreja do Carmo, e seu convento que se está reedificando, a de São Bento, que não está acabada, e o de São Francisco que é antigo, e o pretendem reformar**. (grifos meus)

A paisagem da antiga vila colonial ia, gradativamente, caracterizando-se pelas torres de igrejas e pelas construções assobradadas, como se pode observar no desenho de Arnauld Julien Pallière.



FIG. 147 – DETALHE AQUARELA DE ARNAULD JULIEN PALLIÈRE, 1821
FONTE: São Paulo: *Vila*, Cidade e Metrópole (REIS FILHO, 2004)

A reformulação dos espaços urbanos, na região central, englobaria o Largo da Matriz. Este iria transformar-se no Largo da Sé, legitimando sua hegemonia como espaço religioso.[116]

---

[115] Carta de Morgado de Mateus ao Marquês de Pombal, 1766, in *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, v. 73, 1952:62.

[116] Após a Independência, a cidade vê-se transformada em capital da província de São Paulo, e tem o seu desenvolvimento acelerado em função da produção agrícola cafeeira, no vale do Paraíba.

A PRAÇA DA SÉ – O MARCO ZERO

> Uma Igreja, uma praça; regra geral nas nossas povoações antigas. Os templos, seculares ou regulares, raramente eram sobrepujados em importância por qualquer outro edifício, nas freguesias ou nas maiores vilas. Congregavam os fiéis, e os seus adros reuniam em torno de si as casas, as vendas e quando não o paço da câmara. Largos, pátios, rocios e terreiros, ostentando o nome do santo que consagrava a igreja, garantiam uma área generosa à sua frente e um espaço mais condizente com o seu frontispício. Serviam ao acesso mais fácil dos membros da comunidade, à saída e ao retorno das procissões, à representação dos autos-de-fé. E, pelo seu destaque e proporção, atendiam também a atividades mundanas, como as de recreio, de mercado, de caráter político e militar. (MARX, 1980:54)

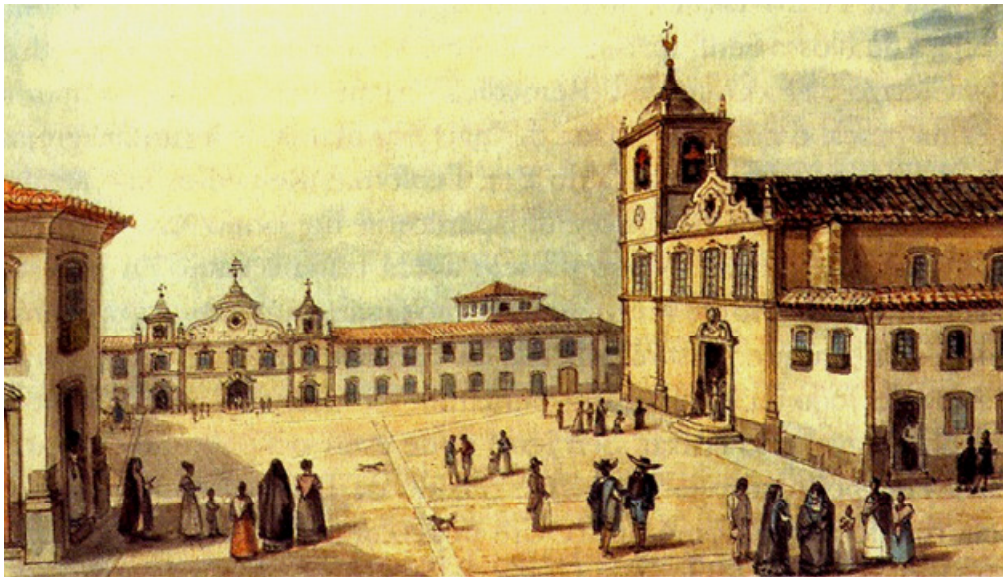


FIG. 148 – LARGO DA MATRIZ – AQUARELA "*SÃO PAULO: SÃO PEDRO*" – DEBRET, 1817
Vista da matriz agora transformada em sede do bispado
FONTE: São Paulo: *Vila*, Cidade e Metrópole (REIS FILHO, 2004)

O Largo da Sé caracteriza um modelo de praça presente desde a formação de nossas cidades coloniais: a praça da igreja. Espaço de sociabilidade, a praça religiosa servia de referência para a cena urbana. Como afirma MARX (1980:56), em toda parte, deparamos-nos com estes espaços – largos, pátios, rocios, terreiros e praças –, cuja função, além de realçar "o principal templo da localidade", correspondiam ao "mais importante pólo urbano, o centro da vida mundana".

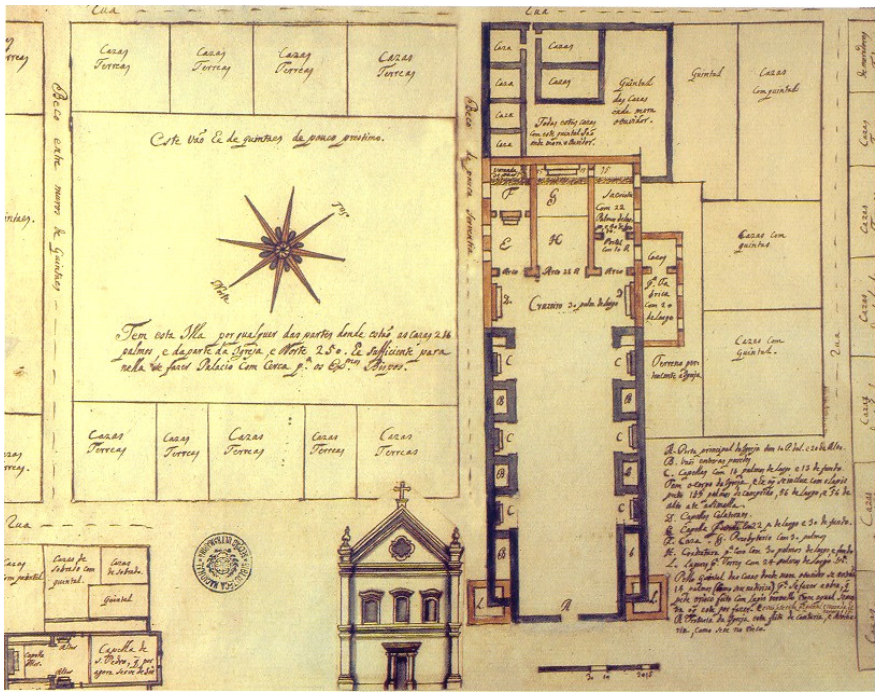


FIG. 149 – DESENHO DA IGREJA MATRIZ, 1746

FONTE: São Paulo: *Vila*, Cidade e Metrópole (REIS FILHO, 2004)

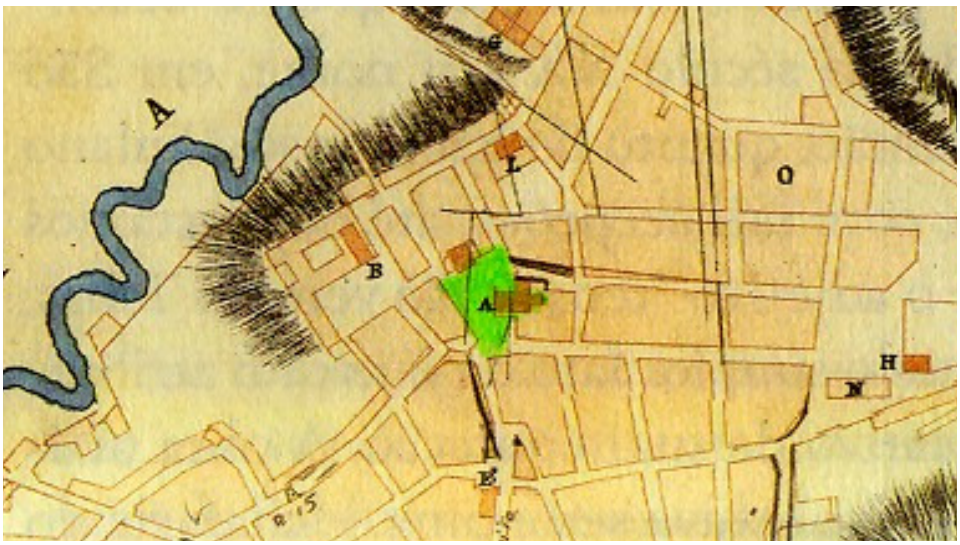


FIG. 150 – DETALHE da "*PLANTA da CIDADE de S. PAULO*" de RUFINO JOSÉ F. e COSTA (1810).

EM DESTAQUE O LARGO DA SÉ - A MATRIZ (A) E A IGREJA DE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS

FONTE: São Paulo: *Vila*, Cidade e Metrópole (REIS FILHO, 2004)

Na história de São Paulo, o Largo da Sé constituiu um dos principais espaços urbanos. Juntamente com o Pátio do Colégio formou o núcleo original da cidade, representando seu marco zero. Observando sua trajetória, a praça que se instalou como o principal recinto religioso conservou-se como espaço simbólico no contexto urbano, apesar das inúmeras mudanças e transformações ocorridas.

No detalhe do mapa, realizado por José Jacques da Costa Ourique em 1842, vê-se, em destaque, o núcleo original desenvolvido em torno do Colégio e da Igreja Matriz, que configurava o ponto central da malha urbana, para onde se dirigiam os principais acessos da cidade. (FIG. 150)

Espaço estratégico, o Largo da Matriz adquiriu maior importância no contexto citadino a partir de meados do séc. XVIII. Dois fatores contribuíram significativamente para a legitimação do largo como espaço referencial: a construção de mais uma igreja – São Pedro dos Clérigos[117] – e a mudança de *status* da Matriz, elevada a Catedral Metropolitana. Esse fato desencadeou a substituição da antiga Matriz por uma arquitetura condizente com seu novo *status*. Encontrando-se a Igreja Matriz em péssimo estado, iniciou-se sua demolição para dar lugar à nova Catedral da Sé. A importância desse fato pode ser destacada nas palavras de TOLEDO, R. (2003:224): "o largo não era mais apenas o 'da matriz'", simples igreja pertencente ao vigário. A cidade de "São Paulo era sede de bispado, portanto, tinha direito a ter uma sé. O largo passou a 'da Sé'". (FIG. 148 e 149)

A nova Catedral apresentava uma arquitetura modesta: uma torre sineira, frontispício triangular arrematado por volutas, porta central com escadaria de pedra, e a triologia de janelas acima da portada principal. O desenho de Miguel Benício Dutra retrata a transformação da igreja com a introdução de novos elementos arquitetônicos: molduras decorativas, cimalhas, vergas curvas e alicerces salientes. (FIG. 151)

Na nova igreja concentravam-se, então, as principais festividades. Representando o ponto de chegada e saída das procissões religiosas, essas festas chegavam a promover a maior concentração da população na região central[118]

[117] A Igreja de São Pedro dos Clérigos teve sua construção finalizada em 1740 (TOLEDO, R., 2003).

[118] MILANESI (2002:64). Na condição de marco urbano, o Largo da Sé sediou as principais transformações da cidade quando esta adquiriu importância no panorama nacional, após o desenvolvimento da produção cafeeira.



FIG. 151 – IGREJA DA SÉ 1847

No largo da Sé, que teria uns cinqüenta metros de fundo, por cem de frente, ficava a Igreja da Sé, estilo colonial pobre, com uma só torre, escadaria na parte central, e uma construção aderente, ao lado, para sacristia e dependências. Na frente estacionavam tílburis de aluguel. Dez tostões a corrida **(AMERICANO, 2004:120)**

FONTE: São Paulo: *Vila*, Cidade e Metrópole (REIS FILHO, 2004)

O desenvolvimento econômico de São Paulo, baseado na economia cafeeira, refletiu notadamente na reformulação dos seus espaços urbanos. A implantação da ferrovia, a partir da criação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e do sistema de bondes de tração animal, e o estabelecimento dos "barões de café" e dos imigrantes na cidade constituíram novos hábitos e práticas de sociabilidade na cena pública paulista. (FIG. 152)

Esse crescimento econômico, vinculado ao desenvolvimento do vale do Paraíba, propiciou o enriquecimento da burguesia cafeeira. Como principal centro de negócios, a cidade de São Paulo iria absorver esse enriquecimento financeiro, refletindo em melhorias urbanas:

> Quando a ferrovia começou a funcionar provisoriamente entre São Paulo e Santos, o principal obstáculo estava vencido. Sete anos depois, em 1872, quando a Companhia Paulista chegou a Campinas, partindo de Jundiaí, a expansão para o oeste ganhou novo impulso. A cada avanço das ferrovias correspondia um novo conjunto de pequenas estradas em suas extremidades, que levavam à conquista de outras terras férteis e ao aumento de produção rural, levando mais riqueza ao comércio da cidade de São Paulo e mais recursos aos cofres públicos, o que significava novos investimentos em obras e serviços. São Paulo se tornava o nó central de um grande sistema de ferrovias e estradas carroçáveis (REIS FILHO, 2004:112).

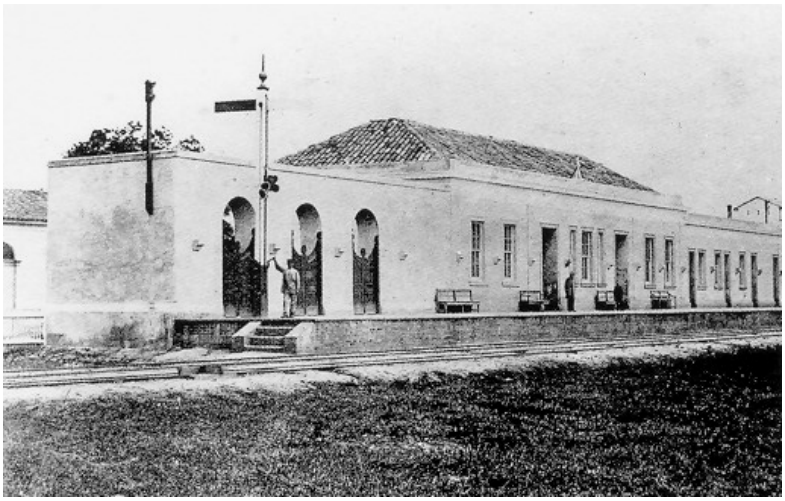


FIG. 152 – PRIMEIRA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SÃO PAULO, 1867

FONTE: São Paulo: *Vila*, Cidade e Metrópole (REIS FILHO, 2004)

A cidade paulistana inicia, nesse momento, uma grande transformação paisagística, perdendo suas características de espaço colonial. Consolidando um ambiente mais "cosmopolita", a cidade ia transformando-se, gradualmente, na metrópole digna do título de "Capital do Café". Essa mudança, incentivada sobretudo pelos setores dominantes, ocorreria juntamente com o processo de modernização implantado nas principais cidades brasileiras, caracterizado por uma intensa atividade nos centros históricos:

> As reformas não envolviam apenas a modernização técnica, com a criação de um novo tipo de paisagem urbana mas também a destruição de todos os vestígios do cenário anterior, do passado monárquico e do período colonial (REIS FILHO, 2004:139).

Essas reformas abrigaram, como cenário principal, o centro urbano. A criação e melhoria de serviços públicos, a partir de iniciativas oficiais, transformaram o perfil do centro, modificando o seu caráter funcional e morfológico. A substituição do casario colonial por prédios comerciais alterou gradativamente o uso residencial para comercial e serviços, atingindo principalmente a região do Largo da Sé. As obras de saneamento – instalação de água e esgoto, empreendidas por João Teodoro Xavier de Matos entre 1872 e 1875 – foram uma das primeiras transformações. A criação do Jardim Público (Jardim da Luz), da Faculdade de Direito, do Seminário Episcopal, do Mercado e do Matadouro, o calçamento do Largo da Sé, a implantação de um sistema de vias interligando bairro ao centro valorizaram a região central, permitindo uma maior acessibilidade (REIS FILHO, 2004:125).

O Largo da Sé aparece como palco principal dessas intervenções. Deixando de ser apenas uma extensão do espaço religioso, passa a acolher festividades e manifestações de caráter cívico. Juntamente com a transformação do seu perfil religioso, um novo acontecimento vem reforçar a

legitimidade do Largo como nó central do espaço urbano: a implantação da primeira linha de bonde – "diligências sobre trilhos" –, estabelecendo dois pontos de parada: o Largo da Sé e a Estação da Luz. Esse fato sobrepôs às funções religiosas desempenhadas pelo Largo uma nova função: ponto de referência do transporte coletivo. O Largo passou a ser utilizado, também, como pátio de estacionamento de *tílburis*, como mostra a foto de época.[119]

FIG 153 – LARGO DA SÉ – CATEDRAL E IGREJA DE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS

Na imagem vêem-se os fiacres estacionados; a linha de bonde, no canto à esquerda, e o novo calçamento do largo.

FONTE: São Paulo 450 anos (CADERNOS DE FOTOGRAFIA BRASILEIRA, 2004)



A região do triângulo iria consolidando-se como o centro comercial da cidade de São Paulo. Multiplicavam-se lojas, cafés e teatros, intensificando a vida cotidiana em torno da Sé.

Em 1872, a cidade ganharia um novo elemento determinante no uso dos espaços urbanos: a iluminação a gás. Confirmando sua importância como um dos espaços de referência paulistano, o Largo da Sé, juntamente com o Pátio do Colégio, foram escolhidos para a implantação do primeiro sistema de iluminação.[120] A novidade possibilitaria a permanência, ou utilização, da região em períodos noturnos. Uma nova rotina de funções passaria a existir na cena urbana, introduzindo a figura do *iluminador* da cidade.[121]

---

[119] Ver MILANESI (2002: 65). A Cia. Carris de Ferro de São Paulo era operadora responsável pelo serviço. O ponto de partida era o Largo da Sé, com horários fixos. Havia duas rotas alternativas, permitindo a circulação em todo o núcleo central da cidade (TOLEDO, R., 2003:368). Data de 1858 o início do serviço de *tílburis* de aluguel.

[120] A ocasião é descrita por TOLEDO, R. (2003:367) como um evento festivo, característico das festas cívicas, mas desta vez, com arcos decorativos iluminados pela nova tecnologia. A *São Paulo Gás Company*, empresa londrina, era a operadora responsável pelos serviços na cidade paulista.

[121] Em 1852, a Câmara paulistana desenvolve o sistema de numeração central. O Largo da Sé, onde se localiza a catedral, torna-se o ponto de referência para a numeração das casas: "as ruas da cidade começam do lado mais

Na descrição do cronista Jorge Americano (2004:125), observam-se esses novos *tipos* urbanos:

> O homem vinha ao cair da noite com um pau comprido ao ombro, tendo na parte inferior uma seringa de borracha, de onde saía um tubo estreito até a ponta superior, com um gancho de ferro.
> Parava e acendia. Na frente da nossa janela, havia um lampião e todas as tardes ao anoitecer eu assistia ao ato. Dia e noite ardia uma chamazinha. Com um gancho, o homem torcia o registro do bico maior, e, premindo a seringa, soprava a chama contra o bico aberto e o acendia.

A construção do reservatório da Consolação marca o início das operações realizadas pela Companhia Cantareira de Águas e Esgotos. Como conseqüência da política de saneamento empreendida na cidade[122], São Paulo teria seu território ampliado a partir de aterros, desmontes e abertura de novos espaços. Essas transformações visavam à circulação de ar e de mercadorias, à implantação de arborização urbana e à reconfiguração de praças, largos e espaços coletivos.

O séc. XX registraria um período fértil de propostas e intervenções na cidade de São Paulo, contemplando, novamente, a região central: urbanização do parque Dom Pedro II e do vale do Anhangabaú[123]. Desse conjunto de reformas e intervenções, destaca-se o primeiro projeto de ampliação do Largo da Sé, empreendido pelo Conselheiro Antônio Prado[124], em 1910, cujo resultado seria a transformação morfológica da praça.[125]

---

próximo da Sé". Ver: Matriz de São Paulo - Sé (1616-1764-1913-1954) in http://www.aprenda450anos.com.br/ – acesso em 5 out. 2007

[122] Em 1892 é criada a Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo. As primeiras medidas objetivam um estudo de propostas anteriores, relativas ao rio Tietê, e o início das obras de retificação (LEME, 1999).

[123] A urbanização do vale foi motivo de divergências, resultando em uma série de propostas: projeto do vereador Silva Telles (1906); projeto da Diretoria de Obras da Prefeitura Municipal, sob responsabilidade de Victor da S. Freire e Eugênio Guilhem (1907); projeto do Governo Estadual de autoria de Samuel das Neves; plano do urbanista francês Joseph Bouvard (1911). Bouvard conseguiu conciliar as propostas existentes, concebendo o "Plano de Melhoramentos da Província de São Paulo". Da realização do projeto destaca-se a criação de um parque na região do vale (Simões Júnior apud LEME,1999).

[124] MILANESI (2002:69) comenta sobre a importância das obras empreendidas pelo Conselheiro Antônio Prado. Arborização e ampliação de praças e largos foi destaque na sua gestão.

[125] Esse processo ocorreu simultaneamente ao desenvolvimento do setor oeste (loteamentos de Campos Elíseos e Higienópolis), e à valorização da região do Vale do Anhangabaú, com a construção do Viaduto do Chá (1892) e do Teatro Municipal (1902-1911). O Teatro Municipal desempenhou um importante papel na consolidação de hábitos da sociedade paulistana, como pólo cultural da vida burguesa. Como afirma TOLEDO, R. (2003:284), o teatro servia não apenas como palco de representações, mas "era o lugar por excelência das comemorações cívicas. [...] Representava-se a peça do dia e, de permeio, presentes os protagonistas da cena política, ou pelo menos os protagonistas do lado vencedor, davam-se vivas e faziam-se proclamas".

Tal intervenção correspondeu à demolição de alguns quarteirões adjacentes ao Largo de São Gonçalo (atual Praça João Mendes) e das duas igrejas que configuravam o espaço – Sé e São Pedro dos Clérigos. O objetivo dessa intervenção era adequar a escala dos espaços públicos à escala da metrópole paulista. Surgiria, então, a nova praça da Sé e uma nova Catedral. (FIG. 154)

A proposta de alargamento da praça vinha reforçar a política urbana implantada na época, traduzida nos processos de demolição de quarteirões e ampliação e alargamento de vias de regiões de centro histórico. Na descrição de TOLEDO, R. (2003:494), vemos surgir o novo espaço:

> Agora tudo era uma esplanada só, e no seu ponto mais alto, ali onde o novo espaço se encontrava com a praça João Mendes, é que seria construída a nova catedral de São Paulo.

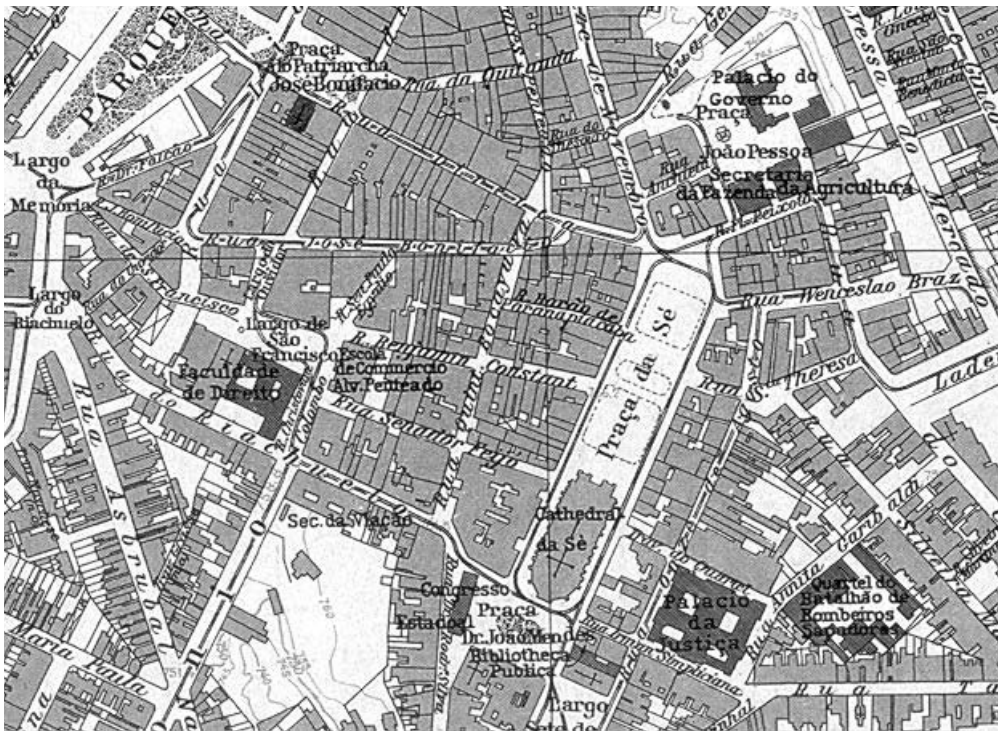


FIG. 154 – DETALHE MAPA DE SÃO PAULO – SARA Brasil, 1930

Destaca-se a ampliação da praça da Sé com o desenho da nova Catedral

FONTE: São Paulo: três cidades em um século (B. TOLEDO, 2004)



FIG 155 – PRAÇA DA SÉ – CONSTRUÇÃO DA NOVA CATEDRAL, 1940
FONTE: www.aprenda450anos.com.br – dez/2005

A nova configuração urbana do antigo Largo da Sé ampliava consideravelmente suas dimensões, rompendo totalmente com seu desenho.[126] A localização anterior da Igreja representava o limite do largo, configurando uma espécie de proteção visual, complementada pelo quarteirão da Igreja de São Pedro dos Clérigos.

Segundo afirma MILANESI (2002:72), a praça foi perdendo seu potencial, consolidando-se como espaço "pouco definido, sem equipamentos que estimulassem a permanência dos cidadãos", assumindo progressivamente o papel de lugar de passagem e circulação. O surgimento de novos espaços públicos e de novos equipamentos permitiu uma reapropriação dos espaços coletivos centrais, contribuindo para o abandono da praça como local de permanência e ponto de encontro.

Contudo, a centralidade em torno da Praça da Sé continuou sendo um espaço de referência. Pode-se observar que, a partir da década de 20, importantes edifícios administrativos e comerciais foram sendo construídos, evidenciando o processo de verticalização do centro da cidade.[127]

---

[126] Inicialmente, o espaço destinado à nova Catedral era menor, porém a configuração final englobou o espaço destinado ao Paço Municipal e o terreno do Antigo Teatro São José. A nova praça ocuparia os três quarteirões já demolidos.

[127] A verticalização do centro de São Paulo ocorreu em razão da valorização da área central e do processo de especulação imobiliária. Permitia-se a construção de edifícios de três ou mais pavimentos, no centro (ROLNIK, 1997; MILANESI, 2002).

O planejamento urbano desenvolvido em São Paulo, no séc. XX, constituiu-se de projetos e intervenções com ênfase nas questões de circulação e sistema viário.[128] Essas intervenções propunham uma reestruturação urbana radical na morfologia existente, evidenciando verdadeiras "operações cirúrgicas" no tecido histórico. Cristalizava-se, dessa forma, o processo de modernização técnica da cidade iniciado no século passado.[129]

Em relação à transformação do espaço público, as praças e parques aparecem como elementos de destaque, sobretudo na composição de novos cenários: loteamentos, avenidas – *parkways* – e áreas de extensão da cidade. Pode-se observar que as intervenções realizadas na região do centro histórico utilizaram como recurso estético a configuração de praças ajardinadas.[130]

Essas propostas, segundo REIS FILHO (2004:186), implicaram a transformação do perfil do centro, estabelecendo "diferenças sociais nos espaços urbanos, mais nítidas do que as que haviam existido no Império escravista". Dois setores vão se distinguir: a região do Vale do Anhangabaú, a Praça do Patriarca e a Praça da República, e o Parque D. Pedro II e a Praça da Sé.

Nas décadas seguintes, o espaço central incorporou o processo de desenvolvimento e urbanização da cidade de São Paulo. Prestes Maia e Ulhôa Cintra idealizaram o Plano de Avenidas – esquema que propunha a reformulação do sistema viário e o desenvolvimento do transporte coletivo – na tentativa de aumentar o tráfego viário, bem como interligar regiões periféricas ao centro. A concepção de um novo sistema de transporte coletivo, o metrô, fora concebido com o objetivo de descongestionar o núcleo central.

---

[128] O período do Estado Novo marcou o impulso da urbanização de centros urbanos brasileiros com a transformação da antiga estrutura viária. Transformações radicais, segundo LEME (1999), ocorreram em várias cidades: São Paulo – Plano de Avenidas de Prestes Maia (1930); Rio de Janeiro – revisão do Plano Agache; Porto Alegre – Plano de Urbanização da Cidade de Arnaldo Gladosh (1938); etc. As propostas têm como referência teórica principal os estudos de Eugéne Henard – "*Teoria geral da circulação*".

Elaborado pelo engenheiro Francisco Prestes Maia, o Plano de Avenidas, como estabelece o título, refere-se à revisão, proposta de "remodelação e extensão do sistema viário de São Paulo de forma a se estruturar como um sistema radial perimetral". Compreendia a concepção de um anel viário, como eixo de ligação entre as avenidas radiais (LEME, 1993).

[129] Esse processo de modernização e implantação de infra-estrutura produziu uma paisagem urbana europeizada, evidenciando uma política de segregação urbana. A reformulação desses espaços, segundo REIS FILHO (2004), privilegiava os setores de renda média e alta.

[130] Segundo REIS FILHO (2004) a política urbana implantada a partir do séc. XX, "tinha como diretriz a valorização dos espaços públicos, com um novo disciplinamento das edificações privadas".

A implantação do Plano de Avenidas, proposta de uma nova estruturação viária, afetou o entorno da Praça da Sé. Esta iria transformar-se no maior terminal paulistano de bondes e ônibus. O novo perfil da praça demonstraria o processo de submissão imposto aos espaços públicos centrais em favor da remodelação do sistema viário. Edifícios, quadras, praças seriam destruídos, demolidos e reorganizados para se efetivar a adequação do tráfego à escala do crescimento urbano.



FIG. 156 – PRAÇA DA SÉ, 1916
FONTE: aol.klickeducacao.com.br – mar/2006

Segundo FERRARA (1993), a função da praça, como centro irradiador de linhas de ônibus e bondes, sujeitou o espaço ao isolamento, dificultando a "sedimentação de atividades" de permanência, uma vez que seu espaço foi tomado pelos veículos de transporte. Ainda que a praça tenha assumido um novo perfil, sobretudo, de apoio ao transporte coletivo, configurando-se como lugar de deslocamento e passagem, pode-se observar a sua apropriação para eventos importantes do cotidiano urbano. Esse fato possibilitou a sobrevivência da sua estrutura como espaço coletivo.[131]

A importância da Praça da Sé como marco histórico foi consolidada em 1934, quando a praça foi considerada oficialmente o marco zero de São Paulo. Esse acontecimento colaborou notadamente para a permanência dos valores simbólicos do espaço na memória urbana da capital

[131] Ver FERRARA, L. A. *Leitura sem Palavras*. São Paulo: Ática, 1993. FERRARA (1993) realiza uma análise do espaço da Praça da Sé, registrando *flashes* da sua história.

paulistana. A introdução de um monumento que aponta para as estradas que partem da cidade cristalizou, definitivamente, no espaço, seu símbolo histórico.



FIG. 157 – PRAÇA DA SÉ – MONUMENTO AO MARCO ZERO DA CIDADE DE SÃO PAULO
FONTE: Foto – Tuca Vieira – www.confoto.art.br – jan/2007

A comemoração do aniversário do IV Centenário de São Paulo foi motivo para a realização de pequenas melhorias no espaço da praça: aplicação do piso de mosaico preto e branco, colocação de mobiliário urbano (bancos, esculturas) e projeto paisagístico. A essas pequenas transformações juntou-se a inauguração da nova Catedral, retomando o caráter religioso do espaço. As festas e comemorações proporcionaram uma ocupação temporária da praça pela multidão, porém marcante para restabelecer a sua função de espaço público, lugar de eventos e manifestações, ponto de encontro.[132]

Na década de 1970, a introdução do sistema de transporte metroviário na cidade de São Paulo promoveu uma intervenção espacial, sobretudo na área central. Essa transformação produziu uma das maiores alterações na Praça da Sé, ao criar a estação de metrô Sé, reurbanizando toda a área da praça.[133] A nova configuração da praça estava totalmente em sintonia com a temática dos grandes vazios urbanos, difundida pela urbanística moderna. A formação da superpraça "modernizou" sua configuração espacial, adequando o espaço à escala da grande metrópole, e também propiciou o surgimento de uma imensa área na região.

---

[132] Nessa inauguração, ocorrida em 1954, o edifício da Catedral encontrava-se inacabado. Faltavam as torres que foram completadas posteriormente.

[133] A Estação da Sé foi inaugurada em 17 de fevereiro de 1974. Interliga as linhas norte-sul e leste-oeste, operando com capacidade para 1 milhão de passageiros por dia. Para maiores informações sobre os espaços públicos originados da intervenção do metrô ver: BARTALINI, Wladimir. *Praças do Metrô: Enredo, Produção, Cenário, Atores*. (Dissertação) Mestrado em Arquitetura, FAUUSP, São Paulo, 1988.

A amplidão do novo espaço possibilitou que antigas formas de apropriação fossem reativadas. A superpraça passou a ser, novamente, palco de manifestações populares e políticas, recuperando sua tradição original. Como exemplo, pode-se citar as manifestações das "Diretas Já", ocorridas em 1984, cujo evento reuniu cerca de 300 mil pessoas. (FIG. 158)



FIG. 158 – MANIFESTAÇÃO DAS "DIRETAS JÁ" NA SUPERPRAÇA DA SÉ, 1984.

***O cenário é a Praça da Sé, centro da cidade de São Paulo. O Brasil ansiava pela democratização e pelas eleições diretas. Movimentos se espalhavam por todo país, mas a campanha das diretas somente conquista as ruas depois do histórico comício de 25 de janeiro. Marcado para o dia do aniversário da cidade de São Paulo, o primeiro grande comício da campanha por eleições diretas para presidente foi organizado por Franco Montoro, governador paulista* (www.saopaulo.sp.gov.br/.../historia/diretas.htm - jan/2007).**

FONTE: www2.fpa.org.br/ - jan/2007

Na análise de FERRARA (1993:42), a Praça da Sé nunca deixou de ser um marco urbano:

> Adro da Igreja de São Pedro da Pedra (1860), Largo da Sé, onde estacionavam os fiacres (1910), Largo da Sé e passagem obrigatória de bondes (1915), Praça da Sé e a nova Catedral em construção (1933), a Praça da Sé se amplia (1952), em projeto a Superpraça da Sé (1975) – estes os marcos cronológicos de transformação da Praça. Mudanças mais desejadas ou planejadas do que realmente executadas, porque, em síntese, a Praça permanece a mesma.

Na trajetória da Praça da Sé, observa-se que a função religiosa permaneceu constante. Sua configuração original foi completamente reelaborada, adequando-se ao crescimento da cidade, sobretudo à transformação urbanística do centro paulistano. Transformada em superpraça, o espaço da Sé introduziu a temática dos grandes vazios urbanos difundida pela urbanística moderna.[134]



FIG. 159 – SUPERPRAÇA – ATUAL ESTAÇÃO DO METRÔ DA SÉ, 1988

FONTE: vejasaopaulo.abril.com.br – maio/2006

[134] O fato de ter permanecido com suas funções originais contribuiu notadamente para que as transformações ocorridas no centro urbano – mudança de centralidade, crescimento – não afetassem seu caráter simbólico, recuperado, sobretudo com a construção da nova catedral, cuja inserção no conjunto reacendeu valores preservados na memória urbana do espaço.

A PRAÇA DA LIBERDADE – A PRAÇA CÍVICA

BELO HORIZONTE

O modelo da praça cívica foi uma composição espacial cuja formação está diretamente associada à nossa herança portuguesa.[135] Na trajetória da praça brasileira, observam-se dois momentos de formação desses espaços: o primeiro, nas cidades coloniais, presente com a tradicional composição arquitetônica – Casa de Câmara e Cadeia, casa do Governador, Relação, Pelourinho –, a Praça da Câmara, em Salvador, constitui um importante exemplo; o segundo momento ocorre no período de consolidação das capitais estaduais, após a proclamação da República, com a implantação do aparato político-institucional – Palácio do Governo, Palácio da Justiça, Secretarias, Assembléias. A Praça da República, no Rio de Janeiro, é um desses espaços.

Essas praças possuem uma característica distinta, que é servir de palco para as edificações institucionais ali instaladas: representam o espaço do poder. Via de regra, seu desenho baseia-se na estética francesa, explorando a composição cênica de jardins distribuídos geometricamente com grandes perspectivas visuais. Esses conjuntos, por sua funcionalidade, foram espaços que permaneceram preservando, na maior parte, suas características principais. Muitas vezes denominadas de Praças da República, esses espaços abrigaram os principais edifícios da cidade, desempenhando um papel importante na memória urbana, pois configuraram marcos do poder republicano.[136]

A Praça da Liberdade, na cidade de Belo Horizonte, constitui um desses marcos históricos. Primeira cidade projetada após a Proclamação da República, a capital estadual mineira representou um momento de consolidação de princípios urbanísticos e arquitetônicos adversos do ambiente colonial. Considerada como uma cidade "moderna", seu projeto foi uma tentativa de introdução dos símbolos políticos republicanos na linguagem urbana.[137]

---

[135] As praças cívicas coloniais foram responsáveis pela formação de grandes conjuntos urbanos, que se destacavam na paisagem.

[136] A presença do poder materializada no conjunto das edificações garantiu certo privilégio do espaço em relação ao status de outros espaços públicos urbanos.

[137] Ver: ANDRADE, Rodrigo F. & MAGALHÃES, Beatriz de A. *Belo Horizonte: um espaço para a República.* UFMG, Belo Horizonte, 1989 e CALDEIRA, Júnia M. *Praça: território de sociabilidade. Uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado), IFCH. Campinas, 1998.

A construção da cidade de Belo Horizonte insere-se no panorama das intervenções urbanas e das transformações políticas que ocorreram no Brasil no final do séc. XIX. Nesse contexto, VEIGA (1994) afirma que sua concepção "pode ser considerada um laboratório de novas experiências, com a finalidade de construir [sic] a urbanidade de seus habitantes, de fixar a modernidade nas "Gerais', tendo seus pressupostos em necessidades concretas: a intenção política de redefinir a posição política, econômica e cultural do Estado republicano".[138]

De certa forma, essa experiência urbanística manteve a coerência das propostas de modernização iniciadas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Salvador. A nova cidade seria implantada sobre um antigo vilarejo. BARRETO (1995:51) comenta que sua fundação ocorreu sob a prática da *tábula rasa* de todo e qualquer referencial existente:

> Para a concretização da capital, foi necessário que se varresse do mapa o arraial de Belo Horizonte, antigo Curral D'el Rei, incompatível, na visão da época, com a grandiosidade do projeto. Parecia que a existência de remanescentes da pequena povoação no mesmo espaço da metrópole abateria o orgulho dos novos donos do poder.
> Cada casa, loja, edifício público ou templo foi demolido para que se pudesse erguer a nova cidade, símbolo dos novos tempos. Nem a topografia do local foi respeitada.

Certamente, os planejadores de Belo Horizonte tinham consciência de que sua tarefa era criar uma cidade-símbolo, não apenas do Estado de Minas, mas da República. É com esse espírito que, após a escolha do sítio, a Comissão Construtora da Nova Capital idealiza o plano da cidade, tendo sob a direção dos trabalhos o engenheiro-chefe Aarão Reis e seus auxiliares.[139]

A idéia da construção da capital mineira estava fortemente centrada na questão do redesenho da cidade, a partir da racionalidade do traçado urbano. Desejava-se a configuração de um cenário onde ruas e avenidas seriam os atores principais e, portanto, os elementos determinantes da morfologia urbana.[140]

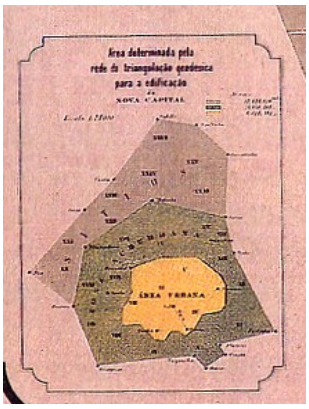
---

[138] VEIGA, C. G. *Cidadania e Educação na Trama da Cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Dissertação de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da UNICAMP, Campinas, 1993.

[139] A Comissão Construtora da Nova Capital foi organizada pelo Decreto nº 680, de 14 de fevereiro de 1894. Era formada pelo engenheiro-chefe Aarão Reis e por seus auxiliares, na sua maioria formados na Escola Politécnica do Rio de Janeiro: Hemildo Alves, Samuel Pereira, César de Campos, J. de Carvalho Almeida, José de Magalhães, Bernardo de Figueiredo, Adolpho Pereira, Eugênio Gabaglia, Américo Macedo, Saturnino de Brito, Manuel Couto, Martinho de Moraes, Ludgero Dollabella, Adalberto Ferraz, Fabio Nunes Leal, Benjamin Quadros e Annibal Santos. (Revista Geral dos Trabalhos, Aarão Reis, abril 1895, Rio de Janeiro).

[140] Para maior compreensão das referências urbanísticas presentes no plano da cidade, ver SALGUEIRO, Heliana

O plano urbanístico de Belo Horizonte era formado a partir de três áreas: urbana, suburbana e rural. Uma malha regular cortada por diagonais definia, com mais precisão, a região urbana; e uma avenida circular, cujo traçado orgânico contrastava com a rigidez da estrutura interna, marcava o limite entre a zona urbana e suburbana. Apesar do rígido traçado, a natureza acidentada do sítio, com suas montanhas e vales, amenizou o efeito do "tabuleiro de xadrez", proporcionando uma paisagem diferenciada.



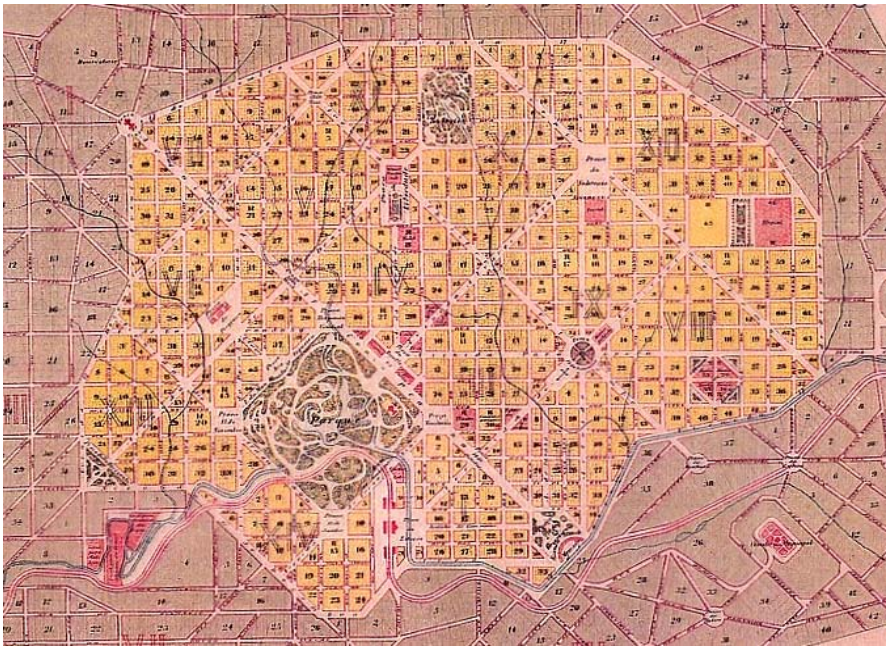


FIG. 160 e 161 – PLANO DE BELO HORIZONTE – DETALHE ZONA URBANA – AARÃO REIS
As praças racionalmente distribuídas no plano cumprem diversas funções:
articular o sistema viário, configurar conjuntos urbanísticos e constituir marcos visuais.
No detalhe, a configuração das três áreas: rural, suburbana e urbana
FONTE: Saneamento básico em Belo Horizonte (FUND. JOÃO PINHEIRO, 1996)

Angotti. La pensée française dans la fondation de Belo Horizonte: des representátions aux pratiques in Revue de L'ART: Haussmannisme, Paris: Edition du CNRS, 1994, n. 106. Como afirma SALGUEIRO (1994:86), sintonizados com as intervenções que vinham ocorrendo no mundo, principalmente na Europa, os urbanistas e planejadores, elaboraram seus planos, tendo como referência as intervenções de Haussmann, assim como outras experiências: Barcelona de Cerdá, a Chicago de Burham, as novas capitais – Washington e São Petersburgo –, e o plano de La Plata.

Na composição do plano de Belo Horizonte, as praças foram concebidas como peças fundamentais da paisagem. Elemento essencial da malha urbana, as praças aparecem em todos os cruzamentos das grandes avenidas, assim como em lugares estratégicos, defronte a edifícios públicos. Praças de todos os tipos, tamanhos, e funções: praça cívica, praça de lazer, praça de mercado, praça da Estação, *rond-points,* e praça da Igreja. Em relação aos espaços públicos do projeto, a zona urbana era composta por 24 praças, 21 avenidas, 63 ruas e um grande parque municipal; a zona suburbana contava com 7 praças, 3 avenidas e 168 ruas. No detalhe abaixo, pode-se observar a localização estratégica das praças, situadas nas principais intersecções viárias.

> Muitas praças de tamanhos e formas diversos cortarão as ruas e avenidas, dando largueza para o effeito architectônico dos edifícios públicos, verdadeiros palácios esplendidamente situados. Assim o **Palacio Presidencial será erguido no centro da Praça da Liberdade,** para onde convergem cinco avenidas: **os Palácios da Administração e do Congresso ficarão frente a frente; na esplêndida Praça da Lei,** circular e ponto do cruzamento de seis avenidas; o Palácio da Justiça, fronteiro a área reservada para um grande hotel; o Palácio da Municipalidade ocupará com a bibliotheca e **o museu o centro da Praça 14 de Setembro** (data da lei que organizou os municípios mineiros), sendo triangular a forma dessa praça, etc. [141]
>
> grifos meus

Observando a imagem anterior, compreende-se a vinculação do plano às idéias defendidas pela urbanística européia em fins do séc. XIX.[142] Em relação à morfologia da cidade, as praças, as ruas e os edifícios estão subordinados ao rigor geométrico, compondo um cenário urbano ideal: abusa-se do recurso de perspectivas, eixos de simetria, fachadas monumentais, pontos de fuga, entre outros. O repertório estético define a paisagem da cidade destacando a formação de conjuntos urbanos distintos, como é o caso da Praça da Liberdade. (FIG. 161)

---

[141] A NOVA CAPITAL do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte. (Gazeta de Notícias, de 30 de janeiro de 1895), *Revista Geral dos Trabalhos-I,* Commissão Construtora da Nova Capital, 1985:99-100. (mimeo)

[142] O uso da praça como elemento de composição estética, cenográfica, aparece na cultura ocidental, a partir do Renascimento. Nas cidades barrocas, porém, esse conceito alcança uma escala monumental e sobretudo na França, as praças tornam-se focos de intervenções urbanas. Posteriormente as práticas sanitaristas também recorrem ao uso da praça como espaço ajardinado, para introduzirem o verde na paisagem urbana. O plano de Haussmann para Paris recorre ao uso da praça como elemento de composição estética, destacando seu caracter monumental. Ver BENEVOLO, 1995.

Idealizado como uma *acrópole* moderna, o conjunto da Praça da Liberdade foi planejado para ocupar uma posição de destaque e abrigar o edifício mais importante da capital: o *Palácio Presidencial*, residência oficial do governador do Estado.

No contexto da cidade, esse *locus* teve um significado e uma apropriação diferenciada de outros espaços públicos, pois representou o centro do poder político-administrativo, constituindo um cenário único na cidade. Sua localização foi determinante para a sua formação como marco simbólico. Como se pode observar no panorama da cidade, a Praça, situada no ponto mais alto, destaca-se na paisagem por abrigar, no seu conjunto, as edificações institucionais: as secretarias e o Palácio Presidencial à direita, visto pela lateral.[143] (FIG. 162)

> Numa elevação, **em posição de destaque, instala-se o centro do poder executivo**: **a Praça da Liberdade, com suas secretarias de Estado e sobressaindo, imponente, o Palácio da Liberdade**. Aos funcionários públicos é destinada uma área próxima a esta Praça, que vai incorporar a função de seus moradores ao nome do bairro: Funcionários.[144]

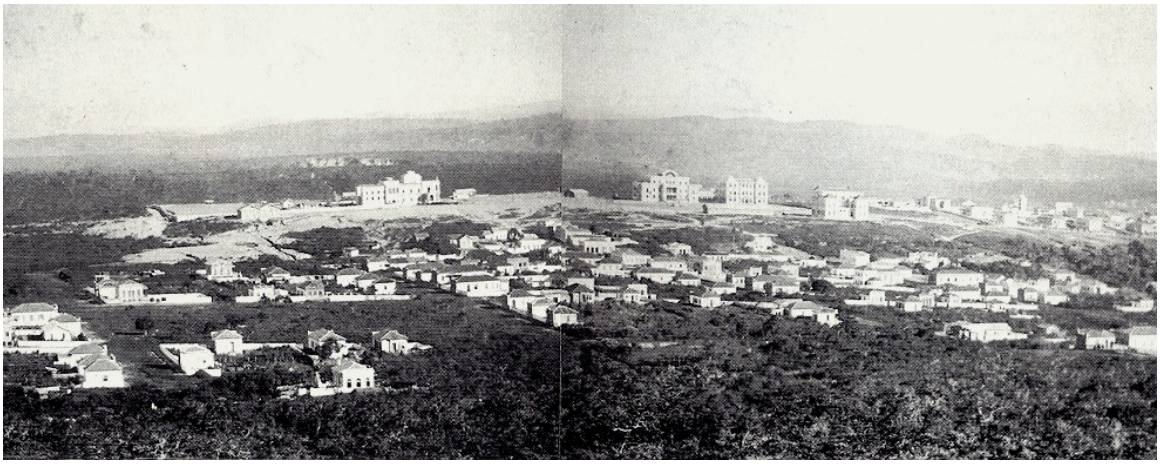


FIG. 162 – PANORAMA DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (1900)
FONTE: Revue de L'ART (SALGUEIRO, 1994)

[143] Apoiando-se na análise de ROSSI (1995:152) sobre a importância do lugar como o *locus* de fundação da cidade, destaca-se o processo de concepção da Praça da Liberdade, partindo da sua inserção no plano da cidade e da sua vocação idealizada. Para ROSSI, *locus* é entendido como um fato "singular determinado pelo espaço e pelo tempo, por sua dimensão topográfica e por sua forma"; representa a sede de acontecimentos passados e futuros que compõem a memória da cidade.

[144] Ver SILVA e D'AGUIAR (1989). É importante notar que o Palácio Presidencial vai se apropriar do nome destinado à Praça da Liberdade, passando a ser conhecido como Palácio da Liberdade.

Na descrição de MELO (1996:40), observa-se essa vocação idealizada para a Praça – abrigar o poder do Estado –, concretizado no edifício do Palácio Presidencial. O conjunto da Liberdade é representado aqui como a "*acrópole*" da cidade mineira: (FIG. 162)

> [...] em seu projeto original, por estar a mesma a cavaleiro da área projetada contida na Avenida do Contorno, dela se poderia descortinar toda a cidade. O palácio do governador de Minas, sobranceiro, como poder, a fiscalizar e a vigiar; como o farol a indicar o rumo. Assim, o governo do Estado, presente na praça, se fazia ver e sentir ao mesmo tempo. Em Ouro Preto, panteão nacional, solo sagrado, o santuário preservado, mausoléu dos pais da nação brasileira e republicana. Em Belo Horizonte, a "Liberdade" para ser vista e lembrada numa acrópole.

A Praça situava-se no bairro dos Funcionários, lugar que iria abrigar as pessoas trazidas de Ouro Preto e destinadas a ocupar os cargos na administração pública do Estado. Esse espaço assume "desde o início, uma posição privilegiada no contexto 'sócio-espacial' da cidade", pois, além de funcionar como centro cívico, teria a função de reproduzir, dentro do bairro, o ambiente de encontro existente numa cidade já consolidada, estabelecendo uma rotina e um cotidiano na vida dos novos habitantes.[145]

O grande espaço destinado à implantação da praça permitiu uma maior liberdade de criação no seu desenho gráfico. Totalmente plana, ela estendia-se imponente, em uma área de 45.000 m^2 (300 m x 150 m), localizada no encontro de 4 avenidas principais e 3 ruas secundárias. Sua composição espacial reproduzia o modelo da *Place Royale* francesa – um espaço de largas e monumentais dimensões, inserido na trama viária urbana –, destacando o edifício do Palácio como monumento.[146] (FIG. 163 e 164)

[145] ALBANO et al.,1984.

[146] Em relação à descrição do projeto paisagístico da Praça da Liberdade ver BARRETO (1995) e LANA (1990).



FIG. 163 – PRAÇA DA LIBERDADE, 1900

Panorama da Praça da Liberdade anterior à implantação do projeto paisagístico.

FONTE: Sedução do Horizonte (ARAÚJO, 1996)

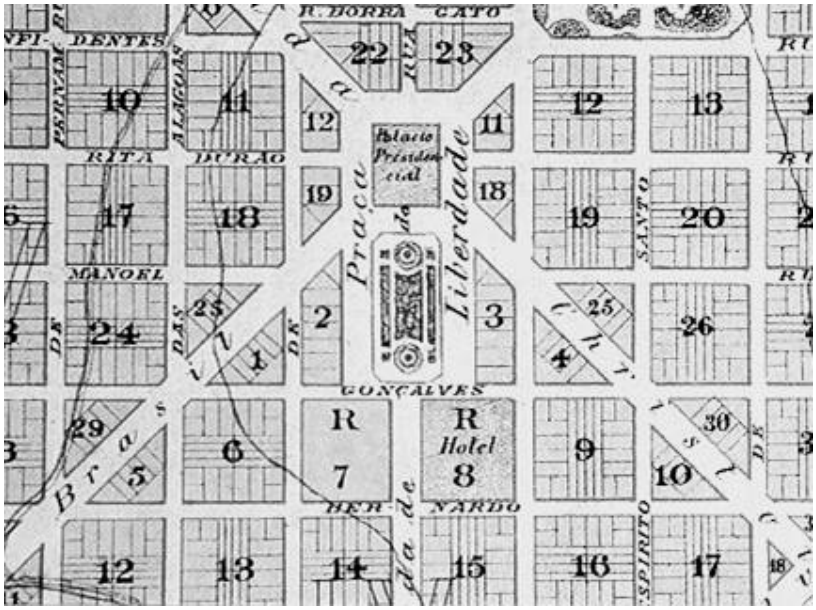


FIG. 164 – DETALHE PRAÇA DA LIBERDADE

***Praça cívica idealizada para sediar o poder político estatal. O Palacio Presidencial, destinado á residência do Prezidente do Estado, vai ser edificado em bellissima situação, n'um alto de onde se avista quasi toda a cidade, e 6 avenidas se cruzarão sobre o edifício, abrindo-lhe francos horisontes para todos os lados* (A NOVA CAPITAL, 1895)**

FONTE: Saneamento básico em Belo Horizonte. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996)



FIG. 165 – PALÁCIO PRESIDENCIAL, INÍCIO DO SÉCULO XX

FONTE: Belo Horizonte: Bilhete Postal (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997)



FIG. 166 – PRAÇA DA LIBERDADE, 1903

FONTE: Belo Horizonte: Bilhete Postal (FUNDAÇAO JOAO PINHEIRO, 1997)

Diferentemente das outras cidades analisadas, onde as praças transformaram-se gradualmente em marcos simbólicos, representando o nó vital do espaço urbano, a Praça da Liberdade já foi concebida com a intenção de tornar-se um espaço simbólico – intenção que seria reforçada nos anos de formação e desenvolvimento da cidade. A localização no entorno da praça do conjunto arquitetônico das Secretarias do Interior, das Finanças e da Agricultura iria legitimar a vocação de *centro cívico* da cidade.

No Plano original, as secretarias deveriam ocupar outra praça, mas quando Francisco Bicalho assume a coordenação dos trabalhos, transfere para a Praça da Liberdade o conjunto dos três edifícios administrativos. Esse fato modificou a composição arquitetônica original, situando as secretarias nas laterais da praça. Essa composição estabeleceu o limite visual da praça, reforçando o eixo voltado para o Palácio. Outro detalhe importante foi a ausência da Igreja Matriz na praça principal da cidade. Essa ausência teve um objetivo muito claro: tratava-se de reforçar a imagem do poder republicano, laico, dissociado do poder religioso, fundamental para o momento político. [147]

As imagens mostram o conjunto urbanístico da Praça da Liberdade, com as secretarias. Essas imagens retratam o primeiro projeto paisagístico realizado anteriormente a 1920. (FIG. 163 a 167)

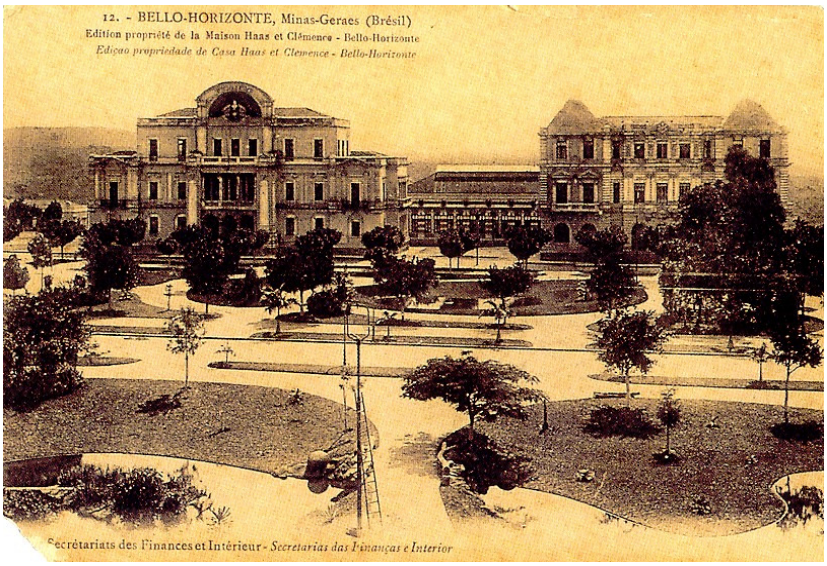


FIG. 167 – PRAÇA DA LIBERDADE – VISTA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS E INTERIOR
FONTE: Belo Horizonte: Bilhete Postal (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997)

[147] Em termos de composição estética, ver a leitura dos princípios elaborados por Camillo Sitte (1980) sobre a composição formal das praças e a relação de adequação do espaço com as construções circundantes.

O primeiro acontecimento marcante que ocorreu na praça da Liberdade foi a inauguração da cidade. Escolhida como *locus* principal das cerimônias oficiais, a praça, ainda um descampado, recebeu tratamento decorativo, típico das celebrações urbanas. Na crônica de BARRETO (1995:738), o relato desse momento mágico: o nascimento de uma Capital.

> Na Praça da Liberdade ativavam-se os últimos preparativos dos pavilhões destinados às solenidades inaugurais e a mesma coisa se notava dali até a Estação de Minas, pelas ruas e avenidas por onde teria de passar o cortejo [...]. Ao anoitecer, houve um deslumbramento de surpresa por toda a localidade. Como por encanto, ela se iluminou de repente, apresentando inédito e maravilhoso aspecto.
> Centenares de lâmpadas elétricas pontilhavam luminosamente a vastidão da cidade nascitura, projetando claridade fixa, admirável nas ruas, praças e avenidas ainda mal povoadas.
> Na Praça da Liberdade principalmente, a iluminação dava grande realce aos edifícios inacabados das Secretarias e do Palácio.

A pintura abaixo retrata os festejos de inauguração realizados em 12 de dezembro de 1897. A praça torna-se o marco zero: testemunha principal do nascimento da Capital republicana.

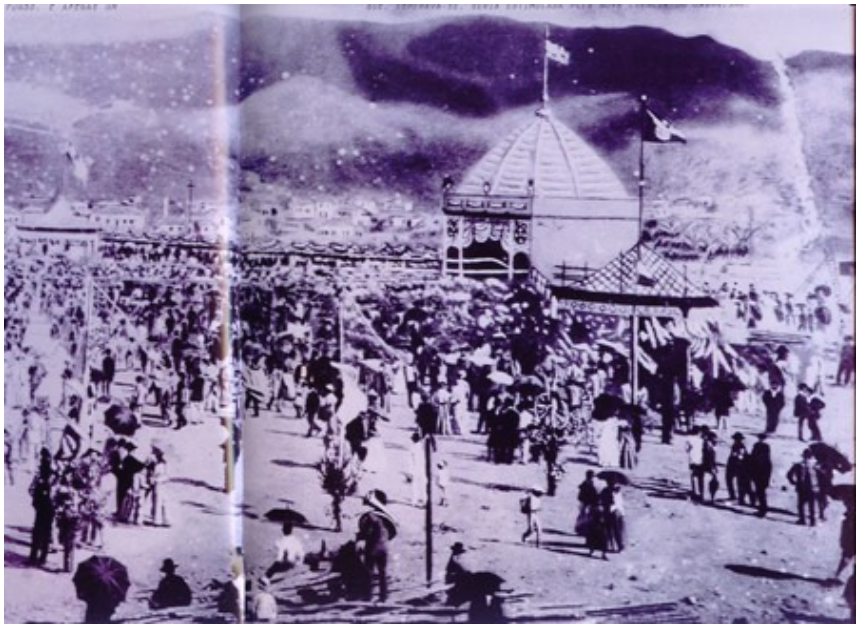


FIG. 168 – INAUGURAÇÃO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 1897
FONTE: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (1991)

Após a inauguração da cidade, a Praça da Liberdade começou a estruturar-se como marco urbano. Com o Plano de Melhoramentos (1900) idealizado para a cidade de Belo Horizonte, ocorreu a implantação do primeiro projeto paisagístico, baseado na vertente do pitoresco inglês. O projeto mantinha a continuação do eixo da Avenida da Liberdade, conformando dois conjuntos retangulares. De caráter orgânico, o traçado paisagístico era formado por um conjunto de pequenas fontes, canteiros e jardins, coreto, pontes rústicas, incluindo uma réplica, em concreto, do Pico do Itacolomi. Esse ambiente pitoresco contrastava com a dimensão clássica da praça.[148] (FIG. 169)

Com a implantação do projeto paisagístico a praça tornou-se um ponto de referência na paisagem da cidade e o lugar dos acontecimentos oficiais e extra-oficiais. Nesse espaço, ocorreram as mais diversas manifestações da cena belo-horizontina: paradas militares, retretas aos domingos, protestos populares.



FIG. 169 – VISTA GERAL DA PRAÇA DA LIBERDADE, 1903
FONTE: Belo Horizonte: Bilhete Postal (FUNDAÇAO JOAO PINHEIRO, 1997)

[148] Em 1903, são inaugurados os jardins da Praça da Liberdade, concebidos originalmente por Antônio Nunes de Almeida em colaboração com o paisagista Paul Villon. Baseando-se na documentação de fotos e nos relatos da época, observa-se uma fluidez no traçado, sugerindo uma maior integração de todo o conjunto (PENNA, s/d).

A praça era compartilhada por todos:

> Os locais do lazer e encontros para flertes à distância fixaram-se durante anos, como se algum geômetra marcasse sobre a topografia da cidade. Sem qualquer outdoor ou convocação publicitária a sociedade elegia um local para espairecer. O ponto escolhido poderia durar alguns anos. Assim foi com o footing das alamedas da Praça. Os dois blocos do seu quadrilátero ajardinado – divididos pela via de acesso ao Palácio – lotavam-se de moças e rapazes. [...] E assim de 18:30 às 22:30, essa multidão caminhava vagarosa, a conversar, a flertar (RENAULT,1988 apud CASTRO,1994:34).

A década de 20 marca, no urbanismo brasileiro, um *boom* de reformas e intervenções na maioria dos centros das grandes cidades, e Belo Horizonte não podia estar de fora: rompendo definitivamente com a imagem de cidade inacabada, iniciava-se a fase de melhorias e remodelação do plano original, com a sua consolidação como centro administrativo, comercial e cultural. Nesse contexto, por volta de 1920, ocorreu, na Praça da Liberdade, sua primeira intervenção: uma reforma radical do projeto paisagístico. Essa intervenção estava relacionada a um importante acontecimento: a visita dos reis belgas à cidade de Belo Horizonte.[149]

O novo projeto paisagístico baseava-se na influência do paisagismo francês, propondo uma ruptura com o projeto original: em substituição à paisagem pitoresca de cascatas e montes, configurou-se um traçado geométrico composto de fontes, lagos, canteiros de ficus e roseiras e caminhos bem definidos. Os elementos da natureza foram domesticados e subordinados aos princípios geométricos, em plena sintonia com o traçado da cidade. Do desenho original, apenas a Alameda Central e o coreto permaneceram marcando e destacando o eixo visual do Palácio.[150] (FIG.170)

[149] A reforma da Praça da Liberdade não constitui um evento isolado. No Rio de Janeiro, diversas praças tiveram sua composição alterada em função da prática de ajardinamento, iniciada em fins do séc. XIX. Em 1877, o Largo do Paço (Praça D. Pedro II) sofreu uma reforma paisagística com a introdução de um jardim central. Em 1902, ocorreria outra intervenção, destacando a influência francesa, com a colocação de fontes, canteiros e jardins ordenados geometricamente.

[150] Executado pela empresa paulista Dieberger & Cia., o projeto conservou do antigo desenho apenas a alameda central, com seu duplo renque de palmeiras e o coreto. No novo traçado, seis pontos articulam-se ao longo de três eixos transversais (num total de 22,5 mil m^2): o chafariz, o coreto e o grande lago (fonte luminosa) compondo a primeira parte; a fonte secundária e os dois monumentos, a segunda; no eixo principal, a Alameda das Palmeiras.

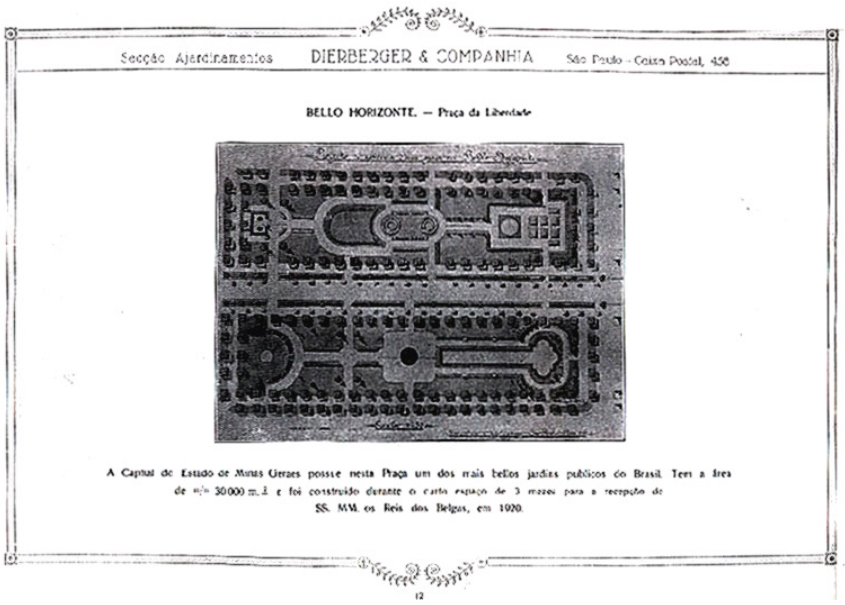


FIG. 170 – PROJETO DA PRAÇA DA LIBERDADE, 1920

No folder do projeto, o seguinte comentário: ***A Capital do Estado de Minas Geraes possue nesta Praça um dos mais belos jardins públicos do Brasil. Tem a área de mais ou menos 30.000 m ^{2} e foi construído durante o curto espaço de 3 meses para a recepção do SS. MM. Os Reis dos Belgas, em 1920***

FONTE: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte



FIG. 171 – PRAÇA DA LIBERDADE

Modelo de praça ajardinada, a paisagem reflete a valorização do verde com a introdução dos canteiros e jardins franceses.

FONTE: Belo Horizonte: Bilhete Postal (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997)

Cena cotidiana: em primeiro plano, a revista militar, atividade desenvolvida na praça, em frente ao Palácio. Em destaque, a alameda central das palmeiras, os canteiros e jardins bem definidos e a cobertura do coreto.



FIG. 172 – PRAÇA DA LIBERDADE, DÉCADA DE 20
FONTE: Cenas de um Belo Horizonte (BARROS, 1994)

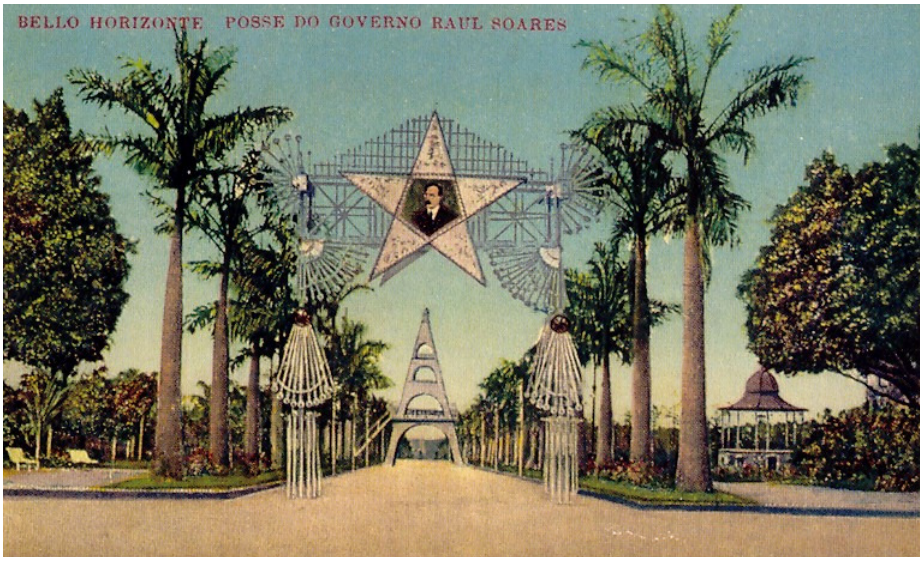


FIG. 173 – PRAÇA DA LIBERDADE, DÉCADA DE 20
A praça decorada para a posse do Governador Raul Soares, 7 de setembro de 1922
FONTE: Belo Horizonte: Bilhete Postal (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997)

A partir da década de 20, consolida-se a vida cultural da cidade. Novas práticas de sociabilidade refletem a apropriação de novos espaços urbanos: o *footing*, o encontro nas amplas esquinas, a conversa dos cafés e dos bares. No contexto citadino, a Praça da Liberdade divide com outros lugares o *status* de espaço de encontro e lazer. A Rua da Bahia, o eixo monumental da Avenida Afonso Pena, o Parque Municipal e a Praça Sete de Setembro tornam-se referências.[151]

A configuração das praças brasileiras, a partir do modelo da praça ajardinada, instaurou um padrão de paisagismo que se tornou um paradigma urbano até meados da década de 1950: o desenho minucioso do espaço, com a exploração de elementos pitorescos – árvores, flores, jardins, pontes, cascatas, riachos e lagos, entre outros.[152]



FIG. 174 – PRAÇA DA LIBERDADE, DÉCADA DE 1930
FONTE: Belo Horizonte: Bilhete Postal (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997)

[151] Ver BRASIL, F. de P. D. *De Festeiros a Caras Pintadas: Apropriação das praças como espaço de lazer, cultura e cidadania.* Monografia (Especialização em Urbanismo), Belo Horizonte: EAUFMG, 1992. Com a instalação do serviço de transporte coletivo – o "auto-ônibus" – os habitantes obtiveram um maior deslocamento no espaço urbano, possibilitando o acesso a outras áreas e regiões da cidade. As linhas de ônibus interligavam bairros principais da cidade: Praça da Liberdade, Prado, Quartel, Serra, Carlos Prates e Floresta.

[152] Segundo afirma ROBBA e MACEDO (2002:30) esse "padrão de modernidade" seria implantado em todas as cidades brasileiras, inclusive com a reurbanização de antigos e tradicionais espaços urbanos – largos, campos, praças –, a partir de aplicação de tratamentos paisagísticos.



FIG. 175 – VISTA AÉREA DA PRAÇA DA LIBERDADE (1940)

A praça da Liberdade, por volta da década de 40: em destaque o Palácio do Governo com as secretarias. No entorno vê-se uma panorâmica da cidade, ainda conformada por grandes vazios.

FONTE: Bello Horizonte: Circuito da Memória (PREFEITURA MUNICIPAL de BH,1997)

A ruptura com o modelo da praça ajardinada, nas grandes cidades, ocorreria com o processo de metropolização e as conseqüentes transformações impostas na escala da cidade. Associado a esse processo, a introdução dos princípios modernistas na prática urbana brasileira contribuiu para a mudança na estruturação dos espaços públicos urbanos. A cidade do automóvel e das vias de trânsito rápido abandonaria a formação de espaços contemplativos, em função da aberturas de vias e melhorias no sistema viário. A expansão da metrópole mudaria a escala territorial, rompendo com a cidade compacta articulada em torno de um centro único – bairros, centros, zonas periféricas formariam um enorme complexo urbano, de características distintas.[153]

[153] A conseqüência imediata do crescimento contínuo das cidades foi a valorização dos espaços livres, em função do alto valor comercial da terra. Estes começam a se tornar escassos e a ser raridade na malha urbana. O processo de urbanização elimina largos e campos em detrimento do adensamento urbano. O poder público diminui notadamente o investimento na cidade, abandonando a manutenção dos espaços livres, como as praças. A ruptura com esse processo ocorreria com a valorização dos espaços livres remanescentes, a partir da busca pela qualidade de vida urbana, associada à retomada do espaço público a partir das intervenções de recuperação e renovação urbana (ROBBA e MACEDO, 2002:32).

CONSIDERAÇÕES

Os modelos de praça analisados constituem importantes espaços que se destacaram na formação e desenvolvimento da memória urbana brasileira. São espaços de origens distintas, mas que consolidaram composições urbanas estruturadas a partir de princípios herdados da tradição portuguesa e que, gradualmente, sofreram influências européias, especialmente da estética francesa.

No Brasil, as praças, com seus conjuntos urbanísticos, carcterizaram-se pela diversidade funcional, configurando espaços como a praça religiosa, a praça do pelourinho, a praça cívica, entre outras. Essas praças modificaram-se ao longo do tempo, em função, sobretudo, do crescimento e desenvolvimento econômico ocorrido nas cidades brasileiras. A chegada da modernidade marcou uma revisão do conceito de espaço urbano, preconizando uma ruptura com a morfologia das cidades tradicionais. Essa transformação acarretou uma mudança estrutural na escala da cidade, afetando diretamente o espaço da praça.

Se na sua gênese a praça dependia diretamente da sua função como espaço urbano primordial associada à arquitetura e ao seu conjunto circundante, a praça moderna iria se estabelecer como apêndice de outras funções, como, por exemplo, a circulação e o sistema viário, muitas vezes isoladas de conjuntos arquitetônicos. Esse processo constituiu um fator essencial para se compreender a perda de vitalidade das praças como importante espaço coletivo e a mudança no papel desempenhado por elas na cidade moderna.

O novo conceito de cidade que se desenvolveu com a modernidade afetaria não somente a praça mas também a relação entre espaço urbano e arquitetura. Ocorre uma valorização da função de circulação, e o sistema viário, com sua função de deslocamento, torna-se o elemento vital e essencial da configuração urbana. A praça assume o papel de lugar de passagem, *carrefour*, entroncamento. A sua função tradicional de ponto de encontro, centro vital da vida urbana e nó estruturador da cidade, é substituída por alternativas que incentivam a produção de espaços vazios.

A praça transforma-se, gradativamente, em imensas áreas destituídas de qualquer equipamento ou mobiliário, diluídas na malha viária. A imagem ao lado retrata esse perfil da praça, desenvolvido na modernidade. (FIG. 176 e 177)

No Brasil, a praça moderna adquire sua máxima expressão na cidade de Brasília. Como paradigma do urbanismo moderno brasileiro, Brasília constitui um exemplo único de transformação da configuração urbana tradicional. O plano, elaborado por Lúcio Costa, apresenta a proposta de

um novo espaço urbano, onde ruas, praças, bairros e casas são substituídos por uma nova espacialidade de eixos, quadras, blocos e espaços livres. A praça, como elemento intrínseco à cidade, comparece reelaborada sob essa ótica da modernidade.

O modelo da praça moderna apresenta suas raízes em princípios urbanísticos internacionais que serviram como referência para a prática urbana brasileira. Estabelecer as transformações conceituais ocorridas no espaço da praça, no séc. XX, nos permite mapear as principais referências que atuaram na elaboração desse modelo. Referências que, associadas à urbanística brasileira, propiciaram interpretações inovadoras na apropriação do espaço da praça modernista.

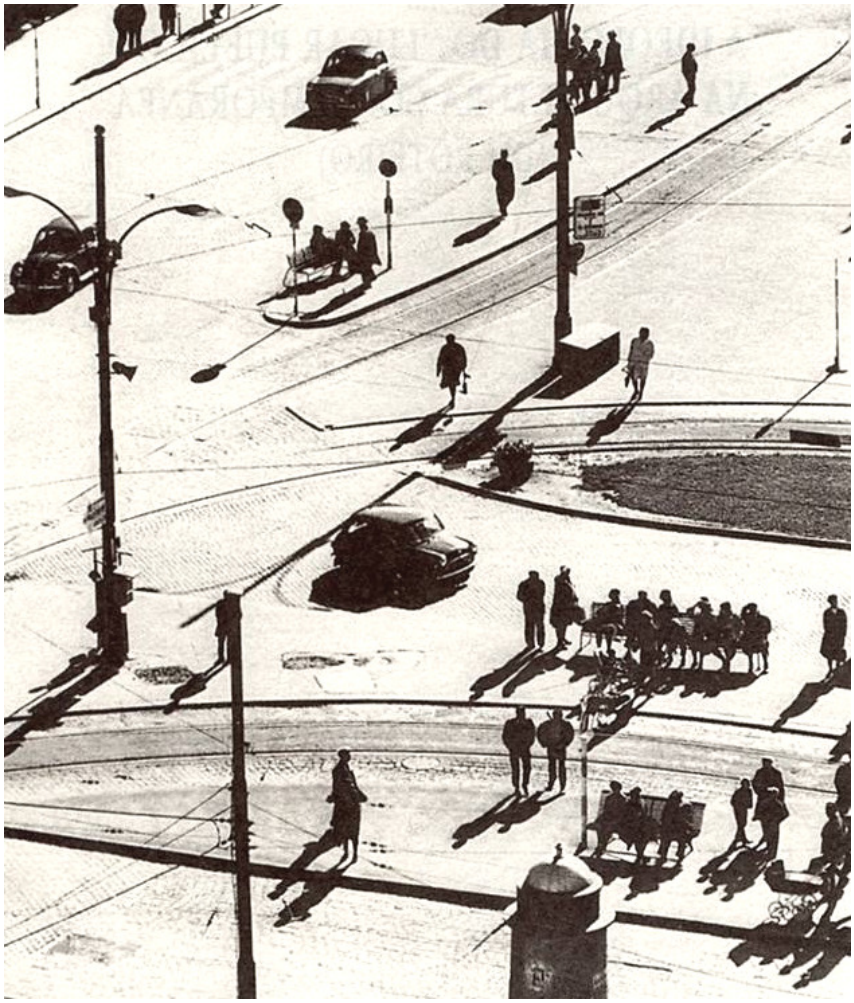


FIG. 176 – ENTRONCAMENTO DE RUAS

FONTE: O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos (ARANTES, 1995)



FIG. 177 – PRAÇA DOS TRÊS PODERES, BRASÍLIA

FONTE: La Plaza en la arquitectura contemporânea (FAVOLE, 1995)

PARTE II

A PRAÇA MODERNA

*"*A praça moderna, recortada no movimento protocolar de uma régua, não tem o menor conteúdo espiritual, somente uma superfície vazia, de tantos por tantos metros quadrados" (Camillo Sitte, 1889).

O LUGAR DA PRAÇA NO URBANISMO MODERNO

A principal transformação ocorrida na configuração da praça moderna não foi um ato isolado, possuindo raízes na transformação das cidades e da sociedade pós-Revolução Industrial. A partir do séc. XIX, desenvolveu-se um processo de intensa mudança estrutural na escala da cidade. O crescimento rápido e acelerado do ambiente citadino passou a exigir soluções cada vez mais adequadas aos problemas urbanos, suscitando uma maior abrangência nas intervenções, cristalizadas nas estratégias de planos globais.

Diante desse panorama e com o intuito de entender esse processo, serão apresentadas, neste capítulo, as teorias e práticas urbanas que possibilitaram a construção da cidade moderna, da cidade-movimento e da cidade-deslocamento, destacando-se o conceito de praça idealizado e o papel dessas teorias na formação dos espaços coletivos.

ANTECEDENTES

A dificuldade das cidades em se adequarem às necessidades da sociedade industrial foi um importante fator no desenvolvimento das teorias urbanísticas ao longo do séc. XX. A ideologia da disciplina nascente representou a síntese de processos que se desenvolveram no séc. XIX, cristalizados no mito progressista da máquina, nas condições de vida dos trabalhadores e nas propostas urbanas dos socialistas utópicos. Proclamando o rompimento com as formas tradicionais de intervenção urbana, arquitetos e urbanistas empenharam-se em formulações teóricas e experimentações, buscando uma nova morfologia urbana que solucionasse os problemas das cidades.[1]

Analisando a constituição das mudanças ocorridas no séc. XIX, a partir da Revolução Industrial, RAGON (1986a:21) situa a mudança de paradigma na transformação do modo de produção da sociedade, afirmando que nesse século teríamos rompido com a "Era da Ferramenta" para entrarmos na "Era da Máquina" e da sociedade mercantil. Em um primeiro momento, essa transformação, juntamente com as instalações de fábricas e novos equipamentos industriais, determinou uma reorganização urbana, levada ao extremo pelos interesses capitalistas.

---

[1] RAGON (1986a:232). Situando a origem da problemática urbana nos fenômenos de crescimento populacional, de tráfego urbano – transporte, e circulação –, e nas questões sanitárias, Ragon investiga as proposições urbanas originadas a partir da civilização maquinista.



FIG. 178 – LUDGATEHIL, LONDRES

FONTE: www.bifurcaciones.cl/006/reserva.htm – abr/2006.



FIG. 179 – LONDON BRIDGE

***O "espetáculo" da multidão nas ruas de Londres - Gustave Doré* (1872)**

FONTE: www.cf.ac.uk/encap/ skilton/illustr/Dore011.html – abr/2006.

Os núcleos industriais defrontaram-se com uma grande aglomeração, transformando-se em "colméias" humanas. Segundo MUNFORD (1961:486), as cidades começaram a crescer rapidamente. "As aldeias se expandiam e se transformavam em cidades; as cidades se transformavam em metrópoles. O número de centros urbanos multiplicava-se"; cidades como Paris e Londres atraíam, cada vez mais, pessoas que iam se amontoando nos espaços disponíveis. Todo o processo de crescimento e problematização das cidades incidiram de forma decisiva na transformação morfológica do espaço citadino.[2] (FIG. 178 e 170)

A imagem da cidade das multidões contrapõe-se à imagem do burgo tradicional descrita por BRESCIANI (1985:56) e retratada nos desenhos de Gustave Doré:

> O crescimento lento, similar ao de uma formação de coral, contrapõe-se à imagem do crescimento rápido, violento e desmesurado, que desfigura esteticamente o traçado urbano e seus habitantes; a finitude de linhas geométricas e as concentrações humanas mecanicamente disciplinadas quando, no trabalho, contrapõem-se às multidões despidas das características de humanidade, disformes e moldadas pelas dimensões das ruas por onde se arrastam.

Essas transformações tornaram-se objeto de reflexão a partir das primeiras décadas do séc. XIX. Nesse momento, a cidade industrial é problematizada e o surgimento de uma produção teórica põe em evidência a questão da organização social e sua relação com a organização espacial.[3]

Para resolver o problema de crescimento das cidades industriais, cristalizado na imagem das multidões e das patologias urbanas descritas por BRESCIANI (1985), os especialistas apoiados no discurso médico-sanitarista lançam-se à arte de sanear as cidades, buscando estabelecer uma

---

[2] MUNFORD (1961) compartilha com RAGON a análise de que as novas relações de trabalho/moradia, o aumento populacional e os novos índices de densidade urbana foram responsáveis por grande parte dos problemas que envolveram as cidades industriais.

[3] Analisando a produção teórica da época Françoise Choay (1979), em sua obra *O Urbanismo, utopias e realidades – uma antologia*, define duas correntes que, em sua opinião, determinam abordagens distintas sobre a configuração da cidade: o modelo progressista e o modelo culturalista. A abordagem progressista engloba o grupo de pensadores que formularam a crítica da cidade industrial, estabelecendo uma visão negativa de deterioração física e moral da sociedade, propondo novas organizações urbanas fundamentadas na crença da transformação da sociedade a partir da transformação espacial. Esse modelo estabelece uma ruptura radical no conceito de cidade, propondo uma organização racional do espaço, baseada em estudos científicos e na idéia de progresso tecnológico. O modelo culturalista formula suas teorias a partir de certa nostalgia do passado, estabelecendo a retomada de princípios históricos. Tal modelo empenha-se em reviver a sociedade pré-industrial e as propostas baseiam-se em conceitos como estrutura espacial orgânica, configuração de pequenos núcleos, comunidade, qualidade urbana e bem-estar social.

nova ordem urbana. Essas propostas, originadas no séc. XIX, tiveram uma influência decisiva na formação do pensamento urbano moderno.

Segundo CHOAY (1979:4), o estabelecimento desta "nova ordem" urbana aparece em conjunto com a transformação estrutural no desenho da cidade:

> Pode-se definir essa nova ordem por um certo número de características. Primeiro, a racionalização das vias de comunicação, com a abertura de grandes artérias e a criação de estações. Depois, a especialização bastante ativada dos setores urbanos (quarteirões de negócios do novo centro, agrupados nas capitais em torno da Bolsa, a nova Igreja; bairros residenciais na periferia destinados aos privilegiados). Por outro lado são criados novos órgãos que, por seu gigantismo, mudam o aspecto da cidade: grandes lojas [...], grandes hotéis [...], grandes cafés [...], prédios para alugar. Finalmente, a suburbanização assume uma importância crescente: a indústria implanta-se nos arrabaldes, as classes média e operária deslocam-se para os subúrbios e a cidade deixa de ser uma entidade espacial bem delimitada [...].

As teorias urbanísticas e a arquitetura terão um papel fundamental na tentativa de estabelecer esse *novo mundo*, utilizando-se dos símbolos do mundo industrial. Na análise de GRAVAGNUOLO (1998:333), observa-se a descrição do novo ambiente:

> O ideograma da cidade nova termina, neste sentido, por estabelecer também a hipótese de um homem novo absolutamente racional, livre de laços sentimentais com o passado e feliz de viver no "novo universo" do triunfo da mecanização e na nova era projetada em função de uma harmonia tecnológica futura e uma igualdade social imaginária.

Diante dessas transformações, a estrutura formal da cidade modifica-se e, com ela, os espaços simbólicos e tradicionais perdem significado. É o caso da praça pública que, diante do crescimento territorial da cidade moderna e do surgimento de edificações, que passam a abrigar e acolher diversas atividades praticadas nos espaços tradicionais, depara-se com um movimento de declínio na condição de local de sociabilidade. As praças passam a assumir gradativamente o papel de vazios urbanos articulados ao sistema viário e ao abrigo de monumentos.[4]

---

[4] Ao longo do séc. XIX, segundo análise de SENNET (1988:32) observa-se que o papel da praça entra em processo de declínio, em relação à sua dimensão social, sobretudo com o desenvolvimento dos parques públicos. Esses espaços ajardinados, geralmente protegidos das áreas de intensa circulação, juntamente com os jardins, representaram para a classe burguesa o ambiente ideal para o estabelecimento de novas condutas e hábitos sociais, como, por exemplo, o *footing.* Outros estabelecimentos como cafés, grandes magazines, mercados e teatros também se estabeleceram como alternativas de práticas sociais burguesas em substituição a antigas práticas urbanas, acolhendo os novos hábitos citadinos. Ver também HABERMAS (1984); ARANTES (1995); SEGAWA (1996).

AS TEORIAS URBANAS DO SÉCULO XIX

As propostas de ordenamento urbano desenvolvidas a partir de meados do séc. XIX prepararam o campo conceitual para as transformações espaciais que se estabeleceram na cidade do séc. XX. Exemplos como a intervenção monumental na cidade de Paris, empreendida pelo então prefeito George-Eugène Haussmann (1853-70); o projeto de expansão da cidade de Barcelona, idealizado pelo engenheiro Ildefonso Cerda (1859) e as utopias socialistas,[5] com suas propostas de configurações urbanas, consolidaram princípios urbanísticos arraigados à crença de transformação social e construção de um novo mundo.

Na busca dessa nova ordem urbana, observam-se duas tendências de pensamento: uma voltada para a renovação da cidade tradicional e a conservação da sua estrutura espacial e outra, que vai defender o processo de *tábula rasa,* propondo uma ruptura radical com a morfologia existente. Nessas duas abordagens, o papel da praça apresenta-se de forma diversa, porém com certa coerência. No primeiro, busca-se recompor o espaço público a partir de certa nostalgia do mundo medieval. A praça é pensada como o lugar mais importante na estrutura da cidade, concentrando-se nela as novas edificações – indústrias, escolas, prefeituras, enfim, as edificações institucionais – e defende-se seu papel de espaço coletivo. Valoriza-se o modelo de praça renascentista (cenário representativo de uma composição estética) e de *square* inglesa (a praça residencial, lugar semipúblico, sala de visita), na intenção de retomar a convivência pública no espaço citadino.

Na segunda abordagem, o espaço urbano, visto sob a ótica da técnica, representa a cidade como parte de uma engrenagem. Seu perfeito funcionamento deve adequar-se às novas demandas da sociedade industrial. O trabalho, o tempo, o deslocamento não possibilitam a experiência e a fruição do espaço urbano. As atividades de lazer ocorrem de maneira programada, em espaços fechados e específicos. A praça comparece em todas as propostas, porém interligada à questão da eficiência da circulação (prioridade da cidade caótica). Faz parte do desenho e da elaboração teórica da nova cidade, mas desempenha um papel sobretudo estético, capaz de valorizar o ordenamento urbano, como é o caso da *Ciudad Lineal*.

---

[5] Das utopias urbanas propostas destacam-se as propostas de Robert OWEN (1771-1858), Charles FOURIER (1772-1837), Victor CONSIDERANT (1808-1893), Etienne CABET (1788-1856), Pierre-Joseph PROUDHON (1809-1863), Jean Baptiste GODIN (1819-1888). Ver CHOAY (1979); RAGON (1972); L. BENEVOLO (1993); GRAVAGNUOLO (1998) e CALABI (2000).

No caso dos manuais de arquitetura, a praça não comparece como um tema relevante. Ela continua fazendo parte do desenho urbano, porém a questão principal está voltada para a idealização de regras e leis que possam atuar no sentido de ordenar e controlar o fenômeno global da urbanização. Dessa forma, o problema que envolve a cidade passa pela questão da legislação e administração pública, e está relacionado aos instrumentos de gestão da cidade.[6]

As teorias urbanas apresentadas neste capítulo serão analisadas segundo o conceito de cidade desenvolvido ao longo do séc. XX. Nesse sentido, busca-se identificar os diversos papéis atribuídos ao espaço da praça nessas formulações.

AS UTOPIAS SOCIALISTAS – A PRAÇA COMO ESPAÇO LIVRE

Na idealização e constituição da urbanística moderna européia, observamos a elaboração de certos princípios fundamentais: o *mito* dos espaços amplos e abertos; da educação do corpo e da mente proporcionada pela disciplina e pela ordenação do espaço; a presença do verde relacionada a uma abordagem higiênica; o *mito* do traçado quadriculado e da linha reta e, por fim, a interpretação das funções humanas e sua representação espacial a partir da setorização: o trabalho, a moradia, o lazer e a cultura.[7]

A concepção de aldeia-industrial idealizada pelo socialista utópico[8] inglês, Robert Owen, serve como exemplo para esboçar alguns desses conceitos. Nessa proposta, Owen elaborou um modelo de "estabelecimento ideal", constituindo comunidades urbanas ou "associações-modelos" semi-rurais – de 500 a 2 mil –, cujo traçado racional aparecia como fundamento da ordenação espacial.

> Desenhei um plano no qual se distingue um conjunto de quadrados formados por prédios. Cada quadrado pode receber 1.200 pessoas e está rodeado de 1.000 a 1.500 acres de terreno.
> No interior dos quadrados erguem-se os edifícios públicos que o dividem em paralelogramos (Owen apud CHOAY, 1979:63).

---

6 Para um maior aprofundamento sobre as teorias urbanas, ver CALABI (2000). Nesse trabalho, a autora desenvolve uma leitura sobre a urbanística européia, a partir de uma perspectiva histórica, classificando as diversas abordagens sobre a cidade.

7 Esses princípios foram relacionados, segundo Françoise CHOAY (1979), ao modelo progressista.

8 O pensamento socialista foi primeiramente formulado por Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858). CHOAY (1979:61-94) destaca ainda os seguintes nomes como pertencentes às utopias socialistas: Victor Considérant e Etiene Cabet.

Nesse plano quadriculado, organizado em torno da idéia de *paralelogramo*, formava-se um centro principal, onde ocorreriam as atividades básicas da comunidade. As imagens selecionadas representam esse modelo: (FIG. 180 e 181)

> À direita desse prédio central, uma construção cujo térreo será ocupado pelo jardim de infância, o andar superior por uma sala de conferências e um lugar destinado ao culto.
> À esquerda, fica um edifício que abriga, no térreo, uma escola para as crianças mais velhas e uma sala do comitê; no primeiro andar, uma biblioteca e uma sala de reunião para os adultos.
> **O espaço livre no interior dos quadrados é destinado ao exercício e aos lazeres**; é arborizado (Owen apud CHOAY, 1979:63). grifos meus

O projeto elaborado por Owen[9] propunha uma organização espacial bem definida das atividades e das funções urbanas: os edifícios institucionais e comunitários, com suas funções administrativas, educacionais e culturais, ocupariam a área central; os edifícios residenciais formariam um primeiro limite do *paralelogramo.* Adjacente a esse núcleo principal e isolando as atividades industriais formar-se-ia uma área verde. Não existiriam ruas configuradas, o pátio do núcleo central seria formado por uma área livre. VIDLER (1981:63) destaca a influência do modelo do panóptico na concepção espacial idealizada por Owen:

> Eliminando las calles, los callejones y los patios, se eliminarían de modo natural los vícios patentes em tales entornos; imitando la forma del recinto monástico y el claustro de un colégio mayor se unían las virtudes de la moralidad y el conocimiento, y ofreciendo **un centro hacia el cual convergiera toda la comunidad se concretizaba la propria imagen de la armonia y de la unidad del nuevo mundo social**. Para lograr este fin, la calle, mensajero de todos los males sociales, se substituiría por el claustro. grifos meus

A idéia de visibilidade total aparece na estrutura desse núcleo central, reforçando a crença da ordenação espacial como fator de influência na formação do caráter moral e social do indivíduo.

O pátio aberto representaria o lugar de reunião e contacto da aldeia-industrial. Destinada aos exercícios e atividades de lazer, essa área livre representa também o lugar da disciplina e da

[9] Entre 1817 e 1820 Owen apresenta seu modelo da aldeia-industrial ao Governo Inglês sem obter êxito. Decide então implantá-lo na América. Owen viaja para os Estados Unidos, em 1825, onde decide fundar no estado de Indiana uma comunidade baseada nos princípios de cooperativa – The New Harmony. Essa primeira tentativa de concretização não alcança êxito (BENEVOLO, 1997:568).

ordem, do exemplo da boa conduta. Expressa a crença de Owen na *eficiência* do espaço racional, a que ele denomina "máquina para multiplicar a eficiência física e bem-estar social".[10]

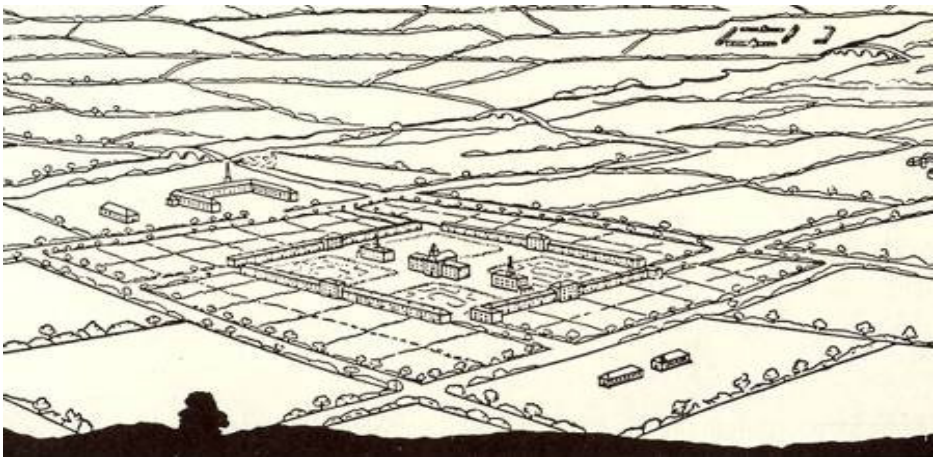


FIG. 180 – PROJETO DA COMUNIDADE DE NEW HARMONY, R. OWEN – E.U.A., 1817
Uma aldeia de harmonia e cooperação
FONTE: Historia da Arquitetura Moderna (BENEVOLO, 1993).

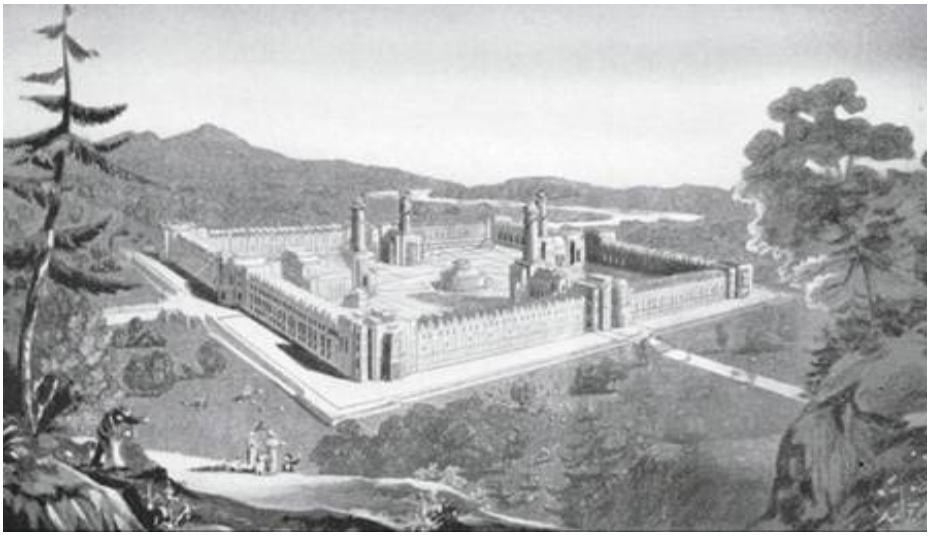


FIG. 181 – COMUNIDADE DE NEW HARMONY, E.U.A..
FONTE: www.sil.si.edu – jan/2007

[10] Note-se que a percepção do espaço urbano como um ambiente doutrinador das condutas e posturas sociais, aqui expressas na proposta de Owen, também aparece como tema das transformações urbanas desenvolvidas no Brasil, em fins do séc. XIX.

O núcleo urbano desenvolvido por Owen aparece de forma mais definida no projeto da colônia-modelo, de 1841. Esse núcleo apresenta-se composto por um amplo espaço livre recortado por caminhos (retilíneos e orgânicos) e pontuado pelos edifícios institucionais, tendo ao centro uma praça, de onde partem os eixos principais de circulação. (FIG.182)

Owen não idealizou uma praça com suas funções tradicionais, mas projetou todo o espaço livre da colônia como um espaço dedicado ao convívio perfeito, ao lazer e à pratica de exercícios. O modelo da praça é substituído pelo conceito de espaço livre, englobado na visão macro de um espaço ideal.

O modelo do *paralelogramo* desenvolvido por Owen corresponde à idealização de um microcosmo racional concretizado na forma fechada, em cujo interior molda-se um universo próprio, de leis e de regras de conduta social. A organização do espaço comparece idealizada como espaço disciplinador, homogêneo e coletivo, e compreende as atividades de lazer de uma comunidade "ideal", da qual seriam eliminadas as condições miseráveis da cidade industrial.[11]

No que se refere à concepção do espaço coletivo, a utopia urbana desenvolvida por Owen não difere muito das propostas dos outros socialistas utópicos, uma vez que todas buscavam uma ruptura com o desenho tradicional de cidade a partir da idealização de um espaço desvinculado das condições urbanas existentes nas cidades industriais.

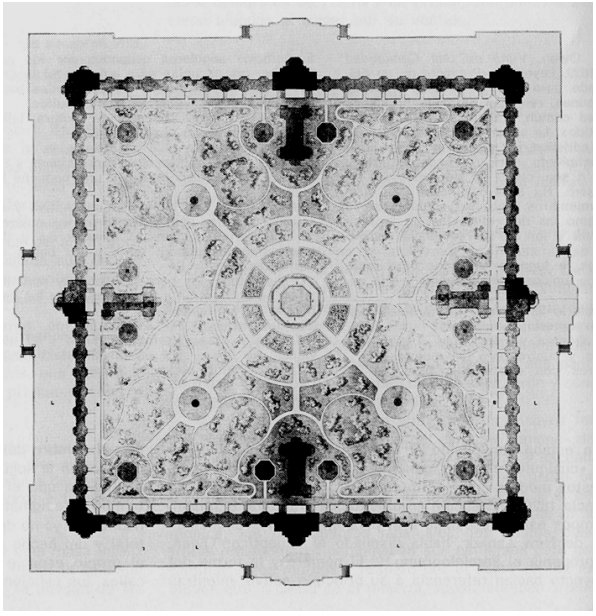


FIG. 182 – COLÔNIA-HOGAR PROJETO DE UMA COMUNIDADE AUTOSUFICIENTE, 1841

FONTE: Calles. Problemas de Estructura y Diseño (ANDERSON,1981)

[11] Segundo afirma GRAVAGNUOLO (1998:67) essas sociedades ideais desvinculadas de uma realidade concreta da "cidade e do conflito" se fixaram na resolução de questões sociais, elaborando uma forma de redenção da cidade industrial.

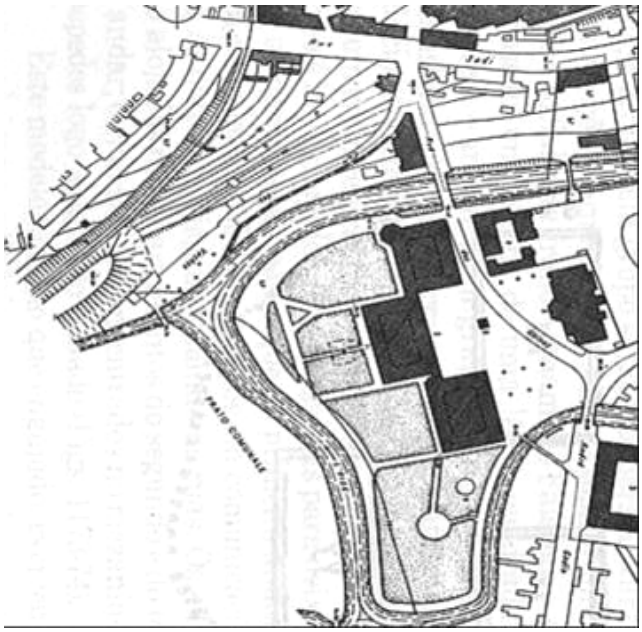


FIG. 183 – FAMILISTÉRIO DE GUISE, JEAN BAPTISTE GODIN, FRANÇA, 1859

Planta geral do familistério

FONTE: História da Cidade (BENEVOLO, 1997)



FIG. 184 – FAMILISTÉRIO DE GUISE, JEAN BAPTISTE GODIN, FRANÇA, 1859

panorâmica do familistério

FONTE: www.aisne.com/page_ cg.asp?id_page=21 – abril/2006

Em 1859, o utopista Jean-Baptiste Godin resolve pôr em prática a criação de uma cooperativa-fabril-modelo – o Familistério de Guise. Ele compra 18 hectares na região de Guise, França, iniciando a construção de seu "Palácio-Social". Godin proclamava que o "Palácio Social" seria um "instrumento do bem-estar, da dignidade individual e do progresso".[12] (FIG. 183 e 184)

O Familistério, como cooperativa industrial, propunha uma proximidade entre indústria/habitação e serviços/comércio. Sua estrutura morfológica, associada ao tamanho da colônia, tinha como objetivo incentivar a convivência social nas áreas livres. Reproduzia uma espécie de microcosmo da cidade moderna, oferecendo à comunidade um maior grau de conforto e higiene.[13]

A vida social desenvolvia-se em torno de um grande "espaço dedicado ao público". Segundo Godin, a "*grandiosidade dos pátios, dos jardins e os passeios*" favoreciam o livre acesso às condições higiênicas, físicas e mentais necessárias ao bem viver.[14]



FIG. 185 – RECREIO NA PRAÇA DO FAMILISTÉRIO, 1912 (coleção Familistère de Guise)
As atividades de lazer e recreação se desenvolvem por todo o espaço livre, configurado por vazios, recantos e jardins.
FONTE: www.familistere.com – dez/2005

[12] GODIN (apud FREITAG, 2004:97). O Familistério durou cerca de 100 anos, funcionando no período de 1859 até 1968. Das propostas realizadas pelos socialistas utópicos, a experiência implantada por Godin teria sido uma das poucas a obter êxito.

[13] O "Palácio Social" principal compunha-se de três edifícios interligados, onde as famílias viviam em unidades unifamiliares. O restante era formado por creche, escola-teatro, edifícios-serviços (restaurante comunitário, bar, salas de jogo, estúdios, laboratórios, matadouro, estrebarias, galinheiros, etc.), banhos públicos e piscina (BENEVOLO, 1997:568).

[14] Godin apud CHOAY (1979:106). Trechos transcritos do livro de J. B. Godin, *La Richesse au Service du Peuple: le Familistère de Guise,* Paris, 1874.



FIG. 186 – REUNIÃO DE ESTUDANTES NO PAVILHÃO CENTRAL, 1890 (coleção Familistère de Guise)
FONTE: www.familistere.com – dez/2005

Nesses modelos utópicos a relação entre o espaço público e privado tende a estreitar-se, uma vez que a idéia da organização coletiva pressupõe uma apropriação do espaço voltada para o social. A unidade residencial permanece como o núcleo íntimo da família, porém os outros espaços são voltados para o desenvolvimento de atividades comunitárias e sociais. O espaço da praça, assim como em Owen, aparece diluído no espaço livre destinado ao desenvolvimento de atividades sociais, priorizando, nesse sentido, apenas o papel de espaço de lazer e de encontro.[15]

A influência das utopias urbanas do séc. XIX e os desdobramentos das suas teorias consistiram, sobretudo, no debate voltado ao tema dos bairros operários e da questão habitacional.[16] Projetos visando à elaboração de habitações populares e à construção de edificações a baixo custo foram desenvolvidos em vários países.

Observa-se que o espaço da praça tradicional comparece diluído nas propostas, em função de um conceito de espaço comunitário, voltado para o lazer e para as demais atividades sociais.[17] As comunidades estruturam-se em edifícios-cidades e espaços livres, distantes da escala das grandes cidades.

---

[15] A utopia da comunidade "ideal" pensada para o desenvolvimento do bem-estar comum pressupõe a eliminação de conflitos existentes nas cidades tradicionais. Nesse sentido, a praça, como espaço de manifestação popular, estaria destinada apenas à sua dimensão de espaço de sociabilidade voltado para o lazer.

[16] Como descreve GRAVAGNUOLO (1998:69) deve-se destacar as iniciativas e projetos das *aldeias industriais* inglesas na região de Yorkshire e de Saltaire (1853); *as cités-ouvrières* francesas como Le Creusot (1782-1914) e Le Dolfus (1854); e algumas experiências na Alemanha, Bélgica, Holanda e Itália. A primeira Lei de "saneamento e construção de pequenos apartamentos" apareceu na França, em 1850, e no ano seguinte na Inglaterra. Na seqüência destacam-se a Bélgica (1889), a Holanda (1901), a Áustria (1902), e a Itália (1903). Ver GRAVAGNUOLO (1998:60).

[17] Eliminando os inconvenientes da estrutura urbana tradicional, tais comunidades foram pensadas na condição de escala de bairro, pois foram elaboradas para abrigar um núcleo urbano, distante da demanda de uma grande cidade.

OS MANUAIS DE ARQUITETURA

O estabelecimento da disciplina urbanística, em fins do séc. XIX, ocorreu com o desenvolvimento de legislações e instrumentos jurídicos, de manuais e de teorias urbanas que buscavam estabelecer regras e regulamentos para o processo de gestão das cidades. Contribuições diversas forneceram um escopo teórico para a nascente disciplina: da Alemanha e Holanda, destacam-se os manuais de arquitetura, responsáveis pela abordagem técnico-científica do urbanismo. Esses manuais priorizavam a concepção de uma metodologia sistemática apoiada em procedimentos científicos, cujo objetivo era fornecer um suporte técnico para orientar gestores e responsáveis pela atuação na cidade. Os trabalhos de Reinhard Baumeister, Rud Eberstadt, e Joseph Stübben destacam-se por esboçar uma visão pragmática da cidade.[18]

Impulsionados pelo crescimento industrial, a Alemanha estabeleceu-se como pioneira no desenvolvimento dos manuais técnicos de arquitetura e urbanismo, elaborando as primeiras teorias científicas sobre o processo de crescimento e construção de novas cidades.[19] Nesses manuais, a cidade aparece concebida como um organismo vivo, pensada como "fenômeno científico". Como destaca VERCELLONI (1994:151), instituem-se analogias que buscam entender o crescimento urbano como um fator de crescimento biológico. A imagem ao lado mostra alguns desses esquemas desenvolvidos, que expressam a dimensão orgânica da cidade. Nelas, o espaço da cidade aparece como um grande organismo abstrato interligado pelos diversos setores que compõem a cidade e que se inter-relacionam de forma autônoma.[20] (FIG. 187)

---

[18] Os manuais de técnica urbanística foram responsáveis pelo desenvolvimento de temas como planos urbanos reguladores, questões administrativas e fundiárias (propriedade do solo, expansão física da cidade), questões de circulação, transporte e habitação (dimensionamento, normas construtivas). Segundo GRAVAGNUOLO (1998:60), a aplicação desses manuais era centrada na responsabilidade do Estado, que deveria cumprir o papel de controlador das políticas urbanas. Ao Estado cabia a função de protagonista da gestão pública. Os principais manuais do período são: R. BAUMEISTER, *Stadtweiterungen in technischer baupolizielicher und Wirtschaftlicher Beziehung*. Berlim: Ernst und Korn, 1876; Camillo SITTE, *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen, 1*889; J. STÜBBEN, *Der Stadtebau. Handbuch der Architektur*, Vierter Theil: Entwerfen, Anlage und Einrichtung der Gebaüde, 9 Half-band, Darmstatd, Bergstrasser, 1890; R. EBERSTADT, *Stadtische Bodenfragen*, Berlim, 1894; Charles BULS, *Esthétique des villes*, 1893; Para uma análise crítica das propostas ver: SICA (1978), RAGON (1986); BENEVOLO (1993); GRAVAGNUOLO (1998); CALABI (2000).

[19] A cidade de Berlim apresentou um ritmo de crescimento acelerado. Segundo dados populacionais, em 1850, o número de habitantes era de 500.000; em 1880, de 1.120.000 hab., e por volta de 1900 de 1.800.000 hab. (VERCELLONI, 1994:151).

[20] Joseph Stübben, "teórico e prático mais prestigiado na Alemanha", elaborou em seu manual de urbanismo, *Der Stadtebau,* uma série de desenhos representando esquemas urbanos com suas áreas de expansão agrupadas segundo funções urbanas (LAMAS, 1993:249).

Dentro dessa visão técnica da cidade, apresentam-se os regulamentos, repletos de regras e legislações urbanísticas, que direcionam a construção das cidades. Os teóricos, Baumeister e Franz Adickes introduzem, na elaboração do plano diretor, o conceito de urbanização, a partir do qual a cidade é definida segundo a seguinte classificação espacial: zonas de habitação, comércio e indústria. O plano determina ainda o padrão de densidades espaciais por zona, de áreas de ventilação e áreas verdes, bem como uma hierarquia do sistema viário. [21]

De acordo com essa visão técnica, Baumeister, analisando o tamanho das praças, afirma que o espaço não deve ser muito grande ou aberto, pois prejudica a saúde, produzindo calor e poeira.

O espaço da praça aparece sob a ótica da funcionalidade, da estética e a partir da relação espacial, espaço construído (massa) X espaço livre (vazio), compreendendo a ótica do bem-estar do indivíduo. Nesses manuais, o espaço da praça apresenta-se como parte do desenho da cidade, subordinado à visão técnica.

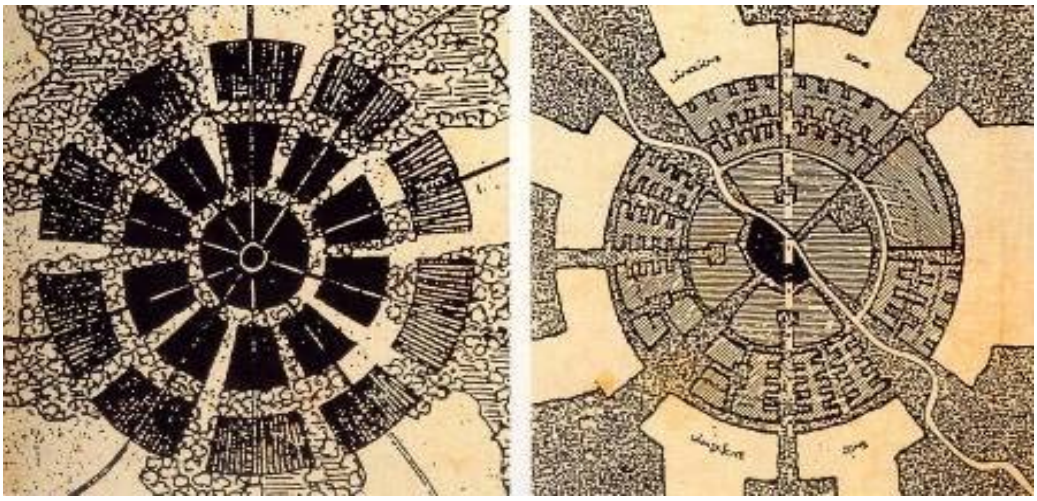


FIG. 187 – ESQUEMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO ELABORADO POR J. STUBBEN E PAUL WOLF
A visão abstrata da cidade comparece nos desenhos acima, sem nenhuma referência ao espaço geográfico. O geometrismo das formas representam a ordenação espacial e a organização racional da cidade.
FONTE: La Cite Ideale en Occident (VERCELLONI,1994)

[21] Na Alemanha, o desenvolvimento da legislação urbana teve uma importante repercussão, pois foi um instrumento utilizado de forma sistemática e metódica, amplamente aplicado nos processo de remodelação e expansão urbana. Ver: www.inroma.roma.it/arardeco – jan/2007.

A ESTÉTICA URBANA

CAMILLO SITTE – A PRAÇA COMO PROTAGONISTA URBANO

Cabe destacar o trabalho do arquiteto vienense Camillo Sitte – *Der Städtebau* (1889), contemporâneo aos manuais de arquitetura –, cuja obra inaugurou a abordagem sobre a cidade como um problema estético.[22] De acordo com SITTE (1992), a praça representa o elemento fundamental da cidade, o lugar da vida pública, o centro cívico urbano, o espaço capaz de restituir a dimensão social da vida moderna.[23]

> Hoje raramente utilizadas para festas públicas, e cada vez menos para um uso cotidiano, elas servem, na maioria das vezes, a nenhum outro propósito além de garantir maior circulação de ar e luz, provocar uma certa interrupção na monotonia do oceano de moradias e, de qualquer maneira, garantir uma visão mais ampla sobre edifício monumental, realçando seu efeito arquitetônico. Que diferença da Antigüidade! **Nas cidades antigas, as praças principais eram uma necessidade vital de primeira grandeza, na medida em que ali tinha lugar uma grande parte da vida públic**a, que hoje ocupa espaços fechados, em vez das praças abertas (SITTE, 1992:17) – grifos meus.

Sua teoria desenvolveu-se com a propagação dos princípios modernos na cidade de Viena, representados pela supremacia dos espaços abertos e grandes vazios. A mudança de escala dos elementos morfológicos, ocorrida com o crescimento das cidades, representou, na análise de SITTE (1992:92), uma conseqüente perda da qualidade de vida urbana, influindo diretamente na qualidade artística das cidades:

> O moderno construtor de cidades perdeu muito dos motivos de sua arte. Para contrapor à riqueza do passado, ele dispõe somente do alinhamento preciso das construções e da estrutura cúbica do bloco de edifícios.

Os grandes vazios e as avenidas monumentais constituem os objetos de crítica de SITTE (1992:74), assim como a supremacia da técnica em relação à dimensão artística aplicada nas intervenções urbanas. Indignado com a perda de qualidade dos espaços significativos, bem como com a "pobreza" e a "banalidade" artística das construções urbanas, o arquiteto elege a praça

---

[22] SITTE, Camillo. *A Construção de Cidades Segundo Princípios Artísticos*. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Editora Ática, 1992.

[23] Segundo GRAVAGNUOLO (1998:63), sua obra influenciou a prática urbana na Inglaterra, Alemanha e Holanda. Ver também RAGON (1986), CHOAY (1979), BENEVOLO (1993), LAMAS (1993), ARANTES (1995) e CALABI (2000).

como o elemento urbano fundamental à vida social. Afirma que “a praça moderna, recortada no movimento protocolar de uma régua, não tem o menor conteúdo espiritual, somente uma superfície vazia, de tantos por tantos metros quadrados”.

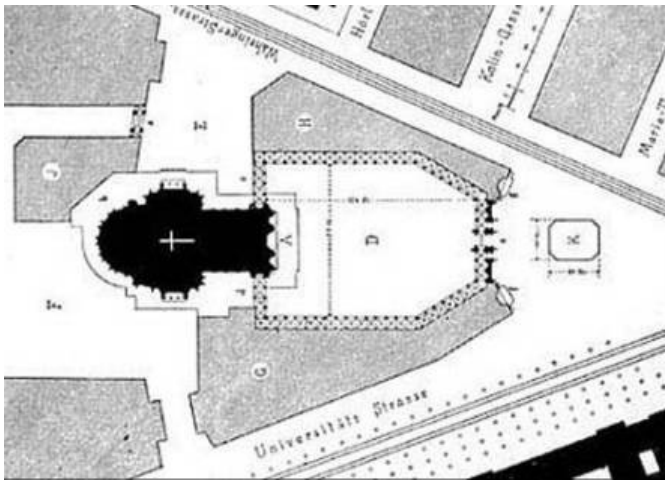
Preocupado em resgatar a beleza da cidade, que no período do Renascimento passou a ser projetada segundo um mecanismo visual, baseado em regras e operações geométricas determinadas pela perspectiva, SITTE (1992:67) estudou a questão da espacialidade visual, explorando os edifícios e as praças com seus próprios territórios e suas individualidades, identificando regras de composição do tecido urbano. Sua obra funcionou como um “tratado de estética urbana”, cujo personagem principal era a cidade com seus conjuntos urbanos.

O conceito de praça que aparece em sua obra nos remete aos espaços públicos da Antigüidade: praças como a *Ágora* e o *Fórum Romano* eram a expressão do "ideal de comunidade", o lugar do público. Essas praças idealizadas como locais simbólicos da cidade desempenhavam um papel fundamental na organização urbana e social.

Buscando estabelecer padrões estéticos observados na estrutura morfológica das praças medievais, renascentistas e barrocas das cidades européias, SITTE (1992) acredita ser possível recuperar a qualidade estética da cidade a partir da aplicação de certos “princípios artísticos”[24] na configuração desses espaços.

FIG. 188 – PROJETO DE SITTE PARA A PRAÇA DA IGREJA VOTIVA
Definição de um eixo visual, confinamento da praça a partir da criação de loggias. A inserção de uma escultura ordena visualmente e destaca o pórtico de entrada.

FONTE: Viena Fin-de-Siècle (SCHORSKE,1988)



[24] Será através do "olhar" que Sitte estabelece as relações com o espaço urbano, elaborando sete princípios extraídos de praças, onde pôde vivenciar. São eles: 1 – Relação adequada entre às construções circundantes; 2 – O centro livre; 3 – O efeito côncavo; 4 – A coesão das praças; 5 – Dimensionamento ideal e forma da das praças; 6 – Irregularidade das praças; 7 – O conjunto e a articulação de praças (SITTE, 1992).

Na prática, SITTE (1992:145) propõe a valorização de espaços e conjuntos urbanos, como praças, a partir da neutralização dos efeitos da cidade moderna. O projeto de reforma para a Praça da Igreja Votiva representa a transformação no desenho do espaço urbano. A praça constituía-se de um espaço aberto interligado por duas ruas em ângulo. (FIG. 188)

A proposta de SITTE consistia na criação de uma praça emoldurada por dois edifícios simétricos, compostos por uma *loggia*. A valorização do conjunto ocorreria a partir do destaque do edifício da Igreja, disposto no eixo de perspectiva visual. A presença de uma escultura antecedendo o "arco de passagem" da praça serviria como orientação óptica além da sua função como marco.[25]

Buscando valorizar o ambiente urbano, a praça é concebida, no seu tratado de estética, como o elemento que configura qualidade ao espaço urbano, possibilitando uma maior adequação à escala do cidadão.

[25] Este exemplo demonstra como SITTE (1992) visualizava a possibilidade de recompor as qualidades artísticas da cidade, atuando sobre uma grande superfície, porém de forma a reduzir o espaço à escala do pedestre.

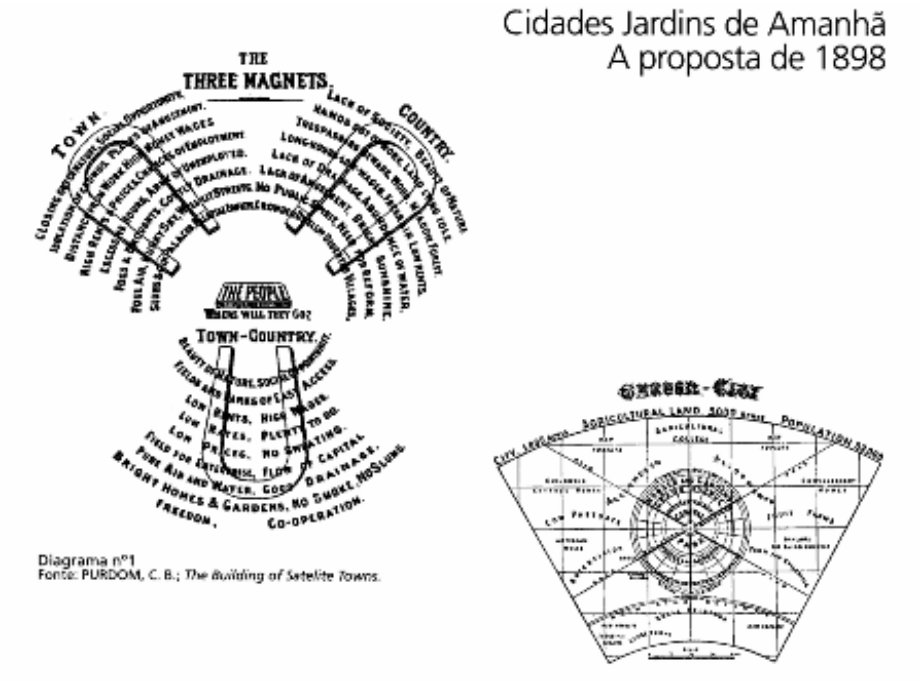


Diagrama N°.1 e n°.2

FIG. 189 – DIAGRAMAS DA CIDADE-JARDIM – N. 1 E 2, E. HOWARD, 1898

FONTE: Historia da Arquitetura Moderna (BENEVOLO, 1993).

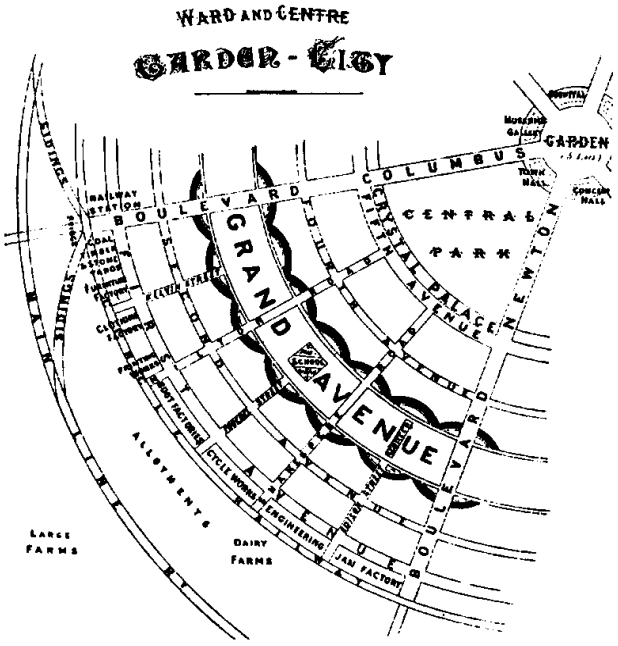


Diagrama N° 3

FIG. 190 – DIAGRAMA DA CIDADE-JARDIM – N.3, E. HOWARD, 1898

FONTE: Historia da Arquitetura Moderna (BENEVOLO, 1993).

EBENEZER HOWARD - O MODELO DA CIDADE-JARDIM

Na Inglaterra, as contribuições conceituais e as concepções urbanas desenvolvidas apresentaram certa distinção em relação à vertente racional, caracterizada pelas estratégias cirúrgicas.[26] A vertente inglesa desenvolveu-se, sobretudo, a partir de concepções urbanas tradicionais, baseadas na construção de uma imagem nostálgica da cidade pré-Revolução Industrial.[27] Nessa abordagem, a cidade é concebida sob a ótica da comunidade e não da grande metrópole. Busca-se a redução da escala da cidade, limitando superfície e população, com o intuito de reproduzir um ambiente harmônico oposto à complexidade da cidade moderna. O espaço da praça comparece nas propostas, destacando-se com o sentido de centralidade. Espaço central na malha urbana é o lugar de referência visual, ao mesmo tempo em que agrega as principais funções urbanas (centro cívico, lugar de encontro).

Dentre as propostas originadas em fins do séc. XIX, destaca-se a figura de Ebenezer Howard, autor de uma teoria científica que corresponde a um novo modelo de organização espacial, econômica e social. Nessa obra, intitulada *To-morrow, a Peaceful Path to Real Reform* (1898), Howard propunha o fim do antagonismo cidade–campo, a partir da elaboração de uma estrutura urbana que representasse a síntese das qualidades existentes nestes dois ambientes: a cidade seria a parceria perfeita entre as vantagens da vida urbana e os benefícios do campo. [28] Segundo HOWARD (1996), "cidade e campo devem estar casados, e dessa feliz união nascerá uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização".

Em 1899, ele põe em prática os planos de construção das cidades-jardins e funda a *Garden Cities Association,* organização responsável pela implantação e gestão das cidades. As

---

[26] Das intervenções do séc. XIX, o modelo de Paris implementado por Haussmann exemplifica bem essa vertente racional do pensamento urbano: geometrização dos espaços, regularização de traçados, grandes perspectivas e conjuntos cenográficos, reformulação do sistema de tráfego a partir da idéia de eixos de circulação, baseados em avenidas e *boulevards* (CARS et PINON, 1991).

[27] Segundo CHOAY (1979) na Inglaterra percebe-se uma adesão ao modelo culturalista, com a predominância de propostas urbanas baseadas em valores nostálgicos do ambiente medieval, como por exemplo o conceito de comunidade urbana, bem-estar e integração social. Teorias como as de Pugin, Ruskin e Morris serviram de inspiração para elaboração do modelo da cidade-jardim.

[28] Publicado pela primeira vez em 1898 e reeditado em 1902 sob o título de *Garden Cities of Tomorrow*. HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardins de amanhã*. Tradução: Marco Aurélio Lagonego. São Paulo: Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, Hucitec, 1996.

experiências de Letchworh (1904) e de Welwyn (1919) foram suas únicas concretizações de cidades-jardins.[29]

Os diagramas por ele elaborados sintetizam sua teoria, expondo sua concepção de cidade, da escala macro à micro. Conceitos sobre o planejamento regional e a hierarquia de cidades aparecem no diagrama nº 7, no qual ele defende a idéia da metrópole como "pólo urbano central", rodeada por uma série de cidades-satélites – as cidades-jardins. (FIG. 189 a 191)

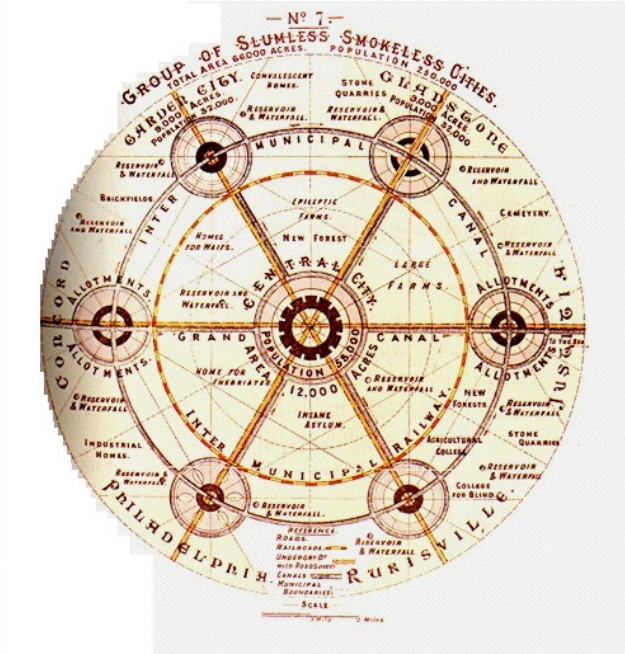


FIG. 191 – PLANEJAMENTO TERRITORIAL – DIAGRAMA Nº 7 – E. HOWARD
FONTE: Cidades-jardins do Amanhã (HOWARD, 1996)

O projeto da cidade-jardim utilizava um modelo de habitação baseado no conceito de residência rural. Raymond Unwin havia desenvolvido o modelo de *cottages* e *villages* como possíveis alternativas de organização espacial ao crescimento ilimitado de Londres e ao processo de suburbanização. O plano de Letchworth resultou na aplicação direta desses modelos residenciais.[30]

---

[29] Raymond Unwin e Barry Parker foram responsáveis pelo primeiro projeto: a cidade de Lechtworth, em 1903. O arquiteto Louis de Soisson planejou a cidade de Welwyn, em 1919. Segundo RAGON (1972b:27), a estrutura urbana dessas cidades demonstram uma forte influência do pensamento de Camillo Sitte, observada no traçado orgânico e na configuração dos lugares.

[30] Segundo GRAVAGNUOLO (1998:118), a exposição intitulada *Cottages near a Town*, realizada em Manchester em 1903, apresentou uma série de propostas residenciais, elaboradas por Unwin, onde este previa a ocupação da região rural.

Concebido sob as diretrizes do diagrama n. 3, sua organização espacial não seguia radicalmente o desenho idealizado por Howard.[31] Unwin e Parker optaram por um traçado misto, mesclando ruas retilíneas e curvas, com a valorização do ambiente rural. Letchworth apresentava um núcleo central como referência da organização radioconcêntrica. Esse centro, formado pelo setor institucional e comercial, organizava-se em torno de uma praça, onde deveria localizar-se o principal edifício administrativo, idealizado como ponto de referência.

Em 1909, Unwin publicou um tratado de desenho urbano – *Town Planning in Practice* – no qual expunha sua experiência de Letchworth e destacava sua metodologia de projeto urbano: o desenho da cidade, dos bairros e de seus elementos morfológicos.[32]

Unwin defendia a configuração dos lugares vista como o resultado do traçado urbano e da composição volumétrica dos edifícios, destacando, sobretudo, sua dimensão estética. Essa abordagem esboçava uma preocupação de Unwin com a formação de lugares marcantes e seus efeitos visuais, presentes em cruzamentos e nós:

> Les édifices eparpilles au hasard dans toute la ville ne produisent aucune impression: dans les rues ordinaires, ils ne sont vus que d'une manière imparfaite et aucune effet architectural d'ensemble n'est atteint. **Les bâtiments groupés, au contraire, se font valoir mutuellement... si les edifices sont bien disposés, le résultat obtenu peut être de nature à frapper l'imagination: on aura lá de veritables noeuds de composition dans le projet de la ville.**
> Les édifices officiels, d'Etat ou municipaux, et leurs dépendances, constitueront naturellement le centre principal; mais on aimerait voir la formation **de centres secondaires**; l'un des plus indiqués serait un centre d'education où l'on grouperait les établissements d'instruction publique et d'art, accompagnés de gymnases, d'écoles techniques, de terrains de jeux et autres annexes que leur proximité mettrait mutuellement en valeur.[33] grifos meus

---

[31] A cidade-jardim aparece idealizada no diagrama de n° 3 como um espaço formado por um conjunto de anéis concêntricos cortados por eixos viários radiais. No centro um grande vazio corresponde à área de um parque, cercado pelo setor de edifícios institucionais. Na seqüência aparecem os setores esportivo, cultural, e comercial. As residências ou *cottages* ocupam os anéis centrais. Conformando o último anel, aparece um extenso cinturão verde (GRAVAGNUOLO, 1998:81).

[32] O livro tornou-se uma referência na área de planejamento urbano (LAMAS, 1993:252). Segundo Lamas a atualidade do texto de Unwin é impressionante, sobretudo no debate atual sobre a morfologia urbana e a política de revalorização da cidade tradicional.

[33] Unwin apud RAGON (1986a:30). "Os edifícios espalhados ao acaso em toda a cidade não produzem nenhum destaque: nas ruas comuns, eles não são percebidos de maneira distinta e não produzem nenhum efeito de conjunto arquitetônico. Os edifícios agrupados, ao contrário, valorizam-se mutuamente... se o conjunto está bem estruturado, o resultado obtido pode naturalmente surpreender a imaginação: nós teremos então verdadeiros nós estruturados no projeto da cidade. Os edifícios oficiais, do Estado ou municipais, e seus dependentes constituem naturalmente o centro principal; mas nós gostaríamos muito de ver a formação de centros secundários; um muito indicado seria um

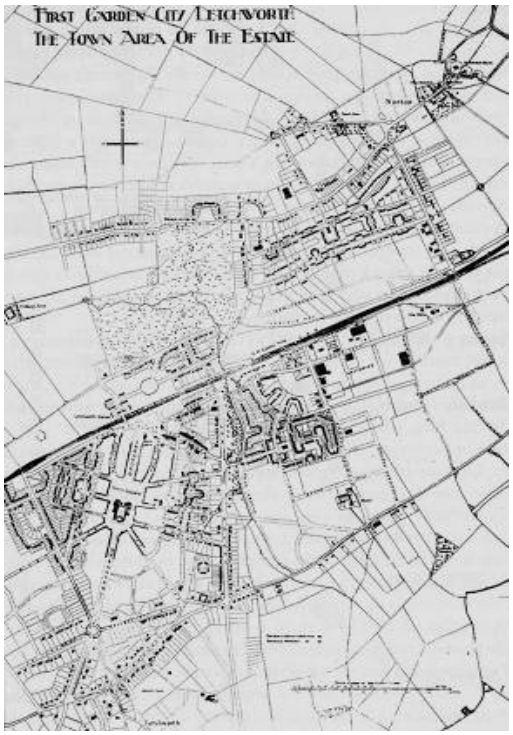




FIG. 192 e 193 – PLANTA E VISTA DA CIDADE DE LETCHWORTH (R. UNWIN E B. PARKER)

Destaque para o núcleo central com a praça da prefeitura

FONTE: Cidades Jardins (1997)



FIG. 194 – LETCHWORTH – CENTRO URBANO

FONTE: www.letchworthgardencity.net/ postcards/ - maio/2006

centro educacional onde nós agrupássemos os edifícios de instrução pública e de arte, com os ginásios, as escolas técnicas, quadras de jogo e outros anexos que a proximidade valorizasse".

O espaço da praça aparece na concepção de Unwin como um desses lugares marcantes, com forte significado estético e importante elemento de composição urbana. Esse tipo de configuração, no qual o elemento da praça é idealizado como ponto de referência visual, também está presente no projeto de *Hampstead Garden*, de Unwin em parceria com Parker.[34]

O projeto de *Hampstead Garden*[35] – um subúrbio-jardim implantado nas proximidades de Londres – representou o exemplo mais completo da teoria de composição urbana, desenvolvida por Unwin e esboçada em Letchworth.

O projeto consiste em um conjunto de núcleos, estruturados em torno de praças e jardins e cercados por uma grande área verde. Duas áreas destacam-se como marcos: a *central square,* composta por uma praça onde se localizam duas igrejas e o centro cultural, e a outra, do centro comercial, que corresponde ao setor de lojas e serviços básicos. A opção pelo uso do traçado orgânico configurou uma paisagem típica da estética pitoresca, como se pode observar no desenho. (FIG. 195 e 196)

O desenho da praça central estrutura-se segundo referências formais: um eixo principal divide a grande praça quadrada em dois espaços, tendo como ponto focal o edifício do Centro Cultural. Compondo as laterais da praça, encontram-se duas igrejas localizadas simetricamente em relação ao eixo principal. (FIG. 197)

O conceito de praça elaborado no projeto de *Hampstead Garden* apresenta duas abordagens. Na primeira, fundamentada no desenho do espaço, com a valorização da composição estética, a praça representa um conjunto urbano conformado por edifícios institucionais, desenvolvendo-se como ponto de referência e marco da paisagem. Na segunda, a praça destaca-se pelo seu caráter de uso. Denominada *Central Square*, Unwin confere-lhe um caráter especial ao projetá-la com maiores dimensões, deslocada do centro comercial. Protegida do sistema viário e dos principais eixos de circulação, a praça, por seu caráter de espaço recolhido, apresenta uma atmosfera acolhedora digna dos princípios sittianos: constitui a "sala de visitas do bairro".[36]

---

[34] O projeto contou, também, com a colaboração do arquiteto Edwin Luytens (GIBBERD, 1972:328).

[35] A idéia original do subúrbio-jardim aproximava-se do conceito de cidade-satélite, um local próximo à metrópole e, dependente desse grande centro, que pudesse ser habitado por todas as classes sociais. Este conceito, porém, foi gradativamente deturpado em função da qualidade ambiental do projeto. A especulação imobiliária transformou Hampstead em um local voltado para as classes mais ricas, servindo de refúgio ideal da agitação londrina (GRAVAGNUOLO, 1998:119).

[36] Essa visão romântica presente nas concepções das *gardens-cities* caracteriza-se pela busca do sentido de comunidade presente nas cidades pré-revolução industrial.

A presença das duas igrejas e do Centro Cultural propiciou sua apropriação como ponto de encontro e local de sociabilidade do conjunto.

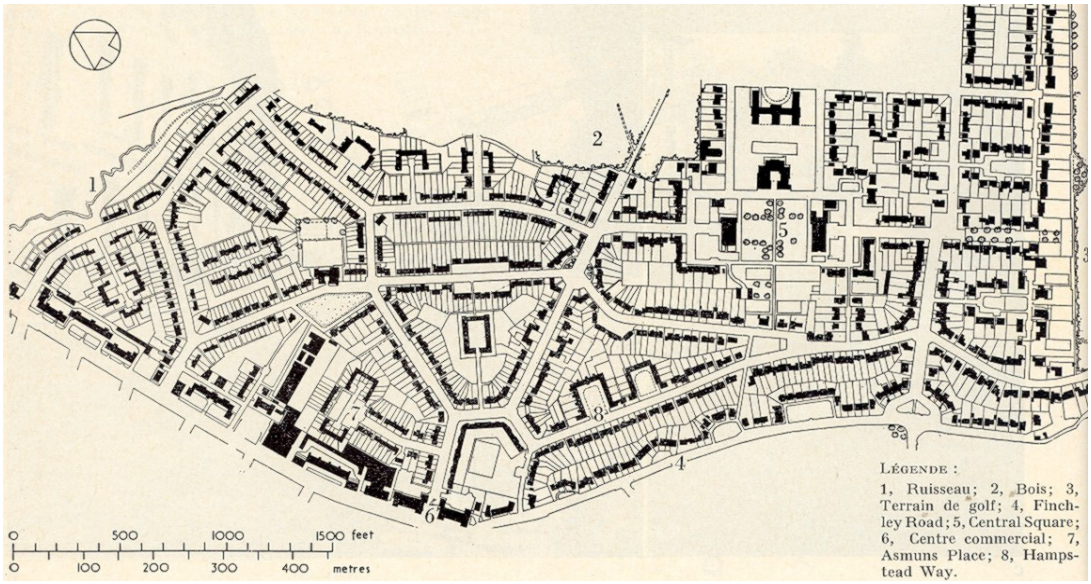


FIG. 195 – PROJETO DE HAMPSTEAD – R. UNWIN E B. PARKER, 1907

Em destaque a praça central (5)

FONTE: Composition Urbaine (GIBBERD, 1972)



FIG. 196 – VISTAS DE HAMPSTEAD GARDEN – com o modelo dos *COTTAGES*

Unwin elaborou uma variedade de modelos residenciais – cottages- como nos exemplos acima.

FONTE: warszawa.sarp.org.pl/ php/galeria/idea.htm – maio/2006

A *Central Square* representa a praça mais importante do conjunto, porém, por estar situada em uma categoria de espaço residencial, sua função predominante está voltada para o lazer e a contemplação.

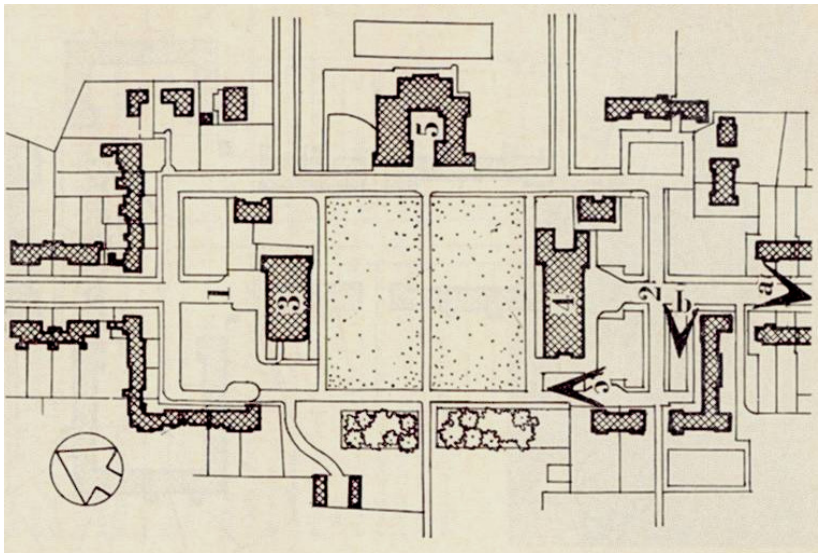




FIG. 197 e 198 – *CENTRAL SQUARE* - PROJETO DE EDWIN LUYTENS, 1907.
Planta e panorâmica
FONTE: Composition Urbaine (GIBBERD, 1972)

Na América do Norte, o modelo da cidade-jardim[37] encontrou vários adeptos, sobretudo nos teóricos do campo da arquitetura e da sociologia urbana. Algumas experiências, realizadas no início do séc. XX, representaram uma releitura do modelo de *cidade-jardim* de Howard e das propostas de Unwin, resultando na implantação de *subúrbios-jardins*. Dessas experiências destacam-se os projetos idealizados por Clarence Stein e Henry Wright: *Sunnyside Gardens* (1924), *Radburn* (1928) e *Greenbelt* (1935). (FIG. 199)

O perfil dos espaços coletivos que aparece no modelo das cidades-jardins assemelha-se ao ambiente espacial descrito nas utopias socialistas, pois o espaço, na sua totalidade, é tomado como um território voltado para a comunidade e para os interesses sociais: uma estrutura urbana em pequena escala, onde a comunidade possa viver em harmonia, desfrutando da qualidade bucólica do ambiente. A praça faz parte desse ambiente, na medida em que é o espaço de lazer, de encontro e de permanência dessa comunidade "ideal".



FIG. 199 – PROJETO DA CIDADE-JARDIM DE RADBURN NEW JERSEY, E.U.A., 1928

FONTE: www.rpa.org – ago/2006

[37] A teoria de Howard encontrou ampla divulgação não apenas na América, mas também na Europa. Na França, Benoit-Lévy, com Charles Gide e E. Risler, foi um dos promotores da Associação Francesa das cidades-jardins. Segundo GRAVAGNUOLO (1998:126) vale a ressalva de que Lévy, em sua obra *La Cité-jardin* de 1904, reinterpreta e modifica os princípios defendidos por Howard. Na Bélgica, o movimento da cidade-jardim encontra ampla difusão na figura de Van der Swaelmen e Antoine Pompe. Na Finlândia, Eliel Saarinen projeta o plano de expansão para a cidade de Helsinki como síntese das teorias de Sitte e Howard. Destaca-se o projeto do subúrbio-jardim de Käpylä, em 1920-25. Na Espanha, países escandinavos, Itália, Holanda e URSS encontram-se ecos do modelo de subúrbio-jardim associado ao modelo de subúrbios e loteamentos populares (GRAVAGNUOLO, 1998:126-130). A Alemanha será um dos poucos países onde o modelo de descentralização e baixa densidade será substituído pelo modelo das *Siedlungen* (loteamentos habitacionais formados por unidades multifamiliares).

A CIRCULAÇÃO COMO PROTAGONISTA DO ESPAÇO

A PRAÇA COMO ESPAÇO DE PASSAGEM

Algumas teorias, na virada do séc. XX, trataram do tema da cidade "em função da máquina, da circulação e do transporte". São teorias, segundo RAGON (1986a:35), nas quais se pode observar uma influência direta do pensamento racional e progressista, cujo aparato técnico-científico formou a base conceitual dos projetos.[38]

São projetos que, em vez de valorizar o ambiente urbano como o *habitat* harmônico e ideal para a sociedade, destacaram a eficiência e a técnica como instrumentos para resolver os problemas gerados pela cidade-industrial. O espaço urbano é visto como um problema de ordem técnica, destituído da relação com seus habitantes. O desenho esquemático torna-se, portanto, o interlocutor das soluções idealizadas.

No contexto das proposições urbanas elaboradas, destacam-se três propostas em que o tema da circulação aparece como fundamento básico para a concepção morfológica da cidade: *La Ciudad* Línea, de Soria y Mata (1844-1920), *La Cité Industrielle*, de Tony Garnier (1869-1948) e *La ville motorisée*, de Eugène Hénard (1849-1923), com sua *Teoria da circulação*.

Nessas três propostas, observa-se que o sistema viário passa a definir o desenho urbano, seja no projeto de cidade seja na proposta de intervenções na malha urbana. Busca-se, a partir da regularização das vias e ruas, permitir um fluxo direto da circulação.

A praça apresenta-se nessas propostas como parte de uma nova concepção espacial, fundamentada na ruptura do desenho tradicional da cidade e na busca de soluções para os problemas urbanos. Nesse sentido, o espaço da praça é pensado sob a ótica da composição urbana, como elemento estético. Seu caráter funcional e simbólico não se constitui enquanto objeto de estudo, mas como um elemento intrínseco ao desenho da cidade. Ao elaborar, porém, um novo conceito de cidade, esses autores propuseram uma nova relação entre os elementos que compõem o espaço urbano – edifícios, lotes, ruas, praças –, enfim, entre o espaço público urbano e o privado. Tais propostas demonstram gradativamente a mudança do paradigma urbano e a transformação na espacialidade da cidade tradicional e de seus espaços públicos.

[38] Na classificação de CHOAY (1979) essas teorias aparecem como sendo a abordagem progressista.

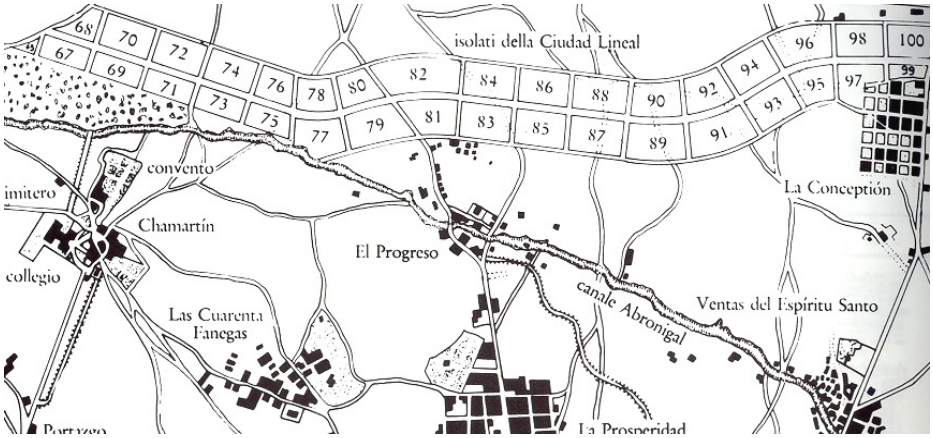


FIG. 200 – PLANEJAMENTO REGIONAL – ESQUEMA DA CIDADE LINEAR.
o tipo de cidade quase perfeita será aquela que se estende ao longo de uma única via, com uma largura de quinhentos metros, e que se estenderá, se necessário, de Cádiz a São Petersburgo, de Pequim a Bruxelas **(Soria y Mata apud BENEVOLO, 1989:362)**

FONTE: História del Urbanismo em Europa 1750-1960 (GRAVAGNUOLO, 1998).

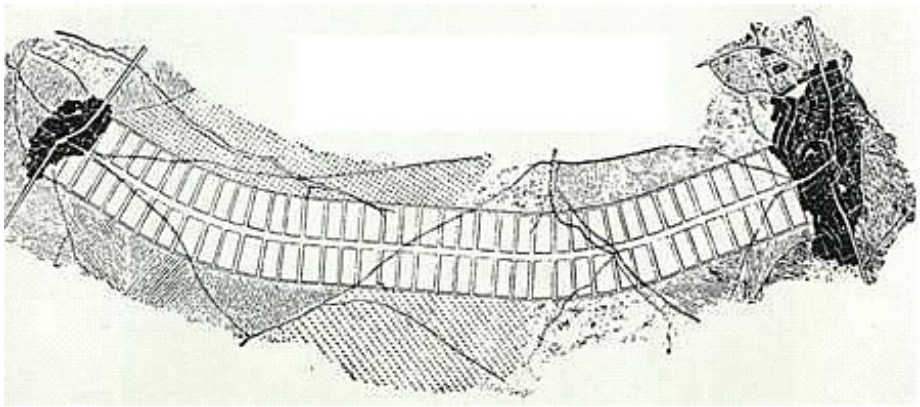


FIG. 201 – PROJETO DA CIDADE LINEAR, 1884
Todos os problemas da cidade resultam do problema da circulação
(Soria y Mata apud RAGON, 1986b:36).
FONTE: La Cité Ideale em Occident (VERCELLONI,1994)

ARTURO SORIA Y MATA E O MODELO DA CIDADE LINEAR

Segundo RAGON (1986b:35), os problemas de circulação urbana sempre foram um desafio para Soria Y Mata[39] que, além de criar a primeira linha de *tramways* para Madri em 1775, dedicou-se, por muitos anos, a melhorar o sistema de transporte público da capital e da rede ferroviária local. Soria achava fundamental, para o funcionamento ideal do sistema de circulação, o alargamento das principais vias de tráfego, com a criação de um sistema de transporte público, elevado ou subterrâneo.

Sua crítica em relação à crise da cidade centrava-se na tese de que os principais problemas urbanos eram causados pela morfologia concêntrica do núcleo comercial, pelo congestionamento das áreas centrais e pelas más condições de tráfego e circulação.[40] Como resposta a essas questões, Soria elaborou um modelo de cidade baseado na hipótese de um desenvolvimento urbanístico ilimitado e linear: *La Ciudad-lineal*.[41]

A concepção da "cidade-linear" baseava-se em um modelo de ocupação espacial que permitia o desenvolvimento crescente da cidade, a partir da expansão linear da estrutura urbana. Essa linha, representada por uma artéria viária vinculada ao transporte de pessoas, mercadorias e serviços, era o fator determinante do processo de urbanização. O projeto apresentava a hipótese de ocupação do território rural. Nas palavras de Soria, tratava-se da "ruralização da vida urbana e urbanização da vida campestre". Como proposta, o projeto representava um esquema de planificação regional que poderia ser adaptado a uma escala micro ou ser implantado entre duas regiões metropolitanas. [42]

---

[39] Arturo Soria y Mata, engenheiro espanhol, teve sua formação profissional voltada para a administração pública, trabalhando, sobretudo, no campo de transportes públicos. A partir de 1866 dedicou-se à vida política, chegando a ser deputado pelo partido republicano. Das importantes contribuições implantadas por Soria Y Mata destacam-se os estudos sobre o funcionamento ideal do sistema de circulação urbana e a implantação de um transporte público eficiente. Ver (CALABI, 2000:46).

[40] Aliado aos problemas do centro urbano, Soria apontava para o processo de valorização dos terrenos que superestimavam o valor da área central, acarretando a expulsão e a suburbanização da população mais pobre.

[41] A proposta da Cidade-linear apareceu pela primeira vez em um artigo escrito para o jornal *El Progreso* (GRAVAGNUOLO, 2000:77). De 1882 a 1892, Soria escreveu vários artigos abordando a questão dos problemas municipais. Em 1883 publicou um artigo sobre a cidade, destacando a problemática das condições das vias urbanas, da insalubridade das habitações, do sistema de saneamento e do aumento da população (CALABI, 2000:46).

[42] Outra utilização importante do conceito de urbanização rural ocorreu por volta da década de 30, nas estratégias de planificação urbana dos soviéticos, com a introdução do processo de *desurbanização* que se estabeleceu no território russo.

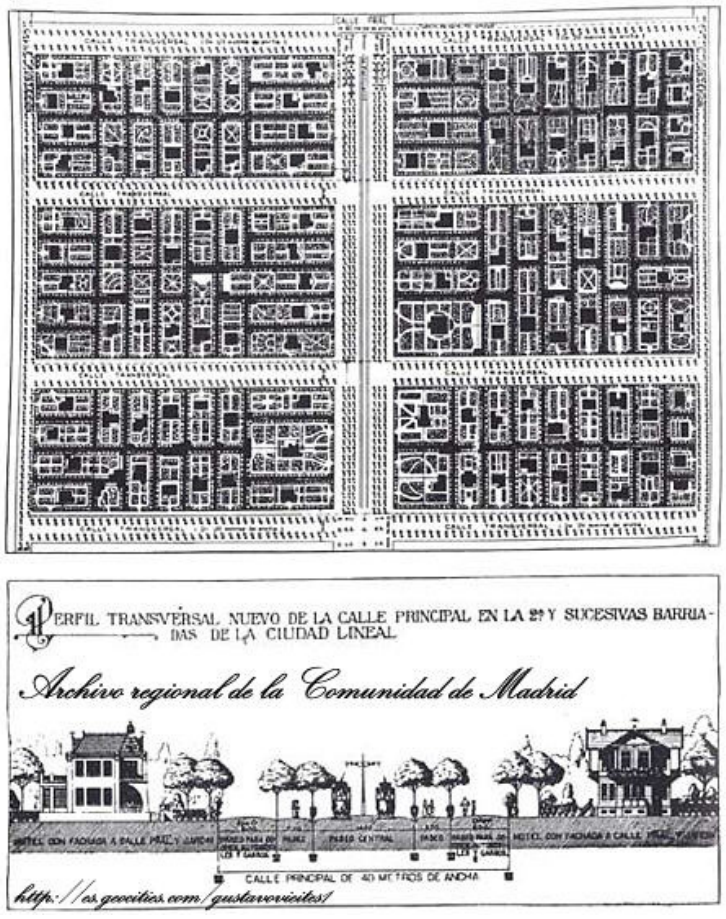


FIG. 202 – PERFIL TRANSVERSAL DA CIDADE-LINEAR, 1884

FONTE: História del Urbanismo em Europa 1750-1960 (GRAVAGNUOLO, 1998).

O caráter principal da proposta era a circulação baseada na dependência de um sistema viário mecânico – uma rede de transporte ferroviário. Esse sistema visava resolver o problema de congestionamento viário com a melhoria das condições de tráfego. A distribuição linear ocorria ao longo de uma grande avenida central, por onde se estabelecia o deslocamento principal da cidade, conforme mostram os desenhos. (FIG. 200 a 202)

Desconstruindo o modelo urbano radioconcêntrico, Soria propunha uma faixa de largura limitada, composta por uma única via, margeada por faixas de terreno urbano, ao longo da qual a cidade se desenvolveria:[43]

> Uma única calle de quinientos metros de anchura y de la longitud necesaria: esta será la cuidad del futuro. Colocad en meio de esta tira trenes y tranvías, conducciones para el agua, el gas y la electricidad, depósitos, jardines y, a intervalos, edificios para los diversos servicios municipales […] y estarán resueltos todos los complejos problemas que vienen causados por la enorme población de nuestra vida urbana. Nuestro proyeto une las condiciones higiénicas del campo con las grandes metrópolis.[44]

Ao propor um espaço homogêneo, Soria y Mata idealizava impedir o processo, comum nas cidades tradicionais, de valorização e especulação dos terrenos centrais. Na proposta, toma-se o crescimento ilimitado da cidade, no sentido longitudinal, como condição ideal para a expansão urbana. Tal solução, tão cara às cidades tradicionais, seria viável, permitindo-se o prolongamento do eixo viário e de suas áreas adjacentes.

Em relação à configuração do espaço urbano, não existe, na proposta, referências específicas quanto às possibilidades de uso e apropriação. A estrutura idealizada possibilitava a livre distribuição das atividades básicas ao longo de todo o espaço urbano, sem menção à sua localização específica. Observando o desenho da cidade realizado por Soria, percebe-se que alguns lotes lindeiros ao eixo principal são maiores, indicando possivelmente uma hierarquia de funções, com destaque para áreas comercial ou institucional. (FIG. 202)

---

[43] Essa seria a forma ideal de uma cidade se desenvolver, pois reduziria o tempo gasto com o deslocamento, questão que para Soria era fundamental. O eixo viário central era formado de uma faixa de 40 metros de largura, arborizada e percorrida na faixa central por um sistema de transporte férreo. A faixa de terrenos adjacentes seria recortada por uma malha de ruas transversais de 200 m de comprimento e 20 de largura. O lote mínimo seria de 400 m^2 e os edifícios deveriam ocupar apenas 1/5 da área territorial, correspondendo a 80 m^2 para habitação e 320 m^2 para jardinagem e horta.

[44] Soria y Mata apud GRAVAGNUOLO (1998:76).





FIG. 203 e 204 – PROJETO DA CIDADE LINEAR IMPLANTADO NOS ARREDORES DE MADRI

A cidade deveria se desenvolver entre dois centros urbanos.

FONTE: www.madridhistorico.com/ seccion7_enciclopedia... – maio/2006 e

web.tiscali.it – maio/2006



FIG. 205 – VISTA DO BAIRRO ARTURO Y SORIA - IMPLANTADO NOS ARREDORES DE MADRI.

Destaque para a estrutura da quadra, tal qual elaborada

no projeto original e para a presença da artéria central.

FONTE: www.googlearth – jan/2007

Na abordagem de Soria, a cidade parece reduzida à sua dimensão da função circulação. Uma vez resolvido esses condicionantes técnicos, produzir-se-ia um ambiente ideal.[45]

Observando o desenho de Soria, nota-se a distribuição de lotes e edifícios situados nas faixas laterais ao eixo central. O verde está presente em toda a cidade, distribuído ao longo das vias como nos *boulevards* franceses, e no interior dos lotes constituindo áreas ajardinadas. Os lotes localizam-se perpendicularmente às vias e neles existe uma variação quanto à implantação das edificações. No que concerne às edificações residenciais, o plano privilegia o modelo de habitação individual. Em relação à estrutura urbana, não se observa nenhuma configuração espacial que represente um projeto de praça tradicional (GRAVAGNUOLO, 1998:76).

Privilegiando a função circulação, Soria elaborou uma morfologia urbana extremamente rígida, com quarteirões retangulares padronizados, longe da espacialidade das cidades tradicionais defendida por Sitte. Não existem surpresas: a mesma malha urbana repete-se em toda a extensão da via, buscando a padronização. Soria não menciona a existência de praças centrais, de praças cívicas, ou qualquer espaço semelhante. Também não idealiza nenhum tipo de conjunto urbano institucional agrupado em torno de praças. O plano não destaca nenhuma preocupação com a definição da função e do uso espacial.

Analisando a concepção de Soria y Mata, CALABI (2000:47) defende a tese de que a proposta desconsidera a dimensão estética da cidade, pois submete o desenho urbano à dimensão técnica, privilegiando apenas um componente do processo urbano – a circulação. Esta, como protagonista do espaço, determina a configuração espacial da cidade na forma mais racional: a linha reta.

O projeto da cidade-linear não chegou a ser implantado integralmente, apesar da tentativa de Soria de realizar o modelo em pequena escala, na periferia de Madrid.[46] As imagens ao lado mostram a propaganda desse empreendimento e um trecho da área implantada.[47] Observando o

---

[45] É interessante observar que Cerda, quando idealizou o "Plano de Expansão da Cidade de Barcelona", em 1858, também partiu do princípio viário para estruturar a morfologia da cidade. O plano de Cerdá baseou-se no conceito de unidade de vizinhança, para pensar na distribuição serviços/lugares, distribuindo homogeneamente ao longo do plano, as edificações institucionais.

[46] A utopia da cidade-linear deu origem a princípios fundamentais que se tornaram a base da urbanística moderna, como, por exemplo, a concepção de grandes eixos de circulação que vieram a substituir a rua tradicional. Esse conceito, como assinala GRAVAGNUOLO (1998:78), está presente nas propostas da *Roadtown*, de Edgar Chambless (1910); do *Plano Obus* para a cidade de Argel (1930) e do *Plano de Saint Dié*, França, ambos de Le Corbusier; do *Plano da cidade de Stalingrad* (1930); e do *Plano Piloto para Brasília*, de Lúcio Costa (1957).

[47] Em 1894, Soria Y Mata funda uma Sociedade Anônima – a Companhia Madrileña de Urbanización – para realizar o projeto da cidade-linear. Soria já havia obtido a concessão (1892) para a ferrovia que deveria percorrer o entorno de Madri. O plano consistia em uma via de 58 km de extensão, em formato de ferradura. O projeto não foi implantado

projeto implantado, notam-se pequenos alargamentos do canteiro central, que parecem sugerir um espaço de praça. Posicionados no canteiro central da avenida, são lugares que configuram locais de passagem, sem nenhuma intenção de permanência. (FIG. 206)

O enfoque dado ao sistema viário na proposta da cidade-linear seria amplamente defendido no movimento modernista, inclusive como elemento indutor da morfologia urbana, a partir do séc. XX. Em contrapartida, o tema da praça perderia gradativamente importância, sendo substituído pelo debate sobre a nova estética urbana.



FIG. 206 – BAIRRO BASEADO NA CIDADE LINEAR
Destaque para a praça situada no alargamento do canteiro central
FONTE: www.googlearth – jan/2007

totalmente, por uma série de problemas que comprometeram a viabilidade do empreendimento. Soria reformulou a proposta, reduzindo para 25 km a extensão da cidade, porém apenas os primeiros 5 km foram implantados. A proximidade com o centro de Madrid afetou rapidamente o mercado imobiliário, promovendo uma valorização da área adjacente à cidade-linear. Atualmente é uma das regiões nobres da cidade. (FIG. 238)

A PRÁTICA URBANA DO SÉCULO XX

As primeiras décadas do séc. XX corresponderam a um movimento intenso de internacionalização das formulações teóricas e das experimentações urbanas. Esse período, na Europa, foi marcado pela intervenção do Estado, que passou a ser o cliente dos arquitetos, subvencionando suas pesquisas. [48] A partir de então, estabeleceu-se um conjunto de regras e legislações visando ao desenvolvimento da higiene e da salubridade urbanas, valendo destacar ainda o surgimento de novos equipamentos e serviços que forneceram o suporte legal para a prática urbanística. Projetos de conjuntos habitacionais, loteamentos e cidades novas formaram o conjunto de intervenções que protagonizaram a política de organização do espaço urbano e arquitetônico. Segundo LAMAS (1993:234), foi um período de intensa atividade:

> [...] ao nível [sic] teórico, com o aparecimento de tratados, investigações, e as primeiras revistas de urbanismo; ao nível [sic] institucional, pela criação dos primeiros corpos legais que regulamentaram a gestão das cidades, criando pela primeira vez a obrigação de realização de planos; ao nível [sic] das realizações, pela forte actividade de construção de edifícios e equipamentos e da expansão das cidades, e até de novos assentamentos urbanos: na Europa, devido à reconstrução das devastações das guerras de 1870 e 1914-18 e transformações econômicas, demográficas e sociais; na América, pelo grande desenvolvimento e crescimento demográfico ligado à emigração e à conquista de novos territórios; na África e na Ásia, devido à colonização européia e exploração intensiva nas colônias.

O aumento da população nos centros urbanos, bem como a reconstrução das cidades no pós-guerra, tornou-se foco da temática urbana, priorizando o projeto do espaço urbano no lugar do arquitetônico. Nesse contexto, pode-se observar uma internacionalização da teoria do urbanismo racionalista, cuja base fundamenta-se, segundo LAMAS (1993:298), na busca de uma ordem racional extrema na organização morfológica da cidade: o *zonning*.[49]

[48] Esse trabalho não tem como objetivo abarcar toda a produção teórica do séc. XX. As teorias urbanas analisadas foram escolhidas pela sua relevância na compreensão dos princípios urbanísticos modernistas e sua relação com a concepção do projeto urbano de Lúcio Costa, desenvolvido para Brasília.

[49] *Zonning* ou zoneamento urbano corresponde à organização e atribuição de funções específicas no uso do solo urbano e rural.

> É nesta etapa que se formulam todas as experiências de destruição e abandono do quarteirão, da rua e até da própria praça; que em seu lugar se propõem as tipologias da torre, da banda e do bloco; que a cidade deixa de se organizar como mistura funcional para se dividir em zoneamentos rígidos; e em que se dá a quebra de integração recíproca dos vários elementos morfológicos que constituem a estrutura urbana.

O princípio da organização espacial baseado no zoneamento reflete questões de como estruturar as funções de habitar, trabalhar e divertir-se no espaço urbano. Aliado a esse conceito, aparece o princípio da densificação voltada para a questão habitacional, com a política de concentração de pessoas em grandes estruturas. A circulação torna-se uma função primordial da vida urbana, e o espaço público adquire uma escala diferente da cidade tradicional. Essas transformações implicam, também, a alteração dos elementos que compõem a cidade – ruas, praças, lotes, edifícios, entre outros.

No contexto das novas propostas urbanas, observa-se que o espaço da praça perde prestígio como espaço de sociabilidade, local de encontro e de lazer, mas destaca-se como espaço livre, espaço de circulação e área verde.

O novo conceito de cidade está representado nas propostas de Tony Garnier, de Eugène Hénard, de Walter Gropius, e, sobretudo, nas concepções urbanas de Ludwig Hilberseimer e de Le Corbusier. Esses teóricos são os principais responsáveis pela divulgação da urbanística modernista.[50]

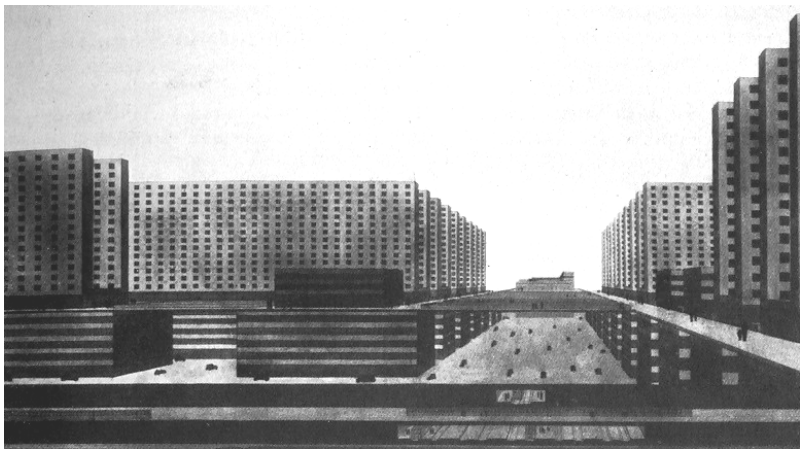


FIG. 207 – PROJETO DE UMA CIDADE DE ARRANHA-CÉUS, HILBERSEIMER, 1927.
FONTE: La Arquitectura de la gran ciudad (HILBERSEIRMER, 1999)

[50] Destaca-se juntamente o papel fundamental dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM na divulgação e promoção do urbanismo modernista (RAGON, 1986:239-246).

TONY GARNIER: LA CITÉ INDUSTRIELLE.

O MODELO DO CENTRO CÍVICO

As preocupações em torno da crise da cidade refletiram-se na França em algumas contribuições particulares, que se concretizaram, sobretudo, em formulações de teorias urbanísticas mais do que em uma prática urbana.

No início do séc. XX, o arquiteto francês Tony Garnier, preocupado em estabelecer um novo desenho para a cidade a partir da inclusão do tema fabril, elabora um modelo urbano. O projeto, idealizado como trabalho final do Grande Prêmio de Roma, apresentava a concepção de uma nova morfologia e de um novo programa fundamentado na questão industrial: a *Cité Industrielle*.[51]

Na história do urbanismo, a temática da questão operária, da fábrica e da cidade já haviam sido tratadas por Claude-Nicolas Ledoux no projeto da Salines des Chaux, assim como em algumas teorias dos socialistas utópicos. O diferencial na concepção de Garnier era a formulação global de um novo ambiente urbano que pudesse estar em plena sintonia com os avanços tecnológicos da época.

Dessa forma, o tema da cidade-fábrica é posto em evidência, com destaque para a função industrial, prioritária na formação da sociedade. Garnier acreditava que a indústria seria a grande incentivadora na implantação de novas cidades e que seria impossível aos urbanistas desconsiderar esse fato a partir de então: a "maior parte das cidades que serão fundadas daqui por diante deverão sua criação a motivos industriais".[52]

Garnier idealizou uma cidade industrial que tivesse como princípios básicos a higiene e a eficiência social, com o objetivo de melhor satisfazer "as necessidades materiais e morais" dos

---

[51] Tony Garnier (1869-1948) nasceu em Lyon, viveu no bairro operário da Cruz-Vermelha e desde cedo teve contacto com o movimento socialista lyones. Sua juventude foi marcada pelo desenvolvimento industrial ocorrido em Lyon, dos mais importantes centros industriais da França. O primeiro automóvel francês foi produzido nas Usinas de Berliet em Lyon, assim como os primeiros aviões e a primeira experiência do cinema, realizada pela Société Lumière. Formado em Arquitetura pela Academia de Belas Artes de Lyon, desde cedo Garnier centra suas preocupações nos problemas urbanos. Aproveitando os estudos realizados na Academia de França, na Villa Médici, em Roma, Garnier, contrariando a orientação para realizar um trabalho voltado para estudos arqueológicos, elabora uma hipótese de cidade, em que apresenta uma nova concepção urbana voltada para o tema da indústria: *La cité industrielle*. A proposta da cidade refletia todas as influências do desenvolvimento tecnológico e industrial presenciado por Garnier, incluindo a implantação do primeiro sistema férreo francês (Lyon-Saint-Etienne) (GARNIER, 1988:8). GARNIER, T. *Une Cité Industrielle: étude pour la construction des villes*. Paris: Philippe Sers Èditeur, 1988.

[52] Garnier apud CHOAY (1979:164). A proposta "revolucionária" de Garnier representou, na análise de CHOAY (1979:163), "o primeiro manifesto do urbanismo progressista" antes da elaboração da Carta de Atenas,

indivíduos na sociedade.[53] O projeto destacava como fator estruturante do espaço urbano a separação das funções, a valorização dos espaços verdes, a utilização sistemática dos novos materiais, como o ferro, o vidro e o concreto armado. Esse último representava, na arquitetura de Garnier, o modelo da linguagem *standard* desenvolvido na produção industrial. Como se observa no panorama da cidade, a linguagem estética dos novos materiais aparece definindo a paisagem moderna.[54] (FIG. 208)



FIG. 208 – PLANO DA *CITÉ INDUSTRIELLE*, 1904
No centro da aglomeração há um vasto espaço destinado aos estabelecimentos públicos.
FONTE: Une Cité Industrielle (GARNIER,1988)

[53] GARNIER (1988:14).

[54] Nesse período, a linguagem do concreto armado na França estava sendo introduzida por Auguste Perret. Em 1903, Perret projeta o edifício em ossatura de concreto e utilizando também o concreto na fachada: Edifício da rua Franklin (BENEVOLO, 1993:328).

Um dos pontos iniciais da proposta centra-se na preocupação com o tamanho da cidade, Garnier fixa a escala de médio porte, definindo o número de habitantes em torno de 35.000. Na descrição de Garnier, destacam-se os fundamentos do projeto:

> A fábrica principal está situada na planície, na confluência da torrente e do rio. **Uma estrada de ferro de tráfego intenso passa entre a fábrica e a cidade**, que está muito acima, num planalto. Ainda mais acima, espalham-se os estabelecimentos sanitários; eles estão, assim como a própria cidade, ao abrigo dos ventos frios, expostos ao sul, em terraços do lado do rio. **Cada um desses elementos principais (fábrica, cidade e estabelecimentos para enfermos) está isolado, de modo que se possa dispor de superfície livre em caso de necessidade** [...].
>
> Ao buscar as disposições que satisfizessem melhor as necessidades materiais e morais do indivíduo, **fomos levados a criar regulamentos sobre essas disposições: regulamentos de inspeção de limpeza, regulamentos sanitários**, etc., e a supor como já realizados certos progressos de ordem social de onde resultaria um alcance normal para esses regulamentos, alcance estes que as leis atuais não autorizam. Admitimos, pois, que a sociedade pode de agora em diante dispor livremente do solo, e que cabe a ela cuidar de agora em diante da provisão de água, pão, carne, leite e medicamentos, por causa dos múltiplos cuidados que esses produtos exigem.[55]

Dois eixos viários principais cruzam-se estabelecendo duas áreas distintas: a zona residencial e a zona industrial. Na zona residencial, uma malha quadriculada desenvolve-se paralelamente ao eixo viário principal, e, na zona industrial, semelhante disposição morfológica determina a estrutura urbana. No encontro desses dois eixos situa-se a estação ferroviária, ela é o centro de onde parte o sistema viário. Esse importante edifício situa-se no "cruzamento da grande avenida" que liga a cidade às ruas da "cidade velha".[56]

Os diversos setores determinados no projeto foram distribuídos racionalmente no espaço urbano, estruturando as seguintes funções: moradia, trabalho, lazer e circulação. No coração da cidade localiza-se o centro cívico – político-institucional – contendo o setor administrativo, o setor cultural e o setor de lazer; o setor hospitalar localiza-se na região norte, próximo ao setor principal; o setor industrial ocupa a região leste; o setor de moradias estende-se na direção oeste, tangenciando a grande avenida; o setor universitário, a nordeste do plano, fica próximo à zona

[55] GARNIER (1988:14) apud CHOAY (1979:164-5).

[56] Essa cidade velha seria um pequeno núcleo próximo à implantação da nova cidade industrial e cujo objetivo era funcionar como cidade-satélite.

residencial; existem duas estações ferroviárias: uma principal e outra central. A estação principal localiza-se entre os diversos setores e representa o ponto de ligação entre a região da fábrica e da moradia, abrigando o setor de serviços públicos; a estação central localiza-se no centro cívico, permitindo o acesso ao setor político-institucional.[57] (FIG. 209)

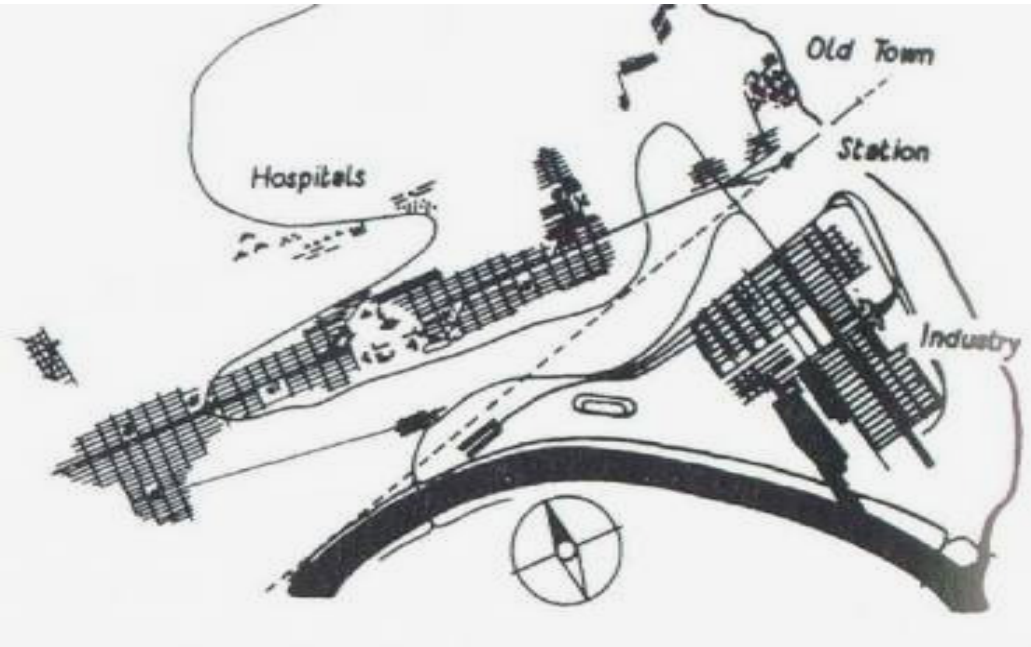


FIG. 209 – PLANO DE TONY GARNIER – *CITE INDUSTRIELLE* – SETORIZAÇÃO

A cidade compreende uma rede de ruas paralelas e perpendiculares. A rua mais importante parte da Estação de ferro e vai de leste para oeste. As ruas norte-sul possuem 20m de largura e são distribuídas nos dois lados; as ruas este-oeste possuem 13m ou 19m de largura, aquelas de 19m estão situadas do lado sul, aquelas de 13 em todos os lados **(GARNIER, 1988:15).**

FONTE: Morfologia urbana e Desenho da Cidade (LAMAS,1992)

[57] O setor hospitalar é constituído de hospital e sanatório (abriga o setor de helioterapia, de doenças contagiosas e dos inválidos). O setor industrial é formado por uma metalúrgica e uma usina hidroelétrica, cuja responsabilidade é garantir o bom desempenho e funcionamento da cidade. O setor habitacional é composto por quadras de 150 m X 30 m divididos em lotes de 15 m X 15 m, sempre com um lado perpendicular à rua. A área construída deve se restringir à metade da área total. O restante do lote forma um jardim público para pedestres. A estação principal abriga os hotéis, as grandes lojas e um mercado livre.

Na proposta, Garnier preocupou-se em destacar alguns marcos urbanos: a estação ferroviária cumpre a função de nó, ponto de convergência entre as duas zonas principais. Situada no encontro dos dois eixos, uma praça serve de palco para o complexo ferroviário: "na praça em frente à estação há um mercado ao ar livre". Configuração típica da cidade industrial, a Praça da Estação aparece como elemento morfológico na cidade do séc. XIX. Lugar de passagem, de espera, muitas vezes associado a feiras e pequenos comércios, a estação abriga o fluxo de passageiros que embarcam e desembarcam no seu complexo.[58] (FIG. 210)

Essa praça encontra-se próxima ao setor de serviços públicos e ao setor hoteleiro, formado pelos hotéis e pelas grandes lojas. Nessa área, permite-se construções mais altas, elevando o perfil panorâmico da cidade.[59]

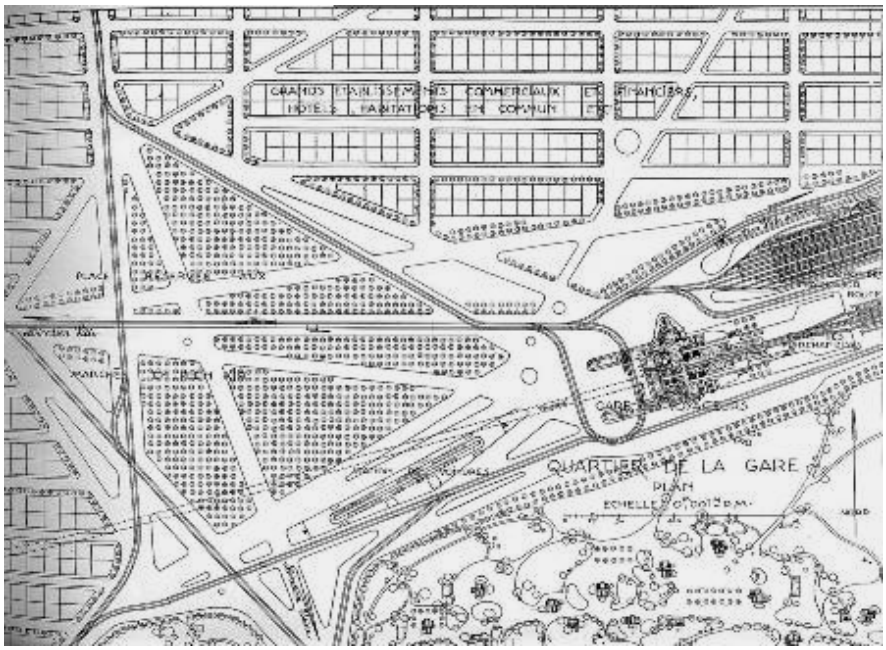


FIG. 210 – SETOR DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
A estação conta com serviços públicos ao nível das ruas; as linhas ficam no subsolo e dispõem de plataformas e de salas de espera em seu nível. Uma grande torre de relógios é visível de toda a cidade **(GARNIER, 1988:17)**
FONTE: Une Cité Industrielle (GARNIER,1988)

[58] GARNIER (1988:17).

[59] Notar a semelhança da setorização idealizada por Garnier e a proposta de Lúcio Costa para a cidade de Brasília: na região central, próxima ao cruzamento dos dois eixos viários principais, situam-se a rodoviária, o setor hoteleiro e o setor comercial (norte e sul), com os edifícios mais altos.

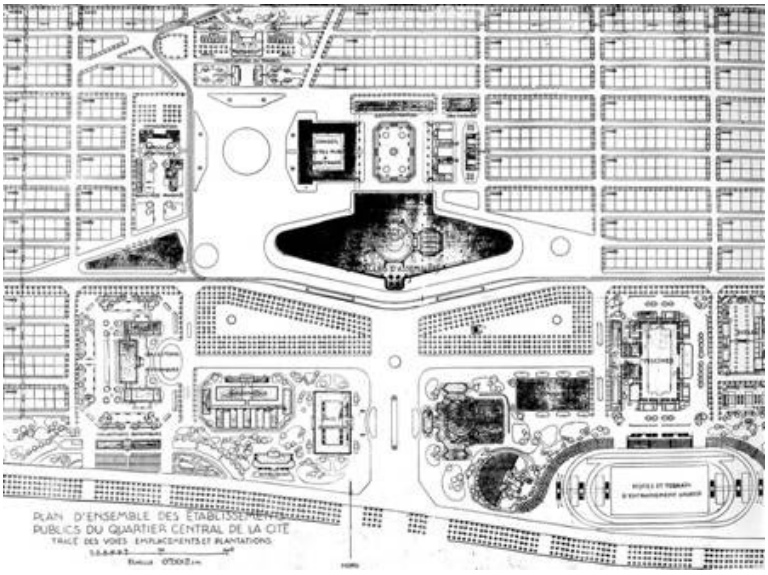


FIG. 211 – PROJETO DA ÁREA CENTRAL DA *CITÉ INDUSTRIELLE*

FONTE: Une Cité Industrielle (GARNIER,1988)

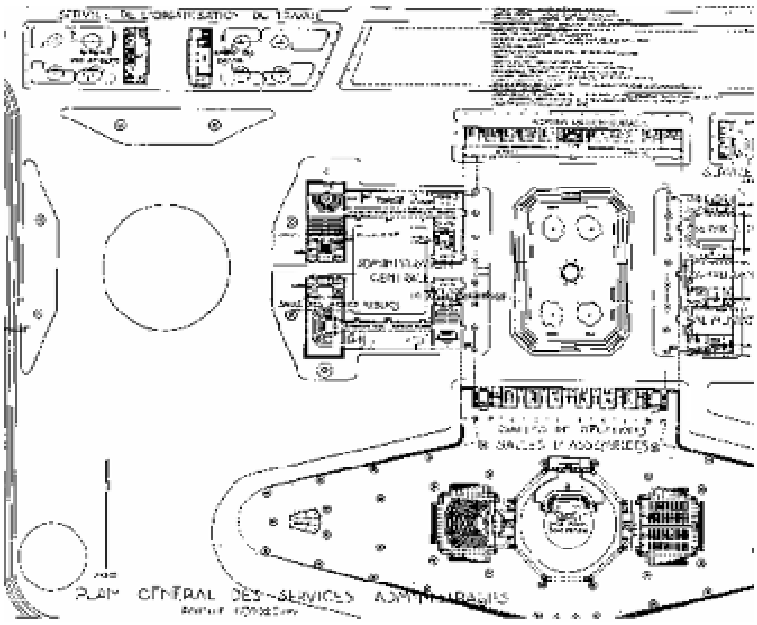


FIG. 212 – PROJETO DA PRAÇA CENTRAL DA CIDADE INDUSTRIAL

FONTE: Une Cité Industrielle (GARNIER,1988)

O outro ponto marcante da estrutura urbana corresponde ao centro cívico. A noção de centro cívico tem sua origem na Antigüidade. Vitrúvio, em seu Tratado, destaca a importância da área central conformada pelos principais edifícios. Na cidade medieval, é a praça central ou *piazza de la signoria* que representa o espaço político-institucional.

Localizado sobre um enorme platô central, o centro cívico desenvolve-se em torno de um grande conjunto, no coração da cidade. Como a *Ágora* grega, esse espaço corresponde à praça da cidade, à sala de visita, ao local onde deveriam desenvolver-se as atividades principais de um centro urbano: o setor administrativo, o setor cultural e de lazer[60]. Coerente com o pensamento urbanístico do novo século, Garnier adota a concepção dos grandes espaços abertos para organizar e marcar esteticamente o centro urbano. Observando o plano da cidade, percebe-se a mudança na escala dos espaços, pois o centro cívico corresponde a um espaço monumental sitiado por uma arquitetura monumental.[61] (FIG. 211)

Distribuídos em torno de praças, os edifícios institucionais configuram centros específicos de acordo com sua função. O setor administrativo situa-se em torno de uma praça, idealizada como um grande palco, rodeado pelos edifícios da Assembléia, da Administração, da Segurança e dos Arquivos. Trata-se de um retângulo cercado pelas principais edificações[62]. A diferença conceitual dessa proposta reside na escala da cidade e do entorno, pois como se observa na imagem ao lado, o espaço da praça aparece diluído na espacialidade urbana do centro. Outras duas áreas compõem o setor dos serviços administrativos, as coleções e os estabelecimentos desportivos e de espetáculos.

Apesar de Garnier conformar uma praça circundada por edificações, vê-se nesse projeto uma noção oposta à defendida por Sitte, que buscava recriar um recinto íntimo e fechado, com o objetivo de dar proteção ao pedestre, ao citadino. A praça de Garnier é o protótipo da praça moderna, é a celebração do vazio, com a intenção de valorizar os edifícios-monumentos. (FIG. 211)

---

[60] São mencionados no texto os seguintes edifícios públicos: Salas de Assembléias, Conselho da Cidade, Tribunal de Justiça, Prefeitura, Laboratórios, Arquivos Administrativos, Corpo de Bombeiros, Sindicato do Trabalho, Associações, Hotéis, Restaurantes, Serviços de Correspondência (Agências de Correio, Telégrafo e Telefones), Centro Cultural (Museus, Salas de Exposições, Sala de Espetáculos, Biblioteca e Jardim Botânico) e Centro de Lazer (Anfiteatros, Ginásios, Termas, Quadras Esportivas).

[61] Garnier faz questão de se utilizar da monumentalidade para compor o centro cívico.

[62] Essa praça possui um caráter formal típico das praças renascentistas. A referência da praça central às composições renascentistas situa-se no âmbito da forma, pois em relação à escala da cidade e ao contraste entre vazio/praça/densidade do entorno observa-se, na formulação de Garnier, uma ruptura com a cidade tradicional.

O edifício de maior porte situado na praça central constitui as salas de Reuniões e Assembléias. Na concepção de Garnier, esse edifício é formado por uma imensa laje sobre pilotis: "essas salas têm acesso através de um grande pórtico que forma uma galeria coberta, instalada no centro da cidade, e por onde uma grande multidão pode circular ao abrigo das intempéries. Ao sul desse pórtico, uma torre de relógios, visível em toda a extensão da rua principal, indica de longe o ponto central da cidade".[63]

Em relação ao espaço público, Garnier evoca algumas questões inovadoras, como o conceito de solo livre: "o solo da cidade, visto em conjunto, é como um grande parque, sem nenhum muro divisório limitando os terrenos". De acordo com a noção de solo livre, Garnier acrescenta que a dimensão da cidade deve ser proporcional à escala do pedestre, pois este deve poder atravessar "a cidade em qualquer sentido, sem ser preciso passar pelas ruas", ou seja, além de poder percorrer a cidade, o habitante deveria poder fazê-lo sem concorrer com outros sistemas de transportes. Nesse sentido, Garnier propõe a hierarquização do sistema viário, proporcionando uma circulação mecânica, uma circulação de veículos e uma circulação de pedestres independentes.[64]

O paisagismo urbano aparece de duas formas, sujeito à questão estética e sanitária: "as ruas norte-sul têm 20 metros de largura e são arborizadas dos dois lados; as ruas oeste-leste têm 13 ou 19 metros de largura, as de 19 metros são arborizadas somente do lado sul, as de 13 metros não são arborizadas". O setor industrial é rodeado por um "cinturão verde", e, no setor residencial, as construções são permeadas por jardins e passeios ajardinados.

Dentre as críticas ao projeto de Garnier, parece haver um consenso em relação às semelhanças do projeto da *cité industrielle* e o modelo da *cidade-jardim* de Howard. RAGON (1986b:49) é incisivo em buscar essa identificação, acrescentando ainda o modelo da cidade-linear de Soria Y Mata.[65] A mesma relação aparece na análise de CALABI (2000), porém ambos são unânimes em destacar que a proposta de Garnier não defende um retorno ao campo e nem

---

[63] GARNIER (1988:15-16).

[64] Idem, ibidem (1988:15).

[65] Nesse contexto, podem-se destacar algumas ressalvas: a questão da circulação aparece em quase todas as propostas dos sécs. XIX e XX, não é uma idealização exclusiva de Soria, e faz parte do repertório de soluções para os problemas urbanos. Na proposta de Garnier a cidade é estruturada baseando-se em um repertório típico: centro de cidade, centro cultural, comercial, industrial, educativo, etc.; na proposta de Soria a setorização do espaço não aparece como definidora da morfologia urbana.

propõe uma dissolução do modelo da grande cidade.[66] Essa semelhança conceitual em relação às propostas demonstra uma sintonia com alguns princípios urbanos defendidos na época: a crença no verde como remédio para os males da cidade; a limitação do número de habitantes definindo uma cidade de médio porte; a inclusão da indústria como parte integrante do desenho urbano e o enfoque socialista do plano. Em relação ao desenho da cidade, a contribuição mais importante aparece na hipótese de que a função é a ordenadora do espaço urbano e fator determinante de sua morfologia.[67]

No modelo da *cité industrielle,* o espaço público foi idealizado como o espaço da circulação e da higiene. Não existem praças no sentido tradicional do termo, as atividades de lazer desenvolvem-se nos espaços livres, nas áreas de parques ou foram programadas para edifícios específicos: centros culturais, ginásios, anfiteatros, entre outros. Tudo muito bem organizado para que todos pudessem ter acesso aos locais predefinidos, sem a espontaneidade dos espaços tradicionais. As praças que se encontram projetadas constituem, sobretudo, espaços cenográficos de composição estética. A exceção é o conjunto da Praça da Estação, onde Garnier propôs o uso comercial.

As hipóteses concebidas na "*Cité Industrielle*" de Tony Garnier serviram de referência para o paradigma da cidade moderna e anteciparam muitas questões determinantes da experiência do espaço urbano contemporâneo.[68] (FIG. 213 e 214)

---

[66] "Como Howard, Garnier propõe uma autonomia econômica e cultural à sua cidade. E como a Cidade-jardim de Howard, sua cidade industrial possui 35.000 habitantes. Sob alguns aspectos, a cidade industrial de Tony Garnier é uma cidade-jardim, ou melhor, uma cidade-parque, pois metade do solo da cidade é destinado aos espaços verdes públicos. O verde é precisamente a ligação orgânica que une todos os elementos da cidade, sem nenhuma interrupção por muro ou fechamento. Porém ao contrário de Howard, Tony Garnier não tem nenhuma intenção de fragmentar as grandes cidades existentes nem de pulverizá-las na natureza" (RAGON, 1986:49).

CALABI (2000:127) endossa a análise de Ragon, afirmando que "pela relação demográfica e pelo equilíbrio entre construção e natureza o projeto pode ser associado ao ideal howardiano da cidade-jardim; porém bem distante do idílio anteurbano, aqui se tenta destacar os aspectos inevitáveis e positivos do desenvolvimento industrial, do qual o autor do projeto é um entusiasta".

[67] Essa abordagem baseava-se nos condicionantes tempo/deslocamento e trabalho/moradia, essenciais na sociedade industrial.

[68] Esse paradigma se traduz nos seguintes princípios: organização urbana submetida à funcionalidade dos espaços; arquitetura-*tipo*, pensada para um *homem-tipo*; substituição do bairro tradicional por uma estrutura autônoma baseada no conceito de unidade de base (unidade de vizinhança), concebido a partir da unidade residencial multifamiliar; e a cidade estruturada em função do sistema de circulação.



FIG. 213 – EDIFÍCIO-GALERIA - SALAS DE ASSEMBLÉIAS e REUNIÕES
FONTE: Une Cité Industrielle (GARNIER,1988)

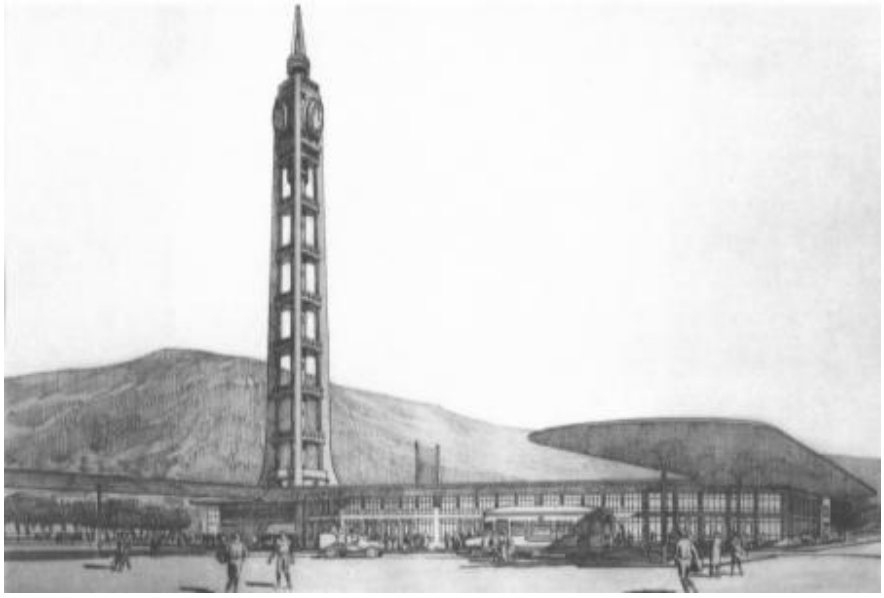


FIG. 214 – EDIFÍCIO ESTAÇÃO CENTRAL
FONTE: Une Cité Industrielle (GARNIER,1988)

EUGÈNE HÉNARD: A TEORIA DA CIRCULAÇÃO

A PRAÇA CARREFOUR

Eugène Hénard[69], arquiteto e urbanista, especializou-se no estudo da circulação urbana e dos problemas gerados pelo congestionamento nas metrópoles. As proposições de Hénard[70] foram, sem dúvida, uma referência importante para o campo da urbanística moderna, sobretudo para a engenharia de tráfego urbano. Seus estudos teóricos serviram de referência para diversas intervenções ocorridas no período.

O enfoque das propostas de Hénard centrava-se no redesenho da cidade, sob a ótica do automóvel e do seu deslocamento no espaço global da cidade. Na concepção dos problemas de tráfego urbano, Hénard buscava aproveitar ao máximo o progresso tecnológico disponível.[71]

Hénard desenvolveu com precisão científica um estudo detalhado e pioneiro sobre o sistema de circulação de diversas capitais, incluindo Berlim, Londres, Moscou e Paris. O diagnóstico resultante da pesquisa apontava como fatores decisivos da degradação das cidades a falta de vias radiais e a presença de um núcleo tradicional comprimido e denso. Diante desse diagnóstico, Hénard propunha como estratégia principal a reformulação do sistema viário a partir da possibilidade de ampliar-se o raio de ação da circulação e do tráfego urbano.

A teoria da circulação desenvolvida por Hénard baseava-se na formulação de um sistema de tráfego global, radial e periférico: a criação de vias mais largas para o uso do automóvel e com acessibilidade direta para o centro, e de vias de expansão centro-periferia propunha uma maior

---

[69] Por volta de 1880, Hénard (1849-1923) trabalhou para a prefeitura de Paris, no departamento Serviço Municipal de Trabalhos de Paris, onde foi responsável pela construção de escolas. Em 1889, colaborou com Dutert para a construção da Casa das Máquinas, pavilhão executado para a Exposição Universal. Nesse trabalho, Hénard tem a oportunidade de desenvolver um *Estudo sobre uma aplicação do transporte movido à eletricidade*: uma plataforma deslizante que permitisse o deslocamento do visitante, sem esforços físicos (antecipação da escada rolante).

[70] A teoria de Eugène Hénard parece suscitar alguma controvérsia quanto à sua contribuição para a história do Urbanismo. Alguns incluem o trabalho desse arquiteto-urbanista atribuindo-lhe uma grande importância, outros nem o mencionam. Fato é que a sua proposta teve uma influência precisa nos modelos que privilegiaram o sistema de circulação como gerador da morfologia urbana, e nas propostas e intervenções que elegeram o sistema viário como sendo o antídoto dos problemas urbanos. No Brasil, algumas concepções tiveram influência direta da sua teoria. Como exemplo tem-se: o projeto da Avenida Central no Rio de Janeiro; o plano de Avenidas de Porto Alegre; a Concepção do circuito de *parkways* e o Plano de Prestes Maia em São Paulo; o projeto da Avenida Beira-Mar no Recife; e o projeto da Avenida *parkway* Centenário, em Salvador. Para maiores detalhes ver LEME (1999).

[71] A divulgação dos seus estudos aparece em algumas publicações sob o título *Estudos sobre a transformação de Paris* (1903-1909). Nesse estudo composto de oito capítulos, Hénard propunha soluções racionais para o desenvolvimento de grandes aglomerações urbanas, incluindo um estudo para Paris. Em 1912, Hénard projetou um plano de extensão de Paris, juntamente com Alfred Agache e Henri Prost, onde expôs uma síntese das suas idéias (RAGON, 1986:40).

integração de todo o sistema viário, descongestionando o centro velho. Segundo GRAVAGNUOLO (1998:346), Hénard propõe uma "nova metáfora da metrópole a meio caminho entre engenharia e biologia", concebendo a cidade como:

> […] un gigantesco organismo mecánico que respira a través de los grandes parques, asimilables a pulmones de vegetación, y sobrevive gracias a la perfecta circulación sanguínea de las amplias arterias y de las más capilares vías de tráfico, que conectan en un sistema unitario el corazón direccional con los circuitos periféricos.

Sua teoria materializou-se no célebre diagrama da imagem abaixo: uma concepção do sistema viário integrado aparece representada na idéia de vias radiais (elipses) e vias de penetração (linhas retas).[72]

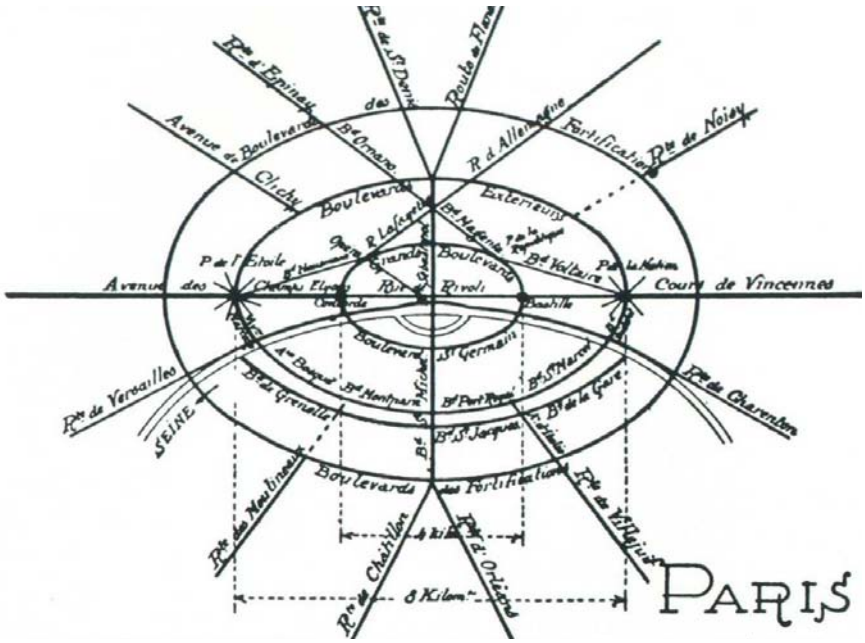


FIG. 215 – SISTEMA DE RUAS DE PARIS – HÉNARD
FONTE: La ville de L'Age Industriel (AGULHON, 1998)

Segundo defendia Hénard, os problemas da cidade restringem-se à análise e ao diagnóstico da superfície urbana na condição de espaço de circulação.[73]

[72] RAGON (1992:43).

[73] Essa abordagem sobre a cidade pode ser observada na proposta do *Esquema Teórico de Paris*, realizada por Hénard, cuja remodelação viária aparece de forma tão esquemática que prescinde da representação real do território. O

Em 1906, Hénard escreveu a *Teoria Geral da Circulação,* propondo uma nova concepção do sistema viário, tendo por base o conceito de hierarquização de vias. Por meio da observação do tráfego e do deslocamento realizado na cidade, Hénard classificou o sistema viário em sete categorias.[74] Esse estudo permitiu uma nova compreensão do sistema de circulação a partir da utilização e da freqüência durante uma jornada diária, fornecendo subsídios aos técnicos para a correta dimensão do sistema viário.[75]

A valorização e o cuidado estético com o desenho da cidade comparece nas diversas propostas idealizadas por Hénard para o sistema viário. O elemento da praça é utilizado como um importante recurso funcional. Inserida nos cruzamentos de vias e ruas, a praça representa um elemento de composição estética: lugar de passagem denominado *carrefour.* É espaço importante, na medida em que articula o sistema viário e nele se integra, porém não pensada como lugar de convivialidade. Não desempenha função social, representa apenas um entroncamento importante do sistema viário: um elemento estético e funcional de articulação de ruas e avenidas da cidade tradicional.

Nas imagens, pode-se observar a nova configuração proposta para o uso da praça. Hénard destaca a importância desse espaço na função de entroncamento, estabelecendo três categorias: Cruzamento de Junção (duas ou mais ruas de tráfego razoável), Travessia (encontro de vias principais de tráfego intenso) e Distribuição (permite a dispersão).[76] (FIG. 216 e 217)

modelo sintetiza a teoria sobre a circulação por ele desenvolvida (anéis concêntricos, sistema global, ruas periféricas, ruas radiais, ruas de contorno, etc.).

[74] As sete categorias são: 1 – Circulação doméstica (pedestres e carros) – deslocamento constante e uniformemente repartida – pequenas ruas; 2 – Circulação coletiva – Bondes; 3 – Circulação profissional – econômica, financeira (mercadorias) – deslocamento constante e convergente – vias mais importantes; 4 – Canalizações diversas – retirada do lixo; 5 – Circulação férrea – perpendicular (penetrante) e divergente; 6 – Circulação operária – variável e excepcional; 7 – Rua superior (veículos leves e pedestres) e inferior (canalizações, evacuação do lixo, transporte de materiais e mercadorias pesadas).

[75] Esse estudo nos interessa, particularmente, por refletir a abordagem tecnicista que o urbanismo moderno empreendeu no séc. XX, culminando, no Brasil, com a maioria das propostas apresentadas no concurso do plano piloto para a cidade de Brasília. Ver CARPINTERO (1998)

[76] No plano de Brasília tais questões aparecem bem demarcadas com a hierarquização adotada: eixo rodoviário, eixo monumental, eixo L e W, vias locais, via (e não Avenida?) W3, etc. Quanto à proposta do cinturão verde para Paris, Hénard propunha a criação de 12 parques situados onde atualmente se encontra a *via péripheriques*.

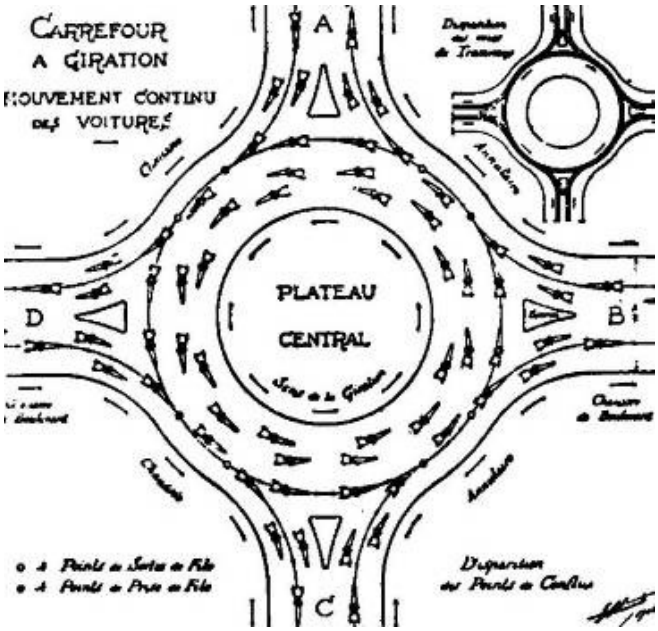


FIG. 216 – PROPOSTA DE HÉNARD PARA PRAÇA-*CARREFOUR*

A praça-carrefour permite a fluidez e continuidade da circulação, porém não desempenha função de ponto de encontro e de lazer.

FONTE: membres.lycos.fr – maio/2006

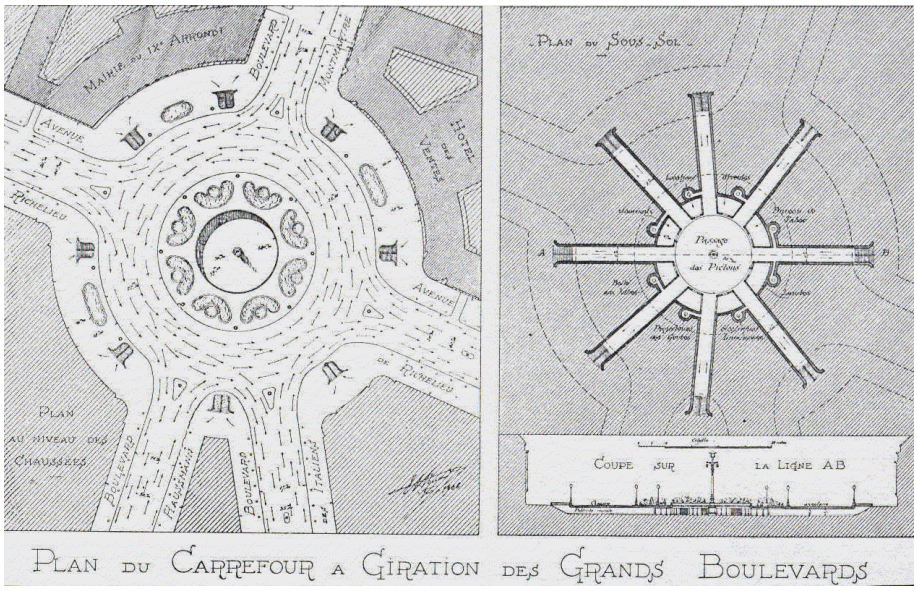


FIG. 217 – PROPOSTA DE HÉNARD PARA PRAÇA-*CARREFOUR*

FONTE: membres.lycos.fr– maio/2006

Analisando a teoria desenvolvida por Hénard, AGULHON (1998:197) defende a tese de que este não apresenta uma ruptura em relação ao modelo da rua-corredor. Hénard concebe o espaço da rua como sendo essencial à vida social. A rua ainda permanece como espaço fundamental, onde se formam as relações sociais, onde os indivíduos se encontram:[77]

> Le système d'Hénard devient presque um modèle. Toute fois, em dépit de son audace, il ne rompt pas radicalement avec la tradition urbaine, comme le feront les urbanistes progressistes. Il conserve la rue comme un organe essentiel de la vie urbaine et il reconnait que l'application de son dispositif sera plus dificile dans le cas des villes anciennes que dans celui des villes nouvelles.

As teorias sanitaristas aparecem na concepção de Hénard a partir da valorização de áreas verdes na estrutura da cidade. Parques e jardins representam o pulmão da cidade e devem existir de forma intensa. A cidade deveria constituir um cinturão verde, cujo objetivo seria possibilitar melhor qualidade do ar.[78]

Analisando as propostas e concepções urbanas apresentadas, podemos observar que as teorias sobre a cidade moderna expressam um rompimento com as formas tradicionais de pensar a cidade no séc. XIX, privilegiando a noção de conjunto global. O urbanismo deixa de lado as intervenções fragmentadas, para conceber os planos globais, estratégias urbanas nas quais os grandes traçados geométricos (materializados no sistema viário) tornam-se a base das novas propostas. A concepção totalmente abstrata do território e da sociedade domina essas propostas, expressando a mudança de paradigma urbano.

Gradativamente, o espaço da praça deixa de ser importante como elemento social na vida urbana e passa a assumir funções voltadas notadamente para o caráter técnico e estético. Paralelamente a esse processo, a mudança na escala da cidade torna-se um fator indutor da mudança na configuração da praça. Valorizada como espaço central, sala de visitas, local de reunião da cidade tradicional, a praça passa a representar um encontro de vias e avenidas, com sua forma isolada pelo sistema viário. A inexistência de portas, galerias, edifícios institucionais, que antes alimentavam e propiciavam a vida no espaço da praça, debilitam seu desempenho, reduzindo seu valor como espaço essencial da vida citadina. A praça isolada adquire feição

---

[77] Em relação a esse ponto é importante ressaltar que, no urbanismo funcionalista, a rua não desempenha a função de espaço de convivialidade, mas representa um espaço de circulação.

[78] Essa concepção da natureza, como elemento que propicia uma qualidade urbana, foi muito bem explorada no séc. XIX com a difusão, na Europa, de bosques e jardins públicos. Hénard retoma esse discurso, dando ênfase à proposta de criação de um cinturão verde na cidade de Paris. Ver PANZINI (1997); TEYSSOT e MOSSER (1999); e SEGAWA (1996). Partindo dessa postura, Hénard idealizou para Paris um projeto contendo 12 parques situados na periferia da cidade que conformam esse cinturão.

geométrica, passando a ser recoberta por canteiros e jardins, assim como por equipamentos urbanos, fontes e esculturas. As imagens abaixo representam exemplos típicos da configuração da praça-*carrefour*. (FIG. 218 e 219)



FIG. 218 – PRAÇAS-*CARREFOUR* DA CIDADE DE GOIÂNIA
FONTE: www.googlearth - jan/2007



FIG. 219 – PRAÇAS-*CARREFOUR* DE PARIS
FONTE: Au-dessus de Paris (CAMERON e SALINGER, 1987)

O CONCEITO DE ESPAÇO LIVRE

A NOVA ESCALA DA CIDADE

No início do séc. XX, algumas propostas urbanas estabeleceram padrões semelhantes em relação à concepção do espaço urbano. Essas propostas defendiam a ruptura com o desenho da cidade tradicional, a partir da idealização de loteamentos, bairros e planos urbanos globais. Dentre os teóricos que se empenharam em propor novas soluções urbanas, destacam-se os projetos de Walter Gropius, na Alemanha, e de Le Corbusier, na França. Ambos utilizaram princípios urbanos semelhantes, apesar de trabalharem com escalas diferentes, para pôr em evidência certas estruturas cristalizadas como símbolo do urbanismo moderno: a ruptura com a morfologia dos lotes tradicionais, o edifício-torre ou o bloco, a independência da edificação no solo e a busca pelo solo livre representam alguns destes parâmetros.

No contexto da cidade moderna, a praça dissolve-se em meio ao espaço público urbano. Observa-se a decadência no uso do modelo tradicional juntamente com a valorização do modelo de praça vazia e isolada, acrescida de características monumentais. Despreza-se a configuração radioconcêntrica, morte já prenunciada desde Soria y Mata, exaltando-se a morfologia racional baseada na homogeneidade do espaço.

O URBANISMO RACIONALISTA: WALTER GROPIUS

No início do séc. XX, a Alemanha foi pólo de referência para todo o debate arquitetônico e urbano que se estabeleceu na Europa. Impulsionados pelo crescimento industrial, os arquitetos tiveram a oportunidade de desenvolver uma linguagem estética baseada na utilização de novos materiais e de novas tecnologias industriais.[79]

[79] A "nova arquitetura" alemã sofreu grande influência do movimento *Arts and Crafts e* da *Deutscher Werkbund* – organização cultural alemã mais importante, antes da guerra. Fundada em 1907 por um grupo de artistas, artífices, técnicos, industriais e críticos, cujo objetivo era o "aperfeiçoamento da formação artesanal", interligando a arte e a indústria. A *Deutscher Werkbund* tinha uma diferença fundamental em relação ao movimento do *Arts and Crafts* – não renegava a indústria e valorizava adequadamente o produto artesanal. Essa postura foi, sem dúvida, responsável pelo ótimo desempenho da organização. Importante centro de debate, a Werkbund alemã abrigou toda a discussão sobre *arte funcional versus expressionismo* que se instaurou na Alemanha dos anos 20. Desempenhou um papel importante na divulgação da nova estética artística, a partir das diversas exposições patrocinadas pelo movimento. A nova linguagem conceitual marcou a recusa pelo uso do ornamento, propondo um edifício de linhas puras e retas, e volumetria cúbica (FRAMPTON, 1997:129).

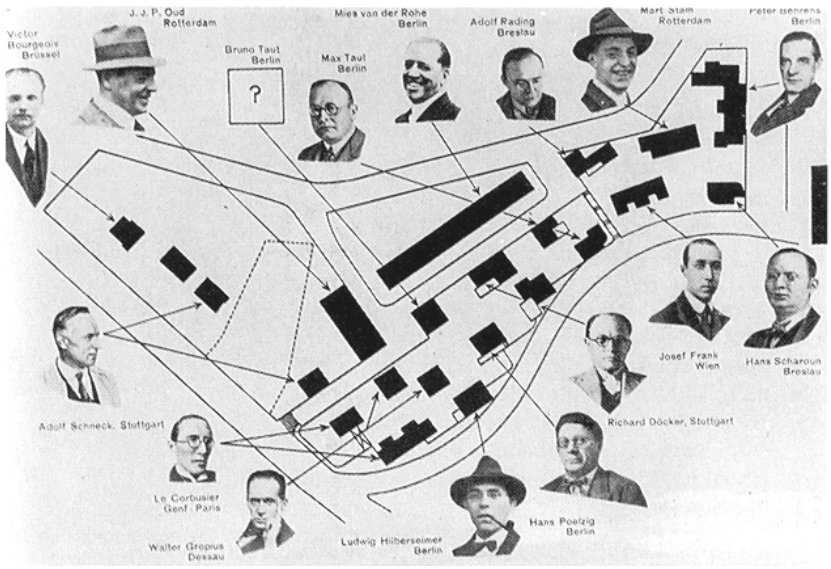


FIG. 220 – PLANTA DO LOTEAMENTO DE *WEISSENHOFF*, STUTTGART, 1927

FONTE: www.retec-duplex.co.jp – maio/2006



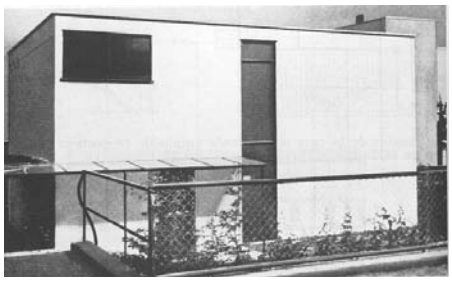


FIG. 221 e 222 – LOTEAMENTO DE *WEISSENHOFF*, E PROJETO DE RESIDENCIA – WALTER GROPIUS

FONTE: L' Architecture du XXe siècle (GOSSEL,1990)

O arquiteto Walter Gropius desempenhou um papel relevante para a história da arquitetura moderna. Um dos responsáveis pela divulgação da nova linguagem arquitetônica na Alemanha, atuou decisivamente não apenas no campo profissional, mas também na formação teórica e acadêmica dos arquitetos. Seus projetos sintetizaram, na prática, a teoria por ele difundida na Escola Bauhaus. Segundo CHOAY (1979:175), "Gropius exerceu sobre a arquitetura e o urbanismo contemporâneos uma influência ideológica comparável à de Le Corbusier".

No campo do urbanismo, Gropius desenvolveu propostas de bairros operários, promovendo o debate em torno da moradia mínima e da habitação multifamiliar. Nessas propostas, a contribuição de Gropius voltou-se, particularmente, para a concepção da moradia s*tandard*, a unidade habitacional e a padronização dos materiais, bem como para a produção em série de casas-modelo.[80]

Com o respaldo do movimento da *Deustche Werkbund*, o urbanismo de Gropius encontrou diversos interlocutores. Uma das primeiras experiências urbanas patrocinadas pela *Werkbund* ocorreu na periferia de Stuttgart (1927) e consistiu no projeto de um loteamento residencial coordenado pelo arquiteto Mies Van der Rohe: a *siedlung* de *Weissenhof*.[81] (FIG. 220 a 222)

O loteamento representou uma experiência única, no sentido de revelar um panorama internacional dos princípios arquitetônicos defendidos pelo movimento moderno. Elaborado pelo próprio Mies, o plano seguiu alguns princípios básicos, em caráter experimental, como independência do edifício em relação à margem das ruas e separação entre circulação motora e de pedestres, intercalando residências unifamiliares isoladas e unidades multifamiliares.[82]

---

[80] A preocupação com a criação de um sistema industrial de pré-fabricação de casas foi um desafio em toda a carreira de Gropius. Em 1909, ele idealiza um programa de desenvolvimento de casas em série.

[81] Segundo BENEVOLO (1989:458), durante a exposição do loteamento de Weissenhoff, o público teria reagido desfavoravelmente aos projetos residenciais propostos, sobretudo às dimensões mínimas das residências de Gropius e de Le Corbusier. No loteamento de *Weissenhoff*, a preferência pelas superfícies lisas e volumetria cúbica, características fundamentais da obra de Gropius, aparece nos blocos residenciais, formando a paisagem do conjunto.

[82] Nesse projeto, Gropius, com outros quinze colaboradores, buscou resolver o problema da unidade residencial a partir da elaboração de protótipos de habitação. Idealizou duas residências isoladas, desenvolvidas a partir de um sistema *standard*: estrutura metálica e painéis de cortiça cobertos exteriormente por faixas de Eternit.

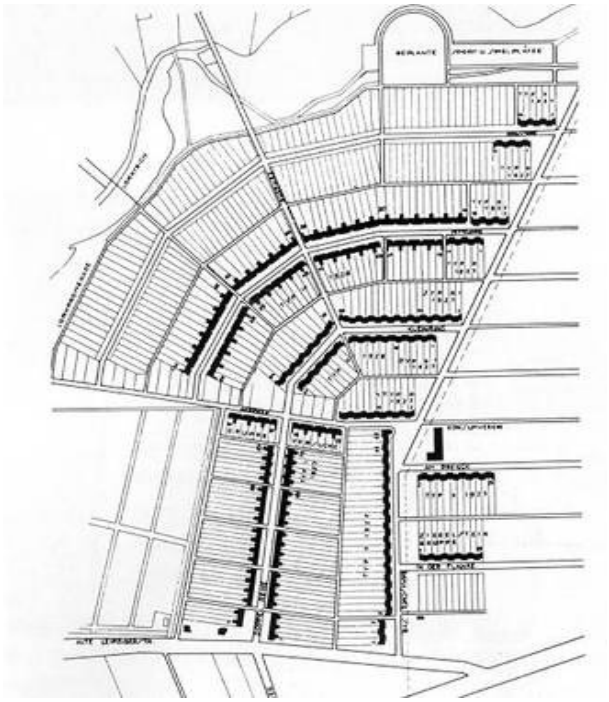
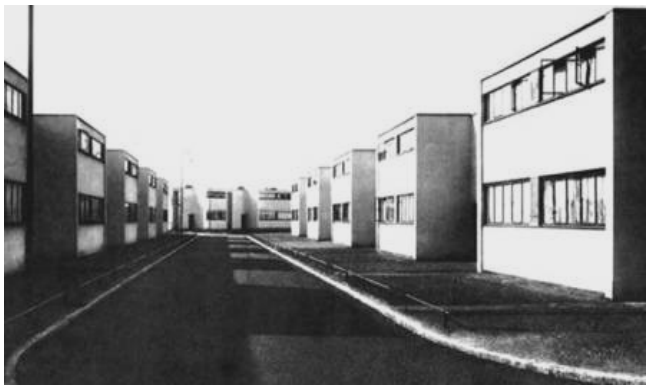


FIG. 223 – PROJETO DO LOTEAMENTO DE TORTEN, DESSAU 1926-28

FONTE: L' Architecture du XXe siècle (GOSSEL, 1990)



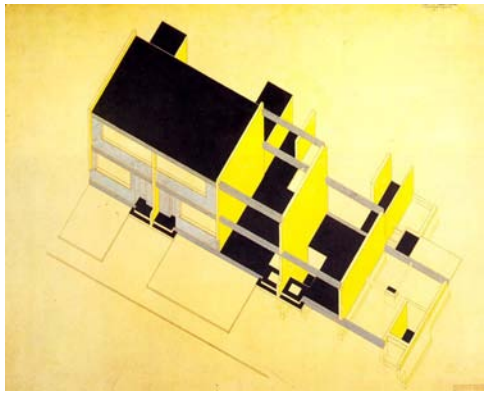


FIG. 224 e 225 – LOTEAMENTO DE TORTEN – EDIFICAÇÕES

FONTE: L' Architecture du XXe siècle (GOSSEL, 1990)

Nas propostas urbanas idealizadas por Gropius, não encontramos nenhuma que corresponda à elaboração de um plano global de cidade. São propostas cuja escala está vinculada à noção de bairro: projetos de loteamentos e conjuntos habitacionais que esboçaram uma visão racional da cidade e da moradia, e que contribuíram para estabelecer um padrão de configuração espacial.[83]

O fechamento obrigatório da Bauhaus-Weimar, ocorrido em 1925, e a conseqüente transferência para Dessau, impulsionaram a fase de propostas urbanas desenvolvida por Gropius. Esse processo de mudança revelou-se um campo fértil para concretizar as idéias desenvolvidas na escola. Os projetos da nova sede e das *villas* (moradias para o diretor e mestres) representaram a síntese do pensamento racionalista alemão e uma obra-prima da arquitetura moderna. O projeto do campus funcionou como um grande laboratório para concretizar alguns conceitos estéticos defendidos pela escola, além de ser a oportunidade para mestres e alunos praticarem a teoria ensinada.

Gropius desenvolveu um importante papel nesse processo. Atuou não apenas na escola, pondo em prática suas idéias, mas também elaborou a proposta de um loteamento nas proximidades de Dessau: o bairro de Törten. Nas palavras de GRAVAGNUOLO (1998:368), essa foi a oportunidade para Gropius de implantar um programa serial de construção habitacional.

> La siedlungen realizada en tres fases entre 1926 y 1928 al sur de Dessau, en las proximidades del antigo pueblo de Törten, representa una emblemática demostración de la posibilidad de aplicar la lógica serial de la cadena de montaje industrial a un programa de racionalizacion del proceso de construcción.

A configuração espacial do loteamento de Törten reflete bem a postura racional de Gropius perante o projeto. Tal projeto representou uma de suas primeiras experiências com habitação popular e uma tentativa de desenvolver o processo de habitação *standart*. (FIG. 223 a 225)

O conjunto desenvolve-se em torno de um edifício de quatro andares – a cooperativa de consumo – situado em uma pequena praça. Essa praça, com o edifício da cooperativa, representa o ponto de convergência visual da área. O traçado radial das ruas é composto por lotes perpendiculares às vias, com casas de dois andares situadas no alinhamento do terreno e hortas individuais ocupando o restante do lote. (FIG. 224)

---

[83] Antes da experiência urbana de Stuttgart, Gropius havia desenvolvido as residências do *campus* da Bauhaus Dessau. A preferência pelas superfícies lisas e volumetria cúbica, características fundamentais da obra de Gropius, aparece nos blocos residenciais, formando a paisagem do conjunto.

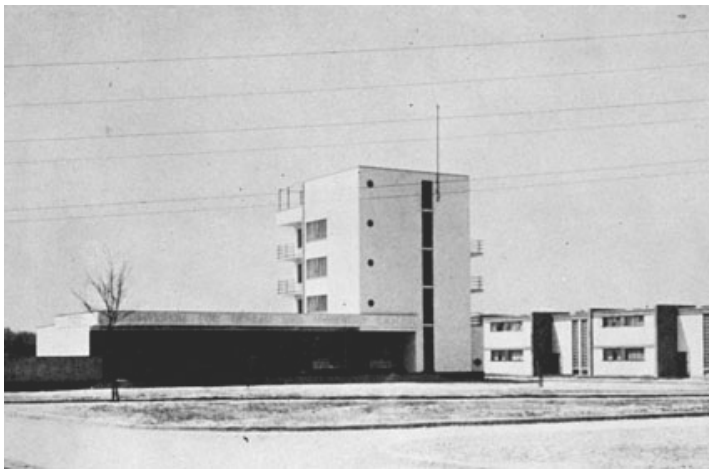


FIG. 226 – VISTA DA PRAÇA CENTRAL E DA COOPERATIVA DE CONSUMO

Imagem realizada logo após a implantação

FONTE: www.luoghi.net/.../ Didattica/Gropius.htm – maio/2006

A disposição dos edifícios segue uma métrica matemática, que repete incessantemente a mesma concepção por todo o bairro: ruas mais largas abrigam as fachadas contínuas, ruas mais estreitas compõem-se de fundos de lotes. A ruptura com o traçado tradicional reforça a opção por um urbanismo racionalista, sem nenhuma interface com a estrutura espacial tradicional. O novo desenho é o resultado de equações técnicas.

A tecnologia industrial, para Gropius, representava a ferramenta mais importante no processo criativo. Qualquer objeto deveria ser idealizado sob a égide da indústria. Foi nesse contexto que se desenvolveu o processo construtivo do bairro de Törten: desde as casas, montadas com elementos pré-fabricados, até o *design* do mobiliário, desenvolvido no laboratório da Bauhaus.[84]

Estudando o problema da otimização do edifício habitacional, Gropius foi compondo a sua idéia de cidade: uma periferia de baixa densidade em oposição a um centro verticalizado.[85] A verticalização não significava um aumento de densidade populacional, pois a defesa do edifício em

[84] A aplicação da tecnologia industrial foi determinada por Gropius na implantação do processo construtivo: um guindaste foi utilizado para se deslocar por entre as fileiras de casas e organizar os materiais pré-fabricados.

[85] A baixa densidade existente no projeto do bairro de Törten é um problema que Gropius resolveu posteriormente, com a idealização de blocos de oito a dez andares. Gropius acreditava que o edifício ideal para resolver o problema habitacional era a construção em altura, e defendia a verticalização dos centros urbanos: “os imóveis de dez andares representam 60% de superfície útil, sem deixar de dispor da mesma quantidade de ar e luz”. Argumentava que a economia no projeto ficaria em torno de 40% em relação à tipologia de dois andares (CHOAY, 1979:179).

altura vinha em conjunto com a noção de campo/cidade: os edifícios deveriam situar-se em amplos espaços verdes.[86]

> Há mais de uma geração não cessamos de protestar contra a congestão das cidades e de reclamar por cidades mais espaçosas e mais verdes. Estes desejos têm por corolário a descongestão da rede de ruas e a implantação de um sistema de transportes adequado. A cidade de amanhã levará suas fronteiras muito além das de hoje, desaparecendo simultaneamente com seus conglomerados anárquicos, de funções incoerentes, e com o amontoado dos seus imóveis, substituindo-os por unidades menores.
>
> São essas unidades, mais de acordo com a escala humana, que esperamos ver amplamente espalhadas por regiões inteiras. Estas cidades dispersas e espaçosas – cidades verdes disseminadas num campo urbanizado – cumpririam uma missão histórica, há muito tempo necessária: a reconciliação da cidade com o campo. Essas comunidades e regiões assim planejadas aliviarão a antiga cidade dos pesos mortos: os bairros descongestionados poderão finalmente assegurar sua verdadeira função de centro regional orgânico, comercial e cultural.[87]

A concepção dos imóveis-lâminas aparece com maior freqüência nos projetos urbanos de Gropius no período entre-guerras, em que a questão da otimização do solo e do déficit de moradia tornam-se prioridades.[88]

---

[86] Essa visão de cidade representa a semente do que foi posteriormente idealizado no projeto de Lúcio Costa para o plano piloto de Brasília, com uma diferença – a existência de amplos espaços verdes em todo o projeto e a altura máxima de seis andares para o setor habitacional.

[87] Gropius apud CHOAY (1979). Esse texto de Gropius refere-se à relação cidade–campo. Gropius acreditava que a fundação de cidades novas em áreas rurais seria uma solução ideal para o descongestionamento das cidades.

[88] As *siedlungen* foram as primeiras experiências de grandes conjuntos habitacionais populares. Esse modelo de habitação teve origem na Alemanha de Weimar, quando o arquiteto Martin Wagner decidiu implantar uma política nacional de socialização dos terrenos e de construções industriais. Gropius teve a oportunidade de construir vários desses conjuntos na região de Berlim (CALABI, 2000:205).

A morfologia desses bairros era composta por grandes blocos de habitação, separados por jardins comuns e orientados segundo critérios bioclimáticos (insolação ideal), e por um núcleo contendo escolas e cooperativa. A grande inovação urbana, no caso do projeto de Gropius, foi a disposição dos edifícios que, em contraposição ao alinhamento da rua (disposição tradicional dos edifícios nas cidades), localizavam-se perpendicularmente (RAGON, 1986). Essa disposição no terreno, configurando certa independência e liberdade em relação ao sistema viário, tornou-se marca do urbanismo moderno.

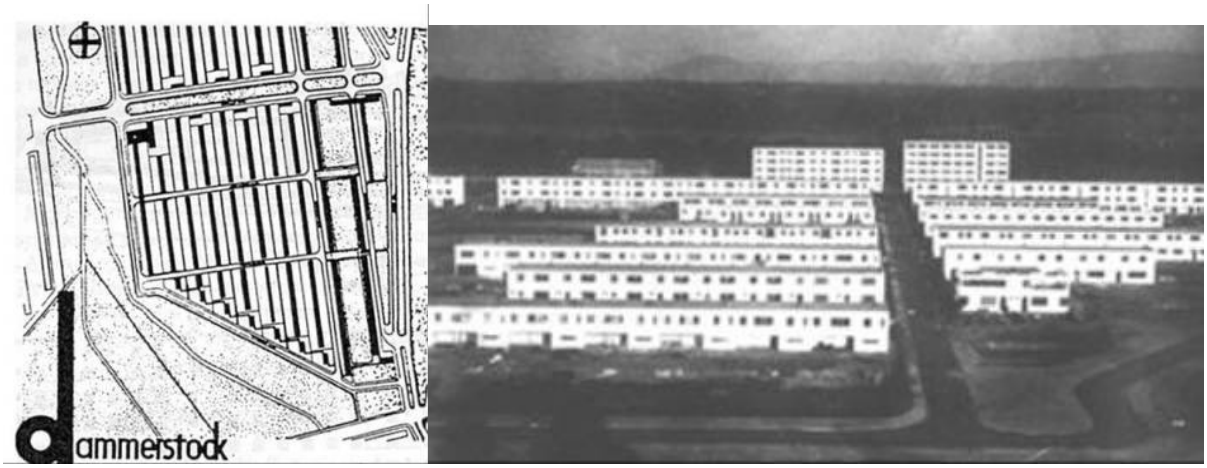


FIG. 227 e 228 – *SIEDLUNG* DE DAMMERSTOCK – PLANTA E VISTA, 1928

Substituição da unidade residencial unifamiliar pela habitação coletiva.

FONTE: Morfologia Urbana (LAMAS,1992) e www.karlsruhe.de/stadtraum/dammerstock - fev./2007



FIG. 229 – CONJUNTO HABITACIONAL SPANDAU-HASELHORST, BERLIN

Vista atual do bairro de Haselhorst – observa-se a distribuição racional dos edifícios no terreno – ruptura com a morfologia tradicional de cidade. Urbanismo racionalista – padronização e apologia do edifício-lâmina, distribuído em amplos espaços verdes.

FONTE: www.googlearth – fev/2007

Nessas propostas, a implantação dos conjuntos estabelece-se segundo critérios técnicos, gerando morfologias simples. Segundo GRAVAGNUOLO (1998:369), de todos os projetos urbanos realizados por Gropius, aquele que representa o apogeu do urbanismo racionalista é o plano do loteamento operário de Dammerstock, Karlsruhe:

> Pero es sobre todo Dammerstock el que muestra los rasgos distintivos de un paradigma demostrativo de la técnica rigurosamente pura de la construcción funcionalista de los Barrios. Es aquí, por otro lado, donde la investigación sobre la prefecta racionalización de las topologías edilicias termina por prevalecer netamente sobre la atención por la morfología urbana, hasta el punto de eclipsarla en el enrarecimiento de un diseño abstracto.

A afirmação de GRAVAGNUOLO (1998) pode ser confirmada ao se observar a proposta do loteamento. A estrutura espacial segue rigorosamente a geometria do esquadro e existe uma separação clara entre o traçado viário e a disposição dos edifícios. Formado por ruas paralelas, os terrenos constituem-se de lâminas posicionadas perpendicularmente às ruas internas. Os edifícios residenciais ocupam o centro do terreno, sendo o restante uma vasta área verde. A distância entre os blocos resulta do estudo da altura do edifício. [89]

No projeto de Dammerstock, a concepção de um espaço diferenciado da configuração tradicional é evidente. O projeto do bairro de Haselhorst, em Berlim, segue a mesma concepção adotada anteriormente: uma área central divide o conjunto em duas partes quase simétricas, cortadas por ruas paralelas, com os edifícios seguindo a mesma estrutura urbana anterior. O modelo estabelecido por Gropius para a implantação de conjuntos habitacionais fundamenta-se, cada vez mais, em critérios "técnico-científicos", que vão estabelecendo um padrão de concepção urbana. Tais critérios serão utilizados em quase todas as concepções do urbanismo funcionalista. (FIG. 227 a 231)

[89] Uma das críticas freqüentes, encontrada na historiografia da cidade, diz respeito à monotonia gerada pela repetição dos blocos. RAGON (1986b:248) reforça essa tese afirmando que a paisagem monótona é responsável pela má qualidade estética da cidade.

Em relação à organização espacial do bairro, este se estruturou da seguinte forma: os serviços coletivos localizavam-se nas bordas dos terrenos, que beiram ruas e avenidas principais. Na parte mais interna existe somente o setor residencial.

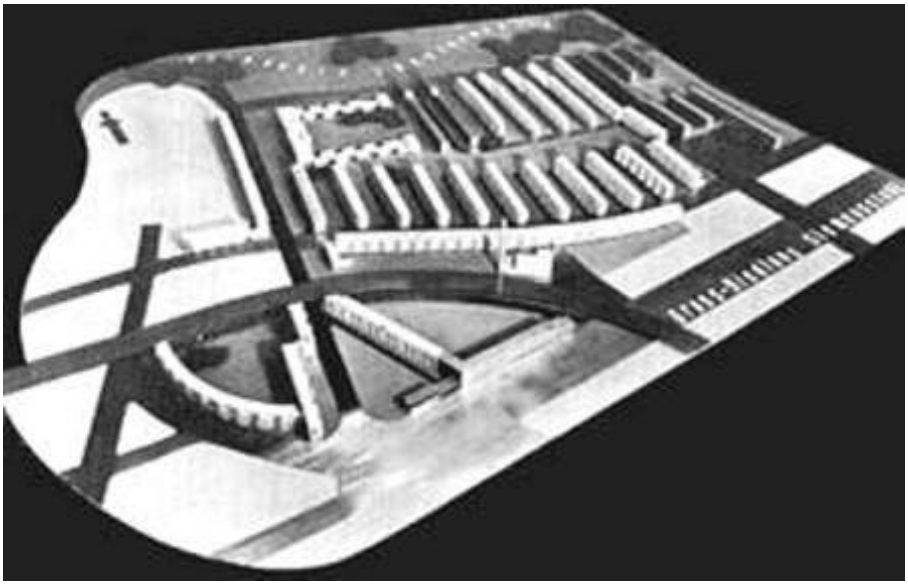


FIG. 230 – MAQUETE DA SIEDLUNG DE *SIEMENSSTADT*, BERLIN, 1930

Em destaque a tipologia do edifício-lâmina – o muro

FONTE: www.vitruvius.com.br - maio/2006



FIG. 231 – SIEDLUNG DE *SIEMENSSTADT*, BERLIM – WALTER GROPIUS E HANS SCHAROUN

FONTE: www.googlearth – fev/2007

Nesse sentido, a semelhança do projeto do loteamento de *Siemenstadt*[90] com as propostas anteriores é plenamente justificável. Legitimando uma postura fundamental no urbanismo moderno, o projeto consistiu no predomínio do edifício perpendicular à rua. Gropius responde pela idealização de três blocos, na tipologia do edifício-lâmina, com altura de cinco andares. (FIG. 230 a 232)

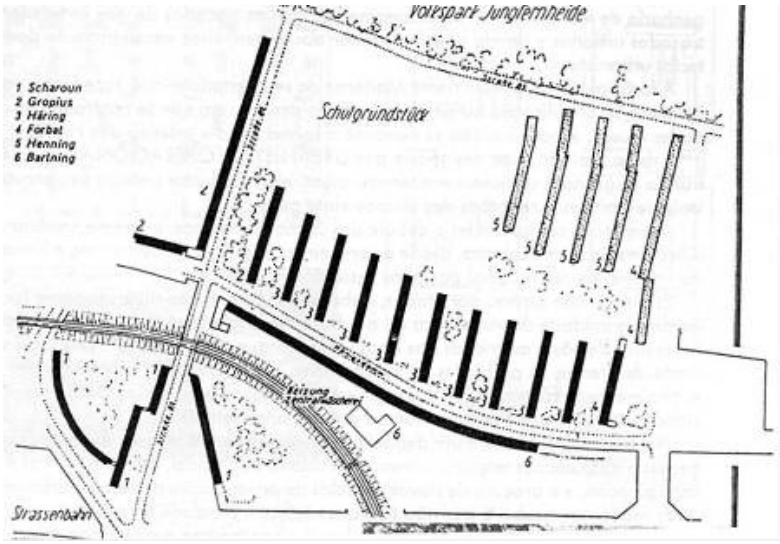


FIG. 232 – SIEDLUNG DE *SIEMENSSTADT*, BERLIM – WALTER GROPIUS E HANS SCHAROUN (1930)
FONTE: Morfologia urbana e Desenho da Cidade (LAMAS, 1992)

O urbanismo racionalista, presente nos projetos e intervenções urbanas na Europa de entre-guerras, sobretudo na Alemanha, sintetizou o processo de transformação da maneira de tratar e compreender os problemas da cidade moderna.[91] Nessa nova postura, podem-se observar alguns princípios fundamentais que constituíram o paradigma do urbanismo racionalista. O primeiro corresponde à concepção de uma nova organização espacial, que se tornou um modelo de prática urbana: o bairro passa a ser visto como uma estrutura autônoma em relação ao desenho da

[90] Esse projeto, realizado em 1930, é de autoria de Hans Scharoum com colaboração de seis arquitetos alemães, responsáveis pela criação dos edifícios. Gropius é responsável por três edifícios-lâminas. No desenho desenvolvido por Scharoun, a presença da linha férrea parece ter influenciado a tipologia em curva de alguns edifícios, proporcionando certa diversidade na paisagem urbana (BENEVOLO, 1989:492).

[91] Apesar das vantagens proclamadas por Walter Gropius, o modelo das *siedlungen* teve curta duração na Alemanha, mas continuou sendo aplicado em outros países da Europa. A partir de 1931, uma nova estratégia urbana alemã disseminou o modelo das colônias rurais, deixando de lado os grandes conjuntos. Segundo BENEVOLO (1989:496), essa concepção, oposta ao modelo de Gropius, propunha uma ocupação rural, isolada, ou na periferia mais distante das cidades. A idéia da dispersão urbana estava associada ao perigo de revolta ocasionado pela concentração de operários e das camadas mais pobres nas *siedlungens*.

cidade, desenvolvendo o conceito de unidade de vizinhança. O segundo diz respeito ao conceito de habitação. Verifica-se a substituição da unidade residencial unifamiliar pela habitação coletiva, com a proposta de novas tipologias urbanas: a torre, a lâmina e o bloco, cristalizados na figura dos conjuntos habitacionais.

Surge uma nova hierarquia no uso do espaço urbano: o espaço público adquire escalas diferentes (grandes espaços abertos que servem de abrigo aos edifícios), as ruas reduzem-se aos traçados de circulação e serviços, as praças perdem sua importância como espaço de sociabilidade, sobretudo na nova composição espacial. A autonomia do edifício no lote propõe uma nova disposição das tipologias residenciais em função de necessidades higiênicas, de insolação e salubridade. A setorização esboça cada vez mais a racionalidade extrema na organização morfológica da cidade, priorizando aspectos funcionais do uso do solo urbano e rural em detrimento de outros aspectos.[92]

A cidade não é mais vista como o lugar da história e da memória coletiva, ela representa somente um espaço geográfico sujeito a transformações constantes. A supervalorização dos aspectos técnicos e funcionais pelos indivíduos envolvidos na gestão urbana resulta no processo de *tábula rasa* imposto ao ambiente existente.

A noção de unidade existente na cidade tradicional desaparece, para dar lugar a uma multiplicidade de territórios que conformam o tecido urbano. Nesse contexto, a praça, entendida como o espaço coletivo, lugar de confluência e símbolo urbano, fragmenta-se na nova escala da cidade, sendo substituída pela noção de espaço livre, superfície ajardinada composta por canteiros arborizados e jardins.

[92] Segundo RAGON (1986b:243), esse conjunto de transformações cristalizaria o paradigma do urbanismo racionalista, compondo o chamado *estilo internacional*.

O URBANISMO FUNCIONALISTA: LE CORBUSIER

O conjunto da obra de Le Corbusier[93], voltado para as questões urbanas, está inserido em um contexto muito particular, que corresponde à crise da cidade no início do séc. XX e à dificuldade de adequação da morfologia urbana tradicional às exigências da sociedade industrial. Nesse contexto, a cidade tradicional torna-se alvo de crítica para a maioria dos teóricos da época: seja na sua morfologia, seja no seu funcionamento, ela representará a antítese de um modelo urbano ideal. A frase abaixo, dita por Le Corbusier[94], exprime notadamente o seu pensamento sobre a cidade tradicional: uma doença incurável.

"A cidade radioconcêntrica industrial é um câncer que passa bem"
(Le CORBUSIER, 1946)

O papel desempenhado por Le Corbusier[95] no desenvolvimento da urbanística moderna foi decisivo para a divulgação e consolidação de uma prática urbana internacional. A partir da década de 20, Le Corbusier desenvolveu, com outros arquitetos e urbanistas, uma série de escritos voltados à elaboração de uma teoria urbana com o objetivo de estabelecer um modelo de cidade, adequado ao cotidiano da sociedade moderna.[96]

Nascido em uma pequena cidade na Suíça, La Chaux-de-Fonds[97], Le Corbusier adquiriu, desde cedo, certa sensibilidade à observação do território urbano. Seu primeiro escrito sobre a

---

[93] Não pretendemos abordar o conjunto da obra de Le CORBUSIER, mas apenas as concepções e projetos urbanos que contribuíram diretamente para o desenvolvimento do urbanismo moderno europeu, e que influenciaram a concepção da cidade de Brasília. Apesar das inúmeras propostas e escritos sobre urbanismo, Le CORBUSIER concretizou apenas dois projetos: o conjunto habitacional de Pessac e a cidade de Chandigarh (RAGON, 1986b:233).

[94] Le CORBUSIER. *Manière de penser l'urbanisme*. L'Architecture d'Aujourd'hui, Boulogne, 1946. Tradução. *Le Corbusier: Planejamento Urbano*. São Paulo: Perspectiva, 1971:11.

[95] Seu verdadeiro nome: Charles-Edouard Jeanneret (1887-1965). Le Corbusier foi um dos artistas mais importantes do séc. XX, participou das vanguardas artísticas contribuindo com manifestos e textos; fundou o manifesto pós-cubista – o purismo – com Ozenfant e tornou-se um símbolo da arquitetura moderna. Sua formação prática e teórica foi adquirida, sobretudo, a partir de estudos e viagens empreendidas pelo mundo. A crítica é quase unânime em destacar a personalidade controversa de Le Corbusier, bem como quanto a sua criatividade, genialidade e talento para divulgar suas idéias.

[96] Juntamente com Le Corbusier, vários outros arquitetos empenharam-se na busca de uma nova concepção urbana. Dentre eles destacam-se: Ludwig Hilberseimer (1885-1967) – idealizador do plano de uma "Cidade Vertical para 1 milhão de habitantes" (*Hochhausstadt,* 1924) – e Hugo Haring, autor do ensaio intitulado "Duas cidades". Esses arquitetos compartilhavam com Le Corbusier a crença de que o urbanismo deveria estruturar o espaço, ao apoiar-se nas atividades e funções urbanas. Ver BENEVOLO (1993:466) e GRAVAGNUOLO (1998:358).

[97] Descendente de uma família de artistas, o ambiente da sua infância terá uma influência importante na sua formação. Do pai, Le Corbusier herdará a sensibilidade na observação e no contacto com a natureza, despertando a sua preocupação com o território modificado pelo homem.

questão urbana – "*La construction des Villes*" (1910) – representava uma análise sobre o processo de reurbanização de sua cidade natal.[98] (FIG. 233 e 234)

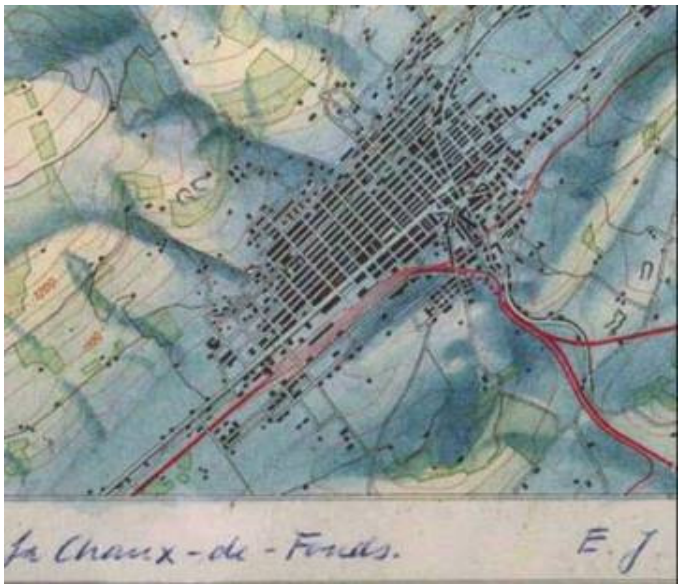




FIG. 233 e 234 – PLANO E VISTA DA CIDADE DE LA CHAUX-DE-FONDS, SUIÇA
O traçado quadriculado implantado na cidade a partir do século XVIII tornou-se para Le Corbusier um símbolo de ordem e organização espacial.
FONTE: www.ne.ch – maio/2006

[98] Em 1794, reconstruída a partir de um traçado racional, o plano de La Chaux-de-Fonds tornou-se para Le Corbusier um exemplo de organização urbana.

Nesse trabalho, Le Corbusier procura estabelecer um diálogo com a obra do arquiteto Camilo Sitte – *Der Städtebau* – publicada em 1889. Nas palavras de GRAVAGNUOLO (1998:354), o texto já evidenciava a postura crítica de Le Corbusier em relação ao modelo da cidade tradicional:

> En efecto, el texto pretende establecer una confrontación entre las tesis de Sitte y la conformación urbana concreta de la Chaux-de-Fonds, reconstruida después del incendio de 1794. El ejercico crítico aplicado a un caso-estudio analizado con particular familiaridad – cual es, precisamente, la propia ciudad natal – se convierte no germen originario de una arraigada conciencia urbanística desarrollada ulteriormente en diversas y rizomáticas ramificaciones teóricas.

Ao analisar os problemas da cidade tradicional, Le Corbusier fundamentou sua crítica baseando-se em parâmetros funcionais. Do seu ponto de vista, a estrutura da cidade tradicional representava um entrave ao progresso e ao desenvolvimento da humanidade e era a grande responsável pela degradação urbana:

> O crescimento das grandes cidades ultrapassou todas as previsões. Crescimento vertiginoso e perturbação. A vida industrial e a vida comercial que se adaptam a elas são fenômenos novos de amplitude assombrosa.
> Os meios de transporte são a base da atividade moderna. A segurança da moradia é a condição do equilíbrio social. O fenômeno novo da grande cidade surgiu no contexto antigo das cidades. A desproporção é tanta que provoca uma crise intensa. A crise está iniciando. Fomenta a desordem.
> As cidades que não se adaptam rapidamente às novas condições da vida moderna serão sufocadas, perecerão; outras cidades mais bem adaptadas as substituirão.
> A persistência anacrônica dos velhos contextos das cidades paralisa-lhes a extensão. A vida industrial e comercial será sufocada nas cidades retardatárias.
> O sistema conservador nas grandes cidades se opõe ao desenvolvimento dos transportes, congestiona, enfraquece a atividade, mata o progresso, desencoraja as iniciativas.
> A degradação das velhas cidades e a intensidade do trabalho moderno conduzem os seres à enervação e à doença. A vida moderna exige a recuperação das forças desgastadas. A higiene e a saúde moral dependem do traçado das cidades. Sem higiene nem saúde moral, a célula social se atrofia. Um país só tem valor pelo vigor de sua raça. As cidades atuais não podem responder aos apelos da vida moderna, se não as adaptarmos às novas condições.
> As grandes regem a vida do país. Se a grande cidade sufoca, o país se atola.
> Para transformar as cidades, cumpre buscar os princípios fundamentais do urbanismo moderno.[99] grifos meus.

[99] Manifesto apresentado no *Diorama de uma Cidade Contemporânea* – Paris, Salão de Outono, 1922 (Le CORBUSIER, 2000:78).

No manifesto proclamado por Le CORBUSIER[100], o modelo da cidade tradicional é descrito como um entrave ao desenvolvimento da sociedade industrial capitalista. A única alternativa é o estabelecimento de um novo modelo de organização espacial que possa estar em sintonia com os novos parâmetros e exigências da sociedade moderna. É nesse contexto que Le Corbusier defende a ruptura com a morfologia tradicional e a busca por algo "moderno" que dê expressão a um mundo novo.

O problema das grandes cidades, como acreditava Le Corbusier, estava centrado na falta de organização e ordenamento espacial e era responsabilidade do urbanista planejar a cidade a fim de criar condições ideais para se viver bem. Foi nesse contexto que se desenvolveu a tendência utopista de Le Corbusier de concepção do plano como instrumento reformador e renovador:[101]

> O bom senso é capaz de se recuperar quando vier a outra, a nova e violenta batalha da reconstrução. O verdadeiro problema – viver hoje! encontrará sua solução com o esforço intenso de todo o país e com a participação apaixonada daqueles que por ele serão os responsáveis: **os arquitetos, transformados em urbanistas**. **Serão de novo traços no papel e planos**. **Mas, desta vez, um trabalho com perspectivas claras**. grifos meus

Partindo do diagnóstico da desordem e do caos instaurados nas cidades tradicionais, Le Corbusier idealizou um modelo de cidade ideal, tendo como princípio básico a organização espacial a partir da função e da relação que as diversas atividades impõem aos indivíduos. Acreditava que o papel do planejamento urbano era a organização dessas funções, visando proporcionar a maior ordem possível às necessidades básicas pessoais com relação ao espaço, ar, higiene e conforto, buscando tornar a vida "ao redor destas coisas homogênea e ordenada, agradável e confortável" (GRAVAGNUOLO, 1998).

A formulação da teoria urbana corbusiana está assentada em dois princípios fundamentais: a universalidade do homem e suas necessidades básicas e as especificidades das necessidades do homem da sociedade maquinista. Le Corbusier pensa no indivíduo como um *homem-tipo*, um ser

---

[100] Le Corbusier e L. Hilberseimer são considerados, pela maioria dos teóricos, como dois grandes críticos da cidade tradicional e defensores de uma transformação espacial radical. As idéias e concepções defendidas por ambos tiveram uma repercussão internacional e constituíram a base da urbanística moderna.

[101] Le CORBUSIER. *Manière de penser l'urbanisme*. L'Architecture d'Aujourd'hui, Boulogne, 1946. Tradução: *Le Corbusier: Planejamento Urbano*. São Paulo: Perspectiva, 1971:16. De certa forma, Le Corbusier acreditava ser possível transformar a sociedade, a partir do desenho ordenado e organizado do espaço urbano. Suas propostas baseavam-se em uma rígida geometria da cidade aliada a uma organização espacial extrema das funções urbanas.

com necessidades básicas e universais. Nesse contexto, idealiza o *habitat* como um ambiente onde se desenvolvem hábitos de forma padrão.[102]

> Procurar a escala humana, a função humana, é definir as necessidades humanas. Elas são pouco numerosas; são bastante idênticas entre todos os homens, **pois os homens foram feitos com o mesmo molde** desde as épocas mais longínquas que conhecemos.
>
> . . . . . .
>
> Essas necessidades são típicas; [...] os objetos-membros humanos são objetos-tipo, que respondem a necessidades-tipo.[103] grifos meus

A sua primeira hipótese, seguindo esses parâmetros, foi o projeto de uma cidade – "*La Ville contemporaine de 3 millions d'habitants*" – apresentada no Salão de Outono, em Paris, em 1922. Esse projeto representou a idealização de um modelo de cidade baseado em certos princípios que, na teoria, seriam fundamentais à construção da sua utopia urbana: a configuração de um espaço urbano amplo, intercalado por vazios e áreas verdes; a opção pela densidade máxima nas edificações centrais, acarretando a liberação do solo urbano; a velocidade e a circulação como função prioritária; a valorização do verde relacionado à higiene urbana e o paradigma da linha reta (FIG. 235 e 236).[104]

Este último representava, para Le Corbusier, o símbolo que distinguia a forma objetiva do comportamento humano:

> O homem caminha em linha reta porque tem um objetivo; sabe aonde vai. Decidiu ir a algum lugar e caminha em linha reta.[105]

---

[102] Esse pressuposto do homem universal, com necessidades básicas, serviu de base ao desenvolvimento de uma política habitacional européia que se concretizou nas propostas de habitações operárias, populares ou das chamadas habitações mínimas, com o devido respaldo da indústria e dos processos de padronização.

[103] Le Corbusier, *L'Art Decoratif d'Aujourd'hui*, Paris: Crês, 1925, apud CHOAY, 1979:185.

[104] O aparecimento da malha quadriculada na história urbana remonta à Antigüidade. No período helenístico observa-se a preferência desse traçado na implantação de cidades gregas. Alguns historiadores creditam a Hippodamos de Mileto a divulgação do traçado em *tabuleiro de xadrez*. Ver BENEVOLO (1993); GOITIA (1989); HAROUEL (1990); MUNFORD (1991); e ANSAY e SCHOONBRODT (1989).

[105] Le CORBUSIER. *Urbanisme*, Paris: Crês, 1925. Tradução: *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000:5. Essa premissa esboçava sua crítica à obra de Camillo Sitte, que considerava um equívoco a defesa do traçado orgânico nos tempos modernos. Nas palavras de Le Corbusier (2000:9) a valorização desse traçado era "conseqüência de uma obra de Camillo Sitte sobre o urbanismo, obra repleta de arbitrariedades: glorificação da linha curva e demonstração especiosa de suas belezas inigualáveis. [...] O autor confundia o pitoresco pictural com as regras de vitalidade de uma cidade".

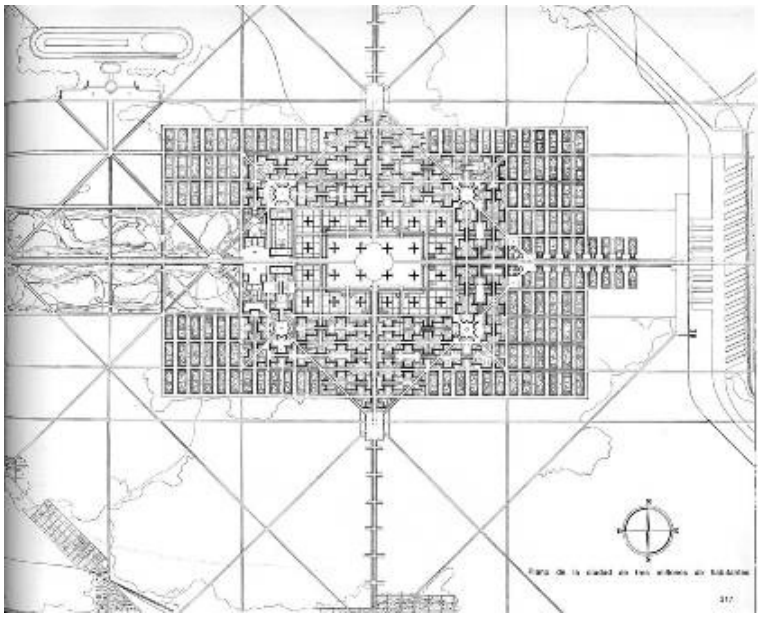


FIG. 235 – PLANO DA VILLE CONTEMPORAINE DE TROIS MILLIONS D'HABITANTS, 1922
***A cidade desenhada aqui é um puro jogo de conseqüências geométricas* (Le CORBUSIER, 2000:165)**
FONTE: La Ville en Utopie (VERCELLONI, 1994)

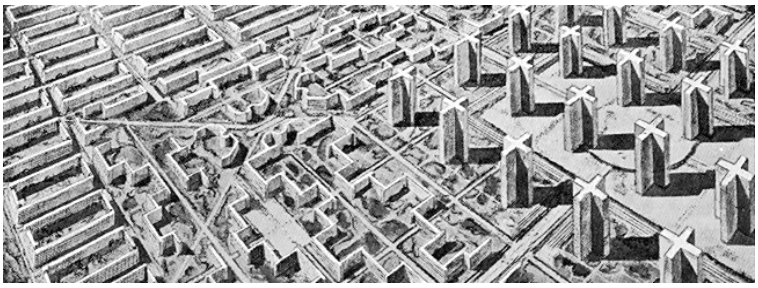


FIG. 236 – PERSPECTIVA DA *VILLE CONTEMPORAINE* (1922)
FONTE: O Urbanismo (LE CORBUSIER, 2000)

E acrescenta:

> Ora, uma cidade moderna vive praticamente da linha reta: construção dos imóveis, dos esgotos, das canalizações, das calçadas, etc. **O trânsito exige a linha reta. A linha reta é sadia também para a alma das cidades. A linha curva é ruinosa, difícil e perigosa; ela paralisa**. A linha reta está em toda a história humana, em toda intenção humana, em todo ato humano (Le CORBUSIER, 1925). grifos meus



FIG. 237 – LA VILLE CONTEMPORAINE DE TROIS MILLIONS D'HABITANTS (1922)
***"Cidade Ideal! Centro de negócios modelo"* (Le CORBUSIER, 1925)**
FONTE: www.kosmograph.com/.../ urbana/urbana_mod_3.htm – maio/2006

Observando os desenhos, podem-se destacar referências e modelos históricos presentes na proposta urbana: eixos que se cruzam (*cardo* e *decumano*), presença de uma área central, praças de formatos e tamanhos diversos e edificações que utilizam a linguagem do concreto (Garnier, Perret).

A cidade ideal deveria localizar-se em um terreno plano e limpo. Seus habitantes seriam organizados em três níveis, segundo a relação local de trabalho e residência[106]. Le Corbusier definiu quatro funções urbanas básicas: habitar, trabalhar, circular e divertir o corpo e o espírito. A setorização dessas funções e o perfeito funcionamento dos setores representavam a base conceitual do projeto.

Da crítica à cidade tradicional, Le Corbusier proclamava a "morte da rua-corredor" e conclamava sua extinção. A rua tradicional, abominada por Le Corbusier, deveria ceder lugar a uma rede viária sistematizada, conforme hierarquias de uso e velocidade.

> Nossas ruas datam em grande número ainda dos sécs. XVI ou XVII. Basta lembrar que no século XVI circulavam em Paris duas viaturas: a carruagem da rainha e a da princesa Diana. A rua dos séculos XIX-XX é uma rua de circulação hipomóvel. Para onde quer se olhe, é o congestionamento, o sufocamento. Onde estacionam os milhares de carros da cidade moderna? Ao longo das calçadas, engarrafando o trânsito; o trânsito mata o trânsito [...]. **A rua-corredor já não pode subsistir e por mil razões. É preciso criar outro tipo de rua**. [107] grifos meus

[106] Le Corbusier classifica os habitantes em 3 grupos: (1) urbanos – aqueles que vivem no centro e que têm aí seus negócios; (2) suburbanos – trabalham na fábrica e moram na periferia, residem fora do centro, na cidade-jardim; e (3) os mistos – possuem negócios no centro, mas habitam na cidade-jardim.

[107] Le CORBUSIER. *Urbanisme*, Paris: Crês, 1925. Tradução: *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000:110.

Esse sistema de circulação valorizava a temática da linha reta: grandes avenidas cortam-se formando dois eixos principais seguindo a direção dos pontos cardeais; uma outra malha de avenidas em diagonal sobrepõe-se ao traçado quadriculado, conformando uma vasta área intercalada por construções, vazios e verdes. Le Corbusier propunha a separação radical entre a circulação de veículos e de pedestres, criando duas redes independentes de tráfego urbano. A proposta de um espaço urbano amplo, aberto, encontrava justificativa nas questões técnicas de higiene: maior ventilação, iluminação e aeração, ideais ao bem-estar humano.[108]

> Reconhecer **um órgão denso**, rápido, ágil, concentrado: a cidade (centro devidamente organizado). **Outro órgão maleável**, extenso, elástico: a cidade-jardim (cinturão). Entre esses dois órgãos, reconhecer com força de lei a presença indispensável da zona de proteção e de extensão, zona não edificável, bosques e prados, reserva de ar.[109]

A morfologia estruturava-se a partir de três áreas concêntricas, que variavam segundo sua função e densidade, apresentando três modelos tipológicos: escritórios em arranha-céus, habitações em *rédents* (denteada) ou bloco fechado e *immeubles-villas* (edifícios com jardins suspensos).

O centro deveria abrigar as funções de trabalho, de lazer e de cultura, ocupando uma vasta área e conformando a região de maior densidade. Nele, situa-se a estação central, edifício subterrâneo e, segundo Le CORBUSIER (2000:160), *eixo da roda*, peça fundamental de uma engrenagem responsável pelo perfeito funcionamento do sistema de circulação proposto.[110](FIG. 238 e 239)

---

[108] Em relação à morfologia urbana, a proposta contém diversas referências históricas que foram reinterpretadas para se ajustar à escala da cidade moderna: o tabuleiro de xadrez; os eixos fundamentais (cardo e decumanos); as vias diagonais (Cerdá, L'Enfant); a área central (*Ágora*, *Fórum*) e as diversas praças resgatam modelos como: a pata de ganso (Piazza del Popolo), a esplanada (Place de la Concorde), o *carrefour* e o *mall* ajardinado (Washington); etc. Nota-se, entretanto, que a paisagem proposta é inovadora, uma vez que a função dos espaços públicos difere da cidade tradicional, apresentando uma nova configuração das edificações e sua relação no contexto urbano: torres, imóvel *redent* (Henard) e imóveis-villas. A função da praça aparece restrita ao seu papel de espaço de lazer, não existe nenhuma intenção de destacar funções políticas, tradicionais nas praças históricas, mas de exaltar no espaço livre suas implicações higiênicas e saudáveis à vida humana.

[109] Le CORBUSIER, *Urbanisme*, Paris: Crês, 1925. Tradução: *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000:157.

[110] A presença da estação central com as plataformas de metrô, trem suburbano e intra-urbano, e o aeroporto funcionavam como nó vital para o deslocamento na cidade. Essa concepção nos remete ao papel fundamental desempenhado pelo sistema férreo e pela Estação Ferroviária na proposta da *Cité Industrielle* de Tony Garnier.

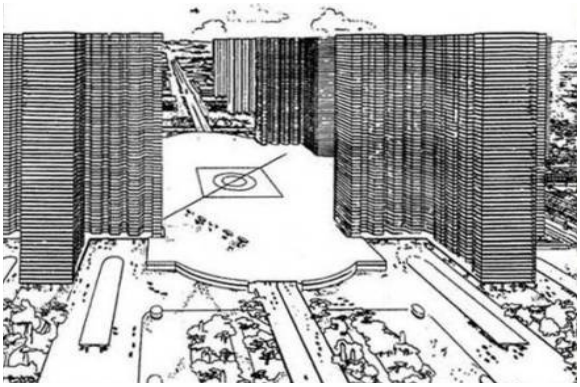


FIG. 238 – PRAÇA DA ESTAÇÃO CENTRAL

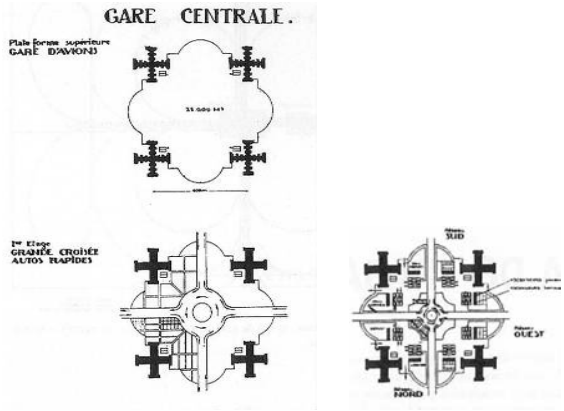


FIG. 239 – PRAÇA DA ESTAÇÃO CENTRAL

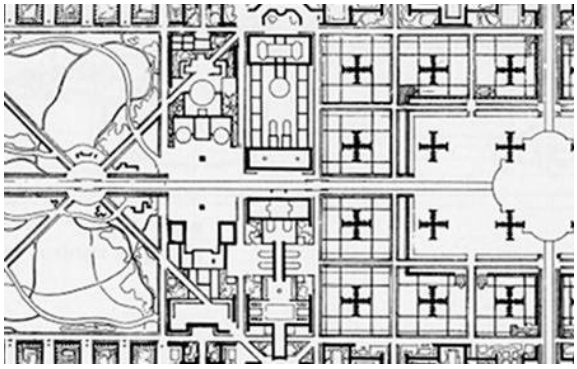
Ao centro nota-se a plataforma superior do aeroporto, no primeiro andar, os grandes eixos e no térreo avista-se os pilotis, as áreas de parques e jardins, bem como as garagens-abrigo. Bem à direita, os cafés, magazines, etc., no meio, o verde **(Le Corbusier, 2000:176)**

FONTE: Urbanismo (LE CORBUSIER, 2000)

Esse centro, projetado como um imenso espaço vazio, deveria ser preenchido por edificações similares[111], metrôs, trens, plataformas de embarque e desembarque, vias exclusivas para automóveis e pista para pouso de aviões. Tudo sincronicamente organizado para funcionar conforme a jornada de trabalho. Seus espaços públicos e semipúblicos, assim como os edifícios culturais, foram idealizados e rigidamente dispostos e ordenados. Não se encontra espaço para a espontaneidade, para o mercado de rua, para as feiras, para o ambulante. Todo o espaço livre foi planejado para abrigar uma função específica: área de estacionamento, áreas ajardinadas, cafés.

[111] O projeto detalha o centro da cidade com 24 torres, de 60 andares, em forma de cruz (600 mil hab.). Cada edifício poderia abrigar de 10 a 50 mil empregados. Essa concepção antevia a noção de centro empresarial que seria muito implantada nas grandes metrópoles, posteriormente. Esse modelo continha notadamente referências ao projeto de A. Perret – *Villes-Tours* (torres de 60 andares/40.000 pessoas) – desenvolvido em 1922, para o entorno de Paris (RAGON, 1986c:233).

Nessa concepção de centro, a figura da praça praticamente desaparece, diluída na amplidão dos espaços livres e das áreas destinadas ao lazer programado[112]: parques, cafés, restaurantes. Le Corbusier menciona três espaços de praças nessa área. A Praça da Estação, "tão vasta que cada qual se dirige sem estorvo para o local de trabalho", pensada e idealizada como lugar de passagem. Sua função tem como prioridade a circulação de pedestres, uma vez que os grandes eixos situados em níveis diferentes encontram-se desconectados. As Praças dos Serviços Públicos, localizadas na entrada da área central, abrigam os edifícios dos serviços públicos, museus e universidades. Os desenhos abaixo realizados por Le Corbusier traduzem notadamente o conceito de praça elaborado na proposta.[113] (FIG. 240 a 241)



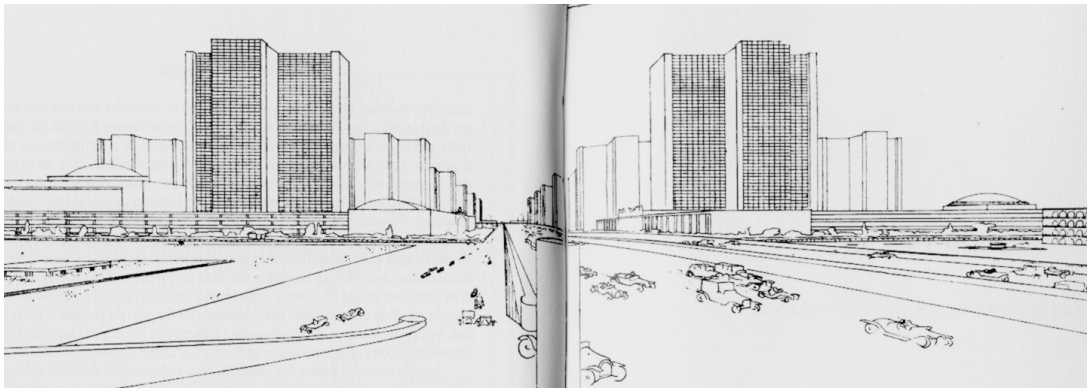


FIG. 240 e 241 – PRAÇAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS – DETALHE EM PLANTA E PERSPECTIVA

"Entremos pelo jardim inglês. O carro rápido segue a via elevada: aléia majestosa dos arranha-céus; à esquerda, à direita, no fundo de suas praças, os serviços públicos; cingindo o espaço, os museus e as universidades" **(Le Corbusier, 2000:166)**

FONTE: Urbanismo (LE CORBUSIER, 2000)

[112] Digo praticamente, pois, na proposta existem alguns espaços denominados Praça Central e Praça dos Serviços Públicos, porém na descrição realizada por Le Corbusier, no projeto e demais desenhos, tais espaços apresentam uma morfologia distinta, constituem grandes plataformas, destinadas a abrigar os edifícios.

[113] Le CORBUSIER, *Urbanisme*, Paris: Crês, 1925 in *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000:170.

Configurando o entorno da área central, encontra-se o setor de negócios e de lazer. A imagem abaixo mostra essa paisagem: grandes torres de serviços erguem-se imponentes rasgando o céu. No entorno, situam-se "parques, [...] restaurantes, cafés, comércios de luxo, construções com dois ou três terraços em degraus, os teatros, salas, etc.", compondo o ambiente comercial e de diversões.[114]

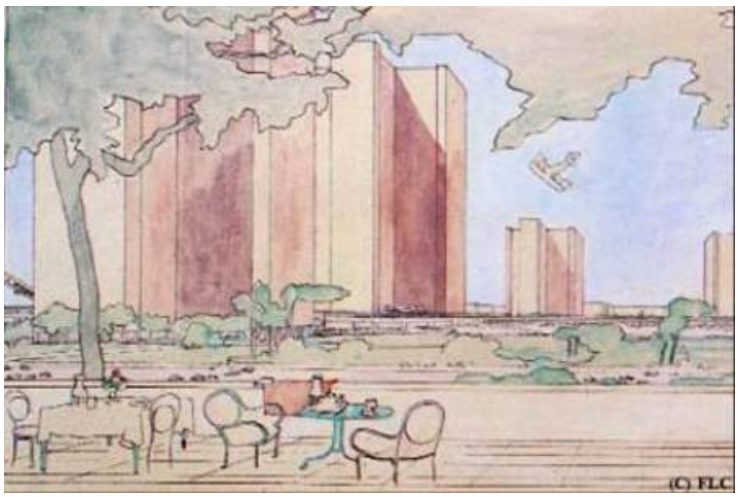


FIG. 242 – VISTA DO SETOR COMERCIAL – CAFÉ-TERRAÇO
FONTE: Le Corbusier 1910-1965 (BOESIGER e GIRSBERGER, 1999)

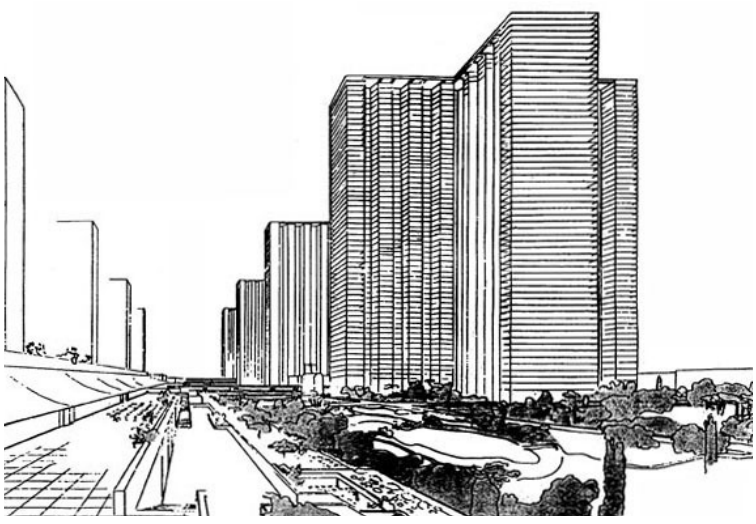


FIG. 243 – VISTA DO SETOR COMERCIAL E DE LAZER – CAFÉ-TERRAÇO
FONTE: Urbanismo (LE CORBUSIER, 2000)

[114] Op.cit. in Le CORBUSIER 2000:161.

O centro é idealizado como um espaço voltado para a função trabalho, seus espaços livres servem de suporte e ambientam o setor, mas, de longe, possuem a função de um centro tradicional[115], pois, segundo Le CORBUSIER (2000:181), terminadas as atividades diárias, "o centro se esvaziará como que por uma profunda aspiração de seu subsolo". Existe uma intenção explícita de Le Corbusier em aniquilar o ambiente e o *caos* do centro tradicional, visualizado, por ele, na cidade radioconcêntrica, modelo incapaz de se adaptar às exigências da vida moderna.

O setor residencial era composto por três grupos: o primeiro, localizado no entorno imediato do centro, abrigava as habitações em *rédents* e era intercalado por espaços verdes. Essas residências, próximas ao centro, estavam isoladas das outras funções urbanas e respondiam apenas pela função de habitar e de lazer. Os edifícios, formados por construções idênticas, foram distribuídos no solo segundo uma lógica distinta. Deveriam ocupar 15% da área, deixando o restante livre para áreas verdes.[116]

> Examinemos o que é preciso a uma família (uma célula); o que é preciso a certo número de células em suas relações obrigatórias, e estimemos o número de células que podem utilmente formar uma aglomeração administrável como um hotel, como uma comuna – uma comunidade que, no fato urbano, torne-se por sua vez um elemento orgânico claro, definido, tendo uma função delimitada que permita reconhecer necessidades estritas e colocar o problema. [...] Eis a concepção dos Loteamentos Fechados com Alvéolos ou Prédios-Sobrados (Le CORBUSIER, 2000:203).

O segundo grupo era formado por edificações de loteamentos fechados, com jardins suspensos. Possuía o mesmo princípio estruturador do imóvel em *rédent*. A diferença consistia na estrutura alveolar proposta por Le Corbusier. As residências correspondiam a sobrados dispostos lado a lado e superpostos, formando um bloco fechado em torno de um pátio aberto. O apartamento *standart* deveria atender às necessidades básicas dos habitantes: a "célula perfeitamente humana", projetada segundo o conceito de *casa-padrão* e preenchida com *móveis-padrões*.[117]

---

[115] Entende-se por centro tradicional o espaço onde se concentram as principais atividades da cidade, comércio, trabalho, serviços, lazer e habitação. Nas cidades tradicionais tais espaços possuem um ambiente vivo permanente, mesmo após a rotina do trabalho, pois são espaços multifuncionais.

[116] As 24 torres projetadas para abrigar de 10 mil a 50 mil empregados constituem uma densidade de 3 mil hab./ha. As habitações em *rédent* projetadas para 600 mil habitantes constituem uma densidade de 300 hab./ha e as cidades-jardins, projetadas para 2 milhões de habitantes, constituem 305 hab./ha. Essas densidades definidas fornecem a lógica urbana – grande concentração de serviços, escritórios e comércio em uma pequena área, podendo o restante do solo livre ser ocupado por áreas verdes – parques e jardins (Le CORBUSIER, 2000:163).

[117] Le CORBUSIER, *Urbanisme*, Paris: Crês, 1925. Tradução: *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000:217.

Nesse setor, os espaços livres internos aos edifícios também foram idealizados como um grande parque, repleto de equipamentos de lazer: quadras de esportes, clube esportivo, bosques e jardins. Representava o espaço público do setor, mas com *status* de semiprivado, pois situava-se internamente ao bloco, sem nenhuma relação com o espaço da rua; ao contrário, apresenta-se totalmente desarticulado das vias que o circundam.

O terceiro grupo localizava-se na periferia da cidade e era formado por um setor de residências de baixa densidade.

A idealização da *Cidade Contemporânea* representa a resposta de Le Corbusier à busca pela elaboração de uma nova paisagem, fundamentada na organização e na uniformidade estética:

> O viajante que, de avião, chega de Constantinopla, de Pequim talvez veja de repente aparecer, no delineamento turbulento dos rios e das matas, essa marca clara que lhe assinala a cidade lúcida dos homens: esse traçado que é próprio de um cérebro humano.
> No crepúsculo, os arranha-céus de vidro flamejam.
> Não se trata de um futurismo aventuroso, dinamite literária lançada em tumulto na face de quem está olhando. **É um espetáculo organizado pela Arquitetura com os recursos da plástica que é o jogo das formas sob a luz**.[118] grifos meus

O conceito de espaço público que emerge com a nova ordem urbana apresenta uma ruptura fundamental em relação à cidade tradicional: a rua e a praça assumem papéis distintos. A rua, antes destinada ao pedestre, ao veículo, ao comércio – local de sociabilidade – perde seu *status* para transformar-se em uma ferramenta da circulação e em meio de deslocamento. Concebida sob o ponto de vista técnico e estético, representa a peça fundamental do espaço setorizado. O edifício, elemento histórico da cidade, não se relaciona com esse modelo de rua, não emoldura e nem conforma o espaço[119], situa-se em um amplo espaço rodeado de vazios. Longe de desempenhar um papel simbólico, não se destaca como monumento urbano, não constitui eixo de perspectiva e não se distingue na uniformidade da paisagem.[120]

---

[118] Descrição de Le CORBUSIER (2000:166), referindo-se à estética da Cidade Contemporânea.

[119] Se pensarmos nas composições urbanas desenvolvidas no renascimento e barroco, o papel do edifício torna-se fundamental na estrutura dos conjuntos urbanos. Podemos citar a Piazza Del Campidoglio, a Piazza San Pietro, a Place des Vosges, a Place Dauphine, entre outros.

[120] A rígida setorização restringe, pela lógica do plano, o indivíduo ao uso de áreas públicas que estão circunscritas aos setores do seu trajeto pessoal. Não o impede de se deslocar pela cidade, mas também não lhe oferece diversidade, uma vez que a mesma estrutura é idealizada para todos os setores. Pode-se ressaltar que Brasília, construída com essa mesma rigidez geométrica e funcional, apresenta os mesmos princípios em relação ao espaço público. Uma vez

No projeto da *Cidade Contemporânea,* praças de formas diversas aparecem na composição da estrutura viária. São praças que configuram lugar de passagem, *carrefours,* situam-se no entroncamento de vias e representam elementos de composição estética do sistema viário.[121]

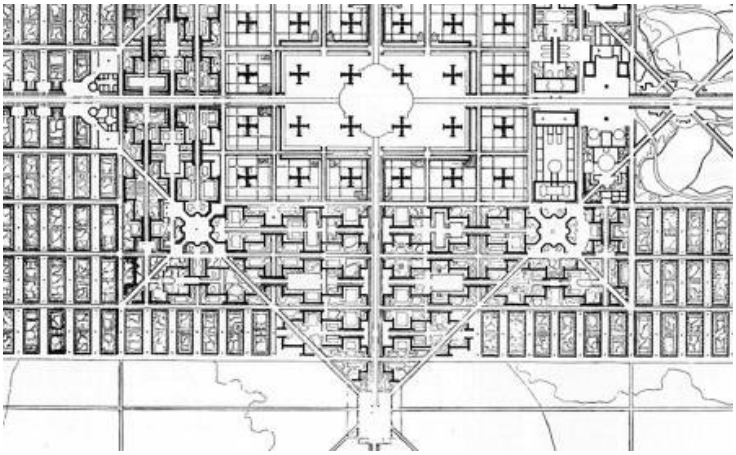


FIG. 244 – DETALHE DO PLANO DA "*VILLE CONTEMPORAINE*"
FONTE: La Ville en Utopie (VERCELLONI, 1994)



FIG. 245 – MAQUETE DA *VILLE CONTEMPORAINE*
FONTE: www.skyscrapercity.com – fev/2007

que a concepção do seu sistema de deslocamento exclui determinadas áreas do trajeto trabalho–moradia, condicionando e hierarquizando o uso de determinados setores do plano piloto (essa questão será trabalhada no próximo capítulo).

[121] Camillo SITTE (1992) faz severas críticas à praça pública idealizada na cidade moderna. Na sua opinião, esses espaços não representavam lugares programados para a convivialidade, pois não eram capazes de propiciar ao habitante conforto e aconchego. Para Sitte, a nova escala da praça produziria no habitante um fenômeno de ansiedade e perda de referência, diagnosticado como *Agorafobia*. Esse fenômeno, causado pelos grandes vazios urbanos, acarretaria o declínio do uso das praças, condenando o destino dos espaços a sua diluição e perda de identidade urbana.

Idealizada como uma cidade ideal, a metrópole moderna é constituída de espaços livres, onde a vida transcorre em plena harmonia. A organização e a geometria são responsáveis pelo funcionamento perfeito. Todo o espaço é racionalmente definido e ordenado. Não existem conflitos, o espaço público não desempenha a função de espaço de manifestação, não exercendo sua dimensão política. Le Corbusier projeta as áreas livres constituindo extensos parques e jardins, superfícies arborizadas pontuadas por edificações e equipamentos urbanos. "Parques em toda a parte, tão vastos como os do Palais Royal, do Luxembourg, das Tulherias"[122], esse é o espaço urbano da cidade moderna!

A praça moderna aparece, nos princípios *corbusianos*, diluída na imensidão das superfícies livres, compostas por grandes vazios.

OUTRAS PROPOSTAS URBANÍSTICAS

Le Plan Voisin

Nas propostas posteriores ao plano da *Ville Contemporaine*, Le Corbusier reafirmou praticamente os mesmos princípios urbanos fundamentados em 1922 e descritos em seu livro *Urbanismo,* publicado em 1925.

A experiência do projeto do bairro moderno de Pessac-Bordeaux, realizado em 1925, permitiu a Le Corbusier explorar, na escala micro, o conceito de moradia *standart,* sob as bases do processo construtivo industrial. Patrocinado pelo espírito empreendedor de Henry Frugès, industrial de Bordeaux, Le Corbusier desenvolveu o tema da habitação racional a partir do uso de materiais padronizados, como o concreto armado. Esse projeto apresentou alguns princípios em relação à estrutura do bairro, à moradia-padrão, ao *modus vivendi*.[123]

No mesmo ano, Le Corbusier realizou um estudo para a transformação do centro de Paris: *Le Plan Voisin*. O projeto representava uma resposta à política urbana parisiense, que visava à

[122] Le CORBUSIER, *Urbanisme*, Paris: Crês, 1925. Tradução: *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000:221.

[123] Em 1923, o proprietário de uma refinaria de açúcar, Henry Frugés, simpatizante da arte moderna, encomenda a Le CORBUSIER o projeto de dois conjuntos de habitação operária: um situado na cidade de Lège, outro em Pessac. Ao todo 53 casas, geminadas e justapostas, foram implantadas a partir de um modelo de base única – o cubo – com quatro variações tipo.

eliminação de áreas na cidade denominadas insalubres.[124] O Plano *Voisin* representou uma tentativa de aplicação dos princípios urbanos desenvolvidos na proposta da *Cidade Contemporânea*.[125]

O projeto consistia na demarcação de uma área central a partir da criação de "dois novos elementos essenciais: uma cidade de negócios e uma cidade de residência". Le Corbusier apostava na idéia de setorização e na estratégia de *tábula rasa*, propondo a destruição de grande parte da área existente para fazer surgir "uma cidade vertical aberta ao ar e à luz, faiscante de claridade, radiosa".



FIG. 246 – MAQUETE DO PLANO VOISIN PARA O CENTRO DE PARIS, 1925

FONTE: Collage City (ROWE e KOETTER, 2000)

[124] A questão da higiene e da insalubridade como justificativas de renovação de áreas urbanas foi uma estratégia utilizada nos processos de intervenção ocorridos na cidade de Paris, no início do séc. XX. Em 1903, a criação da Lei de Higiene demarcou na cidade 17 áreas consideradas insalubres e propensas à demolição (LUCAN, 1999:76).

[125] O nome dado ao plano – *Voisin* – refere-se a Gabriel *Voisin*, construtor de automóveis e de aviões. Personagem importante, foi o responsável pelo patrocínio dos estudos do centro de Paris, por Le Corbusier (Le CORBUSIER, 2000:262). Comentando sobre a receptividade do plano *Voisin*, HOLSTON (1993:56) afirma que o projeto não foi muito bem aceito pelas autoridades francesas, nem mesmo pelos comunistas franceses, que condenaram o plano, argumentando que sua implantação "pressupunha um governo autoritário e centralizado, dirigido por uma elite de capitalistas e negociantes, e que sua organização em satélites e centro reproduzia distinções de classe".

A imagem abaixo reflete o contraste entre a estrutura da cidade tradicional e a estrutura da cidade moderna, concretizada na estratégia de grandes espaços, elaborada por Le Corbusier.

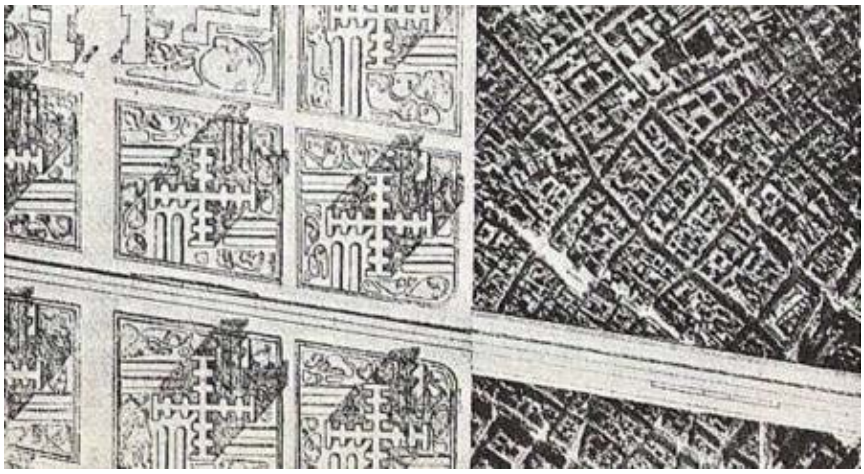


FIG. 247 – *LE PLAN VOISIN* (1925)
FONTE: www.nyu.edu – maio/2006

Preservando algumas estruturas e monumentos, o plano tinha como objetivo uniformizar a área escolhida, "modernizando seu traçado". Aplicava-se sobre essa área uma malha quadriculada, estabelecendo dois eixos de circulação: um longitudinal – uma linha reta de leste a oeste (largura de 120 m) – e outro perpendicular, cruzando a *île de la Cite*. Uma Praça Central abriga a Estação e o novo sistema de circulação, articulando o setor administrativo, o setor hoteleiro e o centro cultural.[126]

Desconsiderando qualquer possibilidade de continuidade com o território existente, o plano sobrepunha-se ao tecido tradicional, rompendo com a paisagem urbana. Segundo Le CORBUSIER (2000:265), a configuração dessa nova paisagem seria responsável por libertar o centro de Paris do caos, representado pelo "bulício grudado [...] no solo como uma crosta árida", para ver surgir "cristais puros de vidro, subindo a 200 metros de altura". A cidade histórica desapareceria para nela instaurar-se "o ritmo majestoso das superfícies verticais que se prolongam ao longe pelo efeito da perspectiva e determinam volumes puros. [...] O urbanismo entra na arquitetura, a arquitetura entra no urbanismo".

[126] Le CORBUSIER (2000:264). Nos dois setores propostos utilizam-se as tipologias da torre (60 andares) para o centro e do imóvel em *rédent* para o setor habitacional. A ocupação da superfície restringe-se à taxa de 5%, sendo os 95% restantes destinados a parques e jardins.

A praça, bem como o espaço livre, continua a ser concebido na lógica dos grandes vazios: "entre um e outro desses arranha-céus de vidro, estabelecem-se relações de cheio e de vazio. A seus pés, desenham-se praças", espaços que devem permanecer desertos.[127]

Para Le Corbusier a praça não corresponde a um espaço de convivialidade, não deve ser apropriada pela massa e pela multidão. O espaço da praça, assim como o espaço urbano representa a *cidade-espetáculo.* Seu papel é o de abrigar os *arranha-céus de vidro;* é assegurar que as edificações tornem-se grandes monumentos visíveis de todos os pontos da cidade. A frase a seguir traduz exatamente o espaço de praça idealizado por Le Corbusier: "Sonho em ver a praça de La Concorde **vazia, solitária, silenciosa**".[128]

O espaço livre é a solução que combate o caos provocado pelo amontoamento das cidades tradicionais; a superfície vazia é a solução ideal para se adequar o espaço urbano às exigências da cidade moderna.

La Ville Radieuse

A divulgação da teoria urbanística de Le Corbusier encontrou um campo ideal nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAMs.[129] Esses encontros tiveram um papel fundamental na promoção da arquitetura e do urbanismo no panorama internacional. A idéia vigente dos congressos era a possibilidade de unir e "sistematizar as pesquisas, as propostas e as

---

[127] Le CORBUSIER, *Urbanisme*, Paris: Crês, 1925. Tradução: *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000:265.

[128] idem, ibidem. Le CORBUSIER, 2000:270.

[129] A idéia de reunir os profissionais de diversos países em torno do tema da arquitetura é a base fundamental para a criação do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Esses congressos vão promover e difundir as propostas da arquitetura e da urbanística moderna, por meio de uma avaliação periódica de experiências concretas. HOLSTON (1993) atribui a esses encontros a formação de um consenso "entre os profissionais de todo o mundo" a respeito dos problemas da cidade moderna. Arquitetos brasileiros tiveram importante participação, a partir de 1930. De 1928 a 1960, o CIAM representou um importante fórum de debates sobre a arquitetura e urbanismo: **I** CIAM – Sarraz, Suíça, 1928, *Maniffeste de la Sarraz* – Fundação do CIAM; **II** CIAM – Frankfurt, 1929 – *L'habitat à loyer modéré* (estudo da moradia mínima); **III** CIAM – Bruxelles, 1930, *Méthodes rationnelles pour la construction des groupements d'habitation* (estudo do loteamento racional); **IV** CIAM – congresso realizado à bordo do navio Patris II, trajeto Paris–Atenas, 1933, *La ville fonctionnelle* (análise de 33 cidades). Elaboração da Carta do Urbanismo; **V** CIAM – Paris, 1937, *Logis et Loisir* (estudo do problema da moradia e do lazer); **VI** CIAM – Bridgwater, Inglaterra, 1947, Reafirmação dos objetivos do CIAM; **VII** CIAM – Bérgamo, 1949, *Grille CIAM d'urbanisme* (nascimento da *grille* CIAM de urbanismo); **VIII** CIAM – Hoddesdon, prés de Londes, 1951*, Le couer de la ville* (estudo do centro, do coração das cidades); **IX** CIAM – Aix-en-Provence, 1953 (participação de Niemeyer) – Team X, direção de um Holandês (critica à Carta de Atenas) – *L'habitat Humain* (o *habitat* humano); **X** CIAM – o último, Dubrovnik, 1956, *L'habitat Humain* o *habitat* humano).

conquistas" desenvolvidas em diferentes países por profissionais que compartilhavam de princípios convergentes.[130]

Em 1928, por iniciativa de Le Corbusier e Siegfried Giedion, foi criado o primeiro CIAM e o CIRPAC.[131] Os primeiros temas debatidos no Congresso centravam-se na problemática da habitação mínima e no estudo de bairros e loteamentos. Gradualmente, o urbanismo moderno ocuparia o centro do debate principal. Foi a partir de então que Le Corbusier começou a difundir o seu modelo da "cidade funcional".

Em 1930, no encontro do III CIAM, em Bruxelas, Le Corbusier apresentou o projeto da *Ville Radieuse.*[132] O estudo reafirmava os princípios racionalistas da geometria e do zoneamento funcional, constante na teoria urbanística corbusiana, apresentando uma malha quadriculada composta de grandes eixos de circulação perpendiculares e diagonais. A *Ville Radieuse* condensou os principais fundamentos da grande metrópole moderna. (FIG. 248 e 249

Nessa proposta, Le Corbusier prioriza novamente o espaço da circulação e do deslocamento rápido. A separação em níveis e a hierarquia das vias possibilitam racionalizar o deslocamento[133]. Os grandes eixos em cruz são vias destinadas exclusivamente às circulações mecânicas, não possuem "calçadas; nenhuma porta de casa ou de edifício abre-se para ela", os edifícios distantes dessas vias são como blocos isolados, voltados para o seu interior. A superfície urbana é concebida como um solo estratificado e hierarquizado ao extremo, onde o sistema de circulação é o condicionante do deslocamento.[134]

---

[130] Segundo CHOAY (1979) as teorias urbanísticas de Le Corbusier tiveram uma grande influência nesses encontros, sendo ele um dos responsáveis pela publicação de um dos documentos mais importantes para o urbanismo moderno: a Carta de Atenas – documento que descreve os princípios da cidade funcional.

[131] CIRPAC – Comitê Internacional para a Resolução dos Problemas Arquitetônicos Contemporâneos – e comitê gestor dos CIAMs.

[132] A proposta, publicada em 1935, aprofunda a teoria urbanística presente no estudo da Cidade Contemporânea e do Plano *Voisin*. Le CORBUSIER propõe a coletivização dos serviços, nas unidades habitacionais. Segundo RAGON (1986a), esse tema estaria presente na obra de Charles Fourier – o *falanstério* – e teria referência na idéia de serviços comunitários. Observar também a semelhança da malha viária com o plano da cidade de La Plata, construído em 1882.

[133] O sistema de circulação em níveis, retirado da concepção de Henard, aparece classificado em: 1- subsolo – circulação de transportes pesados, destinados à carga e descarga de mercadorias; 2- térrea – correspondente à circulação das vias normais; 3- Grandes eixos (norte-sul, leste-oeste) – destinados à circulação rápida em sentido único. São construídos sobre grandes passarelas de concreto de 40 a 60 m de largura. A comunicação com as vias térreas se faz por meio de rampas, a cada 800 ou 1.200 m. O acesso aos eixos pode ser realizado em qualquer ponto. Esse sistema era baseado na lógica da setorização, tomada em relação à função viária deslocamento/ usuário.

[134] Muitos dos princípios elaborados na Cidade Radiosa estão presentes na concepção do projeto de Brasília.

O papel desempenhado pela circulação na concepção do plano demonstra a crença absoluta de Le CORBUSIER (2000:167) na importância da velocidade e do tráfego para o bom funcionamento da cidade: "a cidade que dispõe da velocidade dispõe do sucesso".

A proposta representava um esquema abstrato, contendo as principais diretrizes para a elaboração de uma metrópole moderna, visando, sobretudo, apresentar soluções ao problema das grandes concentrações urbanas. Quanto ao tamanho da cidade, Le Corbusier defendia a tese de densificação urbana, propondo uma cidade de alta densidade, porém com uma ocupação espacial restrita a 12% do solo. O restante do território estava destinado a um imenso parque, no qual situavam-se os equipamentos coletivos, as vias suspensas e os edifícios-pilotis.

A verticalização, como solução técnica, deveria ser implantada principalmente nos centros urbanos ou nos setores de *negócios*.

> Essas torres, levantadas a uma grande distância umas das outras, dão em altura o que, até agora, se empregava em superfície; deixam livres grandes espaços que repelem para longe de si as ruas axiais repletas de barulho e de uma circulação mais rápida. Ao pé das torres aparecem os parques; o verde estende-se pela cidade toda. As torres alinham-se em avenidas imponentes; trata-se realmente de uma arquitetura digna do nosso tempo (Le Corbusier apud CHOAY, 1979:191).

Dois tipos de edifícios sobressaíam-se na paisagem: as torres e os imóveis *rédents*. As torres, situadas a grandes distâncias e atingindo maiores alturas, liberavam o solo para uma utilização mais concentrada da superfície geográfica. Os imóveis *rédents,* na versão pilotis, ocupavam toda a zona residencial, deixando o solo 100% livre e à disposição do pedestre.[135] (FIG. 249 a 252)

Mais uma vez, o verde era evocado como a grande vedete da cidade moderna. A prioridade na construção de parques urbanos era para Le Corbusier fundamental, pois esse modelo restituía à natureza seu verdadeiro papel:

> A natureza é de novo levada em consideração. A cidade, ao invés de tornar-se um pedregal impiedoso, **é concebida como um grande parque. A aglomeração urbana** [é] **tratada como cidade verde**.

[135] GRAVAGNUOLO (1998:392). Os imóveis *rédents* sob pilotis possuíam altura de onze andares e conformavam unidades de vizinhança, com equipamentos coletivos. A proposta de densificar o centro ao máximo, liberando o restante do solo, resultava na apropriação oito vezes menor da superfície. Em relação à arquitetura, Le CORBUSIER propunha para as unidades residenciais o edifício revestido de vidro. Esses imóveis de 50 metros de altura abandonavam a concepção do *immeuble-villa*, para se tornarem *arranha-céus* de vidro: blocos hermeticamente fechados e climatizados artificialmente.

Sol, espaço, vegetação.

Os imóveis surgem na cidade por trás do rendado de árvores. Está assinado o pacto com a natureza (Le CORBUSIER, 1995:44)[136].

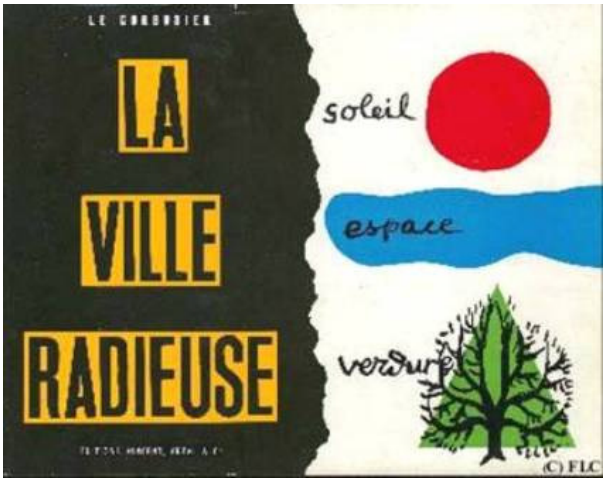


FIG. 248 – *LA VILLE RADIEUSE* - OS TRÊS PRINCÍPIOS ORDENADORES DA CIDADE – SOL, ESPAÇO E VEGETAÇÃO

FONTE: www.fondationlecorbusier.asso.fr/ villerad.htm – maio/2006

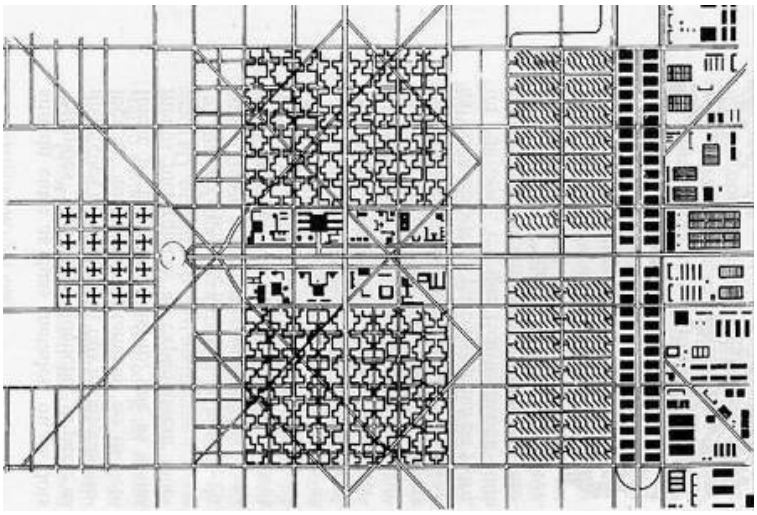


FIG. 249 – PLANO DA VILLE RADIEUSE, 1930

FONTE: O Urbanismo (Le CORBUSIER, 2000)

[136] Le CORBUSIER. *Vers une architecture*. Paris: Crês, 1923. Reeditado por Flammarion, Paris, 1995.

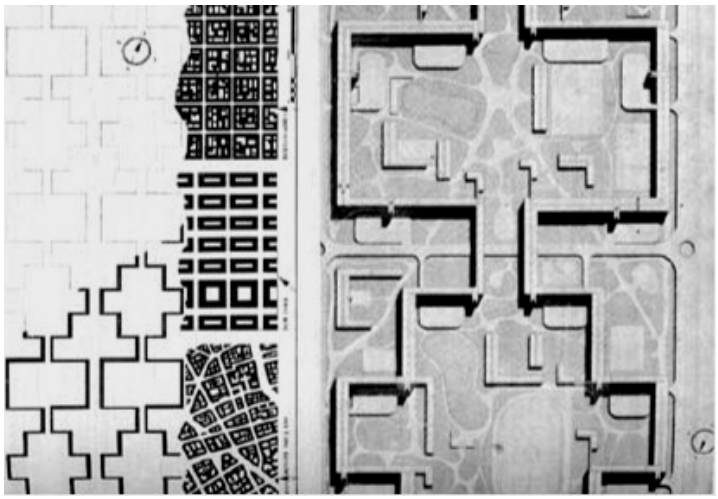


FIG. 250 – COMPARAÇÃO DE MORFOLOGIAS DE CIDADES TRADICIONAIS E DA VILLE RADIEUSE

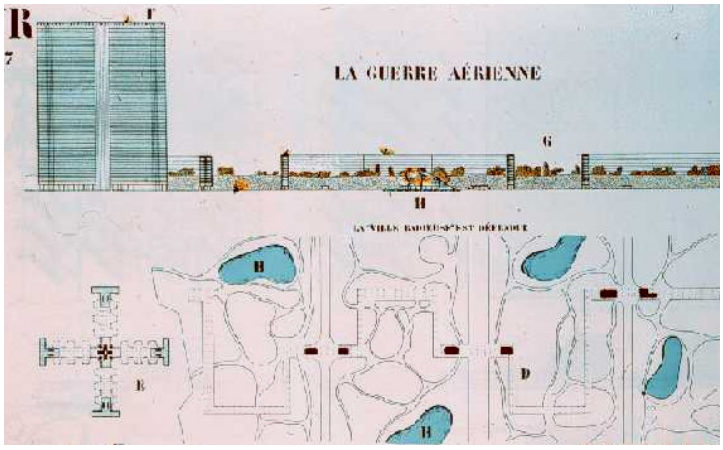


FIG. 251 – VILLE RADIEUSE - ÁREA DAS TORRES E DOS IMÓVEIS-*RÉDENTS*

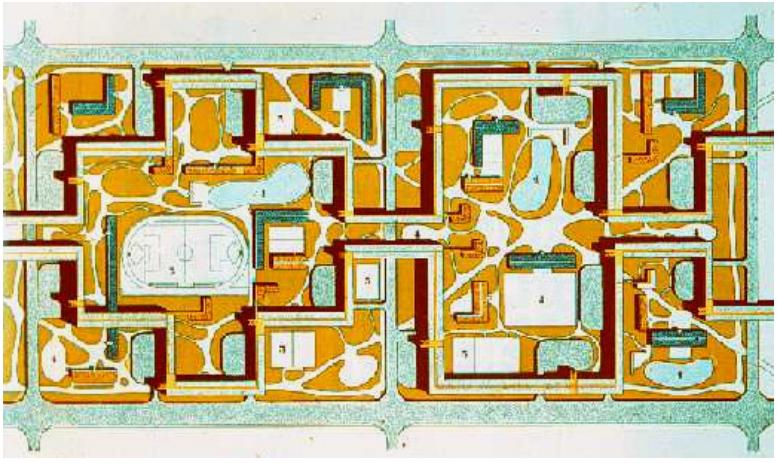


FIG. 252 – VILLE RADIEUSE - PROJETO DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS – IMÓVEL *RÉDENTS*

FONTE: parole.aporee.org/work/hier – maio/2006

As imagens em destaque retratam notadamente os princípios urbanos defendidos por Le Corbusier. A metrópole moderna cristaliza o modelo da cidade abstrata, geométrica e racional. O centro urbano é constituído novamente pelo tema do vazio *versus* edificações, configurando espaços públicos modernos, ou seja, grandes vazios. Não existem praças, pois esse elemento aparece substituído pelo conceito de espaço livre, transformado em parques, canteiros e jardins. Ainda que no conjunto das unidades residenciais observe-se a presença de equipamentos de lazer situados entre os edifícios, são espaços de caráter semipúblico voltados a atender os habitantes residentes no entorno.

A CARTA DE ATENAS

Em 1933, realizou-se o IV CIAM a bordo de um navio – o *Patris* II (trajeto Paris-Atenas). Esse congresso propunha, como tema, a elaboração dos preceitos da cidade funcional (*la ville fonctionnelle*)[137]. O resultado dos trabalhos deu origem à elaboração de um documento – a Carta do Urbanismo – e manual esquemático de projetação urbana.



FONTE: www.fondationlecorbusier.asso.fr
maio/2006

As conclusões do IV CIAM foram o ponto de partida para Le Corbusier compor seu livro mais importante no campo do urbanismo: A *Carta de Atenas*.[138] A redação, acrescida de alguns tópicos, análises e comentários particulares do autor, sintetizava os princípios do urbanismo funcionalista, escritos e ordenados de forma clara e precisa. Ao todo, 95 proposições foram elaboradas, a partir das condições das cidades, contendo análises e propostas para a correção dos problemas

[137] Esse encontro consistiu na análise comparativa de 33 cidades, destacando vantagens e desvantagens da estrutura urbana existente.

[138] O nome dado ao documento – Carta de Atenas – foi uma referência à cidade grega, cujo destino finalizava o trajeto do Congresso. A Carta de Atenas foi publicada, na França, pela primeira vez em 1943. Em 1957, é realizada uma segunda publicação, desta vez assinada por Le CORBUSIER. Em 1942, aparece nos Estados Unidos uma versão da Carta de Urbanismo publicada pela Universidade de Harvard e assinada por José-Luis Sert: *Can our cities survive*?. Uma terceira versão também seria publicada na Holanda, estabelecendo uma comparação entre a Carta de Atenas e as Atas oficiais do IV Congresso. Apesar da existência desses documentos, A Carta de Atenas consolidou-se como uma importante versão do IV CIAM.

urbanos, organizados em torno de cinco diretrizes básicas: habitação, lazer, trabalho, circulação e patrimônio histórico.[139]

Analisando o modelo da cidade funcionalista, CHOAY (1979:9) afirma que a constituição do espaço urbano não corresponde a um processo de crescimento espontâneo cuja multiplicidade de territórios conforma a cidade, mas resulta da disposição geométrica, ordenada e programada de um esquema abstrato e reprodutível em qualquer época e lugar. A estrutura da cidade é, portanto, fruto da pura geometria, elaborada na prancheta e sujeita aos condicionantes técnicos do projeto.

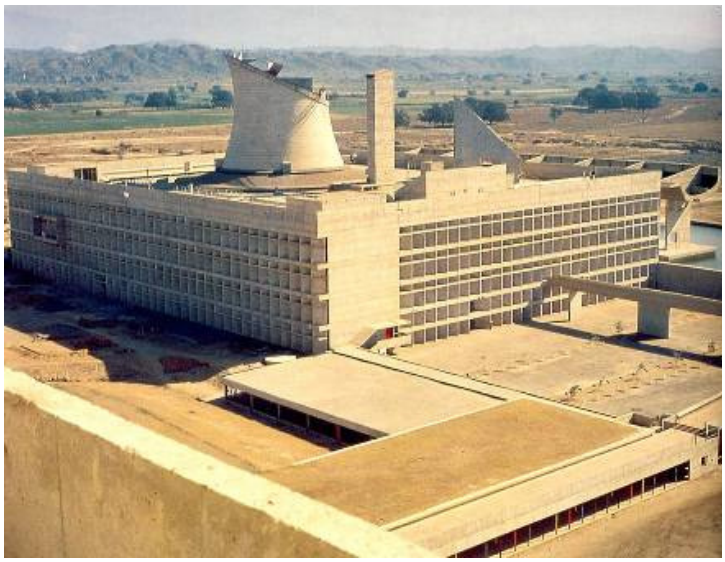
A Carta de Atenas representou um importante veículo de divulgação e promoção do chamado urbanismo funcionalista, tornando-se uma referência para toda uma geração de urbanistas modernos.[140] Continha fundamentos que reafirmavam conceitos já idealizados nas propostas urbanas desenvolvidas anteriormente por Le Corbusier e propunha objetivos que deveriam ser alcançados na constituição da cidade funcional: "a obrigatoriedade do planejamento regional e intra-urbano; a submissão da propriedade privada do solo aos interesses coletivos; a industrialização dos componentes e a padronização das construções; a limitação do tamanho e da densidade das cidades; a edificação concentrada, porém adequadamente relacionada, com amplas áreas de vegetação. Supunha ainda o uso intensivo da técnica moderna na organização das cidades, do zoneamento funcional, da separação dos fluxos de circulação, da eliminação da rua-corredor".[141]

---

[139] Posteriormente, seria incorporada a função de *centro público* como local estratégico das atividades administrativas e cívicas. Ver zoneamento de Chandigard e Brasília. Segundo RAGON (1986b:244) a Carta incorporava não apenas os conceitos desenvolvidos pelo urbanismo moderno, mas as contribuições originadas a partir do séc. XIX pelos socialistas utópicos Cerda, Morris, Tony Garnier, Henard Howard, as experiências da Bauhaus e de Gropius, entre outros.

[140] BRUAND. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981. A Carta de Atenas foi responsável pela divulgação de uma prática urbana adotada em âmbito internacional. No Brasil, a adesão a esses princípios ocorreu de forma mais evidente no concurso realizado para a construção da Nova Capital nacional. Analisando as propostas desse concurso, verifica-se a existência de uma base funcionalista em quase todos os projetos. A proposta de Lúcio Costa, embora tenha contribuições particulares, representou "a mais completa aplicação dos princípios contidos na Carta de Atenas" (BRUAND, 1981:361). Arquitetos como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Warchavchik, Attilio Correia Lima e tantos outros foram representantes do movimento moderno brasileiro.

[141] Le CORBUSIER, *La Charte d'Athènes*. Paris: Plon, 1943. Tradução. *A carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1989:12. Alguns princípios da Carta de Atenas tornaram-se bastante difundidos, como a setorização funcional; a separação de pedestres e veículos; a prioridade dos problemas de tráfego; as unidades habitacionais verticais como modelo residencial; a ampliação de áreas verdes. Vale a ressalva de que certos princípios, proclamados na Carta como inovadores, já estavam sendo utilizados em outros países: como a noção de *zoonning*, de planejamento regional e o conceito de arranha-céus e grandes conjuntos habitacionais presentes no urbanismo americano. A partir da década de 60, tais princípios começaram a ser fortemente questionados pela nova geração de arquitetos. A primeira crítica a esse modelo de cidade ocorreu com a divergência estabelecida entre a nova geração de arquitetos e urbanistas e a geração do pré-guerra, acarretando uma ruptura no consenso em torno do urbanismo funcionalista.



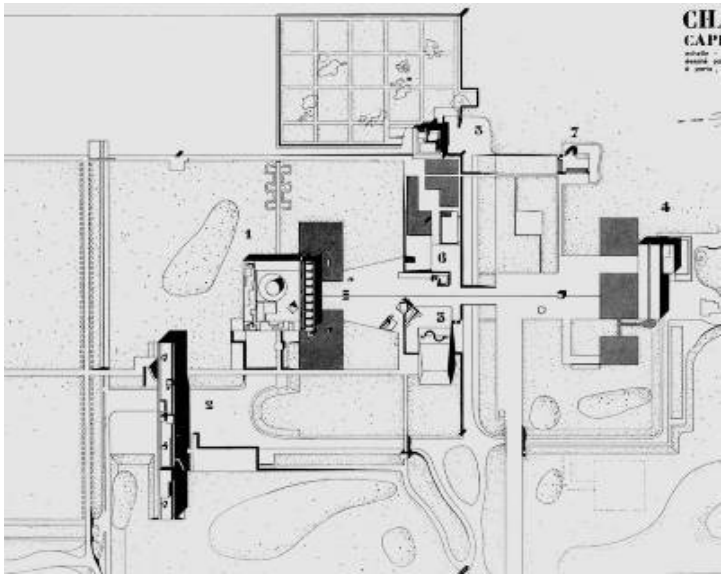


FIG. 253 e 254 – CENTRO CÍVICO – CAPITÓLIO DA CIDADE DE CHANDIGARD

FONTE: Le Corbusier 1910-1965 (BOESIGER e GIRSBERGER, 1999)

Essa ruptura evidenciou uma nova postura de recusa da abstração presente na “cidade funcional”, de valorização do ambiente físico e das identidades históricas do indivíduo. Tema como o *Coração da cidade* buscou recuperar a importância das cidades tradicionais e de seus espaços simbólicos. A destruição e a reconstrução das cidades, a perda das referências históricas dos centros urbanos atingidos pela segunda guerra e a crise do progresso tecnológico foram fatores que também contribuíram para o fortalecimento dessa crítica.

CONSIDERAÇÕES

Na configuração da cidade moderna, vista como o espaço do "*espetáculo*", reafirma-se um modelo de praça cuja principal característica representa a monumentalidade espacial associada ao vazio. Esse modelo de praça comparece, sobretudo, em áreas constituídas de centros cívicos, comerciais ou administrativos. São espaços defendidos pelo urbanismo funcionalista. Estruturam-se como cenários de edificações e monumentos e, portanto, não têm a intenção de objetivar sua apropriação como espaço de uso coletivo, no sentido tradicional do termo. Sua principal função é de articular o conjunto das edificações e, como espaço vazio, serve como local de passagem, proporcionando o livre deslocamento para os edifícios. São espaços que funcionam como suporte para arquitetura, desempenhando um importante papel simbólico, no sentido de valorizar o conjunto urbano.

Essas praças não foram idealizadas como espaços irrigados e, portanto, sem as condições necessárias para serem alimentadas, não são capazes de funcionar como espaços de socialibilidade. Constituem espaços secos e vazios, utilizados e apropriados apenas quando se desenvolvem atividades programadas. Exemplos desse tipo de configuração urbana aparecem no projeto do centro cívico da cidade de Chandigard, de Le Corbusier (o Capitólio, 1952-1963) e no projeto da Praça dos Três Poderes, em Brasília (1956) de Lúcio Costa. (FIG. 276 e 277)

Em contrapartida, o conceito de espaço livre presente na cidade moderna substitui o espaço da praça, propondo a adoção de áreas ajardinadas, como parques e jardins, para absorver as funções sociais de lazer e encontro. Esses espaços livres passam a constituir o lugar de uso coletivo. Ou seja, o parque, bem como as áreas verdes distribuídas no espaço urbano, desempenham a função de lazer.[142] Nesse sentido, as áreas livres exercem a dimensão de espaço social, mas não são capazes de recuperar o sentido político existente nas praças tradicionais.[143]

---

[142] Esses espaços livres são também locais propícios à instalação de equipamentos esportivos, como quadras, brinquedos, entre outros. A superquadra de Brasília corresponde notadamente a esse conceito de espaço livre ajardinado. Parquinhos e equipamentos de lazer localizam-se entre os blocos.

[143] Ao declínio da praça, como espaço de representação pública, corresponderia o que SENNET (1988:32) denomina de enfraquecimento da *res pública* e de recolhimento do citadino para os lugares fechados, em busca de um ambiente mais seguro e tranqüilo. De um lado, a praça perde vitalidade ao esvaziar sua função política e, por outro, apresenta uma ruptura radical de sua morfologia, em função da nova escala urbana.

PARTE III

AS PRAÇAS DE BRASÍLIA

A configuração de uma nova ordem urbana ocorrida no séc. XX, sobretudo na Europa, consolidou um conjunto de princípios e proposições representados no chamado "urbanismo moderno"[1]. Ainda que muitas das propostas tenham restado no papel, as idéias e práticas urbanas tiveram repercussão internacional, influenciando notadamente o desenho das cidades. A "cidade funcional" foi o principal modelo urbano difundido, sobretudo pelas viagens empreendidas por Le Corbusier[2] à América do Sul e pelos ideais defendidos nos encontros internacionais de arquitetura e urbanismo moderno, os CIAMs.[3]

Esse modelo consolidou uma nova ordem urbana caracterizada pela ruptura dos espaços tradicionais. A rua, concebida anteriormente como local de sociabilidade, perde seu *status* para transformar-se em uma ferramenta da circulação e em meio de deslocamento. Idealizada sob a lógica racional, a rua representa a peça fundamental do espaço setorizado. O espaço público, resultado do parcelamento urbano, passa a constituir-se como um grande vazio, alterando sua relação de escala. A cidade, conceitualmente, assume a forma de um grande parque urbano, ordenado segundo as necessidades de trabalho, habitação, lazer e circulação.

No Brasil, a adoção dos princípios modernistas ocorreu concomitantemente ao processo de "desconstrução da cidade colonial"[4], sobretudo em fins do séc. XIX e início do séc. XX. A divulgação desses princípios teve um grande impulso com o intercâmbio de profissionais brasileiros e estrangeiros.[5]

---

1 GOMES, Marco Aurélio A. de F. *Cultura urbanística e contribuição modernista. Brasil, anos 1930-1960*. in GOMES, M. A. A. de F (org.). Urbanismo Modernista. Brasil, 1930-1960. Edição Especial. Cadernos PPG-AU/FAUFBA/ Ano 3,. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2005. Segundo GOMES (2005:11) "a expressão 'urbanismo moderno' refere-se a uma gama variada de visões e de propostas relativas à solução dos problemas da cidade do presente e à idealização daquela do futuro", originadas durante o séc. XX. Modernista é a expressão utilizada como referência às propostas e teorias arquitetônicas que se desenvolveram no Brasil nesse período.

2 As viagens de Le Corbusier ao Brasil ocorreram em 1929 e 1936. Em sua primeira viagem, Le Corbusier conhece São Paulo e Rio de Janeiro, realiza conferências e elabora idéias para a cidade do Rio, para a qual propõe o modelo dos "edifícios lineares com auto-estradas". Em 1936, Le Corbusier realiza contribuições em dois projetos extremamente importantes: a Cidade Universitária e a nova sede do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro. Ambos os projetos não se concretizam, porém permitem a divulgação das suas idéias e conceitos urbanísticos (Le CORBUSIER, 2004).

3 Como afirma CAVALCANTI (2006:42), a propósito das influências do movimento europeu no Brasil, "o modernismo na arquitetura brasileira foi, sobretudo, uma reinterpretação das idéias de Le Corbusier e, em menor medida, daquelas de Walter Gropius".

4 GOMES, 2005:12.

5 Como exemplo, destaca-se o caso de Attilio Correia Lima e Paulo Antunes Ribeiro, que realizaram formação no exterior, bem como o caso de profissionais que por aqui estiveram: Grandjean de Montigny, Joseph Antoine Bouvard, Alfred Agache, Barry Parker e o já citado Le Corbusier (LEME, 1999).

Nas palavras de REZENDE (2005:33):

> A transferência dos princípios modernistas se deve, em grande parte, às visitas de Le Corbusier ao Rio de Janeiro, o qual se torna o principal veículo de tradução dos ideais do CIAM junto aos urbanistas locais, fato que explica a pequena influência de outras correntes ou outros arquitetos.

Entretanto, a consolidação do urbanismo moderno brasileiro teve seu ápice com a realização do concurso nacional para o Plano Piloto de Brasília. Foi também com a realização do concurso que o elemento urbano *praça* pôde se fazer representar em toda a sua modernidade, esboçando padrões e configurações inéditas.[6]

De que maneira configurou-se o espaço da praça moderna nas cidades brasileiras? Que papel ela desempenhou e qual a sua importância como elemento urbano? Admitindo que a partir da década de 1930, os princípios da urbanística moderna tiveram um papel fundamental nas concepções e intervenções urbanas no Brasil, este capítulo propõe-se a analisar a configuração de praça que se estabeleceu com o movimento modernista, destacando, sobretudo, o projeto do Plano Piloto de Brasília idealizado por Lúcio Costa em 1957. Contudo, para se pesquisar a praça na modernidade é essencial mapear os princípios do urbanismo moderno que se estabeleceram no Brasil e como se desenvolveu o pensamento de uma nova ordem urbana.

OS PRINCÍPIOS DO URBANISMO MODERNISTA

Na história do urbanismo brasileiro, a primeira metade do séc. XX constituiu um período de intensa mudança nas principais cidades, marcado pela dinâmica do processo de metropolização. Simultaneamente ao desenvolvimento de planos urbanísticos, consolida-se um campo teórico de discussão e propagação de idéias. Em princípio, engenheiros e sanitaristas predominam como atores principais. Gradualmente, arquitetos e urbanistas vão se impondo como gestores e idealizadores de projetos, participando cada vez mais da política urbana nacional.[7]

---

[6] Os projetos apresentados no concurso de Brasília esboçaram a preferência, quase unânime, pela nova ordem urbana.

[7] Como exemplos destacam-se os planos urbanos realizados na década de 1930: o *Plano de Avenidas* para São Paulo, de Prestes Maia; o *Plano Diretor do Município de Porto Alegre*, de Gladosh; o *Plano de Remodelação e Extensão*, de Nestor Figueiredo, o *Plano de Attílio Correa Lima*, bem como o *Plano de Reforma*, de Ulhôa Cintra, ambos na cidade do Recife (LEME, 1999). Esse período político corresponde à Era Vargas, momento de consolidação do chamado Estado Novo. Como afirma MICELI (apud M. CARPINTÉRO, 1997:81) "a política

Em relação à divulgação e propagação do urbanismo modernista, a cidade do Rio de Janeiro, então capital nacional, foi um importante núcleo de debates, sobretudo por possuir uma concentração da elite intelectual. Na década de 1930, registram-se importantes manifestações no âmbito da divulgação dos princípios modernistas, com o debate desenvolvido em Congressos e Encontros disciplinares.[8] Destaca-se o *1º Congresso Brasileiro de Urbanismo,* realizado na década seguinte. Momento histórico, esse encontro contou com a participação daqueles que se tornariam os principais arquitetos modernistas no Brasil.[9] Toda essa efervescência em torno do movimento moderno iria culminar em uma série de propostas concretas presentes em iniciativas urbanas.

A capital, Rio de Janeiro, seria palco de inúmeras propostas que gradativamente demonstrariam a transferência e a adoção de princípios urbanísticos defendidos pelo movimento moderno. Em seu estudo sobre o urbanismo modernista, REZENDE (2005:43) atesta a presença de duas linhas de pensamento[10]:

> A primeira tem início nos planos de melhoramentos do Prefeito Pereira Passos, no início do século, manifesta-se no plano de remodelação e embelezamento de Agache[11], em 1930, e tem continuidade no conjunto de obras da Comissão do Plano da Cidade em 1938, na administração de H. Dodsworth. A segunda tem origem no movimento modernista e é divulgada pelos congressos do CIAM e por Le Corbusier. [...]
> O modernismo promete a solução dos problemas a partir da criação de uma nova cidade – para uma nova sociedade –, negando-se a existente ou reconstruindo-se sobre o seu tecido, enquanto a primeira linha propõe a sua remodelação, preparando-a para o futuro. É dentro desta vertente modernista

---

desenvolvida por Vargas abriu espaço para a colocação de intelectuais, oficializando a cultura e o saber como instrumento necessário na constituição e poder do Estado". Essa oportunidade afetou diretamente o campo da arquitetura, possibilitando a atuação dos modernistas.

8 Em 1920, ocorre o *1º Congresso Pan-Americano de Arquitetos,* em Montevidéu; em 1922 realiza-se o *Congresso Internacional de Engenharia;* em 1930, o Rio de Janeiro sedia o *4º Congresso Pan-Americano de Arquitetos;* já em 1931 ocorre o *I Congresso da Habitação* (op. cit., 2005:15-16).

9 Estiveram presentes Carmem Portinho, Attílio Correa Lima, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer, José Estelita, Nestor de Figueiredo e Lincoln Continentino. A partir de então, a tendência à realização de Congressos e Encontros especializados tornou-se cada vez mais intensa, multiplicando-se pelo país (GOMES, 2005:18).

10 REZENDE, Vera F. *Da Sedução à oficialização*. In Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Edição especial Urbanismo Modernista Brasil, 1930-1960. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2005. Nesse estudo REZENDE (2005:31) analisa o processo de irradiação e consolidação do urbanismo modernista na cidade do Rio de Janeiro, destacando as principais propostas, projetos e textos teóricos produzidos a partir de 1930.

11 Por volta da década de 30, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Antonio Prado Júnior encomenda um plano de intervenção ao arquiteto francês Alfred Agache. Agache então propõe o "Plano de Remodelação de uma Capital" cujos objetivos eram a extensão, remodelação e embelezamento da cidade.

> que cresce e se consolida a contribuição dos arquitetos, em especial, Affonso Eduardo Reidy e Lúcio Costa. grifos meus[12]

As propostas urbanas de cunho modernista manifestam-se no Rio de Janeiro durante a administração de Henrique Dodsworth (1937-1945). Nesse período, ocorre uma série de projetos visando à remodelação da cidade, sob o nome de "Plano de Extensão e Transformação da Cidade". Observando as propostas que compõem o "Plano da Cidade",[13] verifica-se uma tendência gradativa à aplicação dos princípios modernistas no intuito de transformar a espacialidade urbana existente. Esses princípios, incorporados de forma parcial ou total, vão progressivamente predominando nas propostas urbanísticas.

As reformas viárias idealizadas nessa administração foram, sem dúvida, as grandes promotoras da transformação do espaço urbano. Destacam-se os projetos para a área do aterro do bairro da Glória e do Flamengo e o projeto da Esplanada do Castelo, de 1938, onde já se observam novos modelos residenciais, como as "edificações em *redent"*, o uso de "pilotis", bem como transformações na escala dos espaços livres.[14] Essas propostas correspondem às primeiras manifestações do urbanismo modernista, demonstrando a sintonia com a teoria da cidade funcionalista (REZENDE, 2005:36).

De que maneira estabeleceu-se essa transformação do espaço urbano? No conjunto de propostas analisadas por REZENDE (2005), destaca-se a mudança significativa na relação espaço livre *versus* parcelamento tradicional, baseada na recusa da configuração do lote tradicional em favor da idéia de espaço contínuo ocupado por edificações laminares.[15] As imagens ao lado mostram idealizações dessa nova configuração: ruas em níveis, edificações

---

[12] O movimento modernista no Brasil manifesta-se notadamente entre as décadas de 1930-45. É nesse período que se observa certa renovação na estrutura urbana das principais cidades, sobretudo no eixo Rio–São Paulo, com a adoção de princípios divulgados na cidade funcional.

[13] A comissão era formada por engenheiros e arquitetos, em sua maioria, profissionais "dos quadros da prefeitura e dos serviços técnicos do Plano da Cidade". A lista a seguir refere-se aos participantes dessa Comissão: José de Oliveira Reis, Nelson Muniz Nevares, Hermínio de Andrade e Silva, Armando Stamile, Edwaldo Vasconcelos, Aldo Botelho, Hélio Mamede, Domingos de Paula Aguiar, João Moysés, Hélio Alves de Brito, Affonso Eduardo Reidy, Hermínio de Andrade e Silva e Tobias Visconti (LEME, 1999:367)

[14] Destacam-se alguns textos cujo tema dos espaços livres aparece como foco principal. Como exemplo podemos citar o engenheiro-arquiteto Hermínio de Andrade e Silva (1908-1981) autor de dois artigos: "*O espaço livre e a vegetação urbana*". REVISTA MUNICIPAL de ENGENHARIA. Rio de Janeiro: v. VII, n. 1, p. 19, jan. 1940; e "*Redivisão de quadras, condomínios e espaços livres"*. REVISTA MUNICIPAL de ENGENHARIA. Rio de Janeiro, v. IX, n. 1, 12-20, jan. 1942. Esta última escrita em parceria com Rosário Fusco.

[15] Observar a semelhança das propostas com os projetos de bairros residenciais de Walter Gropius, realizados na década de 1930.

contínuas, valorização de áreas verdes e continuidade do espaço urbano correspondem a alguns dos princípios aplicados. (FIG. 255)

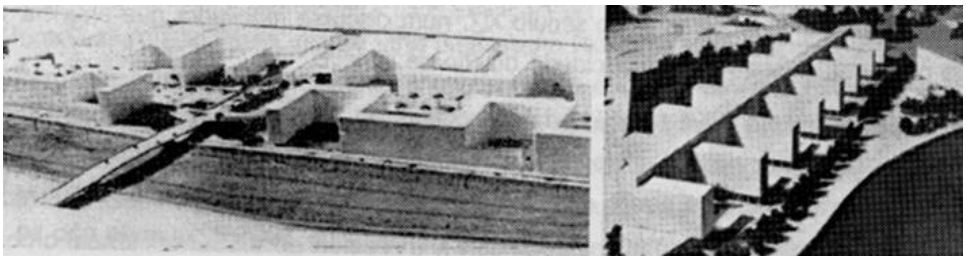
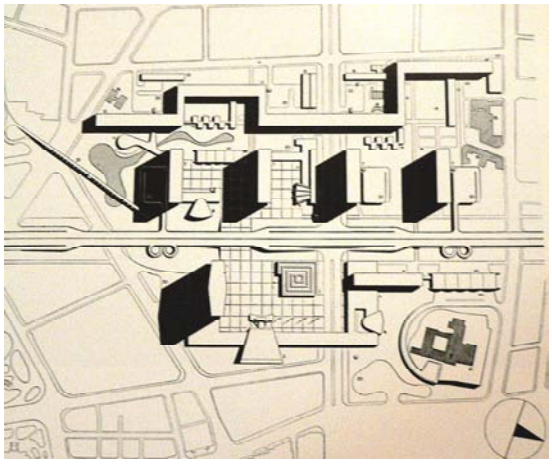


FIG. 255 – PROJETOS DE URBANIZAÇÃO - COMISSÃO DO "PLANO DA CIDADE", R. J., 1938
FONTE: Urbanismo modernista (GOMES, 2005)



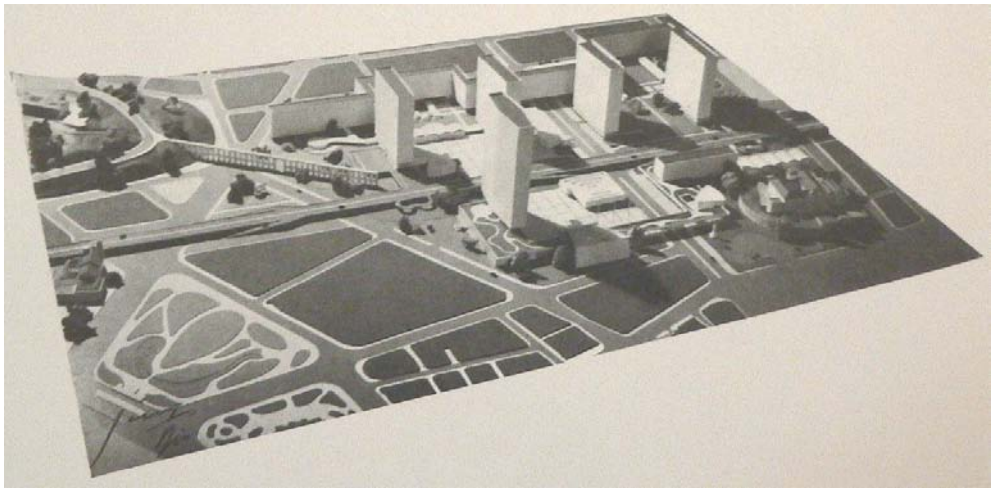


FIG. 256 e 257 – PLANO DE REMODELAÇÃO DO MORRO DE SANTO ANTÔNIO, REIDY E ANDRADE E SILVA, 1948
FONTE: O urbanismo modernista: Brasil,1930-1960 (GOMES, 2005).

Esses mesmos princípios aparecem nos inúmeros projetos idealizados pela comissão do "Plano da Cidade" para o desmonte do Morro de Santo Antônio. REZENDE (2005:41) destaca o projeto idealizado por Affonso Reidy e Andrade e Silva. O plano reflete notadamente a utilização dos principais parâmetros da cidade funcional: vias arteriais, circulação em níveis distintos, edificações em *rédents*, áreas livres, valorização de elementos como "o sol, o ar e a vegetação". A setorização aparece como base da ordenação espacial.[16] (FIG. 256 e 257)

Na proposta, a ausência do parcelamento tradicional privilegiava a liberação do espaço público, valorizando a configuração de grandes superfícies. Áreas ajardinadas substituíam o modelo da praça tradicional. A via arterial em níveis apresentava-se desconectada do espaço urbano, permitindo a continuidade do solo – idéia proposta por Le Corbusier, que defendia a liberação de 100% da superfície do solo para os pedestres, sobretudo em áreas residenciais.[17]

Outra referência urbanística consiste no projeto da "Cidade dos Motores", em Xerém, distrito do município de Duque de Caxias (RJ). Nas décadas de 1940 e 50, o brigadeiro Antônio Guedes Muniz idealizou um projeto para instalar uma vila operária voltada aos funcionários da Fabrica Nacional de Motores. Nos moldes das cidades industriais americanas, o projeto consistia na implantação de uma vila auto-suficiente, com área residencial para os trabalhadores, organizada em *unidades de vizinhança* – habitação, escola, comércio e um estádio esportivo.[18]

---

[16] Na análise de REZENDE (2005:41) o projeto que foi implantado, na década de 60, apresentou alterações significativas, como por exemplo a "ausência da função residencial", edificações verticais fora do padrão e perda da unidade arquitetônica

[17] Esses princípios aparecem descritos na proposta de Le Corbusier para a *Ville Radieuse*, de 1935. Nesse projeto o arquiteto descreve seu conceito de cidade: "*A cidade tornou-se uma cidade verde. Edifícios usados pelas crianças estão situados em* ***parques****. Adolescentes e adultos podem praticar esportes ao ar livre apenas saindo de suas casas.* ***Carros circulam em algum outro lugar*** *– onde são úteis para alguma coisa*" (Le CORBUSIER, 1999:334). grifos meus

[18] CAVALCANTI, L. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura, (1930-60).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. O responsável pelo planejamento e a execução do projeto, brigadeiro Antonio Guedes Muniz, deveria instalar três unidades industriais em uma área de cerca de 6 mil hectares: a Fábrica Nacional de Motores, a Fábrica Nacional de Tratores, e a Fábrica Nacional de Aviões de Transporte. Acreditava-se que o conjunto das fábricas abrigaria um contingente máximo de 5 mil operários, necessitando de uma cidade de 25 mil habitantes. O princípio da vila operária fundamentava-se em um modelo de "auto-suficiência em termos de habitação, educação, lazer e alimentação", bem como das necessidades da vida citadina (CAVALCANTI, 2006:135). O plano, porém, não saiu do papel.

Em parceria com os arquitetos Paul Lester Wiener e José Luis Sert[19], Attilio Corrêa Lima torna-se o responsável pela elaboração do plano. Comentando sobre o projeto, CAVALCANTI (2006:136) destaca que a estrutura incorporava os "cânones urbanísticos dos CIAMs: moradia, trabalho, diversão e transporte", buscando um aspecto monumental, a partir "do uso de grandes espaços vazios" intercalado a áreas verdes. Parâmetros como setorização, sistema de circulação racional, adoção de eixos viários e habitação popular coletiva fundamentam o desenho urbano. (FIG. 258) No depoimento de Guedes Muniz, vemos a defesa desses conceitos:

> Consultamos, porém, Attílio Correia Lima. O brilhante urbanista estudava Arquitetura em Paris, onde eu me esforçava na Engenharia Aeronáutica. Nas vésperas de morrer tão tragicamente, ele nos deu seu parecer – era a condenação da casa individual, especialmente para o caso particular da Cidade dos Motores; era a crítica do quintal pequenino do operário, jamais plantado, tratado ou cultivado, e sempre motivo para entulhos e trastes velhos acumulados. Um jovem arquiteto da Fábrica de Motores ofereceu-me o livro de Le Corbusier, La ville radieuse, insistindo para que o lêssemos. Atílio Correia Lima e Le Corbusier convenceram-me totalmente. Na mesma área de terreno onde poderíamos abrigar 5 mil pessoas, em casas individuais, modestas, era possível alojar 20 a 25 mil em apartamentos modernos e confortáveis. Em lugar do quintalzinho sujo e pequenino, os operários poderiam ter à disposição grandes parques com piscinas, jardins, campos de esporte e recreio.

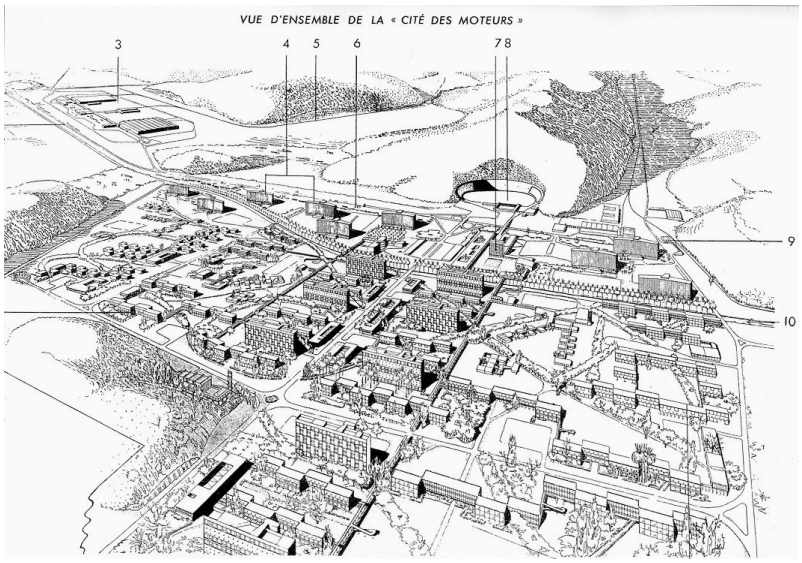


FIG. 258 – PLANO URBANO DA CIDADE DOS MOTORES – PAUL WIENER E LUIS SERT

FONTE: Moderno e Brasileiro (CAVALCANTI, 2006).

[19] Jose Luis Sert desempenhou um papel importante na divulgação dos princípios modernistas: trabalhou com Le Corbusier, foi presidente do CIAM de 1947-56 e foi diretor da Faculdade de Arquitetura e Design da Universidade de Harvard, 1953-69 (CAVALCANTI, 2006:135).

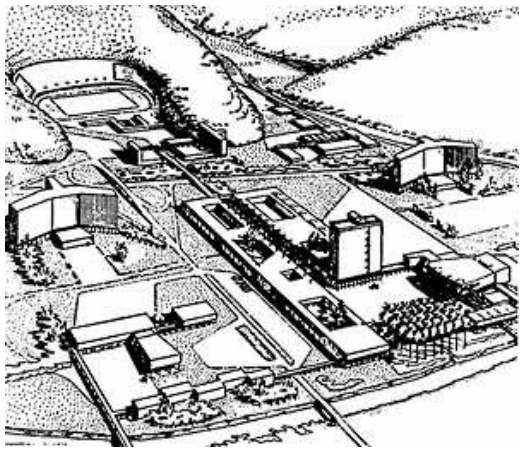


FIG. 259 – CIDADE DOS MOTORES – CENTRO CÍVICO
O centro cívico, no destaque abaixo, esboça notadamente a configuração dos grandes espaços livres: edifícios monumentais desconectados
FONTE: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq019/arq019_03.asp – ago/2007

O conceito de espaço urbano modernista vai progressivamente instaurando-se sobre as cidades brasileiras, primeiro em teorias e propostas e depois em projetos urbanísticos, tendo seu ápice com o Plano Piloto de Brasília, como ressalta REZENDE (2005:43):

> As manifestações concretas do urbanismo modernista em nossa cidade se fazem sentir de forma gradual a partir da década de 40, demonstrando que as idéias contidas nos textos produzidos na década de 30 precisam ser assimiladas antes de sua execução. Nesse processo, a execução do projeto do arquiteto Lúcio Costa para Brasília e sua inauguração em 1960 funcionam como marco e inspiração.

Analisando o desenvolvimento da tendência modernista na cidade de São Paulo, LEME e CUNIOCI (2005:85) afirmam que o tema aparece como um questionamento na "relação entre o espaço edificado e o espaço livre". Essa questão comparece principalmente nas propostas de novos espaços urbanos, tendo como base "as idéias veiculadas pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna". Ambos atribuem um papel fundamental ao arquiteto Le Corbusier no que se refere à divulgação desses novos princípios.

Enquanto no Rio de Janeiro os planos caracterizaram-se pela urbanização e remodelação de áreas adjacentes, em São Paulo o enfoque centralizou-se nas propostas de reestruturação da área central. Na década de 30, o engenheiro Prestes Maia desenvolveu o *Plano de Avenidas* para a cidade de São Paulo, destacando os problemas existentes com o crescimento urbano: congestionamentos, habitações insalubres, problemas sanitários, entre outros.

O trabalho desenvolvido por M. CARPINTÉRO (1997:85) destaca a confluência de idéias existente entre o projeto de Prestes Maia e as orientações elaboradas posteriormente por Le Corbusier, na Carta de Atenas:[20]

> [...] a abrangência do plano, o caráter técnico e a funcionalidade representam os aspectos metodológicos presentes no Plano de Avenidas e na orientação da Carta de Atenas.
> O Plano de Avenidas aproxima-se ainda das recomendações do "Ciam", quando pensa a cidade sob o aspecto funcional, dividindo-a em quatro funções: habitação, recreação, trabalho e circulação.

M. CARPINTÉRO (1997:90) identifica nesse projeto certas diretrizes do urbanismo moderno como, por exemplo, a proposta de organização espacial baseada no zoneamento – instrumento a ser utilizado como uma "nova estratégia de controle sobre a cidade".[21] A importância conceitual do Plano de Avenidas corresponde a mudança no entendimento da organização espacial e no papel do planejamento urbano.

Em 1940, ocorre o concurso para a construção do Paço Municipal. Nas propostas apresentadas, nota-se a introdução de referências modernistas, sobretudo no âmbito arquitetônico. Duas propostas refletem a sintonia com a nova estética: os projetos de Flávio de Carvalho e de Gregori Warchavchik, em colaboração com Vilanova Artigas.[22].

Analisando as propostas do concurso, LEME e CUNIOCI (2005:87) afirmam que ambos os projetos valorizavam a idéia de uma nova configuração espacial para o centro. No caso do projeto de Warchavchik, o diferencial correspondia à estrutura arquitetônica do conjunto cívico. O projeto propunha a criação de "um amplo espaço de forma retangular", articulado ao espaço da Praça da Sé. Esse espaço formava uma grande praça, denominada Praça Cívica, e, segundo o arquiteto, tinha como finalidade abrigar eventos e manifestações diversas. A composição do conjunto arquitetônico, formado pelo novo edifício do Paço, a Catedral e o

---

[20] CARPINTÉRO, Marisa V. T. *A Construção de um sonho*: os engenheiros arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1997.

[21] É preciso destacar que, apesar da correspondência metodológica, a paisagem elaborada por Prestes Maia ainda fundamenta-se na cidade dos *boulevards* e das grandes avenidas, recheadas de edificações de estilo eclético.

[22] Ambos pertenceram ao grupo defensor da arquitetura moderna: Gregori Warchavchik, arquiteto de origem russa, autor do *Manifesto da arquitetura funciona*", escrito em 1925, e autor de *Uma residência moderna* – "sua primeira casa futurista", de 1927; Flávio Resende de Carvalho foi autor de vários projetos modernos. GUIMARÃES, C. *Arquitetura: Um relato histórico no Brasil.* www.crea-mt.org.br/palavra_profissional – mar. 2007.

Palácio da Justiça, propiciava certa monumentalidade, instituindo uma nova escala no contexto urbano.[23] (FIG. 260)

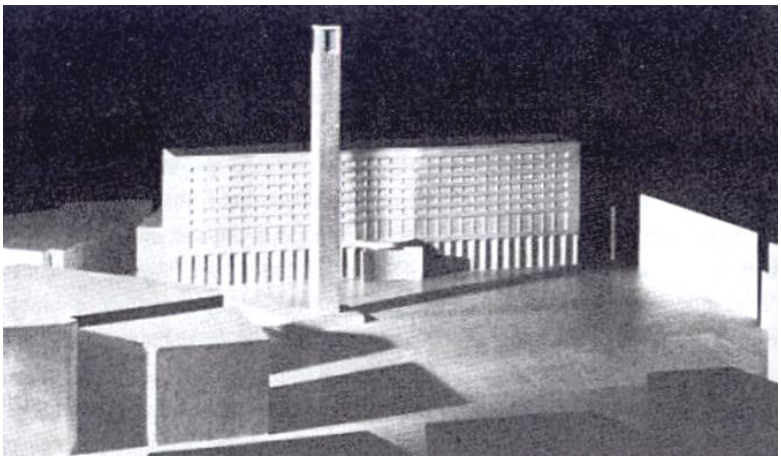


FIG. 260 – PROJETO DO PAÇO MUNICIPAL, WARCHAVCHIK E VILANOVA ARTIGAS, 1940
FONTE: O urbanismo modernista, Brasil,1930-1960 (GOMES, 2005).

A proposta de uma nova relação entre espaço livre–edificação parece ser o fio condutor das intervenções e projetos modernistas que se desenvolveram ao longo das décadas de 30, 40 e 50. Modificando a estrutura das cidades, os projetos vão gradativamente abandonando o parcelamento tradicional e impondo o modelo *corbusiano:* edificações isoladas em grandes espaços. Seja em propostas viárias, em projetos de remodelação urbana, na criação de bairros, ou mesmo na implantação dos programas de cidades universitárias, o conceito de solo livre exerce sua hegemonia.[24]

---

[23] Ver: LEME e CUNIOCI. *Arquitetura e cidade na obra de Vilanova Artigas*, PPG-AU/FAUFBA, 2005:87. GOMES, Marco A. (org.) in Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Edição especial Urbanismo modernista Brasil, 1930-1960. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2005. O conceito de conjunto cívico aparece em projetos elaborados anteriormente, desde 1911 (Victor da S. Freire e Eugênio Guilhem, Samuel das Neves e Antoine Bouvard). O caráter de inovação aqui destacado corresponde à estética arquitetônica do conjunto.

[24] O desenvolvimento das cidades universitárias representou um campo fértil na propagação dos novos princípios urbanísticos. No Rio de Janeiro, a criação da Cidade Universitária contou com propostas de arquitetos como Piacentini, Le Corbusier, Lúcio Costa, Reidy e Jorge Moreira, entre outros. No contexto das propostas urbanas idealizadas a partir da década de 30, LEME (1999:418-423) destaca cinco planos de filiação modernista: os estudos de Le Corbusier para a Cidade do Rio de Janeiro (1929 e 1936); o plano do bairro Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte, de Oscar Niemeyer (1942); o projeto do Parque Guinle no Rio de Janeiro, de Lúcio Costa (1946); os projetos do bairro residencial Praia de Belas em Porto Alegre (1951) e o projeto do bairro Cidade-Jardim Eldorado, em Contagem – distrito industrial de Belo Horizonte –, de autoria de Sergio Bernardes (1954).

Acompanhando essas transformações, desenvolve-se uma nova estrutura de praça. Segundo ROBBA e MACEDO (2002:279), duas tendências direcionam a concepção morfológica da praça modernista: a primeira aparece, sobretudo, em espaços urbanos tradicionais e configura-se na proposta de reformulação da escala do espaço livre. São intervenções em praças ou lugares históricos com o intuito de se adequar o espaço ao livre deslocamento. Como exemplo, pode-se observar a Praça Mauá, no Rio de Janeiro ou a Praça da Sé, em São Paulo, cuja principal atividade está relacionada à circulação de pedestres.[25]

A segunda tendência fundamenta-se na elaboração de novos espaços ajardinados, caracterizando-se pela ruptura com a rigidez paisagística da escola francesa e uma maior espontaneidade no desenho da praça. Destaca-se nesse período a figura de Burle Marx[26], grande responsável pela criação de uma linguagem estética paisagística aplicada aos espaços de praças, bem como à decoração de espaços urbanos em geral. Com sua formação de artista plástico, Burle Marx introduziu uma vertente paisagística baseada na composição orgânica do desenho espacial, na valorização do verde e da flora brasileira. Burle Marx adotou um desenho modernista, elaborando os espaços exteriores como verdadeiras obras de arte: era um paisagista que trabalhava o espaço como uma tela, sendo as plantas suas tintas.[27] (FIG. 261)

Essa tendência expressa os "primeiros sinais de mudança" no uso do espaço urbano. Surgem os parques públicos, áreas de grandes superfícies, voltadas exclusivamente ao "lazer ativo" e cultural, com a introdução de novos equipamentos. O Parque Ibirapuera (1953) e o Parque do Flamengo (1961) são exemplos típicos dessas estruturas voltadas para o lazer moderno:

---

[25] Para uma maior análise sobre a transformação funcional das praças, ver ROBBA e MACEDO (2002:152).

[26] Em sintonia com o movimento de valorização das raízes brasileiras, concretizado na Semana de Arte Moderna de 22, Burle Marx (1909-1994) aparece como o grande nome do paisagismo brasileiro. Artista completo, foi pintor, desenhista, ceramista, escultor e pesquisador. Sua participação no movimento moderno foi de extrema importância, pois esboçava em seus jardins uma verdadeira sintonia com a arquitetura e o urbanismo. Em 1932, realizou seu primeiro projeto paisagístico para Lúcio Costa e Gregori Warchavchik. Foi um dos responsáveis pela ruptura com a linguagem do paisagismo eclético, inaugurando o paisagismo modernista (ROBBA e MACEDO, 2002:110).

[27] Clarival Valladares, citado em entrevista com José Tabacow. FONTE: www.vitruvius.com.br – abr. 2007. Essa preocupação e cuidado estético dedicado aos espaços exteriores dos edifícios, bem como aos espaços de praças, foi o prenúncio do tratamento espacial concebido por ele para os espaços livres de Brasília.

> Parques e praças passaram a englobar, em seus programas, o lazer ativo – principalmente as atividades esportivas e a recreação infantil [...]. Surgem, então, nos jardins particulares e posteriormente nas áreas públicas, equipamentos como quadras para a prática esportiva, brinquedos para recreação das crianças e churrasqueiras (ROBBA e MACEDO, 2002:35).



FIG. 261 – CENTRO CÍVICO DE SANTO ANDRE - TRATAMENTO PAISAGISMO BURLE MARX
FONTE: www.vitruvius.com.br (Foto Nelson Kon)

De certa forma, a criação dos grandes parques urbanos introduz um leque de novas possibilidades de lazer e de encontro social, concorrendo diretamente com o papel da praça tradicional.

Na construção da cidade moderna, idealizada sob o ideário da setorização e do zoneamento, o papel da praça também passa por uma revisão estética e funcional. Nas áreas residenciais, o modelo da praça tradicional do bairro é substituído pelo conceito de espaço livre, com as edificações localizadas em grandes superfícies ajardinadas, pontuadas por ilhas de equipamentos esportivos e recreação. Nas áreas comerciais, a praça reveste-se de espaço vazio, cuja prioridade enfoca a circulação de pedestres e o lazer passivo. São espaços cuja freqüência e utilização vinculam-se à rotina diária do trabalho e de serviços. Essa característica acarreta o isolamento da área nos fins de semana e em períodos noturnos (o fenômeno ocorre na maioria das praças situadas em centros urbanos, onde não existem atividades mistas). Em

relação à morfologia espacial, podem formar grandes superfícies, como o Largo da Carioca, no Rio de Janeiro.[28]

Outra importante transformação que afetou diretamente o papel da praça tradicional foi o desenvolvimento dos centros cívicos: locais voltados exclusivamente ao abrigo de edificações institucionais ou centros administrativos. Nesses centros, observa-se que a escala, dimensão e apropriação da praça, sofrem sua maior transformação. Isolados, muitas vezes, das áreas de maior densidade, correspondem grandes cenários constituídos de espaços vazios, onde se destaca a configuração estética. Como abrigam edificações na sua maioria institucionais, tais espaços são alvo constante de manifestações políticas e cívicas.[29]

Essa diversidade funcional das praças não é uma característica apenas da cidade modernista. Em cidades tradicionais, os espaços públicos tendem a desenvolver certa especificidade em função, sobretudo, do conjunto arquitetônico que compõe o entorno e a região onde se situam. A diferença reside na mobilidade dos centros de poder e nos processos de valorização imobiliária que impõem certa dinâmica espacial, alterando constantemente o papel dos espaços públicos. Na cidade setorizada, a rigidez da estrutura espacial dificulta essa mobilidade, impondo aos espaços características mais rígidas.

O desenvolvimento da praça modernista atingiu seu ápice com a construção da cidade de Brasília. Exemplo universal de aplicação dos princípios modernistas, Brasília[30] consolidou-se como um modelo de "cidade funcional". Nesse sentido, o estudo da configuração espacial e da formação de seus espaços públicos torna-se essencial para a compreensão da trajetória da praça brasileira e do seu papel na modernidade.

---

[28] Segundo análise de ROBBA e MACEDO (2002:122), as principais atividades do Largo são atualmente voltadas para a circulação de pedestre (intensa, em função da estação de metrô situada no subsolo), para a contemplação e para a realização de eventos culturais temporários.

[29] Nesse sentido, a praça retoma aqui antigos papéis desenvolvidos pelo espaço público, como nas cidades medievais. Num enfoque político, são espaços extremamente importantes e funcionam como indicativo de liberdade de manifestação social. Como exemplo, destaca-se a Plaza de Mayo, em Buenos Aires. Situada em frente ao Palácio do Governo Federal – a Casa Rosada – foi alvo constante de manifestações políticas e tornou-se símbolo de resistência aos anos de ditadura na Argentina. A Esplanada dos Ministérios situada em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, também se encaixa nessa categoria, pois seu espaço é alvo constante de manifestações públicas.

[30] Refiro-me a área exclusiva do Plano Piloto idealizada por Lúcio Costa.

BRASÍLIA: UMA EXPERIÊNCIA URBANA

A idealização de uma nova cidade tem sido um tema recorrente na história do urbanismo. Desde a Antigüidade, filósofos e pensadores debruçaram-se em propostas e concepções, buscando a elaboração da cidade perfeita, adequada aos anseios e valores próprios a cada civilização.

No ocidente, a noção de cidade-capital atinge seu apogeu no período de formação dos Estados Nacionais Absolutistas. Nesse período, elas tornam-se espaços idealizados para sediar o poder real, assumindo o papel de capitais nacionais. Essas capitais constituíram o *locus* do aparato político-administrativo, estabelecendo uma hierarquia entre as demais cidades.

No Brasil, a fundação de cidades-capitais remonta ao período colonial e estas foram parte do processo político de consolidação de posse do Governo português. Salvador foi a primeira cidade a adquirir importância territorial: representava a sede do Governo-Geral na colônia. Segundo REIS FILHO (1995a:9), nesse período, as estratégias de ocupação, transferência e fundação de novas cidades, estavam diretamente associadas à política de controle territorial.

As iniciativas posteriores de criação de cidades-capitais ocorreram já no período Republicano, em meados do séc. XIX, sob orientação e designação do Estado brasileiro. Observa-se a transferência das capitais regionais do estado do Piauí para a cidade de Teresina, em 1852, e de Sergipe para a cidade de Aracaju, em 1855. Dessas iniciativas, destacam-se a idealização de duas importantes capitais regionais: Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, em 1894, e Goiânia, capital do Estado de Goiás, em 1933.[31] (FIG. 262 e 263)

[31] Ambas as cidades tiveram origem em um processo de transferência e criação de um novo território, com o Estado responsável pela concepção e implantação do projeto. A cidade de Belo Horizonte foi idealizada pelo engenheiro Aarão Reis, e concretizada em fins do séc. XIX, para substituir a antiga capital sediada em Ouro Preto. A cidade de Goiânia foi idealizada pelo arquiteto Attílio Correia Lima, na década de 1930, para substituir a antiga capital, a cidade de Goiás. Ver BRUAND (1981:345-352).

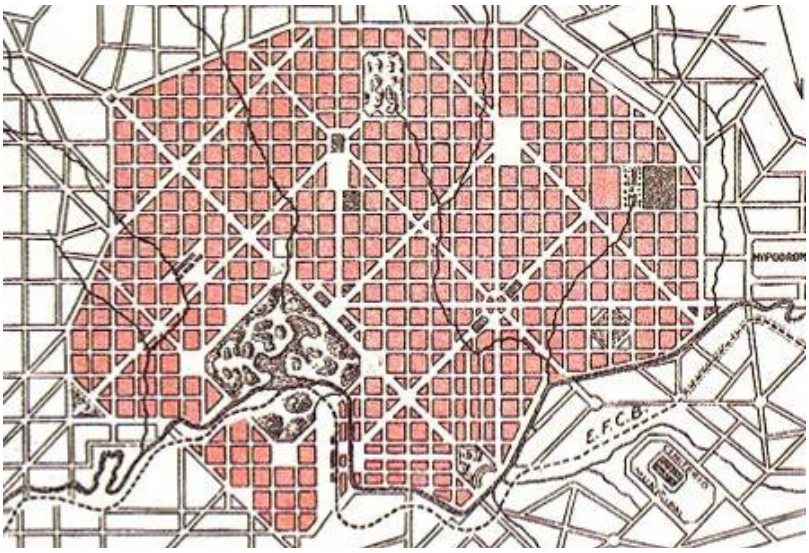


FIG. 262 – PLANO URBANÍSTICO DE BELO HORIZONTE – ZONA URBANA – ENG. AARÃO REIS, 1897
FONTE: Saneamento básico em Belo Horizonte (FUNDAÇÃO JÕAO PINHEIRO, 1996)

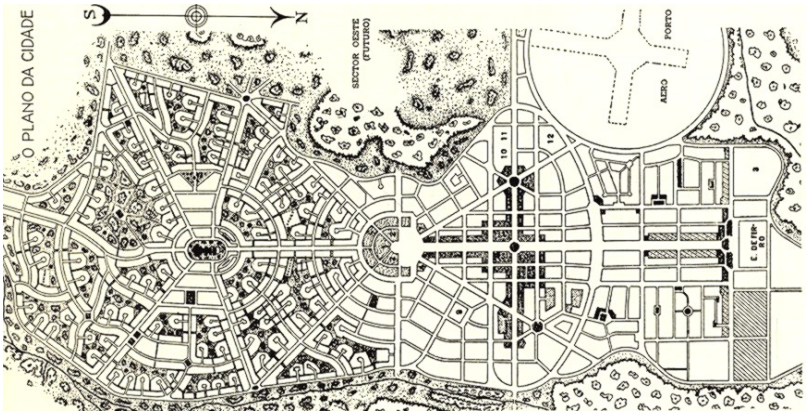


FIG. 263 – PLANO URBANÍSTICO DE GOIÂNIA – ATÍLIO CORREIA LIMA (1933)
FONTE: Arquitetura Contemporânea no Brasil (BRUAND, 1981).

Em relação à configuração urbana, essas duas cidades possuem certas características semelhantes, materializadas na aplicação de um traçado racional, com a utilização de grandes eixos de perspectivas e estruturação de centros irradiadores. Como cidades destinadas a "tornarem-se sedes dos poderes políticos e administrativos", destacam-se pela valorização de seus espaços cívicos, espaços estes privilegiados na estrutura urbana.

O plano de Belo Horizonte explora a rigidez da malha quadriculada com grandes avenidas sobrepostas em diagonal conformando a zona urbana (em rosa). O efeito de monumentalidade gerado pelas perspectivas dessas avenidas comparece diluído em função

das condições topográficas extremamente irregulares, chegando, em alguns casos, a neutralizar o efeito desejado.

A presença de um centro cívico idealizado como centro irradiador remete às disposições portuguesas quanto à localização de praças e edifícios institucionais. Esse centro, localizado em uma praça – a Praça da Liberdade –, é formado pelo Palácio do Governo e pelas Secretarias de Estado.[32]

O plano de Attílio Correia Lima apresenta uma estrutura menos rígida, composta por um traçado misto, porém mais adequado às condições topográficas. Grandes avenidas diagonais, em estilo *parkway*, configuram eixos de perspectiva. Dois núcleos estabelecem-se como pontos de convergência, sendo um deles o centro cívico. Essa Praça Cívica situa-se na região central e abriga o Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual, e o Palácio das Campinas, sede do poder municipal. (FIG. 264)

O efeito de monumentalidade explorado na configuração dos centros cívicos baseia-se notadamente na composição clássica da Praça de Versalhes, incluindo a utilização do traçado em *pata de ganso*: três vias principais convergem para a praça central.[33] (FIG. 264 a 266)



FIG. 264 – PRAÇA CÍVICA DE GOIÂNIA – ATUAL PRAÇA DOUTOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 1950
FONTE: Lembranças do Brasil (GERODETTI e CORNEJO, 2004)

[32] Ver página 143 da tese.

[33] Analisando a configuração urbana da região central de Goiânia, REIS FILHO (1995a:33) observa certa semelhança com princípios e disposições espaciais encontrados posteriormente na cidade de Brasília: "na área central da cidade, o plano apresentava alguns detalhes na disposição dos espaços, que prenunciavam Brasília, construída na mesma região quase 30 anos depois. O interior das quadras eliminava os velhos 'quintais' já sem sentido e se abria para um pátio de estacionamento e serviços, com acesso exclusivo". Essa vinculação entre certos "valores urbanos" encontrados em Goiânia e Brasília também é compartilhada por GRAEFF (1985:35).

As duas propostas utilizam o elemento da praça como importante componente estético: muitas praças de formas e funções distintas comparecem na composição urbana das duas cidades-capitais. Observando os planos das cidades, destaca-se a supremacia dos modelos de praça ajardinada e de praça-*carrefour*.



FIG. 265 – CONJUNTO URBANO DA PRAÇA DA LIBERDADE, BELO HORIZONTE, 2006
O conjunto da praça é formado pelo Palácio do Governo (Palácio da Liberdade), pelas Secretarias de Estado e alguns edifícios institucionais. Destaca-se a ausência da Igreja Matriz, composição típica do período colonial.
FONTE: www.googlearth – jan/2006



FIG. 266 – CONJUNTO URBANO DA PRAÇA CÍVICA DE GOIÂNIA, 2007
FONTE: www.googlearth – fev/2007

Em relação à morfologia, os planos das duas capitais consolidaram uma ruptura com a estética da cidade tradicional, implantando um desenho moderno e inovador no contexto urbano brasileiro. A fundação da nova capital federal seguiria o mesmo rumo. A diferença, neste caso, seria o processo de criação da cidade realizado a partir de um concurso nacional.

Como observa MARX (1980:38), a fundação da nova capital federal não representou nenhuma novidade na nossa tradição urbana:

> Dos tempos republicanos são exemplos correspondentes as mudanças das capitais de Minas Gerais e de Goiânia [...]. Como se vê, a nova capital federal, a grande experiência atual, a mais ousada e requintada exceção, não é única, nem a primeira; culmina numa apreciável e um tanto esquecida tradição de ocupar a imensidão da terra através de fundação de cidades e de civilizar os vazios que a nossa evolução peculiar legou. Corresponde, historicamente, às capitais estaduais descritas e sucede no plano nacional a Salvador e ao Rio. Reflete como as outras o desejo de mudar a localização da capital e o curso do destino comum. Ao cuidado na escolha do seu sítio corresponde o seu projeto, lançado no Planalto Central como proposta de uma nova vida urbana, adulta, independente e fraterna. Que contagie nossas outras cidades, antigas e novas, banhadas pelas três grandes bacias hidrográficas, que no divisor de águas comum têm agora Brasília!

A construção da cidade de Brasília representou muito mais que a concretização de um antigo sonho ou de um exercício de urbanismo. Representou uma oportunidade única de expressar não só a materialização de uma cidade moderna, adequada ao seu tempo, mas também o amadurecimento político de uma Nação. Nas palavras de Juscelino Kubitschek (2000:5):

> Antes de ser construída, Brasília foi uma polêmica. A mais longa que se travou no Brasil: viera da Colônia, atravessara todo o Império, entrara pela República, e continuava a ser, até o início do meu Governo – uma controvérsia e um desafio.

A idéia de mudança da capital federal esteve presente em diversos momentos políticos de nossa história. SILVA (1970) traça um panorama desse tema, situando a primeira tentativa de mudança no movimento da Inconfidência Mineira. Foi em Minas, em 1789, na cidade de Vila Rica, que se articulou um grupo de intelectuais, defensores do ideário da independência.

Carregavam o sonho da liberdade, da República e também de uma nova capital: a Vila de São João del-Rei.[34]

Esse movimento de criação de uma nova capital encontrou outros defensores durante o Império, fortalecendo-se durante as seis décadas da República. Diversos documentos levantados por SILVA (1970:17) registram as tentativas de debate sobre o tema da mudança. No período do Império, destaca-se o Memorial escrito pelo Conselheiro e Chanceler Veloso Cardoso de Oliveira, em 1810.[35]

O tema adquiriu proporções internacionais em artigos de Hipólito José da Costa P. F. de Mendonça, fundador do Jornal *Correio Braziliense.*[36]

Em 1821, José Bonifácio de Andrade e Silva chegou a propor, inclusive, a localização de "uma cidade central no Interior do Brasil para assento da Regência", indicando a latitude de mais ou menos 15º como local sadio e fértil. A partir de então, este movimento "mudancista" consolidou-se em definitivo, com a idéia de interiorização: "ninguém duvidava de que a construção da capital no interior" traria benefícios a todos.[37]

Com a Proclamação da República, em 1889, instituiu-se a "Constituição Provisória da República". Esta continha um artigo no qual a transferência da capital tornava-se uma

---

[34] Baseando-se na documentação dos "Autos de Devassa da Inconfidência Mineira", SILVA (1970:14) afirma que "o privilégio da idéia de interiorização da Capital Federal" deve-se aos Inconfidentes. Os Inconfidentes tinham como uma das principais reivindicações à Corte de Lisboa a mudança da Capital Federal. Acreditavam que esta seria uma melhor estratégia de defesa e proteção da capital, além de incentivar o processo de povoamento e o desenvolvimento das províncias do centro (www.brasiliatur.com.br).

[35] Nesse documento, Veloso de Oliveira justificava suas convicções acerca da necessidade da mudança da capital, exprimindo sua visão na questão do controle espacial: "Escolher a situação mais conveniente para o estabelecimento da Corte e residência do soberano é, pois, uma operação bem delicada, e que não se deve deixar ao acaso e ao concurso das circunstâncias, para que não aconteça que todas as fortunas se acumulem na Corte, não tenha ela proporções com as províncias, e fiquem estas indigentes tributárias de uma capital, que as despreze com o mais altivo e insuportável orgulho [...]. E, pois, por esta razão ainda, sem lembrar muitas outras, que a Capital do Império se deve fixar em um lugar são, ameno, aprazível e isento do confuso tropel das gentes indistintamente acumuladas e onde a educação pública ache o seu verdadeiro assento, recebendo do soberano aquela proteção sem a qual não poderá jamais produzir os frutos que lhe são naturais" (VELOSO de OLIVEIRA apud SILVA, 1970:20).

[36] Durante o período em que vivia em Londres, Hipólito escreveu alguns artigos, no qual criticava opção da Corte em manter uma capital situada no canto do território, distante dos outros pontos e susceptível às invasões marítimas. Defendia a mudança da capital, propondo um sítio ideal junto "às cabeceiras do Rio São Francisco". Esse território, localizado na região central do País, seria digno e propício ao desenvolvimento de um "poderoso império" – Hipólito José da Costa (apud SILVA, 1970:21).

[37] SILVA (1970:24). O autor destaca ainda em sua obra a existência de um documento escrito por um deputado anônimo – "Aditamento ao projeto da Constituição para fazê-la aplicável ao reino do Brasil" – no qual se menciona a denominação BRASÍLIA para a nova capital.

possibilidade oficial. Em 24 de fevereiro de 1891, promulgado o texto definitivo, seguiam-se instruções expressas para a construção da nova capital federal:[38]

> Art. 3º - Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.000 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal.[39]

O discurso justificativo apresentado pelo Governo para a fundação da nova capital reforçava a opção pela descentralização política que marcou os primeiros anos da República, destacando o processo de desenvolvimento da região central.[40] Analisando o fenômeno de mudança de cidades capitais, PENNA (2002:331) reafirma esse caráter de "interiorização" presente na idéia da construção de Brasília:

> Em primeiro plano, o que se desejou foi o abandono do litoral, dessa luxuosa vitrine, útil apenas para atrair a atenção ou iludir o exame do europeu e do americano. Em segundo lugar, para que os cuidados de um Estado mais realista, mais modesto, se dirigissem ao sertão, às grandes florestas, aos campos gerais, aos rios caudalosos, às riquezas potenciais enormes e ao sertanejo, magro e forte, homem esquecido do interior – foi necessário desviar o centro de gravidade do país. Urgia estabelecê-lo no coração dos dilatados territórios do Brasil. Cabia contemplar, ao alcance de todas as classes e de todas as regiões, o panorama nacional inteiro. Os objetivos da construção da nova capital foram unidade, eficiência administrativa, descentralização, aproximação das fronteiras continentais, desenvolvimento econômico e social

---

[38] Em fins do séc. XIX ocorreu um fato desconexo do processo político brasileiro, mas que iria fortalecer o mito da nova capital: "uma visão profética" da Terra Prometida apareceu ao sacerdote salesiano D. João Bosco. Nesse sonho o território brasileiro aparecia como o local eleito, precisamente no interior, entre o paralelo 15º e 20º.

A visão ocorrida em 1883, descrevia ainda a morte de dois missionários na selva amazônica (fato ocorrido em 1934). Diz a lenda que esse sonho ocorreria posteriormente a uma terceira geração. SILVA (1970:33) destaca as figuras de São Sebastião, no Rio; N. Sra. da Guadalupe, no México e N. Sra. de Fátima, em Portugal, como testemunhas dessa segunda revelação.

[39] SILVA (1970:38).

[40] Juscelino Kubitschek adotou esse discurso pela "interiorização" da Capital Federal como principal motivo para a sua transferência. Em seu livro "*Por que construí Brasília*" ele afirma que a integração nacional foi seu "objetivo prioritário" (KUBITSCHEK, 1975:18). "Ao contrário da função que competira a Salvador – que fora a de impor a presença da dinastia na terra despovoada e selvagem –, coube a Brasília uma tarefa bem mais profunda e de muito maior alcance: a de puxar, para o Oeste, a massa populacional do litoral, de forma a povoar o Brasil igualmente e, através desse empuxo migratório interno, realizar, quando muito no período de duas décadas, a verdadeira integração nacional" (KUBITSCHEK, 1975:370).

> do interior e exploração das vastas e férteis áreas do cerrado de Goiás e do Pantanal de Mato Grosso onde amadurece o futuro da nacionalidade.[41]

As primeiras estratégias para viabilizar a transferência da capital iniciaram-se no fim do séc. XIX, com a definição da área no Planalto Central. À parte toda a discussão política que envolveu a transferência da capital do Rio de Janeiro, pode-se afirmar que esse processo ocorreu lentamente, concretizando-se apenas no séc. XX. O primeiro passo foi a designação de uma comissão de estudos, dirigida pelo astrônomo Luiz Cruls[42], para verificar as condições físico-espaciais da região prevista e delimitar uma provável área de interesse.[43]

Após a divulgação do relatório, houve certa movimentação em prol da construção da nova capital, mas o processo não se desenvolveu.[44] Em 1919, no Centenário da Independência da República, o tema seria retomado em projeto de lei apresentado pelo senador Chermont, com a proposta do lançamento da pedra fundamental do novo Palácio do Congresso. A colocação da pedra no sítio de Planaltina, em setembro de 1922, representou um ato simbólico da intenção de marcar o *locus* da nova capital.[45]

Na Constituição de 1946, novas metas foram estabelecidas para se efetivar a transferência. O presidente Eurico Gaspar Dutra criou a "Comissão de Estudos para a

---

[41] A obra do embaixador J. O. de Meira Penna, *Quando Mudam as Capitais*, foi publicada dois anos antes da inauguração de Brasília, em 1955. A reedição, realizada pelo Senado Federal em 2002, foi atualizada e acrescida de alguns capítulos.

[42] A Comissão Exploradora, chefiada pelo engenheiro e diretor do Observatório Nacional, Louis Ferdinand Cruls, era formada pelos seguintes membros: Antônio Martins de A. Pimentel, Augusto T. Fragoso, Antônio Cavalcanti de Albuquerque, Alfredo J. Abrantes, Antônio J. de A. Costa, Celestino A. Bastos, Alípio Gama, Eugênio Hussak, Ernesto Ule, Eduardo Chartier, Felisíssimo do Espírito Santo, Francisco Souto, Henrique Morize, João de A. P. Cuiabá, José Paulo de Mello, Joaquim R. de S. Jardim, Pedro Gouveia, Pedro C. P. de Almeida.

A Missão Cruls, iniciada em 1892, forneceu dois relatórios: um parcial, em 1893, e um definitivo, em 1894. O Relatório Cruls, um minucioso documento, continha importantes dados técnicos sobre o Planalto Central relativos à topografia, energia, solo, geologia, fauna, flora, clima e salubridade (SILVA, 1970:40).

Para maiores informações, pesquisar: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1894.

[43] Esse processo de mudança só seria concretizado com a eleição do presidente Juscelino Kubitschek, em 1955. Cumprindo promessas de campanha, Juscelino empenhou-se em viabilizar a antiga intenção de se fundar uma nova capital no interior do país.

[44] A Comissão Exploradora seria dissolvida no governo de Prudente de Morais.

[45] O projeto de lei foi sancionado pelo presidente Epitácio Pessoa, em janeiro de 1922. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo seria o responsável pela confecção de uma placa que seria fixada na pedra fundamental. A placa continha os seguintes dizeres: "Sendo Presidente da República o Excelentíssimo Senhor Doutor Epitácio da Silva Pesoa, em cumprimento ao disposto no Decreto 4.494, de 18 de janeiro de 1922, foi aqui colocada, em 7 de setembro de 1922, ao meio-dia, a pedra fundamental da futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil" (SILVA, 1970:51).

localização da Nova Capital do Brasil", confiando a tarefa ao general Poli Coelho. A missão Poli Coelho complementou as pesquisas de Cruls, fornecendo um relatório completo. A única modificação seria a ampliação ao norte do quadrilátero demarcado por Cruls.[46] (FIG. 267)

Em 1948, a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, presidida pelo general Caiado de Castro, entrou em contato com uma equipe norte-americana especializada em pesquisas territoriais aerofotográficas – a Donald J. Belcher and Associates Incorporated, N.Y. – e encomendou um estudo detalhado do quadrilátero delimitado por Poli Coelho. Denominado Relatório Belcher, esse estudo apontou os cinco melhores sítios de 1.000 km^2 da região.[47] A escolha definitiva ocorreria em 15 de abril de 1955. O sítio Castanho, "situado a sudeste de Planaltina, no Estado de Goiás", seria o local escolhido.[48]

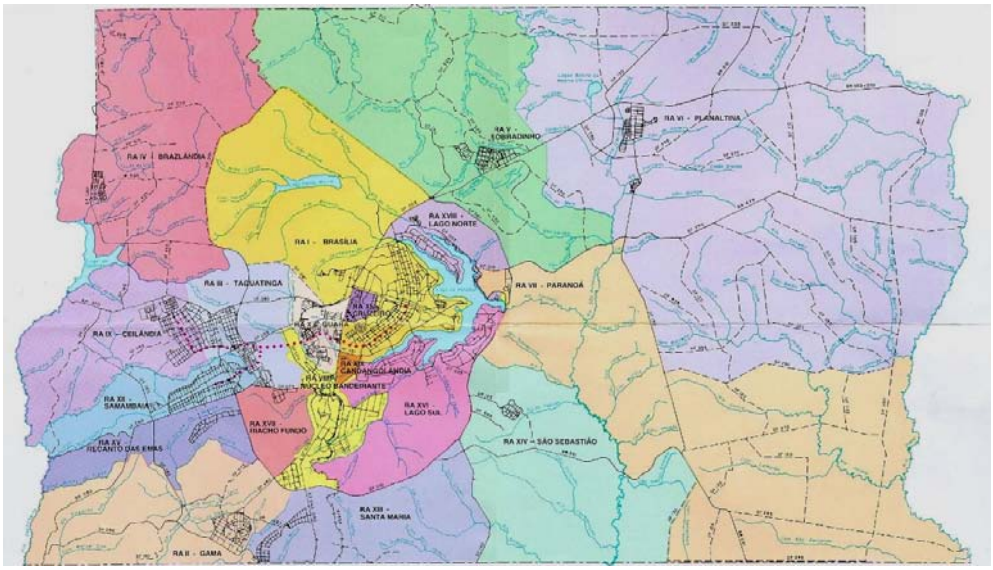


FIG. 267 – QUADRILÁTERO DO DISTRITO FEDERAL
PLANO PILOTO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS, 1996.
FONTE: www.superbrasilia.com e www.aboutbrasilia.com/ maps/hotel-sectors.html – jul/2006

---

[46] Embora na Constituição de 1934, no artigo 4º, exista referência ao tema da mudança, com a previsão de uma nova Comissão de Estudo, nada sairia do papel, permanecendo durante a era Vargas totalmente esquecido. O Relatório final proposto pela Missão Poli Coelho foi entregue ao presidente Eurico Gaspar Dutra, em 12 de agosto de 1948. Em 1953 seria sancionada a Lei nº 1.803 que autorizava a realização de novos estudos para a escolha definitiva do local (SILVA, 1970:58).

[47] SILVA (1970:63). A partir dessas indicações, os membros da Comissão de Localização, presidida pelo marechal José Pessoa empreenderam uma viagem ao Planalto Central, para observarem os sítios escolhidos.

[48] Ata de Reunião da Comissão de Localização (apud SILVA, 1970:75). Os cinco sítios escolhidos no Relatório Belcher aparecem caracterizados por cores.

A Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal, formada logo após a posse de Juscelino Kubitschek, foi encarregada de demarcar as fronteiras do território do Distrito Federal e de elaborar o edital do concurso.[49]

Em 1956, foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital Federal – NOVACAP, órgão responsável pela divulgação do edital e pela realização do concurso. Em setembro, sob o título de *Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil*, foi lançado o edital. O documento, contendo dados sobre a área escolhida para a construção da capital, listava um programa básico no qual propunha a realização de um plano de idéias – um piloto – com a possibilidade de um desenvolvimento posterior. Nenhuma configuração prévia, bem como nenhuma menção à disposição de conjuntos e edificações foi determinada. Nas diretrizes do edital constavam apenas duas exigências:

> 3. O Plano-Piloto deverá abranger:[50]
> a) traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicações.
> b) relatório justificativo.

Considerado pelos participantes como insatisfatório, os dados apresentados no edital foram complementados posteriormente pela NOVACAP, objetivando esclarecer as demandas comuns.[51]

Pode-se concluir que a exigência do edital quanto ao resultado da proposta foi bastante imprecisa, possibilitando divergências na interpretação dos dados e ocasionando abordagens díspares: algumas propostas consistiram de verdadeiros tratados de urbanização, enquanto outras representaram apenas diretrizes primárias, coerentes com um plano piloto.

---

[49] Participaram dessa Comissão Ernesto Silva, Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, Raul Pena Firme e Roberto Lacombe. A comissão chegou a estabelecer algumas diretrizes para a estruturação da cidade, como as desapropriações para a instalação do futuro Distrito Federal, incluindo os quase quatro mil alqueires entre os rios Bananal e Torto, local destinado à Capital (SILVA, 1970:92). Esse processo de demarcação da área não ocorreu de forma tranqüila, pois segundo atesta KUBITSCHEK (1975:32), as desapropriações principais foram realizadas a baixo preço, gerando uma situação que até hoje não se encontra solucionada.

[50] Trecho do Edital do Concurso publicado no "Diário Oficial da União" de 30 de setembro de 1956 (apud SILVA, 1970:94).

[51] Segundo CARPINTERO (1998:63), o edital pecava pela omissão de dados importantes para a elaboração do plano: oferecia apenas uma base de dados geomorfológicos constando de plantas, mapas, e planilhas, faltavam informações precisas sobre população, estrutura oficial, organograma dos órgãos que seriam transferidos, etc. Na complementação das informações solicitadas consta que a densidade prevista seria de 500 mil habitantes e apenas 30% dos funcionários administrativos seriam transferidos do Rio de Janeiro.

É importante destacar que, anteriormente ao concurso, havia sido idealizado um Plano para a cidade de Brasília. Esse plano possuía um traçado racional, reproduzindo um modelo radioconcêntrico de cidade: uma malha quadriculada e simétrica estruturava alguns conjuntos de praças. Ao centro, no cruzamento dos principais eixos da malha viária, encontra-se em destaque o centro cívico: a Praça da República. (FIG. 268)

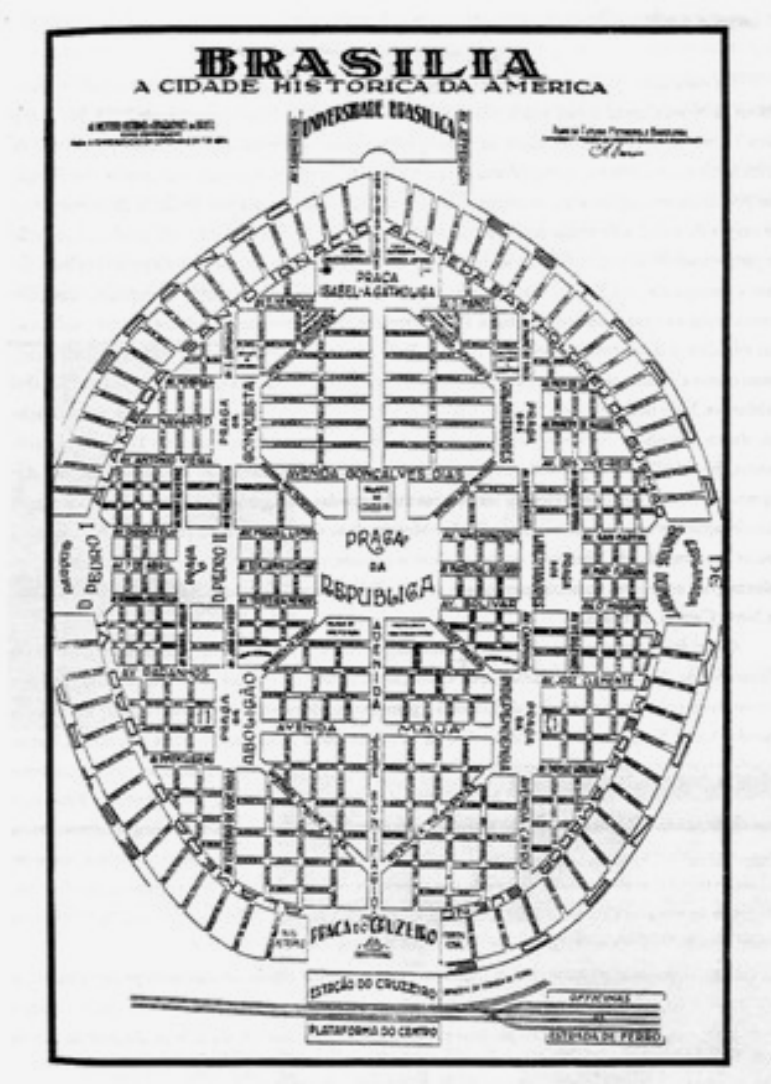


FIG. 268 – PROJETO PARA A CAPITAL FEDERAL, 1930
ELABORADO POR THEODORO FIGUEIRA DE ALMEIDA
FONTE: Brasília: Trilha aberta (PINHEIRO, 1986)

O CONCURSO

A realização de uma obra arquitetônica ou urbana por meio de concurso representa sempre um campo fértil de novas idéias e possíveis abordagens. São justamente a liberdade e a diversidade dos candidatos que proporcionam a riqueza das propostas. No caso de Brasília, o concurso para o plano piloto representou um importante capítulo do urbanismo moderno brasileiro. Significou uma oportunidade única para arquitetos e urbanistas exercitarem uma nova linguagem urbana. Também expôs o momento de maturidade da produção brasileira em face do debate internacional. O Brasil tornou-se o foco central da temática urbana, sobretudo com a possibilidade de concretização de um modelo de cidade resultante da aplicação dos princípios do urbanismo modernista.[52]

O tema da cidade moderna já havia alcançado repercussão internacional, sobretudo com os debates ocorridos nos CIAMs e com a publicação da Carta de Atenas, em 1943. Nenhuma cidade, porém, havia sido total e integralmente construída sob essas diretrizes. O concurso não só possibilitava esse caráter inovador como também evidenciava a produção urbana brasileira. A análise da premiação final é bastante reveladora e permite compreender a base conceitual que legitimou a produção urbana e resultou na construção de um paradigma urbano modernista.[53]

Outro fator importantíssimo para o entendimento do concurso foi a formação da comissão julgadora do plano piloto. Essa composição foi decisiva para endossar e promover o pensamento urbano moderno brasileiro, uma vez que os membros da banca, ainda que de origens diversas, quase todos eram defensores dos princípios urbanos modernos. Fizeram parte dessa comissão: Israel Pinheiro (presidente da NOVACAP e presidente da comissão), Oscar Niemeyer (representante da NOVACAP), Luiz Hildebrando Horta Barbosa (Clube de Engenharia), Paulo

---

[52] Observa-se nas propostas apresentadas a plena sintonia com os princípios urbanos defendidos pelos CIAMs e presentes na Carta de Atenas.

[53] Segundo BRAGA (1999:33) o concurso representou o "empreendimento mais importante, ao menos do ponto de vista simbólico, já visto no Brasil até aquele momento". BRAGA (1999) procura traçar um painel do pensamento urbano brasileiro a partir da análise do processo de premiação do concurso e de seus principais representantes. *O concurso de Brasília: os sete projetos premiados*. São Paulo: FAUUSP, 1999. A tese de Aline Moraes Costa (2002) abrange a catalogação de todos os projetos apresentados no concurso do plano piloto. COSTA, Aline. *(Im)possíveis Brasílias.* Dissertação de Mestrado. IFCH, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: set. 2002. Vários estudos tiveram como tema a cidade de Brasília. Para uma ampla bibliografia ver XAVIER (1973); FARRET (1985); PAVIANI (1985); GOROVITZ (1985); HOLSTON (1993); CARPINTÈRO (1985); e HOLANDA (2002).

Antunes Ribeiro (IAB), e os convidados internacionais, William Holford (Inglaterra), André Sive (França), e Stamo Papadaki (Estados Unidos).

Ao todo, vinte e seis projetos foram apresentados.[54] Os planos expunham a maturidade técnica dos profissionais brasileiros, demonstrando um perfeito domínio do repertório urbanístico modernista. BRUAND (1981:356), comentando as propostas do concurso, foi categórico ao relacionar a filiação das propostas:[55]

> **Mas todos os projetos divulgados pelas revistas especializadas tinham um ponto em comum: sua inspiração racionalista. Neles encontra-se sistematicamente a divisão entre as quatro funções principais enunciadas pela Carta de Atenas de 1933** (habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito, circular), a atribuição de setores bem definidos a cada uma delas, a preocupação de substituir a antiga rua por uma nova concepção que desse prioridade aos espaços livres e aos blocos isolados pontuando com sua marca ordenada as vastas superfícies não construídas, a definição de um tipo de célula de base cuja multiplicação constituiria um dos elementos fundamentais do plano de conjunto, **enfim a regularidade e a geometria estrita tanto do conjunto quanto das partes que o formam.** Quase todos tinham previsto um crescimento orgânico para a realização sucessiva dessas estruturas justapostas [...]; a lógica pura e a disciplina dominavam em todo lado, opondo-se a toda fantasia sentimental. Em suma podia-se encontrar as qualidades fundamentais da arquitetura brasileira, seu gosto pela ordem e simplicidade e **a influência mais do que nunca presente de Le Corbusier, [...] influência do primeiro grande período do mestre [...].** grifos meus

A comissão julgadora premiou sete propostas, sendo o vencedor o projeto de Lúcio Costa, considerado pelos membros do júri o *"único plano para uma capital administrativa do Brasil"*.[56] O Relatório final continha uma nota esclarecedora sobre os critérios que direcionaram a escolha dos sete premiados. Em relação à morfologia urbana e plástica, foram considerados critérios como desenho inovador e estética arquitetônica expressiva:

---

[54] Segundo a catalogação realizada por COSTA (2002:75) nem todos os projetos concorrentes puderam ser localizados. As informações disponíveis sobre esses projetos e seus participantes foram colhidas em depoimentos de revistas, editais e arquivos da época.

[55] Posição compartilhada por vários especialistas na análise do concurso de Brasília. Ver CARPINTERO (1998:110), BRAGA (1999:146), LEME (1999:231) e COSTA (2002:75-76).

[56] A comissão julgadora esboçou certa unanimidade na escolha da proposta vencedora. A única exceção foi a posição de protesto do representante do IAB, Paulo Antunes Ribeiro.

> De um lado, considerou-se que uma Capital Federal, destinada a expressar a grandeza de uma vontade nacional, **deverá ser diferente de qualquer cidade de quinhentos mil habitantes**. A Capital**, cidade funcional, deverá além disso ter expressão arquitetural própria**. Sua principal característica é a **função governamental**. Em torno dela se agrupam todas as outras funções e para ela tudo converge. As unidades de habitação, as unidades de trabalho, os centros de comércio e de descanso se integram, em todas as cidades, de uma maneira racional entre eles mesmos. Numa capital, tais elementos devem **orientar-se "além disso, no sentido do próprio destino da cidade: a função governamental"**. O Júri procurou examinar os projetos; inicialmente, sob o **plano funcional e, em seguida, do ponto de vista da síntese arquitetônica**.[57] grifos meus

Os sete trabalhos premiados demonstravam certa rejeição de formas comprometidas com a cidade tradicional, optando por uma estética arquitetônica e urbana modernista, especialmente em relação ao modelo de parcelamento urbano tradicional, ao sistema de circulação viária e ao traçado da cidade.[58]

Analisando essas propostas, pode-se observar uma dimensão extremamente abstrata nos projetos. Os planos propostos compunham-se de malhas quadriculadas, eixos viários retilíneos e extensas áreas verdes. O sistema viário aparecia como o sujeito principal na maioria das composições urbanas. Outra característica predominante foi o caráter setorial da organização espacial.[59] Na maioria das propostas, a estrutura urbana encontrava-se organizada em setores – centro cívico, comercial, serviços e residencial.

---

[57] Relatório do Júri apud SILVA (1970:117).

[58] A entrada dos princípios modernistas no Brasil ocorre a partir das três primeiras décadas do séc. XX. Esse período marca o estabelecimento e a consolidação das "bases de uma cultura urbanística no país", representada por uma teoria e prática urbana. Tais princípios manifestam-se primeiramente no âmbito da arquitetura e gradativamente passam a compor planos e propostas urbanas (GOMES, 2005). No período em que se realiza o concurso, os princípios modernistas já haviam sido plenamente absorvidos pela maioria dos arquitetos e urbanistas brasileiros, apesar da restrita concretização no âmbito urbano. Portanto, o concurso era uma oportunidade única para a concretização desses conceitos. Em relação à ruptura com o desenho tradicional da cidade, ver as características da "cidade funcional" descritas no capítulo anterior.

[59] A setorização pode ser considerada como a categoria dos espaços especializados e implica a vinculação do espaço a uma atividade urbana predeterminada.

Analisando o momento político, pode-se afirmar que a idealização da nova capital federal esteve marcada pela construção de uma paisagem urbana que refletisse a imagem de "progresso e modernidade" patrocinada pelo presidente Juscelino.[60]

Apesar de ser uma oportunidade para o desenvolvimento urbanístico brasileiro, a opção pela estética modernista já havia sido defendida pelo presidente Juscelino, quando prefeito de Belo Horizonte. Nesse período, Juscelino Kubitschek implantou um programa de reforma urbanística na cidade, ampliando o sistema viário, abrindo novas avenidas, remodelando o centro e criando o famoso conjunto da Pampulha, onde Oscar Niemeyer pôde desenvolver a sua arquitetura tanto modernista como arrojada, projetando edifícios que se tornaram símbolos da arquitetura brasileira.[61] (FIG. 269)

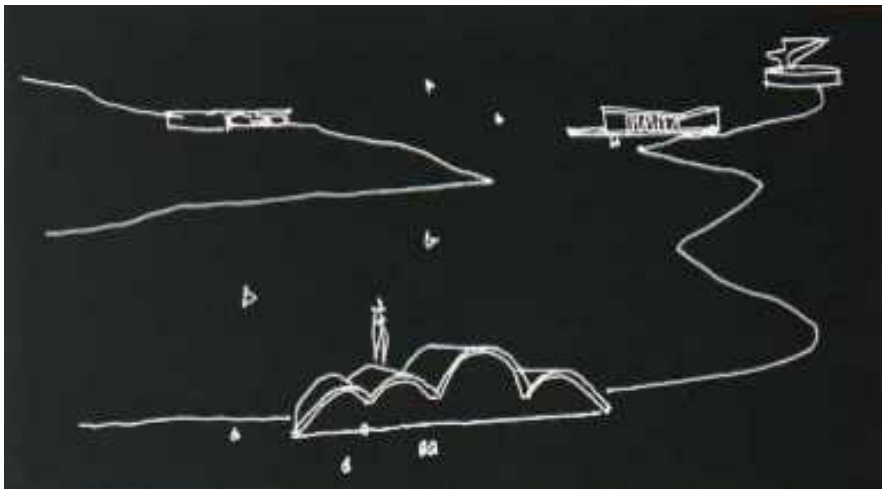


FIG. 269 – CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA PAMPULHA – CROQUI DE OSCAR NIEMYER
1 – Igrejinha de São Francisco, 2 – Museu de Arte da Pampulha, 3 – Casa do Baile.
FONTE: www.letras.ufmg.br – agosto/2006

[60] O Plano de Metas desenvolvido por Juscelino Kubitschek trazia essa visão de construção de um Brasil independente, calcado no processo de industrialização e modernização do país. Esse programa, segundo LESSA (1983:28) priorizava investimentos "no setor de energia-transporte e em algumas atividades industriais básicas" objetivando uma política "desenvolvimentista". A construção de Brasília era uma das prioridades do plano, "não devido à premência do empreendimento, mas da grande magnitude dos recursos comprometidos e de seus aspectos de promoção política" (LESSA, 1983:53).

[61] KUBITSCHEK (1975:32-37). As reformas realizadas por Juscelino em Belo Horizonte transformaram a Capital mineira, proporcionando um aspecto mais cosmopolita à cidade. O projeto do conjunto da Pampulha teve como colaborador o paisagista Burle Marx, destacando-se como um artista da fauna e flora. Esse conjunto urbanístico, construído na década de 40, transformou-se em símbolo da modernidade mineira. Ver CASTRIOTA (1998:183-226). Arquitetura da Modernidade. Belo Horizonte: UFMG, IABMG, 1998.

Nesse sentido, a concretização da futura capital federal esteve marcada pela utopia de uma nova paisagem, representativa de uma ação política inovadora expressa em mitos como crescimento econômico, progresso, desenvolvimento nacional.[62] De certa forma, esses parâmetros estiveram presentes na maioria das propostas apresentadas. A idealização dessa nova paisagem urbana implicou diretamente a reformulação da cidade tradicional e, portanto, a reformulação dos seus elementos morfológicos: o parcelamento, o quarteirão, as edificações, enfim, o traçado urbano com seus espaços públicos, ruas e praças. Em contrapartida, desenvolvem-se novas formas de organização do espaço urbano: o *zoning,* o parcelamento independente e autônomo, a quadra, o conjunto residencial – o bloco, o sistema viário fortemente hierarquizado baseado em eixos e vias.

A PRAÇA MODERNISTA: CENTRO CÍVICO E ESPAÇOS LIVRES

Analisando as propostas selecionadas pelo júri, pode-se afirmar que todas elas apresentaram um tratamento homogêneo do espaço urbano e uma dimensão extremamente abstrata da configuração espacial. Os planos idealizados compunham-se de malhas quadriculadas, eixos viários retilíneos e extensas áreas verdes.

Em relação à configuração espacial, observa-se certa supremacia dos princípios modernistas, sobretudo na organização setorial, como analisado anteriormente. Dentro dessa lógica espacial, a praça, bem como os espaços públicos, aparece pulverizada e idealizada segundo a especificidade de cada setor. Nota-se a presença da praça em todas as propostas. Destaca-se a presença da praça principal, associada ao modelo de centro cívico federal, assim como espaços de praças distribuídos nos diversos setores – municipal, central, comercial e residencial.[63] Nas áreas residenciais, o conceito de espaço livre ajardinado com áreas de lazer esportivo e recreação engloba o modelo da praça tradicional de encontro e lazer.

Espécie de *fórum* romano, a Praça Principal, ou Centro Cívico, aparece idealizada para abrigar os poderes principais da estrutura governamental: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Em virtude dessa dimensão simbólica, pode-se notar que, na maioria das propostas, sua morfologia adquire certo destaque, legitimado pelo caráter monumental. São espaços de

---

[62] Não apenas o espírito de modernidade e progresso cercou a idealização da nova capital federal, mas o próprio *status* da cidade – a futura capital. Vale destacar também que a utopia da cidade funcionalista era um sonho para maioria dos arquitetos e urbanistas do período (LEME e CUNIOCI, 2005).

[63] Das propostas apresentadas, a exceção à lógica modernista fica por conta do projeto dos irmãos M.M.M. Roberto. Este será analisado em detalhe posteriormente.

grandes dimensões, formando conjuntos urbanos, com edifícios ordenados e distribuídos racionalmente, como se pode observar nas propostas relacionadas abaixo. Esses centros estão localizados em pontos estratégicos em relação ao contexto urbano, definindo marcos na paisagem. Destaca-se, inclusive, a relação simbólica presente na nomenclatura dos espaços: Praça dos Três Poderes, Praça do Capitólio, Praça Protocolar, Praça Cívica, entre outros. Quatro propostas assemelham-se conceitualmente: o plano da equipe de Milman, da equipe de Rino Levi, da equipe de Carlos Cascaldi e do arquiteto Milton Ghiraldini.

A proposta da equipe de Milman baseia-se na setorização espacial, defendida pela Carta de Atenas. A estrutura urbana é composta por conjuntos espaciais de uso específico distantes entre si e interligados por um sistema viário composto de grandes eixos. No projeto, o espaço-símbolo do poder corresponde ao "coração do conjunto urbano": o Centro Governamental. Localiza-se na área central do maior conjunto espacial, no cruzamento de importantes eixos viários. Destaca-se por sua dimensão monumental.[64] (FIG. 270)

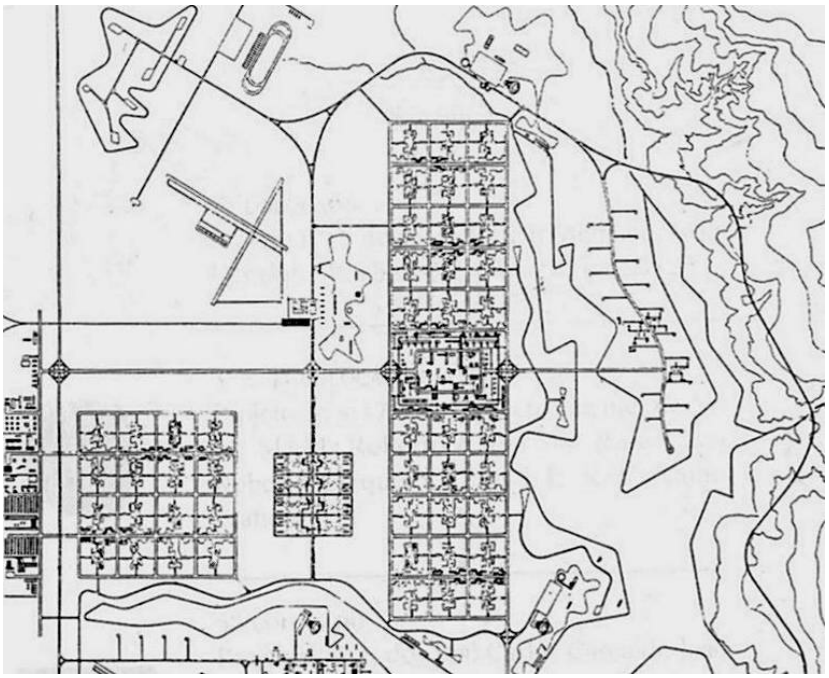


FIG. 270 – PLANO Nº 2 – 2º LUGAR. EQUIPE – ENG. BORUCH MILMANN; ARQ. JOÃO HENRIQUE ROCHA E NEY FONTES GONÇALVES.

FONTE: www.geocities.com – abril/2006

[64] MEMORIAL DESCRITIVO do CONCURSO apud COSTA, Aline (2002:105-154).

De acordo com as imagens, observa-se que o conjunto do centro governamental é formado por uma grande esplanada, recortada por um sistema viário hierarquizado, definindo uma prioridade de acessos ao núcleo mais protegido. Nesse espaço, situam-se os edifícios institucionais, distribuídos aleatoriamente em conjuntos de praças. Tais conjuntos organizam-se em amplas áreas interligadas. (FIG. 271)

No memorial, essa relação encontra-se explicitamente determinada:

> **A monumentalidade do centro cívico foi obtida por meio da composição dos volumes edificados e dos espaços vazios criados pelas praças**. A entrada principal [...] se faz pela elevação do trevo a oitocentos metros de distância do edifício do Congresso**. Esta construção situa-se em grandiosa praça, a fim de garantir as perspectivas dignas de um centro cívico.** (Memorial descritivo do plano piloto apud COSTA, 2002:133). grifos meus

O perímetro central desse centro cívico abriga, além do Congresso, os edifícios do Supremo Tribunal Federal e os Tribunais – em praça simétrica –, a Catedral Metropolitana, a Prefeitura e a Câmara Municipal. No centro dessa composição, "em vasta praça" e "eqüidistante" dos poderes legislativo e judiciário, situa-se a Presidência da República.

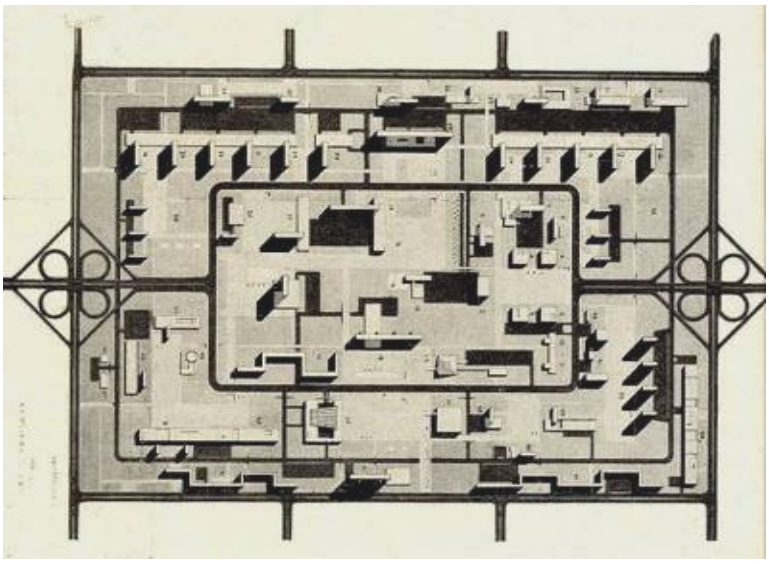


FIG. 271 – PROPOSTA BORUCH MILMAN – CENTRO GOVERNAMENTAL
FONTE: Revista Módulo Nº 8 (JULHO, 1957, ANO 3)

Citando Camillo Sitte como referência, os arquitetos esboçam a preocupação com o efeito visual da praça e das edificações:

> Assim, situamos os edifícios de acordo com seus volumes, **nas posições de melhor efeito nas praças. [...] Intercomunicamos praças**. Nestas, não existindo centros geométricos definidos, haverá possibilidade de colocação de vários monumentos, de acordo com os efeitos de perspectiva que se desejar (Memorial descritivo do plano piloto apud COSTA, 2002:133). grifos meus

Existem ainda praças idealizadas no Centro Comercial – onde a separação entre a circulação de veículos e pedestres possibilita o livre deslocamento da população – e na área residencial, sob a forma de espaço livre.

As inúmeras praças mencionadas na proposta possuem uma estrutura formal bastante semelhante: correspondem a plataformas vazias, recortadas por canteiros e jardins, que compõem espaços interligados de acordo com o conceito de espaço público modernista.

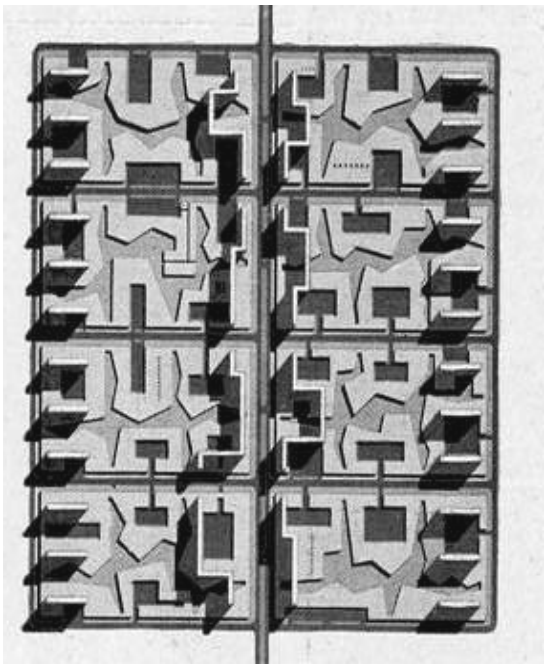


FIG. 272 – DETALHE DO CENTRO COMERCIAL – PRAÇAS E CAMINHOS DE PEDESTRES
FONTE: (Im)possíveis Brasílias (COSTA, 2002)

O projeto do arquiteto Milton Ghiraldini apresenta estrutura urbana bastante semelhante à idealizada por Milman e "preconizada pela *Carta de Atenas*" – setorização, unidades de vizinhança e superquadras. Segundo o memorial descritivo:[65] (FIG. 273)

> As diretrizes que nortearam essa equipe a adotar o trabalho proposto foram determinadas pela necessidade de se obter o equilíbrio entre as três funções fundamentais da vida urbana – **habitar, trabalhar, recrear e circular** (Memorial descritivo do Plano Piloto apud COSTA, 2002:580).). grifos meus

A zona central ocupa o coração da cidade, na parte mais elevada do terreno, sendo contornada pelos setores residenciais. Tal qual a proposta anterior, a área central contém o centro cívico, administrativo e cultural. O centro cívico estrutura-se de forma distinta, ocupando a área mais próxima ao Lago. Conforma uma grande esplanada reunindo o Palácio do Governo, o Legislativo e o Judiciário; o Palácio Municipal, com Executivo e Legislativo; a Catedral com o Palácio Eclesiástico; e uma esplanada contendo a Praça Cívica, "destinada à reunião do Povo nas comemorações Cívicas, Culturais e Religiosas, totalmente pavimentada e desprovida de ajardinamento". A praça cívica é idealizada como um grande espaço aberto vazio, no qual abriga os principais poderes da capital nacional. Representa o maior espaço público do centro urbano.[66] (FIG. 274 e 275)

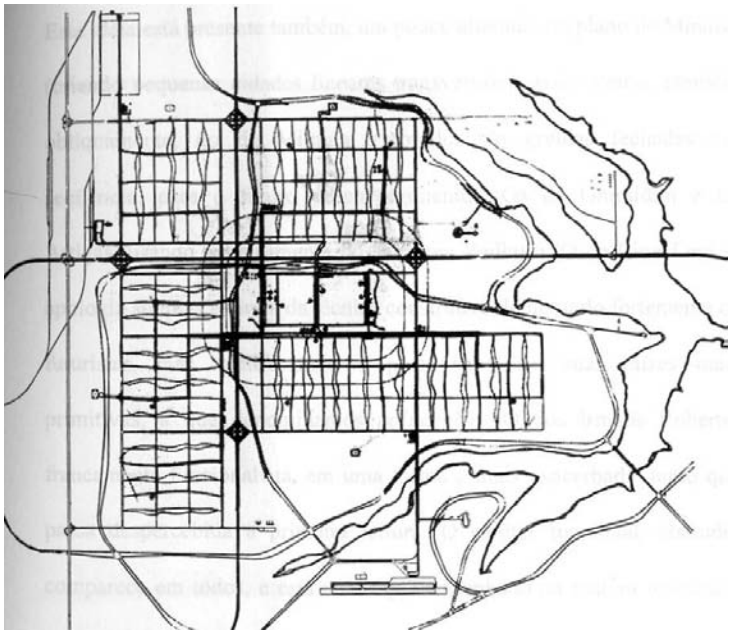


FIG. 273 – PLANO N. 26 – QUINTO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETO MILTON C. GHIRALDINI.

FONTE: Revista Modulo n. 8 (JUL. 1957, ANO 3)

[65] O memorial descritivo da proposta de Ghiraldini representa um verdadeiro tratado das principais concepções urbanas e referências teóricas da época (COSTA, 2002:557-609).

[66] (Memorial descritivo do Plano Piloto apud COSTA, 2002:593). Observar a semelhança conceitual com a Praça dos Três Poderes, da proposta de Lúcio Costa.

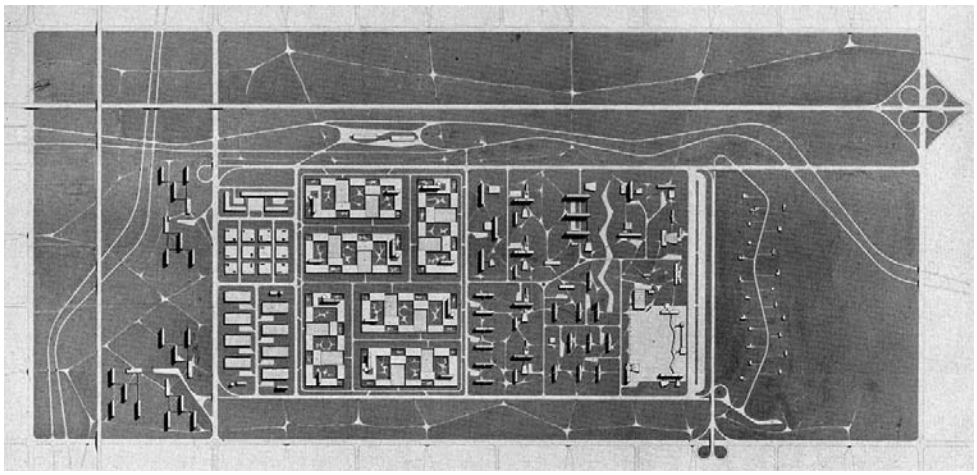


FIG. 274 – CENTRO CÍVICO – EM DESTAQUE A PRAÇA CÍVICA.
FONTE: Revista Módulo, n. 8 (JUL.1957, ANO 3)

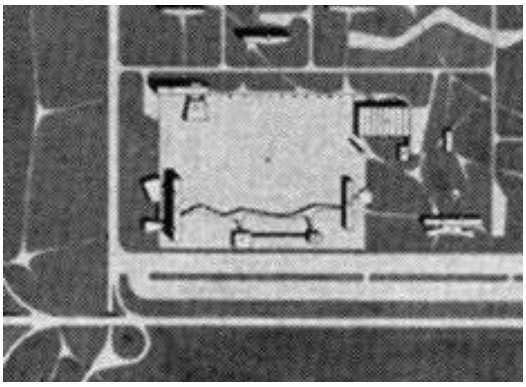


FIG. 275 – PRAÇA CÍVICA
FONTE: Revista Módulo, n. 8 (JUL. 1957, ANO 3)

Na proposta da equipe de Cascaldi e Artigas[67] também se encontram presentes os conceitos da Carta de Atenas. Uma malha regular configura a estrutura urbana, ordenando os setores urbanos e o traçado viário segundo um tabuleiro de xadrez. Em relação ao conjunto, destaca-se o Centro Governamental, situado na área próxima ao Lago, junto à represa, abrigando ainda o Parque Nacional e o Centro Cívico. (FIG. 276)

[67] Segundo atesta COSTA (2002:92), o memorial descritivo completo do plano de Cascaldi e Artigas não foi encontrado em nenhuma publicação. O original encontra-se disponível apenas para consulta na Faculdade de Saúde Pública de São Paulo. O texto citado é uma síntese do material elaborado por Costa.

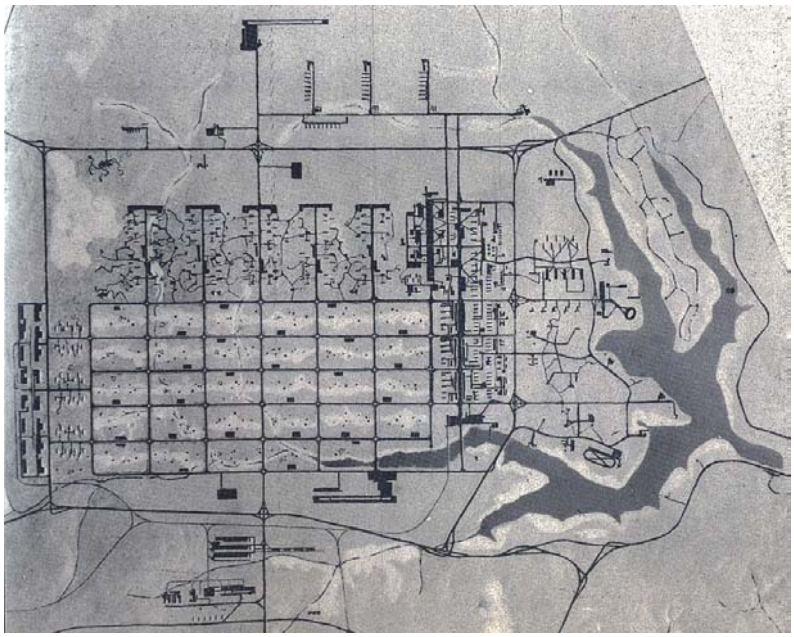


FIG. 276 – PLANO N. 1 – QUINTO LUGAR. EQUIPE – ARQ. CARLOS CASCALDI, JOÃO VILANOVA ARTIGAS E PAULO DE CAMARGO E ALMEIDA; E O SOCIÓLOGO MÁRIO WAGNER VIEIRA DA CUNHA.

A ZA (zona administrativa) ou Centro cívico estaria localizada próxima à zona militar para facilitar os desfiles que aconteceriam numa área para manifestações cívicas e culturais. [...] Aí, junto a uma esplanada, se localizariam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. [...]. Ao longo desta esplanada estariam os órgãos consultivos do presidente. Ao lado do Parque Nacional estariam os Ministérios e Autarquias com um centro de restaurantes e serviços próprios **(BRAGA, 1999:122).**

FONTE: Revista Módulo, n. 8 (JUL. 1957, ANO 3)

Quanto à proposta de espaços de praças, destaca-se a idealização de uma grande esplanada para sediar o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, e "amplas praças" situadas na chamada Zona Verde, área do Parque Nacional. Nas superquadras, lotes individuais configuram a zona residencial, composto por "áreas livres ajardinadas desenhadas em grande parte pelos cursos d'água, destinadas à circulação a pé" (BRAGA, 1999:122-124)

Das quatro propostas, o projeto da equipe de Rino Levi representa a solução mais radical em termos de estrutura urbana. Rompendo totalmente com a escala da cidade tradicional, a equipe propunha uma organização urbana polinuclear desenvolvida em gigantescas estruturas laminares, baseada na alta concentração populacional.[68] (FIG. 277 e 278)

[68] A idéia da cidade vertical já havia sido desenvolvida, em momentos posteriores. Destaca-se a proposta urbanística de Hilberseimer, para um milhão de habitantes, desenvolvida em 1925 e denominada a "Cidade Vertical" – *Hochhausstadt*, (HILBERSEIMER, 1999).

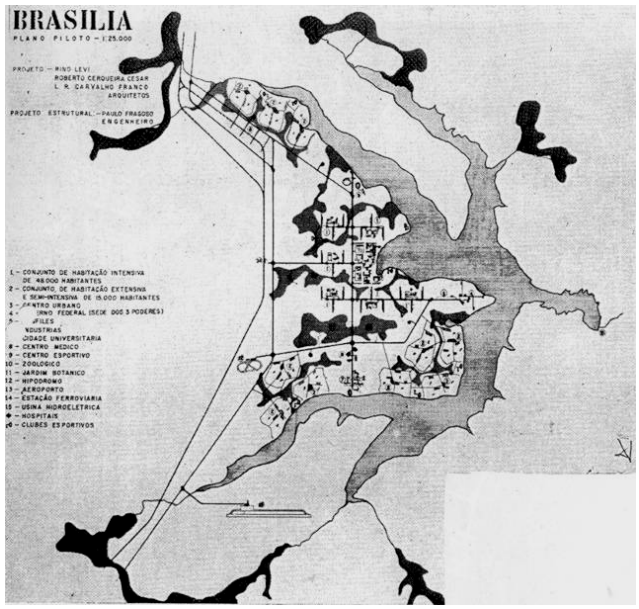


FIG. 277 – PLANO N. 17 – TERCEIRO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETOS RINO LEVI, ROBERTO CERQUEIRA CÉSAR e LUIZ ROBERTO C. FRANCO. ENGENHEIRO PAULO FRANGOSO, RESPONSÁVEL PELO PROJETO ESTRUTURAL.

FONTE: Revista Módulo, n. 8 (JUL. 1957, ANO 3)

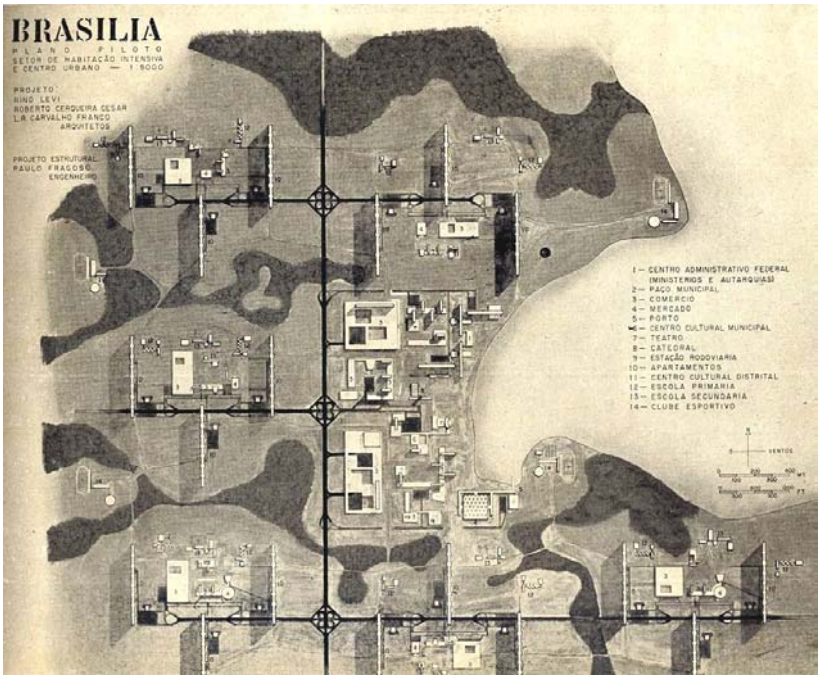


FIG. 278 – PLANO N. 17 – TERCEIRO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETOS RINO LEVI, ROBERTO CERQUEIRA CÉSAR e LUIZ ROBERTO C. FRANCO. ENGENHEIRO PAULO FRANGOSO, RESPONSÁVEL PELO PROJETO ESTRUTURAL.

FONTE: Revista Módulo, n. 8 (JUL. 1957, ANO 3)

A cidade vertical idealizada pela equipe de Rino Levi propunha um conceito inovador de ambiente urbano, a partir da idealização de grandes estruturas laminares, que abrigariam atividades de serviços e comércio básicos, inclusive áreas de lazer. O zoneamento proposto organiza a cidade em quatro setores: cívico, cultural, comercial e habitacional.[69] Distribuídos sobre uma grande superfície ajardinada, estruturas habitacionais gigantescas agrupam-se em conjuntos de três, formando pequenas unidades. Nos demais setores, a escala reduzida das edificações evidencia o contraste com a paisagem urbana.

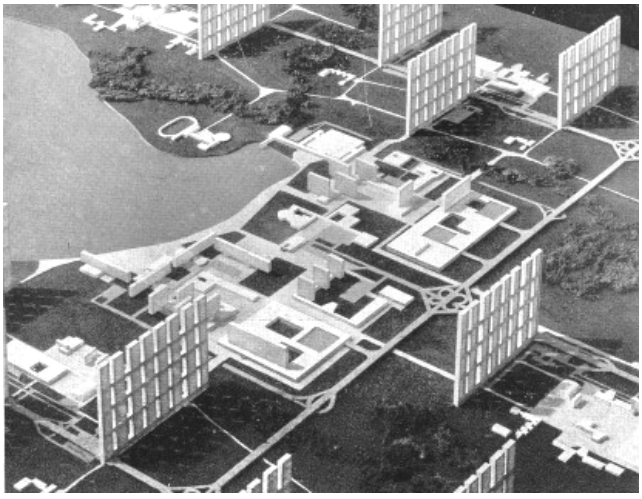
O centro urbano situa-se junto ao Lago, reproduzindo a mesma localização de algumas propostas anteriores. Em posição de destaque, essa área abriga as principais atividades urbanas, formando conjuntos de edificações organizadas em núcleos. A existência de um Centro Cívico Federal em posição de destaque para sediar os "poderes Executivo, Legislativo e Judiciário" atesta a influência das teorias modernistas, bem como demonstra o caráter simbólico do espaço. Comentando sobre o relatório, COSTA (2002:385) confirma a intenção de destaque do centro, localizado próximo à residência presidencial:

> Os principais órgãos do Governo Federal ocupariam posição de destaque, cercados por um soberbo parque, à margem do Lago. Uma grande avenida de acesso serviria como palco para desfile e manifestações cívico-militares. Ministérios, autarquias e órgãos que exigem contatos rápidos e fáceis, seriam erguidos no centro urbano.

FIG. 279 – CENTRO URBANO – CENTRO FEDERAL, PAÇO MUNICIPAL, ATIVIDADES ADMINISTRATIVA, COMERCIAL, CULTURAL E DE RECREIO

Os órgãos supremos dos poderes executivos [...] (Palácio do Governo, Senado, Câmara dos Deputados e Supremo Tribunal Federal) são dispostos em posição de destaque, no meio do Parque, à margem do Lago conformando o centro cívico federal

(Memorial Descritivo do Plano Piloto apud **COSTA, 2002:387)**



FONTE: www.infobrasilia.com.br – junho/2006

[69] O sistema viário se apresenta como um elemento-chave do deslocamento urbano. Grandes eixos interligam os setores. Compondo o conceito de cidade vertical, ruas internas foram projetadas interligando toda a extensão do conjunto, bem como a existência de cinco praças distribuídas ao longo dos itinerários.

Nas unidades residenciais de “habitação intensiva” não existe o modelo da quadra, mas um conjunto de três superblocos situa-se em extensa área verde, como mostra a imagem da maquete. Os blocos foram organizados em torno de uma área, espécie de espaço livre central, onde se localizam serviços, comércio e lazer (administração, cinema, cultura, escolas).

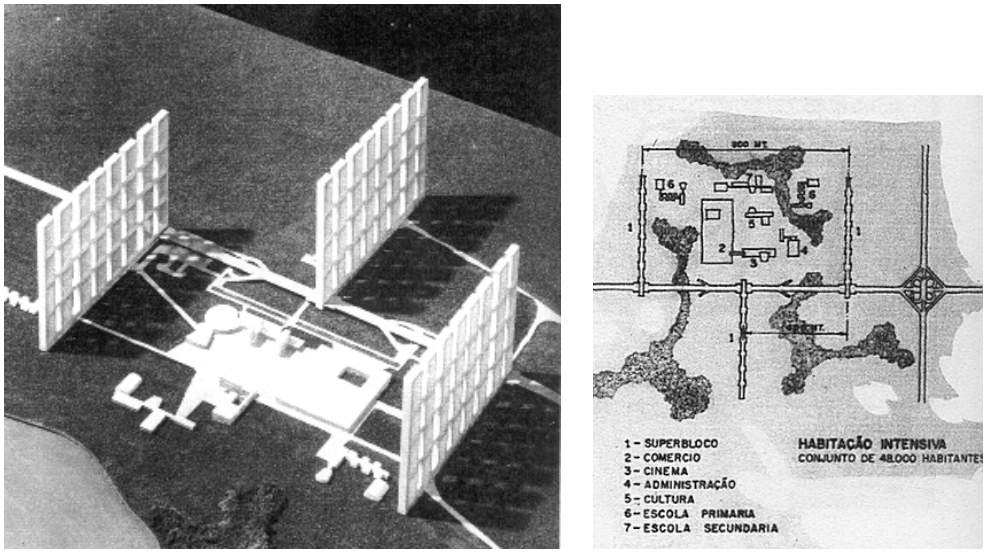


FIG. 280 – SUPERBLOCOS RESIDENCIAIS – MAQUETE E PROJETO
FONTE: (Im)possíveis Brasílias (COSTA, 2002)

O superbloco, idealizado como uma cidade vertical, abriga ruas corredores, “5 praças ao longo do percurso”, lojas de conveniência como restaurantes, lavanderias, além de creches, jardim de infância e um centro de saúde. Conceitualmente, os superblocos representam uma releitura da estrutura de bairro, formando unidades de vizinhança.[70]

O espaço público urbano é concebido segundo a ótica da relação edificações–vazios. Segundo os princípios modernistas, a cidade-parque deve conter grandes extensões de áreas verdes, promovendo a liberação do solo. Ao contrário da continuidade espacial existente nas cidades tradicionais, o espaço urbano apresenta-se extremamente fragmentado, pois as extensas áreas verdes isolam os núcleos edificados. A interação entre eles se dá apenas pelo sistema de circulação. Praças são espaços inexistentes nas zonas residenciais.

[70] No conceito de unidade de vizinhança, a escala populacional é bastante inferior à proposta de Rino Levi, uma vez que se fundamenta exatamente no processo de descentralização de núcleos em pequena escala. A cidade norte-americana de Radburn, modelo de unidade de vizinhança, comporta em torno de 10 mil habitantes em cada núcleo. A densidade populacional idealizada no projeto (48 mil habitantes no conjunto) coloca em cheque a qualidade de vida urbana do conjunto. Ver parte III, p. 249.

Em todas as propostas acima, a paisagem do Lago é o grande destaque da cidade. Para dar maior visibilidade e marcar hierarquicamente essa área, o espaço-sede dos poderes federais, o Centro Governamental e o Centro Cívico ocuparam suas bordas. A exceção está presente na proposta de Mindlin e Palanti. (FIG. 281)

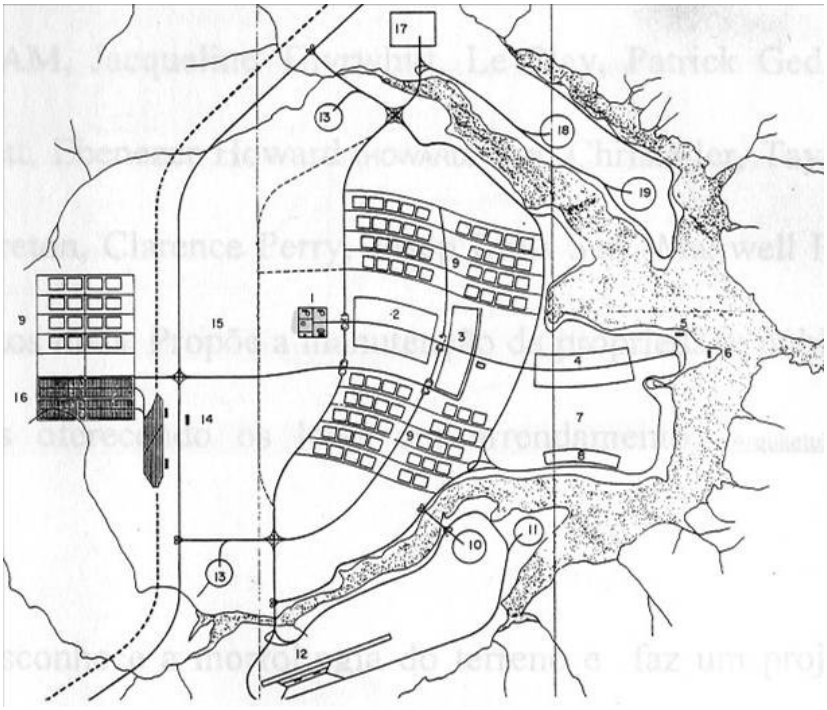


FIG. 281 – PLANO Nº 24 – QUINTO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETOS HENRIQUE EPHIN MINDLIN E GIANCARLO PALANTI.
FONTE: www.geocities.com – abril/2006

Invertendo totalmente a posição do centro Governamental, Mindlin e Palanti idealizaram esse centro no "extremo oposto do lago", isolando-o do restante da estrutura urbana. Concebido como "um conjunto simbólico das mais altas autoridades da nação, no ponto mais alto da cidade", o centro federal constitui o Capitólio, formado por uma ampla praça onde se localizam os três poderes fundamentais e as embaixadas: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. BRAGA (1999:109) descrevendo esse setor destaca sua localização:

> Arremataria o eixo leste-oeste, que seria próprio para desfiles, passeatas e festividades. As pistas do eixo atingiriam o centro **da grande praça do capitólio, igualmente destinada às manifestações coletivas**, diluindo-se numa pista transversal. **Na grande praça, o Poder executivo ocuparia a posição central, de maior destaque, e o Legislativo e Judiciário ocupariam, cada um, uma das laterais.** grifos meus

Apesar da referência à grande praça, o Capitólio, como representado no desenho abaixo, é formado por uma esplanada, onde se distribuem os edifícios do Governo Federal. Novamente, o modelo utilizado é o da praça modernista: um grande vazio composto por edificações em meio a superfícies verdes.

Próximo ao Capitólio, encontra-se o setor dos Ministérios. Distribuídos ao longo do eixo leste-oeste, "foram dispostos dos dois lados do eixo, em edifícios de gabarito alto, ordenados aos grupos em uma sucessão de praças" (BRAGA, 1999:109). Representando o conjunto do centro federal, o Capitólio e o setor dos Ministérios são espaços isolados na estrutura urbana, interligados apenas pelo sistema de circulação. A mesma estrutura de isolamento do setor Governamental aparece na proposta dos irmãos Roberto.

O projeto idealizado por essa equipe, de todos os premiados, foi o único a apresentar uma estrutura polinuclear formada por um conjunto de unidades independentes e descentralizada: a "Federação de Unidades Urbanas". (FIG. 282)

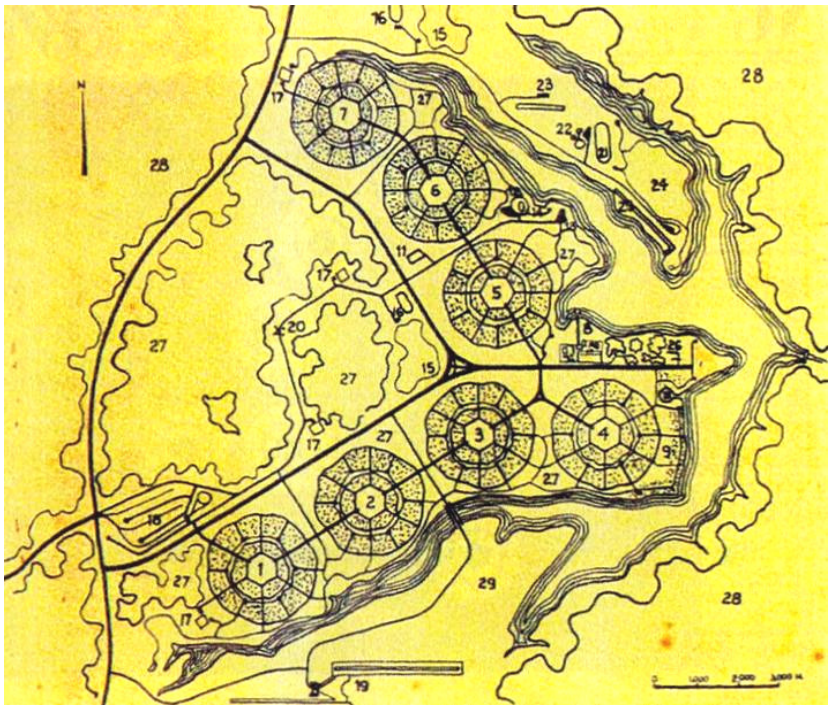


FIG. 282 – PLANO n. 8 – TERCEIRO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETOS M. M. M. ROBERTO. ANTÔNIO DIAS, ARQUITETO ASSOCIADO; ELLIDA ENGERT, ARQUITETA CHEFE; PAULO NOVAES, ENGENHEIRO E FERNANDO SEGADAS VIANNA, ENGENHEIRO AGRÔNOMO.

FONTE: Revista Módulo, n. 8 (JUL. 1957, ANO 3)

O centro cívico foi idealizado como “o núcleo essencial do Governo” e denominado de Parque Federal: “constituído pelos órgãos centrais dos três poderes”. Localiza-se próximo à margem do Lago e apresenta-se de forma isolada das unidades federativas, ou núcleos urbanos. Destina-se exclusivamente “aos serviços federais diretamente ligados à Presidência da República, Congressos e órgãos superiores do Poder Judiciário, aos monumentos nacionais e centros culturais de importância nacional”. A imagem abaixo retrata a concepção do Parque Federal.

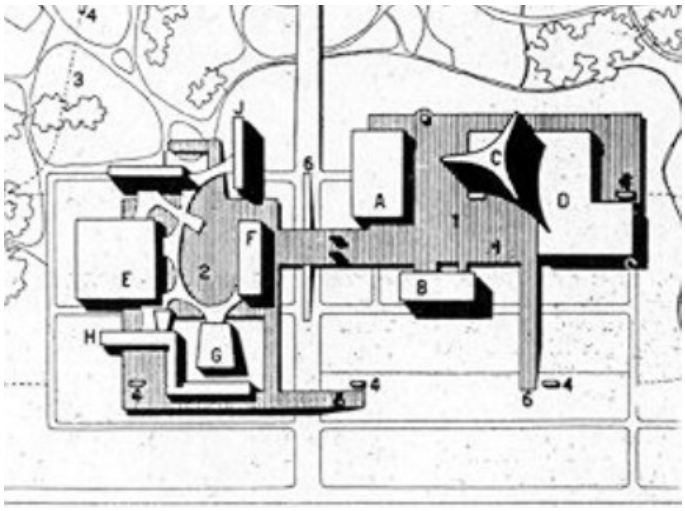


FIG. 283 – PARQUE FEDERAL. 1 – PRAÇA DO GOVERNO
A – LEGISLATIVO; B – JUDICIÁRIO; C – EXECUTIVO; 2 – PRAÇA DA CULTURA
É na área que denominamos Parque Federal que estão situados os órgãos supremos do Governo Federal
(Memorial Descritivo do Plano Piloto apud **COSTA, 2002:248).**
FONTE: Revista Módulo, n. 8 (JUL. 1957, ANO 3)

A cidade proposta divide-se em unidades hexagonais, formando núcleos urbanos. No centro de cada unidade observa-se um *Core,* cuja função deveria ser a de abrigar os “locais de trabalho, de diversão, lojas e entidades do governo municipal”. Nas palavras dos autores:

> Escolhemos a palavra “Core” para identificar o coração**, o centro vital da comunidade urbana**. Nas cidades contemporâneas esse Core está mal identificado. Às vezes é uma avenida e ruas transversais, noutras uma praça e as ruas nela vão ter. [...]. Procuramos traçar para as unidades urbanas Cores bem definidos, exatamente proporcionados às necessidades da população e em que a qualidade arquitetural fosse do melhor quilate.
> Como as unidades são de dimensões semelhantes, os Cores também têm índices especiais iguais. Mas as disposições e o caráter de cada um são diversos, adaptando-os às características de cada unidade (Memorial Descritivo do Plano Piloto apud COSTA, 2002:262) – grifos meus

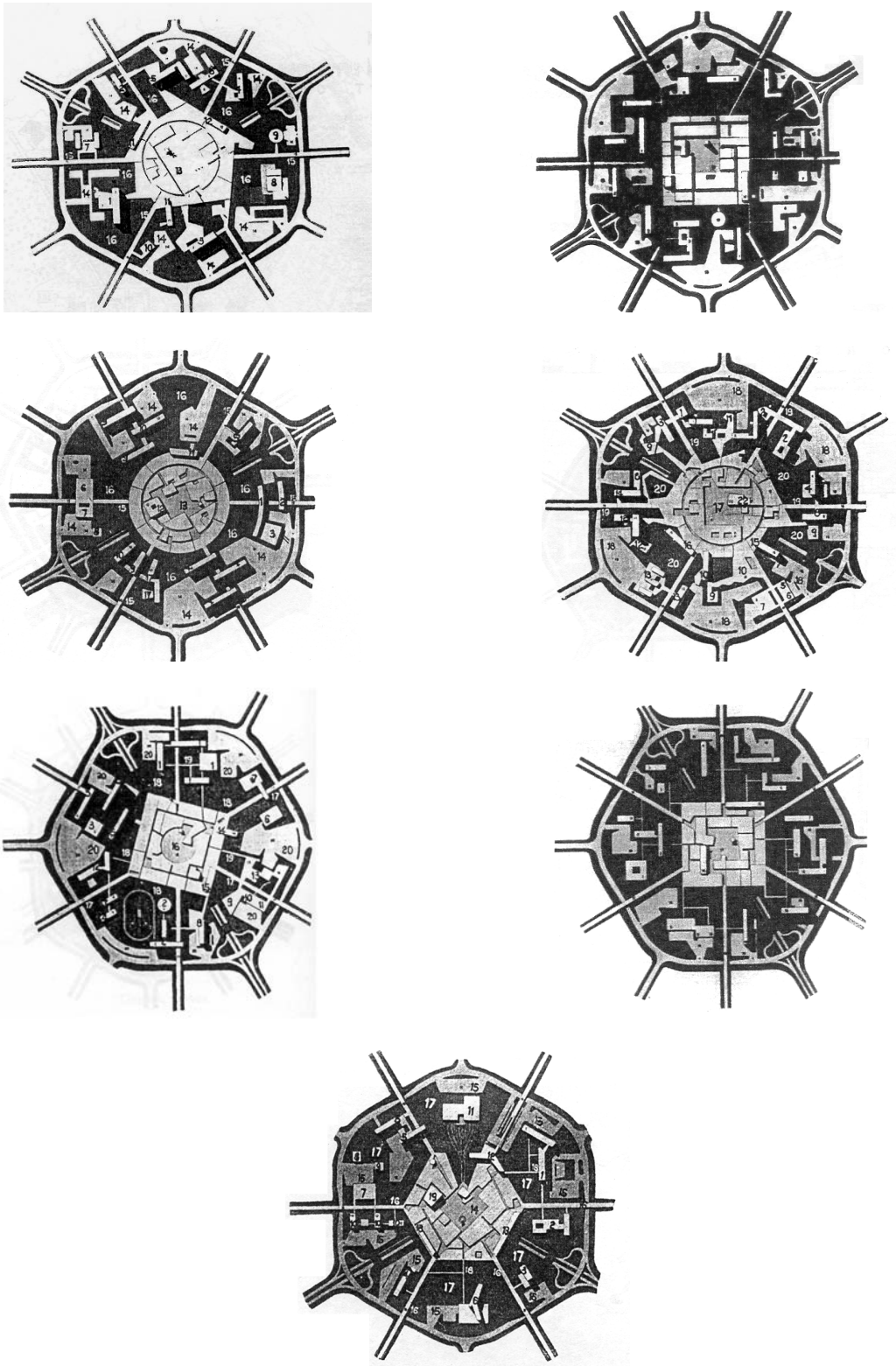


FIG. 284 – PROJETO DAS 7 FEDERAÇÕES DIFERENTES – PLANO PILOTO DE M.M.M. ROBERTO

FONTE: Impossíveis Brasílias (COSTA,2002)

A *Praça da Unidade* representa o espaço estruturador do núcleo urbano, o ponto nodal. Esse espaço concebido não apenas no seu sentido estético e formal foi idealizado para constituir o nó espacial e simbólico da cidade.

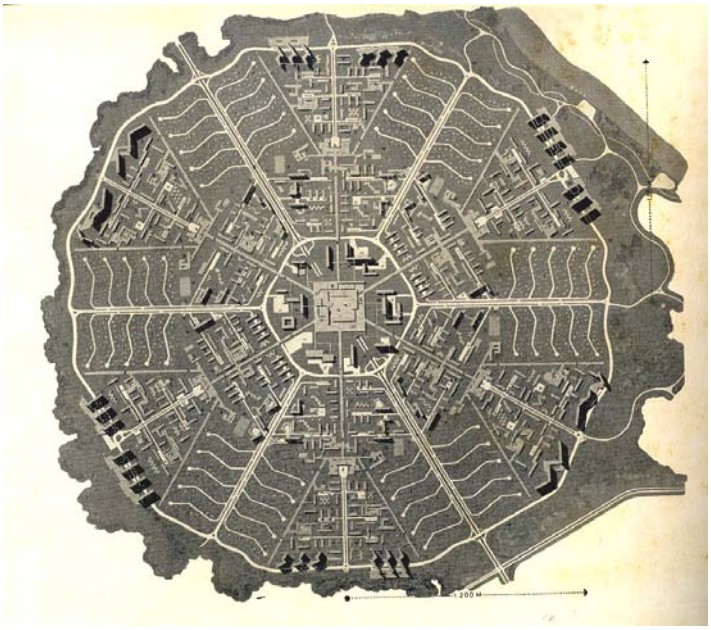


FIG. 285 – PROPOSTA M.M.M. ROBERTO – ESTRUTURA POLINUCLEADA

A praça central foi dimensionada para ser cenário amável e acolhedor onde o passante se sentirá parte da coletividade sem se dissolver numa multidão. Enquanto visto do exterior o Core tem um aspecto monumental, compatível com a sua importância na Urbe, visto de dentro da praça central, desaparecerá o cenário dos grandes edifícios perimetrais e a visão encontrará um quadro variado e de proporções arquiteturais em que a figura humana não desaparece.

(Memorial Descritivo do Plano Piloto, apud **CARPINTERO, 1998:94).**

FONTE: Revista Módulo, n. 8 (JUL. 1957, ANO 3)

Em relação à estrutura urbana, a praça explora notadamente o caráter de centralidade, instituindo-se como ponto de convergência e confluência na malha urbana. Na descrição da proposta, observa-se a importância e o destaque dado ao papel desse espaço central:

> As instalações do Core caracterizarão a Unidade; nesta, predominará a administração, naquela, os órgãos técnicos: na outra, os negócios, ou a vida artística, etc. Os ônibus, o sistema de trânsito rápido cruzarão a Unidade [...] mas terão um único ponto de parada: no Core, perto da Praça Central (Memorial Descritivo do Plano Piloto, MMM Roberto, apud COSTA, 2002:242).

O conceito de *Core* está presente em diversos momentos da história das cidades, em que se destacam os projetos de praça formal desenvolvidos no modelo da *cidade ideal* renascentista. Nesses modelos, a praça central representa o espaço de confluência do traçado urbano, sediando os principais edifícios da cidade. As imagens ao lado, retiradas dos tratados renascentistas, esboçam notadamente essa idéia: morfologia estelar, traçado radioconcêntrico e praça principal – centro físico e simbólico da composição.[71] (FIG. 286)

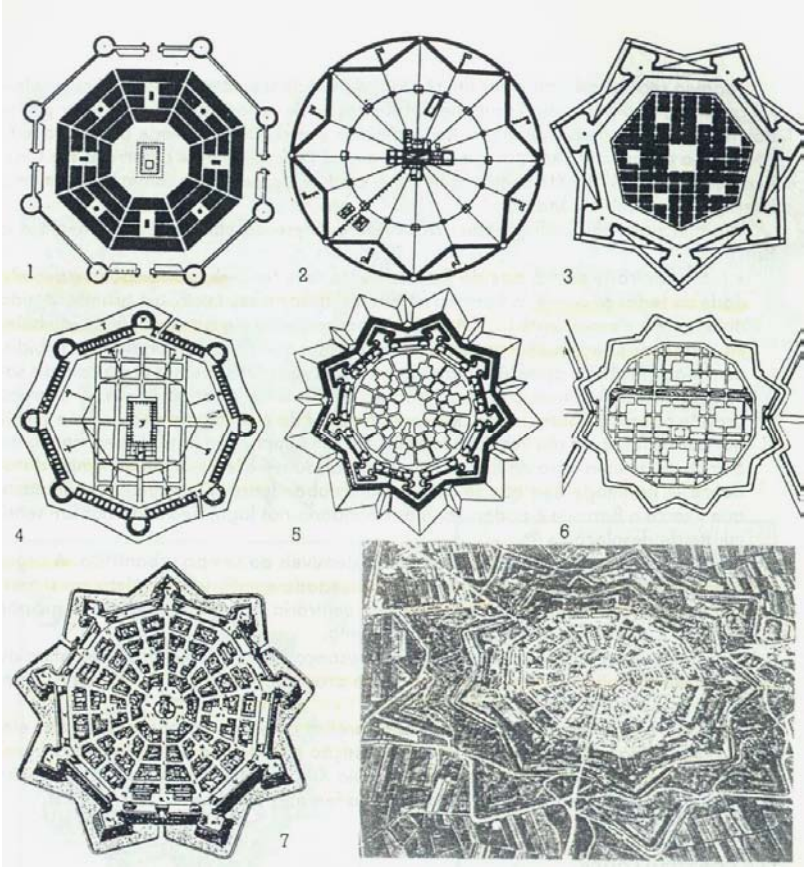


FIG. 286 – PLANOS DE CIDADES IDEAIS (SÉCULO XV)

Cidades ideais renascentistas: 1 – desenho baseado nas descrições de Vitrúvio; 2- Filarete; 3 – Pietro Cataneo; 4 – Danieli Bárbaro; 5 – Buonaiuto Lorini; 6 – Scamozzi; 7 – Palma Nuova (desenho e vista aérea).

A estrutura da cidade se desenvolve em torno de uma praça central.

FONTE: Morfologia urbana e Desenho da Cidade (LAMAS, 1993)

[71] A referência ao traçado da cidade *ideal* serve apenas para a concepção do espaço da praça, como ponto focal de convergência e posição geográfica. Pois, não há dúvidas de que a proposta do plano dos irmãos Roberto possui vinculação moderna com bases no urbanismo funcionalista. Em relação ao papel desempenhado pela praça nas cidades renascentistas, ver ZUCKER (1959). Em relação ao vínculo da proposta com a forma da cidade *ideal* elaborada na Renascença, ver COSTA (2002:229).

Como observado anteriormente[72], a mudança na estrutura espacial da cidade, ocorrida com o urbanismo moderno, gerou uma transformação dos seus espaços públicos. A praça passou a configurar espaços de passagem, sobretudo grandes vazios pontuados por edificações isoladas. Esses espaços, longe de representarem a sala de visitas da cidade tradicional, funcionam como palcos isolados e independentes: não existem portas e janelas, nem fachadas delimitando-os visualmente. Atuam como pontos focais, mas são grandes vazios destinados a serem preenchidos em datas festivas e solenidades. Não representam o lugar de encontro e de trocas, nem o centro social da cidade.

Em todas as propostas analisadas, observa-se a transformação no modelo tradicional da praça principal, bem como sua substituição pelo modelo de centro cívico, esplanada, grande vazio, cuja função está arraigada na questão estética – palco para as edificações governamentais; na questão simbólica – pois representam a sede do Governo Federal; e no papel de espaço público – espaço apropriado para se desenvolver funções cívicas como desfiles, solenidades oficiais, manifestações civis e militares, entre outras.

As outras praças idealizadas nos diversos setores como áreas comerciais, de serviços e residenciais, incorporam os princípios modernistas, configurando grandes espaços ajardinados pontuados por equipamentos esportivos, de lazer e recreação, com o propósito de celebrar o vazio urbano e a liberdade do solo para o acolhimento das áreas verdes.

Os modelos de praças estudados na análise dos projetos premiados revelam a sintonia e a influência dos princípios urbanísticos modernistas à época, especialmente os conceitos urbanos defendidos por Le Corbusier na Carta de Atenas. O pensamento urbanístico brasileiro na década de 1950 via na cidade modernista, especialmente no zoneamento, a solução para todos os *males* urbanos: a alternativa para a organização *ideal* da sociedade. Esse conceito de cidade, em especial de espaço público, presente nas concepções urbanas dos projetos premiados concretizar-se-ia com a implantação do Plano Piloto de Lúcio Costa.

[72] Ver Parte II desta tese.

O PLANO PILOTO DE LÚCIO COSTA

O resultado do concurso demonstrou a opção da comissão julgadora por manter o caráter piloto da proposta definido no edital. A escolha da proposta de Lúcio Costa como projeto vencedor legitimava essa opção, ao mesmo tempo em que revelava a idéia de cidade que compunha a expectativa dos membros da comissão: uma cidade moderna, mas, sobretudo símbolo, "diferente de qualquer cidade de quinhentos mil habitantes". Esse símbolo deveria, do ponto de vista da comissão, consolidar um novo desenho e "ter expressão arquitetural própria".[73]

O projeto de Lúcio Costa foi considerado pela comissão julgadora como a idealização plena de uma cidade-capital. Continha expressividade inédita, reconhecido pelo júri como o "único plano para uma capital administrativa do Brasil". Essa concepção *ideal* de cidade, vislumbrada pela comissão, estava intimamente relacionada ao mito histórico da cidade-capital e de sua morfologia.[74]

Nesse sentido, existem princípios urbanos presentes no imaginário coletivo que, de certa forma, configuram características históricas de cidades-capitais. A afirmação de que o projeto de Lúcio Costa fora o único capaz de representar uma cidade-capital estava relacionada a essa imagem simbólica presente no imaginário da comissão julgadora e que de alguma forma, se legitimou na sua concepção.

Analisando historicamente o perfil de cidades-capitais, GOMES (2002:52) destaca que um dos aspectos importantes sobre sua fisionomia é a monumentalidade. Segundo ele, "o monumentalismo é o ingrediente obrigatório nas cidades onde os soberanos procuraram estabelecer um domínio absoluto". A monumentalidade é uma referência que está sempre ligada à expressão simbólica do poder.[75]

---

[73] Relatório do Júri apud SILVA (1970:117).

[74] Segundo CAUQUELIN (1998), os mitos constituem um repertório de imagens que são produzidas ao longo da história e repassadas de geração em geração, segundo critérios de cada cultura. Esses "lugares distintos, qualificados, específicos fazem parte de uma organização simbólica do mundo" que se consolida em arquétipos e modelos. Esse mito organiza e conforma uma imagem simbólica, que adquirimos a partir de uma memória urbana coletiva.

[75] GOMES, Paulo César da C. *A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Sob o governo de Péricles, Atenas transformou-se em uma das cidades mais importantes da civilização grega. A reforma da *Acrópole* demonstrou todo o poderio e a ascensão política do seu governante, materializando na arquitetura do Parthenon, a perfeição construtiva. A cidade de Roma, capital imperial, foi palco de inúmeras reformas urbanas protagonizadas por seus Imperadores. A quantidade de *fóruns e* monumentos

No relatório do plano piloto, Lúcio Costa explorou esse aspecto, definindo sua concepção:

> Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como URBS, mas como CIVITAS, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E para tanto a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de certa dignidade e nobreza de intenção, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado **o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa** (COSTA, 1957). grifos meus[76]

A capital de Lúcio Costa representou, por excelência, o espaço da monumentalidade, um espaço capaz de consolidar esse *status* de cidade-capital. Ao captar o sentido simbólico de sua criação ele soube propor uma cidade "onde todos puderam ver uma cidade concreta, com qualidades urbanas conhecidas e desejadas, reconfiguradas pelas possibilidades modernas" e, nas palavras de BRAGA (1999:158), idealizar seu conjunto, vislumbrando "os espaços monumentais da nova capital federal, os espaços recolhidos da vida cotidiana dos seus moradores, os espaços densos e concentrados da vida gregária de seus cidadãos e os espaços de feição naturalista e rústica do recreio bucólico".

O plano piloto de Lúcio Costa venceu o concurso, tornando-se um marco para a história do urbanismo brasileiro e para a divulgação da doutrina da *Carta de Atenas* (FIG. 287).

---

arquitetônicos existentes atestam a necessidade dos governantes de deixarem registrado seu poderio. Napoleão Bonaparte, na figura do Barão Haussmann, transformou Paris na capital cultural da Europa. Hitler empenhou-se em transformar Berlim, encomendando ao arquiteto Albert Speer um projeto urbano monumental.

[76] Paulo Bicca, em seu texto intitulado *Brasília: mitos e realidades*, vê sob outro angulo o caráter monumental de Brasília. Afirma que na história das cidades não se encontra nenhuma sociedade cuja produção de um espaço monumental não tivesse sido realizada sem a afirmação da soberania de um grupo sobre outro: "a monumentalidade aparece como parte de um processo histórico mais amplo, no qual as classes sociais e o Estado começam a dar seus primeiros passos numa sociedade já então determinada pela economia política; ela representa um poder que então se institui de forma pretensamente absoluta e que busca, através da arquitetura, marcar, material e simbolicamente, sua suposta transcendência e eternidade" (Paulo Bicca in PAVIANI, 1985). Ver BENEVOLO (1997); MORRIS (1992); HAROUEL (1990); MUNFORD (1991); GRAVAGNUOLO (1998).

O gesto criador concretizou-se nas palavras do arquiteto:

> Resumindo, a solução apresentada é de fácil compreensão, pois se caracteriza pela simplicidade e clareza do risco original, o que não exclui, conforme se viu, a variedade do tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia de exigências de aparência contraditória" (COSTA, 1957, art. 23).

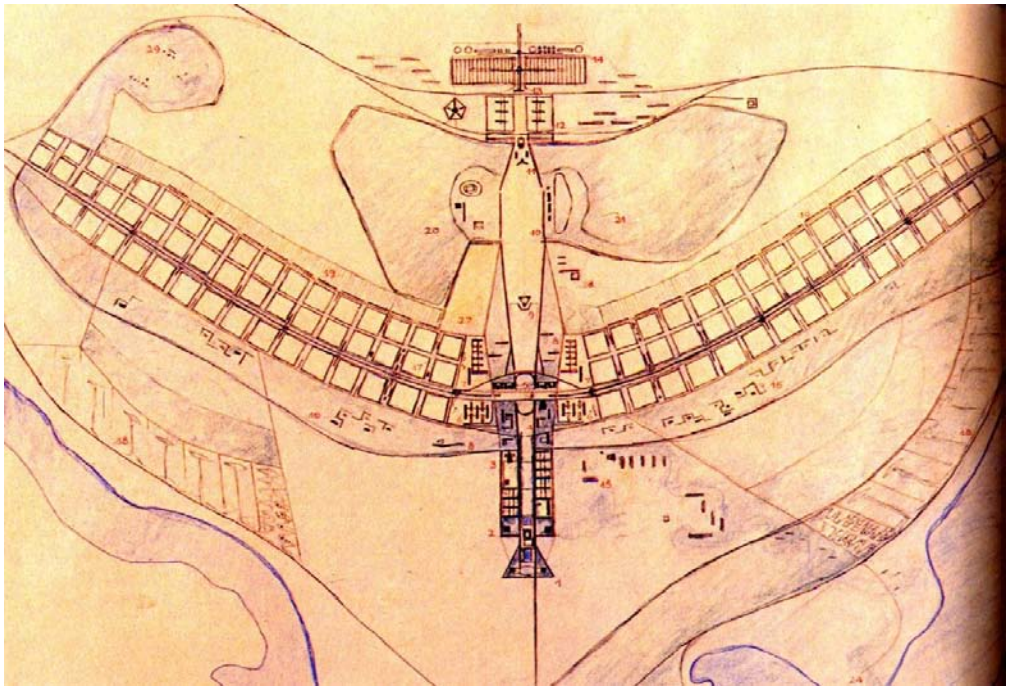


FIG. 287 – PLANO n. 22 – PRIMEIRO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETO LUCIO COSTA.
FONTE: Lucio Costa: Registro de uma vivência (COSTA,1995)



FIG. 288 – VISTA DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
FONTE: www.portalbrasil.net – dez/2006

O projeto do plano piloto de Brasília representou um marco para a história do urbanismo, não apenas em sua conotação política (construção da nova capital federal), mas, sobretudo, pela concretização de um novo paradigma urbano.

Para Lúcio Costa, a oportunidade de "criar" uma cidade representou uma experiência singular, pois seus trabalhos anteriores referem-se a projetos de menor escala, tais como o projeto de um conjunto de apartamentos econômicos (Rio de janeiro, 1933), de um conjunto habitacional para a Companhia Belgo-Mineira (João Monlevade, 1934), da Cidade Universitária e do Conjunto residencial Parque Guinle (ambos no Rio de Janeiro, 1936 e 1940).[77] O concurso de Brasília significou a possibilidade de legitimar e de aplicar, no âmbito urbano, uma nova estética urbana, que já vinha sendo utilizada pelos adeptos do repertório modernista.[78]

Essa busca de uma nova linguagem arquitetônica e urbana, coerente com o desenvolvimento tecnológico da época, representava para Lúcio Costa a liberdade alcançada pelo movimento modernista, de produzir uma arquitetura livre de "estilos" históricos e genuína.[79] Lúcio COSTA (1995:68) defendia com muito rigor a renovação estética da arquitetura:

> Em todas as grandes épocas, as formas estéticas e estruturais se identificam. Nos verdadeiros estilos arquitetura e construção coincidem. E quanto mais perfeita a coincidência, mais puro o estilo. O Parthenon, Reims, Santa Sofia, tudo construção, tudo honesto, as colunas suportam, os arcos trabalham. Nada mente. **Nós fazemos exatamente o contrário** [...]. **Nós fazemos cenografia, "estilo", arqueologia, fazemos casas espanholas de terceira mão, miniaturas de castelos medievais, falsos coloniais, menos arquitetura**.[80]

---

[77] O projeto do Parque Guinle foi para Lúcio Costa a oportunidade de desenvolver o conceito das superquadras: uma área privada abrigando apenas edifícios residenciais, localizados dentro de um parque (COSTA, 1995).

[78] Segundo afirma CAVALCANTI (2001:11), o movimento modernista teve origem em São Paulo com o projeto da casa paulistana de Warchavchik, que marca o surgimento de uma nova estética arquitetônica. A experiência de Brasília teria sido ao mesmo tempo o auge e o fim do movimento: fim "da linguagem modernista clássica". A partir de então se podem verificar novas formas arquitetônicas e urbanas.

[79] A construção da cidade de Brasília representou a consolidação, no campo do urbanismo, desse movimento artístico iniciado na década de 20, caracterizado pela busca de uma modernidade brasileira. Movimento que se manifestou na obra de diversos intelectuais como Mario de Andrade e Tarsila do Amaral, entre outros. Movimento que tinha como raízes o vínculo entre modernidade e nacionalidade.

[80] Nessa entrevista sobre a situação do ensino da Escola de Belas Artes, realizada em 1930, Lúcio Costa expõe seu ponto de vista em relação aos novos caminhos que a Escola deveria seguir, demonstrando claramente a sua preferência pela estética modernista: "Os clássicos serão estudados como disciplina; os estilos históricos como orientação crítica e não para aplicação direta" (COSTA, 2000:68).

Nesse contexto, a proposta do plano piloto de Lúcio Costa foi elaborada não como resultado de uma experiência prática e concreta, mas como a possibilidade de materializar, pela primeira vez na história do urbanismo brasileiro, os ideais que refletiam um novo conceito de cidade: a cidade funcional, "o antídoto para o caos e a desorganização das cidades tradicionais".[81]

As referências urbanísticas enumeradas no projeto por Lúcio Costa abrangem as memórias das *lawns* inglesas de sua infância, a *ordonnance* francesa presente nos eixos de perspectivas parisienses, as paisagens chinesas, as auto-estradas americanas com seus viadutos e travessias, e a paisagem mineira da cidade de Diamantina, essa última marcando a filiação brasileira.

Nos croquis de Lúcio Costa, a idéia de cidade começa a tomar forma a partir do cruzamento de duas linhas. Esse traço, fruto do pensamento racional, vai depois vincular-se a um importante símbolo cultural: a cruz. (FIG. 289)



FIG. 289 – DESENHOS REALIZADOS POR LÚCIO COSTA
***Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz* (COSTA, 1957, art. 1)**
FONTE: Lúcio Costa: registro de uma vivência (COSTA, 1995)

[81] Pensamento exposto na Carta de Atenas (1989, art. 8º): "o mal é universal, expresso nas cidades por um congestionamento que as encurrala na desordem e, no campo, pelo abandono de numerosas terras".

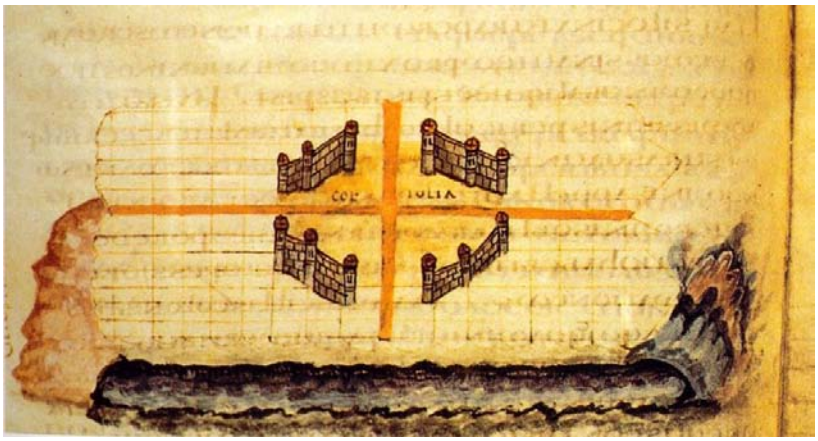


FIG. 290 – ESQUEMA DE FUNDAÇÃO DAS CIDADES ROMANAS

FONTE: La Cite Ideale en Occident (VERCELLONI, 1994)

a primeira é o agouro destinado a se assegurar que os deuses não se opõem à criação da cidade; depois vem a orientatio (...). Assim a nova cidade se integra à ordem geral do universo; o fundador procede então à limitatio, traçando com um arado um sulco na terra que ele interrompe nos locais previstos para as portas – ele cria assim a linha de proteção mágica, o pomerium, da qual as divindades infernais impedem a transposição e aquém da qual será construída a muralha; a última operação é a consagração, pela qual a cidade se encontra sob a proteção dos deuses e em particular da tríade capitolina: Júpiter, Juno e Minerva.

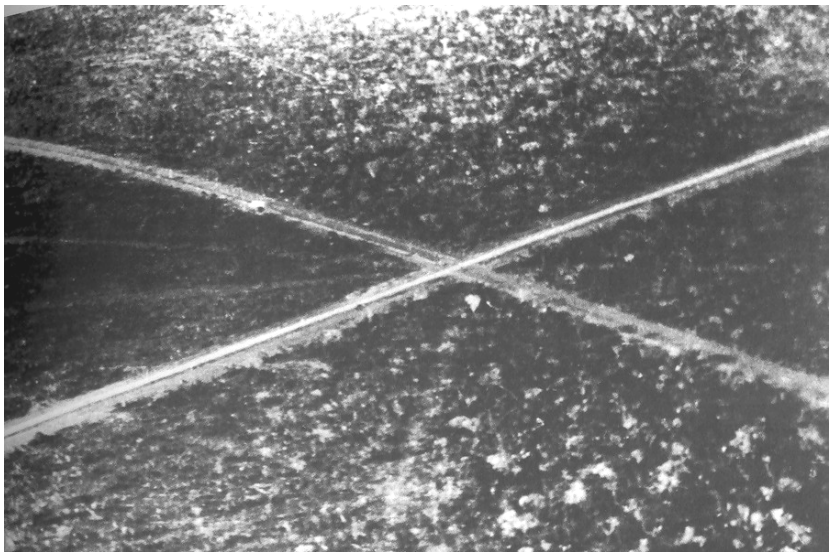


FIG. 291 – FOTO AÉREA DO CRUZAMENTO DO EIXO MONUMENTAL COM O EIXO RODOVIÁRIO

FONTE: Lucio Costa: registro de uma vivência (COSTA, 1995)

Criado a partir da definição de dois eixos, o *gesto* descrito por Lúcio Costa também remete a outro símbolo cultural: o ritual de fundação das cidades da Antigüidade, cuja ação de tomar posse da terra representava a comunhão do homem com o universo. Esse rito de fundação consistia no ato de "determinar dois grandes eixos da cidade, suas duas ruas principais", cruzando-as em ângulo reto: "o *decumanus* (leste-oeste) *e o cardo* (norte-sul)", estabelecendo então a comunhão com a "nova ordem geral do universo". O desenho selecionado representa esse ritual de fundação da cidade.[82] (FIG. 290)

O sítio destinado à construção da nova capital apresentava um elemento que foi determinante para o projeto de Lúcio Costa: a bacia do Rio Paranoá. Esse elemento, aliado à topografia, tornou-se a base da localização dos dois eixos viários:

> Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo eqüilátero, que define a área urbanizada (COSTA, 1957).

Analisando a concepção de Lúcio Costa, CARPINTERO (1998:120) afirma que a vinculação do plano aos condicionantes físicos locais e à potencialidade de exploração da paisagem natural forneceram um diferencial em relação às propostas concorrentes e, ao mesmo tempo, serviram de suporte técnico ao desenho idealizado.[83]

A área destinada à localização da cidade encontrava-se livre, com exceção de alguns edifícios e elementos já fixados pela NOVACAP: o Palácio Presidencial e um hotel, ambos de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, e a represa e o Aeroporto.

A participação de Niemeyer na idealização dos principais edifícios arquitetônicos foi fundamental para se alcançar a "dignidade" concebida por Lúcio Costa para a Capital. Oscar Niemeyer e Lúcio Costa já haviam trabalhado em parceria no projeto do Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova York de 1939 e haviam participado da equipe responsável pelo projeto daquele que seria um marco na história da arquitetura brasileira: o edifício do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, em 1937. Portanto, Lúcio Costa compartilhava do

---

[82] Descrevendo esse rito de fundação, HAROUEL (1990:22) destaca quatro fases, sendo a *orientatio* o ato de marcar no solo o desenho da cidade. As outras fases são o *agouro*, a *limitatio* e o *pomerium.*

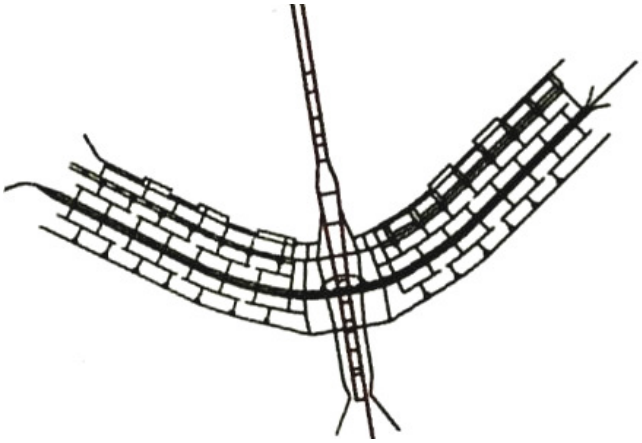
[83] CARPINTERO (1998:120) destaca essa vinculação ao sítio ao analisar um dos primeiros croquis realizados por Lúcio Costa, onde ele aborda justamente os condicionantes topográficos.

mesmo gosto estético de Oscar Niemeyer e sua proposta permitia uma sintonia perfeita com as obras de Niemeyer.[84]

Coerente com os princípios modernistas, Lúcio Costa estabeleceu as funções do espaço urbano, partindo da concepção de zoneamento e setorização. Configurando espacialmente a cidade em torno de uma estrutura linear, Costa propôs a distribuição do sistema viário principal ao longo dos dois eixos de circulação. A imagem ao lado mostra o esquema de circulação da cidade: em vermelho, o eixo monumental e em azul, o eixo rodoviário. (FIG. 292 e 293)

FIG. 292 – ESQUEMA DE CIRCULAÇÃO PRINCIPAL

FONTE: www.brazilia.jor.br julho/2006



À definição de zoneamento funcional corresponde o princípio da ordenação e da organização de quatro "funções fundamentais", às quais o planejamento urbano deveria objetivar*: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular*. O princípio da circulação seria o de possibilitar a integração dos diversos setores, permitindo sua acessibilidade. Complementando essas funções básicas, o Centro Público, descrito por LE CORBUSIER (1989, art. 77) como o centro de atividades administrativas e cívicas.

Observando o plano piloto, pode-se afirmar que o elemento-chave da estrutura urbana é o sistema viário. Nele, dois eixos se cruzam, definindo a morfologia urbana e compondo a base para a localização das três principais funções. CARPINTERO (1998:123) analisa essa distribuição, afirmando que:

[84] Destacam-se aqui alguns pontos importantes em relação à participação de Niemeyer na construção de Brasília: a amizade com o presidente Kubitschek vem desde Belo Horizonte, quando este era governador. A simpatia de Juscelino pela estética modernista rendeu a Niemeyer o cargo de diretor do departamento de arquitetura da NOVACAP e a responsabilidade de elaborar e construir os principais edifícios públicos da nova capital.

> O eixo rodoviário tem a seu redor as habitações organizadas em esquemas evoluídos da cidade-jardim, as superquadras. O eixo monumental, com as pistas de tráfego afastadas por um extenso gramado, dá a principal feição da cidade e agrega as funções de trabalho e lazer.

Esse sistema de circulação é o grande protagonista da cidade. Sua origem, nas palavras de Lúcio Costa, nasce do gesto criador para, em seguida, render-se às condições topográficas do sítio, priorizadas no projeto. Analisando essa configuração, CARPINTERO (1998:123) afirma que as condições topográficas do terreno teriam direcionado a implantação dos dois eixos, sugerindo naturalmente a morfologia projetada.[85]

> O eixo monumental foi sugerido pelo divisor e o eixo rodoviário adaptou-se às curvas de nível na melhor técnica rodoviária. O arqueamento do eixo Rodoviário corresponde à encosta da calota convexa. A cidade nasceu pronta, do terreno, através da sensibilidade de Lúcio Costa que apenas conferiu os valores simbólicos de nossa sociedade e nossa cultura.

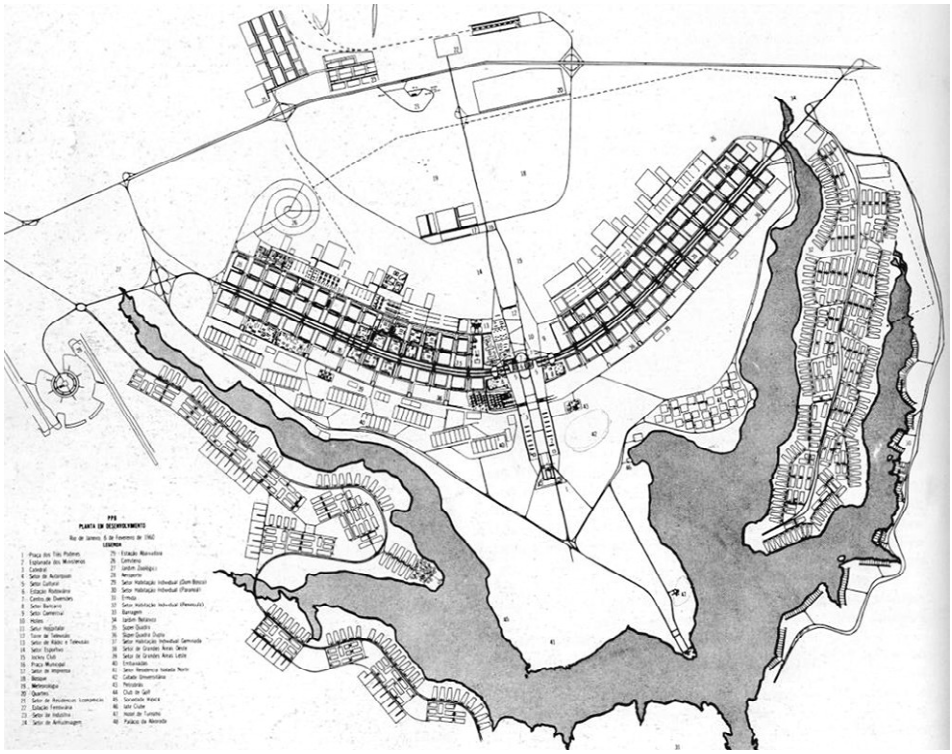


FIG. 293 – PLANO PILOTO DE BRASÍLIA PROPOSTO POR LUCIO COSTA

FONTE: Lucio Costa: registro de uma vivência (COSTA, 1995)

[85] Na análise do plano piloto, CARPINTERO (1998:115-119) destaca as referências teóricas que aparecem no projeto, acrescentando à "estrutura linear", de Soria y Mata, o modelo de cidade-jardim de Ebenezer Howard (1898); a Carta de Atenas e os princípios urbanísticos defendidos por Le Corbusier. Aliado às referências teóricas, ele acrescenta outro fenômeno: o progresso tecnológico que permitiu o desenvolvimento do sistema de transporte e da técnica rodoviária, fundamental para a viabilidade do plano piloto.

Estabelecidos os dois eixos de circulação viários, a morfologia da cidade começou a desenvolver-se ocupando as áreas marginais aos eixos. (FIG. 295) Nesse momento, a plena aplicação do princípio de zoneamento definiu os setores e as zonas da cidade, localizando nas proximidades do eixo Rodoviário o setor residencial e, ao longo do eixo Monumental, os demais setores definidos por Lúcio Costa:

> 4 – Como decorrência dessa concentração residencial, os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões e o centro esportivo, o setor administrativo municipal, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais e, por fim, a estação ferroviária, foram-se naturalmente ordenando e dispondo ao longo do eixo transversal que passou assim a ser o eixo monumental do sistema [...] Lateralmente à inserção dos dois eixos, mas participando em termos de composição urbanística do eixo monumental, localizaram-se o setor bancário e comercial, o setor dos escritórios de empresas e profissões liberais, e ainda os amplos setores do varejo comercial (COSTA, 1957).

A localização do setor comercial no cruzamento dos eixos correspondia exatamente aos parâmetros estabelecidos por Le CORBUSIER (1989:50) na Carta de Atenas em relação ao centro de negócios e sua articulação com as demais funções:

> O centro de negócios deve encontrar-se na confluência das vias de circulação que servem ao mesmo tempo os setores de habitação, os setores da indústria e do artesanato, as administrações públicas, alguns hotéis e diversas estações (estações ferroviária, rodoviária, marítima, aérea).



FIG. 294 – CROQUIS DE LUCIO COSTA: EIXO MONUMENTAL E EIXO RODOVIÁRIO
FONTE: Lucio Costa: registro de uma vivência (COSTA, 1995)

Fazendo uma analogia com o espaço doméstico da residência, podemos observar que os espaços públicos e semipúblicos localizam-se principalmente ao longo do eixo Monumental, e os espaços domésticos ficam restritos às superquadras, situadas ao longo do eixo rodoviário:

> Cada um dos eixos tem função própria: um com o habitar da Carta de Atenas, o outro com o trabalhar e o cultivar o corpo e o espírito. O urbanista trata, nesta ordem: da circulação, do habitar, do trabalhar e do cultivar o corpo e o espírito – disposto ao longo do eixo Monumental (CARPINTERO, 1998:123).

O resultado do zoneamento aplicado foi uma hierarquia entre os espaços públicos projetados e uma clara distinção no tratamento desses espaços. Em cada ambiente projetado desenvolveu-se um conceito particular de espaço, definido pela função a ser desempenhada e baseado, sobretudo, na separação espacial entre moradia, trabalho e serviços:

> A cidade foi, de fato, concebida em função de três escalas diferentes: a escala coletiva ou monumental, a escala cotidiana ou residencial e a escala concentrada ou gregária; o jogo dessas três escalas é que lhe dará o caráter próprio definitivo (COSTA, 1995:302).

Essas escalas – monumental, gregária e residencial – foram abordadas por Lúcio Costa de maneira distinta e determinaram transformações precisas na forma de apreensão dos espaços urbanos. Em relação à praça, podemos observar que cada uma delas apresenta um conceito diferente. Se no eixo Monumental a praça assume proporções de *Acrópole,* formando grandes cenários urbanos, na escala gregária a função de acolhimento produz espaços de proporções reduzidas, típicos de praças tradicionais, capazes de distribuir e acolher o fluxo de pedestres. Já na escala residencial, o espaço da praça praticamente desaparece na trama da superquadra, substituído pelo conceito modernista de espaço livre, voltado para a realização de atividades de lazer dos moradores, com parques infantis e quadras de esportes.

A proposta de Lúcio Costa tencionava possibilitar novas experiências urbanas, buscando modificar relações sociais e espaciais arraigadas ao uso tradicional da cidade em função de uma estética inovadora. Nesse sentido, as praças idealizadas no projeto continham o germe de espaços tradicionais materializados em uma nova morfologia.

O plano piloto de Lúcio Costa representou um importante momento de transformação na linguagem estética do urbanismo brasileiro, assim como na trajetória do espaço da praça. A análise do plano piloto permite-nos estabelecer a filiação da praça modernista idealizada por Lúcio Costa.

BRASÍLIA E SUAS ESCALAS

Na concepção estrutural de Brasília, Lúcio Costa ordenou a cidade em torno de quatro escalas: a coletiva ou monumental, a concentrada ou gregária, a cotidiana ou residencial e, posteriormente, a escala bucólica, correspondendo à dimensão ambiental, aos espaços verdes e ajardinados que permeiam todas as outras. Cada uma delas interage com as demais, porém possuem características distintas. Nesse sentido, seus espaços públicos e privados articulam-se de maneira a seguir a função primordial à qual a espacialidade está sujeita.

As praças idealizadas por Lúcio Costa também se apresentam de forma distinta conceitual e morfologicamente, segundo a prioridade da escala na qual estão inseridas. A análise a seguir procura estabelecer a origem das diversas praças idealizadas no plano piloto, bem como sua vinculação com modelos históricos dessas categorias.

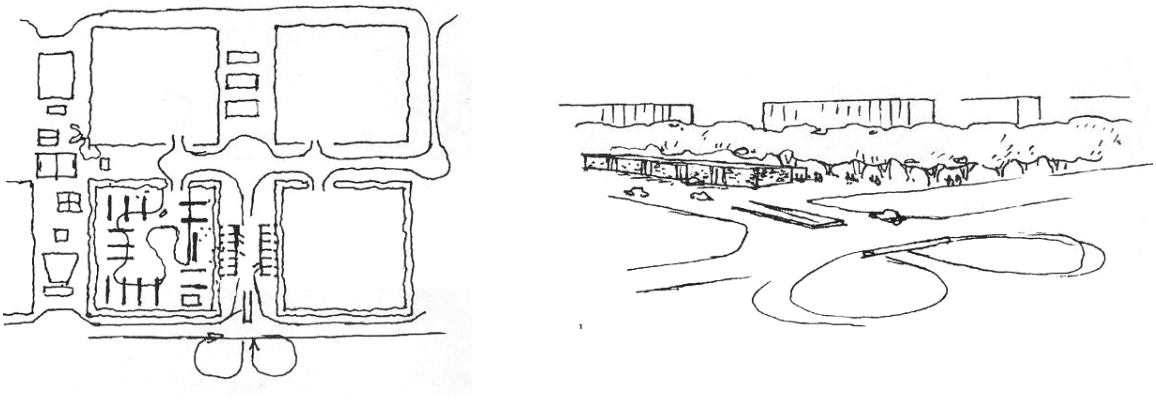
O ESPAÇO LIVRE NA ESCALA COTIDIANA

A escala residencial representa, no plano piloto, os espaços destinados às habitações coletivas. Sua configuração esboça o modelo residencial multifamiliar como célula básica para o acolhimento das famílias. Nas palavras de COSTA (1957:16), essa configuração surge no modelo da quadra:

> Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido pela paisagem.

No plano piloto, a destinação das áreas residenciais aparece dividida em duas regiões distintas, segundo Lúcio Costa: uma consistindo nos setores habitacionais situados ao longo dos eixos rodoviários, norte e sul, e a outra no setor de loteamentos de casas individuais, norte e sul, próximos à zona do lago.

O setor habitacional que corresponde às casas individuais foi elaborado segundo a lógica de subúrbios tradicionais, formados por lotes maiores, "cercados de arvoredo e de campo, destinados a loteamentos", nos moldes das *cidades-jardins*. Apresentam uma baixa densidade e foram concebidos para uso estritamente residencial (COSTA, 1957, art. 18).[86]



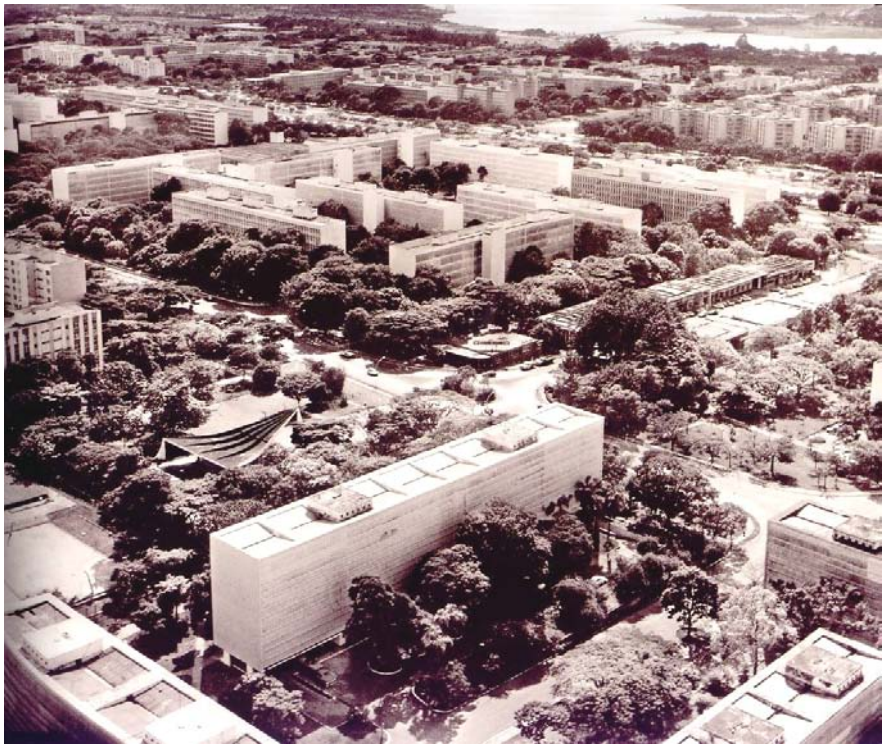


Foto Duda Bentes, 1990

FIG. 295 – SUPERQUADRA - CROQUIS DE LUCIO COSTA e FOTO AÉREA, 1980

FONTE: Lucio Costa: registro de uma vivência (COSTA, 1995) e
Acervo do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF.

[86] Na prática essa determinação não ocorreu, pois alguns estabelecimentos comerciais encontram-se localizados nessas áreas, principalmente na região do Lago Sul e Norte.

O principal setor habitacional, localizado ao longo do eixo rodoviário, foi elaborado segundo a lógica da *unidade de vizinhança*. (FIG. 296) Essas áreas de vizinhança eram formadas por núcleos subdivididos em quadrados fechados e que Lúcio Costa denominou de superquadras. Uma unidade de vizinhança consistia no agrupamento de quatro superquadras:

> Assim, do cruzamento dos dois eixos, seis quilômetros para cada lado**,** duas seqüências contínuas de superquadras, geometricamente definidas no espaço pelas cercaduras arborizadas, enfileiradas em cadeia, contíguas às pistas de tráfego mas independentes delas e tendo como fundo o vasto horizonte, o céu e as nuvens do planalto – o monumental e o doméstico entrosam-se num todo harmônico e integrado (COSTA, 1995:308).

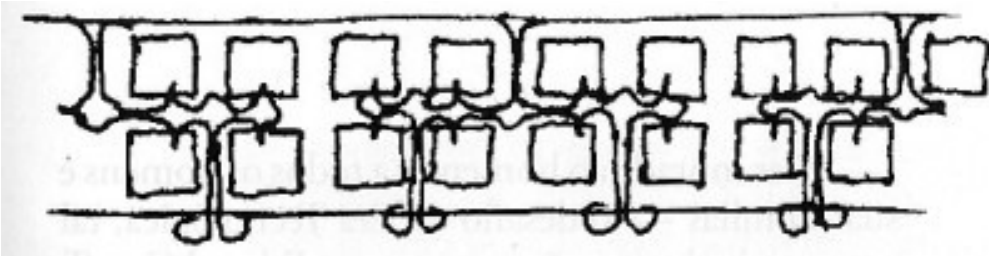


FIG. 296 – ESQUEMA DAS SUPERQUADRAS DISTRIBUÍDAS AO LONGO DO EIXO
FONTE: Lúcio Costa: registro de uma vivência (COSTA, 1995)

É na escala residencial que a cidade apresenta-se de forma mais acolhedora e íntima. Na descrição do plano, essa escala deveria propiciar a "convivência social" estimulada pela presença de uma estrutura cultural local configurada nas áreas de vizinhança das superquadras:[87]

> Para conciliar a escala monumental, inerente à parte administrativa, com a escala menor, **íntima**, das áreas residenciais, imaginei as **superquadras** – grandes quadrados de 300m de lado – que propus cercadas em toda a volta por uma faixa de 20m de largura plantada com renques de árvores [...], formando assim, em vez de muralhas, enquadramentos vivos, abrindo para amplos espaços internos. Creio que houve sabedoria nesta concepção: todos os prédios soltos do chão sobre pilotis, no gabarito médio das cidades européias tradicionais [...], harmoniosas, **humanas**, tudo relacionando com a vida cotidiana; as crianças brincando à vontade ao alcance do chamado das mães, com **a escola primária na própria quadra; no acesso a cada quatro delas, um núcleo comercial com "lojas de bairro", e nas demais**

[87] Cada uma dessas áreas deveria conter igreja, escolas secundárias, cinema, e área de lazer, como o *clube da juventude* (COSTA, 1957, art.16).

> **entrequadras, alternando-se, escola secundária, igrejas, clube, cinema, supermercado.** Com isto**,** as **"áreas de vizinhança"** justapostas não são estanques – se permeiam (COSTA, 1995:308) grifos meus.

O modelo da *unidade de vizinhança* não era um conceito novo. Por volta de 1920, um grupo de arquitetos desenvolveu, nos Estados Unidos, o que seria um modelo de "assentamentos auto-suficientes imersos num cinturão verde". Esse modelo fundamentava alguns conceitos urbanos básicos, desenvolvidos e utilizados em propostas de novas cidades norte-americanas. Dessas experiências, podemos destacar os projetos dos arquitetos Clarence Stein e Henry Wright: *Sunnyside Gardens* (1924), *Radburn* (1928) e *Greenbelt* (1935).[88] (FIG. 297 e 298)

> Unidade de Vizinhança é [...] uma área residencial que dispõe de relativa autonomia com relação às necessidades quotidianas de consumo de bens e serviços urbanos. Os equipamentos de consumo coletivo teriam assim sua área de atendimento coincidindo com os limites da área residencial.[89]

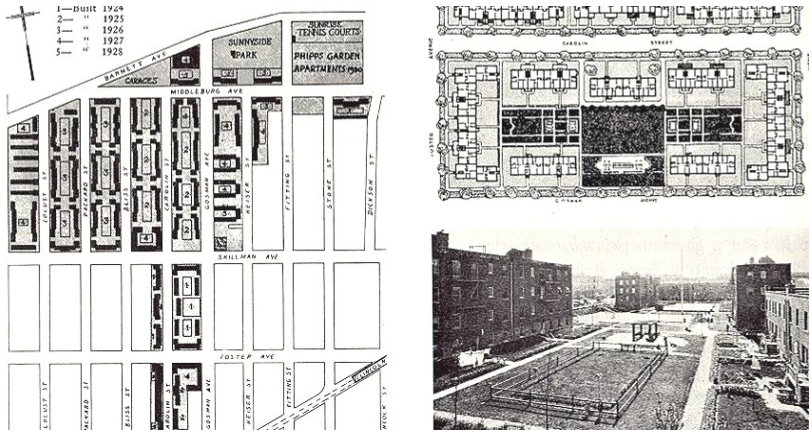


FIG. 297 – PLANTA DA CIDADE DE SUNNYSIDE E ESQUEMA CENTRAL DA QUADRA (1930)

FONTE: Storia dell'urbanistica il novecento (SICA, 1978)

[88] GRAVAGNUOLO (1998:160). Esse importante grupo interdisciplinar (RPAA) atuou na década de 20, focando seus estudos no tema da planificação urbana. Nomes como Clarence Stein, Henry Wright, Catherine Bauer, Frederick Akermann, Lewis Munford e Clarence Perry atuaram ativamente na divulgação do ideário da cidade-jardim de Howard. Segundo GRAVAGNUOLO (1998:159), o grupo chegou a constituir o movimento da *Garden City and Regional Planning Association*, na América do Norte, filiando-se ao *International Garden Cities and Town Planning Federation*. O arquiteto Clarence Arthur Perry seria o responsável pelo ensaio intitulado *Neighbourhood Unit* (1929), cujo estudo centrava-se no problema das unidades habitacionais e os serviços necessários e essenciais ao seu bom funcionamento. Ver SICA (1978), RAGON (1986b:275), CALABI (2000:146), SZMRECSÁNYI (1997) e BARCELLOS (1993).

[89] BARCELLOS, Vicente. *Unidade de Vizinhança: notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil*. Cadernos Eletrônicos da Pós (Atual *p@ranoá:* periódico eletrônico de arquitetura e urbanismo); V. 3, 2001. SITE: www.unb.br – março/2007. Estudando as origens do conceito de *Unidade de Vizinhança* elaborado por Clarence Perry, BARCELLOS (2001) destaca que a idéia baseia-se em duas "preocupações básicas: a distribuição dos equipamentos de consumo na escala da cidade" e a busca pela "recuperação de valores de uma vida social", enfraquecida pelas transformações espaciais ocorridas após a Revolução Industrial.



FIG. 298 – PLANO DA CIDADE DE RADBURN – DETALHE NÚCLEO URBANO
Destaca-se a organização formal dos lotes em torno da praça central
FONTE: Cidades Jardins: a busca do equilíbrio social e ambiental 1898–1998 (SZMRECSÁNYI, 1997)
E Storia dell'urbanistica – il novecento (SICA, 1978)

O conceito de *unidade de vizinhança,* desenvolvido nas experiências norte-americanas, baseava-se em alguns pressupostos, como a opção pela cidade em pequena escala, pela estrutura descentralizada de núcleos urbanos e pela criação, conjuntamente, de uma rede de acessibilidade aos serviços e equipamentos urbanos. As imagens ao lado representam esquemas urbanos desenvolvidos a partir do conceito de *unidade de vizinhança* elaborado por Clarence Arthur Perry.[90]

O projeto da cidade de Radburn, núcleo desenvolvido próximo à cidade de Nova York, é um importante exemplo de aplicação desses conceitos. A cidade estrutura-se em torno de três núcleos, cada qual contendo de 7.500 a 10.000 hab., organizados em torno de centros educacionais – escolas primária e secundária, centro cultural e uma vasta área verde. O sistema viário apresentava, pela primeira vez, segundo RAGON (1986b:276), uma separação entre a circulação de pedestres e a de automóveis. Para evitar o cruzamento das vias, Stein recorreu ao esquema de passagens em níveis.[91]

---

[90] A crença nesse modelo de cidade ideal estava fortemente ligada aos movimentos dos socialistas utópicos do séc. XIX e ao modelo defendido pelo *desurbanismo*, presente no pensamento urbano inglês de Ruskin a Morris (RAGON, 1985:275).

[91] Apenas uma parte do projeto da cidade de Radburn foi implantada, abrigando cerca de 400 famílias. Outro grande admirador dessa concepção foi o arquiteto Frank Lloyd Wright. Na década de 30, Wright desenvolveu um modelo de cidade influenciado pela concepção do *desurbanismo*: Broadacre City. Nessa proposta, Wright defendia a integração cidade–campo, a partir da implantação de unidades residenciais unifamiliares (terrenos de

O desenho urbano constava de um traçado orgânico no qual um sistema viário hierarquizado definia núcleos residenciais. Os núcleos eram idealizados para funcionar como estruturas autônomas, baseando-se nos seguintes princípios: a separação da circulação viária (vias de pedestres e de veículos independentes), a utilização da *parkway* (artéria viária circundada por extensas áreas verdes), o ajardinamento como elemento paisagístico fundamental em cada unidade, conformando praças, parques e espaços de recreação.

Essa *unidade de vizinhança* era formada por um conjunto de núcleos residenciais. O núcleo deveria reproduzir um microambiente da cidade, onde a proximidade com serviços e equipamentos básicos criaria um clima de comunidade e possibilitaria uma maior convivência entre os moradores. Como se observa nas imagens ao lado, os núcleos residenciais eram formados por lotes organizados em torno de uma via central, em *cul de sac*, e por um sistema de circulação exclusivo para pedestres, localizados na parte posterior dos terrenos, integrando-se a um parque central. [92]

A introdução do conceito de *unidade de vizinhança* no Brasil ocorre originalmente no "eixo Rio–São Paulo", na década de 50. Segundo BARCELLOS (2001), o termo aparece em trabalhos acadêmicos relacionados a problemas urbanos desde 1929. Destacam-se as figuras de Prestes Maia e Anhaia Mello como sendo defensores dessa concepção. Como aplicação urbana, a primeira referência espacial ao modelo da *unidade de vizinhança* comparece no projeto das *Cidades dos Motores*[93], idealizado pela parceria dos arquitetos Attilio Corrêa Lima, Paul Lester Wiener e o catalão José Luís Sert, em 1947.[94]

A vinculação desse conceito ao projeto da nova capital federal ocorre, como afirma BARCELLOS (2001) em 1955, quando a Comissão de Localização da Nova Capital elabora as diretrizes para o projeto da cidade, denominada Vera Cruz, e de seus espaços residenciais,

---

1,5 hectares destinados à agricultura e ao lazer); de unidades comerciais e industriais; e da presença de centros culturais e de saúde. Ver SICA (1978), CHOAY (1979), RAGON (1986), VERCELLONI (1996).

92 O modelo de setorização viária também pode ser encontrado nas propostas urbanas Le Corbusier. Em 1922, ele elabora a proposta para uma *Cidade Contemporânea*, onde esboça a separação radical entre a circulação de veículos e de pedestres, criando duas redes independentes de tráfego urbano.

93 Ver Parte III, p. 206.

94 Em 1950, Eduardo Reidy e Carmen Portinho apresentam o projeto do Conjunto habitacional Pedregulho, no Rio de Janeiro, onde buscam introduzir equipamentos sociais e serviços, possibilitando a autonomia do conjunto. O projeto não chegou a representar uma verdadeira unidade de vizinhança, mas continha a idéia de englobar no próprio edifício equipamentos de consumo cotidiano. Essa mesma noção aparece na *Unité d'Habitation* à Marseilles, de Le Corbusier.

utilizando o termo *unités de voisinage*. Porém, a aplicação efetiva desse modelo só iria concretizar-se com a proposta do plano piloto de Lúcio Costa.[95]

No projeto do plano piloto, Lúcio Costa utiliza o modelo da *unidade de vizinhança* para estruturar o setor habitacional, porém introduz certas modificações para criar o modelo da superquadra. O embrião da superquadra apareceu, primeiramente, na proposta do conjunto residencial do Parque Guinle [96], na cidade do Rio de Janeiro. Foi nesse projeto que Lúcio Costa desenvolveu a idéia de formar um conjunto residencial multifamiliar. O projeto explorava a idéia de agrupar edifícios residenciais em torno de uma área ajardinada, propiciando um caráter semipúblico ao espaço urbano, nesse caso voltado para a classe média-alta. (FIG. 299)



FIG. 299 – CONJUNTO RESIDENCIAL DO PARQUE GUINLE
FONTE: www.vitruvius.com.br – julho/2006

95 BARCELLOS (2001:8) afirma ainda que o modelo da unidade de vizinhança aparece em diversos projetos apresentados no concurso.

96 COSTA (1995:205). O conjunto residencial do Parque Guinle (1948-54) surgiu nos anos 40, quando os herdeiros da mansão de Eduardo Guinle resolveram construir um conjunto residencial de luxo, nos jardins da propriedade. Lúcio Costa se encarregou de idealizar um conjunto de seis prédios distribuídos em torno de um parque, representado pelos jardins da propriedade. Apenas três edifícios foram construídos.

O projeto representou o "prenúncio das superquadras de Brasília":

> Este remanso urbano, construído por iniciativa de César Guinle, foi a primeira experiência de um conjunto residencial de apartamentos destinados à alta burguesia, e também onde primeiro se aplicou, de forma sistemática, [...] o partido de deixar o térreo vazado, os pilotis de Le Corbusier, que se tornariam de uso corrente na cidade (COSTA, 1995:205).

Utilizando o conceito de *unidade de vizinhança* e o de *cidade-jardim*, Lúcio Costa propôs uma estrutura residencial cujo principal objetivo consistia em promover a vida coletiva e as relações de convívio social em uma escala de bairro. Nessa idealização, a unidade de vizinhança deveria reproduzir o ambiente do bairro tradicional, conformando a *escala residencial*. (FIG. 300)

Ao entrar na quadra, saindo do eixo rodoviário, tem-se o comércio do bairro, situado lado a lado da via principal de entrada. Este seria composto pelo "mercadinho, os açougues, as vendas, quitandas, casas de ferragens, [...] barbearias, cabeleireiros, modistas, confeitarias". Ao fundo das quadras, uma via de serviço seria reservada ao tráfego de caminhões e "destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras à instalação de garagens, oficinas, depósitos de comércio em grosso". Completando essa faixa, uma linha de terreno abrigaria um complexo de "floricultura, horta e pomar" (COSTA, 1957, art. 16).

A Igreja e as escolas secundárias, estruturas presentes no modelo de vizinhança, foram localizadas na linha de confluência das quatro quadras, sendo estas na parte interna. O complexo cultural formado pelo cinema e clubes recreativos foi colocado na parte lindeira ao eixo rodoviário, com o objetivo de oferecer maior acessibilidade aos habitantes.

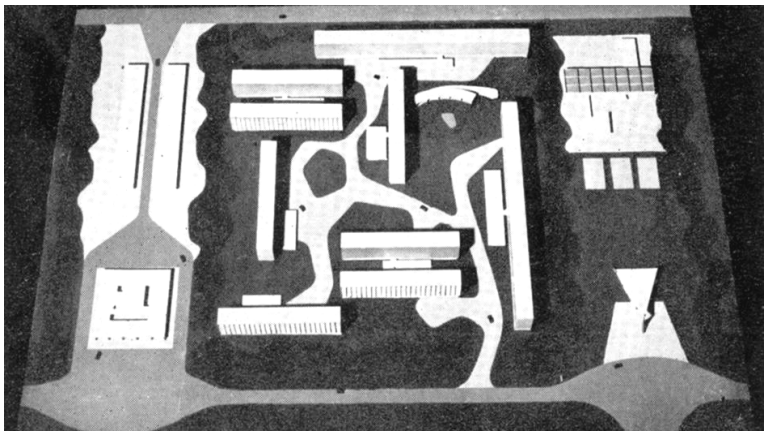


FIG. 300 – MAQUETE DE UMA SUPERQUADRA
FONTE: *Brasil*, Capital *Brasília* (ORICO, 1958)

No esquema das quadras, a distinção entre as áreas público/privada acontece de forma distinta. A propriedade do solo é pública. Cada quadra define a localização dos blocos a partir de um esquema de projeções, possibilitando, dessa forma, uma maior variedade paisagística. Os blocos devem seguir um padrão arquitetônico: "gabarito uniforme" de seis pavimentos e uso dos *pilotis*, possibilitando a liberação do solo para o ir-e-vir dos pedestres. O restante da área divide-se em áreas de estacionamento, área livre para equipamentos esportivos e "extensas faixas sombreadas para passeio e lazer". Essas faixas, situadas nas bordas das quadras, percorrem todo o setor residencial, permitindo a integração entre as diversas quadras. Possibilitam, também, o deslocamento do pedestre para áreas exclusivas, onde se situam os equipamentos sociais e educacionais (COSTA, op.cit.). As imagens abaixo mostram as diferentes implantações das quadras bem como seus espaços públicos e equipamentos. (FIG. 301)

Na intenção de Lúcio Costa, a superquadra deveria recuperar o sentido de sociabilidade observado na estrutura do bairro, proporcionando um maior convívio entre os moradores. Assim como idealizou Le Corbusier, o setor residencial deveria destacar a dimensão humana, permitindo que o espaço privilegiasse o pedestre:

> Em zonas de habitação como esta**, as ruas não têm desculpas para existir**. A cidade tornou-se uma cidade verde. **Edifícios usados pelas crianças estão situados em parques. Adolescentes e adultos podem praticar esportes ao ar livre apenas saindo de suas casas**. Carros circulam em algum outro lugar – onde são úteis para alguma coisa (LE CORBUSIER, 1999:334). grifos meus

Reformulando totalmente a configuração espacial tradicional, a superquadra revelou-se uma fusão dos princípios elaborados por Clarence Perry com as teorias de Le Corbusier. Perry (1929) defendia a idéia de que os espaços residenciais deveriam representar "um sistema de pequenos parques e espaços de recreação, planejados para o encontro e para as necessidades particulares da unidade de vizinhança". Le Corbusier acreditava que a cidade deveria compor-se de grandes áreas livres, como na proposta da *Ville Radieuse,* de 1930. No setor residencial, propunha o solo livre preenchido por edifícios em barra, com a presença de equipamentos de lazer situados entre os edifícios, formando espaços destinados aos habitantes residentes. (FIG. 302)

O bloco, com seu *pilotis,* propicia uma liberdade espacial na escala do pedestre, sem barreiras. Ao contrário, permite a total integração das áreas circundantes e a livre circulação entre as áreas arborizadas.

Nas superquadras, a figura da praça é substituída por esse conceito de espaço livre. Lúcio Costa projeta o espaço de uso coletivo como um grande parque, onde se distribuem equipamentos esportivos, áreas de recreação, parquinhos, áreas verdes e canteiros ajardinados. Nesse sentido, inexiste a morfologia da praça como um espaço de escala reduzida no contexto local. O espaço de uso coletivo é contínuo, extenso e interligado em toda á área da quadra.

Protegido do movimento e da circulação, esses espaços deveriam proporcionar aos moradores uma ambiência acolhedora, propícia ao lazer e à permanência. Representam espaços coletivos que, pela sua configuração, acabam adquirindo um caráter semipúblico. São espaços direcionados, quase que exclusivamente, ao morador local, justamente por situarem-se no interior da quadra, totalmente desvinculados dos principais eixos de circulação, tendo, às vezes, o acesso liberado apenas ao pedestre.



FIG. 301 – VISTA AÉREA DE UMA SUPERQUADRA – PLANO PILOTO - LUCIO COSTA
FONTE: www.geocities.com – julho/2006

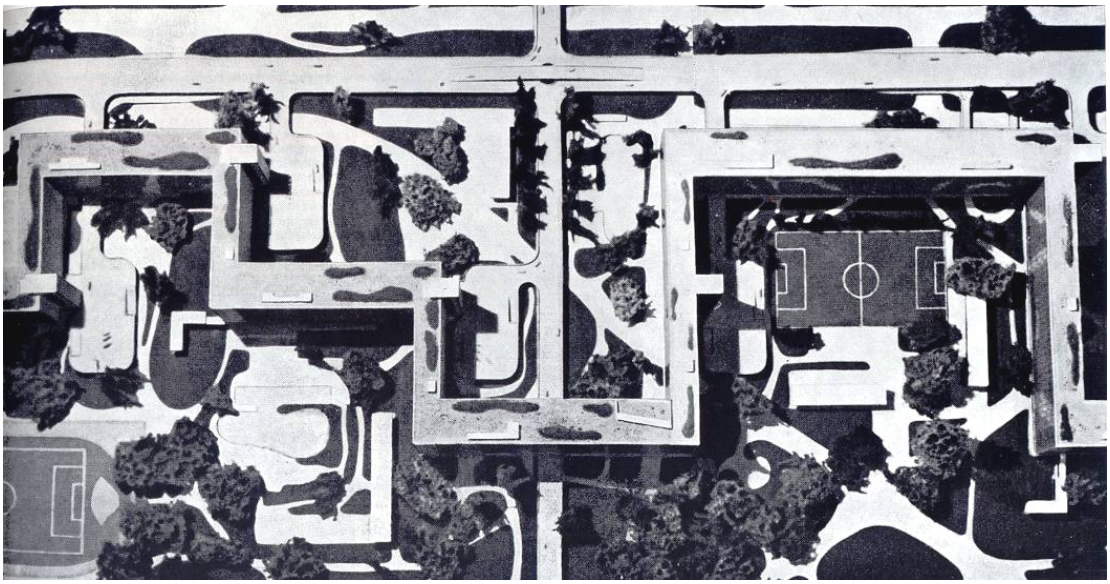


FIG. 302 – VILLE RADIEUSE – SETOR HABITACIONAL – LE CORBUSIER, 1930.

A figura da praça é substituída pelo conceito de espaço livre, preenchido com equipamentos de lazer e recreação. São espaços de caráter semi-público, uma vez que se encontram no interior das edificações longe do fluxo urbano.

FONTE: Le Corbusier 1910-1965 (BOESIGER E GIRSBERGER, 1999)

Em relação à sua função, são espaços destinados exclusivamente ao lazer e recreação, completamente destituídos de fins cívicos – não foram idealizados para agregar multidões nem sediar manifestações políticas.

Pode-se concluir que é na escala residencial que Lúcio Costa procurou recuperar a relação homem–*habitat*, idealizando o espaço livre como antítese dos espaços configurados na escala monumental. A valorização da escala humana comparece na própria formulação da superquadra, pensada como unidade de vizinhança e elaborada com o objetivo de resgatar a convivência urbana. Os equipamentos distribuídos de forma a incentivar o convívio, os espaços coletivos, a circulação do pedestre independente da circulação do veículo e, por fim, a escala dos edifícios, permitindo a ampla visão do entorno urbano, tudo isso recluso, dentro de um cinturão verde, reforça a dimensão coletiva da escala doméstica.



FIG. 303 – PARQUINHO DA 308 SUL

FONTE: www.vitruvius.com.br– julho/2006

Eis como Otto Ribas vê a simbiose parque–cidade:

Domingo no Parque

"Ao transitar pela Avenida das Nações (a L4 Sul) recentemente, liguei o rádio e, naquele instante, a estação tocava a música *Domingo no Parque*, do cantor, compositor e, agora, Ministro da Cultura Gilberto Gil.

Ao mesmo tempo em que passeava pela imensa alameda gramada e arborizada, com vistas para o lago Paranoá, me dei conta, ao ouvir a música, que em cidades comuns, os moradores têm apenas o domingo para ir ao parque, enquanto aqui se pode ir ao parque todos os dias – aliás, pode-se estar no parque todos os dias.

Acho que esta é a grande contribuição que Brasília dá aos seus habitantes. A cidade não tem esquinas, mas é um parque. Nesse contexto, os edifícios, enquanto expressões da arquitetura moderna e contemporânea, até perdem a importância – o poder desta imagem urbana está no emolduramento arborizado da paisagem construída.

Brasília concretiza em sua realização as preocupações de arquitetos, engenheiros, urbanistas e sanitaristas que, há mais de um século, propuseram soluções para os males das cidades tradicionais – o trânsito sem controle, o ruído que perturba nosso sossego, e a fumaça que esconde o céu.

Aqui a criança pode imaginar que o seu quintal é do tamanho de uma superquadra, as árvores cobrem os edifícios, a coruja buraqueira mora

> tranqüila no gramado da tesourinha de acesso às quadras e o horizonte verde encontra o céu azul.
> Em outras cidades o espaço público é resultante do parcelamento dos lotes – é o que restou. Aqui é exatamente ao contrário, o espaço privado é condicionado pela paisagem pública. O público envolve e desenha o privado." [97]

A PRAÇA CENTRAL – A ESCALA GREGÁRIA

A escala gregária representa o espaço destinado ao encontro e às demandas cotidianas. Situado no cruzamento do eixo Rodoviário com o eixo Monumental, esse espaço forma o centro urbano: abriga o centro de diversões, o setor cultural, comercial, bancário, de autarquias e o setor hoteleiro. Segundo Lúcio COSTA (1999:302), "esse foco urbano de congestão" foi pensado como "contraponto aos espaços" tranqüilos da escala residencial, distribuída ao longo do eixo rodoviário. As quadras que compõem a zona central deveriam articular e servir como transição entre as escalas residencial e monumental, "a fim de garantir a unidade da estrutura".

> A escala gregária, onde as dimensões e o espaço são deliberadamente reduzidos e concentrados **a fim de criar clima propício ao agrupamento**, tanto no sentido exterior da tradição mediterrânea como no sentido nórdico do convívio interior. As áreas destinadas a esta terceira escala são contíguas à plataforma, onde se cruzam os eixos da cidade. As vias são estreitas, **com pequenas lojas, galerias e praças privativas dos pedestres; os cafés restaurantes, cinemas e teatros** serão enquadrados por cinco pisos de escritórios para o comércio e as profissões liberais. (Costa apud GOROVITZ, 1985:64) – grifos meus

Nessa escala, Lúcio Costa buscou recriar a vida urbana de um centro tradicional ao propor a concentração de diversas atividades (consumo de lazer e mercadorias) com a aglomeração de pessoas. Para isso, tratou de situar no centro geográfico a estação rodoviária, porta de entrada e saída dos habitantes que se encaminhariam para o setor. (FIG. 304 e 305)

---

[97] Texto escrito para a sessão Minha Cidade 104 – julho 2004, Preservação do patrimônio em Brasília –**Fórum de debates** – Otto Ribas e Frederico Flósculo Pinheiro Barreto e Aldo Paviani. SITE: www.vitruvius.com.br – julho/2006.

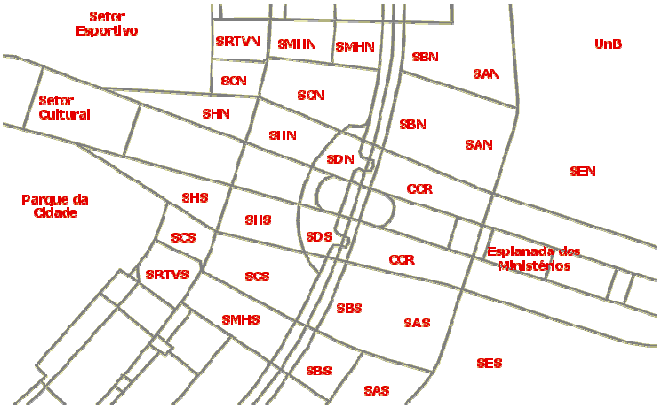


FIG. 304 – ESQUEMA DA ZONA CENTRAL ATUAL

SRTV – setor de radio e TV, SMH - Setor Médico Hospitalar; SC – setor comercial; SB – setor bancário; SA – setor de autarquias; SD – setor de diversões; SH – setor hoteleiro; SE – setor educacional; CCR – conjunto cultural da República; Setor cultural.

FONTE: www.brazilia.jor.br – julho/2006

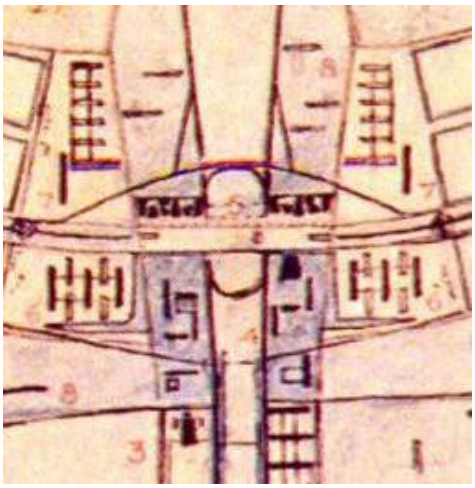




FIG. 305 – DESENHO DA ZONA CENTRAL E VISTA AÉREA ATUAL

(4 Setor Cultural; 5 Centro de diversões; 6 Setor de Autarquias; 7 comercial; 8 Hotéis)

FONTE: Lucio Costa: registro de uma vivência (COSTA, 1995) e www.googlearth – abril/2007

A filiação aos princípios modernistas comparece nessa estrutura projetada para a zona central. Lúcio Costa idealizou a região central como uma "grande plataforma liberta do tráfego", pronta a concentrar o setor cultural e de diversões, "com os cinemas, os teatros, os restaurantes", interligada aos setores de comércio e serviços.[98] Esse centro, apesar de ter como referência, na definição de COSTA (1957, art. 10), ambientes tradicionais como *Picadilly Circus, Times Square e Champs Elysèes*, apresenta-se como um espaço rigidamente setorizado, constituído por núcleos independentes, onde cada setor é formado por suas funções distintas. O esquema ao lado mostra essa configuração. (FIG. 305 a 310)

Para abrigar as atividades de lazer, Lúcio Costa projetou uma grande praça central, localizada na plataforma, conformando uma espécie de *"core urbano"* – o setor de diversões. Esse espaço deveria permitir a total integração da plataforma, com suas diversas funções, e ainda servir de "contraponto visual para a Praça dos Três Poderes e a Esplanada", estabelecendo então uma articulação com a Praça da Torre de TV, situada na seqüência. (FIG. 307)



FIG. 306 – PLATAFORMA DA RODOVIÁRIA
FONTE: www.brazilia.jor.br – julho/2006

[98] COSTA (1995, art.10). A concepção de centro urbano desenvolvida por Le Corbusier para a *Cidade Contemporânea* (1922) tem como peça fundamental uma Estação central subterrânea, localizada sob uma grande plataforma, onde se desenvolvem as funções de trabalho, lazer e cultura. Esse esquema também aparece no *Plano Voisin*, para Paris (1925), onde uma estação central abriga um sistema de metrôs que articula o setor administrativo (praça central), o setor hoteleiro e o centro cultural (Le CORBUSIER, 2000). No artigo 50 da Carta de Atenas (1989) encontra-se a definição de centro urbano da cidade moderna.

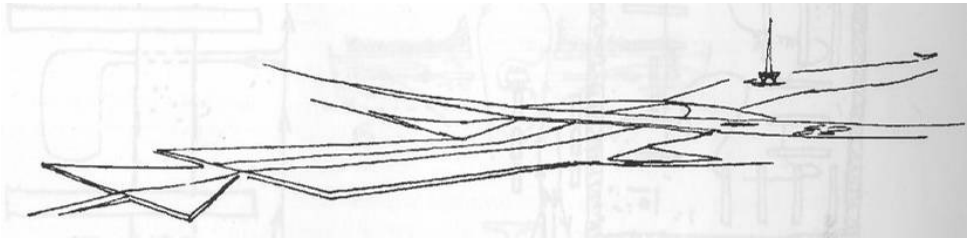


FIG. 307 – CROQUI DE LUCIO COSTA MOSTRANDO A INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA DO EIXO MONUMENTAL
FONTE: Memorial do Plano Piloto (COSTA, 1957)



FIG. 308 – PLATAFORMA DA RODOVIÁRIA
FONTE: www.brazilia.jor.br – julho/2006



FIG. 309 – PANORÂMICA DA ZONA CENTRAL SUL E PLATAFORMA DA RODOVIÁRIA
A zona central destaca-se do perfil horizontal predominante
da cidade, exibindo maior diversidade arquitetônica
FONTE: www.brazilia.jor.br – julho/2006



FIG. 310 – PANORÂMICA DA ZONA CENTRAL NORTE
FONTE: www.brazilia.jor.br – julho/2006

Essa zona central resultou em uma configuração com volumetria distinta dos outros setores, pois a altura do gabarito permitia a construção de edifícios verticalizados, com maior diversidade volumétrica. Essa área tornou-se um marco visual, apresentando uma significativa ruptura com a estrutura horizontal e homogênea das superquadras e conformando a área de maior densidade e escala do plano piloto.[99]

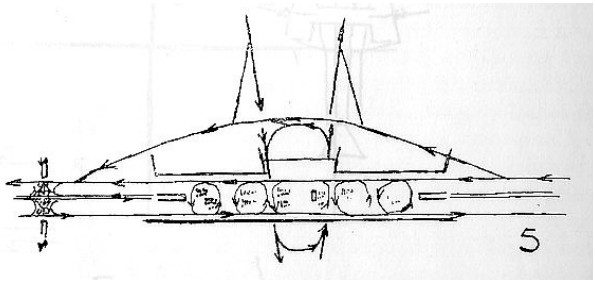




FIG. 311 – CROQUIS DA PLATAFORMA DO CENTRO URBANO, SETOR DE DIVERSÕES E RODOVIÁRIA E VISTA AÉREA ATUAL
FONTE: Memorial do Plano Piloto (COSTA, 1957) e www.googlearth – abril/2007

[99] Segundo dados fornecidos por HOLANDA (1985) a taxa de ocupação da Esplanada corresponde a 13,6% e do Setor Comercial Sul, 27,5%.

SETOR CULTURAL E DE DIVERSÕES

O setor cultural e de diversões, localizado em frente ao setor comercial, foi pensado para compor a escala do pedestre, permitindo uma ampla articulação entre ambos os setores. A plataforma "livre do tráfego" tinha como objetivo proporcionar o movimento e o intenso fluxo de pedestres. Idealizada como "ponto de articulação" entre os quatro setores principais da zona urbana, essa área forma o verdadeiro centro urbano: "o *core* da cidade".

Na definição de Lúcio COSTA (1957, art. 10), esse espaço seria dedicado à concentração e à circulação, bem como à contemplação:

> Nesta plataforma, [...] o tráfego é apenas local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura, em termos adequados, de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées). A face da plataforma debruçada, sobre o setor cultural e a esplanada dos Ministérios, não foi edificada, com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio setor de diversões, como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior. **Na face fronteira foram concentrados os cinemas e teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme, constituindo, assim, o conjunto deles, um corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame. As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou de galerias cobertas (arcadas) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e "loggias" na parte dos fundos, com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão. O pavimento térreo do setor central desse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vazado em toda a sua extensão**, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de garantir continuidade à perspectiva, e os andares se previram envidraçados nas duas faces, para que os restaurantes, clubes, casas de chá, etc., tenham vista de um lado para a esplanada inferior, e do outro para o aclive do parque no prolongamento do eixo monumental e onde ficaram localizados os hotéis comerciais e de turismo, e, mais acima, para a torre monumental das estações radioemissoras e de televisão tratada como elemento plástico integrado na composição geral. (grifos meus)

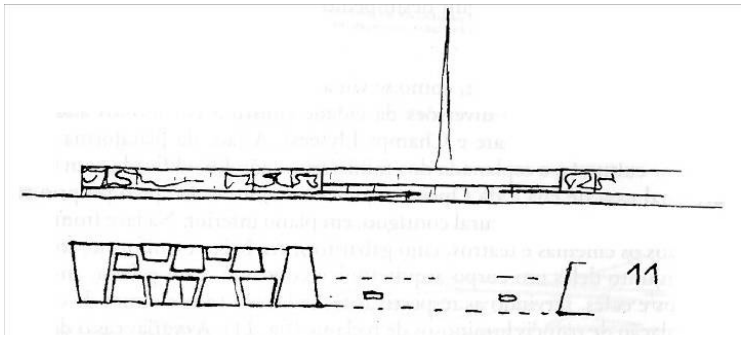


FIG. 312 – CROQUIS DO SETOR CULTURAL E DE DIVERSÕES

FONTE: Memorial do Plano Piloto (COSTA, 1957)



FIG. 313 – SETOR CULTURAL E DE DIVERSÕES NORTE – VISTA ATUAL

Com a crise econômica, os espaços vazios sobre plataforma da Rodoviária, tornaram-se verdadeiros 'Camelodromos', ocupando todo e qualquer espaço vazio.

FONTE: Fabrício (2005)



FIG. 314 – PLATAFORMA DA RODOVIÁRIA PROXIMO AO SETOR DE DIVERSÕES NORTE – CONJUNTO NACIONAL

FONTE: www.brazilia.jor.br – julho/2006

A concepção desse nó, evocado como um centro urbano, apresenta-se como um grande espaço livre, destinado ao pedestre. Na proposta original, o complexo do setor cultural e de diversões deveria ser interligado, formando uma edificação única entre os setores sul e norte, conforme croqui ao lado, apresentado no memorial.[100] (FIG. 312)

Como espaço coletivo, a configuração da plataforma apresenta vias de automóveis, vias de pedestre e espaços de praças. Duas praças foram concebidas como pontos de articulação entre os edifícios do Teatro e do complexo destinado a restaurante, bar e casa de chá e o complexo de diversões:

> Previram-se igualmente nesta extensa plataforma destinada principalmente, tal como no piso térreo, ao estacionamento de automóveis, **duas amplas praças privativas de pedestres**, uma fronteira ao teatro da ópera e outra, simetricamente disposta, em frente a um pavilhão de pouca altura debruçado sobre os jardins do setor cultural e destinado a restaurante, bar e casa de chá. Nestas praças, o piso das pistas de rolamento, sempre de sentido único, foi ligeiramente sobrelevado em larga extensão para o livre cruzamento dos pedestres num e noutro sentido, o que permitirá acesso franco e direto tanto aos setores do varejo comercial quanto ao setor dos bancos e escritórios (COSTA, 1957, art. 10).

Essas praças são pontos de confluência e agregação, pois se situam exatamente na zona de movimento e de fluxo de pedestres, possuindo uma intensa irrigação de pessoas. Inseridas no espaço da plataforma, funcionam como ambientes de convívio e permanência para aqueles que circulam pelo centro. São espaços cuja finalidade deveria propiciar o encontro e integrar os edifícios do entorno (restaurantes, cafés, teatros, galerias, e lojas).[101] (FIG. 315 a 319)

---

[100] A ligação desse complexo não foi possível de ser realizada em razão do posicionamento final do eixo rodoviário. Na implantação do plano piloto, a NOVACAP optou por realizar um deslocamento em direção a leste, alterando substancialmente as cotas previstas para o eixo monumental e seus respectivos espaços. Ver CARPINTERO (1998:161-196).

[101] Infelizmente o projeto paisagístico das duas praças não contribui para que o espaço seja utilizado em todo o seu potencial, estando hoje configurado como duas grandes áreas ajardinadas, encontrando-se alguns poucos bancos situados no entorno. A praça do setor norte é mais movimentada em função do complexo do Conjunto Nacional, que se caracteriza por um comércio menos popular, e ainda permite a interação com o Teatro Nacional. Já a praça do setor sul apresenta um perfil mais popular, característico do chamado "comércio do Conic". A interação com o setor cultural é bem menor, pois só agora esse setor encontra-se em fase de finalização com a construção da Biblioteca Nacional e do Museu, obras de Niemeyer, permitindo no futuro uma irrigação ao local.



FIG. 315 – PRAÇA SETOR DE DIVERSÕES NORTE – CONJUNTO NACIONAL

FONTE: www.brazilia.jor.br – julho/2006



FIG. 316 – CONFIGURAÇÃO DA PRAÇA DO SETOR DE DIVERSÕES NORTE

FONTE: www.googlearth – julho/2006



FIG. 317 – CONFIGURAÇÃO DA PRAÇA DO SETOR DE DIVERSÕES SUL

FONTE: www.googlearth – julho/2006



FIG. 318 – PRAÇA DO SETOR DE DIVERSÕES SUL E CLUBE DO TOURING
FONTE: Fabrício (2005)



FIG. 319 – VISTA DA PRAÇA DO SETOR DE DIVERSÕES SUL E EDIFÍCIO CONIC
FONTE: Fabrício (2005)

Esse setor constitui o espaço mais agregado do plano e corresponde notadamente ao local do burburinho e do encontro de pessoas. A presença da rodoviária e dos centros de consumo, de lazer e de comércio proporcionam uma irrigação constante do local, mesmo com a mudança no perfil do usuário, conforme a rotina diária.[102]

[102] Após a construção da cidade, a vocação do centro adquiriu um perfil diferente da proposta original de Lúcio Costa. Contrariando as expectativas descritas no Memorial, o perfil dessa área central tornou-se mais popular, com uma intensa vida durante o período de trabalho. Atualmente o setor tem atraído Faculdades e Escolas Noturnas, colaborando dessa forma com a intensidade do fluxo noturno. Sem dúvida, a presença da Rodoviária é um fator determinante para manter a constância de fluxo e agregação de pessoas na área.

O SETOR BANCÁRIO-COMERCIAL

E O SETOR DE ESCRITÓRIOS

Ao lado do setor de diversões, localiza-se o setor de serviços composto de três subsetores: comércio, escritórios e atividades bancárias. Esses setores foram distribuídos lateralmente à plataforma central, formando dois complexos, um ao sul e outro ao norte. O acesso a esse setor por automóvel foi pensado a partir de uma ligação direta das pistas do eixo rodoviário; para os pedestres, criou-se um sistema independente de circulação, sem cruzamentos, a partir de calçadas contínuas. (FIG. 320 a 321)

Diferentemente do centro de diversões, onde a função primordial baseia-se na aglomeração e no convívio do espaço coletivo, os demais setores configuram conjuntos de edificações dispostas conforme a afinidade funcional.[103] Lúcio Costa projetou esse complexo a partir dos seguintes princípios:

> No setor dos bancos tal como no dos escritórios, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa ala térrea com sobreloja de modo a permitir intercomunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc. Em cada núcleo comercial, propõe-se uma seqüência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores **todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias**. (COSTA, 1957, art.11) grifos meus

No memorial, esses setores não aparecem pormenorizados. Lúcio Costa esboça a preocupação com a questão da acessibilidade, seja de veículos ou pedestres, e procura definir a transição dos espaços a partir de galerias – o *corpo térreo* de lojas e sobrelojas, permitindo uma maior integração do setor. (FIG. 322)

Em relação aos espaços coletivos, COSTA (1957, art. 10) descreve a presença de pequenas praças situadas internamente nos diversos setores de comércio e serviço. O esquema atual do setor comercial sul, com as praças existentes, pode ser observado nas imagens ao lado. (FIG. 321)

[103] As quadras e os edifícios implantados no setor comercial sul respeitaram de certa maneira as orientações propostas por Lúcio Costa. Os prédios são compostos de marquises, ou algum tipo de proteção, formando galerias para a passagem de pedestres, com lojas térreas e serviços.

É interessante observar que a morfologia desse setor, composta por uma grande área contínua, interrompida apenas pelas edificações, retoma os princípios urbanísticos defendidos por Le Corbusier. Esse espaço representa o centro da cidade, reunindo comércio e serviços diversos.

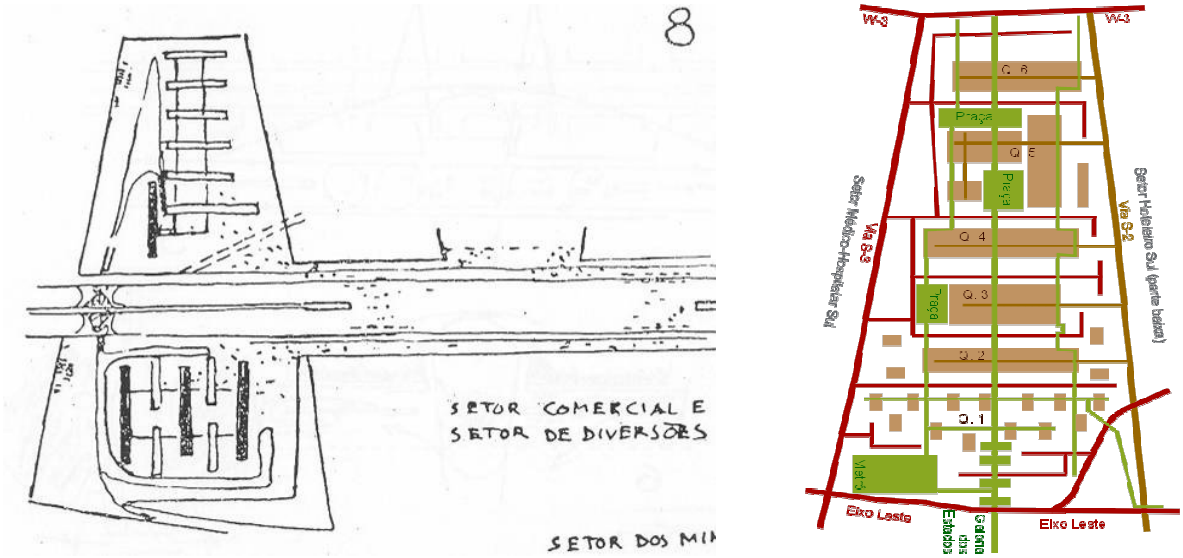


FIG. 320 e 321 – CROQUI DE LUCIO COSTA – SETOR BANCÁRIO-COMERCIAL SUL E ESQUEMA ATUAL

FONTE: Memorial do Plano Piloto (COSTA, 1957) e

www.brazilia.jor.br – julho/2006

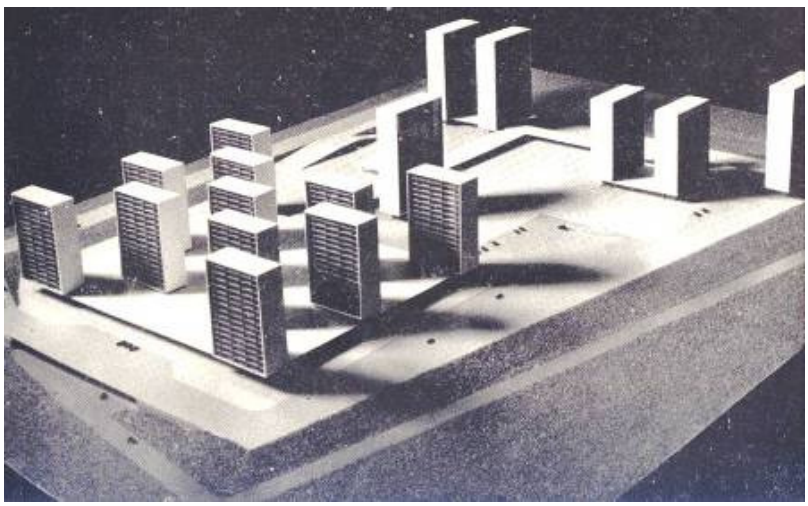


FIG. 322 – MAQUETE DO SETOR BANCÁRIO

FONTE: Brasil, *capital* Brasília (ORICO, 1958)

A proposta da escala agregadora materializa-se na liberação da superfície do solo[104] para acolher o intenso fluxo de pessoas que freqüentam o setor. As praças aqui idealizadas retomam características das praças existentes em centros tradicionais. Conformados pelos edifícios do setor bancário-comercial, esses espaços possuem atributos mais adequados à permanência, bem como à função de passagem, principalmente em relação às suas condições bioclimáticas: constituem espaços amplos, com canteiros e jardins, adequados à proteção ambiental (ROMERO, 2001:142).

Por estarem situados à margem do sistema viário, no interior do setor, constituem ambientes mais protegidos espacialmente: escala e configuração.[105] As imagens abaixo mostram algumas dessas praças.



FIG. 323 – PRAÇA DO POVO – SETOR COMERCIAL SUL
FONTE: Denise (2007)

[104] Vale destacar, que com o processo de consolidação do setor gregário, ocorreu progressivamente uma ocupação indevida dos *pilotis,* comprometendo a liberdade de circulação prevista no plano.

[105] Infelizmente, como comenta ROMERO (2001:142), a invasão do comércio ambulante no setor tem comprometido a qualidade espacial idealizada por Lúcio Costa.



FIG. 324 – GALERIA SOB PILOTIS DO ATUAL SETOR COMERCIAL SUL
FONTE: www.brazilia.jor.br – julho/2006



FIG. 325 – PRAÇA – SETOR COMERCIAL SUL
FONTE: Fabrício (2005)



FIG. 326 – PRAÇA – SETOR COMERCIAL SUL
FONTE: Fabrício (2005)

A ESCALA MONUMENTAL



FIG. 327 – PERSPECTIVA DO EIXO MONUMENTAL
Em primeiro plano a plataforma da Rodoviária com o centro de diversões e os conjuntos comerciais sul e norte; a Catedral e o Teatro Nacional; o Mall dos Ministérios, e ao fundo o Congresso Nacional e a Praça dos Três Poderes

FONTE: Arquivo Unip-Campinas (2004)

A escala monumental refere-se à dimensão urbana que abriga os centros cívico e administrativo da cidade. Como em quase todas as propostas apresentadas, esse setor mereceu um destaque especial por representar o centro das decisões políticas do país – o seu "capitólio".[106]

> Me comove particularmente o partido adotado de localizar a sede dos três poderes fundamentais não no centro do núcleo urbano mas na sua extremidade, sobre um terrapleno triangular como palma de mão que se abrisse além do braço estendido da esplanada, onde se alinham os ministérios, porque assim sobrelevados e tratados com dignidade e apuro arquitetônicos em contraste com a natureza agreste circunvizinha, eles se oferecem simbolicamente ao povo: votai que o poder é vosso (COSTA, 1995:299).

[106] Em relação ao tema dos centros cívicos presentes nas propostas, ver: O Centro Cívico e os Espaços livres pp. 225-236, desta tese. Ver também BRAGA (1999) e COSTA (2002)



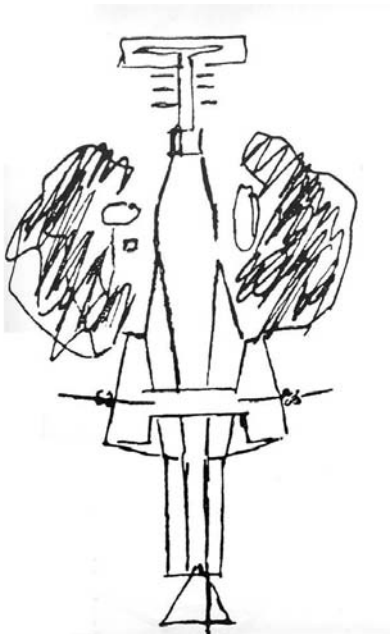


FIG. 328 e 329 – VISTA AÉREA DE TODO O EIXO MONUMENTAL E CROQUI DO EIXO MONUMENTAL

FONTE: www.googlearth - abril/2007 e Memorial descritivo do Plano Piloto (COSTA, 1957)

"1) o terreno agreste;

2) o terrapleno triangular onde se assentam os três poderes autônomos da democracia, espaço tratado com a largueza e o apuro de um "Versalhes do povo";

3) a esplanada dos ministérios e o setor cultural;

4) a grande plataforma no cruzamento em 3 níveis dos eixos da cidade e onde será construído o centro urbano (...);

5) o terreiro da torre de TV".

A intenção de marcar no território essa dimensão simbólica foi resolvida por Lúcio Costa a partir da concepção de um grande conjunto urbano situado ao longo do eixo transversal: o eixo Monumental. Esse eixo tornou-se o nó de convergência da cidade e o espaço simbólico por excelência, por abrigar o centro político da nova Capital Federal. A imagem acima mostra essa configuração.[107]

A opção de Lúcio Costa pela localização do centro político na extremidade, voltado para a paisagem do lago, reproduz a implantação de diversas cidades coloniais litorâneas, cuja estrutura urbana estabeleceu-se a partir de um núcleo principal, normalmente uma praça, voltada para o mar. A Praça Thomé de Sousa, em Salvador e a Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, são exemplos típicos dessa composição.

Utilizando-se de um recurso topográfico artificial – o terrapleno –, Lúcio Costa concebeu um espaço de maior visibilidade, conferindo-lhe "ênfase monumental" a partir da "coesão do conjunto".[108] O efeito monumental adquiriu, como afirma Lúcio Costa, proporções de *nobreza*[109] e expressão urbanística própria. Composição, essa, baseada nos princípios da estética barroca.

Um extenso terrapleno livre, ladeado por edificações isoladas integra, na sua dimensão arquitetônica, o centro do poder federal e distrital. O conjunto estabeleceu-se de forma clara, permitindo uma simbiose entre forma e função urbana.[110] Nessa faixa articulam-se cinco setores distintos, conforme imagem ao lado, definidos por COSTA (1995:303). (FIG. 328 e 329)

Em tal conjunto, concentra-se a seqüência das massas edificadas na cidade, marcando visualmente a paisagem urbana. O contraste alcançado entre o imenso vazio da esplanada e as edificações situadas lateralmente colaboraram para que a arquitetura adquira um destaque

---

[107] A configuração do caráter simbólico de um espaço está vinculada tanto à importância geográfica que esse lugar assume no contexto urbano geral, quanto à sua posição na estrutura política da cidade. O eixo Monumental, desde a sua origem, já se estabeleceu como o espaço de maior importância na hierarquia urbana, inclusive no panorama nacional, pois se tratava do projeto da nova Capital Federal. Na história do urbanismo, os centros cívicos de cidades-capitais sempre se estabeleceram como centros simbólicos, a exceção foi o Palácio de Versalhes, que apesar de situado fora do contexto urbano da capital, tornou-se um importante centro político na França barroca.

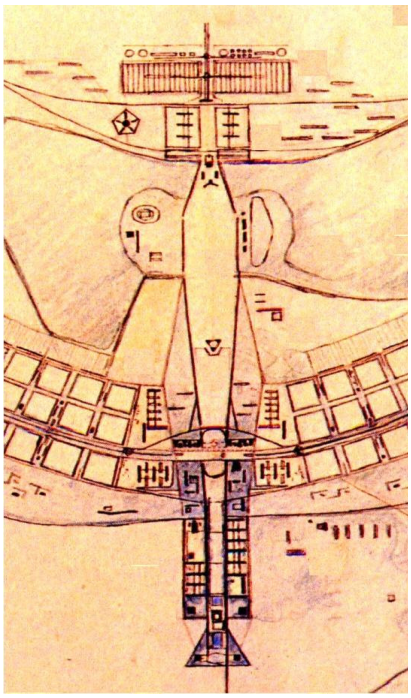
[108] Lúcio Costa, apud GOROVITZ, 1985:64.

[109] Lúcio Costa utilizou-se da expressão "nobreza" para qualificar o eixo Monumental em diversos textos, no qual afirma ter tido como referência compositiva o modelo do Palácio de Versalhes (COSTA, 1995:299).

[110] O projeto de Lúcio Costa representa a expressão do urbanismo moderno, e, nesse sentido, valores como ordenação e organização espacial são premissas básicas para uma configuração urbana. A leitura do eixo Monumental, com seus diversos setores, propicia uma legibilidade fácil, pois a ordem arquitetônica estabelece uma correlação direta com a função espacial.

visual no contexto da paisagem, funcionando, segundo COSTA (1995:304), como monumento: "o monumento ali é o próprio conjunto da coisa em si".

A articulação dos vários setores que compõem o eixo Monumental foi idealizada tendo como base a "unidade do traçado" urbano. Sua intenção era proporcionar a unidade do conjunto e, ao mesmo tempo, conceder identidade própria a cada setor. O espaço de ligação seria um grande vazio central, consolidado no corpo do avião:



Percorrido assim de ponta a ponta esse eixo dito monumental, vê-se que a fluência e a unidade do traçado, desde a **praça do Governo até a praça Municipal,** não exclui a variedade, e cada setor, por assim dizer, vale por si como organismo plasticamente autônomo na composição do conjunto. **Essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental** localizado sem prejuízo de desempenho arquitetônico de cada setor na harmoniosa integração urbanística do todo. (COSTA, 1957, art.15) – grifos meus

FIG. 330 – DETALHE DO EIXO MONUMENTAL
FONTE: Lúcio Costa: Registro de uma Vivência
(COSTA, 1995)

Na composição desses setores do eixo Monumental identificam-se espaços de praças, cuja função está vinculada ao complexo de edifícios que tais espaços abrigam. Representam espaços públicos específicos do conjunto administrativo. Esses espaços, idealizados no projeto, conformam o conjunto da Praça dos Três Poderes, da Praça dos Ministérios Militares, da Praça da Catedral e da Praça Municipal (atual Praça do Buriti).[111]

[111] As praças do setor comercial e de diversões (plataforma da Rodoviária) já foram analisadas anteriormente. Com algumas modificações introduzidas no processo de implantação do plano, algumas praças foram acrescentadas. São espaços que não constavam originalmente no plano piloto de Lúcio Costa. É o caso da Praça da Torre, importante espaço popular que abriga atualmente a Feira da Torre; e a Praça do Cruzeiro, cuja importância deve-se ao fato de ter sediado a primeira missa da cidade e localizar-se na cota mais alta de Brasília (CODEPLAN, 1985). Atualmente, fazem parte do eixo Monumental o Centro de Convenções, o Ginásio Nilson

A PRAÇA DOS TRÊS PODERES



FIG. 331 – PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 1961
***A Praça dos Três Poderes surge como uma obra-prima capaz de rivalizar com as mais belas realizações de todos os tempos* (BRUAND, 1981:204)**

FONTE: www.al.sp.gov.br/.../cenas_do_brasil – março/2007

A Praça dos Três Poderes representa o espaço de maior conotação simbólica da cidade-capital. Sintetiza o ápice da composição urbana do eixo monumental. Explorando a topografia e a natureza local, Lúcio Costa situou o conjunto no eixo de perspectiva visual da trama viária, reforçando o caráter monumental do espaço.[112]

A conotação simbólica da praça estabeleceu-se a partir da localização dos edifícios que compõem os "poderes fundamentais" da capital administrativa, constituindo, dessa forma, o centro do poder político nacional.

Nelson, o Memorial dos Povos Indígenas, o Memorial JK, o Quartel General do Exército, a Catedral Militar Nossa Senhora Rainha da Paz e a Estação Rodoferroviária.

[112] Embora BRUAND (1981:204) levante a hipótese de que a concepção da Praça dos Três Poderes, "quanto a sua implantação e distribuição de massas", possa ter como base um croqui feito por Le Corbusier para um modelo de praça monumental, em 1936, quando esteve no Brasil, CARPINTERO defende a tese de que sua composição assemelha-se a diversas praças de cidades coloniais brasileiras.

Lúcio Costa idealizou-a como um imenso vazio, na forma de um triângulo:[113] (FIG. 331 a 336)

> Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontram-se no triângulo eqüilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antigüidade, a forma elementar apropriada para contê-los. [...] Em cada ângulo dessa praça – Praça dos três Poderes, poderia chamar-se – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno. (COSTA, 1957, art. 9º)

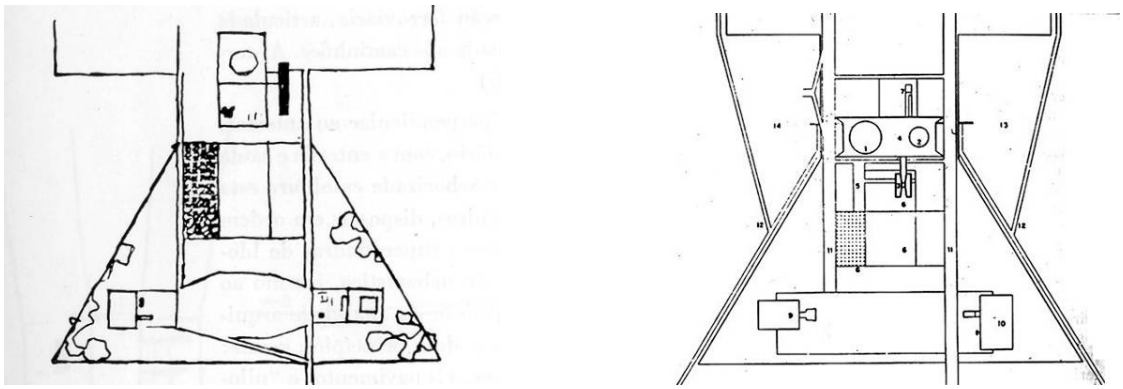
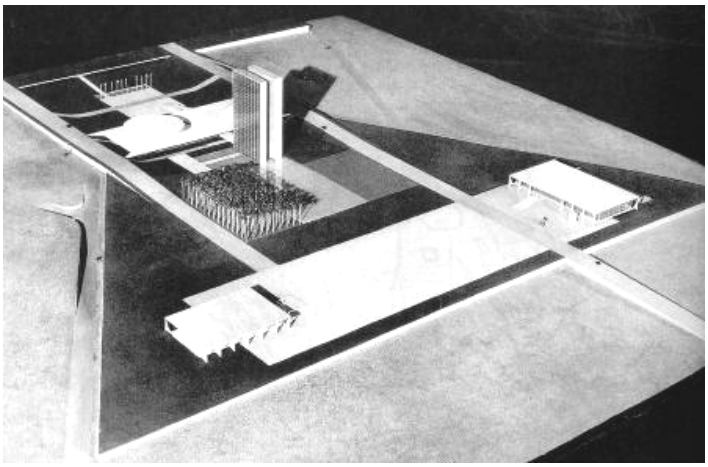


FIG. 332 – PRAÇA DOS TRÊS PODERES – PROJETO DE LUCIO COSTA E SITUAÇÃO ATUAL
FONTE: Memorial descritivo do Plano Piloto (COSTA, 1957) e Arquitetura Contemporânea no Brasil (BRUAND, 1981)

FIG. 333 – MAQUETE DA PRAÇA DOS TRÊS PODERES
OSCAR NIEMEYER
O conjunto da Praça dos Três Poderes edificado apresenta modificações em relação ao desenho original. O triângulo ainda define o perímetro da praça, mas a praça propriamente dita corresponde ao retângulo da base do triângulo.



FONTE: Lucio Costa: Registro de uma Vivência (COSTA, 1995)

[113] Mesmo "a inclusão de alguns elementos logo no início da construção" – um museu, um pombal e uma casa de lanches – não afetaram seu caráter compositivo.

As referências conceituais da Praça dos Três Poderes remetem aos tradicionais espaços de praças que se formaram nas cidades históricas. Como espaço cívico mais importante da cidade, essa praça retoma a simbologia desenvolvida nas praças da Antigüidade como a *Ágora* grega e o *Fórum* romano. Esses espaços representavam o centro político-social da cidade, tanto do ponto de vista simbólico como espacial (estrutura urbana).[114]

Já o modelo de praça desenvolvido no período barroco fornece a simbologia de espaços políticos na cidade-capital.[115] Analisando essa relação entre monumento e espaço urbano no séc. XVII, BRANDÃO (1991:117) afirma que os "monumentos aparecem como centros significativos que estruturam a cidade barroca", refletindo "sistemas ideológicos e hierárquicos":

> Sede do poder absoluto, a capital é o centro de forças que concentra em si o poder máximo governante e procura subordinar todo o território estatal e suas demais cidades, reduzidas a satélites sem vida própria. **Dentro da capital existe uma hierarquia presidida pelos diferentes centros monumentais. Dentre estes centros, um parece ser o mais importante: aquele no qual reside o poder e que, portanto, deve presidir todos os demais**. A Basílica de São Pedro, em Roma, e o Palácio de Versalhes, na França, são os melhores exemplos disto. grifos meus

Esse efeito de composição desenvolvido nas intervenções urbanas, sobretudo no Barroco, concretizaram-se espaços cênicos, onde o monumento é o grande protagonista do espaço. A partir do enquadramento de grandes eixos de perspectiva "os arquitetos rasgaram as cidades, introduzindo amplas praças e ruas compridas e retas ligando seus focos e constituindo o sistemático e cenográfico urbanismo seiscentista".[116]

Esses espaços, concretizados na figura da praça, tinham como função principal representar simbolicamente o poder absolutista, abrigando símbolos monárquicos, como

---

[114] Ver abordagem do tema na Parte I desta tese.

[115] Na França, o modelo dessas praças foi bastante difundido. Pode-se citar: Place du Palais (1721), em Rennes; Place de la Bourse (antiga Place Royale, 1729-1743), em Bourdeaux; Place Stanislas e Place de la Carrière (1753), em Nancy; Place Royale (1756-1760), em Reims, entre outros. Ver Paul ZUCKER (1959). A Praça dos Três Poderes, guardadas as devidas proporções, possui na sua concepção a idéia de espaço simbólico do poder democrático, pois cumpre a mesma função de valorizar símbolos da democracia: os três poderes que conduzem o destino da Nação.

[116] BRANDÃO (1991:117). Praças como a *Piazza de San Pietro*, de Bernini; ou a *Place de La Concorde*, em Paris, de Jacques Ange Gabriel, revelaram-se importantes exemplos de espaços simbólicos. Esses espaços transcenderam, em muitos casos, sua origem urbana, pois desempenharam um papel cuja importância estava no âmbito político nacional. A *Piazza San Pietro*, por exemplo, representa o centro do poder religioso do Estado do Vaticano, independentemente de suas fronteiras territoriais.

estátuas e monumentos erigidos para honrar e reforçar a imagem de um rei ou de um príncipe. A monumentalidade era uma de suas principais características estéticas. Outra característica fundamental era a subordinação do plano geral da cidade a esses centros irradiadores, realizada a partir da estrutura viária e dos grandes eixos de perspectiva ou "vista monumental".

Analisando a morfologia da Praça dos Três Poderes, BRUAND (1981:204) destaca que a composição de praças abertas aparece como versão desde o séc. XVI:

> Desde o arranjo do Capitólio, feito por Michelangelo, até a criação da Praça Luis XV (hoje, Place de la Concorde), delimitada por Gabriel com edifícios de um só lado, vários exemplos tinham se sucedido por toda a Europa, valorizando a mistura de perspectivas próximas e longínquas, criadas pela relação entre as construções e os espaços livres entre elas.

Essa concepção simbólico-espacial adequa-se perfeitamente ao projeto da Praça dos Três Poderes, pois é nesse lugar que se localiza o centro do poder da capital federal. Pode-se afirmar que existe uma forte vinculação da concepção de Lúcio Costa ao conceito de monumentalidade barroca, pois a Praça dos Três Poderes foi concebida para desempenhar o papel de centro irradiador da cidade-capital.

Além dessa vinculação aos modelos de praças históricas européias, existe uma outra importante relação conceitual da Praça dos Três Poderes: o modelo de praças coloniais brasileiras. Essa composição reflete também a herança da nossa cultura urbana, consolidada na praça cívica colonial, também conhecida como a "praça da cidade". Esse modelo está presente no cenário da maioria das cidades brasileiras. A sua formação, no período colonial, está atrelada aos principais eventos da cidade, pois formam o local de articulação urbanística e arquitetônica, reunindo as principais estruturas institucionais da cidade. Era nesse espaço que também ocorriam os eventos sociais do núcleo urbano.[117]

Esses espaços são referência na trama urbana das nossas cidades. Segundo MARX (1980:51-2), a Praça Municipal de Salvador teria sido a primeira praça cívica brasileira. Sua importância estava intimamente atrelada a sua função política e a sua configuração espacial: (FIG. 334 e 335)

> A primeira praça cívica do Brasil foi a Praça Municipal de Salvador. Voltada para o mar, a cavaleiro do porto, reunia a Casa de Câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a Relação, os negócios da fazenda e a alfândega.

[117] Para uma descrição tipológica de praças cívicas brasileiras, ver ROBBA e MACEDO (2002).

> No centro da nova cidade projetada, marcava urbanisticamente o seu caráter de capital. É conhecida de todos por estar servida pelo elevador Lacerda [...]. Ela é antecessora da atual Praça XV de Novembro no Rio, que aliou a igreja que serviu de catedral ao paço dos governantes da colônia e do Império, embora não tivesse sido para isso concebida, assim como da Praça dos Três Poderes, que hoje reúne no coração do país os principais edifícios da República. Três capitais, três praças cívicas. A primeira e a última criadas para tal; as três abertas em um dos lados. As duas mais velhas para o mar como se abre para o Tejo a Praça do Comércio, antigo Terreiro do Paço, em Lisboa; a terceira voltada para o alvorecer do Planalto Central, num gesto de esperança. São logradouros que transcendem o uso e o significado local, interessando a todos nós. Cumpre entendê-los, respeitá-los, recuperá-los, defendê-los". grifos meus

Esse vínculo entre a composição urbana da Praça dos Três Poderes e certos modelos de praças brasileiras também aparece como argumento em CARPINTERO (1998:135), segundo o qual essa praça reproduziria uma composição presente em várias "cidades do interior, do sertão, da colônia, do Brasil". Analisando seu desenho, ele afirma que a morfologia de "um gramado com a igreja, casa de câmara ou a prefeitura e casas mais ou menos dispersas" representa a descrição de muitas delas, atestando sua filiação brasileira. (FIG. 334)



FIG. 334 – PRAÇA MUNICIPAL DE SALVADOR - PAÇO DO GOVERNADOR

FONTE: Bahia Velhas Fotografias 1858/1900 (FERREZ, 1989)



FIG. 335 – PRAÇA DO DESCOBRIMENTO – IGREJA E CASA DE CAMARA – PORTO SEGURO
A praça histórica de Porto Seguro é uma referência evidente em sua Praça dos Três Poderes, desde que trocado o mar pelo cerrado **(CARPINTERO, 1998:154).**
FONTE: www.porto.seguro.tur.br - julho/2006



FIG. 336 – PRAÇA TIRADENTES (1875)

Esse modelo de praça cívica é exemplo de conjunto urbano, onde a composição da praça contribui diretamente para destacar os edifícios na paisagem. Essa estrutura comparece em exemplos de praças desde o período colonial, sendo que, nas formações litorâneas, a praça é voltada para o mar, conforme atesta MARX (1980). Com o processo de interiorização urbana, as cidades tornam-se mais independentes dessa estrutura costeira. As relações passam a ser por terra, e, nesse sentido, a prioridade passa a ser os caminhos e vias que penetram na cidade. Muitas delas são, a propósito, formadas ao longo de caminhos e rotas fundamentais. Nessa nova estrutura de cidade, as praças apresentam uma posição geográfica mais central, independentemente do modelo de traçado urbano. Elas vão se deslocando e passam a estruturar o centro da cidade.[118] As imagens ao lado mostram exemplos de praças cívicas brasileiras localizadas no interior da malha urbana.

Essas praças representam o principal elemento estruturador do *espaço cívico* e articulam sua função política com a importância de sua estrutura no contexto urbano. Definindo sua composição, Lúcio Costa afirma que a praça "dos Três Poderes é um exemplo contemporâneo, com valor e a presença das tradicionais praças antigas".[119]

Na proposta da Praça dos Três Poderes, a relação entre espaço político e conjunto urbano é reinterpretada por Lúcio Costa. O projeto reproduz uma estrutura típica de praça brasileira, porém inserida no cenário modernista. Esse fato introduz uma nova perspectiva quanto ao uso da praça, pois nesse caso o espaço da praça não possui a função primordial de representar o espaço social da vida urbana, como nas praças coloniais. O modelo de praça modernista prioriza o vazio, principalmente em seu sentido compositivo.

Nesse contexto, a Praça dos Três Poderes difere, em muito, das praças cívicas coloniais. Se, por um lado, sua configuração reinterpreta esses modelos, por outro, a espacialidade do seu conjunto está longe de atuar como espaço de permanência e de encontros sociais, no sentido tradicional da praça. O seu conjunto não recebe a irrigação necessária (habitantes, usuários) para que o espaço possua vitalidade. Diferentemente dos princípios estabelecidos na

[118] Essa configuração permanece, sobretudo em vilas e cidades de pequeno porte. Com o processo de desenvolvimento e crescimento urbano brasileiro, ocorre uma modificação significativa na estrutura de cidades-capitais ou de grandes cidades. O surgimento e a multiplicação de espaços públicos resultam no deslocamento dos centros de poder, alterando a relação simbólica da praça central, a partir da existência de uma maior diversidade de praças.

[119] COSTA, Lúcio. Revista Arquitetura e Urbanismo, abril, 1985:39. Essa afirmação só é válida quando analisamos os aspectos formais da praça, não os funcionais.

escala gregária, as praças da escala monumental não atuam de forma agregadora, pois foram concebidas para atuarem sobretudo como espaço-cenário.[120]

Analisando a formação da praça monumental no séc. XVIII, SENNETT (1988:75) apresenta uma conclusão perfeitamente aplicável à Praça dos Três Poderes. Ele afirma que espaços dessa categoria não foram idealizados para abrigar todo e qualquer tipo de atividade; pois não possuem a função de receptáculo, "não foram concebidas tendo em mente uma multidão que se congrega". Segundo SENNETT (1988), "a praça deveria ser um monumento a si mesma, com atividades restritas acontecendo em seu meio", como é o caso dos espaços públicos de escala monumental.

Essa relação espacial aparece constantemente nas praças modernistas. Le Corbusier defendia a superfície vazia dos espaços urbanos, como também Hilberseimer, ao justificar a necessidade de luz e ar, carente nas cidades tradicionais. Da mesma forma, Lúcio Costa projeta intencionalmente essa espacialidade, apesar de elaborar a praça como o ponto crucial do centro cívico. Sob essa ótica, é perfeitamente coerente o tratamento paisagístico elaborado na proposta, pois a Praça dos Três Poderes é composta por um grande vazio[121], representando o palco para a *arquitetura-monumento* dos poderes federais cuja função transcende a própria escala urbana. (FIG. 337)

No estudo sobre a morfologia de Brasília, HOLANDA (1985) desenvolve o mesmo argumento de Sennett, afirmando que os espaços do eixo monumental não funcionam como lugares de permanência, pois não foram idealizados para tal função. Eles representam espaços vinculados a uma rotina de uso, ligada ao cotidiano dos funcionários do setor administrativo e, portanto, restritos a essa lógica de uso.[122]

---

[120] A própria comparação de Lúcio Costa com a Acrópole grega estabelece essa relação, uma vez que na Grécia, a cidade sagrada é um monumento para ser visto e não apropriado, como afirma Bruno Zevi (1978:48).

[121] Estudos desenvolvidos pela arquiteta Marta ROMERO (2000:140) sobre a arquitetura bioclimática do espaço público de Brasília reforçam essa afirmação, ao concluir que em bases bioclimáticas a praça não é um espaço de convívio e lazer, mas um espaço de permanência transitória. Mesmo em caso de eventos e manifestações o *mall* da esplanada – o grande gramado – apresenta-se como o local mais adequado do conjunto. Observando a apropriação do *mall* da esplanada, ROMERO (2000:139) afirma que "o gramado e as rampas criaram uma espécie de ninho monumental de abrigo; assim esse espaço de representação em determinado momento da história do Brasil simbolizou o único baluarte democrático envolvente, suave e adequado à permanência das pessoas".

[122] Em relação à apropriação desses espaços, verifica-se uma utilização intensa, como espaço de passagem, nos horários de início e final das jornadas de trabalho, e um esvaziamento nas horas intermediárias. Nos fins de semana, existe uma ocupação "residual" em determinados locais, por turistas e curiosos (HOLANDA, 1985:142). Fato interessante ocorreu com o espaço em frente ao Ministério de Turismo, onde o Ministro Gilberto Gil (2006) promoveu uma intervenção, configurando uma praça com bancos e equipamentos urbanos. O local passou a ser

Em relação ao perfil desses espaços, HOLANDA (1985:142) afirma que "as grandes dimensões dos espaços abertos e dos edifícios" contribuíram para que os espaços públicos do eixo Monumental fossem entendidos como uma "paisagem de objetos" em vez de uma "paisagem de lugares". A estrutura urbana da escala monumental foi idealizada prioritariamente para destacar a *perspectiva do conjunto da esplanada*, privilegiando o *status* de centro de poder da cidade-capital.[123]

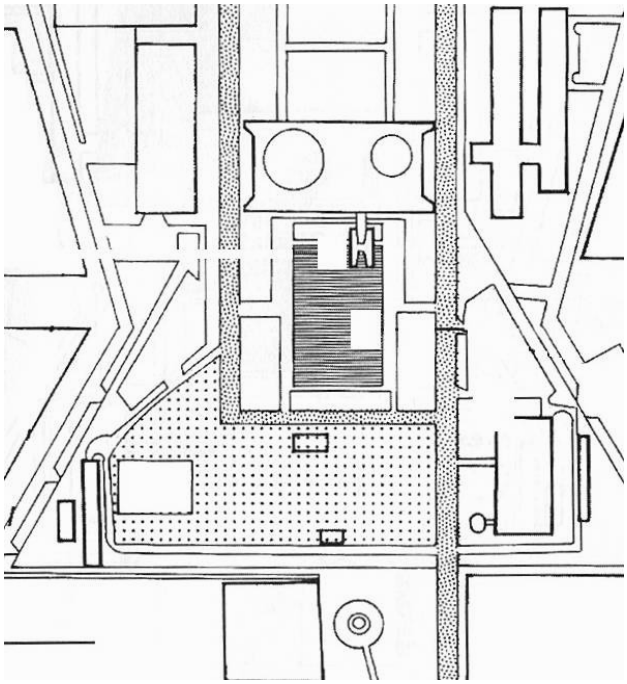


FIG. 337 – PRAÇA DOS TRÊS PODERES: SITUAÇÃO ATUAL

Assim a Esplanada, projetada somente como elemento de composição horizontal, é o espaço que abriga as atividades representativas da cidade. No entanto, o espaço que foi projetado para tal fim – Praça dos Três Poderes – não consegue concentrar a população nas suas manifestações populares.

FONTE: Arquitetura bioclimática do espaço público (ROMERO, 2001)

Essa análise estende-se para a maioria das praças idealizadas nos diversos setores da escala monumental. Em torno de toda a esplanada, encontramos praças-cenários cuja função primordial é estruturar e compor o conjunto dos seus edifícios institucionais.

---

apropriado pelos funcionários locais e se transformou em um *point* na Esplanada, sobretudo no horário de almoço.

[123] Ainda que em momentos de comemorações cívicas ou manifestações populares, esses espaços possam ser apropriados por uma multidão, são atividades pontuais e transitórias, não configurando um uso contínuo.



FIG. 338 – PRAÇA DOS TRÊS PODERES – CONGRESSO NACIONAL
FONTE: Fabrício (2005)



FIG. 339 – PRAÇA DOS TRÊS PODERES – PANTEÃO DA PÁTRIA
FONTE: Fabrício (2005)



FIG. 340 – PRAÇA DOS TRÊS PODERES
FONTE: www.aboutbrasilia.com – fev/2006

A ESPLANADA

Na seqüência de espaços que compõem o eixo monumental a partir da Praça dos Três Poderes, localiza-se o *Mall* – a Esplanada – um imenso gramado, ocupado lateralmente pelos ministérios e demais edifícios. É ao longo desse espaço que se encontram vários conjuntos de edificações institucionais.

> Ao longo dessa esplanada – o Mall dos ingleses – extenso gramado **destinado a pedestres, a paradas e a desfiles**, foram dispostos os ministérios e autarquias. Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno; os Ministérios militares, constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em seqüência – todos com área privativa de estacionamento – sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc. (COSTA, 1957, art. 9º) – grifos meus

Nesse espaço foram distribuídos os edifícios que compõem o aparato governamental: os ministérios, "ordenados em seqüência" e divididos em dois grupos perpendiculares ao eixo Monumental, e as autarquias.[124] A função original desse espaço era formar o conjunto do centro cívico e, nesse contexto, permitir as manifestações cívicas relacionadas às atividades do Governo Federal.[125] (FIG. 340 a 341)

No projeto original da Esplanada dos Ministérios, observa-se a presença de duas praças adjacentes ao grande *mall:* a praça do Ministérios dos Militares e a Praça da Catedral. Essas praças foram projetadas para funcionar como extensão das atividades desenvolvidas nessas edificações.[126] A Praça da Catedral foi implantada segundo o plano piloto, recuada em relação à perspectiva do eixo monumental. Lúcio Costa compôs, dessa forma, o coração da nova Capital, incluindo o poder religioso no conjunto da Esplanada.

---

[124] Atualmente, não existem autarquias situadas diretamente na esplanada. Na descrição do plano, Lúcio Costa menciona a presença de um estacionamento privativo para cada um dos ministérios (COSTA, 1957, art. 9º).

[125] Na condição de composição paisagística, jardins e extensos gramados comparecem conformando edifícios simbólicos em várias cidades-Capitais. Como exemplo, destaca-se o Palácio do Louvre, situado no centro da cidade de Paris, e o jardim da *Tulleries*. Na capital americana, a cidade de Washington (1795), L'Enfant projetou um grande *mall* para marcar a perspectiva do Capitólio e do centro cívico.

[126] A Praça dos Militares não foi implantada no conjunto da Esplanada. Atualmente encontra-se um estacionamento no local.

A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas **numa praça autônoma disposta lateralmente**, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por questão de escala, **tendo-se em vista valorizar o monumento**. (COSTA, 1957, art. 9º) – grifos meus

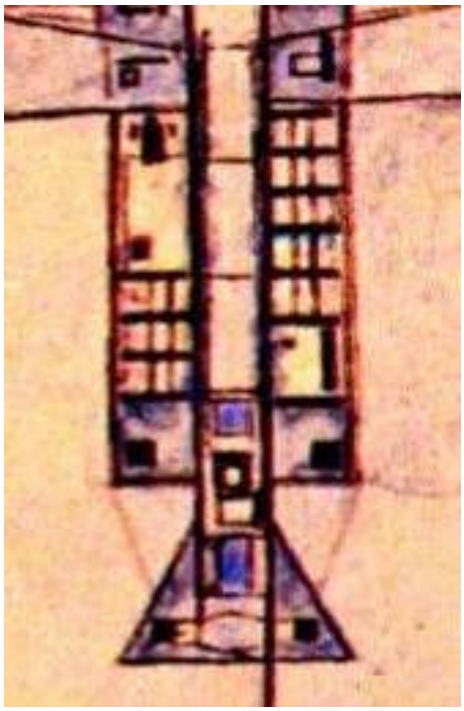




FIG. 341 E 342 – CROQUI DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS (LÚCIO COSTA) E PANORÂMICA ATUAL
FONTE: Lúcio Costa: Registro de uma Vivência (COSTA, 1995) E www.googlearth – abril/2007



FIG. 343 – VISTA DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – PANORÂMICA ATUAL
FONTE: Patrimônio Mundial no Brasil (2000)

Ao lado dos edifícios cívicos, a Catedral ocupa uma posição diferenciada em relação à perspectiva do *mall*. A sua localização à margem, como pretendeu Lúcio Costa, apesar de expressar a separação entre o poder religioso e o Estado, atesta sua importância na estrutura das cidades brasileiras. Lúcio Costa, mesmo concebendo uma nova espacialidade urbana, procurou estruturar o centro cívico à maneira tradicional, reunindo no seu espaço os símbolos institucionais.

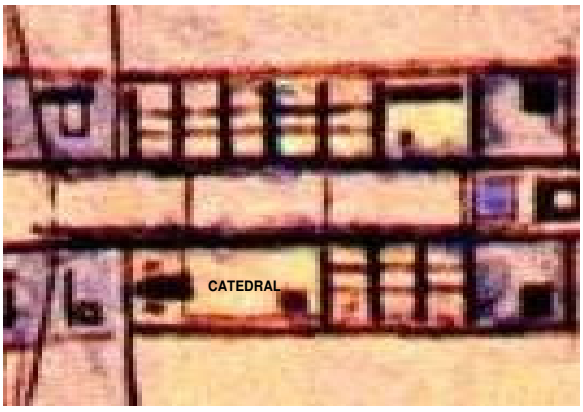
Nas cidades tradicionais, MARX (1980:54) atesta, como *regra geral*, a presença constante do binômio igreja–praça, normalmente situado no centro urbano. Em relação a essas praças religiosas, a Praça da Catedral apresenta uma diferença fundamental, pois encontra-se desvinculada da circulação principal e do fluxo de pedestres – um conjunto totalmente independente. Formação rara na tradição urbana brasileira.[127]

Outra característica significativa é a posição da Igreja em relação à praça. Esse conjunto apresenta uma configuração distinta, porém típica da espacialidade modernista: a Catedral situa-se no centro da praça, totalmente isolada. Essa configuração foi alterada por Oscar Niemeyer na implantação da Catedral, pois no desenho proposto por Lúcio Costa, a igreja situava-se em uma das laterais da praça, deixando seu centro livre. Como se pode observar nas imagens.[128] (FIG. 344 a 345)

Coerente com os princípios modernistas, a Praça da Catedral estrutura-se como um espaço vazio, um retângulo, ocupado pelo edifício da igreja, tendo como principal função destacar o monumento religioso.

FIG. 344 – DETALHE PLANO PILOTO EM DESTAQUE PRAÇA DA CATEDRAL

FONTE: Lucio Costa: Registro de uma Vivência (COSTA, 1995)



[127] Observa-se essa mesma composição na cidade de Belo Horizonte. No processo de construção da cidade, preservou-se a antiga Matriz – a Igreja da Boa Viagem. No contexto urbano, sua localização ficou deslocada do centro cívico, e do centro urbano principal.

[128] Niemeyer projetou, além da igreja, outros elementos como o batistério, a torre do sino, um espelho d'água e um gramado no entorno.



FIG. 345 – PRAÇA ATUAL DA CATEDRAL – BATISTÉRIO, CATEDRAL E TORRE (2001)
FONTE: Patrimônios da Humanidade no Brasil (2001)



FIG. 346 – PRAÇA DA CATEDRAL
FONTE: www.googlearth – dez/2006



FIG. 347 – CATEDRAL DE BRASÍLIA (2001)
Observar sua posição central em relação ao espaço da Praça
FONTE: www.faquini.com.br – julho/2006

A PRAÇA MUNICIPAL

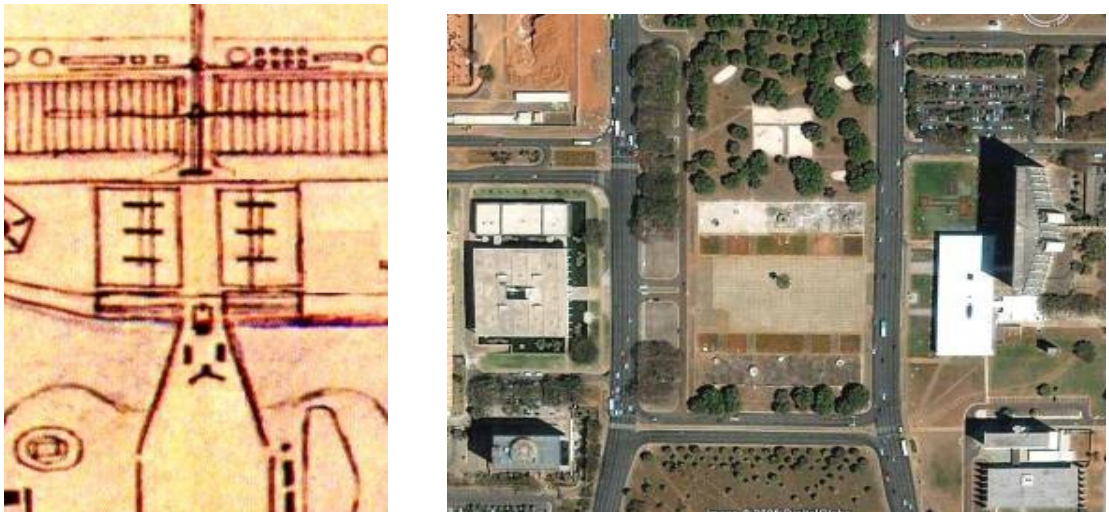


FIG. 348 e 349 – DESENHO DO SETOR MUNICIPAL E VISTA ATUAL DO CENTRO MUNICIPAL

Na implantação do plano piloto, o centro Municipal adquiriu uma conformação um pouco diferente. Em uma praça central retangular foram instalados a sede do Governo Distrital – o Palácio do Buriti – e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal – o Palácio da Justiça.

FONTE: Lúcio Costa: Registro de uma Vivência (COSTA, 1995) e www.googlearth – abril/2007

Na seqüência de espaços que se desenvolvem acima da plataforma da Rodoviária e como continuação da Esplanada dos Ministérios, Lúcio Costa projetou um grande descampado, dando continuidade à perspectiva monumental. Esse setor foi destinado ao Complexo Esportivo e ao setor Administrativo da Municipalidade.

Em relação a esse espaço, Lúcio Costa destaca apenas a presença de uma praça que seria o local principal para a instalação do poder municipal: a Praça Municipal.[129] Estabelecendo um contraponto com a Praça dos Três Poderes, o centro da Municipalidade encontra-se no ponto oposto ao eixo de perspectiva da Esplanada, sediando a Praça Municipal. Nesse setor, Lúcio Costa idealizou o complexo administrativo distrital, situando a "Prefeitura, a Polícia Central, o Corpo de Bombeiros e a Assistência Pública" e tendo ainda a

[129] A Praça da Torre, presente hoje na cidade, situa-se no espaço onde se localiza a Torre radioemissora de TV. No memorial descritivo do plano piloto, Lúcio Costa não faz menção à existência de uma praça para abrigar a Torre. Descreve apenas a arquitetura da torre: uma "planta triangular com embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos estúdios e mais instalações e superestrutura metálica com mirante localizado a meia altura" (COSTA, 1957, art.12). Com o crescimento da cidade, a Torre foi incorporada às atividades da escala gregária, transformando-se em um importante ponto de comércio e lazer popular: a Feira de Artesanato da Torre.

"Penitenciária e o hospício". Esse espaço marcaria o encerramento do conjunto arquitetônico do Eixo Monumental.[130] (FIG. 348)

Na proposta, o Centro Administrativo Municipal encontra-se estruturado em torno de um eixo principal que divide o centro em dois espaços: uma praça central, seguida por dois conjuntos simétricos de edificações, distribuídos ao longo de uma microesplanada, com canteiro central. A espacialidade do Centro Municipal reproduz em menor escala a do Centro Cívico Federal, esboçando notadamente a preferência de Lúcio pela configuração modernista: edifícios soltos em meio a um grande espaço vazio.

Embora projetada em uma cota mais elevada, a Praça Municipal apresenta uma importância secundária na hierarquia simbólica do eixo Monumental. Entretanto, desempenha uma função semelhante: sediar o poder Municipal e destacar seu conjunto arquitetônico. (FIG. 350)

Observando a configuração do Eixo Monumental, pode-se afirmar que a prioridade da função estética na composição desse espaço foi o objetivo primordial de Lúcio Costa. Segundo o urbanista, sua justificativa corresponderia a uma razão de "ordem arquitetônica": o conceito de *monumento* que fundamenta a arquitetura da Esplanada.

Nas palavras de Niemeyer, vemos a confirmação dessa intenção:

> Reclamam – Por que a praça dos Três Poderes não tem vegetação? Por que tanto sol? Gente, tem que explicar isso, que é tão intuitivo! Ali é uma praça cívica [sic]. Tem que valorizar a arquitetura. Imagina se enchêssemos a praça San Marco [em Veneza] de árvores. Teria mais sombra, mas ela tinha desaparecido.[131]

Nesse sentido, os conjuntos de praças presentes no grande eixo desempenham um importante papel urbano, pois atuam como centros visuais, articulando as edificações simbólicas da cidade no âmbito Federal e Municipal, Comercial e Serviços. Formam verdadeiros *cores* da escala monumental, estabelecendo marcos na paisagem da cidade. Essas praças concretizaram conceitos fundamentais da estética modernista, proclamando e valorizando grandes superfícies, a partir da exaltação do espaço livre, do vazio e do monumento.

---

[130] COSTA (1957, art.15). Atualmente, esse setor abriga a Sede do Governo Distrital e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

[131] Trecho da entrevista de Oscar Niemeyer à Folha de São Paulo. Revista Ilustrada, 19 abr. 2007.

Foi principalmente na escala do Eixo Monumental que Lúcio Costa explorou a espacialidade da cidade modernista, marcando definitivamente a inserção de Brasília no circuito internacional como referência urbanística.[132]





FIG. 350 – PRAÇA DO BURITI - ATUAL PRAÇA DO SETOR MUNICIPAL
A praça é conformada por um grande vazio retangular.
No meio, um único Buriti plantado dá nome a praça.
FONTE: Fabrício (2004)

[132] Existem algumas praças no eixo Monumental que não fazem parte do projeto original. È o caso da Praça da Torre e a Praça do Cruzeiro.



FIG. 351 – PRAÇA DO BURITI - ATUAL PRAÇA DO SETOR MUNICIPAL
FONTE: Fabrício (2004)

E foi também na Escala Monumental que Lúcio Costa concretizou a modernidade nacional buscando referências em espaços históricos brasileiros, valorizando suas dimensões simbólicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo central pesquisar a trajetória da praça brasileira, importante elemento compositivo do espaço urbano, a partir da noção de espaço de uso coletivo. Nesse sentido, procurou compreender sua gênese no território brasileiro, tendo como ponto de partida a chegada dos portugueses e o processo de colonização implementado; suas transformações históricas, em sintonia com o desenvolvimento político da nação; e, como ponto de ruptura, a divulgação dos princípios modernistas e a experiência de consolidação da cidade moderna brasileira, cristalizada na elaboração do Plano Piloto de Brasília.

Essa investigação ocorreu segundo duas linhas de orientação: a primeira teve como fio condutor a trajetória da praça no Brasil, atrelada ao desenvolvimento dos processos urbanísticos no nosso território; a segunda fundamentou-se no desenvolvimento dos espaços coletivos perante os processos urbanísticos ocorridos na civilização ocidental, em particular o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, a praça – como manifestação de espacialidade urbana –, reflete uma forma de ocupação, organização e apropriação do espaço própria da sociedade capitalista e que independe da sua geografia.

Para entender a trajetória da praça brasileira na sua modernidade, foi necessário compreender também a transformação da organização espacial no movimento moderno internacional, a partir do desenvolvimento teórico e prático da urbanística moderna e do próprio conceito de cidade. Essas duas linhas de orientação cruzaram-se, de forma incisiva, na transposição e divulgação desses princípios no Brasil, tendo como personagens principais o arquiteto Le Corbusier e o urbanista Lúcio Costa.

Tratando-se de um tema multidisciplinar, procurou-se na tese estabelecer uma leitura do espaço que, além de abordar o seu desenvolvimento formal como desenho, apresentou também sua trajetória do ponto de vista funcional, associado às principais mudanças no uso e na apropriação da praça, ao desenvolvimento do seu papel no contexto urbano, bem como ao seu caráter simbólico. Nesse sentido, foi possível observar que, em alguns casos, o desenho da praça foi decisivo na constituição do seu caráter simbólico; em outros, o seu papel como marco urbano foi o principal motor das mudanças estéticas. A definição de modelos urbanos originou-se no encontro de princípios semelhantes estabelecidos ao longo dos processos urbanísticos ocorridos nas cidades brasileiras. Destaca-se o processo de ajardinamento das praças implantado nas principais cidades.

A investigação sobre a trajetória da “praça brasileira” teve como ponto de partida a organização espacial existente no território antes da chegada dos portugueses – as aldeias e agrupamentos ameríndios. O estudo dessa organização indígena revelou a formação de espaços

ritualísticos, legitimados na estrutura da aldeia, de extrema importância para a comunidade. São estruturas distintas do universo urbano, mas que possuem certas características espaciais equivalentes a estruturas de espaços de praças, como por exemplo o sentido de centralidade e de monumentalidade, bem como seus aspectos simbólicos.

Apesar da organização espacial indígena ter se mantido até o presente em certas tribos, o estudo dessas estruturas serviu de contraponto à postura de ruptura espacial imposta pelos portugueses ao iniciarem o processo de colonização. Quando se iniciou a formação de cidades no Brasil, as referências indígenas foram gradativamente sendo substituídas pelo modelo de assentamento urbano lusitano, restando poucas características das estruturas espaciais aqui encontradas. Observa-se que os portugueses impuseram sua forma de organização espacial como um mecanismo de dominação, tratando de desfazer-se dos símbolos indígenas.[1] Nesse sentido, a praça que se desenvolveu no território brasileiro foi sem dúvida um espaço concebido a partir do universo urbano lusitano.

Na gênese da praça brasileira observa-se, sobretudo, a forte referência na cultura ocidental portuguesa e na sua forma de organização espacial urbana, sedimentada, por sua vez, no processo secular de formação da sociedade européia. A Praça da Câmara, em Salvador, destaca-se como um dos espaços mais importantes do período colonial. Representou o modelo da praça colonial aberta, estabelecendo uma composição fortemente marcada pela tradição do urbanismo lusitano. Situada na encosta e voltada para o mar, tornou-se a praça-símbolo de um território dependente das relações ultramarinas da metrópole. Sua conformação demonstrou a organização e a estrutura urbana típica das primeiras cidades coloniais litorâneas, cuja proximidade com a área portuária reforçava seu caráter de centro dominante na malha urbana. Essa praça principal assumiu então uma conformação em U, cercada por edificações em três dos seus lados e aberta no quarto lado, reverenciando o mar à sua frente.[2]

O espaço-símbolo do período Imperial desenvolveu-se a partir da vinda da Corte Portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro. Esse momento político representou uma importante etapa na

---

[1] A sua relação com o espaço ritualístico dos ameríndios e sua forma de apropriação encontra-se vinculada à noção de lugar-símbolo, central e monumental existente na estrutura da aldeia. Essas características vão aparecer em alguns momentos, como, por exemplo, na formação de cidades planejadas a partir do séc. XVII, no qual se observa a predominância da praça central, ou praça principal. Essa afirmação só é válida para uma análise formal, pois no que se refere a apropriação, em algumas tribos existe uma forte hierarquia na utilização do *warã*, sobretudo em cerimônias ritualísticas, onde o acesso a praça central fica restrito ao universo masculino.

[2] Esse modelo de praça remonta a diversos exemplos de praça encontrados nas cidades litorâneas portuguesas, ou de encostas.

transformação das cidades coloniais, estabelecendo uma nova hierarquia no território nacional. Nesse período, o perfil das cidades passou a apresentar uma organização urbana mais consolidada, distante das primeiras aglomerações coloniais. O próprio caráter da cidade, anteriormente de entreposto e local de eventos temporários, em função dos ciclos comerciais e da exportação agrícola, modificou-se, adquirindo estruturas permanentes. Desenvolveu-se uma vida urbana em função da maior concentração e permanência de pessoas na cidade, com uma maior intensidade de eventos sociais. Com isso, a própria vitalidade dos espaços urbanos passou a ter uma irrigação constante.

A cidade do Rio de Janeiro, transformada em nova capital, passou a ser o centro do poder local, encarnando o reflexo desses acontecimentos. Esse novo *status* repercutiu diretamente na sua estrutura urbana, incorporando importantes modificações espaciais. Em relação aos seus espaços públicos, desenvolveu-se um modelo de praça cristalizado no *Largo do Carmo ou Largo do Paço*: a praça-símbolo da cidade-capital. Essa praça, com uma espacialidade semelhante ao modelo da praça colonial aberta, assumiu novas funções políticas relacionadas primordialmente às edificações do poder Imperial.

O *Largo do Paço* constituiu o nó da cidade imperial, abrigando em seu conjunto as edificações mais significativas do poder real: o Palácio Real e sua estrutura administrativa. A instalação do poder real no conjunto urbano do Paço transformou o local em centro de manifestações e comemorações cívicas do Governo Português, estabelecendo um calendário permanente de eventos.[3] Nesse contexto, observa-se a configuração de um modelo de praça cujo desenvolvimento espacial esteve fortemente atrelado a uma conotação política predeterminada. A praça era um espaço multifuncional. Representava, ao mesmo tempo, o espaço político, cívico, religioso e social. Como elemento urbano, definia um importante centro irradiador reconhecido no âmbito global da cidade. Esse modelo representou a estrutura da *praça principal* presente em diversas cidades da época e em cidades atuais de pequeno porte, cuja morfologia organiza-se em torno de um único centro, a *pracinha*.

A Proclamação da República representou uma nova etapa de transformações na história política brasileira, protagonizando também modificações significativas na estrutura urbana das principais cidades. O Rio de Janeiro, agora Capital *da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil*, revestiu-se de uma nova roupagem, segundo o ideário republicano. Buscava-se o rompimento com a estrutura da cidade colonial e a configuração de uma paisagem mais adequada

[3] Sua importância será retratada por vários artistas da época, tornando-se o espaço-símbolo do período Imperial.

ao momento político. O crescimento da cidade, sobretudo da região central, alterou a importância dos espaços públicos existentes, bem como proporcionou o deslocamento dos centros simbólicos em função do deslocamento das estruturas de poder.

O *Largo do Paço* perde sua importância como marco significativo da cidade em função da formação de novas praças. Esses espaços consolidam-se como novos marcos, pulverizando a relação simbólico-espacial. As novas praças apresentaram uma ruptura formal com o modelo colonial, pois não representavam mais cenários de uma cidade subordinada à metrópole ultramarina; nem mesmo representavam espaços simbólicos da Corte portuguesa e de sua estrutura de poder. Ao contrário, eram espaços concebidos para abrigar uma nova estrutura política e, ao mesmo tempo, esboçar o processo de crescimento urbano.

Essas praças ainda mantinham um forte vínculo com a dimensão política, porém o crescimento dos centros urbanos acarretou a multiplicação de espaços coletivos derivados do próprio processo de ocupação e expansão urbana, produzindo certa diversidade funcional. Muitas dessas praças originaram-se desse processo, conformando, portanto, espaços distintos da relação de poder: praças de Igrejas, praças comerciais, praças de lazer, espaços esses sem vínculo político com o aparato governamental.

Na trajetória da praça brasileira, esse período representou uma ruptura com determinadas características espaciais da praça tradicional. Em princípio, o processo de metropolização urbana impôs dimensão e escala grandiosas ao espaço da cidade. A praça principal perde notadamente suas referências como espaço centralizador em relação à cidade como um todo, fragmentando-se em diversos espaços de uso coletivo. Observa-se o desenvolvimento de estruturas espaciais inovadoras, como parques, passeios públicos, entre outros, promovendo certa setorização funcional das praças. Multiplicam-se os espaços de uso coletivo. Em contrapartida, nota-se uma hierarquização no uso do espaço, refletindo a própria hierarquização social: espaços populares e espaços voltados para o lazer burguês, entre outros.

A concepção desses espaços retratou um período sob forte influência da urbanística européia, sobretudo parisiense, relacionada ao desenvolvimento e importação de hábitos e práticas sociais. O modelo da praça vazia, aberta, desaparece, dando lugar aos espaços de praças ajardinadas – espaços decorativos. Em relação ao contexto urbano, essas praças surgem, muitas vezes, em função da valorização de edificações institucionais. As Praças Republicanas – ou praças cívicas – são modelos típicos de espaços ajardinados. Com a formação desses cenários paisagísticos, têm-se também o "embelezamento da cidade", presente nos inúmeros planos e intervenções urbanísticas.

Essa composição de praça desenvolveu-se por todo o território brasileiro, sobretudo nas capitais de estado, abrigando Palácios de Governo, Assembléias, Secretarias, Teatros, Estações Ferroviárias, entre outros. A Praça da Liberdade, idealizada no plano da capital de Minas Gerais, representa um exemplo significativo de conjunto paisagístico. Idealizada sob o espírito de modernidade que marcou diversas intervenções urbanas do período, sua configuração reproduz o modelo de praça-cenário destinada a servir, principalmente, de palco para o Palácio do Governador e suas Secretarias, instituindo um espaço marcante na nascente capital.

O processo de modernização das cidades brasileiras, consolidado nas primeiras décadas do séc. XX, introduziu, gradativamente, os princípios do urbanismo moderno, desenvolvendo a ruptura definitiva com o ambiente colonial. As praças originadas nesse período refletiram a complexidade da estrutura urbana alcançada com o desenvolvimento das grandes cidades, modificando notadamente o seu perfil espacial. Perderam seu *status* como único espaço de sociabilidade da cidade, deixaram de representar o nó central do espaço urbano, ampliaram sua escala dimensional constituindo, muitas vezes, grandes superfícies urbanas. Ao contrário da sua formação anterior, multiplicaram-se e pulverizaram-se por toda a cidade, sujeitas à hierarquia da malha urbana. Diante desse crescimento urbano, a importância da praça começa a restringir-se ao âmbito local.

Com a influência das práticas sanitaristas, bem como das intervenções urbanas européias, o desenho da praça modifica-se, produzindo espaços cada vez mais amplos e abertos. A trajetória urbana da Praça da Sé, em São Paulo, serve de exemplo para demonstrar essas principais mudanças ocorridas em relação ao uso e à espacialidade dos espaços coletivos. De centro da aldeia paulista, marco zero da cidade, à Superpraça da Sé, ela encarnou a superposição de modelos urbanos, refletindo o próprio processo de transformação do urbanismo brasileiro.

O movimento de consolidação política da nação acarretou, em diversos campos do conhecimento, uma busca por nossas raízes, com a valorização da cultura nacional. Na arquitetura, rejeitava-se o neoclássico, o *art nouveau* e o ecletismo em função do neocolonial e da introdução de uma linguagem estética modernista. Surge Burle Marx e, com ele, a valorização do desenho e da morfologia das praças e dos espaços livres. Suas criações reverenciavam a paisagem tropical, compondo cenários urbanos paisagísticos totalmente arraigados a um padrão brasileiro.

No campo do urbanismo, as teorias internacionais permaneciam em alta, como fortes referências espaciais. É a introdução da urbanística modernista, com a presença no Brasil de seu maior divulgador – Le Corbusier. A divulgação desses princípios desempenhou um importante

papel na transformação do conceito de cidade e do próprio conceito de espaço público. Em relação ao espaço da praça, esses princípios consolidaram uma significativa transformação na morfologia dos espaços coletivos. Na arquitetura, o fenômeno do modernismo introduziu não apenas o uso e a exploração de novos materiais, mas também a fluidez e a flexibilidade espacial, abrindo vãos sobre as tradicionais paredes portantes, integrando o exterior e o interior. Na cidade, esse processo ocorreu de forma semelhante. As molduras e o confinamento das praças tradicionais foram sendo substituídos pela flexibilidade e pela fluidez do conceito de espaço livre, pela composição de grandes superfícies urbanas, pela celebração do vazio e pelo rompimento com o esquema da *rua-corredor*.

Em relação ao uso do espaço, pode-se afirmar que a praça moderna perde algumas funções vitais, adquirindo novos papéis. A escala e a dimensão alcançada pela metrópole moderna, aliada aos processos políticos, enfraquecem a dimensão pública do espaço urbano – fenômeno analisado por SENNET (1988) –,retirando progressivamente da praça o seu papel simbólico de espaço urbano cívico voltado ao acolhimento de manifestações políticas. Sua função passa a ser direcionada a uma apropriação destinada ao lazer cultural e à contemplação.[4]

Nesse sentido, observa-se um processo contraditório entre espacialidade e função. Historicamente, as praças tradicionais eram espaços conformados por pequenas dimensões, muitas vezes representando o principal espaço coletivo da cidade, porém seu papel exercia, sem dúvida, uma forte dimensão simbólica na sociedade. A praça era o espaço de manifestações cívicas, religiosas, comerciais e culturais – era a referência no contexto urbano.

Com o processo de modernização das cidades, a morfologia da praça apresentou gradualmente um aumento espacial, ou seja, assumiu maiores dimensões urbanas e multiplicou-se no contexto global da cidade. Em contrapartida, perdeu seu *status* de espaço sociopolítico referencial, impulsionado pelo "recolhimento" da dimensão pública por parte da sociedade moderna e pelo enfraquecimento dessa relação. A praça apresenta dimensões monumentais, coerentes com a espacialidade e a complexidade das cidades modernas, mas restringe seu papel a funções de espaço de lazer contemplativo, de recreação esportiva, de espaço de passagem, de convívio, de lazer cultural, enfraquecendo seu caráter político. Outra característica importante refere-se à questão da segregação espacial, acentuada nos espaços de uso coletivo hierarquizados. Esse fenômeno ocorreu em quase todas as cidades brasileiras que passaram por

[4] O enfraquecimento da dimensão pública e o recolhimento à esfera privada foi um fenômeno ocorrido com o desenvolvimento do processo democrático e com a possibilidade de outras formas de interação política (SENNET,1988).

um processo de modernização – expansão e crescimento urbano e implantação de grandes malhas viárias.

As praças e outros espaços coletivos, originados ou reformulados no período modernista, tiveram uma forte ênfase na questão do lazer. Observa-se uma utilização mais popular dos espaços voltados a recreação, possibilitando uma irrigação constante e diversificada dessas áreas pela população. São espaços destinados aos setores residenciais, com um perfil totalmente diferenciado das praças dos centros tradicionais. Situadas em bairros populares, as praças, assim como os parques, tornaram-se uma opção barata de lazer coletivo.[5]

Nesse contexto, observa-se uma reformulação do programa da praça. Segundo características funcionais, as praças localizadas em bairros habitacionais consolidam-se como espaços fundamentais voltados à sociabilidade da população. Já as praças localizadas em centros urbanos passam a funcionar, sobretudo, como local de passagem e lazer cultural temporário. Situando-se em áreas conturbadas, pelo intenso fluxo de pessoas e veículos e em função da grande concentração humana, essas praças perdem potencial como espaços adequados às atividades de lazer e de contemplação.[6]

As praças do período moderno legitimaram-se na cidade a partir de duas tendências. A primeira, vinculada às áreas residenciais, apresenta uma composição espacial baseada na ocupação quase total do espaço pelos equipamentos de recreação infanto-juvenil, quadras de esportes, bancos, espelhos d'água, canteiros e jardins. São espaços destinados a atividades de lazer programado. Não atuam como símbolos urbanos, pois sua esfera de abrangência restringe-se ao domínio local – bairro, conjunto habitacional, áreas residenciais.

A segunda baseia-se no conceito de espaço coletivo como lugar de passagem – são praças destituídas de equipamentos de recreação, composta por vazios, podendo apresentar bancos, canteiros e jardins, porém são espaços que funcionam como cenários paisagísticos. Situam-se em locais de referência urbana global, como áreas centrais, áreas institucionais, áreas de concentração de serviços como Estações Ferroviárias ou Estações de Metrô, podendo estabelecer-se como espaços simbólicos no contexto urbano. Essa tendência apresenta um maior rigor em relação ao desenho e à configuração urbana, esboçando uma valorização do uso

---

5 A introdução do lazer cultural e o retorno a algumas atividades, como feiras de artesanato, propiciaram a introdução de novos equipamentos, como teatros de arena, anfiteatros e barraquinhas temporárias.

6 A intensificação desse processo gerou o deslocamento de atividades essenciais ao cotidiano dos centros urbanos criando áreas degradadas e deterioradas. A partir da década de 1960, a deterioração de áreas centrais, zonas portuárias e áreas industriais tornou-se um processo quase que constante nas metrópoles brasileiras.

diversificado de materiais (piso, revestimento, ou mesmo composição de equipamentos como bancos, espelhos d'água, quiosques e áreas ajardinadas). Diferentemente da estética bucólica inglesa ou francesa, a praça modernista apresenta tendência a um grafismo geométrico.[7] A valorização da paisagem tropical ganha força nos projetos de praças de Burle Marx, um dos responsáveis pela divulgação dessa tendência modernista. Conceitualmente, são espaços vinculados à lógica de setorização espacial defendida pelos princípios urbanísticos modernistas.

A divulgação desse modelo de praça atingiu seu ápice com o projeto da cidade de Brasília. O concurso do Plano Piloto foi uma experiência única na história do urbanismo brasileiro. Representou a oportunidade de concretizar um modelo de cidade e de espacialidade inovadora, fundamentada em princípios, na sua maioria, parcialmente aplicados no âmbito internacional.

As propostas apresentadas no concurso refletiram a sintonia pela escolha desses princípios, baseados principalmente no conceito de espaço setorizado – teoria amplamente defendida pelas propostas de Le Corbusier e pelos participantes dos CIAMs. Nesse processo de escolha do Plano Piloto, destaca-se uma proposta: o projeto de Lúcio Costa. Apresentando um plano inovador, Lúcio Costa concebeu um modelo que se tornaria símbolo do urbanismo modernista: a cidade setorizada.

Como urbanista, ele acreditava no caráter humano do espaço e na possibilidade de criar uma cidade adequada ao cidadão: "cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual". Dessa forma, procurou dar ênfase a referências históricas de espaços-símbolo da nossa cultura urbana, revestindo-os de uma nova roupagem estética. O plano piloto representou a síntese desses princípios.

Baseando-se no conceito de cidade-parque, um novo princípio de espacialidade tomou corpo na configuração dos espaços urbanos – uma paisagem verde, composta de árvores e jardins, apresentava-se entrecortada pelo concreto das edificações modernistas. Quatro escalas foram idealizadas e, com elas, configurações distintas para os espaços livres de uso coletivo.

Como observado na análise do projeto, pode-se afirmar que esses espaços livres foram organizados em função de características como: espaços simbólicos (cenários), espaços do cotidiano e espaços de lazer. Na categoria de espaços de lazer, a noção de cidade-parque fundamenta a composição dos espaços livres. É principalmente nas superquadras que as áreas

[7] Essa preferência pelo grafismo representa uma influência direta dos movimentos de valorização da arte nacional, centrados na recuperação da estética indígena.

livres desempenham o papel de espaços de lazer e convívio social.[8] Localizados no setor residencial, os espaços de lazer definem quase toda a superfície da quadra, formando amplas áreas ajardinadas, pontuadas pelas edificações, pelos caminhos de pedestres e pelas vias de acesso local. Substituindo totalmente o modelo de praça tradicional, Lúcio Costa elaborou núcleos de recreação contendo parquinhos infantis e equipamentos esportivos, distribuindo-os irregularmente em meio aos espaços ajardinados. Na escala residencial, as praças inexistem como morfologia urbana, pois são os espaços livres que atuam e proporcionam uma interação social vivenciada no âmbito da quadra.[9]

Na configuração dos espaços do cotidiano, na escala gregária, as praças perdem totalmente o caráter monumental. Aqui se privilegiam as funções de encontro, de aglomeração, de convívio social. De forma semelhante, essa praça restitui a função tradicional de espaço comercial, ponto de sociabilidade, conferindo ao espaço menores dimensões, proporcionando, ao mesmo tempo, uma atmosfera de recolhimento e proteção em relação ao contexto inserido. São espaços deslocados do sistema viário, protegidos no interior do setor comercial e que desenvolvem um papel essencial como espaço coletivo e ponto de referência, priorizando o caráter de permanência para os pedestres que freqüentam a área. Essas praças abrigam o burburinho dos centros, alimentadas pela presença constante e diária da população, no período comercial.

Em relação aos espaços de caráter simbólico, o eixo monumental abriga, no contexto urbano, os espaços mais significativos da cidade-capital. Como visto, foi na Praça dos Três Poderes que Lúcio Costa idealizou o conjunto dos edifícios fundamentais à nação. No discurso de origem dessa praça, Lúcio Costa buscou argumentos formais, vinculando seu desenho – um "triângulo eqüilátero" – "à arquitetura da mais remota Antigüidade", com a clara intenção de reproduzir a espacialidade de lugares diferenciados no contexto de cidades tradicionais. Nesse sentido, Lúcio Costa conferiu à Praça dos Três Poderes, o *status* de espaço-símbolo da democracia: ao denominá-la "*Versalhes do povo*".

---

[8] Outros espaços de lazer idealizados no plano são as áreas de parques públicos; a orla do Lago, "tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica", destinada aos passeios da população; o jardim zoológico, o jardim botânico, o hipódromo e o setor hípico.

[9] Essa constatação provoca errôneas conclusões a respeito da ausência de praças na cidade como um todo. È interessante destacar que a sociabilidade prevista nos espaços livres das quadras depende atualmente de uma série de circunstâncias que envolvem desde a manutenção dos espaços livres até as condições socioeconômicas dos moradores. Existem quadras extremamente bem cuidadas onde os moradores usufruem intensamente o espaço coletivo e outras onde o desleixo, as péssimas condições paisagísticas e a falta de cuidado por parte do poder público inibem e desestimulam a sua apropriação.

Idealizada como praça principal, como palco da vida política da nação, Lúcio Costa projetou-a de forma única, localizando a praça no ápice da perspectiva visual e do ponto focal da Esplanada, tendo como pano de fundo o Lago, emoldurado pela paisagem do cerrado. Composição formal semelhante a diversas praças brasileiras, cuja origem e importância simbólica baseou-se principalmente na questão política e na questão territorial.[10]

Em todo o Eixo Monumental, a função-símbolo comparece. Na Praça do Buritis (Praça Municipal), na praça dos Tribunais Superiores (advinda do deslocamento do eixo rodoviário durante o processo de implantação), na Praça da Catedral, na Praça dos Três Poderes, essa característica está presente. E para alcançar essa finalidade, Lúcio Costa utilizou-se da coerência formal, configurando a cidade-cenário: espaços de grandes dimensões, cuja composição urbana reverencia as edificações institucionais ali sediadas.

Como observado, a praça brasileira formou-se a partir de referências urbanísticas portuguesas. Da organização espacial indígena herdou-se o sentido de centralidade, presente em alguns projetos urbanos. Após os primórdios da colonização, o desenvolvimento urbanístico em solo brasileiro foi pautado pelos acontecimentos políticos da nossa história e, sobretudo, pelo processo de consolidação da nação. A praça, pelo seu caráter intrínseco de espaço coletivo, refletiu de maneira única tais transformações históricas: foi praça principal, praça do pelourinho, praça da igreja, praça da república, praça ajardinada, praça modernista e... Praça dos Três Poderes.

A trajetória desse espaço revelou um percurso interessante de referências urbanísticas, consolidadas primeiramente em uma formação espacial com forte vínculo medieval, em que a praça principal representava o espaço distinto de manifestações populares, religiosas e cívicas. A composição formal oscilava entre o espaço de formação orgânica e o desenho regular oriundo do período de implantação de cidades planejadas no Brasil. Esses espaços constituíram as chamadas praças secas, espaços vazios emoldurados por um conjunto de edificações.

A transformação espacial mais significativa da praça ocorreu, posteriormente, com a predominância da urbanística francesa, com base no padrão de intervenção parisiense difundido por Haussmann no séc. XIX. A internacionalização desse padrão europeu gerou os espaços de praças ajardinados, modelo que se implantou exaustivamente no território brasileiro, configurando

[10] A origem da Praça da Liberdade representa um processo exemplar: idealizada no plano da cidade, tendo como função primordial sediar o Palácio do Governador com suas edificações administrativas, consolidou-se na memória coletiva como o lugar-símbolo da nova capital. Esse fato proporcionou o devido respaldo para que a Praça fosse um dos primeiros conjuntos urbanos tombados em Belo Horizonte, como patrimônio urbano.

uma forte referência de praça no imaginário coletivo. Coincidindo com o processo de instauração da República, esse período caracterizou-se por uma intensa atividade urbanística nas principais cidades brasileiras, sobretudo com a formação das capitais estaduais, cujo foco foi justamente a ruptura com a espacialidade colonial e a introdução de princípios baseados em questões higiênico-sanitárias, sob a propaganda de uma "modernidade" espacial. A praça tornou-se um elemento essencial de intervenção urbana, aliado às transformações do sistema viário, protagonista da maioria das intervenções urbanas.

Com a idealização da cidade modernista, a praça afirma seu caráter de espaço setorizado, fragmentando-se na configuração de centros cívicos, de espaços de lazer esportivo, cultural e contemplativo, espaços de deslocamento e de passagem, e espaços simbólicos, cristalizados na idéia da praça-cenário. Instituem-se espaços distintos, diferentemente do caráter multifuncional observado na origem das praças coloniais.

Com o Plano Piloto de Lúcio Costa, o conceito de espaço livre sobrepõe-se ao espaço da praça, proporcionando uma morfologia urbana única. Invertendo totalmente a relação de cheios e vazios do espaço coletivo da cidade tradicional, os edifícios atuam como monumentos, como peças isoladas no contexto urbano. Essa concepção proporcionou uma apropriação bastante diversa dos hábitos tradicionais. A rígida setorização do plano definiu áreas de intenso fluxo, em contraposição a espaços desertos, isolados e de grandes dimensões. O centro comercial fora dos horários de funcionamento encontra-se vazio, desestimulando a permanência nos seus espaços coletivos. O setor monumental comporta-se de forma semelhante. Torna-se deserto, esboçando a perda total de irrigação pela ausência do fluxo de pessoas.

Nas áreas residenciais, esses aspectos ocorrem de forma inversa. Durante o período diurno, os parquinhos e equipamentos recreativos funcionam como a sala de visitas, a área social da unidade residencial, possibilitando o encontro e a integração dos moradores. No período noturno, é nas áreas comerciais das entrequadras que a cidade toma vida. Recheada de bares, restaurantes, barraquinhas e comércio ambulante, transformam-se em verdadeiros pontos de encontro, estendendo-se pelas áreas livres da quadra. Na ausência da praça do bairro, áreas de estacionamento e áreas de entrada das quadras, por onde passam os moradores que retornam do trabalho, transformam-se em locais de encontro. Mesas espalhadas nas áreas livres configuram temporariamente núcleos sociais, improvisados em torno de barraquinhas e carrinhos de

sanduíches.[11] É na escala residencial que o sentido de praça configura-se como espaço coletivo, e pode ser usufruído em toda a sua plenitude.

De certa forma, a praça na sua origem caracterizou-se como um espaço multifuncional, sujeito ao desenvolvimento de todo e qualquer tipo de atividade. Na sua trajetória até a concepção modernista de Brasília, a praça foi sofrendo alterações morfológicas e funcionais, acarretando a formação de um espaço setorizado. Renegando a possibilidade de sobreposição de funções, esses espaços se tornaram empobrecidos se comparados à riqueza de uso estabelecida anteriormente.

Por outro lado, a busca pela qualidade de vida urbana tem originado projetos de intervenção cujo objetivo principal é a retomada da convivência citadina nos espaços coletivos. Nesse contexto, verifica-se uma releitura do modelo da praça tradicional como foco central das políticas urbanas contemporâneas.

[11] Em certas quadras a grande concentração de bares no comércio acaba interferindo com a função residencial: o barulho incomoda e o intenso fluxo de carros disputa vagas com os veículos dos moradores locais. Outras questões importantes ocorreram com o processo de ocupação da cidade, demonstrando a capacidade de adaptação e apropriação da sociedade: a banca de revista situada na entrada da quadra funciona como ponto de encontro. Os caminhos de pedestres permitem realmente o livre deslocamento pela cidade, porém sua interrupção a cada quadra impede certa continuidade. A valorização da qualidade urbana das áreas residenciais do plano impôs rapidamente um processo de segregação social, expulsando a população pobre para as regiões fora do plano piloto – cidades-satélites e núcleos urbanos vizinhos.
Com o processo de desigualdade social, a pobreza, o sentimento de "vulnerabilidade" existente nos espaços abertos, a privatização de áreas públicas, bem como a construção de equipamentos sociais nos edifícios residenciais, o pilotis tem sido alvo constante de ocupação irregular, deturpando radicalmente o conceito de espaço livre idealizado por Lúcio Costa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

ABREU, Maurício A. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Jorge Zahar, 1988.

AGULHON, Maurice (org.). **La Ville de l' age industriel**. Manchecourt: Seuil, 1998.

ALEXANDER, Christopher. **Ensayo sobre la sintesis de la forma**. Trad. Enrique L. Revol. Buenos Aires: Infinito, 1969.

AMERICANO, Jorge. **São Paulo naquele tempo (1895-1915).** São Paulo: Carrenho, Narrativa Um, Carbono 14, 2. ed., 2004.

ANDERSON, Stanford. **Calles. Problemas de Estructura y Diseño**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

ANDRADE, Rodrigo F. & MAGALHÃES, Beatriz de A. **Belo Horizonte: um espaço para a República.** Belo Horizonte: UFMG, 1989.

ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René. (dir.) **Penser la Ville: choix de textes philosophiques**. Bruxelles: AAM Editions, 1989.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: USP, 1998.

_____ **O lugar da Arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: USP, 2. ed. 1995.

ARAÚJO, Laís Corrêa de. (org.). **Sedução do Horizonte**. Coleção Centenária. Belo Horizonte: CEHC, Fundação João Pinheiro, 1996.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Ática, 2000.

_____ **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____ **Arte Moderna. Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos**. Trad. Denise Bottmann e Federico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

AYMONIO, Carlo. **O significado das Cidades**. Lisboa: Presença, 1984.

BOESIGER, W. E GIRSBERGER, H. **Le Corbusier 1910-65**. Berlim: Birkhauser, Editions d'Architecture, 1967.

BACZKO, Bronislaw. **"Une Ville Nommée Liberté – L'Utopie et la Ville"**, *in* Lumières de L'Utopie. Paris: Payot, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** São Paulo-Brasília: HUCITEC, 1987.

BARRETO, Abílio. **Bello Horizonte - Memória histórica e descriptiva - História Média.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BARROS, José Márcio. **Cenas de um Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PMBH, 1994.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. "**A Propósito do Brasil dos Viajantes**" *in* Revista USP, n. 30, São Paulo, jun-ago, 1996.

_____ **O Brasil dos Viajantes**, São Paulo-Salvador: Metalivros, Fundação Emílio Odebrecht, 3 v., 1994.

BENEVOLO, L. **O último capítulo da arquitetura moderna**. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____ **A cidade na história da Europa**: Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1995.

_____ **Historia da Arquitetura Moderna**. Trad. Sílvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1993.

_____ **A história da cidade**. Trad. Sílvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BENJAMIN, Walter. "**Sobre Alguns Temas em Baudelaire**", *in* Flávio KOTHE (org.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1991.

_____ "**Paris, Capital do Século XIX***", in* Flávio KOTHE (org.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1991.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. A Aventura da Modernidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BRADBURY, M. & MC FARLANE. J. **Modernismo: guia geral**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella M. (org.). **Imagens da Cidade - Séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero, 1993.

_____ "**Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades**", *in* FERNANDES, A. e GOMES, M. A. de F. Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitetura, ANPUR, 1992:11-26.

_____ **Londres e Paris no Século XIX - O Espetáculo da Pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BORJA, Jordi e MUXI, Zaida. **El Espacio Público: ciudad y ciudadania**. Barcelona: Electa, 2003.

CALABI, Donatella. **Storia dell'urbanistica europea**. Torino: Paravia Bruno Mondadori, 2000.

CALMON, Pedro. **História Social do Brasil. Coleção Temas Brasileiros**. V. 1, 2 e 3. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAMERON, Robert e SALINGER, Pierre. **Au-dessus de Paris.** Paris: Robert Laffont, 1987.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço Urbano. Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. **A Construção de um Sonho: os engenheiros arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1997.

CARS, Jean dês e PINON, Pierre. **Paris Haussmann**. Paris: Picard, 1991.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Arquitetura da Modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro. A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____ (org.). **Quando o Brasil era moderno: Guia de Arquitetura 1928-1960.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a Construção da Cidade: da Invasão Francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAUQUELIN, Anne. **Essai de Philosophie Urbaine**. Paris: PUF, 1982.

CERDÁ, Ildefonso. **Introdução à teoria geral da urbanização**. Trad. Antônio C. C. Carpintero. São Paulo: FAU-USP, 1996.

_____ **Teoria General de la Urbanizácion**. Paris: Seuil, 2. v., 1979.

CERVER, Francisco Asensio. **Redesigning City Squares and Plazas**. New York: Hearst Books International, 1997.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Trad. Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.

_____ **La règle et le Modèle**. Sur la theorie de l´architecture et de urbanisme. Paris: Seuil, 1980.

_____ **O Urbanismo. Utopias e realidades**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília, 1957.

_____ **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma.** Trad. José Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: HEMUS, 1975.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia de Arquitetura Colonial, Neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, PMRJ, 2000.

_____ **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

_____ **Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, PMRJ, 2000.

DELSON, Roberta. **Novas vilas para o Brasil-Colonia. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII**. Brasília: ALVA-CIORD, 1979.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, 4 v., Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

FAVOLE, Paolo. **La Plaza em la arquitectura contemporânea.** Barcelona: Gustavo Gili,1995.

FERRARA, Lucrecia d'Alessio. **Leitura sem Palavras**. São Paulo: Ática, 1993.

_____ **Ver a cidade: cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____ **A estratégia dos signos**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FERREZ, Gilberto. **O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez**. São Paulo: Ex Libris, 1983.

FERREZ, Marc e SANTOS, Paulo F. **O Álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906**. São Paulo: Ex Libris, João Fortes Engenharia, 1983.

FICHET, Françoise. **La theorie architecturale a l'age classique**. **Essai d'anthologie critique**. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1979.

FLEXOR, M. Helena e CAMARA, M. Paraguassu de A. **A Praça Municipal da Cidade de Salvador** *in* TEIXEIRA, Manuel (coord.). *A praça na cidade Portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir, história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, **Saneamento Básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 Anos. Volumes I a V**. Belo Horizonte: CEHC, Fundação João Pinheiro, 1996.

_____ **Bello Horizonte: Bilhete Postal - Coleção Otávio Dias Filho**. Belo Horizonte: CEHC, Fundação João Pinheiro, 1997.

FURNEAUX, Jordan. R. **História da arquitetura no ocidente**. São Paulo: Verbo, 1985.

GEHL, Jan e GEMZOE, Lars. **Nuevos espacios urbanos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

GERODETTI, J. E. e CORNEJO, C. **Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões-postais e álbuns de lembranças**. São Paulo: Solaris, Edições Culturais, 2004.

GIOVANNONI, Gustavo. **L'urbanisme face aux Villes anciennes**. Paris: Seuil, 1998.

GOITIA, F.C. **Breve historia del urbanismo**. Madrid: Alianza, 1977.

GOMES, Paulo César da C. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOSSEL, P. e LEUTHAUSER, G. **L'Architecture du XX^{e} siécle**. Traduction: Françoise Laugier-Morun, Michèle Schreyer. Alemanha: Taschen, 1991.

GRAVAGNUOLO, Benedetto. **Historia Del urbanismo em Europa 1750–1960**. Trad. Juan Calatrava. Madrid: Akal, 1998.

GRAEF, Edgar. **Goiânia, 50 anos**. Brasília: MEC-SESU, 1985.

GREGOTTI, V. **Território da arquitetura.** Trad. Berta Waldman-Villá e Joan Villá. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HABERMAS, J. "**Modern and Post-Modern Architecture**," *in* Michael Hays, K. (ed.) *Architecture Theory since 1968*. Cambridge: MIT, 2000.

_____ **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.

HAYWOOD, John. **Atlas Histórico do Mundo**. Colônia: Könemann, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos. O breve século XX**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____ **A Era das Revoluções. Europa 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____ **"Do feudalismo para o capitalismo"**, *in* A transição do feudalismo para o Capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____ **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo,** Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de**. Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

HOLDEN, Robert. **Diseno del espacio público internacional**. Barcelona: Gustavo Gili, 1996.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista. Uma crítica de Brasília e sua Utopia**. São Paulo Cia. das Letras, 1993.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida nas Grandes Cidades Norte-americanas**. Nova York: Random House & Vintage, 1961.

JAMESON, Fredric**. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo Tardio**. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1996.

JANSON, H. W. **História da arte**. Trad. J. A. Ferreira de Almeida e M. Manuela R. Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

_____ **Iniciação à história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed., 1996.

JEAN, Georges. **Voyage en Utopie**. Évreux: Découvertes Gallimard Philosophie, 1995.

KATO, Akinori. **Plazas of Southern Europe**. Tokyo: Process Architecture, 1990.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

KOTHE, Flávio R. **Walter Benjamin**. Trad. Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1991.

KOSTOF, Spiro. **The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History**, Londres: Bulfinch Press Book Little, Brown and Company, 1991.

_____ **The City Assembled: The elements of Urban Form through History**, Londres: Bulfinch Press Book Little, Brown and Company, 1992.

_____ **The History of Postmodern Architecture**. Cambridge: MIT, 1988.

KRIER, Robert. **Espace de la Ville**. Bruxelles: AAM, 1975.

LACAZE, Jean-Paul. **LaVille et L'Urbanisme**. Évreux: Flammarion, 1995.

LADURIE, D' Emmanuel Le Roy. **La Ville des temps modernes**. Paris: Seuil, 1998.

LAMAS, José M.R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,1993.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____ **A carta de Atenas**. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1989.

_____ **Planejamento Urbano**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____ **Vers une Architecture**. Paris: Crès et Cie, 1923.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas: Unicamp, UFS, 2004.

LE GOF, Jacques. **Por amor às cidades**. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1988.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel, FAU-USP; FUPAM, 1999.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 4. ed., 1983.

LORTIE, André (org.). **Paris s'exporte. Architecture modele ou modele architecture**. Paris: Pavillon de l'Arsenal, Picard, 1995.

LOYER, François. **Paris XIXe siècle. L'immeuble et la rue.** Paris: Hazan, 1994.

LYALL, Sutherland. **Designing the new landscape**. New York: Thames and Hudson, 1991.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1980.

MADEIRA, T. "**A Evolução dos Espaços urbanos públicos na cidade de São Tomé**", *in* TEIXEIRA, M. (coord.) *A praça na cidade Portuguesa*. Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil, em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1991.

_____ **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: EDUSP, 1989.

_____ **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, EDUSP, 1980.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. **"A Noiva do Trabalho: uma capital para a República"**, *in* Eliana de F. DUTRA (org.). **BH: Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.

MIDDLETON, R. e WATKIN, David. **Architecture du XIXe siècle**. Colection Histoire de l' architecture. Veneza: Gallimard, Electa, 1993.

MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Trad. Paulo Pereira. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

MORRIS, A. E. J. **Historia de la Forma Urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial.** Barcelona: Gustavo Gili, 1992.

MONTANER, J. M. **La modernidad superada – arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.

_____ **Después Del movimiento moderno – arquitectura de la segunda mitad Del siglo XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

MONTEZUMA, Roberto (org.) **Arquitetura Brasil 500 anos.** Recife: UFPE, 2002.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.** Trad. Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NAVES, Rodrigo. "**Debret, o Neoclassicismo e a Escravidão**", *in* A Forma Difícil: ensaios sobre arte brasileira, São Paulo: Ática, 1996.

NOBRE, Ana Luiza (org.). **Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea**. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Cia. das Letras,1997.

PAIO, Alexandra C. R. "**Praças nas novas vilas medievais, séculos XIII-XIV. Estudo comparativo***"*, *in* TEIXEIRA, M. (coord.) *A praça na cidade Portuguesa*. Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

PAIVA, Ângela R. **O público, o privado e a cidadania possível: a construção do espaço público brasileiro.** Rio de Janeiro: Senac, 2001.

PANZINI, Franco. **Per i Piaceri del Popolo: L'evoluzione del giardino pubblico In Europa dalle origini al XX secolo.** Bologna: Zanichelli, 1997.

PAVIANI, Aldo. (org.) **Brasília, ideologia e realidade/ Espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, CNPq, 1985.

PECHMAN, Robert M. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

_____ (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

PENNA, J. O. de Meira. **Quando Mudam as Capitais**. Brasília: Senado Federal, 2. ed., 2002.

PENNA, Octavio. **Notas Cronológicas de Belo Horizonte: 1711-1930.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

PEREIRA, Margareth da S. **"Paris-Rio: le passe américain et le goût du monument"**, *in* Andre Lortie. Paris s'export. Paris: Pavillon de l'Arsenal, Picard, 1995.

PÉREZ-GÓMEZ, A e BÉDART, F. **Arquitetura e a cultura tecnológica**. Trad. Tânia Guerra e Júnia Caldeira. Brasília: FAU-UnB, 2001 (mimeo).

PEVSNER, Nicolaus. **Panorama da Arquitetura Ocidental**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

_____ **Origens da Arquitetura Moderna e do Design**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

PINON, Pierre e CARS, Jean des. **Paris. Haussmann, "Le Paris d'Haussmann"**. Paris : Pavillon de l'Arsenal, Picard, 1991.

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**. Lisboa: Europa-America, 1964.

POTELET, Jeanine. **Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français: 1816-1840.** Paris : L'Harmattan, 1993.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 45. ed., 2002.

RAGON, M. **L'Homme et lês Villes.** Paris: Albin Michel, 1995.

_____ **Histoire Mondiale de l'architecture et de l'urbanisme modernes**. **1 – Ideologies et pionniers 1800-1910**. Paris: Casterman, 1986a.

_____ **Histoire Mondiale de l'architecture et de l'urbanisme modernes**. 2 **– Naussance de la cité moderne 1900-1940**. Paris: Casterman, 1986b.

_____ **Histoire Mondiale de l'architecture et de l'urbanisme modernes**. **3 – De Brasília au post-modernisme 1940-1991**. Paris: Casterman, 1986c.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo: vila cidade metrópole**. São Paulo: FAPESP, CNPq, 2004.

_____ **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, FAPESP, 2000.

_____ **Evolução Urbana do Brasil 1500/1720.** São Paulo: Pini, 2000.

_____ **Algumas Experiências Urbanísticas do Início da República: 1890-1920"**, *in* Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo, São Paulo: FAU-USP, n. 1, jul-ago, 1994.

_____ **"Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil"**, *in* Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo, São Paulo: FAU-USP, n. 3, nov-dez, 1994.

_____ **"Notas sobre o Urbanismo no Brasil: Primeira parte: período colonial"**, *in* Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo, São Paulo: FAU-USP, n. 9, jul-ago, 1995a.

_____ **"Notas sobre o Urbanismo no Brasil. Segunda parte: XIX e XX"**, *in* Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo, São Paulo: FAU-USP, n. 9, set-out, 1995.

REZENDE, Vera F. **"Evolução da produção urbanística na cidade do rio de Janeiro, 1900-1950-1965"**, *in* Maria Cristina da S. LEME. *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, FAU-USP; FUPAM, 1999.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. e PECHMAN, Robert (org.). **Cidade, Povo e Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ROBBA, Fabio e MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ROMERO, Marta A. B. **Arquitetura Bioclimática do Espaço Público**. Brasília: UnB, 2001.

RONCAYOLO, M. e PAQUOT, Thierry. (dir.) **Villes & Civilisation Urbaine: XVIIIe-XXe Siècle**. Paris: Larrouse, 1992.

RONCAYOLO, Marcel (org.). **La Ville Aujourd'hui. Mutations urbaines, decentralisation et crise du citadin**. Paris: Seuil, 2001.

_____ **Lectures des Villes – formes et temps**. Marseille: Paranthèses, 2002.

ROSSI, A. **The Architecture of the City**. Cambridge: MIT, 1982.

ROSSA, Walter (org.) **Universo Urbanístico Português 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

ROWE, C. e KOETTER, F. **Collage City**. Trad. Kenneth Hylton. Paris: Centre George Pompidou, 1993.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **"O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930**", *in* Annateresa FABRIS (org.). Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Studio Nobel, EDUSP, 1987.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SCHORSKE, Carl E. **Viena Fin-de-Siècle: política e cultura**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: UNICAMP, Cia. das Letras, 1988.

SEGAWA, Hugo**. Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: EDUSP, 1997.

_____ **Ao amor do Público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996.

SENNETT, Richard. **La Ville à Vue d'Oeil: urbanisme et société**. Paris: PLON, 1992.

_____ **O Declínio do Homem Público: as Tiranias da Intimidade**. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SICA, Paolo. **Storia dell'urbanistica 2: il novecento**. Roma: Laterza, 1978.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília**. Brasília: Coordenada, 1971.

SILVA, Newton & D'AGUIAR, Antônio A.. **Belo Horizonte: a cidade revelada**. Belo Horizonte: Fundação Odebrecht, 1989.

SIQUEIRA, Ricardo (coord.). **Rio de Janeiro Ontem e Hoje 2.** Rio de Janeiro: o Autor, 2004.

SITTE, Camillo. **A Construção de Cidades Segundo Princípios Artísticos**. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

STIERLIN, Henri. **O Império Romano – dos etruscos ao declínio do Império Romano**. Milão: Taschen, 1997.

STROETER, J.R. **Arquitetura e Teorias**. São Paulo: Nobel, 1986.

TEIXEIRA, Manuel (coord.). **A praça na cidade Portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

TIRAPELLI, Percival. **Patrimônios da Humanidade no Brasil.** São Paulo: Metalivros, 2001.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A Capital da Solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo: Três cidades em um século.** São Paulo: Cosac & Naif, Duas Cidades, 3. ed., 2004.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

WOLFE, Tom. **Da Bauhaus ao nosso caos**. Trad. Lia Wyler. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

VERCELLONI, Virgílio. **La Citté Ideale en Occident.** Paris: Félin, 1996**.**

VIDLER, Anthony. **L'espace dês lumières. Architecture et Philosophie de Ledoux à Fourier.** Paris: Picard, 1995.

_____ **Ledoux**. Paris: Hazan, 1987.

XAVIER, Alberto (org.). **Arquitetura moderna no Brasil. Depoimento de uma geração**. São Paulo: Pini, 1987.

ZUCKER, Paul. **Town and Square: from the Agora to the Village Green**. New York: Columbia, 1959.

ARTIGOS, CATÁLOGOS, COMUNICAÇÕES, DISSERTAÇÕES E TESES

ALBANO, Celina et alli. **A Cidade na praça: poder, memória, liberdade.** VIII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1984. (mimeo)

ANDRADE, Carlos Roberto M. e SEGAWA, Hugo. **A Construção da Paisagem Urbana Moderna no Brasil**, *in* PROJETO, Revista dos Engenheiros Agrônomos Paisagistas. São Paulo: AEASP, 1996.

ARANTES, Otília. **Urbanismo. Moderno e Pós-moderno**. Caderno Mais, Folha de São Paulo, São Paulo, 5 dez. 1993.

AZEVEDO, Ricardo M. de. **Metrópole e Abstração.** São Paulo: FAU-USP, Tese de Doutorado, 1993.

BARCELLOS, V. Q. **"Unidade de Vizinhança: notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil"**, *in* Cadernos Eletrônicos da Pós-Graduação. Brasília: UnB, 2001.

_____ **Os Parques como Espaços Livres Público de Lazer: o caso de Brasília.** São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1999.

BARTALINI, Wladimir. **Praças do Metrô: Enredo, Produção, Cenário, Atores.** São Paulo: FAUUSP, Dissertação de Mestrado, 1988.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. "**A Propósito do Brasil dos Viajantes**", *in* Revista USP, n. 30, São Paulo: USP, jun-ago, 1996.

BICCA, Paulo. "**Brasília: mitos e realidades**", *in* PAVIANI, Aldo. (org.) **Brasília, ideologia e realidade/Espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, CNPq, 1985.

BRASIL, Flávia de Paula Duque. **De Festeiros a Caras Pintadas: Apropriação das praças como espaço de lazer, cultura e cidadania.**, Belo Horizonte: EA-UFMG, Monografia de Curso de Especialização, 1992.

BRESCIANI, M. Stella Martins. **"Metrópoles: as Faces do Monstro Urbano: as cidades do século XIX"** *in* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 5, n. 8/9, 1984-85:35-68.

BRUNO, Ernani Silva – **História e Tradições da Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: José Olympio, v. 1 e 2., 2. ed., 1954.

BURDEN, Christopher. **"Cego Furor Homicida"**, *in* Revista Nossa História. N. 18, abr. 2005: 64-65.

BURKE, Peter. **"A Falta que uma Praça Faz: São Paulo precisa de um oásis de sociabilidade".** São Paulo: Caderno Mais, Jornal FOLHA de SÃO PAULO, 27 abr. 1997.

CADERNO de Documentos n. 3. **Cartas Patrimoniais**; Brasília: IPHAN, 1995.

CADERNOS DE FOTOGRAFIA BRASILEIRA. **São Paulo: 450 anos.** São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2004.

CALDEIRA, Júnia Marques. **Praça: território de sociabilidade**. **Uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte**. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado, 1998.

_____ "**Uma investigação sobre a questão do espaço público"**, *in* Cadernos de Filosofia Contemporânea, n. 4. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia – **O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional**, *in* Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, Brasília: IPHAN, 1994.

CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. **Brasília: Prática e teoria urbanística no Brasil, 1956 – 1998**. São Paulo: FAU-USP, Tese de Doutorado, 1998.

_____ **Notas sobre urbanização e propriedade no Brasil**. São Paulo: FAU-USP, 1994. (mimeo)

_____ **Urbanização recente no Brasil: algumas notas**. São Paulo, FAU-USP, 1994. (mimeo)

CARVALHO, Anna M. F. Monteiro de. "**A Baía de Guanabara: os itinerários da memória**". *in* Revista USP, n. 30, São Paulo, jun-ago, 1996.

CASTRO, M. Ceres P. Spínola. **Longe é um lugar que não existe mais**. Campinas: IFCH, Unicamp, Tese de Doutorado, 1994.

CHACHAM, Vera. **A memória dos Lugares em um tempo de demolições: a Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40.** Belo Horizonte: Faculdade de Sociologia, FAFICH-UFMG, Dissertação de Mestrado, 1994.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. A Nova Capital**.** Rio de Janeiro: Revista Geral dos Trabalhos I, abr. 1895.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **A Arquitetura e o Urbanismo das Missões Jesuíticas dos Guaranis**, *in* Colóquio "*A Construção do Brasil Urbano*", Convento da Arrábida – Lisboa, 2000.

DEWITTE, Jacques. **"Éloge de la Place: Camillo Sitte ou l'agoraphilie"**, *in* La Ville Inquiète. Paris: Gallimard, 1987. (mimeo)

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, v. 73, 1952:62.

FARIA, Lucia C. **Brasília, crescimento e metropolização: crise do urbanismo ou crise da modernidade**, *in* IV Seminário de Historia da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: 27-29 nov. 1996.

FICHER, Silvia e PALAZZO, Pedro Paulo. **Os Paradigmas urbanísticos de Brasília**, *in Urbanismo Modernista, Brasil, 1930-1960*. Edição Especial, Cadernos PPG-AU/FA-UFBA, v. II. Salvador: PPG-AU/FA-UFBA, 2005.

FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO. **Cidades Jardins. A busca do equilíbrio social e ambiental 1898-1998**. São Paulo: 3ª Bienal Internacional de Arquitetura, 1997.

GOMES, Marco Aurélio A. de F (org.). **Urbanismo Modernista. Brasil, 1930-1960.** Cadernos PPG-AU/FA-UFBA, Ano 3, Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2005.

GOMES, M. A. A. de F. **Cultura urbanística e contribuição modernista. Brasil, anos 1930-1960.** *in* GOMES, Marco Aurélio A. de F (org.). Cadernos PPG-AU/FA-UFBA, Ano 3, Salvador: PPG-AU/FA-UFBA, 2005.

GUIMARÃES, Cêça. **Arquitetura: Um relato histórico no Brasil.** http://www.crea-mt.org.br /palavra_profissional, mar. 2007.

GOROVITZ, Matheus. **Brasília uma questão de escala**. Brasília: Croqui 2, IAB-DF, 1979.

HEIDEGGER, M. "**Construir, habitar, pensar**", *in* Françoise Choay. *Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **"Cidade ou Cidades?"** *in* CIDADE, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, n. 23, 1994.

HOYET, Jean-Michel. (org.) **METROPOLE 90.** Catalogue de L'exposition. Paris: Pavillon de L'Arsenal, 1990.

JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)**, *in* Eliana de Freitas DUTRA (org.). *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.

LAMPARELLI, Celso Monteiro. "**O ideário do Urbanismo em São Paulo em Meados do século XX"**, *in* Cadernos de Pesquisa do LAP, mar.-abr. São Paulo: FAU-USP, 1995.

LANA, Ricardo. **Conjunto Urbanístico da Praça da Liberdade e Avenida João Pinheiro: Uma Proposta de Preservação**. Belo Horizonte: PBH, Regional Centro-Sul, 1990.

LANNA, Ana Lúcia D. **Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos. Cidade e colonização espanhola e portuguesa: particularidades, semelhanças e diferenças**, *in* IV Seminário de Historia da cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: 27-29 nov. 1996.

LEME, Maria Cristina da Silva e CUNIOCI, Seyey. **Arquitetura e cidade na obra de Vilanova Artigas**, PPG-AU/FAUFBA, 2005:87. Marco Aurélio A. de Filgueiras GOMES (org.) *in* Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Edição especial Urbanismo modernista Brasil, 1930-1960. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2005.

LIMA, Valéria Alves Esteves. **O Brasil de Debret: construção de uma imagem**. Campinas: IFCH, UNICAMP, ago. 1998. (mimeo)

MARX, Murilo. **"Olhando Por Cima e de Frente"**, *in* Revista USP, n. 30. São Paulo: USP, jun.-ago., 1996.

MAGALHÃES, B. de A & ANDRADE, Rodrigo F. **Belo Horizonte: um espaço para a República.** Belo Horizonte: UFMG, 1989.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **"Morfologia das Cidades Brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana"**, *in* Revista USP, n. 30. São Paulo: USP, jun.-ago., 1996.

MEYER, Regina. **"Debate: Paisagismo e Cidade – Conversações no Jardim"**, *in* Revista Arquitetura & Urbanismo, Ano 12, n. 75, dez.-jan., São Paulo: Pini, 1998.

MILANESI, Renata. **Praça da Sé: evolução urbana e espaço público.** São Paulo: FAU-USP, Dissertação de Mestrado, 2002.

NAVES, Rodrigo. **"Debret, o Neoclassicismo e a Escravidão"**, *in* Rodrigo NAVES (org.) *A Forma Difícil: Ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Ática, 1996.

CARVALHO NETO, Isaías de. **Centralidade Urbana: Espaço & Lugar**. São Paulo: FAU-USP, Tese de Doutorado, 1991.

ORICO, Osvaldo. **Brasil, *capital* Brasília**. Brasília: IBGE, 1958.

Os índios – há 500 anos. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.html> Acesso em 8 jul. 2006.

PECHMAN, Robert Moses. **"Um Olhar sobre a Cidade: Estudo da Imagem e do Imaginário do Rio na Formação da Modernidade"**, *in* FERNANDES, A. e GOMES, M. A. de F. *Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura, UFBA, ANPUR, 1992.

PEREIRA, Sônia Gomes. **A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes, UFRJ, Tese de Doutorado, Série Dissertações e Teses, n. 2, 1996.

PINHEIRO, Vera. (coord.). **Brasília: Trilha Aberta**. Catálogo da Exposição "Homenagem a Juscelino Kubitschek". Brasília: Secretaria de Cultura do DF, 1986.

PLAN URBAIN. **Espaces Publics**. Paris: Direction de l'Architecture et de L'Urbanisme et Délégation à la Recherche et à L'Innovation. Ministère de L'Equipement et du Logement. La Documentation Française, 1988.

REIS, Maria Ester Saturnino. **A cidade "paradigma" e a República: o nascimento do espaço Belo Horizonte em fins do século XIX.** Belo Horizonte: FAFICH, UFMG, Dissertação de Mestrado, 1994.

REZENDE, Vera F. **"Da Sedução à Oficialização"**, *in* Marco Aurélio A. de F. GOMES (org.). Cadernos PPG-AU/FA-UFBA/ Ano 3, Salvador: PPG-AU/FA-UFBA, 2005.

REVENDO BRASÍLIA neu gesehen. Catálogo da Exposição III Fórum Brasília de Artes Visuais. Brasília: Goethe-Institut, Fundação Athos Bulcão, 1994.

ROLNIK, Raquel. **"História Urbana: História na Cidade?"**, *in* A. FERNANDES e M. A. de F. GOMES. *Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura, UFBA, ANPUR, 1992: 27-29.

SALGADO, Ivone. "**Cultura Urbanística na Grã-Bretanha no século XVIII**", *in* Cadernos Didáticos. Campinas: Faculdade de Arquitetura, PUCCAMP, 1997.

_____ **"A Obra de Pierre Patte e a Idéia do Embelezamento Total da Cidade"**, *in* Cadernos Didáticos. Campinas: Faculdade de Arquitetura, PUCCAMP, 1997.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Belo Horizonte: o Nascimento de uma Capital.** São Paulo: MASP, 1996.

_____ **"La pensée française dans la fondation de Belo Horizonte: des représentations aux pratiques"**, *in* Revue de L'Art. Haussmannisme. n. 106, Paris: CNRS, 1994.

_____ **"O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930"**, *in* Annateresa FABRIS (org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, EDUSP, 1987.

SCHLEE, Mônica B. **"Imagens da Avenida Rio Branco"**, *in* Anais do IV Seminário de Historia da cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ, 27-29 nov. 1996.

SENAI-DF. **Brasília: uma História de fibra**. Brasília: SENAI-DF, 2001.

SILVEIRA, Victor. **"Jardim da Praça da Liberdade"**, *in* O Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

TELES, Delayse Maria. **Tratamento Paisagístico de Espaços Livres Públicos de Superquadras do Setor Sudoeste: o abandono da concepção modernista**. Brasília: UnB, Dissertação de Mestrado, 2005.

TELLES, Vera da Silva. **"Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt"**, *in* Tempo Social, São Paulo: USP, 2(1):23-48, 1. sem., 1990.

TERRA, Carlos Gonçalves. **O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes, UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1996.

VAZ, Lilian Fessler. **"Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no período colonial"**, *in* TEIXEIRA, M. (coord.) *A praça na cidade Portuguesa*. Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e Educação na Trama da Cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Campinas: IFCH, UNICAMP, Tese de Doutorado, 1993.

ZIMBRES, Paulo. **A Study of Brasília: from the Master plan to implementation**. Edimburgo: University of Edimburgo, Tese de Mestrado, 1974.

REVISTAS

A+U. **A alforria dos pós.** *Ensaio e Pesquisa.* São Paulo: Pini, n. 203, ago. 1987.

_____. **Neoclassicismo e pós-modernismo.** *Ensaio e Pesquisa.* São Paulo: Pini, n. 203, ago. 1987.

_____. **Questions of Perception, Phenomenology of Architecture**. Special Issue. São Paulo: Pini, jul. 1994.

ESPAÇOS & DEBATES. **Leituras da Cidade**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 29, São Paulo: Annablume, 1989.

_____ **Temporalidade: Memória e Cotidiano da Cidade**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 33, São Paulo: Annablume, 1990.

_____ **Cidade e História**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 34, São Paulo: Annablume, 1991.

DESIGN & INTERIORES. Equipamentos urbanos. Liberdade restaurada. n. 30, Ano 5.

LE COURRIER DU CNRS. **La Ville**. Revue du Centre National de la Recherche Scientifique, n. 81, Meudon, 1994.

_____ **Villes**. Revue du Centre National de la Recherche Scientifique, n. 82, Meudon, mai 1996.

LE MONITEUR ARCHITECTURE **AMC**. **Espaces Publics**. Revue du Moniteur, n. 64, Publications du Moniteur, Paris, Septembre, 1995.

_____ **Espaces Publics Ruraux**. Revue du Moniteur, n. 74, Publications du Moniteur, Paris, Octobre, 1996.

OCEANOS. **A Construção do Brasil Urbano**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 41, jan.-mar. 2000.

ÓCULUM. **Olhar Estrangeiro**. Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura, n. 4, Campinas: FAU-PUCAMP, 1993.

_____ **Centro e Periferia**. Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura, n. 5/6, Campinas; FAU-PUCAMP, 1995.

_____ **Habitat**. Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura, n. 7/8, Campinas: FAU-PUCAMP, 1995.

Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **A Missão Artística de 1816. Afonso de E. Taunay**. Ministério da Educação e Cultura, n. 18, jun. 1956.

PARIS PROJET. **Espaces Publics: Amenagement Urbanisme Avenir**. Revue Preparée par L'Atélier Parisien d'Urbanisme (APUR), n. 30-31, Paris, 1993.

REVISTA DO PATRIMÔNIO. **Cidade**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, Brasília: IPHAN, 1994.

REVISTA DO PATRIMÔNIO. **Olhar o Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 29, Brasília: IPHAN, 2001.

REVISTA PÓS. **O estudo da História na Formação do Arquiteto**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo: FAU-USP, FAPESP, 1996.

REVISTA USP. **Dossiê Brasil dos Viajantes**. São Paulo: USP, n. 30, jun.-ago. 1996.

REVUE DE L'ART. **Haussmannisme**. Revue du Centre National de la Recherche Scientifique, n. 81, Meudon, mai. 1996.

STORIA DELLA CITTÀ. **Le Piazze: lo spazio pubblico dal Medioevo all'età contemporanea.** Rivista Internazionale di storia urbana e territoriale, n. 54, 55, 56. Milano: Electa, 1993.

INSTITUIÇÕES

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ.
Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp, Campinas.
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.
Arquivo Público do Distrito Federal.
Arquivo Público Mineiro.
Arquivo Nacional, Brasília.
Arquivo da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – SMU.
Biblioteca da Universidade de Brasília.
Biblioteca do Clube de Engenharia, RJ.
Biblioteca da Universidade Estadual de Campinas.
Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais. Biblioteca da Escola de Arquitetura e da Escola de Engenharia da UFMG.
Biblioteca e arquivos da Universidade de São Paulo. Biblioteca da Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.
Biblioteca Publica do IEPHA, B.H.
Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.
IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
IGHB – Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro.
Museu Histórico Abílio Barreto.
Museu da Câmara dos Deputados.
Museu da Memória Viva Candanga.

LISTA DE IMAGENS

PARTE I

FIGURA 1	RECONSTITUIÇÃO DA *ÁGORA* DE ATENAS - Século II a.C.	18
FIGURA 2	RECONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE ATENAS	18
FIGURA 3	RECONSTITUIÇÃO DO FÓRUM ROMANO	19
FIGURA 4	PLANO DA CIDADE DE TIMGAD	20
FIGURA 5	VISTA AÉREA da CIDADE DE POMPÉIA	20
FIGURA 6	DETALHE DO FÓRUM DA CIDADE DE POMPÉIA	20
FIGURA 7	ROMA IMPERIAL	21
FIGURA 8	PLANTA DOS FÓRUNS IMPERIAIS, ROMA	22
FIGURA 9	*PROVÉRBIOS HOLANDESES* - PIETER BRUEGEL, 1568	23
FIGURA 10	PIAZZA DEL CAMPO E PIAZZA DEL CATEDRAL – SIENA	24
FIGURA 11	PIAZZA DELLA SIGNORIA	24
FIGURA 12	PIETER BRUEGEL - DANÇA DE CASAMENTO AO AR LIVRE, 1566	25
FIGURA 13	GRAVURA REPRESENTANDO UMA EXECUÇÃO PÚBLICA	26
FIGURA 14	A PRAÇA IDEAL NA CIDADE RENASCENTISTA, séc. XV	28
FIGURA 15	PIAZZA SS. ANNUNZIATA	29
FIGURA 16	PIAZZA DEL CAMPIDOGLIO	29
FIGURA 17	PLACE DAUPHINE	30
FIGURA 18	GALERIA COLBERT, 1830	31
FIGURA 19	LE BOULEVARD HAUSSMANN	32
FIGURA 20	LE BOULEVARD HAUSSMANN	32
FIGURA 21	PLACE DE L'ETOILE, PARIS	32
FIGURA 22	LOS ANGELES	34
FIGURA 23	BRASÍLIA	34
FIGURA 24	FREEDOM PLAZA, WASHINGTON	36
FIGURA 25	PLACE DES COLONNES, CERGY-PONTOISE	36
FIGURA 26	CIDADE DE SAN DOMINGO, 1671	40
FIGURA 27	DETALHE PLANTA DA CIDADE DE BUENOS AIRES, 1750	40
FIGURA 28	PLANTA DA CIDADE DE "SÃO SALVADOR", 1615	40
FIGURA 29	DETALHE DO PERFIL DA CIDADE DE "SÃO SALVADOR"	42
FIGURA 30	PLANTA DA CIDADE DE VIANA DO CASTELO, 1756	46
FIGURA 31	VISTA DO CENTRO HISTÓRICO ATUAL	46
FIGURA 32	PRAÇA DA REPÚBLICA, ANTIGA PRAÇA DO CAMPO – VIANA DO CASTELO	47
FIGURA 33	PRAÇA DA REPÚBLICA, ANTIGA PRAÇA DO CAMPO – VIANA DO CASTELO	47
FIGURA 34	PRAÇA DA REPÚBLICA, VIANA DO CASTELO	47
FIGURA 35	PRAÇA DO PELOURINHO, ATUAL PRAÇA DA REPÚBLICA – CIDADE DE CHAVES	48
FIGURA 36	PRAÇA DA REPÚBLICA – CIDADE DE BRAGA	48
FIGURA 37	PRAÇA DA REPÚBLICA – CIDADE DE BRAGA	48
FIGURA 38	LARGO DA SÉ, ATUAL PRAÇA DO MUNICÍPIO – CIDADE DO FUNCHAL	49
FIGURA 39	PRAÇA DO MUNICÍPIO – CIDADE DO FUNCHAL	49
FIGURA 40	PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL – VILA REAL DE SANTO ANTONIO, PORTUGAL	51
FIGURA 41	PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL	51
FIGURA 42	NOVA VILA DE PORTALEGRE, 1772	52
FIGURA 43	VILA VIÇOSA, 1769 E VILA ALCOBAÇA, CAPITANIA DE PORTO SEGURO, 1774, BRASIL	53
FIGURA 44	DETALHE DO PLANO DA CIDADE DE VILA BELLA, 1789, BRASIL	53

FIGURA 45	**VISTA DA PRAÇA DO COMÉRCIO, LISBOA**	**54**
FIGURA 46	**PLANTA CASA-TRIBO**	**60**
FIGURA 47	**CASA-TRIBO YANOMÂMI**	**61**
FIGURA 48	**CELEBRAÇÃO RITUAL YANOMAMI**	**61**
FIGURA 49	**REPRESENTAÇÃO DA ALDEIA *TUPI* - HANS STADEN, *Duas Viagens ao Brasil,* 1557**	**62**
FIGURA 50	**REPRESENTAÇÃO DA ALDEIA *TUPI* - HANS STADEN, *Duas Viagens ao Brasil,* 1557**	**63**
FIGURA 51	**ALDEIA XAVANTE**	**63**
FIGURA 52	**ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL INDÍGENA**	**64**
FIGURA 53	**TRIBO XINGUANA**	**65**
FIGURA 54	**CELEBRAÇÃO RITUAL YANOMAMI**	**65**
FIGURA 55	**TRIBO KAYAPO-XIKRIN, 1988**	**65**
FIGURA 56	**DETALHE DA ALDEIA DE S. FIDELIS, 1782**	**66**
FIGURA 57	**DESENHO DA POVOAÇÃO DE LINHARES, 1879**	**67**
FIGURA 58	**ALDEIA MARIA, 1782**	**67**
FIGURA 59	**VILA DE ABRANTES**	**68**
FIGURA 60	**VILA DE SANTARÉM**	**68**
FIGURA 61	**MAPA DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS**	**70**
FIGURA 62	**PAISAGEM URBANA – FRANZ POST**	**70**
FIGURA 63	**PROCESSO DE FORMAÇÃO DE VILAS E CIDADES NO BRASIL, SÉC. XVI a XX**	**72**
FIGURA 64	**PANORÂMICA DA VILA DE SAN SALVADOR/*BAYA DE TODOS OS SANCTOS,* 1624**	**75**
FIGURA 65	**PLANTA DA CIDADE DE LIMA, AMÉRICA ESPANHOLA**	**77**
FIGURA 66	**PLAZA MAYOR DE LIMA, PERU**	**77**
FIGURA 67	**PLANTA DA CIDADE DE SANTIAGO DO CHILE**	**78**
FIGURA 68	**PLANTA DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO do RIO DE JANEIRO, 1714**	**79**
FIGURA 69	**PLANTA DA CIDADE DE SALVADOR, 1715**	**79**
FIGURA 70	**PLANTA DA CIDADE DE SÃO LUIS DO MARANHÃO, 1660**	**80**
FIGURA 71	**PLANTA DA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ, 1780**	**80**
FIGURA 72	**DETALHE DA PLANTA DA CIDADE DE SANTOS, 1714**	**80**
FIGURA 73	**CONVENTO FRANCISCANO DE NOSSA SENHORA DAS NEVES, OLINDA**	**81**
FIGURA 74	**PUNIÇÃO PÚBLICA NO PELOURINHO – GRAVURA DE J. RUGENDAS ,1835**	**82**
FIGURA 75	**PELOURINHO DA CIDADE DE ALCÂNTARA**	**82**
FIGURA 76	**IGREJA DE SÃO FRANCISCO, SALVADOR**	**82**
FIGURA 77	**PRAÇA DO PELOURINHO– CIDADE DE FUNCHAL, PORTUGAL**	**83**
FIGURA 78	**PLANTA DA CIDADE DE CUIABÁ - PRAÇA PRINCIPAL**	**84**
FIGURA 79	**DETALHE DA PLANTA DA CIDADE DE OURO PRETO, 1775**	**84**
FIGURA 80	**RECONSTRUÇÃO DO NÚCLEO ORIGINAL DA CIDADE DE SÃO PAULO**	**85**
FIGURA 81	**PLANTA DA VILA DE SÃO JOÃO DO PARNAÍBA, PIAUÍ, 1809**	**87**
FIGURA 82	**DETALHE PLANTA DA CIDADE DE MARIANA**	**89**
FIGURA 83	**DETALHE PLANTA DA CIDADE DE GOIÁS, 1790**	**89**
FIGURA 84	**DETALHE PLANTA DA CIDADE DE VILA BELA**	**90**
FIGURA 85	**PLANTA DA CIDADE DE DAMÃO, 1560**	**95**
FIGURA 86	**DETALHE PLANTA DA CIDADE DE SALVADOR – JÕAO TEIXEIRA ALBERNAZ, 1625**	**96**
FIGURA 87	**PRAÇA DA CÂMARA - DOIS MOMENTOS: 1580 E 1680**	**98**
FIGURA 88	**DETALHE DA PRAÇA MUNICIPAL**	**98**
FIGURA 89	**PRAÇA DO PALÁCIO**	**99**
FIGURA 90	**VISTA DA PRAÇA MUNICIPAL DE SALVADOR**	**100**
FIGURA 91	**PANORÂMICA DA PRAÇA MUNICIPAL DE SALVADOR, (fins do séc. XIX)**	**100**
FIGURA 92	**PANORÂMICA ATUAL DA PRAÇA MUNICIPAL DE SALVADOR**	**100**

FIGURA 93	DETALHE DO TERREIRO DE JESUS, 1625	101
FIGURA 94	TERREIRO DE JESUS – PINTURA DE DIÓGENES REBOUÇAS	102
FIGURA 95	TERREIRO DE JESUS "EXÉQUIAS DOS REIS DE PORTUGAL"	103
FIGURA 96	TERREIRO DE JESUS – BASÍLICA DE S. SALVADOR E DA FACULDADE DE MEDICINA	103
FIGURA 97	VISTA ATUAL DO TERREIRO DE JESUS	104
FIGURA 98	NÚCLEO HISTÓRICO DA CIDADE DE SALVADOR, 2006	104
FIGURA 99	MORRO DO CASTELO - NÚCLEO ORIGINAL DA CIDADE . DESENHO E MAQUETE, 1567	107
FIGURA 100	MORRO DO CASTELO - NÚCLEO ORIGINAL DA CIDADE . DESENHO E MAQUETE, 1567	107
FIGURA 101	PLANTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO de JOÃO MASSÉ, 1714	109
FIGURA 102	PANORAMA DO RIO DE JANEIRO - DE FRANÇOIS FROGER, 1695	110
FIGURA 103	PANORAMA DO RIO DE JANEIRO, 1775	110
FIGURA 104	PLANTA DE ANDRE VAZ FIGUEIRA, 1750	113
FIGURA 105	LARGO DO PAÇO, 1713	113
FIGURA 106	LARGO DO PAÇO, 1750	113
FIGURA 107	DETALHE DO PANORAMA DO RIO DE JANEIRO - MIGUEL ÂNGELO BLASCO	114
FIGURA 108	ANTIGO PALACIO DOS VICE-REIS, ATUAL PAÇO IMPERIAL	115
FIGURA 109	LARGO DO PAÇO – AQUARELA DE RICHARD BATE, 1808	116
FIGURA 110	LARGO DO PAÇO – LUIS DOS SANTOS VILHENA	116
FIGURA 111	LARGO DO PAÇO – DETALHE PLANTA R. J., 1808	116
FIGURA 112	REVISTA MILITAR NO LARGO DO PAÇO – LEANDRO JOAQUIM	117
FIGURA 113	LARGO DO PAÇO, RIO DE JANEIRO, 1767	117
FIGURA 114	TERREIRO DO PAÇO, ATUAL PRAÇA DO COMÉRCIO, LISBOA	118
FIGURA 115	TERREIRO DO PAÇO, ATUAL PRAÇA DO COMÉRCIO, LISBOA	118
FIGURA 116	BARBEIROS AMBULANTES (DEBRET)	119
FIGURA 117	REFRESCOS DO LARGO DO PALÁCIO (DEBRET)	119
FIGURA 118	VISTA DA PRAÇA DO PALÁCIO DO RIO DE JANEIRO – DEBRET, 1825	121
FIGURA 119	BATISMO DE D. MARIA DA GLÓRIA	122
FIGURA 120	DESFILE MILITAR	122
FIGURA 121	CENAS COTIDIANAS: A RUA DIREITA	123
FIGURA 122	CENAS DA PRAÇA: VENDEDOR AMBULANTE, 1890	124
FIGURA 123	CENAS DA PRAÇA: QUIOSQUES DO MERCADO, 1890	124
FIGURA 124	CARREGADORES DE ÁGUA (RUGENDAS)	129
FIGURA 125	CENTRO DO RIO – AVENIDA CENTRAL, 1910	131
FIGURA 126	AVENIDA CENTRAL – TEATRO MUNICIPAL E ACADEMIA DE BELAS ARTES	132
FIGURA 127	RIO DE JANEIRO – AVENIDA CENTRAL, 1906	133
FIGURA 128	AVENIDA CENTRAL	133
FIGURA 129	PAÇO IMPERIAL, 1880	135
FIGURA 130	VISTA DO PAÇO IMPERIAL, 1893	136
FIGURA 131	DETALHE PLANTA DO RIO DE JANEIRO, 1808	139
FIGURA 132	CAMPO DE SANTANA – IGREJA	139
FIGURA 133	CAMPO DE SANTANA – QUARTEL	139
FIGURA 134	CAMPO DE SANTANA – AQUARELA DE FRANZ J. FRÜHBECK, 1818	140
FIGURA 135	ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO VI, 1818	141
FIGURA 136	PROJETO PAISAGÍSTICO DO CAMPO – AUGUSTE-MARIE GLAZIOU	142
FIGURA 137	PROJETO PAISAGÍSTICO DO CAMPO – AUGUSTE-MARIE GLAZIOU, 1873	143
FIGURA 138	PANORÂMICA DOS JARDINS DO CAMPO	144
FIGURA 139	REDUÇÕES DE SÃO MIGUEL ARCANJO E CANDELÁRIA	147
FIGURA 140	REDUÇÕES DE SÃO MIGUEL ARCANJO E CANDELÁRIA	147

FIGURA 141	PLANTA ESQUEMÁTICA DE SÃO PAULO	150
FIGURA 142	MAPA DE CAMINHOS DAS ÁGUAS E CHUVAS E PRINCIPAIS ACESSOS À VILA	151
FIGURA 143	DETALHE do DESENHO da "*VILLA DE SPAULO*", ALESSANDRO MASSAII, 1608/16	152
FIGURA 144	MAQUETE DE SÃO PAULO (SÉC. XVII) - MUSEU PAULISTA	153
FIGURA 145	DETALHE NÚCLEO ORIGINAL DA VILA DE SÃO PAULO	154
FIGURA 146	PRINCIPAIS RUAS ABERTAS, EXTRAMUROS (SÉCULO XVII)	155
FIGURA 147	DETALHE AQUARELA DE ARNAULD JULIEN PALLIÈRE, 1821	157
FIGURA 148	LARGO DA MATRIZ - AQUARELA "*SÃO PAULO: SÃO PEDRO*" – DEBRET, 1817	158
FIGURA 149	DESENHO DA IGREJA MATRIZ, 1746	159
FIGURA 150	DETALHE da "*PLANTA da CIDADE de S. PAULO*" de RUFINO JOSÉ F. e COSTA, 1810	159
FIGURA 151	IGREJA DA SÉ, 1847	161
FIGURA 152	PRIMEIRA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SÃO PAULO, 1867	162
FIGURA 153	LARGO DA SÉ – CATEDRAL E IGREJA DE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS	163
FIGURA 154	DETALHE MAPA DE SÃO PAULO – SARA BRASIL, 1930	165
FIGURA 155	PRAÇA DA SÉ – CONSTRUÇÃO DA NOVA CATEDRAL, 1940	166
FIGURA 156	PRAÇA DA SÉ, 1916	168
FIGURA 157	PRAÇA DA SÉ – MONUMENTO AO MARCO ZERO DA CIDADE DE SÃO PAULO	169
FIGURA 158	MANIFESTAÇÃO DAS "DIRETAS JÁ" NA SUPERPRAÇA DA SÉ, 1984	170
FIGURA 159	SUPERPRAÇA – ATUAL ESTAÇÃO DO METRÔ DA SÉ, 1988	171
FIGURA 160	PLANO DE BELO HORIZONTE – AARÃO REIS	174
FIGURA 161	PLANO DE BELO HORIZONTE – DETALHE ZONA URBANA	174
FIGURA 162	PANORAMA DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 1900	176
FIGURA 163	PRAÇA DA LIBERDADE	178
FIGURA 164	DETALHE PRAÇA DA LIBERDADE	178
FIGURA 165	PALÁCIO PRESIDENCIAL, INÍCIO DO SÉC. XX	179
FIGURA 166	PRAÇA DA LIBERDADE, 1903	179
FIGURA 167	PRAÇA DA LIBERDADE – VISTA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS E INTERIOR	180
FIGURA 168	INAUGURAÇÃO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 1897	181
FIGURA 169	VISTA GERAL DA PRAÇA DA LIBERDADE, 1903	182
FIGURA 170	PROJETO DA PRAÇA DA LIBERDADE 1920	184
FIGURA 171	PRAÇA DA LIBERDADE	184
FIGURA 172	PRAÇA DA LIBERDADE, DÉCADA DE 20	185
FIGURA 173	PRAÇA DA LIBERDADE, DÉCADA DE 20	185
FIGURA 174	PRAÇA DA LIBERDADE, DÉCADA DE 1930	186
FIGURA 175	VISTA AÉREA DA PRAÇA DA LIBERDADE, 1940	187
FIGURA 176	ENTRONCAMENTO DE RUAS	189
FIGURA 177	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, BRASÍLIA	190

PARTE II

FIGURA 178	LUDGATEHIL, LONDRES	194
FIGURA 179	LONDON BRIDGE	194
FIGURA 180	PROJETO DA COMUNIDADE DE NEW HARMONY, R. OWEN – E.U.A., 1817	200
FIGURA 181	COMUNIDADE DE NEW HARMONY, E.U.A..	200
FIGURA 182	COLÔNIA-HOGAR - PROJETO DE UMA COMUNIDADE AUTOSUFICIENTE, 1841	201
FIGURA 183	FAMILISTÉRIO DE GUISE, JEAN BAPTISTE GODIN, FRANÇA, 1859	202

FIGURA 184	FAMILISTÉRIO DE GUISE, JEAN BAPTISTE GODIN, FRANÇA 1859	202
FIGURA 185	RECREIO NA PRAÇA DO FAMILISTÈRIO, 1912	203
FIGURA 186	REUNIÃO DE ESTUDANTES NO PAVILHÃO CENTRAL, 1890	204
FIGURA 187	ESQUEMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO ELABORADO POR J. STUBBEN E PAUL WOLF	206
FIGURA 188	PROJETO DE SITTE PARA A PRAÇA DA IGREJA VOTIVA	208
FIGURA 189	DIAGRAMAS DA CIDADE-JARDIM – N. 1 E 2, E. HOWARD, 1898	210
FIGURA 190	DIAGRAMA DA CIDADE-JARDIM – N.3, E. HOWARD, 1898	210
FIGURA 191	PLANEJAMENTO TERRITORIAL - DIAGRAMA Nº 7 – E. HOWARD	212
FIGURA 192	PLANTA E VISTA DA CIDADE DE LETCHWORTH (R. UNWIN E B. PARKER)	214
FIGURA 193	PLANTA E VISTA DA CIDADE DE LETCHWORTH (R. UNWIN E B. PARKER)	214
FIGURA 194	LETCHWORTH – CENTRO URBANO	214
FIGURA 195	PROJETO DE HAMPSTEAD – R. UNWIN E B. PARKER, 1907	216
FIGURA 196	VISTAS DE HAMPSTEAD GARDEN	216
FIGURA 197	*CENTRAL SQUARE* – PLANTA – PROJETO DE EDWIN LUYTENS, 1907	217
FIGURA 198	*CENTRAL SQUARE* – VISTA AÉREA GERAL – PROJETO DE EDWIN LUYTENS, 1907	217
FIGURA 199	PROJETO DA CIDADE-JARDIM DE RADBURN NEW JERSEY, E.U.A., 1928	218
FIGURA 200	PLANEJAMENTO REGIONAL – ESQUEMA DA CIDADE LINEAR	220
FIGURA 201	PROJETO DA CIDADE LINEAR, 1884	220
FIGURA 202	PERFIL TRANSVERSAL DA CIDADE-LINEAR, 1884	222
FIGURA 203	PROJETO DA CIDADE LINEAR IMPLANTADO NOS ARREDORES DE MADRI	224
FIGURA 204	*FOLDER* DE PROPAGANDA DO PROJETO	224
FIGURA 205	VISTA DO BAIRRO ARTURO Y SORIA - IMPLANTADO NOS ARREDORES DE MADRI	224
FIGURA 206	BAIRRO BASEADO NA CIDADE LINEAR	226
FIGURA 207	PROJETO DE UMA CIDADE DE ARRANHA-CÉUS, HILBERSEIMER, 1927	228
FIGURA 208	PLANO DA *CITÉ INDUSTRIELLE*, 1904	230
FIGURA 209	PLANO DE TONY GARNIER – *CITE INDUSTRIELLE* – SETORIZAÇÃO	232
FIGURA 210	SETOR DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	233
FIGURA 211	PROJETO DA ÁREA CENTRAL DA *CITÉ INDUSTRIELLE*	234
FIGURA 212	PROJETO DA PRAÇA CENTRAL DA CIDADE INDUSTRIAL	234
FIGURA 213	EDIFÍCIO-GALERIA - SALAS DE ASSEMBLÉIAS e REUNIÕES	238
FIGURA 214	EDIFICIO ESTAÇÃO CENTRAL	238
FIGURA 215	SISTEMA DE RUAS DE PARIS – HÉNARD	240
FIGURA 216	PROPOSTA DE HÉNARD PARA PRAÇA-*CARREFOUR*	242
FIGURA 217	PROPOSTA DE HÉNARD PARA PRAÇA-*CARREFOUR*	242
FIGURA 218	PRAÇAS-*CARREFOUR* DA CIDADE DE GOIÂNIA	244
FIGURA 219	PRAÇAS-*CARREFOUR* DE PARIS	244
FIGURA 220	PLANTA DO LOTEAMENTO DE *WEISSENHOFF*, STUTTGART, 1927	246
FIGURA 221	LOTEAMENTO DE *WEISSENHOFF*, E PROJETO DE RESIDENCIA – WALTER GROPIUS	246
FIGURA 222	LOTEAMENTO DE *WEISSENHOFF*, E PROJETO DE RESIDENCIA – WALTER GROPIUS	246
FIGURA 223	PROJETO DO LOTEAMENTO DE TORTEN, PLANTA, DESSAU 1926-28	248
FIGURA 224	LOTEAMENTO DE TORTEN – EDIFICAÇÕES	248
FIGURA 225	LOTEAMENTO DE TORTEN – EDIFICAÇÕES	248
FIGURA 226	VISTA DA PRAÇA CENTRAL E DA COOPERATIVA DE CONSUMO	250
FIGURA 227	*SIEDLUNG* DE DAMMERSTOCK – PLANTA, 1928	252
FIGURA 228	VISTA *SIEDLUNG* DE DAMMERSTOCK, 1928	252
FIGURA 229	CONJUNTO HABITACIONAL SPANDAU-HASELHORST, BERLIM, 2007	252
FIGURA 230	MAQUETE DA SIEDLUNG DE *SIEMENSSTADT*, BERLIM, 1930	254
FIGURA 231	SIEDLUNG DE *SIEMENSSTADT*, BERLIM	254

FIGURA 232	SIEDLUNG DE *SIEMENSSTADT*, BERLIM - WALTER GROPIUS E HANS SCHAROUN, 1930	255
FIGURA 233	PLANO DA CIDADE DE LA CHAUX-DE-FONDS, SUIÇA	258
FIGURA 234	VISTA DA CIDADE DE LA CHAUX-DE-FONDS	258
FIGURA 235	PLANO DA VILLE CONTEMPORAINE DE TROIS MILLIONS D'HABITANTS, 1922	262
FIGURA 236	PERSPECTIVA DA *VILLE CONTEMPORAINE,* 1922	262
FIGURA 237	LA VILLE CONTEMPORAINE DE TROIS MILLIONS D'HABITANTS, 1922	263
FIGURA 238	PRAÇA DA ESTAÇÃO CENTRAL	265
FIGURA 239	ESTAÇÃO CENTRAL – 3 NÍVEIS	265
FIGURA 240	PRAÇAS DOS *SERVIÇOS PÚBLICOS* - PLANTA	266
FIGURA 241	PRAÇAS DOS *SERVIÇOS PÚBLICOS* - PERSPECTIVA	266
FIGURA 242	VISTA DO SETOR COMERCIAL – CAFÉ-TERRAÇO	267
FIGURA 243	VISTA DO SETOR COMERCIAL E DE LAZER - CAFÉ-TERRAÇO	267
FIGURA 244	DETALHE DO PLANO DA *VILLE CONTEMPORAINE*	270
FIGURA 245	MAQUETE DA *VILLE CONTEMPORAINE*	270
FIGURA 246	MAQUETE DO PLANO VOISIN PARA O CENTRO DE PARIS, 1925	*272*
FIGURA 247	*LE PLAN VOISIN,* 1925	273
FIGURA 248	*LA VILLE RADIEUSE*	277
FIGURA 249	PLANO DA VILLE RADIEUSE, 1930	277
FIGURA 250	COMPARAÇÃO DE MORFOLOGIAS DE CIDADES TRADICIONAIS E DA VILLE RADIEUSE	278
FIGURA 251	VILLE RADIEUSE - ÁREA DAS TORRES E DOS IMÓVEIS-*RÉDENTS*	278
FIGURA 252	VILLE RADIEUSE - PROJETO DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS – IMÓVEL *RÉDENTS*	278
FIGURA 253	CENTRO CÍVICO - CAPITÓLIO DA CIDADE DE CHANDIGARD	281
FIGURA 254	CENTRO CÍVICO - CAPITÓLIO DA CIDADE DE CHANDIGARD	281

PARTE III

FIGURA 255	PROJETOS DE URBANIZAÇÃO - COMISSÃO DO "PLANO DA CIDADE", R. J., 1938	289
FIGURA 256	PLANO DE REMODELAÇÃO DO MORRO DE S. ANTÔNIO, REIDY E ANDRADE E SILVA, 1948	289
FIGURA 257	PLANO DE REMODELAÇÃO DO MORRO DE S. ANTÔNIO, REIDY E ANDRADE E SILVA, 1948	289
FIGURA 258	PLANO URBANO DA CIDADE DOS MOTORES – PAUL WIENER E LUIS SERT	291
FIGURA 259	CIDADE DOS MOTORES – CENTRO CIVICO	292
FIGURA 260	PROJETO DO PAÇO MUNICIPAL, WARCHAVCHIK E VILANOVA ARTIGAS, 1940	294
FIGURA 261	CENTRO CÍVICO DE SANTO ANDRE - TRATAMENTO PAISAGISMO BURLE MARX	296
FIGURA 262	DETALHE DO PLANO URBANÍSTICO DE BELO HORIZONTE – ENGENHEIRO AARÃO REIS, 1897	299
FIGURA 263	PLANO URBANÍSTICO DE GOIÂNIA – ATÍLIO CORREIA LIMA, 1933	299
FIGURA 264	PRAÇA CÍVICA DE GOIÂNIA – ATUAL PRAÇA DOUTOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 1950	300
FIGURA 265	CONJUNTO URBANO DA PRAÇA DA LIBERDADE, BELO HORIZONTE, 2006	301
FIGURA 266	CONJUNTO URBANO DA PRAÇA CÍVICA DE GOIÂNIA, 2007	301
FIGURA 267	QUADRILÁTERO DO DISTRITO FEDERAL - PLANO PILOTO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS, 1996	306
FIGURA 268	PROJETO PARA A CAPITAL FEDERAL – ELABORADO POR THEODORO F. ALMEIDA, 1930	308
FIGURA 269	CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA PAMPULHA – CROQUI DE OSCAR NIEMYER	312
FIGURA 270	PLANO Nº 2 – 2º LUGAR. EQUIPE – ENG. BORUCH MILMANN; ARQ. JOÃO HENRIQUE ROCHA E NEY FONTES GONÇALVES	314
FIGURA 271	PROPOSTA BORUCH MILMAN – CENTRO GOVERNAMENTAL	315
FIGURA 272	DETALHE DO CENTRO COMERCIAL – PRAÇAS E CAMINHOS DE PEDESTRES	316
FIGURA 273	PLANO Nº 26 – QUINTO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETO MILTON C. GHIRALDINI	317

FIGURA 274	CENTRO CÍVICO – EM DESTAQUE A PRAÇA CÍVICA	318
FIGURA 275	PRAÇA CÍVICA	318
FIGURA 276	PLANO Nº 1 – QUINTO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETOS CARLOS CASCALDI, JOÃO VILANOVA ARTIGAS E PAULO DE C. E ALMEIDA; E O SOCIÓLOGO MÁRIO WAGNER V. DA CUNHA	319
FIGURA 277	PLANO Nº 17 – TERCEIRO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETOS RINO LEVI, ROBERTO C. CÉSAR e LUIZ ROBERTO C. FRANCO. ENG. PAULO FRANGOSO, RESPONSÁVEL PELO PROJETO ESTRUTURAL	320
FIGURA 278	PLANO Nº 17 – TERCEIRO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETOS RINO LEVI, ROBERTO C. CÉSAR e LUIZ ROBERTO C. FRANCO. ENG. PAULO FRANGOSO, RESPONSÁVEL PELO PROJETO ESTRUTURAL	320
FIGURA 279	CENTRO URBANO – CENTRO FEDERAL, PAÇO MUNICIPAL, ATIV. ADMINISTRATIVA, COMERCIAL, CULTURAL E DE RECREIO	321
FIGURA 280	SUPERBLOCOS RESIDENCIAIS – MAQUETE E PROJETO	322
FIGURA 281	PLANO Nº 24 – QUINTO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETOS HENRIQUE EPHIN MINDLIN E GIANCARLO PALANTI	323
FIGURA 282	PLANO Nº 8 – TERCEIRO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETOS M. M. M. ROBERTO. ANTÔNIO DIAS, ARQUITETO ASSOCIADO; ELLIDA ENGERT, ARQ. CHEFE; PAULO NOVAES, ENG. E FERNANDO SEGADAS VIANNA, ENG. AGRÔNOMO	324
FIGURA 283	PARQUE FEDERAL. 1 - PRAÇA DO GOVERNO (A - LEGISLATIVO; B – JUDICIÁRIO; C – EXECUTIVO) E 2 – PRAÇA DA CULTURA	325
FIGURA 284	PROJETO DAS 7 FEDERAÇÕES DIFERENTES – PLANO PILOTO DE M.M.M. ROBERTO	326
FIGURA 285	PROPOSTA M.M.M. ROBERTO – ESTRUTURA POLINUCLEADA	327
FIGURA 286	PLANOS DE CIDADES IDEAIS (SÉC. XV)	328
FIGURA 287	PLANO Nº 22 – PRIMEIRO LUGAR. EQUIPE – ARQUITETO LUCIO COSTA	332
FIGURA 288	VISTA DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS	332
FIGURA 289	DESENHOS REALIZADOS POR LUCIO COSTA	334
FIGURA 290	ESQUEMA DE FUNDAÇÃO DAS CIDADES ROMANAS	335
FIGURA 291	FOTO AÉREA DO CRUZAMENTO DO EIXO MONUMENTAL COM O EIXO RODOVIÁRIO	335
FIGURA 292	ESQUEMA DE CIRCULAÇÃO PRINCIPAL	337
FIGURA 293	PLANO PILOTO DE BRASÍLIA PROPOSTO POR LUCIO COSTA	338
FIGURA 294	CROQUIS DE LUCIO COSTA: EIXO MONUMENTAL E EIXO RODOVIÁRIO	339
FIGURA 295	SUPERQUADRA - CROQUIS DE LUCIO COSTA e FOTO AÉREA, 1980	342
FIGURA 296	ESQUEMAS DE UNIDADES DE VIZINHANÇA	343
FIGURA 297	PLANTA DA CIDADE DE SUNNYSIDE – ESQUEMA CENTRAL DA QUADRA, 1930	344
FIGURA 298	PLANO DA CIDADE DE RADBURN – DETALHE NÚCLEO URBANO	345
FIGURA 299	CONJUNTO RESIDENCIAL DO PARQUE GUINLE	347
FIGURA 300	MAQUETE DE UMA SUPERQUADRA	348
FIGURA 301	VISTA AÉREA DE UMA SUPERQUADRA ATUAL	350
FIGURA 302	VILLE RADIEUSE – SETOR HABITACIONAL – LE CORBUSIER, 1930	351
FIGURA 303	PARQUINHO DA 308 SUL	352
FIGURA 304	ESQUEMA DA ZONA CENTRAL ATUAL	354
FIGURA 305	DESENHO DA ZONA CENTRAL E VISTA AÉREA ATUAL	354
FIGURA 306	PLATAFORMA DA RODOVIÁRIA MONUMENTAL	355
FIGURA 307	CROQUI DE LUCIO COSTA – INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA DO EIXO	356
FIGURA 308	PLATAFORMA DA RODOVIÁRIA	356
FIGURA 309	PANORÂMICA DA ZONA CENTRAL SUL	356
FIGURA 310	PANORAMICA DA ZONA CENTRAL NORTE	357
FIGURA 311	CROQUIS DA PLATAFORMA DO CENTRO URBANO, SETOR DE DIVERSÕES E RODOVIÁRIA E VISTA AÉREA ATUAL	357
FIGURA 312	CROQUIS DO SETOR CULTURAL E DE DIVERSÕES	359

FIGURA 313	SETOR CULTURAL E DE DIVERSÕES NORTE – VISTA ATUAL	359
FIGURA 314	PLATAFORMA DA RODOVIÁRIA – SETOR DE DIVERSÕES NORTE - CONJUNTO NACIONAL	359
FIGURA 315	PRAÇA SETOR DE DIVERSÕES NORTE – CONJUNTO NACIONAL	361
FIGURA 316	CONFIGURAÇÃO DA PRAÇA DO SETOR DE DIVERSÕES NORTE	361
FIGURA 317	CONFIGURAÇÃO DA PRAÇA DO SETOR DE DIVERSÕES SUL	361
FIGURA 318	PRAÇA DO SETOR DE DIVERSÕES SUL E CLUBE DO TOURING	362
FIGURA 319	VISTA DA PRAÇA DO SETOR DE DIVERSÕES SUL E CONIC	362
FIGURA 320	CROQUI DE LUCIO COSTA – SETOR BANCÁRIO-COMERCIAL SUL	364
FIGURA 321	SETOR BANCÁRIO-COMERCIAL SUL ESQUEMA ATUAL	364
FIGURA 322	MAQUETE DO SETOR BANCÁRIO	364
FIGURA 323	PRAÇA DO POVO - SETOR COMERCIAL SUL	365
FIGURA 324	GALERIA SOB PILOTIS DO ATUAL SETOR COMERCIAL SUL	366
FIGURA 325	PRAÇA - SETOR COMERCIAL SUL	366
FIGURA 326	PRAÇA - SETOR COMERCIAL SUL	366
FIGURA 327	PERSPECTIVA DO EIXO MONUMENTAL	367
FIGURA 328	VISTA AÉREA DE TODO O EIXO MONUMENTAL E CROQUI DO EIXO MONUMENTAL	368
FIGURA 329	VISTA AÉREA DE TODO O EIXO MONUMENTAL E CROQUI DO EIXO MONUMENTAL	368
FIGURA 330	DETALHE DO EIXO MONUMENTAL	370
FIGURA 331	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 1961	371
FIGURA 332	PRAÇA DOS TRÊS PODERES – PROJETO DE LUCIO COSTA E SITUAÇÃO ATUAL	372
FIGURA 333	MAQUETE DA PRAÇA DOS TRÊS – OSCAR NIEMEYER	373
FIGURA 334	PRAÇA MUNICIPAL DE SALVADOR - PAÇO DO GOVERNADOR	375
FIGURA 335	PRAÇA DO DESCOBRIMENTO – IGREJA E CASA DE CAMARA - PORTO SEGURO	376
FIGURA 336	PRAÇA TIRADENTES (1875)	376
FIGURA 337	PRAÇA DOS TRÊS PODERES: SITUAÇÃO ATUAL	379
FIGURA 338	PRAÇA DOS TRÊS PODERES – CONGRESSO NACIONAL	380
FIGURA 339	PRAÇA DOS TRÊS PODERES – PANTEÃO DA PÁTRIA	380
FIGURA 340	PRAÇA DOS TRÊS PODERES	380
FIGURA 341	CROQUI DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS (LÚCIO COSTA) E AÉREA ATUAL	382
FIGURA 342	ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - PANORÂMICA ATUAL	382
FIGURA 343	VISTA DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - PANORÂMICA ATUAL	382
FIGURA 344	DETALHE PLANO PILOTO – EM DESTAQUE PRAÇA DA CATEDRAL	383
FIGURA 345	PRAÇA DA CATEDRAL – BATISTÉRIO, CATEDRAL E TORRE, 2001	384
FIGURA 346	PRAÇA DA CATEDRAL	384
FIGURA 347	CATEDRAL DE BRASÍLIA, 2001	384
FIGURA 348	DESENHO DO SETOR MUNICIPAL	385
FIGURA 349	PANORÂMICA ATUAL DO CENTRO MUNICIPAL	385
FIGURA 350	PRAÇA DO BURITI - ATUAL PRAÇA DO SETOR MUNICIPAL	387
FIGURA 351	PRAÇA DO BURITI - ATUAL PRAÇA DO SETOR MUNICIPAL	387
FIGURA 352	PRAÇA DO BURITI - ATUAL PRAÇA DO SETOR MUNICIPAL	388